

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
E METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS

FREUD E OS MODELOS BIOLÓGICOS
DE EXPLICAÇÃO

EDUARDO DE CARVALHO MARTINS

SÃO CARLOS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
E METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS

FREUD E OS MODELOS BIOLÓGICOS
DE EXPLICAÇÃO

EDUARDO DE CARVALHO MARTINS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de Doutor (Área de Concentração: Estrutura e Gênese do Conceito de Subjetividade – Linha de Pesquisa: A circunscrição conceitual da subjetividade na Psicologia, na Psicanálise e nas Ciências Cognitivas), sob financiamento da FAPESP.

Orientador: *Prof.º Dr. Richard Theisen Simanke*

SÃO CARLOS

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

M386fm

Martins, Eduardo de Carvalho.

Freud e os modelos biológicos de explicação / Eduardo de Carvalho Martins. -- São Carlos : UFSCar, 2012.
361 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Psicanálise. 2. Psicanálise e filosofia. 3. Biologia - filosofia. 4. Psicanálise freudiana. 5. Epistemologia. I. Título.

CDD: 150.195 (20^a)

**EDUARDO DE CARVALHO MARTINS
FREUD E OS MODELOS BIOLÓGICOS DE EXPLICAÇÃO**

Tese apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Aprovada em 05 de março de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Presidente Richard Theisen Simanke
(Dr. Richard Theisen Simanke - UFSCar)

1º Examinador Carolina Laurenti
(Dra. Carolina Laurenti – UEM)

2º Examinador Mark Julian Richter Cass
(Dr. Mark Julian Richter Cass –UFSCar)

3º Examinador José Roberto Barcos Martinez
(Dr. José Roberto Barcos Martinez – UFGD)

4º Examinador Fátima Caropreso
(Dra. Fátima Caropreso – UFJF)



Este trabalho é dedicado aos meus pais

AGRADECIMENTOS

À UFSCar, pelo auxílio em minha formação acadêmica. Aos professores, funcionários e colegas que tornaram este trabalho possível.

À FAPESP e à UFSCar, que possibilitaram este trabalho com a concessão de bolsas e auxiliaram diretamente o trabalho de pesquisa.

Aos 'ex-republicanos' Pará, Gui, Pietro, Ana, Pati e André, que são irmãos e compartilharam o cotidiano. À nova família: Ennio, Tati, Joana, Fabien e Nina.

À minha terapeuta são-carlense, Cris Matos, duplamente, pois me 'obrigou' a fazer o melhor possível para elaboração da tese e me ensinou muito sobre a prática psicanalítica. Às minhas terapeutas campineiras Rosangela e Tania.

Aos da terra do horto: Dulce, Sílvia, Wanderley, Márcia, Andréia, Julia, Gisele, Everson, Teophilo, Tats, Meire, Rosana, Karina, Gabriela e Motomu.

Aos novos e velhos da terra nova: Bia, Betânia, Larissa, Fabiana, Ava, Serena, Paula, Talita, Luana, Myrian, Bruna, Renata, Giovane, Eisinger, Will, Sebastian, Carlos, Caio, Gabriel, entre outros.

Aos muitos amigos e interlocutores. Gostaria de citar todos, um por um.

Aos que não me deixaram desanimar: Leo e Dri, Omar, Izabel Barbelli, Renata, Roneida, Sidnei, Emílio, entre outros.

Às três pessoas muito especiais na minha vida: Sonia Russo, que sempre me acolheu e apoiou; Simone Nogueira, uma alma iluminada; e Fátima Lizarelli, uma pessoa mais que querida.

Aos meus familiares, sobretudo aos dois corujas que me ensinaram o valor e o peso da liberdade e do amor. Ao meu irmão.

Aos professores Mark Julian R. Cass e Carolina Laurenti agradeço duplamente: pelos enormes esclarecimentos na qualificação e na defesa. Meus sinceros agradecimentos aos professores Fátima Caropreso, José Roberto Barcos Martinez e Josiane Cristina Bocchi. À Pri Del Fiori, pelo esforço de revisão e pelas infundáveis contribuições. À Tatiana Percin e Ennio Balbi.

Ao orientador Richard Theisen Simanke, que auxiliou a realização do presente trabalho com confiança e paciência. Através de suas aulas e orientações, o trabalho pôde ser realizado com autonomia e segurança.

RESUMO

Embora Freud tenha reivindicado explicitamente o pertencimento da psicanálise ao campo das ciências naturais, as críticas filosóficas e epistemológicas posteriores tenderam, muito frequentemente, a recusar a pretensão freudiana e aproximar sua disciplina à área das humanidades (Habermas, Ricoeur, Schafer, Klein, entre outros) ou a considerá-la como um projeto naturalista fracassado, incapaz de atender aos critérios mínimos de cientificidade (Popper, Grünbaum, etc.). No presente trabalho procuramos evidenciar como o uso de diversos modelos explicativos por parte de Freud resultou em diferentes interpretações da psicanálise. Trata-se de um estudo exegético dos modelos de explicação utilizados pelo autor, tendo como método não só a análise de sua obra, mas também a discussão contemporânea no campo da biologia evolucionária – cujas influências sobre Freud já foram indicadas por vários autores (Sulloway, Ritvo, etc.), embora, via de regra, apenas apontando a presença de certos temas biológicos na elaboração da teoria freudiana, sem relacioná-los com a constituição de um modelo de explicação psicológica simultaneamente histórico e naturalista.

ABSTRACT

Although Freud has explicitly reclaimed that psychoanalysis belongs to the field of natural science, subsequent philosophic and epistemological criticism tends to refuse the Freudian intention and to place his theories among the human sciences (Habermas, Ricoeur, Schafer, Klein, among others); or to consider it as an unsuccessful naturalistic project, unable to achieve the minimum request of scientificity (Popper, Grünbaum, etc.). In this work we intend to show how several models used by Freud have resulted in different interpretations of psychoanalysis. This thesis is an exegetic study of the explanation models utilized by Freud and the methodological procedure to do it was not only based on his work but also on the contemporary discussion in the field of evolutionary biology – whose influences upon Freud have already been indicated by several authors (Sulloway, Ritvo, etc.), although, in general, they only point the presence of biological themes in the elaboration of the Freudian theory, without relating it to a constitution of a psychological explanation model simultaneously historic and naturalistic.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	03
2. FREUD E A BIOLOGIA	
2.1 A oposição biologia/psicanálise fundamentada na oposição ciências naturais/ciências do espírito	07
2.1.1 Breves considerações éticas em meio à discussão epistemológica	15
2.1.2 Reação ao positivismo através da oposição ciências naturais/ciências do espírito.....	23
2.1.3 O receio diante dos enunciados biológicos freudianos	26
2.2 Freud e a biologia: uma relação ambivalente?	35
2.3 Influências biológicas e neurológicas em Freud	41
2.4 Biologia e Cultura em Freud	49
2.5 As diferentes biologias freudianas.....	58
2.5.1 As significações do termo biologia em Freud	60
2.5.2. Freud e a biologia: dependência x autonomia.....	63
2.5.3 Freud e a rejeição da biologia enquanto determinação anatômica	78
2.5.4 Biologia em Freud através da discussão hereditário/adquirido	100
2.6 As influências de Darwin sobre Freud	128
2.6.1 A filogenia de Freud	135
2.7 Conclusões preliminares	143
3. EXPLICAÇÕES EM BIOLOGIA	
3.1 Algumas considerações sobre o positivismo.....	145
3.2 As especificidades dos modelos explanatórios em biologia.....	163
3.2.1 Causalidade eficiente e Teleologia.....	168
3.2.2 Outras idiossincrasias dos sistemas biológicos	176
3.2.3 Leis e Teorias em Biologia	179
3.3 Críticas epistemológicas à biologia evolutiva e à psicanálise	195

4. EXPLICAÇÕES EM PSICANÁLISE	
4.1 Explicações históricas e explicações causais na psicanálise	201
4.2 Explicações causais e intencionais	225
4.3 O positivismo e a dicotomia teórico/observacional	262
4.4 Freud e a correspondência teórico/observacional	270
4.4.1 Uma formulação freudiana – teoria e observação	278
4.5 Reduccionismo e eliminativismo em Freud	289
4.6 As metáforas e analogias freudianas	299
4.7 O inconsciente real e o papel das conjecturas e inferências	313
5. CONCLUSÕES.....	329
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	343

1. INTRODUÇÃO

É fato notório que Freud reivindicou reiteradamente o pertencimento da psicanálise ao campo das ciências naturais. Tal postura foi reafirmada durante todo decorrer de sua extensa obra, desde os primeiros até os últimos escritos psicanalíticos, sendo encontrada principalmente, mas não somente, nos seguintes textos: *Projeto de uma Psicologia* (1950 [1895]), *Pulsões e Destinos de Pulsão* (1915a), *Apresentação Autobiográfica* (1925a [1924]), *Podem os leigos exercer a análise?* (1926), *Novas Conferências de Introdução à Psicanálise* (1933a [1932]), *Esquema de Psicanálise* (1940a [1938]) e *Algumas lições elementares sobre Psicanálise* (1940b [1938]).

A maioria das manifestações freudianas caminha nesta direção. Tais declarações, no entanto, contribuíram para o estabelecimento de uma cisão interpretativa na literatura de comentário. Embora alguns autores compartilhem a posição de Freud (HARTMANN, 1964; PETERFREUND, 1971, entre outros), as críticas filosóficas e epistemológicas posteriores tenderam, muito frequentemente, a recusar esse pertencimento e aproximar a psicanálise freudiana à área das humanidades (HABERMAS, 1982; RICOEUR, 1977), ou a considerá-la um projeto naturalista fracassado, incapaz de atender aos critérios mínimos de cientificidade (POPPER, 1957; WITTGENSTEIN, 1966, entre outros). São inúmeras as variações em torno desses posicionamentos, incluindo a recusa de uma das partes da obra freudiana – dependendo do caso, a metapsicologia¹ (GILL, 1976, 1983; KLEIN, 1976; SCHAFER, 1976; HOLT, 1989) ou a metodologia clínica (GRÜNBAUM, 1984)² – ou a aceitação desta como uma disciplina completamente diferente das ciências naturais.

¹ Para clarificar o conceito, entendemos a metapsicologia freudiana tal como o autor a define nos artigos de metapsicologia: como o conjunto de descrições de um processo psíquico em seus aspectos dinâmicos, tópicos e econômicos (FREUD, 1915b, p. 178). O ponto de vista econômico “aspira a perseguir os destinos das magnitudes de excitação e obter uma relativa estimação deles” (Ibid., p. 178). O ponto de vista tópico é entendido como a indicação “em relação a um ato psíquico qualquer, dentro de que sistema ou entre quais sistemas eles se verificam” (Ibid., p. 169). O ponto de vista dinâmico procura investigar as relações que os diversos processos psíquicos estabelecem entre si. A metapsicologia pode ser definida como o sistema teórico freudiano encarado sob o ponto de vista destas três vertentes: a força, a estrutura e a energia.

² É importante ressaltar que Grünbaum não recusa a clínica psicanalítica enquanto prática terapêutica, apenas a toma como procedimento metodológico insuficiente diante dos propósitos de constituição de uma ciência natural. Para Grünbaum, a psicanálise deve ser avaliada como qualquer outra disciplina científica. O autor considera que a psicanálise procura atender aos padrões de cientificidade e que suas hipóteses são, em princípio, falsificáveis, contrariando a posição popperiana. A visão de Grünbaum é atacada por diversos autores. Flax, por exemplo, utiliza

Nesse sentido, Roy Schafer (1976), G. S. Klein (1976) e M. Gill (1983), por exemplo, alegam que por não tratar dos eventos mentais segundo o modelo das ciências naturais, a psicanálise deveria se postar em seu verdadeiro lugar: se restringir ao tratamento das estruturas narrativas, analisando sua coerência linguística e significado. Segundo Nigel Mackay (1989), esta tradição de leitura se tornou tão hegemônica e dominante que foi tida sem maiores questionamentos como a legítima posição do inventor da psicanálise. Para Mackay, caberia retomar a palavra de Freud a fim de identificar a pertinência de sua defesa da psicanálise como uma ciência natural.

Com base na referida polêmica interpretativa, o presente trabalho procurará identificar quais aspectos destas análises são ainda hoje pertinentes, mais de um século após as primeiras críticas terem sido formuladas e respondidas pelo próprio Freud. Indicaremos alguns pressupostos filosóficos que balizaram os questionamentos dirigidos à proposta freudiana, centrando os esforços no esclarecimento de questões de ordem epistemológica e exegetica. Para realizar tal tarefa, serão percorridos três caminhos distintos:

- a) Primeiramente, a atenção será direcionada para algumas das principais críticas epistemológicas dirigidas à psicanálise freudiana ao longo do século passado, objetivando encontrar nelas algum fundamento comum que possa ser analisado com mais profundidade. O esclarecimento de questões de cunho filosófico talvez possa contribuir para atenuar algumas das oposições instauradas na literatura de comentário, demonstrando como elas podem ter se baseado em considerações exteriores às propostas freudianas. Através da análise da distinção supostamente insuperável e historicamente instituída entre as ciências humanas e as ciências naturais, acreditamos poder compreender como se desenvolveu grande parte das críticas dirigidas à disciplina de Freud. Nossa primeira intenção será, portanto, ‘limpar o terreno’, através da análise de debates anteriores à constituição da psicanálise, mas que sempre balizaram, ainda que implicitamente, as interpretações da obra freudiana.
- b) Percorrido o primeiro caminho, serão abordadas as questões surgidas no cenário epistemológico do século XX, no qual a psicanálise se encontrava. Esse período

uma analogia para sustentar a defesa epistemológica da prática clínica: rejeitar a clínica psicanalítica como produtora de conhecimento científico em função de supostas lacunas metodológicas seria “como abandonar a física simplesmente porque há problemas não resolvidos na teoria newtoniana” (FLAX, 1981, p. 564).

foi caracterizado, através da chamada concepção recebida de ciência, pela tentativa de demarcação de critérios bem delimitados para a validação de disciplinas científicas. Imersa nesse panorama, a disciplina freudiana se deparou desde seu nascimento com conflitos de legitimidade epistemológica aos quais precisava responder. Procuraremos, portanto, percorrer as influências freudianas que lhe permitiram fazer frente à grande parte da resistência epistêmica levantada contra a constituição da psicanálise. Tais referências serão analisadas a partir de dois eixos principais: a formação médico-científica freudiana, responsável por sua postura inflexível em relação à posição ocupada pela psicanálise no cenário científico – reivindicando o estatuto de uma ciência natural; e a postura teórica darwinista, a qual, por sua vez, forneceu a Freud não somente uma compreensão diferenciada do mundo e do ser humano, mas também um modelo epistêmico para que o autor pudesse praticar e desenvolver sua própria disciplina. As ciências biológicas, e a teoria darwinista em particular, forneceram modelos que serviram como referência fundamental na construção teórico-metodológica freudiana. Por conseguinte, uma análise do desenvolvimento das ciências biológicas durante o século XX, sobretudo no que se refere à discussão propriamente epistemológica, será de grande serventia.

- c) Por fim, o terceiro trajeto nos conduzirá à análise das explicações freudianas tendo em vista as concepções anteriormente discutidas. Através da explicitação de alguns problemas enfrentados por Freud, bem como das diferentes estratégias utilizadas para resolvê-los, acreditamos contribuir para o esclarecimento dos fundamentos epistemológicos da psicanálise. Alguns debates parecem ter sido reanimados devido ao extraordinário desenvolvimento das ciências biológicas durante todo o século passado. A explosão das abordagens biológicas e seu enorme potencial explanatório resultaram na quantidade cada vez maior de temas exigindo abordagens interdisciplinares. As questões levantadas aqui, apesar de não serem novas, foram retomadas no cenário de discussão contemporâneo em virtude da emergência de novos paradigmas interdisciplinares que usufruíram da contribuição de diferentes panoramas teóricos. O desenvolvimento crescente de pesquisas interdisciplinares acabou por exigir da pesquisa psicanalítica um melhor esclarecimento em relação a temas fundamentais. Dentro desta leitura, Freud, como não poderia deixar de ser, certamente ainda teria algo a dizer.

2. FREUD E A BIOLOGIA

2.1 A oposição biologia/psicanálise fundamentada na oposição ciências naturais/ciências do espírito

É sabido que a psicanálise foi objeto de intensa disputa em torno de seu estatuto de cientificidade. A pluralidade de abordagens e interpretações da obra freudiana foi responsável tanto pela sua extraordinária difusão quanto pela emergência de leituras díspares e muitas vezes antagônicas. Certa tradição de comentário se centrou no debate da cientificidade das formulações de Freud, enquanto outros autores simplesmente recusaram qualquer consideração que caminhasse em tal direção. Alguns comentaristas defenderam a posição freudiana (Hartmann, Peterfreund), embora muitos tenham recusado tal leitura, aproximando a psicanálise da área das humanidades (Habermas, Ricoeur, Schafer, Klein) ou a considerando como um projeto epistêmico fracassado, incapaz de atender aos critérios mínimos de cientificidade (Popper, Grünbaum, Wittgenstein, entre outros). As variantes em torno desses posicionamentos são inúmeras, incluindo a recusa de uma das partes da obra freudiana (a metapsicologia ou a metodologia clínica, dependendo do caso), a aceitação desta como uma ciência diferente das ciências naturais ou a sua completa rejeição enquanto ciência. Porém, ainda que não entremos na querela acerca do quão científico possa ser o modelo teórico de Freud, não podemos negar o intenso diálogo que ele estabeleceu com as ciências naturais da época e, mais especificamente, com a biologia. A relação do autor com a biologia foi tão explícita e reiterada em todo o decorrer de sua obra que é no mínimo estranho verificar a rejeição enfática por parte de diversos comentaristas no que tange a esse ponto específico. Durante o século XX, as muitas interpretações que permearam o programa de pesquisa psicanalítico oscilaram entre a aceitação dos enunciados biológicos freudianos – inclusive através de seu aprofundamento, tal como em Sándor Ferenczi, Georg Groddeck e Wilhelm Reich – e a completa rejeição de tais enunciados – tomados como resquícios do passado organicista de Freud e sinal de uma linguagem eminentemente metafórica que tenta sequestrar conceitos oriundos de disciplinas supostamente incompatíveis, como a biologia (EDELSON, 1984).

Para algumas correntes psicanalíticas, no entanto, a distinção estanque entre uma abordagem exclusivamente biológico-organicista e uma puramente psicológica se baseia em pressupostos equivocados. Pierre Marty (1993), por exemplo, toma a própria utilização do termo ‘psicossomática’ como conceitualmente perigosa, uma vez que pode erroneamente evocar o antigo dualismo ontológico cartesiano³ no tratamento de questões complexas envolvendo o indivíduo em sua integralidade. Para ele, a unidade que caracteriza as relações entre mente e corpo, para a qual Freud atentou em muitos momentos, faz com que as distinções entre os termos acabem se tornando quase que arbitrárias, dado que na análise dos fenômenos humanos a multideterminação de fatores orgânicos, psicológicos e sociais deveria ser privilegiada em detrimento de abordagens dicotômicas e excludentes. A crítica realizada pelo autor é direcionada às leituras que atribuem fraturas explanatórias intransponíveis no tratamento de questões que dizem respeito à relação mente/corpo, remetendo, em última instância, ao dualismo cartesiano. Segundo Marty, o tratamento dessa relação sob a ótica cartesiana muitas vezes obscurece o entendimento do fenômeno estudado e reafirma paradigmas conceituais anacrônicos.

Atualmente, duas tendências parecem contribuir tanto para a superação quanto para o aprofundamento desse cartesianismo. Por um lado, o desenvolvimento de diferentes especialidades que tratam do mesmo conjunto de fenômenos sob óticas conceituais distintas – tratando-os sob pontos de vista exclusivamente orgânicos, socioculturais ou psicológicos – contribui para o seu entendimento. Por outro lado, o surgimento crescente dos estudos cada vez mais especializados favorece a postulação de interpretações unilaterais e a reafirmação de fraturas no tratamento do psiquismo. Nunca é demais lembrar que a exclusão das considerações biológicas em teorias de cunho psicológico pode ser rastreada desde o obscurantismo medieval, que soterrou todo o conhecimento psicossomático produzido pela prática médica grega⁴. A confrontação intelectual como premissa para o conhecimento, típica do período grego, deu lugar à

³ É interessante notar que Descartes, nas *Meditações*, prescindiu da noção de corpo para pensar a consciência – sendo a consciência entendida aqui como substância reflexiva –, de modo que tanto o corpo como qualquer substância extensa (*res extensa*) são, antes de tudo, consequências passíveis de comprovação somente após a superação das dúvidas hiperbólicas colocadas pelo autor – realizadas por meio do argumento do erro dos sentidos, argumento do sonho e argumento do gênio enganador. Contudo, conforme veremos, a *res cogitans* cartesiana, apesar de amplamente questionada pelas teorias da mente contemporâneas, parece ainda não ter sido superada em suas bases filosóficas mais arraigadas.

⁴ Gonzáles (2009) nos lembra o nome de importantes autores gregos que insistiram na relação mente/cérebro sob o viés biológico. Alcmeón, em VI a.C., por exemplo, foi um dos responsáveis pela ideia de que os sentidos conduzem ao cérebro. Hipócrates, em V a.C., já considerava o cérebro como o órgão central da razão. Platão, por sua vez, ao dividir a alma em dois componentes – um racional, localizado no cérebro, e outro afetivo, distribuído pelo corpo – retoma em certo sentido a tradição dualista que se estabeleceu posteriormente.

especulação espiritualista e à pregação ético-religiosa pautada pelo domínio político-epistemológico da igreja. Por consequência, a psicologia se distanciou do estudo biológico-médico do cérebro e se voltou exclusivamente para questões morais⁵. O pensamento cartesiano, embora represente o início de um desligamento do pensamento clerical em direção à autonomia filosófico-científica, ainda manteve a distinção entre o psicológico e o somático, não restituindo algumas das formulações médicas do período grego.

Retornando ao texto freudiano, vemos que a rejeição dos enunciados biológicos por parte dos comentadores parece não se basear única e exclusivamente na leitura fiel de sua obra, mas em certa tendência interpretativa que pressupõe a incomunicabilidade entre diferentes disciplinas – no caso em questão, a psicanálise e a biologia. Conforme veremos, apesar de Freud também ter rejeitado muitas considerações teóricas das ciências biológicas da época, não podemos negar que ele sempre estabeleceu estreito diálogo com elas. Certa tradição crítica procurou recusar os variados aspectos naturalistas da disciplina freudiana, principalmente os biológicos, outorgando-lhes um papel dispensável no desenvolvimento da teoria psicanalítica. Sendo assim, as hipóteses biológicas freudianas serviriam apenas como meio de manter uma pretensa aparência naturalista e de inserir a psicanálise no campo discursivo da medicina vigente na época, predominantemente ‘anatomicista’. Segundo esta corrente, o naturalismo freudiano não condizia com seu objeto de estudo, e os enunciados biológicos não somente poderiam, mas deveriam ser descartados do conjunto das considerações psicanalíticas. Por consequência, o naturalismo freudiano teria que ser rejeitado em favor de uma identificação plena da disciplina psicanalítica com as humanidades e de uma abolição igualmente plena de qualquer tipo de contato com as ciências naturais.

Apesar de supostamente circunscrita à análise da teoria psicanalítica, a distinção estabelecida entre a proposta freudiana e a defendida pela tradição crítica se apoiou predominantemente em uma dicotomia epistemológica bem característica e delimitada: aquela postulada entre as disciplinas que tratariam exclusivamente das relações de significação dos fenômenos psicológicos – entre as quais se encontrariam a psicanálise, a semiótica, a filologia, a hermenêutica, a história – e as disciplinas oriundas do cenário científico naturalista – a biologia ou a neurologia, a fisiologia, a anatomia, entre outras.

⁵ Como exemplo da filiação ético-religiosa da psicologia, cabe ressaltar que o primeiro texto impresso em que o termo é utilizado é o *Psicología: hoc est De Hominis perfectione, animo et in primis ortu eius, commentationes ad disputationes (Psicologia: acerca do aperfeiçoamento do homem, da mente em particular, observações e comentários)*, de Rudolf Goclenius (1590).

Procuraremos apontar que esta oposição se tornou anacrônica, remetendo-nos a outra dicotomia, qual seja, àquela estabelecida entre as ciências da natureza (*Naturwissenschaften*) e as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*) do ambiente alemão neokantiano do final do século XIX. Após estas considerações, poderemos indicar como a proposta freudiana se antecipou perante as limitações impostas por leituras antagônicas, razão pela qual sua teoria permanece ainda hoje profícua, podendo contribuir para os novos debates interdisciplinares que tratam de questões relativas à compreensão dos processos psíquicos.

Muitas vertentes interpretativas argumentam que a metapsicologia freudiana estava atrelada a modelos naturalistas não condizentes com seu objeto de estudo, evidenciando resquícios de modos ultrapassados de teorização sobre o psiquismo. Nossa leitura, ao contrário, procura evidenciar que Freud permanece mais atual do que nunca, uma vez que já havia superado disputas explanatórias no tratamento de questões anteriormente restritas ao domínio das ciências humanas – razão pela qual ele sempre considerou sua teoria como um digno exemplar de ciência natural. A oposição entre ciências naturais e ciências do espírito, a nosso ver, contribuiu para o obscurecimento de explicações envolvendo múltiplos fatores de determinação – biológicos, socioculturais e psicológicos. Tal postura epistemológica serviu de base para grande parte da reflexão desenvolvida no início do século XX, influenciando amplamente as críticas dirigidas ao projeto freudiano.

A consolidação de uma leitura antagônica no tratamento das ciências da natureza e das ciências do espírito deriva em grande parte do enorme sucesso epistemológico e tecnológico propiciado pela revolução copernicana endossada por Galileu Galilei e Newton. Para Galileu, a ferramenta mestra de todo procedimento científico é o método experimental e a previsibilidade. Os inegáveis avanços na explicação dos fenômenos naturais, decorrentes da aplicação metodológica proposta pela incipiente e bem-sucedida ciência física, tiveram desdobramentos não somente no campo das ciências exatas. A crescente utilização do modelo newtoniano – contido em seus *Princípios Matemáticos das Ciências Naturais* (1687), que impunha um estilo de aplicar as matemáticas e o cálculo infinitesimal por meio do método de medição experimental para o entendimento do mundo – culminou na expansão do empreendimento epistemológico das ciências físicas para outras áreas do conhecimento. Entre muitas outras consequências, as chamadas causas finais foram tidas como inválidas na explicação dos eventos naturais em virtude do sucesso das explicações que utilizavam

somente causas eficientes ou condições antecedentes e leis gerais. Esse sucesso explanatório incitou a tentativa de adoção progressiva do modelo proposto para a compreensão de conjuntos diversos de fenômenos a fim de obter uma unidade epistemológica das ciências e evitar, entre outras coisas, a invasão de teorias de cunho metafísico, religioso ou anímico nas explicações científicas. O referido modelo se pautou na exclusão das explicações de caráter antropomórfico – como aquelas envolvendo termos intencionais – nas ciências da natureza, bem como procurou rejeitar a utilização de princípios ocultos de caráter duvidoso – a fim de evitar que a *virtus dormitiva*⁶ continuasse invadindo o terreno científico. Os recursos explanatórios, tanto os que recorriam a causas finais quanto os que utilizavam causas ocultas, foram considerados cientificamente inválidos, dado que serviam de porta de entrada para a introdução de teses metafísicas e hipóteses não comprováveis empiricamente, sendo, portanto, não passíveis de validação científica.

Tendo por base a rejeição de causas ocultas e causas finais, o princípio metodológico das ciências naturais se restringiu à categorização dos fenômenos e subsunção do particular ao universal através do procedimento de formulação de leis universais que permitiam a dedução e previsão de outros fenômenos da mesma classe. Tal princípio consistia na *explicação* do fenômeno de acordo com um conjunto de leis, seguindo uma metodologia observacional e experimental que tinha no modelo preditivo sua maior ferramenta de comprovação empírica. O sucesso do empreendimento explanatório das ciências físicas emergentes foi responsável pela consolidação do programa positivista⁷, que procurou estender, principalmente através de Comte, o programa naturalista para o âmbito das ciências sociais.

Apesar do êxito científico gerado pela aplicação do modelo newtoniano às ciências físicas, a proposta de expansão metodológico-positivista no estudo dos fenômenos humanos encontrou forte resistência, sendo alvo de críticas por parte de uma corrente de filósofos germânicos neokantianos, como Heinrich Rickert, Wilhelm

⁶ “*Quia est in eo Virtus dormitiva*” (Porque há nele uma força ‘dormitiva’) (MOLIÈRE, 1946, p. 182). Trata-se da explicação, aceita com entusiasmo pela banca examinadora, que o aspirante a doutor, personagem de Molière, em *O Doente Imaginário*, oferece diante do questionamento sobre a causa e a razão do estado de sono produzido pelo ópio.

⁷ O programa positivista será tratado no presente trabalho a partir de uma perspectiva similar àquela apresentada por González Rey (2009, p. 12): “com o passar do tempo e com o uso indiscriminado, o vocábulo *positivismo* acabou sendo utilizado para designar questões ou posições que não lhes correspondem ou simplesmente como adjetivo pejorativo sem razão nem sustento. Então, de forma breve, devemos aclarar que o positivismo surge das mãos de Augusto Comte como uma instância superadora na busca do conhecimento, que se iniciou desde uma perspectiva teleológica, que se tornou metafísica e, por último, positiva ou demonstrável. A demonstrabilidade é a essência do positivismo”. Nosso trabalho não objetiva levantar questões sobre as concepções metafísicas ou teleológicas presentes na filosofia positivista, como aquelas que tratam de religião ou da reforma da sociedade, e procurará se centrar na proposta positiva ou demonstrável desta, assunto que será tratado mais adiante.

Windelband e Wilhelm Dilthey. Tais autores se pautaram em duas distinções principais para propor uma barreira intransponível entre as ciências humanas e as ciências naturais: a primeira distinção foi de ordem metodológica, e a outra, que lhe servira de fundamento, ontológica. A diferenciação metodológica no tratamento das ciências do espírito se baseou na oposição entre ‘explicar’ (*erklären*) e ‘compreender’ (*verstehen*) o fenômeno. Apelidada de ‘*Verstehen theory*’, e inicialmente formulada pelo filósofo e psicólogo alemão Wilhelm Dilthey⁸, tal distinção se baseou em uma suposta cisão entre o modo de entendimento dos seres humanos e a maneira como se efetuava a explicação dos fenômenos nas ciências naturais. Segundo o autor, as ciências do espírito não trabalhariam metodologicamente por meio da subsunção dos fenômenos às leis gerais nem os classificariam em categorias estanques segundo princípios indutivos, dado que a característica diferenciadora dos fenômenos humanos – a singularidade – impediria a realização de tal procedimento. Ao contrário do que ocorre nas humanidades, o modo de entendimento das ciências naturais se basearia na derivação formal de um enunciado particular por meio de outros mais gerais, denominado explicação. Esse entendimento resultaria da observação de relações regulares entre eventos, em que o enunciado geral se constitui como uma generalização do tipo causa-efeito ou como resultado da observação de conjunções constantes entre classes de eventos, responsável pela formulação de leis gerais. Para Dilthey, nos seres humanos, um entendimento completamente diferente ocorreria, pois parte do processo envolveria a expressão de conteúdos mentais e relações de sentido⁹ e não a relação nomológica outorgada aos processos da natureza. Ao invés de explicar os fenômenos propriamente humanos por meio da procura do conjunto de suas condições antecedentes necessárias ou suficientes, seria necessário, através do entendimento de suas singularidades, *compreender* e encontrar o sentido e a significação existente em sua produção. Os fenômenos humanos, dotados de significação, deveriam ser compreendidos predominantemente em função de sua intencionalidade. Para essa corrente interpretativa, as atividades humanas, ao contrário dos fenômenos naturais, possuiriam idiosincrasias em suas diferentes manifestações, não sendo passíveis de se deixar capturar por uma rede epistêmica de base dedutiva e nomológica. Eventos tais como uma revolução, uma crença ou qualquer outra manifestação humana possuiriam significações próprias e seriam marcados pela

⁸ Mezan (2007) ressalta que a oposição entre os termos explicar e compreender já havia sido introduzida trinta anos antes pelo historiador Theodor Droysen; contudo, é com Dilthey que tal oposição se torna sistematizada.

⁹ Embora, para Dilthey, os diferentes usos da palavra ‘sentido’ (*Sinn*) tornem esse termo dificilmente definível, sua defesa é de que ele comporta relações distintas das causais em muitos casos.

particularidade, enquanto que um relâmpago, ou uma reação química, constituiriam típicos exemplares de uma categoria de fenômenos explicados através da repetição experimental ou observação regular e sistemática da relação entre algumas de suas propriedades comuns. Mesmo eventos naturais idiossincráticos, como o desaparecimento de uma espécie animal, não seriam comparáveis aos eventos humanos, pois não seriam dotados de qualquer significação intrínseca ou intencionalidade, sendo explicados puramente através de causas eficientes ou conjuntos limitados de condições antecedentes e leis gerais. Estabelecia-se o que Paul-Laurent Assoun (1983) denominou ‘querela dos métodos’ (*Methodenstreit*), surgida na Alemanha do final do século XIX e sistematizada por Dilthey em seu livro *Introdução às Ciências do Espírito* (1989 [1883]). Dilthey definira o método hermenêutico, em oposição ao natural, como uma atividade interpretativa por excelência, cuja função era estabelecer a significação e articulação interna dos fenômenos, bem como sua relação com outros tipos de atividades humanas. O entendimento dos fenômenos propriamente humanos seria, a partir dessa concepção, independente dos métodos formulados nas ciências naturais. O *insight* empático é tido como a ferramenta privilegiada de investigação das ciências humanas, não encontrando qualquer exemplar similar nas ciências da natureza.

No tratamento da teoria freudiana, muitas interpretações se apoiam na referida querela dos métodos. Alguns autores (HABERMAS, 1982; RICOEUR, 1977) atribuem a Freud o uso de uma linguagem mista, vista tanto como resquício de sua formação médica e de sua ligação com um modelo científico oriundo da física quanto como de sua adesão à nova metodologia de investigação psicológica. De acordo com esses autores, a herança médica e fisicalista de sua linguagem teria que ser invalidada em função de sua incompatibilidade metodológica com as ciências humanas. A utilização desse recurso freudiano é tida como fruto da tentativa de reconhecimento e respeitabilidade científica por parte do autor. Sendo assim, o estratagema de Freud foi considerado como um sinal do período pré-psicanalítico, responsável pela formulação de conceitos confusos e metafóricos que, segundo os comentadores, deveriam ser abandonados. Autores como Habermas expressam sua posição tomando a querela dos métodos como argumento para subsidiar a crítica à linguagem científicista freudiana:

Com o surgimento da psicanálise abre-se, através do caminho peculiar à lógica da pesquisa, a perspectiva de um acesso metodológico a esta dimensão disfarçada do positivismo. Tal possibilidade não se concretizou, pois o auto-equívoco científicista da psicanálise, inaugurado pelo próprio Freud, o fisiológico por origem, obstruiu em germen esta possibilidade. O auto-

equivoco não deixa, por certo, de ter suas razões. Afinal, a psicanálise combina a hermenêutica com realizações que, a rigor, estavam reservadas ao domínio das ciências da natureza (HABERMAS, 1982, p. 234).

No entanto, o próprio Habermas evidencia que existem divergências entre a proposta de distinção metodológica sistematizada por Dilthey e o projeto freudiano de intelecção dos fenômenos psicológicos:

Dilthey concebera a recordação autobiográfica como condição de uma intelecção hermenêutica possível e comprometeu, assim, o ato-do-compreender com aquilo que é conscientemente intencionado. Freud depara-se com ofuscamentos da memória que, por sua vez, expressam intenções; estas necessitam, então, transcender o domínio daquilo que perfaz a opinião subjetiva. Com sua análise da linguagem ordinária Dilthey não fez mais do que tangenciar o caso-limite da discrepância entre proposições, ações e expressões vivenciais; este caso-limite constitui, porém, o caso normal para a psicanálise (Ibid., p. 236).

Alguns autores costumam questionar as críticas epistemológicas que têm por base, implícita ou explicitamente, a querela dos métodos de Dilthey. Simanke (2009a), por exemplo, atenta que ela foi transposta indevidamente para o plano ontológico, como se a distinção entre modelos explicativos fosse uma consequência inevitável da fratura intrínseca dos diferentes objetos de estudo, ou como se a diferenciação entre os modelos explicativos somente ocorresse em decorrência desta fratura. Tal oposição ontológica entre os objetos naturais e não naturais – considerados humanos – encontrou, inicialmente, apoio na antinomia kantiana entre natureza e liberdade. A contradição postulada entre esses termos considera que as ações e produtos humanos se distinguem dos objetos naturais por uma superação da ordem de determinação natural, necessitando ser compreendidos – e não explicados, como os fenômenos da natureza. A antinomia kantiana forneceu as bases para a postulação de duas metafísicas: uma metafísica da natureza, que contém os princípios *a priori* para o conhecimento da natureza, e uma metafísica dos costumes, que contém os princípios *a priori* para o conhecimento da ação humana. Ou seja, toda a querela dos métodos fora justificada com base em uma distinção ontológica que afirma a existência de diferentes naturezas dos fenômenos estudados. A dualidade cartesiana anteriormente citada foi reencenada no plano epistemológico kantiano ao propor uma doutrina dos corpos, que trata da natureza extensa, e uma doutrina da alma, ocupada com o tratamento da natureza pensante ou, em termos kantianos, com o homem enquanto cidadão do mundo. Em Descartes, a substância extensa é regida pelas rígidas leis mecânicas, não aplicáveis ao domínio da substância pensante. O domínio corporal é entendido mecanicamente e a relação com o

mental seria garantida por intermédio da glândula pineal, uma espécie de órgão mediador entre duas ordens ontologicamente distintas. Em Kant, a oposição entre os dois tipos de antropologia é transposta para o plano metodológico, sistematizado posteriormente por Dilthey:

Uma doutrina do conhecimento do homem, sistematicamente tratada (Antropologia), podia vê-la do ponto de vista fisiológico ou do ponto de vista pragmático. O conhecimento fisiológico do homem tende à exploração do que a natureza fez do homem; o conhecimento pragmático, do que o homem, enquanto ser de livre atividade, faz ou pode e deve fazer dele mesmo (KANT *apud* FULGENCIO, 2008, p. 69).

Fulgencio distingue claramente as duas ordens kantianas responsáveis pela divergência das propostas metodológicas posteriores:

A antropologia, do ponto de vista fisiológico, ocupar-se-ia do homem enquanto um objeto da natureza. Essa antropologia fisiológica, isto é, naturalista, pode ser desenvolvida tanto em termos físicos (o que implicaria o estudo de suas determinações biológicas) quanto em termos psicológicos (o que implicaria tomar as suas representações como mutuamente determinadas) (...). A antropologia elaborada do ponto de vista pragmático pensa o homem, não mais regido pelas leis da natureza, mas a partir de outro tipo de causalidade, a saber, um usuário livre para agir no mundo no qual ele habita (Ibid., p. 69).

Nessa visão, a diferenciação entre as duas ordens definiria os limites ao estudo da práxis humana, sendo este, em função da natureza de seu objeto, incapaz de explicar e relacionar os fenômenos da mesma maneira que o cientista natural.

2.1.1 Breves considerações éticas em meio à discussão epistemológica

A querela metodológica se baseou, por conseguinte, tanto em considerações de cunho epistemológico quanto em divergências de ordem ética e ontológica. A postulação *a priori* de uma natureza humana alheia às determinações naturais se pautou principalmente nas exigências éticas de autodeterminação e autonomia racional. Baseou-se também nas posturas ontológicas acerca da liberdade referente ao transcendental, condição de possibilidade de todo conhecimento fenomênico, encontrando forte apoio em premissas de ordem religiosa. Não por acaso, a discussão ética também foi amplamente utilizada no questionamento da linguagem mista freudiana, uma vez que ela feria um dos princípios sobre os quais se pautavam as

argumentações kantianas. A pressuposição da liberdade humana sustentaria o argumento que procura encerrar a disputa epistemológica acerca da possibilidade de conhecimento sistemático dos fenômenos humanos. Binswanger (1970 [1936]), por exemplo, sintetiza a posição freudiana como fundamentada na ideia do homem enquanto *homo natura*, isto é, na qual a liberdade, lugar privilegiado da atitude reflexiva, dá lugar à necessidade baseada no entendimento do corpo enquanto máquina. Nesse sentido, algumas interpretações da obra freudiana transcorrem como se houvesse apenas duas alternativas teóricas a serem escolhidas: ou um modelo de determinação identificado erroneamente com um mecanicismo de caráter nomológico ou uma negação de toda e qualquer determinação natural. Muitas das objeções epistemológicas à linguagem freudiana se basearam na recusa de uma proposta nomológica específica, identificada com um programa metodológico e epistemológico bem determinado, derivado de um tipo delimitado de fisicalismo. A fenomenologia de Binswanger encara o projeto naturalista freudiano como necessariamente reducionista, por remeter a ordem das significações ao mero jogo mecânico de forças. Ou seja, identifica determinação com mecanicismo, naturalismo com modelo nomológico e reducionista e ciência humana com hermenêutica. Esta crítica se apoia na referida dualidade cartesiana, ao considerar o mental dentro do que o filósofo Daniel Dennett (1991) chamou de ‘teatro cartesiano’, tomando como excludentes os dois campos de investigação. A liberdade pressuposta nas ações humanas é utilizada como fundamento filosófico para postular restrições no que se refere à proposta de explicação dos fenômenos humanos em uma cadeia de determinação natural. O tratamento dos fenômenos humanos sob um viés de determinação estaria interdito pela fundamentação kantiana estabelecida *a priori*:

Kant acreditava que a sanção para o dever moral deve ser encontrada numa vontade que é livre para escolher entre dever e inclinação egoísta sempre que possa emergir um conflito. Essa vontade é uma força em si. Ela não está sujeita a quaisquer causalidades do corpo, mente, sociedade ou natureza. Ela não depende de alguma motivação fora de si. A vontade causa atos que têm conseqüências, mas um ato de vontade não tem ele mesmo quaisquer antecedentes causais. Ele é inteiramente espontâneo; assim, cada indivíduo é obrigado, de acordo com Kant, a escolher livremente o motivo para suas ações – escolher entre dever e interesse. A teoria moral de Kant postula para a moralidade uma sanção interna absoluta que é inteiramente independente de qualquer força ou autoridade externa. Kant fez remontar a fonte de sua vontade moral à subjetividade humana concebida como uma “coisa-em-si”. Ontologicamente, a espécie humana é um reino de fins além da natureza e das leis da natureza (HANLY, 1995, p. 94).

A justificativa ética de influência kantiana é formulada como o principal argumento filosófico para a recusa do programa proposto pela ciência natural, que

objetiva encontrar as regularidades para os fenômenos que explica. Nada mais alheio ao projeto freudiano que uma fundamentação ontológica que transcenda as leis da natureza. Para Freud, a constituição da moralidade não se baseia em uma racionalidade *a priori*, mas nas exigências não satisfeitas de descarga pulsional. O reino dos fins freudiano se confunde com o reino das metas pulsionais. A moralidade não se constitui por meio de uma simples operação lógica, nos moldes do racionalismo, tampouco se pauta por qualquer autodeterminação (ou autonomia) da vontade. A moralidade em Freud não pressupõe qualquer tomada de contato interior com alguma suposta unidade metafísica. A origem da moralidade, para o autor, reside na própria história de constituição da civilização, que imprime suas marcas no desenvolvimento do indivíduo enquanto é moldada por ele.

A restrição metodológica imposta por parte das ciências naturais, com a exigência de formulação de regras dedutivo-nomológicas no tratamento de todos os fenômenos passíveis de investigação científica, reforçou ainda mais a rejeição dos adeptos da *Verstehen theory* em relação a qualquer projeto de uniformização metodológica. O programa neokantiano proposto pelas ciências do espírito recusa o naturalismo, identificando-o com a submissão ao domínio epistemológico e metodológico proposto pelo positivismo. É nesse sentido que Rorty (1999) alega que a humilhação efetuada pela terceira ferida narcísica freudiana imposta à humanidade deriva mais do mecanicismo embutido em suas concepções do que de um deslocamento do centro decisório do sujeito. Ou seja, o autor identifica o naturalismo freudiano com um tipo de mecanicismo, como se os termos fossem intercambiáveis. A reflexão de Rorty parte de um suposto mecanicismo defendido por Freud sob o viés de uma proposta ética de enfrentamento. A postulação do determinismo¹⁰ psíquico por Freud, muitas vezes confundido com a defesa de um mecanicismo mental¹¹ que abarcaria todo

¹⁰ O conceito de determinismo causal pode ser identificado com a tese de Bacon, que toma a causa como o conjunto de condições necessárias e suficientes do evento a ser explicado. Entendemos que concepções específicas e distintas do conceito são encontradas em diversos autores, tais como Leibniz e John Stuart Mill, que divergem, sobretudo em torno das concepções causais, tidas como somente necessárias, ou suficientes, ou necessárias e suficientes. No entanto, trataremos do conceito de determinismo freudiano conforme a definição oferecida por Laurenti (2009, p. 34), embora concordando com sua problematização: “determinismo é usualmente concebido como a tese que afirma que todos os eventos são causados. Trata-se de uma definição de determinismo que não suscita maiores inquietações, até constatarmos que a noção de causa não é unívoca. Isso nos leva a pensar que podemos encontrar várias acepções de determinismo, conforme a concepção de causalidade adotada”.

¹¹ José Ferreira Mora, em seu dicionário de filosofia, atenta para a constante identificação operada entre concepções deterministas e mecanicistas: “as doutrinas deterministas modernas, às quais nos referiremos aqui principalmente, estão ligadas a uma concepção mecanicista do universo, a tal ponto que, por vezes, se identificaram determinismo e mecanicismo. Característico do determinismo moderno é aquilo a que pode chamar-se o seu universalismo; uma doutrina determinista costuma referir-se a todos os acontecimentos do universo. A relação entre determinismo e mecanicismo pode então compreender-se melhor, pois o determinismo se aplica mais facilmente à realidade enquanto

e qualquer processo psíquico, gera interpretações divergentes: por um lado, evidencia-se uma recusa explícita, inclusive através de acusações como as de Rorty, que interpreta o determinismo freudiano como equivalente ao mecanicismo, não distinguindo claramente os dois termos; por outro lado, percebe-se uma tentativa de enquadrar a proposta freudiana em concepções epistemológicas não naturalistas, contrariando as especificidades do objeto de estudo propostas pelo autor. Tudo ocorre como se houvesse apenas duas alternativas em jogo: ou tentar inserir a psicanálise na proposta nomológico-dedutiva ou recusar qualquer tipo de pertencimento da disciplina freudiana à posição científico-naturalista. Subjacente à postulação de tal alternativa reside a identificação do naturalismo com o modelo nomológico-dedutivo, com uma concepção determinista e também mecanicista, como se todos esses termos estivessem lógica, metodológica e epistemologicamente vinculados.

Na discussão ética, encontramos leituras como as de Lacan, para quem Freud deve definitivamente ser incluído na classe dos teóricos da ética, dada a postulação da preponderância do desejo sobre as ações, relacionando a psicanálise fundamentalmente como um projeto ético. Lacan (1991) afirma que Freud deve ser reconhecido como aquele que forneceu os meios para se avançar na essência do problema moral, negando qualquer tipo de relação da psicanálise com as ciências naturais. Sabemos, no entanto, que a posição lacaniana, apesar do constante apelo de retorno à escrita de Freud, constituiu um modo de leitura muito peculiar que não deve ser identificado com o pensamento freudiano sem maiores ressalvas, motivo pelo qual não nos deteremos na leitura de seu texto. No entanto, outros comentadores procuraram situar o inventor da psicanálise na passagem de uma empreitada científicista para um projeto ético, atribuindo esta mudança de direção ao sobrevoos especulativo que a teoria psicanalítica teria empreendido¹². Chegam a tratá-lo como um “covarde moral”, dado que seu sistema teórico, ao postular as determinações inconscientes do comportamento, retiraria o sujeito do verdadeiro papel ativo de agente moral, atribuindo-lhe a condição de vítima

concebida mecanisticamente” (MORA, 1978, p. 66). O determinismo freudiano podia ser mais bem compreendido em termos energéticos que mecânicos: “difícilmente (se referindo a Deus) Ele me poderia responder que não tenho feito o melhor uso da minha pretensa liberdade (diga-se de passagem que sei que todo o indivíduo representa uma porção de energia vital, mas não vejo em que a energia tem a ver com a liberdade e a indeterminação)” (FREUD, 1915, carta a James J. Putnam, 8 de julho de 1915, p. 304).

¹² Dunley (2002, p. 96) realiza uma leitura na qual Freud teria efetuado uma “ultrapassagem” do científico ao ético devido seu desejo de transgressão (leia-se superação do pai) efetivado nas suas “especulações éticas trágicas”. Tudo se passa como se a psicanálise só ganhasse o *status* ético a partir de um suposto distanciamento de sua científicidade. Duplo equívoco, o primeiro em outorgar o distanciamento da psicanálise de sua proposta científicista inicial e o segundo em tomar como incompatíveis um projeto científico e um projeto ético.

das múltiplas determinações psíquicas e históricas (MASSON, 1984). Para esses autores, a atribuição do determinismo psicológico implica a exclusão da responsabilidade outorgada às ações humanas, uma vez que elas passam a ser entendidas como necessárias e completamente determinadas (HOSPERS, 1966)¹³. A oposição instaurada entre liberdade e necessidade introduz o problema ético da responsabilidade e do livre-arbítrio embutido nas ações. Em contraposição, e seguindo a tradição kantiana anteriormente ressaltada, uma teoria que tratasse das ações propriamente humanas não poderia ser considerada naturalista.

Schlick (1966) e Hobart (1966), em contrapartida, tentam solucionar o problema ético diluindo o conceito de liberdade dentro do próprio conceito de causalidade, introduzindo uma visão reconciliacionista que reserva um espaço de convivência para ambos os termos. Dialogando com essa corrente, Mackay (1971) procura entender a aparente oposição entre causalidade e liberdade através da eliminação de qualquer responsabilidade ou liberdade metafísica pressuposta nas ações, sendo o conceito de responsabilidade entendido apenas no âmbito prático, não no epistemológico. O argumento do autor, porém, parece não esclarecer exatamente qual elo da cadeia determinante é responsável pela suposta liberdade de ação imputada ao sujeito. Mcdermott o critica dizendo que ele simplesmente substitui “o velho: ‘eu sou livre porque me sinto livre’ pelo choro embaraçoso: ‘sou livre porque eu sei que não sei ainda o que irei fazer’” (MCDERMOTT, 1972, p. 346). A crítica de Mcdermott é direcionada à defesa de Mackay, o qual afirma que uma ação *indeterminada-para-A* implica uma ação *determinável-por-A*, como se a postulação de indeterminação garantisse a comprovação do livre-arbítrio. Em outras palavras, como se as limitações gnosiológicas constituíssem evidência da autodeterminação ou da liberdade ontológica. Para Mcdermott, o equívoco residiria na tentativa de conciliar duas tendências incompatíveis, quais sejam, a do determinismo e a do livre-arbítrio. Tais questões inevitavelmente podem ser introduzidas em uma análise da posição filosófica freudiana, gerando mais questionamentos que respostas. Como conciliar em Freud o determinismo psíquico e a responsabilidade moral? Sua defesa determinista, ainda que não elaborada extensamente, não excluiria a liberdade requerida na escolha da ação e condição para a

¹³ Apesar de achar o problema mal colocado, Hospers não deixa de ressaltar a dificuldade do projeto determinista freudiano. Hospers, autodenominado como determinista, rejeita o conceito de liberdade entendido como livre determinação das ações e, nesse sentido, eleva o conceito de causalidade a um nível de destaque no repertório psicanalítico.

atribuição de moralidade? Como manter o determinismo psíquico sem recair em um fatalismo? Analisemos a defesa freudiana:

Já numa ocasião anterior permiti-me repreender-lhes que existia profundamente enraizada em vocês uma crença na liberdade e arbitrariedade psíquicas, crença num todo acientífica e que deve ceder em face da exigência de um determinismo que governe também a vida anímica. Se perguntado ocorre-lhe isto e não outra coisa, rogo-lhes que o respeitem como um fato (FREUD, 1916-17, p. 96).

A partir da posição advogada por Freud, muitos concluem que, uma vez que todas as ações derivam dos processos psíquicos subjacentes e que estes são tidos como completamente determinados, tais ações seriam consequências necessárias das condições antecedentes e, por sua vez, não poderiam ser condenadas ou aplaudidas. A abolição da liberdade na gênese das ações eximiria o sujeito de suas supostas responsabilidades. Aquele que age de modo censurável não seria menos determinado do que aquele que se comporta exemplarmente. A atenuação da plena responsabilidade de um ato acabaria por abalar a suposta moralidade da ação.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que as concepções deterministas freudianas costumam se basear em um determinismo que diverge de qualquer pressuposto fatalista, uma vez que o fatalismo costuma utilizar a predestinação ou o destino como conceitos operatórios. Atribuir que todo evento possui um antecedente causal é diferente de defender um fatalismo que se aproximaria de uma concepção determinista laplaceana. No terreno ético, a alternativa interpretativa de Cassirer aponta para uma leitura possível da posição de Freud. O autor indica que “não se trata de uma antítese entre determinação e indeterminação absoluta, mas entre duas formas de determinação, a natural e a moral” (CASSIRER *apud* CASANAVE, 2000, p. 34). O determinismo freudiano, nesta visão, estabelece uma tensão entre a ordem moral e a ordem natural, sendo a instauração da moralidade vista como resultado de um jogo de diferentes determinações. A separação entre as duas ordens é impossível de ser realizada, dado o caráter universal da inscrição do indivíduo na ordem da cultura e a internalização cultural com o auxílio das moções pulsionais: uma “subjetivação ou introjeção da cultura”. Se a liberdade plena do indivíduo não é possível na ordem da cultura é porque se instaura outro tipo de determinação – social e histórica, mas também filogenética – que escapa à determinação puramente subjetiva, misturando-se a ela. A dicotomia entre as duas ordens se dissipa no exercício do jogo de forças, sendo. A determinação, nunca abandonada, se expressa no resultado da relação entre as demandas

individuais e coletivas. A moralidade se justifica na tensão – sempre presente na teoria freudiana, seja sob a dualidade pulsional entre pulsões sexuais (*Sexualtriebe*) e pulsões de autoconservação (*Selbsterhaltungstrieb*) ou entre pulsões de vida (*Lebenstrieb*) e pulsões de morte (*Todestriebe*) – entre a ordem do necessário ao indivíduo e à espécie. O próprio objetivo da análise é descrito por Freud como sendo o de fortalecimento do eu, possibilitando uma melhor formação do enfermo diante de suas “disposições e capacidades” (FREUD, 1923 [1922], p. 246). Ou seja, a solução indicada pelo autor é a conciliação, ou pelo menos a tomada de consciência, das disposições do paciente em meio ao conjunto de demandas culturais. No entanto, a proposta determinista freudiana não o impede de lidar com a tensão própria da constituição do ser social. A alternativa propiciada pela clínica é um exemplo do enfrentamento freudiano, através do fortalecimento do eu diante das exigências de seus senhores, isso e supereu. Cabe ao sujeito encontrar, mediante as exigências da realidade, a conciliação entre os pontos de determinação individuais e sociais, ainda que tal dissociação seja meramente esquemática.

A tragédia freudiana assume a oposição pulsional/cultural como fundante e constitutiva do processo de desenvolvimento do indivíduo e da cultura. Freud também toma a moralidade como lei de inscrição do indivíduo na ordem social e como resultado do exercício de impulsos primordiais. A moralidade é historicamente constituída a partir do choque entre a regulação de vínculos recíprocos e as diferentes exigências pulsionais. Freud admite a ordem de determinação ao mesmo tempo em que abre margem para a responsabilidade que garante a regulação dos vínculos humanos. O espaço que se abre pode ser considerado racionalista, mas não se trata daquele racionalismo em que as motivações e inclinações são delegadas a um segundo plano. Ao contrário, o ego freudiano está montado sobre o cavalo pulsional, de modo que precisa aprender de alguma forma a atendê-lo sem perder as rédeas. À racionalidade cabe o papel crítico, mas conciliatório, que procura atender as demandas externas e internas, assim como transmutá-las em benefício da cultura, minimizando o mal-estar decorrente destas operações.

O conhecimento de si mesmo, tal como aquele operado na clínica, é o caminho para se compreender os obstáculos que a tarefa trágica impõe. Se, em *Análise terminável e interminável*, Freud atenta para as dificuldades e os limites da prática clínica, é porque estava ciente da tragédia que a vida humana representa. A preponderância dada às determinações constitucionais e adquiridas aponta para a

dificuldade de se transpor a rigidez das fixações pulsionais que condicionam as ações. Tal ênfase na determinação não implica no abandono do exercício do autoconhecimento, mas na relativização de sua eficácia, que a tarefa por si só já impõe. Somente influenciando na cadeia determinante através do conhecimento de si mesmo é que se torna possível intervir na compulsão à repetição que os caminhos de tramitação pulsional propõem. A saída pelo “conhece a ti mesmo” é a melhor alternativa possível, apesar de seu caráter trágico. Marthe Robert sintetiza a reação ética diante da doutrina freudiana:

Uma vez mais teremos que nos reportar à época para compreender estas reações quase gerais da opinião pública em face da concepção freudiana de homem. Para todos aqueles que – e eram maioria – pensavam e sentiam de acordo com os padrões acabados que haviam sido herdados do século precedente, uma coisa permanece intangível no meio de todas as vicissitudes sociais, políticas e filosóficas da época: aquilo que, com bastante precisão, se denomina escala de valores e cujos limites inferior e superior eram nitidamente distintos e separados por toda a distância que entre o corpo e a alma, assim como entre as classes sociais, é introduzida pela história e pela cultura. O limite inferior era constituído pelo corpo e seus apetites, pela fome, pelo amor, por toda a nudez da necessidade. Enquanto o segundo podia pensar em elevar-se com a condição de começar por se renegar ou destruir, o primeiro, absolutamente isolado, criava e julgava, mas ignorando, pela sua própria essência, o que se passava nos últimos graus da hierarquia. (...) A revolução freudiana veio dar um último golpe nesta concepção de valores a que a generalidade das pessoas se agarrava com tanto mais força quanto era certo estar irremediavelmente condenada (ROBERT, 1991, p. 232).

A dualidade ressaltada por Robert ilustra um dos pressupostos éticos responsáveis pela recusa da teoria freudiana como um todo. Ainda hoje, muitas das correntes avessas às considerações freudianas de cunho biológico se apoiam nesta antiga dualidade. O inventor da psicanálise, cômico dos pressupostos moralistas que nortearam muitas das críticas, ironiza tal posição:

Por último, pode-se qualificar prontamente de absurdo o temor de que a psicanálise subtrairia valor ou dignidade dos chamados bens da humanidade – a investigação científica, a arte, o amor, a sensibilidade ética e social – somente porque pode mostrar que descendem de moções pulsionais elementares, animais (FREUD, 1923 [1922], p. 248).

Tais controvérsias, contudo, se baseiam em uma discussão ética alheia à presente proposta de análise epistemológica. Nossa intenção foi somente ressaltar que a temática proposta, embora se concentre em considerações epistemológicas, possui desdobramentos éticos que podem e devem ser aproveitados em outros trabalhos. Sendo assim, tendemos a concordar com a opinião freudiana, interpretada através das palavras

de Salmon (1976, p. 64): “não é possível aceitar ou rejeitar um princípio fundamental de uma teoria empírica a partir de conseqüências éticas desejáveis ou indesejáveis”.

2.1.2 Reação ao positivismo através da oposição ciências naturais/ciências do espírito

Pudemos compreender como a distinção metodológica caracterizada pela defesa de uma barreira intransponível entre explicação e compreensão foi, em grande medida, justificada ontologicamente com base em uma suposta diferença de natureza postulada entre os fenômenos naturais perante as produções humanas. Estabelecida a distinção metodológica, as ciências do espírito passaram a ser definidas em função da natureza de seus objetos, fundamentadas ontologicamente como alheias à ordem natural. Estaria postulada a distinção ontológica que perdurou durante grande parte do século XX, a despeito do enfraquecimento da hegemonia epistemológica – e, conseqüentemente, da superação da distinção metodológica –, que sustentou a divergência em relação ao tratamento naturalista dos fenômenos humanos. A fundamentação filosófica dos fenômenos humanos continuou a ser pautada pela recusa das determinações naturais. A diferenciação ontológica implícita na discussão epistemológica que se seguiu no decorrer das décadas subsequentes parece ter permanecido relativamente incólume, sendo aceita sem maiores questionamentos.

O século XX assistiu à formulação de propostas normativas para definição dos parâmetros de cientificidade. O programa positivista, por sua vez, contribuiu para a emergência do positivismo lógico, posição defendida pelos membros do Círculo de Viena (*Wiener Kreis*), através da defesa de uma nova forma de ilustração liberta dos domínios metafísicos. Qualquer explicação comprometida com um ponto de vista não empírico deveria ser considerada cientificamente inexpressiva. Com isso, a restrição metodológica proposta pelo positivismo lógico, que usualmente foi chamado de concepção recebida de ciência, continuou a impedir a adesão plena das chamadas ciências humanas. A proposta de eliminação do que consideravam resquícios metafísicos no fazer científico se deu por meio de uma restrição metodológica e instalação de um programa epistemológico bem delimitado. O critério de verificação da significação para toda proposição científica se baseou na valorização da experiência

sensível direta e da decomposição analítica de seus enunciados por meio da lógica formal. No entanto, muitas das chamadas ciências humanas se viram impossibilitadas de atender às exigências metodológicas e epistemológicas propostas. Os adeptos destas áreas de conhecimento reagiram reafirmando a antiga distinção ontológica entre a ordem do humano e da natureza. A discussão que se seguiu, apesar de centrar seus esforços em debates metodológicos, admitia as premissas ontológicas como fundamento para a instalação da dicotomia entre os dois domínios, de modo que esta distinção de natureza entre os objetos permaneceu predominantemente intocada. Sendo assim, a afirmação de uma legitimidade epistemológica por parte das ciências humanas fundamentou-se na postulação da natureza diferenciada de seu objeto, servindo como base para justificar o não enquadramento nos critérios propostos pelo positivismo lógico.

Em virtude da hegemonia do programa lógico-positivista durante meados do século XX, tudo se passou como se houvesse necessariamente uma indiferenciação entre positivismo lógico e naturalismo, contribuindo para a reafirmação da cisão entre o estudo dos fenômenos humanos e o estudo dos demais fenômenos naturais. O projeto metodológico de uma ciência unitária do positivismo, por meio da proposição de um modelo explanatório restrito, foi rapidamente identificado com a posição adotada por seus adeptos, o naturalismo. A metodologia positivista, com seu princípio explicativo baseado na experimentação, previsibilidade e descrição dos fenômenos em torno de entidades e processos observáveis, partia da desconfiança acerca da postulação de eventos inobserváveis, identificando tal postura como não naturalista. Dado que seu objetivo era o alcance de um projeto único do fazer científico, e que a postura positivista era tida como naturalista, as propostas metodológicas concorrentes foram rapidamente identificadas com uma posição questionável e, conseqüentemente, não naturalista.

Simanke ressalta que o dualismo epistemológico instituído entre defensores e opositores da concepção recebida de ciência foi confundido com a discussão sobre o naturalismo e o não naturalismo. Para o autor, esta discussão se tornou anacrônica e assumiu uma fratura ontológica postulada entre os dois domínios, remetendo esta questão a alguma das versões da clássica distinção aristotélica entre o natural e o humano. A dicotomia natureza/cultura foi estabelecida com base em concepções epistemológicas e ontológicas estritas, parecendo ainda hoje não ter sido completamente superada:

Tudo se passava como se a distinção entre o *natural* e o *artificial* – entre o que depende e o que não depende da ação humana para existir – continuasse a ser pensada segundo alguma versão (bastante simplificada, em geral) da clássica distinção aristotélica (*Física*, II, 192b) e pudesse ignorar o desenvolvimento explosivo das ciências naturais na Idade Moderna e, mais especificamente, das ciências da vida, após a revolução darwinista do século XIX, com todos os desafios que colocavam ao antropomorfismo e ao “isencionalismo” (“*exceptionalism*”) (cf. Catton & Dunlap, 1978) mais ou menos evidentes implicados naquela distinção (SIMANKE, 2009a, p. 223, grifos do autor).

O questionamento crescente direcionado ao programa proposto pelo positivismo lógico no final da década de 1960, embora tenha contribuído para a demolição de barreiras metodológicas e epistemológicas que se ergueram contra as ciências humanas, parece não ter atingido tão fortemente um pressuposto que o amparava: a postulação de uma distinção insuperável entre domínios das ciências naturais e humanas, bem como a identificação do positivismo lógico com o naturalismo – e, por consequência, a identificação entre o programa não positivista e o antinaturalismo. Tudo transcorreu como se a adesão ao naturalismo exigisse necessariamente uma adesão ao projeto positivista, junto com todos os pressupostos metodológicos e epistemológicos que este contém; e, conseqüentemente, como se a recusa do positivismo devesse necessariamente coincidir com a rejeição da explicação naturalista. Dentro desse contexto, a teoria freudiana foi vista como responsável, dependendo do viés interpretativo, tanto pela acentuação de antigos embates epistemológicos quanto por sua ultrapassagem, uma vez que ela se pautou na recusa das referidas oposições e transitou entre diferentes abordagens explanatórias. Nesse caso, parece que Freud optou pela superação do embate. Talvez o seu projeto só possa ser visto com maior fidelidade a partir da superação destas dicotomias.

Partindo das considerações anteriores, a intenção deste trabalho não é defender a legitimidade da psicanálise enquanto um programa cientificamente inquestionável, mas apontar para uma insuficiência de antigas propostas de leitura diante da emergência de novos paradigmas epistemológicos, tais como os fornecidos pelas ciências biológicas do século XX. Tendemos a concordar com Bunge quando este diz:

As ciências sociais sofreram, pois, uma revolução no decorrer do último século. Esta revolução foi inspirada primeiro pela filosofia positivista, depois pela marxista, e foi combatida pelos filósofos idealistas e kantianos, que afirmavam dogmáticamente ser impossível estudar o homem do mesmo modo que se estuda uma rocha ou um animal. Ainda há filósofos inimigos do processo de cientifização das ciências sociais – em particular os positivistas inimigos das teorias, os marxistas dogmáticos inimigos de tudo que não esteja escrito nos clássicos do passado, e, naturalmente, os filósofos da linguagem comum, os fenomenólogos e os existencialistas. Eles já se

encontram na defensiva e têm cada vez menos partidários entre os cientistas sociais (BUNGE, 1980, p. 28).

Tentaremos demonstrar, a despeito das várias considerações freudianas de cunho biológico, como os modelos que não aceitam as considerações naturalistas podem ter sido influenciados por concepções questionáveis que partem implicitamente de outros problemas éticos, metafísicos e epistemológicos. Esse cenário interpretativo toma de empréstimo posições conflitantes acerca da natureza do objeto de estudo da psicanálise, importando concepções filosóficas arraigadas em torno do naturalismo que foram utilizadas para a sustentação das referidas divergências epistemológicas. Tais questões precederam e ultrapassaram a discussão epistemológica, sendo responsáveis pela construção de obstáculos tidos como intransponíveis. Uma de nossas intenções é evidenciar que Freud forneceu uma alternativa explanatória do psiquismo muito menos comprometida com antigas posturas epistemológicas e ontológicas do que se costumou supor. Seu foco de atenção se dirigiu mais para a compreensão dos fenômenos estudados e tentativa de sistematização das evidências empíricas em torno de um corpo teórico consistente do que para a continuação de um programa mecanicista ou fisicalista. O autor também rejeitou muitos dos pressupostos dualistas que nortearam grande parte das críticas, motivo pelo qual parecia transitar sem maiores questionamentos entre domínios explanatórios diversos. A tarefa freudiana pode ser vista como um dos exemplos de superação de antigos paradigmas psicológicos e filosóficos, permanecendo mais atual que muitas correntes pós-freudianas. O caminho de superação de posturas divergentes parece ter sido favorecido pelo extraordinário avanço das ciências biológicas durante o século XX, permitindo ainda mais uma aproximação entre disciplinas que tratam muitas vezes de problemas comuns, embora sob óticas distintas.

2.1.3 O receio diante dos enunciados biológicos freudianos

A rejeição dos enunciados biológicos freudianos evidenciada por muitos comentadores, além das razões apontadas anteriormente, também deriva de outra preocupação: haveria, para alguns (KUHN, 1975; LAUDAN, 1997), uma incomensurabilidade entre disciplinas distintas, ainda que em um mesmo contexto

epistemológico geral – no caso, científico-naturalista. Esses autores consideram que sistemas conceituais diversos, embora possam tratar de assuntos afins, não podem ser transpostos fora de seus domínios específicos de operação. Eles afirmam que uma contaminação terminológica é, na maioria das vezes, prejudicial à compreensão de objetos de estudo em níveis diferenciados de análise¹⁴. Sendo assim, deveríamos considerar que, ao se adotar novos parâmetros de observação, as relações se modificam; algumas desaparecem, deixam de fazer sentido, novas emergem e adquirem importância capital; outras, ainda, mantêm seu grau de importância. Não atentar para a transposição de um sistema terminológico em disciplinas diferentes significaria desconsiderar tanto o código do qual se parte como também aquele com o qual se dialoga. No âmbito da ciência, divergências à parte, é comum também considerar seu desenvolvimento como mediado pelo diálogo e, conseqüentemente, por modos de construção do conhecimento, pressupondo interlocutores e modos de tradução. Seja para corroborar, retificar, criticar ou rejeitar determinada visão, é sempre necessário partir de um ponto, algum lugar minimamente constituído. Mesmo a criação de novos conceitos, invenção de novas técnicas ou aplicação de novos modelos teóricos pressupõem a existência de códigos de leitura preestabelecidos. Freud parece concordar com tal opinião: “Também o estudante que olha pela primeira vez através de um microscópio é instruído pelo professor acerca do que deve ver; do contrário não vê nada, embora tenha algo visível” (FREUD, 1917 [1916-17], p. 398).

Mesmo considerando tais críticas, é importante observar, como o fazem Winograd & Campos, que, apesar de reconhecer que existem diferenças entre esquemas teóricos diversos, “esses não precisam ser considerados tão díspares a ponto de se pensar que habitariam diferentes mundos” (WINOGRAD & CAMPOS, 2009, p. 12). Embora atentem para os perigos da contaminação terminológica, as autoras ressaltam que as distinções podem ser consideradas apenas terminológicas, não precisando necessariamente ser transpostas para outros planos de análise, como o ontológico. É compreensível, embora não justificável, que as disciplinas inseridas no que se convencionou denominar *Geisteswissenschaften* tenham fundamentado ontologicamente as diferenças entre seus campos de atuação diante das *Naturwissenschaften*. Os problemas relativos às intersecções entre as disciplinas biológicas e as psicológicas culminaram muitas vezes na incorporação acrítica das teorias da subjetividade ao

¹⁴ Muito embora Kuhn (1977) tenha relativizado essa suposta incomensurabilidade, tratando-a mais como um problema de tradução em escritos subsequentes.

domínio biológico. A recusa exagerada desta incorporação resultou na busca por fundamentações alheias ao mero problema de tradução terminológica. Cabe ressaltar que esta rejeição, contudo, não implica a afirmação, postulada *a priori*, da impossibilidade de qualquer diálogo. Diante da possibilidade de incorporação de uma disciplina por outra que lhe é fronteira, frequentemente observou-se duas posturas antagônicas: ou simplesmente foram ignoradas as inúmeras diferenças entre as disciplinas e os enfoques teóricos, resultando em confusões conceituais, metodológicas e históricas; ou então foi recusado qualquer tipo de relação entre elas, a fim de evitar as mesmas confusões conceituais, metodológicas e históricas. De um lado, percebe-se uma postura demasiadamente descuidada e, de outro, uma posição excessivamente cautelosa.

No que tange ao nosso objeto de estudo, defenderemos que Freud procurou reiteradamente tomar o cuidado no estabelecimento de um diálogo de sua disciplina com as demais ciências, dado que ela certamente trata de “diversos outros âmbitos do saber e estabelece conexões inesperadas entre estes e a patologia da vida psíquica” (FREUD, 1913c, p. 169). O perigo da utilização de domínios explicativos pertencentes a disciplinas distintas é evidente, uma vez que tal uso corre o risco da submissão de uma disciplina por outra ou da utilização indiscriminada de conceitos em espaços alheios de aplicação. Esse perigo não constitui, no entanto, motivo suficiente para a recusa de toda e qualquer proposta de articulação entre diferentes áreas do conhecimento, incluindo as ciências biológicas e psicológicas. O cuidado no uso de conceitos de outras disciplinas não deve ser confundido com a afirmação de uma ordem não natural no tratamento dos fenômenos humanos.

De qualquer maneira, a questão certamente não é nova e já fora tratada pelo inventor da psicanálise, o qual, muito antes da consolidação de sua disciplina, já abordava as relações entre os fenômenos corporais e psíquicos de modo não excludente:

A relação entre o corporal e o anímico é de ação recíproca (tanto no animal quanto no homem); porém, no passado, o outro lado dessa relação, a ação do anímico sobre o corpo, encontrou pouco favor aos olhos dos médicos. Pareciam temer que, se concedessem certa autonomia à vida anímica, deixariam de pisar no terreno seguro da ciência (FREUD, 1890, p. 116).

A negação do acentuado traço biológico na psicanálise derivaria, de acordo com certas interpretações, da atribuição de uma suposta cisão existente na sua obra de Freud, evidenciada pelo abandono do *Projeto de uma Psicologia* (1950 [1895])¹⁵ e posterior

¹⁵ Tratado, de agora em diante, somente como *Projeto*.

publicação de *A Interpretação dos Sonhos* (1900). Strachey, em seu prólogo geral às *Obras Completas de Sigmund Freud* (FREUD, 1988, p. XV)¹⁶, faz questão de ressaltar uma suposta divisão entre as obras freudianas ‘psicológicas’ e as obras relativas às ciências físico-naturais de seus primeiros quinze anos de produção, estabelecendo o que usualmente se costumou entender como uma ruptura entre o Freud cientista pré-psicanalítico e o Freud hermeneuta psicanalítico. Segundo esse ponto de vista, a psicanálise freudiana, a partir da obra de 1900, estaria inserida na tradição das ciências “semiológicas ou históricas, pois se define muito mais por ser uma ciência exegética, hermenêutica ou interpretativa” (JAPIASSU, 1989, p. 28). Desse modo, é como se a própria edição das obras freudianas tivesse se encarregado de identificar uma transformação no texto freudiano e estabelecer uma espécie de descontinuidade radical entre suas ideias, de modo que todos os seus estudos científico-naturalistas seriam anacrônicos se comparados à produção propriamente psicanalítica. Segundo esta visão, apesar dos resquícios da formação neurocientífica freudiana ainda persistirem nos textos posteriores, propriamente psicanalíticos, eles não seriam mais do que meros instrumentos retóricos cuja função acessória poderia ser facilmente descartada. Tais posições demonstram que a questão levantada por Freud na citação anterior ainda encontra muita ressonância na literatura contemporânea, fazendo parte integral tanto de uma filosofia da mente como de contextos epistemológicos mais específicos, como a neurologia. No entanto, atualmente, o receio descrito por Freud em relação a uma abordagem naturalista dos fenômenos psicológicos não se encontra mais somente nos ‘olhos dos médicos’. A defesa da incompatibilidade entre os dois domínios – o biológico e o psicológico – é encontrada também, não raramente, tanto nos argumentos dos defensores do Freud hermeneuta quanto nas propostas de alguns cientistas naturais. Monzani, contrário à ideia de uma ruptura radical na obra freudiana, supostamente marcada pela publicação da *Traumdeutung*, afirma:

É preciso abandonar de vez essa tendência que insiste em postular uma pretensa cisura entre o *Projeto* e a *Traumdeutung* e, por conseqüência, com toda obra posterior. De fato, o *Projeto* já contém também a mesma teoria psicológica que foi publicada no capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos* (MONZANI, 1991, p. 118, grifos do autor).

¹⁶ Contido no primeiro volume das *Obras Completas de Sigmund Freud*. As demais citações de Strachey serão remetidas diretamente às referências bibliográficas de Freud.

Simanke, por sua vez, defende que qualquer negação da ideia freudiana de constituição de uma ciência natural se deve a considerações outras, escapando da análise puramente exegética do texto de Freud:

É importante observar que há poucas razões para supor que Freud tivera, em algum momento do percurso de sua obra, uma idéia diferente dessa (a constituição de sua psicologia como uma ciência natural), tanto que qualquer dúvida sobre essa tomada de posição só pode provir, não do exame dos textos, mas sim de toda uma tradição que se desenvolveu ao longo do século XX de ler Freud em uma chave que, de alguma maneira, o aproximasse do domínio das chamadas ciências humanas (SIMANKE, 2007, p. 08).

O autor ainda relembra diversas passagens em que Freud defende explicitamente a psicanálise como empreendimento científico-naturalista, encontradas ao longo de seus trabalhos, tanto em textos iniciais, como no *Projeto*, de 1895, quanto também nos últimos escritos da fase madura, como em *Esquema de Psicanálise*:

Enquanto a psicologia da consciência nunca foi além dessas sequências lacunares que, evidentemente, dependem de outra coisa, o outro ponto de vista, que sustenta que o psíquico é, em si mesmo, inconsciente, capacita a psicologia para tomar o lugar como uma ciência natural como qualquer outra (FREUD, 1940a [1938], p. 156).

Certamente, muitos enunciados de Freud contribuíram para a instalação da oposição que se instaurou entre a interpretação hermenêutica e a científico-naturalista. A própria cientificidade das construções metapsicológicas, apesar de defendida inúmeras vezes, é relativizada pelo autor em outras passagens. Sua metapsicologia chega, inclusive, a ser tratada como ‘bruxa’, obra do fantasiar, sendo tal adjetivação tomada literalmente por alguns como indícios de um anticientificismo freudiano e não como precaução frente à inespecificidade dos conceitos metapsicológicos:

Alguém pode dizer: ‘então é preciso que a bruxa intervenha’. A bruxa metapsicologia, quer dizer. Sem uma especulação e uma teorização metapsicológicas – estive a ponto de dizer: fantasiar – não se dá aqui um só passo adiante. Infelizmente, os informes da bruxa tampouco desta vez são muito claros nem muito detalhados (FREUD, 1937, p. 228).

Seguindo nossa proposta metodológica de análise exegética da obra freudiana, acreditamos poder responder com maior propriedade ao espanto de Garcia-Roza (1991, p. 71), para quem é “no mínimo surpreendente que, após a publicação de *A interpretação dos sonhos e Estudos sobre a histeria* (Freud) proponha uma psicologia como ciência natural”. As origens e fundamentações biológicas do pensamento freudiano parecem fornecer fortes indícios para a sustentação de tal pretensão, aliadas a sua confiança na nova metodologia de coleta de dados e formulação de hipóteses

baseadas no caráter conjectural¹⁷ dos fenômenos inconscientes postulados. Por meio da análise de seus textos, procuraremos mostrar que, para Freud, a psicanálise, como qualquer outra ciência natural, trabalha por meio do conhecimento progressivo de seu objeto de estudo, necessitando, portanto, da criação de andaimes intelectuais que são paulatinamente substituídos à medida que o conhecimento empírico é acumulado e filtrado:

A concepção segundo a qual o psíquico é em si inconsciente permite configurar a psicologia como uma ciência natural entre as outras. Os processos dos quais se ocupa são em si tão indiscerníveis como os das outras ciências, químicas ou físicas, porém, é possível estabelecer as leis que eles obedecem, perseguir seus vínculos recíprocos e suas relações de dependência sem deixar lacunas por largos trechos – ou seja, o que se designa como entendimento do âmbito de fenômenos naturais em questão. Para isso, não pode prescindir de novas suposições nem da criação de conceitos novos (FREUD, 1940a [1938], p. 156).

Antecipando um pouco nossos propósitos, é interessante comparar esta defesa freudiana com outra semelhante feita por Charles Darwin:

Dizem que falo de seleção natural como de uma potência ativa ou divina, mas quem critica um autor que fala de atração da gravidade como regendo o movimento dos planetas? Todos sabem o que significam e o que querem exprimir estas expressões metafóricas e que são quase necessárias para a concisão (DARWIN *apud* HUXLEY, 1955, p. 129).

A defesa epistemológica de Freud, entre outras¹⁸, nos permite concluir que, para ele, os conceitos formulados por meio da prática psicanalítica devem possuir o mesmo estatuto ontológico e epistemológico que os conceitos formulados em outras ciências naturais. Assim como os conceitos físicos de massa, força e atração tratam de eventos naturais, adquirindo consistência em função de sua crescente relação com os fenômenos que explicam, os termos psicanalíticos também podem ser entendidos nesse mesmo

¹⁷ “O médico tem que reservar-se o direito de avançar, mediante um *processo de inferência*, desde o efeito consciente até o processo psíquico inconsciente; por esse caminho se intera de que o efeito consciente não é senão uma repercussão psíquica remota do processo inconsciente, que, como tal, não se tornou consciente (...)” (FREUD, 1900b, p. 600).

¹⁸ Outro exemplo pode ser encontrado na famosa passagem de *Pulsões e destinos de pulsão* (FREUD, 1915a, p. 113): “Muitas vezes temos ouvido a exigência de que uma ciência deve constituir-se sobre conceitos básicos claros e definidos com precisão. Na realidade, nenhuma, nem mesmo a mais exata ciência, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, que logo são agrupados, ordenados e colocados em conexão. Mesmo na fase de descrição é inevitável aplicar ao material certas ideias abstratas, recolhidas de alguma outra parte, não apenas das novas observações. (...) Como nos ensina claramente o exemplo da física, também os ‘conceitos básicos’ fixados em definições experimentam uma mudança de conteúdo”. No prefácio das *Novas Conferências de Introdução à Psicanálise*, Freud retoma o problema: “Nenhum leitor de uma exposição de astronomia se sentirá desiludido nem desdenhará esta ciência porque se mostram os limites além dos quais nosso conhecimento do cosmos se perde ante ao nebuloso. Somente na psicologia ocorre diferente; aqui aparece a mostra em toda sua dimensão a inaptidão constitucional do ser humano para a investigação científica. Parece que da psicologia não se pedem progressos no saber, mas satisfações de outra índole; se reprova cada problema não resolvido, cada incerteza admitida” (FREUD, 1933a [1932], p. 06).

âmbito epistêmico, estabelecendo uma relação similar com os fenômenos psicológicos dos quais tratam. A distinção ontológica ou metodológica entre ordens distintas, que corresponderiam às distinções relativas aos fenômenos naturais e não naturais, não é sequer considerada por Freud como sendo um problema inerente ao desenvolvimento de sua disciplina. Qualquer distinção radical entre as ordens do psíquico e do natural escaparia do domínio científico em direção a uma *Weltanschauung* específica, semelhante à filosófica ou religiosa: “ela (a psicanálise) é por completo inepta para formar uma *Weltanschauung* própria; deve aceitar a da ciência” (FREUD, 1933a [1932], p. 146). Freud segue, de acordo com o pensamento materialista¹⁹ da época de sua formação, rejeitando qualquer orientação ontológica de caráter vitalista ou qualquer explicação que não considere o psíquico como oriundo de forças naturais. A psicanálise, segundo ele, deve se constituir como “um ramo da psicologia – psicologia das profundezas ou psicologia do inconsciente” (Ibid., p. 146), tratando seus objetos de estudo como as demais ciências naturais, “pois espírito e alma são objetos de investigação científica exatamente como o são quaisquer outras coisas alheias ao homem” (Ibid., p. 147).

Conforme procuraremos demonstrar, a posição naturalista freudiana foi suficientemente abrangente a ponto de incluir fenômenos e processos anteriormente não considerados como pertencentes ao domínio explicativo das ciências naturais. Esta concepção, apesar de polêmica na época, encontra forte apoio no cenário epistemológico contemporâneo e tem se mostrado útil em programas de investigação interdisciplinar, principalmente aqueles relacionados de algum modo com as ciências biológicas, como, por exemplo, as neurociências, a sociobiologia, a genética, a psicologia evolutiva²⁰, entre outras. As ciências biológicas forneceram grande parte da base epistemológica sobre a qual Freud se apoiou na tentativa de constituição da psicanálise como ciência natural, permitindo superar os impasses e críticas propostos pela literatura de comentário. A intenção não é identificar a psicanálise freudiana com qualquer uma das disciplinas citadas, mas fazer com que a tarefa interpretativa de sua obra possa ser realizada em uma dimensão exegética, procurando não se ater em concepções *a priori*, derivadas de antigas distinções ontológicas e epistemológicas. As

¹⁹ A forte influência materialista sobre o pensamento freudiano é reiterada por autores como Rouanet (1997, p. 13): “Através de seus mestres de juventude, como Ernst Brücke e Theodor Meynert, ele absorveu plenamente a vertente materialista das Luzes, representada por La Mettrie e Diderot”. Um de nossos objetivos é demonstrar que essas influências materialistas sobre Freud contribuíram para o tratamento da psicanálise enquanto ciência natural, porém não significaram a adesão a uma epistemologia fisicalista eliminativista.

²⁰ Badcock (1994), Nesse & Lloyd (1992), Buller (1999), entre outros.

fraturas epistemológicas preestabelecidas muitas vezes inviabilizaram a compreensão dos enunciados freudianos, a começar pela sua exigência de constituição da psicanálise enquanto uma ciência natural, por mais exagerada que esta afirmação possa parecer. Conforme será demonstrado, a adesão a fundamentações profundamente arraigadas pode impedir o desenvolvimento e a formulação de teorias profícuas como a psicanálise freudiana. Nessa linha de raciocínio, Kuhn procura relativizar as concepções que atribuem uma impossibilidade *a priori* de desenvolvimento de uma ciência psicológica, nos remetendo a um passado não tão distante, em que a mesma afirmação fora feita em relação a outras disciplinas científicas:

Muito do que ordinariamente é dito para defender a impossibilidade de uma pesquisa solucionadora de quebra-cabeças nas ciências humanas já foi mencionado há mais de dois séculos para negar a possibilidade de uma ciência da química, e repetido séculos depois, para mostrar a impossibilidade de uma ciência dos seres vivos. Muito provavelmente, a transição que estou sugerindo já está em andamento em algumas especialidades atuais das ciências humanas. Minha impressão é a de que, em partes da economia e da psicologia, isso já possa ter ocorrido (KUHN, 2003, p. 272).

Após a caracterização da psicanálise freudiana como a construção de um naturalismo que superou a dicotomia postulada entre ciências humanas e ciências naturais – permitindo uma abordagem ordenada dos processos humanos sem, contudo, precisar necessariamente aderir ao programa imposto pelo positivismo lógico –, procuraremos propor algumas considerações para a leitura da obra de Freud tendo como pano de fundo o cenário epistemológico fornecido pelas disciplinas biológicas em geral e pela biologia evolucionária em particular. A tentativa freudiana de naturalização do sentido abre a oportunidade para que a significação de um evento psicológico possa ser admitida também como um fator causal, removendo a pretensa incompatibilidade no uso de recursos como a explicação e a compreensão. Ao pensar o psíquico como um objeto natural, outorgando-lhe características tais como sentido, finalidade, temporalidade, conflito, entre outras, Freud permite a construção de um conceito qualificado de natureza e a ultrapassagem da dualidade entre humanismo antinaturalista e positivismo naturalista. Nesse sentido, o papel de Darwin e o desenvolvimento das ciências biológicas certamente contribuíram para a superação de posições epistêmicas aparentemente opostas. O desenvolvimento e a crescente aceitação das hipóteses darwinistas contribuíram para a visão de natureza com atributos anteriormente não pertencentes ao domínio epistemológico das ciências naturais, como a introdução da explicação histórica e o entendimento da natureza como processo. A teoria freudiana,

similarmente, por não se pautar em antigas cisões, pode fornecer, ainda hoje, um modelo exemplar de superação do antinaturalismo, ou então se constituir como caso paradigmático para o desenvolvimento de teorias dentro do quadro das ciências contemporâneas.

2.2 Freud e a biologia: uma relação ambivalente?

Conforme defendemos anteriormente, a posição naturalista de Freud não pode ser confundida com a formulação de uma teoria psicológica reducionista de cunho biológico ou fisicalista, mas vista como uma teoria que abarca níveis explicativos diferenciados e não excludentes, em que a ordem natural dos fenômenos não deixa de ser considerada em função do caráter psicológico ou conjectural contido na explicação. O caminho constitutivo da ciência psicanalítica, apesar de apoiado em diferentes disciplinas, entre elas a biologia e a neurologia, possuía seu campo próprio de atuação e não devia ser reduzido a elas²¹. É fato incontestável que Freud utilizou conceitos biológicos como base para postulação dos termos psicanalíticos, assim como também se apoiou nas influências neurológicas. Mas reduzir o panorama epistemológico da psicanálise às disciplinas particulares das quais se utiliza parece reconduzir a uma subordinação na qual a própria psicanálise não teria mais sentido de existência enquanto campo de investigação do psíquico. A adoção de níveis explicativos diferenciados por Freud inclusive o previne de uma incursão em qualquer reducionismo, pois muitas vezes o mesmo fenômeno é explicado tanto através de sua determinação psicológica como por meio do fator filogenético ou histórico, entre outros.

Não somente as diferentes abordagens explanatórias – psicológica, evolucionária, histórica, fisiológica –, mas também as concepções especificamente biológicas da obra freudiana devem ser encaradas como baseadas em múltiplos modelos teóricos. Ao analisar as muitas formulações biológicas oferecidas por Freud, podemos perceber o quanto estas desempenham papéis diferenciados no interior da teoria. O autor parece tratar de distintas biologias quando se volta para as explicações que ultrapassam o terreno puramente psicológico. Esta posição pode ser vista como ambivalente, já que é possível perceber posturas conflitantes dirigidas à biologia em diversas ocasiões. A impressão de ambivalência se acentua caso não levemos em conta os múltiplos enfoques adotados por Freud no tratamento de concepções biológicas. Considerando os enunciados biológicos freudianos, podemos dividir esquematicamente suas ‘diferentes biologias’ de acordo com as seguintes categorias: explicações de base anatômica, majoritariamente rejeitadas por Freud como apoio para as formulações psicanalíticas; as explicações fisiológicas, usualmente – embora nem sempre –

²¹ Sobre a relação da psicanálise com as disciplinas das quais toma modelos de empréstimo, ver discussão em Mackay (1989).

transmutadas ou que constituem a base hipotética para a formulação de seus conceitos metapsicológicos; e as explicações funcionais, que vez por outra engendram argumentos ambíguos, cujas interpretações são discordantes, tomados como meramente heurísticos, metafóricos ou históricos. As explicações funcionais, por sua vez, podem ser divididas em, no mínimo, dois grupos: as hipóteses ontogenéticas e as hipóteses filogenéticas. Esses dois grupos de explicações serão tratados, segundo nossos propósitos, como explicações próximo-causais e último-causais²².

Não devemos, no entanto, como fazem alguns autores²³, incorrer apressadamente na postulação da psicanálise como uma disciplina biológica, através da adoção irrestrita de um suposto reducionismo biologizante em Freud. Por outro lado, temos que questionar também a alegação de um psicologismo estrito e as recusas ocasionais de Freud na adoção de explicações biológicas. Muitas citações freudianas, tomadas isoladamente, podem confirmar uma destas propostas interpretativas, embora outras possam igualmente levar a concluir exatamente o contrário. Um exemplo da recusa de enunciados biológicos por Freud é o abandono do livro a ser realizado em parceria com Fliess (*Bissexualidade no Homem*) em função da aproximação deste com uma teoria da bissexualidade excessivamente biológica. Existem também muitas afirmações explícitas de Freud, como em carta enviada à Jones na época da redação do ensaio sobre Leonardo da Vinci (FREUD, 1910): “não questionei mais sua (de Leonardo) escrita porque evitei propositalmente todas as visões biológicas, me restringindo à discussão das psicológicas” (FREUD *apud* SULLOWAY, 1960, p. 427). Em 1914, Freud reitera sua posição para Abraham: “a sujeição da psicanálise à biologia sexual de Fliess não é menos desastrosa que qualquer sistema de ética, metafísica, ou qualquer coisa do tipo” (Ibid., p. 427). A lista de citações contrárias à adoção de fundamentos biológicos se faz presente em muitos outros momentos. Alguns enunciados revelam que a rejeição freudiana de explicações puramente biológicas se direcionava principalmente àqueles seguidores que conduziam as teorizações psicanalíticas em direção a uma maior aproximação e utilização de enunciados biológicos, tal como Adler, Jung e Hall:

²² A distinção entre explicações próximo-causais e explicações último-causais será retomada em outro capítulo na análise das explicações em biologia. Trata-se, resumidamente, de explicações que priorizam as causas imediatas de cunho fisiológico ou ambiental – chamadas de próximo-causais – e de explicações que priorizam as causas históricas, ontogenéticas ou filogenéticas – denominadas último-causais.

²³ Kandel (2005, p. 67), por exemplo, chega a atribuir o lento desenvolvimento da psicanálise ao seu “não reconhecimento como um ramo da biologia”.

Encara-se essas exposições de Adler com certo sentimento de alienação, porque ele submete o material psicológico prontamente a pontos de vista biológicos, chegando a conclusões que não são garantidas pelo material psicológico (FREUD *apud* SULLOWAY, 1960, p. 430).

Com relação a Jung, ele cita:

Eu concordo com Jung em reconhecer a existência dessa herança filogenética, mas vejo como um erro metodológico introduzir uma explicação filogenética antes que as possibilidades ontogenéticas tenham se exaurido (FREUD, 1918 [1914], p. 89).

Nessa passagem, percebemos o quanto Freud era tributário dos fundamentos biológicos, mas considerava a teorização biológica como secundária diante da psicológica. A adoção de uma espécie de hierarquia explanatória estava presente desde o *Projeto*, texto que trata de diferentes pontos de vista complementares para explicar os processos psíquicos, assunto que retomaremos mais adiante.

A análise da obra freudiana evidencia que mesmo diante da crescente fundamentação biológica a partir dos anos 1920, como nos textos *Além do princípio de prazer* e *O Eu e o Isso*, o autor ainda mantém posições contrárias à subordinação da psicanálise por algum tipo de biologismo, como aquele praticado por seu ex-interlocutor, Wilhelm Fliess: “Não faço mais do que repetir minha discordância anterior ao desautorizar sexualizar a repressão desta maneira, vale dizer, fundá-la no biológico ao invés de fazer em termos puramente psicológicos” (FREUD, 1937, p. 252). No mesmo texto, porém, para apontar uma relação e, ao mesmo tempo, delimitar uma fronteira entre as ordens do biológico e do psíquico, o autor conclui: “para o psíquico, o campo biológico desempenha realmente o papel de fundo subjacente” (Ibid., p. 253).

Se for correto afirmar que Freud relutou muitas vezes em tomar os pressupostos biológicos como ponto de partida para suas investigações, não é menos certo defender que ele era um dos mais hesitantes em abandoná-los completamente. Podemos recorrer a diversas citações freudianas defendendo ora uma postura constitucionalista e biológica, ora uma posição exclusivamente psicológica. O autor questiona as concepções estritamente biológicas do sonhar (FREUD, 1901a, p. 619), ao mesmo tempo em que defende o estudo dos mecanismos dos sonhos de forma análoga ao estudo biológico (1901b, p. 265). Em seu aniversário de oitenta anos, fez questão de endossar certa visão, dizendo que “constituição é tudo” (FREUD *apud* SULLOWAY, 1960, p. 439). Os exemplos se multiplicam, como em sua tentativa constante de formulação de uma teoria edipiana que levasse em conta as diferenças anatômicas entre os sexos, conduzindo-o muitas vezes a afirmações de cunho constitucionalista:

A exigência feminista de igualdade entre os sexos não encontra aqui muita vigência; a diferenciação morfológica tem que exteriorizar-se em diversidades do desenvolvimento psíquico. Parafrazeando uma sentença de Napoleão, ‘a anatomia é o destino’ (FREUD, 1924b, p. 185).²⁴

Em contrapartida, a resistência freudiana ao excesso de organicismo, tal como na linguagem apresentada por Adler e Stekel, conduziu-o a enunciados mais psicológicos: “eles têm que aprender a se limitar a modos de pensamento psicológicos” (FREUD *apud* SULLOWAY, 1960, p. 439).

Na 26^a das *Novas Conferências de Introdução à Psicanálise*²⁵, ao tratar das pulsões sexuais e egóicas, Freud remete sua fundamentação à investigação biológica e a distingue claramente da tarefa analítica:

E a discussão para saber se em essência é uma só ou se são diversas (as pulsões) e, no primeiro caso, quando se divorciaram, não pode se desenvolver no terreno dos conceitos, tendo que se ater aos fatos biológicos subjacentes. Por enquanto sabemos muito pouco acerca disto, mas ainda que soubéssemos mais, isto não faria diferença para nossa tarefa analítica (FREUD, 1917 [1916-17], p. 375).

Em *O Interesse pela Psicanálise*, Freud dedica um capítulo inteiro para discorrer sobre o interesse biológico da psicanálise, iniciando com uma defesa do tratamento biológico dos fenômenos abordados por sua disciplina:

Porém, qualquer um que se atenha ao requisito de que o juízo científico não pode ser influenciado por atitudes afetivas, concederá à psicanálise, em virtude dessa sua orientação de estudo, um elevado interesse biológico e tomará as resistências que contra ela se levantam como provas em favor de suas asseverações (FREUD, 1913c, p. 182).

A conclusão freudiana ajuda a entender a relação estabelecida entre a psicanálise e as ciências biológicas:

Temos considerado necessário nos manter afastados dos pontos de vista biológicos no curso do trabalho analítico, e não empregá-los sequer com fins heurísticos a fim de não nos equivocarmos na apreciação imparcial dos fatos psicanalíticos que temos diante de nós. Entretanto, logo após consumir o trabalho psicanalítico, nos vimos precisados a achar seu enlace com a biologia, e podemos nos declarar contentes se agora esse enlace já parece haver se certificado neste ou naquele ponto essencial. A oposição entre pulsões egóicas e pulsão sexual, a que devemos reconduzir à gênese das neuroses, continua, no âmbito biológico, como oposição entre umas pulsões que servem à conservação do indivíduo e outras que procuram a

²⁴ Esta referência à frase de Napoleão já havia sido feita doze anos antes, em *Sobre a mais generalizada degradação da vida amorosa* (FREUD, 1912, p. 183), quando Freud utiliza a fundamentação anatômica para justificar biologicamente funções psicológicas, como o amor e as escolhas objetais: “conservam o caráter animal, e no fundo o amor permanece hoje tão animal como sempre fora” (Ibid., p. 183).

²⁵ Tratado, de agora em diante, somente como *Novas Conferências*.

sobrevivência da espécie. (...) Apesar de todo nosso empenho por evitar que termos e pontos de vista biológicos passem a presidir o trabalho psicanalítico, *nos resulta impossível deixar de usá-los* na descrição dos fenômenos que estudamos. Não podemos evitar a ‘pulsão’ como um conceito fronteiro entre uma concepção psicológica e uma biológica. (...) Considerar-me-ei satisfeito se esses escassos apontamentos tenham posto evidência à vastíssima mediação que a psicanálise estabelece entre a biologia e a psicologia (FREUD, 1913c, p. 184, grifos nossos).

Cabe ressaltar que, no referido texto, Freud reserva um capítulo para as considerações biológicas e outro para tratar da psicologia do desenvolvimento, distinguindo domínios fronteiros que trabalham ambos com considerações biológicas. Embora o autor esclareça em alguns momentos suas intenções perante os enunciados de cunho biológico, muitas das explicações não vêm acompanhadas de uma explicitação minuciosa dos domínios teóricos, sendo possível notar como suas adesões ou rejeições às fundamentações biológicas não especificam os níveis de determinação que estão sendo rejeitados ou utilizados: se anatômico, fisiológico, próximo-causal ou último-causal. Freud parece transitar diversas vezes entre eles sem um esclarecimento do tipo de hipótese que está sendo utilizada ou rejeitada.

O movimento de oscilação entre a adesão e a rejeição do argumento biológico pode ser rastreado desde os primórdios de constituição da psicanálise, sendo uma constante nos escritos do autor. Seria o caso de se propor que as afirmações freudianas são contraditórias? Ou devemos tomá-las como indícios da recusa radical do argumento biológico, sendo este utilizado apenas como um recurso estilístico? Tentaremos percorrer um caminho alternativo, demonstrando como a posição freudiana é resultado da conjugação de, ao menos, dois fatores distintos: em primeiro lugar, os enunciados biológicos possuem diferentes significações para Freud, tanto em um mesmo período como em períodos distintos de sua obra, o que justifica a rejeição de algumas proposições e a adesão a outras; em segundo lugar, a tentativa de autonomia da psicanálise enquanto área com um campo específico de problemas era dificultada pela relação estreita que seu objeto de estudo estabelecia com as diferentes ciências biológicas. Ou seja, Freud inevitavelmente esbarra no domínio biológico na medida em que envereda no processo de generalização progressiva dos determinantes psicológicos e nos demais fatores de determinação – constitucionais, maturacionais, fisiológicos, entre outros. A constituição de uma psicologia que se pretendia uma ciência natural tinha como alicerce teórico a constituição de uma metapsicologia que tratasse das determinações não observáveis dos mais diversos fenômenos da vida psíquica, relacionando-as com as ocorrências históricas e com os sintomas psicológicos e

somáticos, tendo o modelo explicativo histórico-biológico darwinista como uma de suas fontes epistemológicas inspiradoras. Cabe ressaltar que Freud não estava interessado em assumir uma única via explanatória em detrimento das demais, mas em considerar e combinar diferentes enfoques no exame dos fenômenos:

Ainda a respeito da derivação do horror ao incesto podíamos esperar ter a opção entre as possibilidades de explicação sociológicas, biológicas e psicológicas, e embora os motivos psicológicos talvez resultassem em uma agência representante de poderes biológicos, ao final da indagação nos vemos precisados a referendar o veredicto de Frazer: Não conhecemos a origem do horror ao incesto e nem sequer sabemos que orientação tomar. Não nos parece satisfatória nenhuma das soluções do enigma proposto até agora. Todavia, devo mencionar uma tentativa de explicar a gênese do horror ao incesto. (...) Essa tentativa se baseia numa hipótese de Charles Darwin sobre o estado social primordial do ser humano (FREUD, 1913b, p. 127).

A fim de compreender melhor a constante oscilação dos enunciados freudianos e não tomá-los como meros indícios de argumentações contraditórias, optamos por abordar alguns temas frequentemente relacionados que auxiliam no esclarecimento desta questão: as influências biológicas freudianas; o papel que a biologia desempenha nas hipóteses psicanalíticas; os diferentes tipos de biologia na obra de Freud; e a grande influência darwinista na formação e na obra freudianas.

2.3 Influências biológicas e neurológicas em Freud

Para que se estabeleça melhor qualquer diálogo entre disciplinas distintas, é necessário visualizar o contexto histórico e teórico em que cada uma se inscreve. Sendo assim, a retomada das principais influências responsáveis pela gênese da psicanálise pode se mostrar útil. Procuramos apontar em que medida as ideias freudianas – tais como o caráter inconsciente das determinações do comportamento, a preponderância do elemento sexual, o conceito de repressão e as teorizações acerca do narcisismo – já podiam ser detectadas de algum modo no pensamento vigente da época de sua formação. É elucidativo ressaltar que muitas destas questões já eram tratadas durante a formação acadêmica freudiana pelos seus mestres em um contexto explanatório prioritariamente biológico. Tal constatação torna evidente que a formação científica freudiana encontrara, inicialmente, nos modelos explicativos biológicos, a principal fonte de inspiração para a formulação de hipóteses por ocasião dos estudos do sistema nervoso:

De certa maneira continuei fiel à linha pela qual eu havia iniciado. O objeto de investigação indicado por Brücke para mim havia sido a medula espinhal de um dos peixes inferiores e agora eu passara ao sistema nervoso central do ser humano (FREUD, 1925a [1924], p. 10).

Diversos exemplos podem ser tomados como indício de continuidade de Freud em relação a muitas de suas hipóteses neurológicas, ainda que transmutadas ao âmbito da teorização e investigação psicológica. A base de sustentação do edifício psicanalítico, qual seja, a distinção psíquica entre o consciente e o inconsciente, pode ser rastreada nos escritos pré-psicanalíticos, através de uma progressiva alteração do conceito de psiquismo e explicitação dos processos fisiológicos subjacentes. Os processos psíquicos eram encarados sob a ótica eminentemente somática, sendo tratados no âmbito de uma ciência natural que procurava estudar seus modos de funcionamento. Algumas leituras da obra freudiana seguem esta interpretação de maneira mais marcante, como a evidenciada por Nigel Mackay:

Já foi convincentemente demonstrado em vários trabalhos que muitas das teorias freudianas derivam de seu repertório neurobiológico, e a influência da biologia na metapsicologia já foi explicitada por Gill, Holt, Klein e Schafer. Nesse sentido, Freud *nunca abandonou* suas ideias neurológicas (MACKAY, 1989, p. 17, grifos nossos).

Entre as influências verificadas para a formulação das hipóteses neurológicas freudianas, podemos ressaltar nomes como o do psiquiatra Ernst Wilhelm von Brücke, o de seu sucessor na cadeira de fisiologia, Sigmund Exner, e o do psiquiatra Theodor Meynert, em cuja clínica Freud trabalhou durante um período. Para Jones (1953, p. 51), as conferências sobre fisiologia que Brücke realizara causaram grande impacto sobre o jovem Freud, que, influenciado por elas, nunca abandonou a ideia de uma força física em ação no interior dos organismos vivos para a postulação dos aspectos dinâmicos da psicanálise. Glymour (1991, p. 47) aponta que a formação médica freudiana fora mediada por dois polos: o filosófico, através da lógica aristotélica e da psicologia empirista de Brentano, e o fisiológico, mediado por Brücke. Apesar de ressaltar a influência de Brentano na formação freudiana, o autor admite que as visões de Freud tendiam a caminhar mais em direção ao pensamento do psiquiatra, representante do pensamento médico-científico típico de sua época. Esse fato é atestado pelo posterior ingresso de Freud para trabalhar no laboratório de fisiologia de Brücke, bem como pelo reconhecimento explícito de que seu mestre representou “a máxima autoridade que havia exercido influência sobre mim” (FREUD, 1926, p. 237).

O conceito de experiência de satisfação, por exemplo, encontra seu desenvolvimento já na fase dita pré-psicanalítica e parece não variar muito, ao menos no que se refere à caracterização quantitativa, dando sustentação ao conceito de pulsão. Mesmo com todas as mudanças ocorridas na passagem entre as teorias pulsionais e a posterior formulação da pulsão de morte, pode-se dizer que a experiência de satisfação se fundamenta na descarga de energia, entendida somaticamente. Essa conceituação negativa da experiência de satisfação, encarada como eliminação de tensão, já fora formulada pelos mestres de Freud sob um olhar fundamentalmente neurofisiológico. Cabe ressaltar que Exner publicara, um ano antes da redação do *Projeto* de Freud, o seu *Projeto de uma explicação fisiológica dos fenômenos psíquicos*²⁶ (EXNER, 1894), no qual já podemos encontrar o conceito de facilitação sob o âmbito neurofisiológico. Amacher, em livro dedicado à investigação das influências neurofisiológicas no processo de constituição da psicanálise, resalta que “sua descrição da inércia neuronal, do *Bahnung* entre neurônios corticais, e da experiência de satisfação, entendida como processos corticais e psicológicos, foram essencialmente restabelecimentos de conceitos que ele tinha aprendido de Brücke, Meynert e Exner” (AMACHER, 1965, p. 72). A

²⁶ Entwurf zu einer physiologischen Erklärung der psychischen Erscheinungen zu einer physiologischen.

própria noção de excitação, do modo como é explicitada no *Projeto*, muito se assemelha à concepção de Exner descrita em trabalhos anteriores, do mesmo modo que as noções derivadas desta, como os conceitos de deslocamento e facilitação da excitação (inter-neuronal). Ou seja, há uma correspondência muito significativa entre os termos desenvolvidos no *Projeto* – que, por sua vez, são fundamentais para o desenvolvimento da psicanálise, reaparecendo em obras posteriores – e as teorias formuladas pelos mestres de Freud. Não há como não aproximar a noção de barreira de contato, responsável por toda a explicação do processo de formação mnêmica, das incipientes formulações neurológicas que culminariam no conceito de sinapse. Outro conceito tão caro a Freud, o princípio de prazer, fora fundamentado na tendência do aparelho psíquico a se ver livre de estimulação, sendo o excesso de estimulação sentido psicologicamente como desprazer, podendo ser encontrado já nas formulações de Fechner e de Meynert: “Em todas as ações humanas, mesmo as mais complexas, problemáticas ou incompreensíveis, a evitação de uma dor maior é o motivo determinante” (MEYNERT *apud* AMACHER, 1965, p. 35). Todos esses autores estavam envoltos com o problema do famoso ‘*explanatory gap*’, o que não os impediu de formular propostas para dar conta das intrincadas relações envolvendo processos mentais e neurológicos. Freud, inserido nesse contexto, não deixou de aproveitar a profusão de tentativas de compreensão dos processos psíquicos.

Tomando o conceito de pulsão como decorrência teórica direta da noção de excitação endógena dos primeiros trabalhos freudianos, e sendo a pulsão um dos pilares das formulações psicanalíticas, podemos perceber o quanto tal noção já estava presente, embora de modo diferenciado, nas teorias neurofisiológicas com as quais Freud estava envolvido. Amacher ressalta que Exner e Meynert utilizam o termo *Instinct* para designar a estimulação endógena responsável pela formação dos comportamentos, mas que tal termo já era usado na explicação de fatores contingentes ontogenéticos, diferenciando sobremaneira de sua conotação biológica popular, entendida em função de comportamentos fixos estabelecidos filogeneticamente. Exner trata a noção de instinto, tal como Freud tratará posteriormente a de pulsão, em sua relação com os determinantes ontogenéticos, abrindo, desta forma, caminho para o distanciamento do conceito usual de instinto da época:

Ele (Exner) usou o termo darwiniano “instintos” (*Instincte*) para descrever tais determinantes, mas isso não significa que eles eram herdados. A soma dos instintos de Exner era análoga à ‘individualidade’ de Meynert, um complexo desenvolvido de caminhos corticais formados pelo impacto da

excitação sobre o córtex durante a vida do indivíduo. Um instinto era a associação entre uma ideia e um centro emotivo. Os centros emotivos eram determinados ao nascimento, mas ‘não há dúvida que nossas ideias são adquiridas durante a vida, e isto é exatamente a peculiaridade do córtex em oposição, por exemplo, à medula espinhal’ (AMACHER, 1965, p. 51).

O conceito de instinto, tal como usado por Exner, se assemelha ao conceito contemporâneo de instinto utilizado pela biologia, razão que permite aproximarmos os termos pulsão e instinto, pelo menos historicamente, e questionarmos o radicalismo de uma tradição crítica que rejeita toda e qualquer relação de parentesco entre eles. A tese de Mouammar (2010) defende esta filiação e procura desfazer os equívocos oriundos das referidas interpretações, ao mesmo tempo em que aponta para divergências em torno da noção de instinto, inclusive dentro das ciências biológicas, indicando uma flexibilização crescente do conceito, a qual o aproxima da pulsão tal como compreendida por Freud.

As considerações que acentuam o caráter subjetivo dos elementos afetivos na constituição dos complexos de representações foram muitas vezes identificadas precipitadamente com a superação da abordagem biológica em Freud. No entanto, tal interpretação, conforme mostramos anteriormente, está mais vinculada à postulação prévia de uma oposição entre explicação e compreensão, como se a investigação de elementos afetivos ou subjetivos escapasse do âmbito de investigação sistemática em função da característica ontológica diferenciada dos seres humanos. A formação das representações se ligava fundamentalmente com o valor atribuído ao sistema *psi* (Ψ)²⁷ no *Projeto*, evidência da importância que Freud outorgava aos processos orgânicos e internos na gênese do aparelho psíquico. O aparelho neuronal do *Projeto*, bem como as reformulações posteriores, sempre compreendeu o funcionamento psíquico com base no modelo de tramitação de estimulações: as advindas do mundo exterior e as provenientes dos órgãos internos do corpo – estes tidos como os grandes responsáveis pela estimulação constante que era eliminada por meio da via psíquica. Embora as terminações nervosas responsáveis pela estimulação exterior também fossem consideradas na constituição do aparelho, o *Projeto* outorga atenção especial ao

²⁷ O estabelecimento do neurônio como a unidade funcional discreta do sistema nervoso fez com que Freud marcasse as diferenças entre os mecanismos psíquicos em termos das facilitações neuronais decorrentes de maiores ou menores tramitações energéticas. As facilitações entre os neurônios *fi* (ϕ), que se localizam na periferia sensorial dos organismos, estariam submetidas a excitações maiores, sendo, portanto, mais permeáveis. Os neurônios *psi* (Ψ), em função de sua localização, seriam menos permeáveis, possibilitando assim a formação do aparelho de memória e representação. Os neurônios *ômega* (ω), responsáveis pela formação da qualidade da percepção na consciência, seriam regidos não pela magnitude de excitação, mas por algo da ordem da alteração nos períodos, uma periodicidade da alteração de energia. Retornaremos a esse assunto mais adiante.

tratamento do sistema Ψ , tido como o principal elemento constituinte do aparelho de memória e representação.

Os trabalhos de Amacher (1965) e Anderson (1962) são elucidativos, pois desmistificam a suposta cisão radical entre a formação biológica freudiana e os posteriores escritos psicanalíticos. Os autores demonstram como Meynert e Exner já atribuíam especial atenção aos processos internos na constituição do psiquismo, entendendo as “necessidades do corpo” como predominantes na transmissão das excitações ao longo do córtex. Exner inclusive já havia considerado especificamente “a excitação que resultava da ação dos órgãos sexuais”, enquanto Meynert havia usado como um dos exemplos “a excitação resultante da necessidade por comida” (AMACHER, 1965, p. 65), indicando, portanto, dois aspectos preponderantes que Freud adotaria na edificação da primeira teoria pulsional: “a psicanálise, que não poderia prescindir de alguma hipótese acerca das pulsões, se ateuve no começo à diferenciação popular cujo paradigma é a frase ‘por fome e por amor’” (FREUD, 1920a, p. 50). Embora essa frase seja atribuída ao filósofo e poeta romântico Friedrich Schiller, e ainda que Freud afirmasse ter se apoiado na diferenciação popular para o estabelecimento inicial da oposição entre as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais, é inegável que os estudos de Meynert e Exner tenham desempenhado influência decisiva na formulação teórica de seus conceitos. As exigências teóricas da escola de medicina, com forte tendência de explicação dos processos psíquicos através do modelo físico-químico, já outorgavam especial atenção ao papel relevante das demandas orgânicas na formação das representações, tendo sido preponderantes para a formação freudiana e para o processo de constituição dos conceitos psicanalíticos. O predomínio do caráter sexual na etiologia das neuroses e, posteriormente, sua posição de destaque no desenvolvimento da personalidade também foram rastreados por Amacher em estudos de Exner.

Para Exner, quando a excitação está presente em dois neurônios adjacentes, as barreiras de condução entre eles diminuem, de forma que a energia nervosa flui conforme os potenciais estabelecidos, instituindo um caminho preferencial de fluxo de excitação e diminuição da resistência. Um aprendizado importante ocorre através desse mecanismo, estabelecendo associações entre a percepção de objetos externos e a liberação de excitação acumulada de fontes internas. Se uma descarga efetiva toma lugar, o objeto formado pela estimulação sensorial é associado com as fontes e caminhos de condução de energia e com as ações motoras de descarga. Nesse processo,

caminhos são estabelecidos e facilitados. Tal método de redução da tensão é similar ao defendido por Fechner e Herbart.

Para Freud, o sistema nervoso, através de caminhos associativos, produz comportamentos e aprendizagem que resultam em diminuição do nível de tensão, mas essa diminuição só se dá afetando a fonte somática que a produz. A formação de caminhos preferenciais de descarga de energia é responsável pelo desenvolvimento do eu, entendido como conjunto de processos que visa direcionar e inibir o escoamento indiscriminado da tensão. Os comportamentos complexos que servem à função de descarga são todos aprendidos. Incluem comportamentos de alto nível: pensamento, atividade propositiva, linguagem, consciência, etc. Freud somou as influências das formulações psicopatológicas de Charcot e Breuer, diminuiu a influência neurológica, acrescentou seus próprios achados, mas nunca abandonou tais princípios de sua psicologia da aprendizagem e motivação. Para ele, os organismos têm a capacidade para aprender. Todo aprendizado consiste no encontro de objetos e ações que visam diminuir a excitação no sistema a níveis toleráveis. O mecanismo de aprendizagem é basicamente associativo. A capacidade para formar associações é consequência tanto das propriedades do neurônio quanto do modo como se constituem os complexos associativos. Tais ideias são encontradas já em Meynert e Exner.

É importante ressaltar que não se trata aqui de igualar as teorias de Meynert, Brücke ou Exner sobre o cérebro (embora haja algumas razões para tal) com a teoria madura de Freud, mas de colocá-los em posição de destaque entre as influências da psicanálise. Destaque justificado tanto pelas evidências históricas quanto pela proximidade conceitual, bem como pela explícita filiação e reconhecimento freudiano. Bernfeld (1944, p. 346) demonstra como Exner desenvolveu muitas correlações entre sua eletrofisiologia e os substratos físicos relacionados à moralidade, inteligência, linguagem, psicologia social e até mesmo arte. Embora os substratos físicos tenham sido deixados de lado, é incontestável que a carreira de Freud seguiu a mesma tendência especulativa no trato com diversas disciplinas, de modo que o processo de formação do psiquismo deve ser entendido prioritariamente através de um cenário interdisciplinar, onde conceitos biológicos e culturais desempenham papéis complementares. A validade ou invalidade de tal procedimento não exclui o fato de que Freud nunca abandonou suas influências naturalistas, ainda que tais influências tivessem sido incorporadas no contexto psicanalítico de compreensão dos processos psíquicos.

Nesse sentido, Exner pode ser tido como um exemplo para Freud no que diz respeito ao tratamento naturalista de fenômenos socioculturais, com a preponderância de conceitos derivados do vocabulário médico na explicação de diversos fenômenos da cultura. E foi exatamente no laboratório de fisiologia de Ernst Brücke que Freud diz ter “encontrado sossego e satisfação plena, assim como pessoas que podia respeitar e tomar como modelos: o próprio mestre Brücke e seus assistentes Sigmund Exner e Ernst Fleischl von Marxow” (FREUD, 1925a [1924], p. 09). Investigações sobre a plasticidade da vida mental do indivíduo podem ser encontradas nas teorias de Exner, que postula o córtex como sede onde se dá a versatilidade responsável pelas respostas apropriadas às situações específicas do cotidiano. A plasticidade conferida ao desenvolvimento das associações no córtex entra em conexão com o centro emotivo que, por sua vez, influencia a formação de ideias através de influxos de excitação. A quantidade da excitação (inclusive as de origem sexual, segundo Exner) é determinante na conexão entre eventos corticais e o centro de emoção, encontrando espaço para a formulação de uma teoria em que tanto o aspecto quantitativo quanto o qualitativo sejam considerados. Meynert utiliza o exemplo da fome infantil e Exner o do enamoramento (tanto heterossexual como homossexual) para postularem o estabelecimento de associações entre acréscimos de excitação no córtex (proveniente de necessidades internas do corpo) e ideias (representações de objeto que possuem a capacidade de proporcionar a descarga da excitação).

Podemos ver, já em Exner, muitas das propostas presentes no *Projeto* freudiano, como a postulação do desprazer como um dos responsáveis pela concepção da formação psíquica baseada no princípio interno de constituição de ideias e memória, ou seja, de representações. Encontramos também a investigação da influência instintual sobre as representações, derivada fundamentalmente da formulação de um centro de prazer e de um centro de dor que influenciam a formação dessas representações. Como sabemos, crítico do localizacionismo, Freud não postula um centro do prazer, mas utiliza os conceitos de prazer e dor como fundamentais à constituição do aparelho psíquico. Não podemos deixar de ressaltar o papel da individualidade enquanto regulador de excitações para Meynert. Para Exner, a atenção exerce controle e inibição dos processos de descarga excitatória prejudiciais ao funcionamento do sistema (aparelho psíquico). Tais papéis, desempenhados pelo eu, através do processo secundário, são posteriormente enfatizados por Freud.

A exposição sistematizada das influências neurológicas freudianas pode ser encontrada em textos específicos que tratam diretamente do assunto. Dada a quantidade de trabalhos que abordam o tema, sempre estabelecendo uma relação direta entre a formação neurológica de Freud e a constituição do quadro teórico da psicanálise, preferimos simplesmente indicar alguns exemplos. Podemos citar, entre outras inúmeras publicações, as de Anderson (1962), Amacher (1965), Bernfeld (1944), Holt (1965), Kris (1950), Pribram (1962) e Pribram & Gill (1976). A partir desses estudos, podemos perceber com maior clareza como as leituras que procuram reduzir a importância das influências neurofisiológicas na constituição teórica da psicanálise atentaram muito pouco para a origem de muitos dos conceitos tidos como exclusivamente psicanalíticos e, conseqüentemente, interpretados como sinais de uma suposta rejeição freudiana perante as ciências biológicas.

2.4 Biologia e Cultura em Freud

As relações entre biologia e cultura na obra freudiana têm sido rejeitadas em função do receio em considerar fenômenos prioritariamente culturais sob a ótica das determinações supostamente rígidas do patrimônio biológico. Segundo esta leitura, a investigação da contribuição genética e constitucional da espécie humana acabaria por naturalizar muitos fenômenos culturalmente instituídos, exercendo um papel contrário à proposta emancipatória da psicanálise. Contudo, tal argumento pode exercer um efeito contrário ao pretendido, por duas razões: primeiramente, ao negar ou ignorar a investigação das influências biológicas, a teoria acaba por obscurecer uma compreensão adequada de fenômenos que, se tratados com mais profundidade, forneceriam importantes elementos para a proposição de alternativas empíricas de enfrentamento dos problemas identificados. Ademais, o argumento culturalista antibiológico incorre muitas vezes no erro de tomar as determinações biológicas como patrimônios de comportamentos fixos, ignorando amplamente os desenvolvimentos das pesquisas biológicas contemporâneas e a redefinição de conceitos tais como o de instinto. O tratamento biológico contemporâneo dos comportamentos animais tem proposto análises cada vez mais complexas da relação entre organismos e ambientes, assim como das relações não nomológicas de algumas determinações genéticas, assunto que trataremos mais adiante.

As interpretações que recusam completamente qualquer consideração de caráter biológico, reprimindo-a dos modelos explanatórios, acabam reforçando a ilusão de projetos emancipatórios sem levar em conta uma dimensão importante do ser humano, a constitutiva. Embora Freud ressaltasse que a dimensão cultural fora responsável pela maior flexibilidade das escolhas objetivas e destinos pulsionais, ele também nunca deixou de enfatizar o papel essencial da dimensão constitucional e filogenética, ainda que esta filogênese possa, em última instância, nos remeter a dimensões culturais primevas.

O enfoque em um único tipo de determinação – seja biológica, psicológica, sociológica ou econômica – em função de uma limitação gnosiológica ou metodológica, pode e deve ser considerado válido. Mas tal ênfase não pode fundamentar teoricamente a recusa de tipos complementares de determinação. Ou seja, priorizar a abordagem psicológica, como faz Freud, não implica recusar a determinação biológica. A opção freudiana parece mais pautada por uma restrição metodológica do que por uma posição

não naturalista. A defesa freudiana do caráter provisório dos enunciados psicanalíticos não deriva de uma recusa de considerações empíricas de outros domínios, mas de uma limitação metodológica e gnosiológica em relação ao objeto de estudo. O repertório de conceitos inespecíficos da psicanálise não é fruto da posição filosófica de Freud, mas da limitação tecnológica. Sendo assim, a negação deliberada de qualquer relação entre a ordem biológica e cultural por parte do discurso pretensamente emancipatório acaba dando um ‘tiro no próprio pé’, tornando-se dogmática e empiricamente questionável, desembocando na ocultação dos conflitos por meio de um mascaramento/negação que produz o efeito contrário ao pretendido inicialmente por Freud. Sua proposta nunca foi escamotear ou negar as diferentes determinações, muito pelo contrário. A fala do psicanalista Bodei é elucidativa e deve ser lembrada por aqueles que trabalham com psicanálise: “O projeto da psicanálise contrasta com a tendência, hoje prevalente, de descomprimir e obturar os conflitos, ocultando ou postergando as soluções. Desse modo, as dificuldades são colocadas simplesmente entre parênteses ou subestimadas” (BODEI, 2005, p. 43).

A fim de impedir que as dificuldades inerentes ao método investigativo da psicanálise impedissem o avanço do conhecimento das determinações psíquicas – tanto de fundo biológico quanto cultural –, Freud não evitou o trânsito entre áreas que hesitavam em se comunicar. Mesmo conceitos predominantemente culturais foram tratados pelo autor sob um viés de sobredeterminação, em que o elemento biológico desempenha importante papel. Dois fatores podem ser destacados em sua explicação dos fenômenos morais. Primeiramente nota-se uma tendência claramente culturalista, com predomínio das explicações de cunho sociológico e antropológico. Nessa abordagem, sua análise se distancia das fundamentações biológicas, sendo a gênese da moralidade entendida como fruto das demandas de aprovação ou reprovação social, resultando na instalação de um modo de operação psíquica específico. Também encontramos na gênese da moralidade outra leitura que, embora não exclua a primeira, evidencia um viés freudiano biologizante. O autor inclusive se apoia na referência darwinista para levantar a hipótese da horda primordial responsável pela instauração da ordem moral na história humana (FREUD, 1913b, p. 128). As inclinações sociais são vistas como derivações de disposições naturais, originariamente fundamentadas no autointeresse, evidenciando uma posição constitucional fundamentalmente egoísta. Freud procura explicar a transformação das inclinações egoístas “originárias” em sociais

“secundárias” e o modo como tais inclinações encontraram diferentes destinos na estruturação psíquica.

O constitucionalismo freudiano inclusive já fora interpretado como herança de uma fundamentação metafísica kantiana, pois o autor chega a comparar o supereu, em mais de uma ocasião²⁸, ao imperativo categórico kantiano. O conceito de supereu foi tido como indício da “contrapartida naturalística do eu noumenal de Kant, um agente interior que transcende e age no eu experienciado” (CHURCH, 1991, p. 220). No entanto, o supereu freudiano se aproxima muito mais da explicação biológica da fundamentação moral, de forma que sua referência a Kant pode ser atribuída mais a uma naturalização dos conceitos kantianos²⁹ do que a qualquer fundamentação metafísica. Em Freud, ao contrário de Kant, não se admite a moral como intrínseca, tampouco a autonomia moral kantiana, mas uma constituição histórica – filogenética e ontogenética – dos fenômenos e, conseqüentemente, dos valores morais:

Se a consciência moral é sem dúvida algo ‘dentro de nós’, não o é desde o começo. É nisto um oposto da vida sexual – que efetivamente está aí desde o começo da vida – e se agrega somente mais tarde. A criança pequena é notoriamente amorosa, não possui inibições internas contra seus impulsos que querem obter prazer. O papel que adota depois o superego é desempenhado primeiro por um poder externo, a autoridade parental (FREUD, 1933a [1932], p. 57).

Para Kant, uma ação moral está pautada sobre uma vontade livre e só a forma da lei a determina. A forma é considerada *a priori*, independente das condições empíricas, tendo em vista que é regida pela razão prática universal. Freud, ao contrário de uma autonomia da vontade responsável pela fundamentação da lei moral, parte da postulação de uma heteronomia moral, da condicionabilidade da moralidade, um interesse da consciência moral em coagir o homem para agir segundo determinados parâmetros instituídos na cultura e, portanto, empíricos. O interesse da consciência moral é visto como proporcional à força dos impulsos antimorais (os egoístas, eróticos e destrutivos), mais constitutivos e primários no homem. A moral enquanto portadora da interdição de

²⁸ Freud (1900a, p. 90; 1913b, p. 08, p. 31; 1923a, p. 36, p. 49; 1933a [1932], p. 57, p. 161).

²⁹ Naturalização esta que já havia encontrado ressonância anterior na filosofia pós-kantiana. Schopenhauer, por exemplo, transforma a filosofia transcendental kantiana em inatismo fisiológico e o conceito de entendimento kantiano em uma função cerebral. O conhecimento *a priori* kantiano fora transformado em “participação das funções cerebrais” (SCHOPENHAUER, 1980, p. 87). As muitas referências freudianas ao texto de Schopenhauer nos permitem conjecturar que a filosofia transcendental kantiana possa ter sido lida por Freud sob a lente da filosofia schopenhaueriana, a qual procurou diversas vezes no solo empírico a fundamentação das proposições metafísicas. O constante apelo schopenhaueriano aos dados intuitivos, sua rejeição à construção de teorias baseadas na “cuculândia das nuvens” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 57), meramente abstratas e sem base sobre a realidade objetiva, o aproximava de um projeto de cunho empírico-cientificista muito mais que outras filosofias. Talvez seja por este motivo que ele fora o filósofo mais citado por Freud.

moções pulsionais em favor do desenvolvimento do grupo acaba prevalecendo no embate com o indivíduo, contribuindo para a instalação do mal-estar. Somente através da coerção do pulsional na instauração da comunidade e do processo de internalização do indivíduo é que o homem pode se considerar moral, “torna-se” moral. A racionalidade *a priori* kantiana como fundamento moral e a autonomia da vontade na atribuição de sua própria lei conduzem, ao contrário, à ideia de fim em si mesmo, que acaba por opor-se à gênese da moral entendida como mecanismo proveniente da regulação dos vínculos recíprocos entre os homens. Como exemplo desta diferenciação, retomemos a passagem de *Totem e Tabu*: “se esclarecermos o tabu acaso lançaríamos luz sobre a obscura origem de nosso próprio *imperativo categórico*” (FREUD, 1913b, p. 31, grifos do autor).

Como Freud nos remete diretamente às condições empíricas de instituição do tabu, podemos perceber o quanto o ‘imperativo categórico freudiano’ difere do kantiano. O uso do termo kantiano de modo distorcido indica que Freud não estava muito preocupado em justificar filosoficamente suas teorizações, pois utiliza o conceito sem muita preocupação com o exato sentido filosófico em que fora formulado, transpondo-o para o cenário naturalista-científico do início do século XX. De qualquer maneira, mesmo querendo aproveitar o conceito tal como concebido por Kant, ficou claro que a correspondência não é tão estreita quanto possa parecer à primeira vista. Freud trata do imperativo categórico como regido de maneira “compulsiva e desautoriza qualquer motivação consciente” (FREUD, 1913b, p. 08), sendo determinado pelo processo primário e fundamentado de modo completamente diverso do kantiano. O imperativo de Kant é usado como analogia para a explicitação do supereu, sendo que o caráter inteligível e incondicionado perde toda a referência, embora ainda possamos ressaltar que ambos os conceitos mantêm como características comuns a universalidade e o dever. A universalidade freudiana, no entanto, é fundamentada genealogicamente e biologicamente, motivo pelo qual qualquer identidade filosófica entre os termos deve ser relativizada.

A aceitação do dever, em Freud, resulta de um processo defensivo e não de uma autonomia decisória tal como em Kant. Ela é fruto tanto de ameaças de punição (mesmo que imaginárias, via complexo de castração) como de promessas de recompensa (na demanda do amor dos pais):

A influência dos pais governa a criança dando-lhe provas de amor e ameaçando-a com castigos que atestam a perda deste amor e se farão temer

por este motivo. Esta angústia realista é precursora da angústia moral (...) em lugar da instância parental aparece o supereu que agora observa o eu, o guia e o ameaça, exatamente como fizeram os pais antes com a criança (FREUD, 1933a [1932], p. 57).

A instância moral é condicionada às condições históricas e à “proibição antiquíssima, imposta de fora (por alguma autoridade) e dirigida contra as mais intensas apetências a que estão submetidos os seres humanos” (FREUD, 1913b, p. 42). Freud concilia leituras culturais e constitucionais de modo peculiar na análise da gênese do supereu: obediência como resultado das imposições originariamente externas, mas internalizada de modo intensificado (mais severo e efetivo) através de processos que contrariam as disposições originárias. As determinações constitucionais, representadas pelas moções pulsionais originárias, desempenham papel preponderante para a compreensão dos processos fundamentalmente culturais, tal como o império das relações econômicas defendido por Marx:

Não se entende como poderiam omitir fatores psicológicos toda vez que se trate das reações de seres humanos viventes, pois não somente estes têm participado no estabelecimento de tais relações econômicas, mas ainda que, sob seu império, os seres humanos não poderiam fazer outra coisa além de pôr em jogo suas *moções pulsionais originárias*: sua pulsão de autoconservação, seu prazer de agredir, sua necessidade de amor, seu esforço em obter prazer e evitar o desprazer (FREUD, 1933a [1932], p. 165, grifos nossos).

É somente por meio do amálgama das duas forças, as sociais e as constitucionais, que a moralidade se instaura. Para Freud, a análise dos fenômenos morais deve ser pensada em termos de uma complementaridade entre demandas sociais e pulsionais. As exigências das pulsões são justificadas biologicamente por Freud. O entrecruzamento dos fatores etiológicos constitucionais e sociais adquire ainda maior relevância com o surgimento da segunda tópica, momento em que o supereu é consolidado metapsicologicamente e os textos culturalistas se destacam no conjunto das preocupações freudianas. A constituição da moralidade pode ser entendida como um processo mediado por diferentes demandas: externas e internas. As internas resultam tanto da própria constituição do indivíduo quanto da introjeção de impulsos redirecionados pelas exigências externas de origem cultural. As externas se expressam através das restrições de natureza física e também por meio das normas que governam os vínculos recíprocos entre os homens. Freud pensa “tanto o isso como o supereu como influxos do passado, sendo o primeiro herdado e o segundo como passado assumido por outros” (FREUD, 1940a [1938], p. 145), admitindo a explicação constitucionista

como um dos fatores para a correta compreensão do fenômeno social da moralidade: “A causação de todas as criações da vida humana tem que ser buscada na ação recíproca entre predisposições congênitas (*mitgebrachten Dispositionen*) e vivências acidentais” (FREUD, 1940a [1938], p. 183).

A respeito das proibições impostas pelo tabu, Freud recorre à relação entre o elemento cultural e as tendências originárias, ilustrando sua diferenciação. Ele conclui que as primeiras proibições culturais, como não poderia deixar de ser, seriam direcionadas às maiores inclinações naturais. O resultado se verifica na análise dos tabus que tratam fundamentalmente do assassinato e do sexo, evidenciando a prevalência das tendências originárias eróticas e agressivas. O tabu serve como uma proibição cultural de algo que o indivíduo está *naturalmente* predisposto a fazer. Não haveria necessidade do estabelecimento do tabu para algo que o indivíduo não tivesse uma inclinação constitutiva para realizar, pois “o prazer *originário* de fazer o proibido sobrevive (...) onde o tabu impera” (FREUD, 1913b, p. 39, grifos nossos)³⁰.

A tentativa de conciliação da leitura constitucionalista e culturalista produz um resultado curioso. Um primeiro olhar revela a predominância das reivindicações culturais, evidenciadas pelo desenvolvimento civilizatório e moldando o indivíduo. Concomitantemente, pode-se notar também o “império do pulsional”, uma psicologia da “natureza humana” que revela a rebelião pulsional do indivíduo diante da obstrução de suas expressões naturais eróticas e destrutivas mais arcaicas. O antagonismo existente entre o “patrimônio constitutivo e o patrimônio cultural de um povo” (FREUD, 1908, p. 163) é responsável pelos efeitos colaterais na disputa entre natureza e cultura, expressos através do mal-estar que se manifesta com maior intensidade nas produções patológicas. Freud não vê nenhum problema em atribuir às motivações antissociais este caráter originário, cuja etiologia nos remete às hipóteses filogenéticas e biológicas. Pelo contrário, se as motivações antissociais não são aceitas como tal, deve existir um motivo:

Suponho que nesta desautorização se impõe um forte valor afetivo. Por que nós mesmos tardamos antes de decidirmos reconhecer uma pulsão de agressão? (...) Provavelmente encontraríamos menor resistência se fossemos atribuir aos animais uma pulsão como esta. No entanto parece sacrílego incluí-la na constituição humana; contradiz demasiadas premissas religiosas e convenções sociais. Não, o homem teria que ser, por natureza, bom ou, pelo

³⁰ Freud prossegue, em outras passagens: “O fundamento do tabu é um obrar proibido para o que há intensa inclinação no Inconsciente” (FREUD, 1913b, p. 40). O tabu é visto como “proibição antiga externa dirigida a intensas apetências” (Ibid., p. 42).

menos, manso. Se em ocasiões se mostra brutal (...) acreditam ser fruto de regimes sociais inadequados (FREUD, 1933a [1932], p. 96).

A leitura evolucionista do desenvolvimento humano e cultural como estabelecimento da relação cultura/constituição fundamenta a moral no entrecruzamento de explicações biológicas, psicológicas e sociológicas. Freud utiliza o procedimento etiológico, conjecturando no âmbito filogenético, por meio do rastreamento do próprio processo de constituição do indivíduo humano enquanto ser moral. Não se trata, portanto, de abandonar a leitura biológica nem no terreno tido como exclusivamente humano, que é o contexto moral. Para Freud, o eu procura se situar dentro de um jogo de forças históricas ontogenéticas e filogenéticas representadas pelo supereu e pelo isso, sendo, inclusive, tido como perfeitamente possível de ser pensado também em relação a outros animais superiores:

Observa-se que o isso e o supereu, apesar de sua diversidade fundamental, mostram uma coincidência enquanto representam (*repräsentieren*) os influxos do passado: o isso, os do passado herdado; o supereu, no essencial, os do passado assumido pelos outros. Enquanto o eu é principalmente determinado pelo que ele mesmo tem vivenciado, ou seja, pelo acidental e atual.

Este esquema geral do aparelho psíquico haverá de ser considerado válido também para os animais superiores, semelhantes ao homem no anímico. Cabe supor um supereu sempre que existe um período prolongado de dependência infantil, como no ser humano. E é inevitável supor uma separação do eu e do isso. A psicologia animal, no entanto, não tem abordado a interessante tarefa que o problema apresenta (FREUD, 1940a [1938], p. 145).

Como a biologia³¹ e a história desempenham papéis essenciais na fundamentação metapsicológica da moral, a explicação freudiana revela a tentativa de retomada do encadeamento causal dos eventos subjacentes à instauração da moral dentro do contexto filogenético-genealógico-especulativo. Assim, a hipótese de uma formação original (constituição humana), sobre a qual vão se operar as metamorfoses que serão responsáveis pela formação psíquica atual, se situa no plano da análise causal, tendo como solo a tentativa de fundamentação histórico-filogenética, ainda que seja no plano puramente especulativo da horda primordial³². Cabe ressaltar que muitas

³¹ Cabe observar que a escolha do termo Isso (*Es*) para designar uma região da mente onde a influência biológica é mais marcante deriva, segundo Freud, da sugestão de Georg Groddeck e, em última instância, nos remete a Nietzsche, “que usa habitualmente esta expressão gramatical para o que é impessoal e responde, por assim dizer, a uma necessidade da natureza, de nosso ser” (FREUD, 1923a, p. 25).

³² Lévi-Strauss, em *As estruturas elementares do parentesco* (1976), encara as hipóteses freudianas como romances que acabam por revelar uma verdade mais fundamental do que um simples fato histórico revelaria. Ou seja, para o autor, a veracidade das hipóteses freudianas não reside em sua correspondência factual, mas no desvendamento das estruturas subjacentes que tratam das relações de parentesco. Para ele, as características do passado só têm valor explicativo na medida em que coincidem com as do futuro e do presente. Contudo, a genealogia freudiana pode ser

especulações freudianas pretendiam se constituir como tentativas de aproximação do real, e não como meros artifícios retóricos. Sobre o caráter especulativo das hipóteses levantadas em *Totem e Tabu*, ele considera:

A conexão estreita entre totem e tabu nos aponta para a hipótese a seguir apresentada, e se ela parece muito inverossímil, tal caráter não representa uma objeção à possibilidade de que se tenha aproximado mais ou menos de uma realidade de difícil reconstrução (FREUD, 1913b, p. 08).

Totem e Tabu surge, nesse contexto, como uma reunião de conjecturas envolvendo as possíveis condições de instalação dos fenômenos morais, e Freud procura mostrar como as abordagens nominalistas e sociológicas deixaram de considerar o fator constitucional. Para o autor, a constituição agressiva e erótica é responsável pela formação reativa expressa na adoração ao totem e na adoção da exogamia como tabu. A formação reativa de adoração ao totem manifesta o mesmo mecanismo psicológico de defesa diante da ambivalência de sentimentos dirigida aos entes queridos:

Os indivíduos carregam em maior ou menor grau essa ambivalência em sua disposição (*constitucional*). Normalmente, não é tão grande a ponto de originar as autorreprovações obsessivas descritas; porém, quando proporcionada em abundância pela disposição, se manifestará no vínculo com as pessoas mais amadas, ali onde menos se esperaria. Nós consideramos que a predisposição à neurose obsessiva, enfermidade que temos recorrido para comparação na questão do tabu, se singulariza por uma medida particularmente elevada desta ambivalência originária de sentimentos (FREUD, 1913b, p. 66, grifo nosso).

Algumas interpretações da obra freudiana, por se pautarem na fundamentação puramente ética, são, neste sentido, contrárias à proposta explicitada por Freud. Qualquer projeto de proposição ética em Freud esbarra em um problema constitucional, de fundo filogenético, uma equação difícil de ser solucionada. Para o autor, “o programa que o princípio de prazer nos impõe, ser feliz, é irrealizável” (FREUD, 1930 [1929], p. 83), pois “nossa *constituição* limita nossas possibilidades de felicidade” (Ibid., p. 76, grifo nosso); assim, ele introduz o problema da constituição humana no cerne de qualquer consideração ética. A operação interpretativa se dá por meio de um recuo temporal de desmontagem, recondução diacrônica dos preceitos morais até suas condições concretas de instauração, e não através da defesa desses preceitos. Daí a

mais bem caracterizada nas obras de antropologia evolucionista, conforme atenta Castro ao discorrer sobre o procedimento do antropólogo Morgan, um dos autores citados por Freud (1913b, p. 124). Segundo Castro (1988, p. 06), “o principal projeto intelectual de Morgan passou a ser tentar aplicar o conhecimento antropológico contemporâneo para interpretar a história passada. Numa carta de 1873 a um amigo, escreveu: Penso, sobretudo, que as épocas de real progresso estão conectadas com as artes de subsistência, que incluem a ideia darwiniana de luta pela existência”. A visão determinista da evolução cultural humana de Morgan também parece ter sido apreendida por Freud.

recusa de Freud no tratamento da psicanálise como formulação ética e certa dissonância quando confrontada com a interpretação lacaniana.

Notemos, portanto, que sua análise da moral não pode ser atingida pela crítica nietzschiana de justificação histórica como modo de fundamentação e validação de algum valor moral. Estamos nos referindo à crítica na qual Nietzsche questiona a interpretação empirista-positivista da fundamentação moral baseada em um dogmatismo realista, cuja tarefa interpretativa estaria obliterada em favor de uma ingênuo transparência do sensível, como se os fatos fossem por si mesmos morais. A alternativa escolhida por Freud não se enquadra nesta crítica, pois tem a intenção de percorrer o caminho de constituição da moral e não de justificar qualquer preceito moral. Freud, neste ponto, parece apoiar a tese de Nietzsche. A estratégia freudiana também não seria atingida pela crítica direcionada ao utilitarismo, para o qual a moral teria uma gênese e, por este simples motivo, estaria justificada como natural ou constitutiva.

2.5 As diferentes biologias freudianas

As constantes mudanças de postura de Freud, oscilando entre a adoção e rejeição das fundamentações biológicas, nos apontam para a necessidade de considerar o diálogo que ele mantinha com as ciências biológicas. Como o próprio autor nos ensina, uma posição ambivalente revela ao

mesmo tempo uma apetência intensa frente ao objeto de interesse e uma proibição ou rejeição igualmente intensas. Estaríamos diante de um exemplo de ambivalência de sentimentos ao tratar da relação de Freud com as explicações biológicas? Os enunciados biológicos freudianos poderiam ser considerados como a expressão de uma formação reativa que ocultaria uma rejeição da disciplina biológica?

O inventor da psicanálise parece oscilar entre a recusa de explicações biológicas ‘antecipadas’ para os fenômenos psicológicos e a adoção de pressupostos biológicos como fundamentação de seus conceitos. As interpretações da literatura de comentário seguem a mesma direção ambivalente, com posturas cindidas, optando por um dos polos em meio a tentativas esparsas de integração. Monzani é um dos autores que propõe tal tipo de mediação. Ele toma, por exemplo, o conceito de *Isso* como resultado da orientação biologizante de Freud:

A noção de *Isso* aparece, entre outras coisas, para dar conta deste substrato biológico do inconsciente; o *Isso*, desse ângulo, seria uma espécie de inconsciente primitivo, originário, a partir do qual certos elementos tentariam irromper e se dirigir no sentido da ação motora, sendo, secundariamente, recalçados (MONZANI, 1989, p. 266).

O autor, no entanto, não adere à defesa de uma biologia freudiana estrita, tal como aquela defendida por Sulloway – conforme veremos adiante. Ele chega inclusive a afirmar que Sulloway teria conduzido “as coisas longe demais” (MONZANI, 1991, p. 118) ao tratar Freud como um criptobiologista³³.

Fulgencio, por sua vez, contrariando a opinião de Laplanche, para o qual o conceito freudiano de pulsão tem como horizonte um referente objetivo, defende um recurso puramente heurístico em Freud para se contrapor à concepção biologizante:

Ao colocar a pulsão como tendo um referente objetivo, dando-lhe existência empírica objetiva, Laplanche propõe algo que contrasta com a posição de

³³ Monzani também cita autores como Alexander e Rapaport, que procuram seguir uma orientação biológica em seus estudos.

Freud, que reconhece nas pulsões uma mitologia científica (FULGENCIO, 2008, p. 123)³⁴.

Retornando a Freud, podemos constatar que mesmo seus conceitos fundamentais, como os de pulsão de vida e pulsão de morte, justificados através dos mais variados meios, reclamam, sob sua tutela, o estatuto de “validez biológica” (FREUD, 1937, p. 247). A teoria pulsional já funcionara para ele como evidência da impossibilidade de uma separação radical entre sua disciplina e as ciências biológicas, muito embora ressaltasse que “não está no propósito de uma indagação puramente psicológica ultrapassar tanto a fronteira sobre o âmbito da investigação fisiológica” (FREUD, 1914a, p. 81)³⁵.

A aparente ambivalência na utilização de fundamentos biológicos serve a nossos propósitos para evidenciar três aspectos importantes dentro do percurso de constituição da psicanálise freudiana: primeiramente, a significação do termo ‘biologia’ variou de modo considerável ao longo da obra de Freud, referindo-se, muitas vezes sem maiores distinções, a conjuntos diversos de fenômenos. Em segundo lugar, o autor procura atender objetivos específicos quando trata dos enunciados biológicos, como, por exemplo, na contraposição a interpretações de diferentes autores. Ele possui objetivos diversos em suas adesões ou rejeições dos enunciados biológicos. E, por fim, a relação entre a constituição da psicanálise e as ciências biológicas fora tão próxima que Freud teria, ao mesmo tempo, tentado evitar um reducionismo biológico através do cuidado na adoção de princípios biológicos, mas também procurado aproveitar as contribuições que esta disciplina poderia lhe oferecer.

³⁴ A interpretação antirrealista de Fulgencio deve ser analisada com maior profundidade em trabalhos específicos sobre o tema. Em contraposição à proposta de Fulgencio (2008), podemos indicar os trabalhos de Simanke (2009a; 2009b). De qualquer modo, ainda que possamos atribuir um antirrealismo no procedimento epistemológico freudiano, não podemos negar seu diálogo com o referente biológico realista. Em *Novas Conferências* (FREUD, 1933a [1932], p. 162), Freud critica aqueles que denomina niilistas intelectuais por defenderem algumas hipóteses epistemológicas: a de que não existe nenhum conhecimento seguro sobre o mundo exterior; a de que o conhecimento científico é produto de nossas necessidades e nele encontramos somente aquilo que necessitamos; a de que não existe critério de verdade e concordância com o mundo exterior; e a de que somente vemos o que queremos ver.

³⁵ A referida passagem, apesar da ressalva freudiana, trata da identificação feita pelo autor entre as modificações demonstráveis de uma doença orgânica típica e aquelas modificações da hipocondria. Embora não queira adentrar no terreno da investigação fisiológica, ele afirma que “seria inteiramente congruente com a concepção acerca dos processos da neurose que decidíssemos dizer: a hipocondria tem razão, pois também nela não faltam as alterações de órgão” (FREUD, 1914a, p. 81). Ou seja, Freud defende que a hipocondria não se resume a um simples delírio psíquico, mas possui correspondentes orgânicos expressos pelos diferentes destinos de distribuição libidinal das chamadas zonas erógenas. Se ele faz restrições à pesquisa fisiológica, não é para negá-la, mas, ao contrário, é por acreditar que existem correspondentes fisiológicos, embora não seja do âmbito da psicanálise a investigação de tais domínios.

2.5.1. As significações do termo biologia em Freud

Um caso exemplar que ilustra como a significação do termo biologia adquire conotações diversas dentro da obra freudiana pode ser encontrado em uma passagem de *O Eu e o Isso*. Neste trabalho, em um primeiro momento, Freud se referiu às origens do supereu da seguinte maneira:

Se considerarmos mais uma vez a gênese do supereu tal como o descrevemos, vemos que ele é o resultado de *dois fatores biológicos* de suma importância: o desamparo e dependência do ser humano durante sua infância prolongada, e seu complexo de Édipo, que temos reconduzido à interrupção do desenvolvimento libidinal pelo período de latência e, portanto, a origem em dois tempos da vida sexual. Esta última propriedade especificamente humana, segundo parece, foi caracterizada em uma hipótese psicanalítica como herança do desenvolvimento sobre a cultura imposto pela era glacial. Assim, a separação do supereu com base no eu não é algo contingente: ela representa as características mais significativas do desenvolvimento do indivíduo e da espécie e, mais ainda, na medida em que procura exprimir permanentemente a influência dos pais, perpetua a existência dos fatores a que deve sua origem (FREUD, 1923a, p. 36, grifos nossos).

Na tradução inglesa de 1927, porém, o autor ordenou pessoalmente que a primeira parte da sentença fosse modificada para “dois fatores de suma importância, *um biológico e outro histórico*” (Ibid., p. 36, grifos nossos). A solicitação revela como Freud passara a considerar as explicações do desenvolvimento humano e as explicações filogenéticas como históricas, em vez considerá-las como estritamente biológicas³⁶. Também revela certa preponderância à filogênese enquanto historicamente determinada, atribuindo ênfase à análise genealógica em sua significação ambiental em vez de atentar unicamente para o aspecto constitucional. Na 31ª das *Novas Conferências*, ao tratar do mesmo tema, Freud reformula mais uma vez sua categorização, considerando o supereu não mais como resultado exclusivo de condições biológicas, tampouco como resultado de um fator biológico e outro histórico, mas como produto de determinantes biológicos e psicológicos:

De nossos apontamentos sobre sua origem [supereu], segue-se que ele tem por premissa um fato biológico de importância sem igual e *um fato psicológico indiscutível*: a prolongada dependência da criatura humana em relação a seus progenitores e o complexo de Édipo; por sua vez, ambos os fatos se encontram intimamente relacionados (FREUD, 1933a [1932], p. 62, grifos nossos).

36 Esta distinção freudiana, ao contrário da apresentada no *Projeto*, indica certo afastamento das explicações biológicas próximo-causais e uma recusa crescente da explicação com base puramente fisiológica.

As constantes mudanças evidenciam como, ao discorrer sobre o mesmo problema – a gênese do supereu –, Freud acaba tratando o complexo de Édipo sob diferentes abordagens explanatórias complementares – ora biológica, ora histórica (ontogenética e filogenética), ora psicológica. O complexo de Édipo é entendido primeiramente como resultado de dois fatores biológicos de suma importância. Um ano depois, o autor explicita melhor sua posição considerando um dos fatores como histórico. Por fim, cinco anos mais tarde, ele procura demonstrar a compatibilidade entre o fator biológico e o fator psicológico. A questão que emerge é a seguinte: haveria contradição entre os termos utilizados por Freud e as frequentes mudanças explanatórias? Na formulação de 1932, o autor parece oferecer a resposta, enfatizando a relação íntima dos fatos biológicos e psicológicos, evitando qualquer consideração excludente entre os termos. Podemos perceber o quanto a disciplina freudiana estava comprometida com uma abordagem interdisciplinar, a ponto de transitar entre diferentes categorizações no tratamento de um mesmo conjunto de fenômenos.

Uma questão importante, a qual discutiremos mais adiante, revela que, na medida em que a fundamentação filogenética adquire maior relevância no interior da teoria, Freud passa a justificá-la e tratá-la como explicação histórica, remetendo a abordagem explanatória mais à análise genealógica dos fenômenos do que à fundamentação fisiológica. O autor não procura simplesmente postular um inatismo responsável pelas tendências comportamentais, ao modo de uma determinação genética nomológica, mas tenta compreender funcional e filogeneticamente a aquisição de tais tendências. A preocupação em tomar a abordagem filogenética como explicação histórica visava não aderir a um simples constitucionalismo que deixasse de explicar a gênese e a função de determinada formação psíquica. Freud não abandona a fundamentação biológica em favor de uma análise puramente histórica, mas toma os determinantes biológicos como historicamente significativos e reveladores dos mecanismos biologicamente relevantes nas configurações pulsionais. Em *Além do princípio de prazer*, encontramos a explicação filogenética tratada como histórica ao lado de considerações de cunho estritamente biológico:

Este modo de conceber a pulsão nos soa estranho: com efeito, temos nos habituado a ver na pulsão o fator que se esforça no sentido da mudança e do desenvolvimento, e agora somos obrigados a reconhecer nela justamente o contrário, a expressão da natureza conservadora do ser vivo. Em seguida nos veem à mente aqueles fenômenos da vida animal que parecem corroborar o *condicionamento histórico das pulsões*. Certos peixes empreendem na época da desova fatigosas migrações a fim de depositar as ovas em determinadas

águas muito distantes de seu lugar de residência habitual; muitos biólogos interpretam que não fazem nada além de buscar as moradas anteriores de sua espécie, que no curso do tempo haviam sido trocadas por outras (FREUD, 1920a, p. 37, grifos nossos).

Freud levanta hipóteses sobre as origens das formações pulsionais para explicar o modo de funcionamento de determinadas configurações psíquicas através de um procedimento similar ao utilizado pela biologia evolucionária. Nesse caso, não basta somente determinar a constitucionalidade presente na configuração psíquica; não se trata apenas de explicar o ‘como?’, mas também o ‘porquê?’ da formação pulsional. O complexo de Édipo é remetido a sua origem primeva para que sua universalidade seja explicada não apenas em função da base constitucional, mas também compreendida genealogicamente. Sobre esse assunto, veremos adiante o quanto o procedimento freudiano se assemelha com o apresentado pela teoria da evolução e as demais ciências biológicas.

As mudanças de significação dos conceitos biológicos na psicanálise freudiana também podem ser encontradas nas duas passagens seguintes. A primeira, extraída de uma carta endereçada a Fliess em 1896, trata das preocupações concernentes ao *Projeto*: “Eu estou continuamente ocupado com psicologia – isto é realmente metapsicologia” (FREUD *apud* GILL, 1976, p. 73). Neste caso, contrariando as leituras usuais, Freud identifica a metapsicologia do *Projeto* com um trabalho eminentemente psicológico. A segunda passagem, em uma carta endereçada ao mesmo Fliess dois anos depois, nos fornece indícios do que Freud considerava serem explicações biológicas na época:

Parece-me como se com a teoria do cumprimento de desejo só estivesse dada a solução psicológica, não a biológica, ou melhor, a metapsíquica (aliás, te pergunto seriamente se para mim psicologia que vai além da consciência é lícito usar o nome de metapsicologia). Biologicamente, me parece que a vida onírica se origina por inteiro dos restos da época pré-histórica da vida (de um a três anos) (FREUD, 1950 [1892-99], p. 316).

Nesta carta, Freud identifica a explicação biológica com a metapsicológica e, em seguida, formula algumas hipóteses metapsicológicas acerca da gênese da vida onírica, tratando-as como hipóteses biológicas. Considerando estas passagens específicas, nosso ponto de vista interpretativo diverge daquele apresentado por autores como Fulgencio (2004, p. 122), segundo o qual Freud estaria à procura de pontos de vista exclusivamente psicológicos sem se identificar com uma psicologia da consciência e, portanto, teria se afastado de qualquer outra disciplina. Certamente, a passagem em questão pode ser entendida como a tentativa de estabelecimento de uma distinção entre

uma psicologia da consciência e a incipiente psicologia do inconsciente. No entanto, utilizar *essa passagem* para afirmar a exclusão de todo e qualquer apoio em outras disciplinas nos parece equivocado. A passagem evidencia que, *pelo menos nesse momento*, Freud ainda encarava uma possível metapsicologia com uma base biológica na qual tentou, nesta carta, oferecer uma explicação. A biologia utilizada neste exemplo, mesmo que especulativa, como defende Fulgencio, ainda era para Freud uma biologia. Neste ponto tendemos a concordar com a posição defendida por Gill (1976), que, tal como Freud fizera inicialmente, aproximara a leitura metapsicológica da biológica.

2.5.2 Freud e a biologia: dependência x autonomia

Além das diferentes significações que os termos biológicos adotados por Freud assumiram ao longo de sua obra, verificamos também muitas modificações de conceitos durante o desenvolvimento da própria biologia. Um exemplo pode ser extraído do uso que Freud fazia do conceito de ‘genético’, ainda pouco explorado no início do século XX, data em que se iniciaram as investigações em biologia molecular. Winograd et al. resumem bem a distinção entre o uso freudiano quando comparado às concepções posteriores referentes ao mesmo conceito:

Freud não dizia respeito ao código genético da forma como entendemos hoje, mas sim ao conceito de que o ser humano poderia herdar características filogenéticas de seus ancestrais, incluídas aquelas presentes na cultura, na linguagem, ou no desejo (WINOGRAD et al., 2007, p. 415).

As diferentes significações que alguns termos biológicos adquirem parecem variar não somente no contexto da obra freudiana, mas também no próprio cenário de intenso desenvolvimento das ciências biológicas da época. Ficar demasiadamente atrelado a este panorama biológico de grande transformação teórica significava correr o risco de submissão a uma prática teórica e metodológica alheia à psicanalítica. Em contrapartida, ignorar as fascinantes descobertas da época – no contexto em que Darwin representou um avanço significativo na compreensão de mundo para Freud – poderia igualmente significar um risco ao desenvolvimento da psicanálise, dado que ela também trata de questões de ordem biológica, ainda que com objetivos distintos. Deste modo, torna-se compreensível a postura de Freud perante os enunciados biológicos. A

psicanálise se situava em uma área de intersecção, exigindo grande esforço para manter uma distinção perante as ciências biológicas e ao mesmo tempo incorporar suas novas descobertas. A pulsão, pensada como conceito fundamental do repertório psicanalítico, representa exemplarmente a tensão inerente à disciplina inaugurada por Freud, apoiando-se ao mesmo tempo nas ciências do espírito e na biologia, bem como fornecendo as bases para a constituição de uma ‘psicologia do profundo’:

Quando a análise dos sonhos permitiu entender os processos anímicos inconscientes e mostrou que os mecanismos criadores dos sintomas patológicos se encontravam ativos também na vida anímica normal, a psicanálise se tornou psicologia do profundo e, como tal, susceptível de aplicar-se às ciências do espírito. (...) Desde muito cedo se estabeleceram os vínculos com a filogênese humana. Advertiu-se que muito frequentemente a função patológica não é mais do que uma regressão a um estado anterior do desenvolvimento normal. (...) Apesar do trabalho psicanalítico, em geral, se esforçar por desenvolver suas doutrinas com a máxima independência possível de outras ciências, com relação à doutrina das pulsões ele precisa buscar apoio na biologia. (...) é provável que devamos admitir duas variedades de pulsões, em correspondência com os processos orgânicos contrapostos de anabolismo e catabolismo³⁷ (FREUD, 1923 [1922], p. 248-253).

Em muitas passagens, Freud trata da natureza da pulsão em seu aspecto fundamentalmente biológico, como expressão da inércia ou elasticidade do orgânico, cujas manifestações observáveis se evidenciariam nos diferentes tipos de atividade psíquica. Tal fundamentação biológica, presente desde o primeiro dualismo pulsional, não se altera com a introdução da nova distinção existente entre pulsões de vida e pulsões de morte:

O vislumbre de uma relação de oposição dentro da vida pulsional procurou outra expressão, mais nítida. Porém não queria expor pra vocês a origem desta novidade da doutrina das pulsões; também ela repousa essencialmente em considerações biológicas (FREUD, 1933a [1932], p. 95).

Em *Esquema de Psicanálise*, novamente torna-se evidente a fronteira que seu objeto de investigação apresenta com as funções biológicas:

Temos descrito o edifício do aparelho psíquico, as energias ou forças ativas em seu interior, e com relação a um destacado exemplo estudamos o modo em que estas energias, principalmente a libido, se organizam em uma função fisiológica a serviço da conservação da espécie. Porém, nada disso demonstrava o caráter inteiramente peculiar do psíquico, prescindindo, desde logo, do fato empírico de que esse aparelho e essas energias estão na base das funções que chamamos de nossa vida anímica (FREUD, 1940a [1938], p. 155).

³⁷ Ver também em Freud (1923a, p. 42): “Com cada uma dessas duas classes de pulsões se coordenaria um processo fisiológico particular (anabolismo e catabolismo)”.

Não podemos negar que qualquer interpretação que tente resumir a obra de Freud à superação da contribuição biológica ou então, ao contrário, à fundamentação puramente biológica, revela-se muito mais como um recorte específico do que propriamente um retrato fiel da produção freudiana. A oscilação do autor diante dos enunciados biológicos não evidencia contradições insuperáveis, ao contrário, demonstra sua constante tentativa de diálogo com as ciências fronteiriças e sua preocupação não menos constante com a autonomia epistemológica e metodológica da psicanálise, propiciada pela prática clínica entendida como método de investigação privilegiado dos fenômenos inconscientes. O percurso do autor não estabelece oposições intransponíveis entre explicações psicológicas e biológicas, mas procura delimitar fronteiras tênues em função de contextos explanatórios específicos. Tal posição, exatamente por abarcar uma multiplicidade explanatória, favoreceu o surgimento de interpretações unilaterais que consideraram as asserções biológicas como indícios de um reducionismo anacrônico ou, ao contrário, tomaram as ressalvas à biologia como provas da recusa de um naturalismo e adesão estrita a uma semiótica ou hermenêutica.

Entendemos, por conseguinte, que Freud, ao adotar um discurso que transita entre significações diferentes e procura conciliar diversos níveis explicativos, acabou sendo lido tendenciosamente por um ou outro viés interpretativo, contribuindo para uma polêmica, muitas vezes infrutífera, em torno do estatuto de sua obra. É como se existissem diferentes ‘Freuds’, e cada leitura – a hermenêutica, o positivismo, a neuropsicanálise, as diversas correntes psicanalíticas pós-freudianas – pudesse se servir, tal como em um cardápio variado, da maneira que lhe conviesse. É neste sentido que Habermas, apesar de toda sua crítica ao projeto cientificista de Freud, identifica corretamente a oscilação teórica do autor: “Freud não formula conscientemente aquilo que separa a psicanálise das ciências que procedem de acordo com métodos empírico-analíticos, nem daquelas que operam exclusivamente segundo critérios hermenêuticos” (HABERMAS, 1982, p. 212).

O resultado da postura freudiana enfatizada por Habermas pode ser constatado na emergência de dicotomias interpretativas e posições antagônicas, evidenciando ainda mais a necessidade de estudos exegéticos a fim de evitar análises demasiado tendenciosas, unilaterais ou reducionistas. Nossa intenção, portanto, é recorrer a Freud para falar sobre Freud. Sem recusar o método de interpretação, pretendemos demonstrar os limites de algumas leituras diametralmente opostas, algumas delas ainda apoiadas em visões excludentes acerca da ordem do natural e do humano.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o inventor da psicanálise procurou um embasamento biológico para os fenômenos observados psicanaliticamente e não o contrário, como defende Sulloway (1960). Segundo este autor, os historiadores da psicanálise – Ernest Jones, James Strachey, Ernst Kris, entre outros – inverteram a relação entre a biologia e a psicanálise na obra freudiana: eles teriam postulado a aquisição de conceitos biológicos indutivamente e *a posteriori*, derivados unicamente da pesquisa psicanalítica, ao invés de defenderem que os conceitos psicanalíticos foram retirados da biologia. Sulloway (1960, p. 419) chega a afirmar que Freud teria se apoiado inteiramente nas explicações biológicas evolucionárias a ponto de toda teoria poder ser considerada uma “criptobiologia”. Queremos mostrar que Freud utilizou a biologia como um recurso adicional para fundamentar seus conceitos, dado que a maioria das questões relevantes foi pautada no campo dos fenômenos clínicos e psicológicos, vistos sob a influência da compulsão à repetição. O recurso à biologia serviu como tentativa de fundamentação dos conceitos e fenômenos observados, e não como ponto de partida para a sua formulação. Diante da posição de Sulloway, tendemos a evocar novamente Freud em sua própria defesa:

Eu rebateria com toda a energia quem pretendesse computar a teoria da repressão e da resistência entre as premissas e não entre os resultados da psicanálise. Existem tais premissas, de natureza psicológica e biológica universal, e seria conveniente tratá-las em outra ocasião; porém, a teoria da repressão é uma conquista do trabalho psicanalítico obtida legitimamente como decantação teórica de inúmeras observações (FREUD, 1914c, p. 16).

As argumentações contidas em *Além do princípio de Prazer* demonstram que Freud não desenvolve o conceito de pulsão de morte em decorrência de investigações ou inquietações de ordem biológica. A compulsão à repetição foi formulada a partir de evidências empíricas da neurose traumática, dos sonhos, das brincadeiras infantis e da transferência analítica, fornecendo a base psicológica para o surgimento metapsicológico do conceito. O princípio de prazer estabelecido anteriormente necessitava de uma nova explicação diante do crescimento de evidências que colocavam em xeque sua validade. O conceito de pulsão de morte é elaborado para explicar as tendências regressivas, os fenômenos anteriormente apontados e as articulações metapsicológicas que sustentam a teoria. A fundamentação biológica desempenha um papel importante, ainda que auxiliar, no desenvolvimento das hipóteses durante a formulação do conceito de pulsão de morte. Dessa forma, Freud recorre às hipóteses biológicas na análise da proposta morfológica do biólogo Weismann perante a

dualidade das substâncias vivas, divididas em plasma somático mortal e plasma germinal imortal: “O que nos impressiona aqui é a inesperada analogia com nossa concepção, desenvolvida por *caminhos tão diferentes*” (FREUD, 1920a, p. 45, grifos nossos). A ‘inesperada analogia’ é o caminho procurado por Freud para o estabelecimento de paralelos entre suas observações, sua teoria metapsicológica e os fundamentos biológicos, buscando apoios em dados provenientes da etologia animal.

É interessante notar que Freud faz referência a Weismann para tentar justificar a pulsão de morte, mas deliberadamente não menciona que o argumento do biólogo contraria sua convicção na herança de caracteres adquiridos. Ou seja, a tese de Weismann é utilizada para fundamentar o novo dualismo pulsional, mas não para superar a crença freudiana na herança de caracteres adquiridos. Tal constatação somente reforça o argumento de que o inventor da psicanálise outorga um peso maior às evidências psicológicas do que às pesquisas biológicas. Se ele não rejeita a herança de caracteres adquiridos, é porque encontra fortes evidências de cunho psicológico para sustentar tal hipótese, defendida em alguns momentos de sua obra³⁸:

Nossa situação é dificultada pela atitude presente da ciência biológica, que não quer saber nada da herança, nos descendentes, de caracteres adquiridos. Nós, de nossa parte, com toda modéstia confessamos que não podemos prescindir deste fator do desenvolvimento biológico. É certo que não se trata da mesma coisa nos dois casos: em um, são caracteres adquiridos difíceis de apreender; no outro são traços mnêmicos de impressões exteriores, algo de certo modo tangível. Pode ser que não possamos representar um sem o outro (FREUD, 1939 [1934-38], p. 96).

É através das similaridades e analogias estabelecidas pelas hipóteses biológicas que Freud solidifica o caminho de sua formulação metapsicológica. O texto de 1920, claramente marcado pelo uso constante da argumentação biológica, evidencia uma preocupação em fornecer subsídios sólidos à hipótese do novo dualismo pulsional. O fato da pulsão de morte ter sido formulada para dar conta das diversas observações e hipóteses psicológicas e o fato de ter sido desenvolvida por caminhos tão diferentes daqueles percorridos pela biologia³⁹, não impediu o autor de recorrer ao reino de possibilidades ilimitadas dessa ciência, que poderia um dia derrubar o edifício de hipóteses metapsicológicas. Todo o texto demonstra como Freud procura se cercar do maior número possível de evidências biológicas a fim de garantir maior legitimidade

³⁸ Freud (1913b, p. 39; 1918 [1914], p. 89; 1923a, p. 39; 1939 [1934-38], p. 94).

³⁹ “É verdade que achamos tal hipótese em uma região totalmente diversa – por certo, mais um mito que uma explicação científica – que não me atreveria a mencioná-la se não atendesse justamente uma condição cujo cumprimento desejamos” (FREUD, 1920a, p. 56).

para um conceito metapsicológico que surgiu de uma necessidade explanatória psicológica. Se no primeiro dualismo pulsional a pulsão já era vista, “sob o aspecto biológico, (...) como um conceito fronteiro entre o psíquico e o somático”⁴⁰, a introdução da pulsão de morte no repertório conceitual parece radicalizar ainda mais o estatuto biológico do conceito. Freud trata de um fenômeno cuja manifestação é inapreensível em sua forma psicológica pura e passa a ser entendido muito mais em termos energéticos que propriamente representacionais. Em *Além do princípio de prazer*, o conceito de pulsão de morte surge como uma forma arcaica e primária de tramitação pulsional diante da ausência de ações específicas ou produções psíquicas suficientemente adequadas para dominar a quantidade de energia decorrente do evento (real ou psíquico) traumático, ainda que à custa do princípio de prazer. É nesse sentido que Ferenczi (1932, p. 37) defende que “nos momentos em que o sistema psíquico falha, o organismo começa a pensar”, em uma espécie de reafirmação da fronteira tênue e plástica entre o somático e o psíquico. Nesse mesmo sentido, Hammer (1991, p. 42) usa uma expressão propícia, dizendo que “os músculos de um indivíduo são honestos”. O autor se refere, entre outras coisas, aos fenômenos conversivos que evidenciam o que a via representacional insiste em esconder. Nesse caso, o conflito neurótico se expressa principalmente no corpo, objeto privilegiado de tramitação pulsional. O conflito fala através do gesto e do maneirismo, por meio das contrações e paralisias, sendo o corpo mais honesto que a linguagem. O caráter representacional, via privilegiada e progressiva de tramitação pulsional, perde sua preponderância, dando lugar à anterioridade de um princípio cuja fundamentação é primordialmente somática. A pulsão de morte, vista como além do princípio de prazer, evidencia uma anterioridade funcional e uma ordem filogeneticamente mais arcaica de descarga energética. Apesar de retoricamente tratada como mitológica por Freud e epistemologicamente tratada como mitológica por alguns comentadores⁴¹, a teoria das pulsões, tanto em sua primeira quanto em sua segunda

⁴⁰ “Se agora, sob o aspecto biológico, passamos à consideração da vida anímica, a pulsão nos aparece como um conceito fronteiro entre o anímico e o somático, como um representante (*Repräsentant*) psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a alma, como uma medida de exigência de trabalho que é imposta ao anímico à consequência de sua ligação com o corpo” (FREUD, 1915a, p. 117). Strachey, na introdução deste trabalho freudiano, ainda discute as supostas ambiguidades contidas na distinção entre os conceitos de representante (*Repräsentant*) psíquico e pulsão, atribuindo as distinções interpretativas à própria ambiguidade do conceito de pulsão, região limítrofe do psíquico e do somático.

⁴¹ Ricoeur entende a introdução dos conceitos de *Ananké*, *Eros* e *Tanatos** como o retorno de Freud a uma filosofia mitológica. Kraft-Ebing, por sua vez, denominou a hipótese freudiana sobre a etiologia sexual da histeria como “conto de fadas científico” (FREUD, 1986, p. 185). Outra corrente, contrária a esta, aposta no desenvolvimento da psicanálise enquanto ciência e insiste que o equívoco dos autores citados consiste em se tomar problemas metodológicos e conceituais como indício de ilegitimidade científica, ou seja, de se considerar a inespecificidade de alguns conceitos como indício para invalidação de toda a disciplina. Sobre este assunto, Freud também estava

versão, sempre partiu de indícios factuais de ordem psicológica e se apoiou, em última instância, em especulações de base biológica:

A doutrina das pulsões é nossa mitologia, por assim dizer. As pulsões são seres míticos, grandiosos em sua indeterminação. Em nosso trabalho não podemos prescindir nem um instante delas e, entretanto, nunca estamos seguros de vê-las com clareza. (...) Por mais que defendamos cuidadosamente a independência da psicologia frente a qualquer outra ciência, aqui nos impõe o fato biológico irremovível de que o indivíduo vivo serve a dois propósitos: sua própria conservação e a da espécie; ambos parecem independentes entre si, e até onde saibamos não têm experimentado uma derivação comum e na vida animal apresentam frequentemente interesses conflitantes. Nesse ponto se cultiva a rigor uma *psicologia biológica*, se estudam os fenômenos psíquicos concomitantes de processos *biológicos*. Como substitutas dessa concepção, se introduziram em psicanálise as pulsões egóicas e as pulsões sexuais (FREUD, 1933a [1932], p. 88, grifos nossos).

Em *Além do princípio de Prazer*, a pulsão de morte é tida como uma forma arcaica e primária de resolução de tensão, entendida em termos prioritariamente orgânicos que se manifestam no psiquismo. Tanto a dor é vista através de sua função biológica de proteção do organismo quanto o prazer é tido como escoamento do estado de excitação, adquirindo uma função somática preponderante. A tendência conservadora e regressiva da pulsão é justificada por meio de exemplos da vida animal, sendo resultante de uma tendência conservadora da substância viva como um todo. O domínio psicológico praticamente se desvanece na justificação da pulsão de morte, pois sua fundamentação é remetida à condição de funcionamento de toda substância viva, não sendo restrita ao aparelho psíquico humano. Tal tendência biológica já havia sido ressaltada na definição do conceito de narcisismo, visto como “complemento libidinal do egoísmo inerente à pulsão de autoconservação, que justificadamente pode ser atribuída uma dose a todo ser vivo” (FREUD, 1914a, p. 71). A definição que Freud oferece da pulsão encontra sua base orgânica na tendência conservadora dos instintos animais, a exemplo do voo migratório das aves ou a migração dos peixes na época de desova, bem como na embriologia:

consciente, tanto que afirmou algumas vezes o caráter provisório de muitos conceitos fundamentais, tratando-os inclusive como mitológicos em um sentido bem específico. Cabe questionar se tal mitologia pode ser interpretada como indício da desistência freudiana em constituir uma ciência. Ao que tudo indica, não era bem esse o sentido e a intenção da mitologia freudiana. Ao defendê-la perante Einstein, Freud a compara àquela contida nas teorias físicas: “Talvez você tenha a impressão de que nossas teorias constituem um tipo de mitologia, e em tal caso uma mitologia que não é nem sequer uma feliz mitologia. Porém, não desemboca toda ciência da natureza em uma mitologia dessa índole? Acontece hoje de uma maneira diferente para você na física?” (FREUD, 1933b [1932], p. 194).

* Cabe esclarecer que Freud nunca usou o termo *Tanatos* para se referir à pulsão de morte, mas autores como Ricoeur utilizam tal designação, reforçando o caráter mitológico do conceito.

Nos fenômenos da herança e nos fatos da embriologia temos as provas máximas da compulsão à repetição do mundo orgânico. Vemos que o germe de um animal vivo está obrigado a repetir – se bem que de modo fugaz e abreviado – as estruturas de todas as formas de que o animal descende, em vez de alcançar rapidamente sua confirmação definitiva pela via mais curta (FREUD, 1920a, p. 37).

Além do princípio de prazer retoma temas freudianos tidos como controversos e, neste sentido, explicita preocupações surgidas pelo menos desde o *Projeto* de 1895. Apesar de consideradas como resquício da formação neurológica superada posteriormente por Freud, muitas das justificações biológicas contidas no *Projeto* são retomadas no texto de 1920. Alguns autores, como K. Pribram (1962), atribuem ao *Projeto* a base para todas as formulações metapsicológicas freudianas, competindo inclusive com modelos neurofisiológicos posteriores, enquanto outros, como Marthe Robert, surpreendem-se negativamente com o retorno em massa, em *Além do princípio de prazer*, das concepções desenvolvidas no *Projeto*:

Além do princípio de prazer traz à baila nomes que não apareciam há muito nos seus escritos; o de Fechner, cujos trabalhos conhecia graças a Breuer; o do próprio Breuer, a quem vai buscar a distinção entre os conceitos de energia livre e de energia subordinada (...) todo o ensaio, apesar do caráter distante das suas especulações, é no fundo uma tentativa de reduzir a psicanálise à biologia experimental, a única ciência cuja tutela Freud não só tinha aceito como até desejado. Evidentemente, a tentativa falha e Freud vai solicitar à metafísica o que a biologia não lhe pôde dar, mas sem deixar de afirmar que, embora tenha frustrado a sua expectativa, é ela e só ela que, até nova ordem, detém os segredos íntimos (ROBERT, 1991, p. 276).

O argumento biológico constitui, no *Projeto*, um dos pontos de vista principais para a elaboração de hipóteses sobre o sistema nervoso. O ponto de vista biológico representa o limite à tentativa de explicação do funcionamento do aparelho sob uma ótica puramente mecânica. Seguindo à risca os princípios fundamentais estabelecidos no texto, que atribuem a todo neurônio uma aspiração a libertar-se de Q, executando a função primária de conservar-se livre de todo estímulo, Freud, tomando como modelo o movimento reflexo, admite um aparelho hipotético no qual existiria uma tendência “originária para a inércia, isto é, para nível zero” (FREUD, 1950 [1895], p. 341). O *Projeto* se apoia em dois postulados basicamente mecânicos que tratam da constituição e funcionamento do hipotético aparelho neuronal: a suposição de que o aparelho é composto por unidades materiais discretas⁴² – os neurônios – e que é regido por uma lei

⁴² É importante notar que a especulação freudiana sobre a composição anatômica da estrutura cerebral foi validada apenas anos depois, com a vitória da chamada “guerra das células” por Santiago Ramón y Cajal. O histologista espanhol, proponente da doutrina neuronal, adjetivou os neurônios como ‘mariposas da alma’, fazendo referência à constatação de que as células cerebrais constituíam unidades discretas. A doutrina neuronal superou a teoria

geral do movimento – identificada com a tendência à descarga e com o princípio de inércia. As operações deste hipotético aparelho seriam regidas pelo jogo de forças, com as características de direção e quantidade, e obedeceriam às leis de conservação de energia, evidenciando a filiação newtoniana. As propriedades atribuídas ao funcionamento neuronal determinam as propriedades do sistema como um todo, sendo o modo primário de funcionamento do sistema entendido em termos de operações reflexas. Mantendo o princípio de conservação de energia, o organismo possuiria uma tendência a descarregar qualquer acúmulo de energia oriunda da estimulação exterior. Nesse modelo, os caminhos de tramitação nervosa conduzem a estimulação exterior advinda da periferia sensorial através dos centros nervosos eliminando-a via descarga motora por meio das fibras eferentes. O trabalho investigativo procura rastrear os caminhos de tramitação e os diferentes destinos da excitação que caminha da extremidade perceptiva à descarga motora. A ação reflexa, modelo para a formulação de um mecanismo de funcionamento do aparelho psíquico, funciona através da descarga de estimulação. Tal concepção norteia a formulação da teoria em torno dos fenômenos conversivos observados no quadro histérico. Freud entende que a falha no mecanismo de descarga psíquica, pensado com base em um modelo de tramitação de energia nervosa que culmina na descarga motora, é responsável pela manifestação somática dos quadros conversivos. Assim, a prática psicanalítica surge a partir da formulação de uma metodologia que procura restabelecer os caminhos adequados de escoamento da energia nervosa, inicialmente por meio do método catártico e posteriormente através da livre associação:

Sustentamos que os sintomas histéricos deviam sua gênese a um processo anímico carregado com intenso afeto que foi impedido de algum modo de nivelar-se através do caminho normal que leva até a consciência e a motilidade (impediu-se de abreagir), sob o qual o afeto, por assim dizer ‘estrangulado’ caiu em uma via falsa e transbordou para a inervação corporal (conversão) (FREUD, 1923 [1922], p. 232).

Freud atenta no *Projeto* para a impossibilidade prática de uma explicação puramente mecânica, uma vez que “o indivíduo está colocado sob condições que podem ser designadas como *necessidades da vida*” (FREUD, 1950 [1895], p. 341, grifos do autor). O desenvolvimento das ideias sob o ponto de vista puramente mecânico

concorrente de Camillo Golgi, chamada ‘teoria reticular’, que atribuía ao cérebro uma formação de retículos celulares contínuos. Para nossos propósitos epistemológicos, cabe ressaltar que os dois cientistas receberam Prêmio Nobel no mesmo ano, em função de teorias concorrentes, que se apoiaram basicamente no mesmo conjunto de observações, mas obtiveram conclusões diversas.

pressupõe um puro sistema reflexo não condizente com as características reais do modo de funcionamento do aparelho, o que conduz à adoção do ponto de vista biológico. As estruturas neurais têm que ser pensadas a partir de sua funcionalidade, seguindo uma orientação biológico-evolucionária. A limitação funcional de um modelo reflexo pode ser considerada um obstáculo, segundo Freud, dado que se apoia no princípio de descarga total de excitação. Neste modelo ideal, a excitação externa posteriormente descarregada serviria, ela mesma, como energia para o funcionamento do sistema que, mediante ausência de estimulação, simplesmente não funcionaria. O modelo reflexo se baseia em um princípio mecânico que inviabiliza a manutenção de um montante mínimo de energia necessária à conservação do organismo. Logo, tal modelo deve ser abandonado em função das exigências de manutenção de energia pelo sistema, servindo apenas como guia para se pensar em uma tendência originária de constituição do aparelho. Tal concepção desenvolvida no *Projeto*, ainda que transmutada pela linguagem do repertório posterior, permanece seguindo a mesma orientação. Nas *Novas Conferências*, Freud opõe a atividade desorganizada e caótica do mesmo, com vistas à pura descarga de energia, à atividade que leva em consideração tanto as exigências internas de descarga como a sobrevivência diante de “um poder externo violentíssimo, do qual o mesmo não escaparia do aniquilamento” (FREUD, 1933a [1932], p. 70). Ou seja, o mecanismo de descarga indiscriminado, representado neste momento pelas pulsões de morte, deve ser contraposto pelo modo de funcionamento que representa as exigências da vida. A sobrevivência do indivíduo consiste em conciliar as duas exigências, muitas vezes conflitantes, a de descarga indiscriminada e a de sobrevivência.

Tomemos como exemplo a necessidade básica de alimentação em um recém-nascido, que não consegue se alimentar de modo independente. Seu repertório constitutivo é dotado de mecanismos reflexos que servem à sobrevivência inicial. Estes mecanismos funcionam como respostas inatas que são ativadas mediante situações específicas. Freud os concebe como exercendo funções primárias, que servem basicamente à fuga de estimulação excessiva – como, por exemplo, fechar os olhos em virtude do excesso de luz ou se mexer diante de uma irritação tátil – e se baseiam originariamente na resposta reflexa. A criança, contudo, não obtém êxito em todos os casos de excesso de estimulação simplesmente executando a função primária. Suas necessidades internas, como a nutricional, por exemplo, não cessam mediante simples resposta reflexa. A alimentação, ao contrário da fuga de alguns estímulos externos indesejáveis, exige uma ação muito mais específica que garanta a eliminação da

excitação interna constante e sempre crescente. O choro e a agitação entram em cena como respostas reflexas, diante do desconforto gerado pelo aumento da necessidade nutricional e conseqüente aumento da estimulação orgânica. Esses comportamentos originalmente inatos desempenham o papel de apelos ao auxílio externo, responsável pela intervenção no ambiente, garantindo a nutrição da criança através da ação específica (*spezifische Aktion*) do cuidador. Dessa maneira, o choro adquire uma função biológica secundária vital. Durante esse processo, a resposta ao excesso de estimulação (fome) passa a ser apreendida através da intermediação de representações.

No que diz respeito a esses mecanismos, Freud utiliza um modelo de aprendizagem por associação que postula caminhos de facilitação neuronal. A estimulação interna oriunda da necessidade nutricional é associada às representações de movimento resultantes do desconforto crescente e à percepção do objeto por ocasião da vivência de satisfação. A repetição do padrão de associações entre a estimulação orgânica, determinada reação motora e a vivência de satisfação cria facilitações das vias associativas e, conseqüentemente, uma tendência à posterior repetição desse padrão de resposta comportamental. O processo de facilitação das vias associativas pode ser considerado como o substrato metapsicológico do processo de aprendizagem. O comportamento é direcionado em virtude dos caminhos preferenciais de tramitação pulsional, estabelecidos em função da associação entre classes de respostas e vivências de satisfação. A repetição acaba por transformar uma resposta originariamente reflexa em comportamentos de solicitação de outrem para a execução de funções específicas, como a nutricional. O choro, nesse caso, inicialmente uma resposta reflexa, desempenha uma função secundária de comunicação extremamente útil ao desenvolvimento da criança.

Todo esse caminho de aprendizagem biologicamente herdado passa por um processo de complexificação mediante o aumento das demandas sociais e ambientais. Nesse ponto, o psicológico e o biológico se misturam, pois as demandas originariamente biológicas passam a ser direcionadas pelos diferentes caminhos de satisfação pulsional estabelecidos na relação com o outro. A investigação psicológica passa a revelar alguns dos caminhos preferenciais de tramitação pulsional, fazendo com que a ordem do biológico, que desempenha papel fundamental na gênese desses caminhos, sirva apenas como modelo sobre o qual se assentarão as idiosincrasias da cultura, a qual passa a direcionar as demandas pulsionais. É nesse sentido que Laplanche (1973) reconhece a pulsão em sua relação dialética de derivação do conceito de instinto. No entanto, o

mecanismo postulado continua a se pautar no princípio de prazer, sendo os comportamentos fundamentalmente executados em virtude da meta última de redução de tensão mediante complexos processos de tramitação pulsional.

Somente em virtude das considerações biológicas é que o sistema criado por Freud pôde superar o mecanicismo inicial em direção a um modo de funcionamento que atenda as chamadas “grandes necessidades: fome, respiração, sexualidade” (FREUD, 1950 [1895], p. 341). Nesse sentido, o ponto de vista biológico impossibilita, desde o início, a formulação de uma teoria puramente mecanicista, dado que as necessidades impostas pela vida exigem a manutenção de uma quantidade mínima de excitação para a viabilização das ações destinadas a garantir as exigências biológicas do organismo. Sobre a relação do mecanicismo embutido no conceito de princípio de inércia, Simanke observa:

Ao longo do século XIX, o arco-reflexo foi o principal operador conceitual de uma concepção mecanicista do organismo em geral e do sistema nervoso em particular – sendo, inclusive, transplantado para a Psicologia nascente, com a mediação da noção de reflexo condicionado desenvolvida pela reflexologia russa. Contudo, o conceito de reflexo surge, a partir do século XVII, em um contexto praticamente oposto: o de uma biologia vitalista que considerava a excitabilidade uma propriedade irredutível da substância viva, cuja capacidade então de reagir a estímulos manifestava-se sob a forma da ação reflexa (CANGUILHEM, 1955). Por mais que a formação científica de Freud tenha sido fundamentada no âmbito do mecanicismo oitocentista, é, de certa maneira, a uma concepção biológica do reflexo e de sua origem filogenética que ele recorre nesse ponto, embora não vitalista, evidentemente. Sua referência mais imediata é a vesícula protoplasmática de Meynert, um autor que, embora não deixe de estar comprometido com uma visão mecanicista da atividade nervosa, não ignora o pensamento evolucionário (SIMANKE, 2007, p. 17).

O aparelho reflexo freudiano continua sendo utilizado como modelo em escritos posteriores, a fim de dar conta dos princípios fundamentais de funcionamento do aparelho psíquico:

O processo psíquico transcorre, em geral, da extremidade da percepção até a extremidade da motilidade. (...) Pois bem, isso não faz mais do que cumprir a um requisito com que há muito estamos familiarizados, a saber, que o aparelho psíquico deve estar construído como um aparelho de reflexos. O processo reflexo segue sendo o modelo de toda operação psíquica (FREUD, 1900b, p. 531).

Esse modelo de explicação ao mesmo tempo reflexo e de orientação biológica funcional já se encontrava presente tanto nas explicações psicológicas como nas neurológicas freudianas:

Se um ser humano experimenta uma impressão psíquica, em seu sistema nervoso se acrescenta algo que, no momento, chamaremos de soma de excitação. Em todo indivíduo, para a conservação de sua saúde, existe o afã de voltar a diminuir esta soma de excitação. O acréscimo da soma de excitação acontece por vias sensoriais, sua diminuição por vias motrizes. Pode-se então dizer que para alguém a quem sobrevém algo a reação se dá por via motriz. E é possível asseverar sem titubear que dessa reação dependerá o quanto restará da impressão psíquica inicial. Elucidemos isto com um exemplo. Um homem experimenta uma ofensa, lhe dão uma bofetada ou algo do tipo; então, o trauma psíquico se conecta com um acréscimo da soma de excitação do sistema nervoso. Assim, instintivamente lhe nasce a inclinação a diminuir esta excitação acrescentada; devolve, pois, a bofetada, e desse modo ficará mais aliviado; talvez tenha reagido de modo adequado, ou seja, descarregou (*abführen*) tanto quanto lhe foi carregado (*zuführen*). Mas há distintas modalidades para essa reação (FREUD, 1893b, p. 37).

A consideração sempre presente dos fatores biológicos na obra freudiana o exclui da ironia realizada pelo biólogo W. M. Wheeler, ao analisar, em 1917, as psicologias incipientes do século XX:

Depois de examinar, durante os últimos vinte anos, uma pequena biblioteca de psicologias água-com-açúcar de tipo acadêmico e perceber como seus autores ignoram ou simplesmente fazem alusão à existência de fenômenos biológicos estupendos e fundamentais como os da fome, do sexo e do medo, não devo discordar com, digamos, uma crítica imaginária chegada recentemente de Marte, que expressa a opinião de que muitos destes trabalhos aparentam terem sido feitos por seres nascidos e criados num campanário, castrados na sua tenra infância e alimentados continuamente por cinquenta anos através de um tubo com um fluxo de nutrientes líquidos de composição química constante (WHEELER, 1917 *apud* WINOGRAD, 2007, p. 73).

Nessa mesma linha de raciocínio, Keat questiona a posição de filósofos como Habermas, que criticam o excesso de biologia contido na teoria freudiana:

Também sugiro que sua teoria [de Habermas] envolve uma dicotomia inaceitável entre a natureza e os humanos, que tanto oculta a diversidade de diferentes tipos de ‘seres naturais’, especialmente seres orgânicos, quanto, de fato, ‘desnaturaliza’ os seres humanos ao defini-los exclusivamente em termos de suas características *distintivas* da espécie (*species-distinctive*), especialmente a linguagem (KEAT, 1981, p. 10, grifos do autor)⁴³.

⁴³ Habermas parte desta dicotomia em favor de uma tarefa de autorreflexão que, para ele, seria incompatível com um projeto de mensuração e pura exploração técnica de informações. No entanto, ele não nega que exista em Freud a dupla tarefa de interpretação e construção cientificista: “Freud não recua frente às consequências de tal ‘equivalência’ da psicanálise com as ciências da natureza. Ele não exclui, em princípio, a possibilidade da aplicação terapêutica da psicanálise vir algum dia a ser substituída pelo emprego farmacológico da bioquímica. A autocompreensão da psicanálise como uma ciência natural sugere o modelo da exploração técnica de informações científicas. Se a análise apenas aparentemente se apresenta como uma interpretação de textos e, na realidade, conduz a uma possibilidade de tornar o aparelho psíquico disponível para o controle técnico, então não há nada de surpreendente na ideia de que a intervenção psicológica venha algum dia a ser substituída de forma mais eficaz por técnicas somáticas de tratamento” (HABERMAS, 1982, p. 263).

Ainda, no *Projeto*, Freud também recorre ao ponto de vista biológico para poder explicar a distinção de permeabilidade postulada nos sistemas φ e ψ . Mas, desta vez, em vez de recorrer ao aspecto funcional, procura explicar as diferenças de permeabilidade em termos de localização e de destino dos sistemas, muito embora “de acordo com as linhas darwinistas de pensamento, alguém pudesse argumentar que estes neurônios impermeáveis são indispensáveis e por isso têm sobrevivido” (FREUD, 1950 [1895], p. 348). Esta última afirmação explicita a recusa freudiana na adoção da explicação filogenética antes que as alternativas ontogenéticas (próximo-causais) fossem esgotadas completamente. Podemos perceber, portanto, ao longo do percurso do *Projeto*, três possibilidades explanatórias vislumbradas por Freud que obedecem a uma hierarquia. Primeiramente, ele busca a formulação do mecanismo de funcionamento de seu modelo hipotético, postulação de suas supostas leis e verificação de seu alcance no tratamento dos fenômenos. Em seguida, o autor considera os pontos de vista biológicos que tratam da localização e operação funcional dos mecanismos, em uma espécie de hipótese funcional do esquema proposto. Por fim, Freud explora a significação evolucionária do modelo, que, embora possuindo “o caráter incerto do arbitrário” (Ibid., p. 348), permite ser compreendido em termos de uma diferença originária que se explica em virtude de sua aptidão à sobrevivência. É possível perceber aqui, claramente, as prioridades freudianas: como a consideração próximo-causal mecânica, formulada inicialmente, não dá conta das exigências do sistema proposto, o autor propõe uma explicação próximo-causal funcional que evidencia a significação biológica. Em último lugar, uma explicação evolucionária poderia ser proposta e, apesar de seu caráter arbitrário na compreensão dos fatores próximo-causais, também nos diz algo sobre a significação histórico-biológica do fenômeno.

A hierarquia explanatória é reafirmada em outros textos, conforme podemos ver em *Além do princípio de prazer*: “e como só em uma mínima parte podemos explicar este comportamento [migração de aves e peixes] em termos mecânicos, não nos é lícito descartar a explicação histórica” (FREUD, 1920a, p. 37). Nesse caso, os três diferentes tipos de explicação podem ser considerados biológicos e não excludentes, embora a significação do termo biológico, conforme vimos, tenha variado na obra freudiana.

Pudemos perceber que as fundamentações biológicas permeiam a maioria das tentativas de explicação de um fenômeno no quadro teórico. E que tais fundamentações estão inseridas em um contexto explanatório hierárquico, que pode ser construído por meio das hipóteses mecânicas, biológico-filogenéticas, biológico-ontogenéticas e

psicológicas. A hierarquia explanatória também é evidenciada através da recusa da argumentação biológica antes de exauridas as hipóteses psicológicas, como nesta análise do “homem dos lobos”:

Sei que diversos autores têm formulado ideias parecidas que destacam o fator hereditário, filogeneticamente adquirido, na vida anímica; e ainda considero que se estava demasiado propenso a outorgar-lhe um lugar dentro da apreciação psicanalítica. Só me parecem admissíveis quando a psicanálise, obedecendo ao correto itinerário de instâncias, cai sobre a pista do herdado, depois de irromper pelo estrato do adquirido individualmente (FREUD, 1918 [1914], p.109).

A intenção de afirmações como estas é evitar a simplificação explanatória ao trocar a explicação psicológica, etiológica e ontogenética pela de cunho biológico estritamente filogenético. Como se a vivência filogenética fosse mais significativa que a própria vivência individual:

Aspecto notável: os autores que se ocuparam de explicar as propriedades e reações do indivíduo adulto prestaram uma atenção muito maior à pré-história constituída pela vida dos antepassados – ou seja, atribuíram uma influência muito maior à hereditariedade – do que à outra pré-história, a que se apresenta na existência individual: a infância. É que, como se deveria esperar, a influência desse período da vida é mais fácil de compreender e teria direito de ser considerada antes da influência da hereditariedade. Certamente não é possível individualizar a cota correspondente à hereditariedade antes de apreciar a que pertence à infância (FREUD, 1905a, p. 157).

À medida que analisamos a obra freudiana, percebemos o quanto ela é marcada pela tensão entre uma abordagem psicológica e uma fundamentação biológica, de modo que a decisão relativa ao momento em que o fator hereditário adquire relevância é sempre determinada pelo limite explanatório possibilitado pelas considerações ontogenéticas. A preocupação freudiana, porém, não implica a recusa da explicação biológica, mas sua adequação à hierarquia explanatória:

O indivíduo, que considera a si mesmo como o principal e considera sua sexualidade um meio como qualquer outro para sua satisfação, em uma perspectiva biológica, não é mais que um episódio entre uma série de gerações, um efêmero apêndice de um plasma germinal dotado de imortalidade – o titular temporário de um legado que lhe sobreviverá. De qualquer maneira, para o esclarecimento psicanalítico das neuroses não fazem falta uns pontos de vista de tão vasto alcance. Pesquisando por separado as pulsões sexuais e as egóicas obtivemos a chave para compreender o grupo das neuroses de transferência. Podemos reconduzi-las a esta situação básica: as pulsões sexuais entram em conflito com as de autoconservação. Ou, dito em termos biológicos, embora também mais imprecisos: uma posição do eu, enquanto indivíduo autônomo, entra em conflito com a outra, enquanto membro de uma série de gerações. A uma desavença dessa classe se chega talvez somente o ser humano, e por isso a neurose é, talvez, em conjunto, seu privilégio diante dos animais. (...) Porém

essas são meras especulações que nos desviam de nossa meta imediata (FREUD, 1917 [1916-17], p. 376).

2.5.3 Freud e a rejeição da biologia enquanto determinação anatômica

O dualismo cartesiano no tratamento da relação mente/corpo constituiu, até meados do século XIX, a concepção predominantemente aceita e difundida na explicação dos fenômenos psicológicos. Sua preponderância foi tamanha que o debate muitas vezes se concentrou nas formas sob as quais esse dualismo poderia se manifestar. Desse modo, surgiram as interpretações interacionistas e o paralelismo psicofísico. Essas interpretações, grosso modo, concordavam em alguns pontos: a existência de uma distinção ontológica entre mente e corpo; o caráter consciente dos fenômenos da mente; a mente entendida como diretamente acessível a si mesma e possuidora de clareza em relação a seus próprios conteúdos, sendo a introspecção, portanto, a melhor forma de investigação dos fenômenos mentais. No entanto, o progressivo desenvolvimento das ciências físicas, químicas e biológicas acabou alterando os alicerces sobre os quais o cartesianismo se erguera:

Meyer, Helmholtz e Joule tinham descoberto a lei de conservação de energia em 1847 e (...) o neurologista britânico John Hughlings Jackson noticiara que esta lei efetivamente excluía o interacionismo cartesiano clássico corpo/mente. (...) Darwin removeu a demarcação cartesiana clara entre animais e seres humanos, que estava estreitamente relacionada ao seu dualismo de substância, e sugeriu que a mente humana fora moldada na bigorna das pressões seletivas estritamente físicas. (...) A neurociência também noticiara que lesões cerebrais resultando em distúrbios neurológicos chamadas agnosias contradiziam a alegação cartesiana de que a mente é necessariamente consciente de seus próprios conteúdos (SMITH, 2004, p. 78).

Em meio a esse contexto de transformações, o cartesianismo, pelo menos em relação aos pressupostos supracitados, fora colocado em xeque. Já não era mais possível sustentar a distinção radical entre os fenômenos fisiológicos e mentais sem alguns exercícios explicativos que dessem conta da quantidade crescente de teorias materialistas e das evidências em favor da relevância dos fenômenos inconscientes na vida mental. O corpo, incluindo as vias de condução nervosa, passa a ser tratado cada vez mais em termos de leis físicas. Para o físico e fisiologista alemão Hermann Helmholtz, dado que a energia não era criada ou destruída, mas somente transformada,

não havia sentido falar de uma ‘força vital’. O corpo passa a ser entendido como um aparelho de tramitação de energias sem a necessidade de postulação de forças especiais ou espíritos. As primeiras leis psicológicas começam a ser formuladas, como a Lei de Fechner, considerando a sensação psicológica como função do logaritmo do nível de estimulação, de modo que aumentos aritméticos no nível de sensação são vistos como consequência de acréscimos geométricos do nível de estimulação física. O domínio subjetivo, fronteira última das humanidades, passa a ser considerado sob o viés da tradução neurofisiológica. Os estudos dos distúrbios afásicos, as teorias de cunho fisiológico que procuravam explicar as diferentes patologias e a utilização da técnica hipnótica são alguns dos exemplos das transformações ocorridas na época.

A identificação entre psiquismo e consciência – e, conseqüentemente, a rejeição à ideia de que um fenômeno pode ser ao mesmo tempo mental e inconsciente – revelava o profundo dualismo cartesiano embutido nas concepções do mental predominantes até meados do século XIX. O inconsciente fora até então tratado fundamentalmente de modo puramente adjetivo e negativo, se referindo à ausência da qualidade da consciência durante determinada atividade mental. O inconsciente em uma acepção substantiva, tal como é entendido atualmente, era comumente remetido à determinação fisiológica, sendo excluída toda sua adjetivação mentalista. No entanto, a distinção ontológica entre a ordem do físico e do mental, apesar de não completamente superada, perdia terreno para as crescentes pesquisas em biologia, química e neurologia. A técnica da hipnose, por exemplo, apesar das reservas observadas no meio médico, apresentou relativo avanço no tratamento dos sintomas histéricos quando comparada com abordagens mais aceitas, como a morfologia anatômica, representada, entre outras, pela frenologia ou cranioscopia de Franz Joseph Gall. O próprio Freud relata que recorreu inicialmente ao tratamento que ele denomina fisioterápico, por meio do tratamento com choques elétricos. Mas, desanimado com os resultados desapontadores dessa técnica “fiscalista”, reconhece que a sugestão hipnótica constituía um sucedâneo melhor (FREUD, 1914c, p. 08).

Mesmo diante do crescente questionamento do dualismo de substâncias cartesiano proporcionado pelo desenvolvimento científico, o pensamento freudiano parece ter sido entendido por alguns em termos da antiga separação radical entre corpo e mente. Seguindo essa linha de raciocínio, os textos iniciais do ‘período psicanalítico’ freudiano são tidos como exercendo uma ruptura entre a abordagem organicista e a abordagem puramente psicológica, através de uma espécie de superação freudiana da

posição materialista. Para muitos, um exemplo dessa superação pode ser encontrado no abandono do *Projeto*, tido como a última tentativa de explicação dos processos “psíquicos como estados quantitativamente comandados de partículas materiais comprováveis” (FREUD, 1950 [1895], p. 339)⁴⁴. Contudo, muitas interpretações não fazem mais que reeditar o dualismo cartesiano no tratamento da relação corpo/mente. Tais leituras consideram que Freud adotara somente a abordagem psicológica, deixando a relação corpo/mente inalterada nos termos da dualidade anterior. Sartre (2009), por exemplo, acusa Freud de escamotear o problema ontológico da relação mente/corpo, ao inserir no plano empírico, sob a forma do conceito de inconsciente, a antiga distinção cartesiana. Autores como Foucault vão mais além, afirmando que a psicanálise “deverá ser um dia entendida como prática metafísica” (FOUCAULT, 2005, p. 85). A pulsão freudiana é vista como ‘em si’, metafísica, como se os atributos orgânicos do mundo empírico fossem irrelevantes. Nunca é demais lembrar que tal postura é oposta à defendida por Freud. Seria o mesmo que dizer que o inventor da psicanálise não entendeu muito bem o que ele próprio disse. As interpretações analíticas e exegéticas da obra freudiana, nesse caso, deveriam se distinguir das leituras críticas e propositivas. E tais leituras, para surtirem o efeito desejado, precisam se basear em análises apropriadas do sentido que o autor outorgava aos componentes de sua teoria. Nesse ponto específico, Freud é explícito quanto à natureza alguns de seus conceitos fundamentais, embora ainda os trate especulativamente. O conceito de pulsão, talvez o mais controverso e importante de todo repertório psicanalítico, é analisado por Freud segundo os pontos de vista biológico, fisiológico, físico e psicológico: “Não sabemos se esse processo é invariavelmente de natureza química ou se pode também corresponder à liberação de outras forças, por exemplo, forças mecânicas” (FREUD, 1915a, p. 118). Qualquer questão metafísica, ontológica ou ética deve ser discutida em âmbitos distintos de análise, tomando o cuidado para partir dos pressupostos indicados por Freud, ainda que seja para negá-los.

Thomas Nagel (2005) afirma que a introdução do conceito de inconsciente é um indício de que Freud nunca abandonou a ontologia materialista contida em sua formação neurológica, sendo responsável pelo abalo de alguns pressupostos metafísicos

⁴⁴ Sobre esse debate, Monzani (1989) oferece argumentos valiosos na crítica às leituras que estabelecem uma ruptura entre o *Projeto* e as obras posteriores de Freud, bem como analisa criticamente também aqueles que consideram a existência de uma mera continuidade. A tarefa interpretativa de Monzani aponta para um movimento pendular em torno de alguns conceitos desenvolvidos no *Projeto* que reaparecem posteriormente, mas influenciados pelos contínuos desenvolvimentos da teoria.

profundamente enraizados. Strachey (*apud* FREUD, 1915b, p. 158) lembra que “Freud não estabeleceu uma mera entidade metafísica. O que fez no capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos* foi, por assim dizer, converter a entidade metafísica em algo de carne e osso”. Sobre a questão filosófica subjacente à postulação de processos que são psíquicos e inconscientes, Freud declara explicitamente:

O médico e o filósofo somente se põem de acordo se ambos reconhecem que ‘processos psíquicos inconscientes’ são ‘a expressão adequada e plenamente justificada de um fato efetivo’. Frente à asseveração de que ‘a consciência é o caráter imprescindível do psíquico’, o médico não pode replicar de outro modo que dando de ombros (FREUD, 1900b, p. 599).

Strachey enfatiza na introdução de *O inconsciente* que o interesse freudiano pelo referido conceito “nunca foi de natureza filosófica – embora, inevitavelmente, os problemas filosóficos aguardassem na esquina” (FREUD, 1915b, p. 156). Sua preocupação era fundamentalmente prática, no intuito de propiciar melhores explicações para uma ampla variedade de fenômenos. Freud procura defender que a relação entre as determinações orgânicas e psicológicas é clara em muitos casos mistos em que os sintomas podem ser atacados sob um dos dois aspectos: o fisiológico ou o psicológico (FREUD, 1917 [1916-17], p. 356).

A concepção não cartesiana já fora evidenciada desde os primórdios da formulação do conceito metapsicológico de inconsciente, ainda tratado como “um segundo grupo psíquico”, podendo ser observada na formulação do estatuto energético outorgado às representações. Freud, em *As neuropsicoses de defesa*, aponta para o amálgama existente entre as ordens físicas e psíquicas, embora se esforce para diferenciá-las em virtude de sua proposta etiológico-nosográfica:

O divórcio entre a representação sexual e seu afeto, e o enlace deste último com outra representação, adequada, mas não incompatível: vemos aqui uns processos que acontecem sem consciência, que somente é possível supor, e nenhuma análise clínico-psicológica é capaz de demonstrar. Talvez fosse mais correto dizer: estes de modo algum são processos de natureza psíquica, mas processos físicos cuja consequência se figura como se real e efetivamente houvesse acontecido ou expressado mediante os termos ‘divórcio entre a representação e seu afeto’ e ‘enlace falso’ deste último (FREUD, 1894, p. 54)⁴⁵.

Freud fornece alguns indícios do que considera ser a relação corpo/mente em diversas passagens, como em *Projeto de uma Psicologia*, no qual trata da consciência,

⁴⁵ No caso das fobias, o afeto é transposto para um conjunto de representações que possuem uma relação secundária com as representações sexuais incompatíveis, que formam um segundo grupo psíquico independente, abafado e isolado da memória. Desse modo, as alterações permanecem na esfera psíquica, ao passo que na histeria de conversão a relação entre excitação psíquica e inervação somática é flagrante.

embora ressaltando que a abordagem da consciência em uma psicologia quantitativa só pode ser obtida através de “suposições complicadas e pouco intuitivas”:

Uma palavra sobre a relação desta teoria da consciência com as outras. Segundo uma avançada teoria mecanicista, a consciência é um mero aditivo aos processos fisiológicos-psíquicos, cuja ausência não mudaria nada o curso psíquico. Segundo outra doutrina, consciência é o lado subjetivo de todo acontecer psíquico, e é, portanto, inseparável do processo anímico fisiológico. Entre ambas se situa a doutrina aqui desenvolvida. Consciência é aqui o lado subjetivo de uma parte dos processos físicos do sistema de neurônios, a saber, dos processos ω , e a ausência da consciência não deixa inalterado o acontecer psíquico, mas inclui a ausência da contribuição de ω (FREUD, 1950 [1895], p. 355).

Mesmo no tratamento dos fenômenos da consciência, fato “sem paralelo, que desafia toda explicação ou descrição” (FREUD, 1940a [1938], p. 155), a leitura psicossomática dos eventos mentais não se esvanece durante praticamente todo o transcorrer de sua obra, sendo reafirmada mesmo em seus últimos escritos:

Há uma concordância geral de que estes processos conscientes não formam séries sem lacunas, fechadas em si mesmas, de modo que não haveria outro expediente que adotar a suposição de uns processos físicos ou somáticos concomitantes do psíquico, e que teríamos que atribuir uma perfeição maior que a das séries psíquicas, pois alguns deles possuem processos conscientes paralelos e outros não. Isto sugere de um modo natural dar ênfase, em psicologia, sobre estes processos somáticos, reconhecer neles o psíquico genuíno e buscar uma apreciação diversa para os processos conscientes (Ibid., p. 155).

Ao postular a existência dos processos mentais inconscientes, objetos privilegiados de uma investigação naturalista da mente, a tendência psicossomática se acentua. Freud reconhece que a existência de processos psíquicos inconscientes já houvera inclusive sido defendida por outros autores, sendo sua postulação tanto necessária quanto legítima. A formulação de processos mentais inconscientes é vista como necessária porque os processos conscientes não permitem estabelecer regras de associação entre si, haja vista seu caráter interrupto e lacunar. Dentro da concepção determinista e associacionista freudiana, tais lacunas seriam inadmissíveis. Para o autor, uma psicologia que trata unicamente de fenômenos conscientes opera como se alguns eventos não tivessem qualquer antecedente causal, contrariando a ordem de encadeamento dos eventos da natureza. Uma psicologia que nega a existência de fenômenos inconscientes acaba por dotar a mente humana de uma faculdade de criações *ex nihilo*, escapando à ordem de determinações do universo.

No que diz respeito à descoberta das determinações inconscientes, Freud a

atribui a Theodor Lipps, tendo sido influenciado pela leitura de seu livro⁴⁶. Brentano e Meynert, professores de Freud, também trataram dos determinantes inconscientes em operação nos fenômenos conscientes, influenciados em grande medida pelos conceitos do filósofo alemão Johann Friedrich Herbart, autor também estudado por Freud, de acordo com Strachey (FREUD, 1915b, p. 156). Herbart postulava que embora a psicologia não fosse passível de se constituir por meio de experimentações acuradas, poderia se basear em uma dinâmica das representações entendidas como ‘átomos da alma’, devendo dar origem a uma ciência baseada na ‘mecânica das representações’ (*Vorstellungenmechanik*). Para o filósofo, as representações disputavam espaço entre si no intuito de tornarem-se conscientes, sendo o psiquismo pensado em termos das dinâmicas estabelecidas entre as representações conscientes e inconscientes. Ele considerava que as representações deveriam ultrapassar determinado limiar de excitação a fim de garantir seu caráter consciente, de modo que a diferenciação entre o aspecto fisiológico e psicológico do fenômeno dependia preponderantemente da magnitude da excitação fisiológica⁴⁷. Seguindo uma filosofia eminentemente determinista, Herbart tratava dos fenômenos mentais do mesmo modo que considerava os eventos físicos: “a conformidade à lei na mente humana se assemelha exatamente àquela existente no firmamento” (HERBART, 1910 [1816], p. 15).

Seguindo o raciocínio herbartiano, Freud recusa explicitamente a distinção entre uma ordem psicológica alheia às determinações somáticas, motivo mais que suficiente para reivindicar o estatuto de ciência natural à psicanálise, engendrando, ao mesmo tempo, tamanha dificuldade no tratamento metapsicológico dos fenômenos da consciência, dado seu caráter lacunar. Dentro da orientação naturalista, Freud abre caminho para uma distinção não ontológica entre a ordem do mental e do corporal. Se há alguma distinção entre o mental e o corporal, ela deve ser pensada sob a lente naturalista. O autor inclusive critica a abordagem puramente fisiológica da medicina vigente, atribuindo-lhe a responsabilidade pela prevalência de teorias metafísicas e místicas sobre o mental:

⁴⁶ O livro a que nos referimos é o *Facts of mental life*, descrito pelo editor inglês no prefácio de *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905b, p. 05). Nesse texto, o editor também ressalta que Freud lera um trabalho de Lipps em um congresso de psicologia em 1897 e o citou em cartas a Fliess no ano de 1909. Encontramos também citações de Freud a respeito do caráter inconsciente do psiquismo e sua atribuição a Lipps em *A interpretação dos sonhos* (1900b, p. 600) e *Esquema de Psicanálise* (1940a [1938], p. 156). O texto *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905b) está repleto de referências a Lipps. Gonzáles (2009, p. 37) observa que Juan Luis Vivre (1492-1540), em seu livro *De anima et vitas*, “adiantou em quase trezentos anos a valentia de Freud” ao postular o conceito de inconsciente e sugerir que ele fosse estudado mediante o método de associação.

⁴⁷ Roudinesco & Plon (1998, p. 330) ainda atentam para outras influências do pensamento de Herbart sobre Freud, tais como os conceitos de representação, pulsão e repressão.

Ensinaram-lhes [aos médicos] a buscar um fundamento anatômico para as funções do organismo e suas perturbações, a explicá-las em termos de física e de química e a concebê-las biologicamente, porém, nenhum fragmento do interesse de vocês foi dirigido à vida psíquica que, não obstante, coroa o funcionamento deste organismo maravilhosamente complexo. Por isso lhes é alheio um modo de funcionamento psicológico e têm se habituado a encará-lo com desconfiança, a negar-lhe o caráter de cientificidade e a abandoná-lo aos leigos, poetas, aos filósofos da natureza e aos místicos. Tal limitação acarreta certo prejuízo para a atividade médica de vocês, pois o enfermo apresentará primeiro, como é regra em todas as relações humanas, sua fachada anímica, e temo que como punição vocês precisem abandonar uma parte da influência terapêutica que pretendem conseguir nas mãos destes médicos leigos, filósofos naturalistas e místicos a quem tanto depreciam (FREUD, 1916-17 [1915-17], p.17).

Essa citação evidencia um Freud consciente do poder da investigação psicológica. Mas sua posição não indica qualquer contradição entre a investigação psicológica e a médica, apenas aponta para o preconceito metodológico das teorias médicas vigentes. A psicossomática freudiana pode dar margem a interpretações variadas. A aceitação de que os estados psíquicos são manifestações de processos físicos ocorridos no cérebro pode resultar na formulação de que existem processos que desempenham um papel causal relevante nessa estrutura mental, mas que não são percebidos conscientemente. A existência desses fenômenos inconscientes seria, portanto, perfeitamente admissível, não engendrando nenhuma distinção em relação à natureza do processo em questão. A distinção entre um processo psíquico e um processo orgânico passa a ser considerada como funcional, ou de organização, de modo que nenhuma ruptura ontológica seria admitida entre essas duas ordens. Strachey parece concordar com tal interpretação:

Deve-se esclarecer de imediato, entretanto, que o interesse de Freud por essa suposição [a existência de processos psíquicos inconscientes] nunca foi de natureza filosófica – embora, sem dúvida, os problemas filosóficos se encontrassem inevitavelmente próximos. Seu interesse era *prático*. Ele achava que sem fazer essa suposição era impossível explicar ou mesmo descrever a grande variedade de fenômenos com que se defrontava. Formulando-os, ao contrário, abria-se a ele o caminho a uma região, imensamente fértil, de novos conhecimentos (FREUD, 1915b, p. 156, grifo do autor).

O que parece incomodar Freud, desde 1891, antes da formulação das teorias propriamente psicanalíticas, é a concepção de isomorfismo entre as ordens psicológicas materiais do psiquismo:

Qual é o correlato fisiológico da ideia simples que emerge ou volta a emergir? Obviamente, nada estático, mas algo que tem o caráter de um processo. Este processo não é incompatível com a localização. Começa em

um ponto específico do córtex e a partir dali se difunde por todo o córtex ao longo de certas vias (FREUD, 1891, p. 71).

O autor não recusa as concepções que procuram correlações entre descobertas anatômicas e processos psicológicos, mas atenta para o risco de transposições simplificadoras. Uma vez que a unidade psíquica é caracterizada por um processo fisiológico, não estático, qualquer elemento psicológico, por mais simples que seja, deve possuir um correspondente entendido nesse contexto explanatório. A concepção dinâmica freudiana já pode ser identificada aqui ao rejeitar a explicação localizacionista simplificada do complexo processo associativo responsável pela formação de uma simples representação. O texto critica a abordagem puramente anatômica dos fenômenos mentais e entende o processo de constituição da representação em termos de conjuntos de processos fisiológicos funcionais. Em sua crítica ao localizacionismo de Bastian, ele afirma:

Pode arguir-se que a redução de excitabilidade de um centro, por ser um estado puramente funcional, não implica a presença de uma lesão efetiva. Isto é correto, e existem condições similares à afasia motora transcortical que resultam de uma deterioração puramente funcional sem lesão orgânica. Contudo, caso se considere a relação entre lesão orgânica e perturbação funcional, se comprovará que um grande número de lesões orgânicas não pode manifestar-se de outro modo que não seja mediante perturbações na função. (...) Portanto, pareceu comprovado que havia casos de afasia nos quais não era necessário supor nenhuma lesão localizada e cujos sintomas podiam atribuir-se a uma alteração de uma constante fisiológica no aparelho da linguagem (FREUD, 1891, p. 45-53).

A noção de representação surge, em *Sobre a Afasia* (1891), de uma discussão notadamente anatômica, fazendo Freud ressaltar, em 1897, a necessidade de estudos mais específicos:

A natureza do tema tratado [em *Sobre a Afasia*] necessitaria em muitos pontos um estudo mais detalhado da demarcação entre as abordagens fisiológica e psicológica. As opiniões de Meynert-Wernicke sobre a localização de representações em elementos nervosos deviam ser rejeitadas, e submeter-se à revisão a exposição que fez Meynert de uma imagem refletida do corpo no córtex cerebral. Sobre as bases dos fatos da anatomia do encéfalo, a saber: 1) que as massas das fibras que entram na medula espinhal são constantemente reduzidas à medida que ascendem devido a interposição da massa cinzenta, e 2) que não existem vias diretas desde a periferia do corpo até o córtex cerebral, podendo inferir-se que uma imagem refletida genuína e completa do corpo existe somente na substância cinzenta da medula (como projeção), enquanto que, no córtex cerebral, a periferia do corpo está somente substituída com um perfil menos detalhado por umas fibras selecionadas e agrupadas segundo a função (FREUD, 1897, p. 234).

Freud utiliza os indícios anatômicos exatamente para criticar os argumentos anatomicistas que partem do pressuposto de uma correspondência estrita entre as

estimulações da periferia do corpo e a formação de representações. O fato de existir um número menor de fibras à medida que adentram na massa cinzenta revela que o mecanismo sensorial opera por meio de processos de tradução, descartando a hipótese do engrama e da correspondência ponto por ponto de um estímulo sensorial em uma localização anatômica específica. Ele questiona uma concepção estática que encontrava na metodologia de investigação anatômica os fundamentos para a formulação de uma teoria ingênua da correspondência psicossomática⁴⁸. A crítica à correspondência anatômica simplificada no tratamento dos processos psíquicos – entendidos, entre outras coisas, em sua dimensão dinâmica e quantitativa – se tornou uma constante na obra freudiana. O autor rejeitou as caracterizações biológicas que levavam em consideração apenas os aspectos anatômicos relativos ao que posteriormente veio a ser tratado como aparelho psíquico. O desinteresse pela investigação anatômica, contudo, não deve ser considerado como uma crítica da abordagem biológica, mas como uma mudança de enfoque da explicação puramente fisicalista para um novo modo explanatório: o de uma representação espacial tendo por base uma leitura funcional das estruturas psíquicas. Sendo o psíquico entendido como o resultado de processos e funções neuronais mais do que decorrência exclusiva de funções desempenhadas em localizações estáticas, a abordagem anatômica é preterida em favor das considerações dinâmicas do psiquismo:

Representações, pensamentos e, em geral, produtos psíquicos não podem ser localizados dentro de elementos orgânicos do sistema nervoso, senão, por assim dizer, entre eles, onde as resistências e facilitações [*Bahnungen*] constituem seus correlatos (FREUD, 1900b, p. 599).

Deste modo, contrariando as interpretações que outorgam uma cisão na obra de Freud, defendemos que ele não teria operado uma alteração radical entre uma abordagem exclusivamente organicista e uma puramente psicológica, mas se situado no âmbito da investigação psicológica de fenômenos cuja fundamentação biológica não deveria ser desconsiderada. As afirmações freudianas apontam para uma continuidade entre as ordens do corporal e do anímico. Tal continuidade encontrara certa reserva aos olhos dos organicistas em função do perigo de um retorno a uma filosofia da natureza e a uma metafísica da alma:

Mediante o arbítrio do estado hipnótico, foi possível produzir artificialmente, à vontade, os sintomas somáticos da histeria. A psicanálise tornou seu este

⁴⁸ Embora o texto de 1891 rejeite claramente a proposta eliminativista, Freud parece não ter tido a mesma preocupação na redação de seu *Projeto de uma Psicologia*, de 1895, que para muitos constitui o último esforço de conciliação do problema mente/corpo sob a ótica fisicalista.

conhecimento, e começou a perguntar-se pela natureza desses processos psíquicos que deixavam sequelas tão insólitas. Porém, a orientação das investigações não coincidia com as ideias dominantes na geração contemporânea dos médicos. Estes haviam sido educados no respeito exclusivo pelos fatores anatômicos, físicos e químicos. Não estavam preparados para a apreciação do psíquico e, por isso, lhe mostraram indiferença e antipatia. Duvidavam, era evidente, de que as coisas psíquicas admitissem um tratamento exato e científico. Em uma reação desmedida frente a uma fase já superada, em que a medicina esteve dominada por opiniões da chamada filosofia da natureza, abstrações como aquela com que a psicologia se via obrigada a trabalhar lhes pareciam nebulosas, fantásticas, místicas. (...) Contentaram-se [os psiquiatras] em classificar toda a gama de fenômenos patológicos e, sempre que possível, reconduzi-los às causas perturbadoras de ordem somática, anatômica ou química. Nesse período materialista – ou melhor, mecanicista – a medicina fez grandiosos progressos, porém também exibiu um desconhecimento míope do mais difícil e supremo entre os problemas da vida. (...) Em contrapartida, era de se acreditar, a nova doutrina haveria de ser recebida mais facilmente à aceitação dos filósofos. Eles sim estavam habituados a admitir conceitos abstratos – palavras imprecisas, diziam as más línguas – no primeiro plano de suas explicações do mundo, e era impossível que se escandalizassem com a ampliação do campo da psicologia, iniciada pela psicanálise. Porém, aqui surgiu outro obstáculo. O psíquico dos filósofos não era o psíquico da psicanálise. (...) Assim, portanto, a psicanálise, intermediária entre a medicina e a filosofia, só se deparou com desvantagens. O médico a considera um sistema especulativo e não quer que ela descansa, como qualquer outra ciência natural, em uma elaboração paciente e empenhada de fatos do mundo da percepção; o filósofo, medindo-a pelo padrão de seus próprios sistemas artificialmente construídos, acredita que ela parte de premissas impossíveis e a reprova porque seus conceitos básicos (embora ainda em desenvolvimento) carecem de clareza e precisão (FREUD, 1925b [1924], p. 229).

A abordagem psicossomática freudiana encontrava oposição tanto nas vertentes exclusivamente organicistas quanto nas puramente psicológicas ou filosóficas. Em *A interpretação dos sonhos*, ele estabelece uma via de mão dupla responsável pela gênese de certos conteúdos oníricos, rivalizando com algumas teorias predominantes:

Tudo o que possa revelar uma independência da vida anímica a respeito das alterações orgânicas demonstráveis, ou uma espontaneidade daquela em suas exteriorizações, assusta hoje aos psiquiatras como se seu reconhecimento fosse nos trazer de volta aos tempos da filosofia da natureza e da metafísica da alma. A desconfiança do psiquiatra tem colocado a psique, por assim dizer, sob tutela, e exige que nenhuma de suas moções disponha de um poder próprio. Porém, semelhante abstinência não revela senão pouca fé na validade da *cadeia causal que se estende desde o corporal até o anímico*. Ainda ali onde a investigação permite reconhecer no psíquico a ocasião primária de um fenômeno, um estudo mais profundo saberá descobrir, em cada caso, a continuação do caminho que leva até a fundamentação orgânica do psíquico. Porém, onde o psíquico há de resultar, para o *estado atual de nosso conhecimento*, na estação final, será preciso admiti-lo (FREUD, 1900a, p. 66, grifos nossos).

A crítica freudiana às teorias puramente organicistas na explicação dos fenômenos psicológicos tem sido confundida com a rejeição da biologia pelos

comentadores. A passagem acima revela tanto a crença na fundamentação orgânica como a radicalização do projeto determinista freudiano. Se as hipóteses orgânicas não conseguem preencher as lacunas observadas na vida anímica, é porque elas são, no “estado atual de nosso conhecimento”, insuficientes na detecção da cadeia causal que rege todo o universo e “se estende desde o corporal até o anímico”. Freud inclui as produções psíquicas como a estação final das determinações orgânicas, cujo estudo mais profundo revelará os caminhos que conduzem de um polo a outro. Nesse sentido, ele antecipa em parte o cenário contemporâneo das neurociências, creditando à investigação causal um papel fundamental na defesa de um programa de estudos sistemáticos sobre os processos psíquicos. Assim como os processos patológicos, os sonhos demonstram sua significação por meio da rede de determinações entendidas psicológica e funcionalmente:

Será casual que estes jovens, cuja boa educação e boas maneiras Charcot falava, se desatem em raiva e insultos em seus ataques? Penso que isso é tão pouco casual como o conhecido fato de que os delírios histéricos das monjas se manifestam sob a forma de blasfêmias e imagens eróticas. Aqui pode-se conjecturar um nexos que permite lançar uma profunda compreensão interna do mecanismo dos estados histéricos. Nos delírios histéricos, emerge um material sob a forma de representações e impulsos (*Antrieb*) à ação que a pessoa sã rechaçou e inibiu – muitas vezes, inibiu mediante um grande esforço psíquico. Algo semelhante é válido para muitos sonhos, que desfiam associações que foram rejeitadas ou interrompidas durante o dia. Foi nesse fato que baseei a teoria da “vontade contrária histérica”, que abrange um bom número de sintomas histéricos (FREUD, 1892-94, p. 172).

O pensamento é entendido neste momento ora como o concomitante psíquico de um processo de ordem somática, em uma espécie de reedição atenuada da posição dualista, outrora como a própria expressão do processo somático, cujas leis de funcionamento caberia à psicanálise investigar, mas nunca como algo desvinculado do plano somático. Tal indefinição, no entanto, tende a dar lugar ao tratamento dos fenômenos mentais sob a ótica psicossomática, entendendo o anímico como uma forma particular de organização dos processos somáticos. Nesse caso, o dualismo de substâncias, que encara a mente como uma entidade de natureza diferenciada, é completamente rejeitado em favor da abordagem funcional e biológica.

Freud não procurou retomar o debate cartesiano em sua forma mais difundida, motivo pelo qual a rejeição do organicismo vigente no cenário médico durante o período inicial de sua obra não coincide com a afirmação do cartesianismo. A significação do termo orgânico parece adquirir uma conotação bem específica. O autor não pretendia negar a natureza orgânica do fenômeno psicológico, mas desvincular o

psicológico de concepções orgânicas entendidas prioritariamente como anatômicas e experimentalmente demonstráveis. Nesse sentido, tendemos a concordar com a afirmação de Strachey (FREUD, 1900a, p. 11), quando diz que o capítulo VII de *A interpretação dos sonhos* retoma os problemas teóricos do *Projeto de uma Psicologia*, mas que “a base neurofisiológica fora manifestamente deixada de lado (embora, por certo, Freud nunca tenha abandonado sua crença de que, em última instância, se chegaria a uma fundamentação física da psicologia)”. As formulações contidas no referido capítulo VII, através da metáfora do microscópio, atingem dois objetivos: fornecem uma explicação funcional do aparelho psíquico e se contrapõem às teorias localizacionistas:

A ideia que assim se coloca a nossa disposição é a de uma *localidade psíquica*. Queremos deixar por completo de lado que o aparelho anímico de que aqui se trata nos é também conhecido como preparado anatômico, e tomaremos o cuidado de não cair na tentação de determinar essa localidade psíquica como se fosse anatômica. (...) A rigor, não necessitamos supor um ordenamento realmente espacial dos sistemas psíquicos. Bastaria-nos que uma sequência fixa fosse estabelecida entre eles, vale dizer, que à raiz de certos processos psíquicos os sistemas sejam percorridos pela excitação dentro de uma determinada série *temporal*. A série pode experimentar uma alteração no caso de outros processos; queremos deixar aberta esta possibilidade (FREUD, 1900b, p. 529, grifos do autor).

Embora Freud trabalhasse com um modelo teórico que tratava os sistemas psíquicos como localidades psíquicas, ele enfatizou sua dimensão temporal e metafórica; nesse sentido, as contribuições anatômicas perderam sua relevância no cenário investigativo. A passagem do *Projeto de uma Psicologia* para o capítulo VII de *A interpretação dos sonhos* pode ser caracterizada pela mudança na forma de tratamento dos processos psíquicos, fundamentados no primeiro texto em termos neurológicos e tratados no outro em função de localizações psíquicas (*psychischen Lokalität*) de um hipotético aparelho psíquico (*psychischer Apparat*). Tal mudança não representa nenhuma grande ruptura teórica por parte da filosofia da mente freudiana, mas a alternativa estratégica que visa evitar as armadilhas localizacionistas e anatomicistas no tratamento de questões psicológicas. *A interpretação dos sonhos*, embora seja tida como um dos marcos inaugurais da disciplina psicanalítica e do fazer metapsicológico, apenas reitera uma crítica já ensaiada por Freud desde 1891. Não há uma revolução em relação aos trabalhos iniciais do autor citados em seu sumário de trabalhos científicos (1897). Os textos posteriores não demonstram a mudança da fundamentação biológica, mas, principalmente, um afastamento gradual da investigação anatômica e exclusivamente

organicista. Textos antes focados na estrutura dos elementos do sistema nervoso⁴⁹ ou na localização de lesões para casos de paralisia cerebral⁵⁰ deram lugar à crítica dirigida às explicações exclusivamente anatômicas. Freud já atentara, desde *Sobre a Afasia* (1891), para a distinção entre fundamentações anatômicas – com viés prioritariamente localizacionista – e concepções funcionais ou dinâmicas dos processos psicológicos. Ele também já analisara a linguagem de acordo com seu aspecto funcional, se enquadrando tanto em abordagens fisiológicas contemporâneas como em abordagens propriamente psicanalíticas.

Embora permeadas ainda pelo discurso neurológico, algumas noções desenvolvidas em *Sobre a Afasia* antecipam conceitos propriamente psicanalíticos, demonstrando que as alegadas rupturas no discurso freudiano não devem ser superestimadas. Nesse texto, Freud trata da retrogressão funcional, influência para a formulação do conceito psicanalítico de regressão, que pode ser estabelecida em suas bases funcionais e psicológicas; ele também trata de um aparelho de linguagem que, se ainda não corresponde ao aparelho psíquico do cenário psicanalítico, também não o contradiz. Cabe ressaltar que o trabalho como um todo, especificamente o conceito de retrogressão (*Rückbildung*), evidencia a grande influência das ideias da doutrina genética de Hughlings Jackson, de cunho acentuadamente biológico e evolucionário. Erwin Stengel, na introdução ao texto freudiano (FREUD, 1891, p. 13), aponta para essa influência e, sobretudo, para a contribuição de “Herbert Spencer, o filósofo-psicólogo da evolução”, no desenvolvimento do princípio de retrogressão. O autor também ressalta que:

não é surpreendente encontrar neste livro observações que antecipam importantes descobertas psicopatológicas. (...) parece ser um fato que o contato direto de Freud com as teorias evolucionistas originárias da Inglaterra foi um acontecimento sumamente importante no desenvolvimento da psicanálise (Ibid., p. 11).

Cabe aqui indicar que mesmo as teorias psicológicas que estavam em desacordo com o cenário anátomo-clínico da época eram inteiramente baseadas em concepções fundamentalmente biológicas – ainda que não anatômicas ou localizacionistas – e não somente psicológicas. A noção de retrogressão desenvolvida nesse trabalho pode ser entendida como base para a noção psicanalítica de regressão, pois mantém o mesmo princípio biológico, estabelecendo que um arranjo associativo complexo, quando

⁴⁹ Freud (1897, p. 226).

⁵⁰ Ibid., p. 226.

desestruturado, dá lugar às formas mais simples que o antecederam. Essa ideia é preservada tanto nas formulações neurológicas freudianas quanto nas metapsicológicas, através dos conceitos de fixação (*Fixierung*) e regressão (*Regression*), justificados psicológica e biologicamente nas *Conferências de Introdução à Psicanálise*:

Cabe dizer que, dada a tendência geral dos processos biológicos à variação, certamente ocorrerá que nem todas as fases preparatórias transcorram com igual felicidade e se superem completamente. Partes da função serão retidas de modo permanente nesses estágios iniciais e certo grau de inibição se mesclará no quadro total do desenvolvimento (FREUD, 1917 [1916-17], p. 309).

Nesse contexto, o desenvolvimento do aparelho psíquico é entendido como estratificado, sendo tal estratificação mais evidente nos casos de desordem das funções complexas, tornando possível a investigação das mais simples. A orientação jacksoniana é visível nas explicações freudianas, observada nas propostas em torno da organização libidinal que a teoria incorpora, tornando explícita uma psicologia genética que defende uma progressão de formas mais simples de organização (pulsões parciais da sexualidade infantil) até as mais complexas (organização genital adulta em que as pulsões parciais infantis se submetem à primazia da genitalidade). No caso das enfermidades mentais é possível identificar os estágios de fixação do sujeito às formas mais simples de organização. Esse processo é entendido como inibição do desenvolvimento, a qual dissocia a organização ulterior, sendo que as diferentes formas de perversão acabam por revelar a fixação da pulsão sexual em um de seus componentes⁵¹.

O texto *Algumas considerações com vistas a um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas*, segundo Strachey, ocupa lugar importante como “divisor de águas dos escritos neurológicos e psicológicos de Freud” (FREUD, 1893 [1888-93], p. 195)⁵², representando a possibilidade de compatibilidade entre as abordagens fisiológicas e psicológicas, em detrimento do enfoque puramente anatômico. Os primeiros três capítulos, eminentemente neurológicos e elaborados em

⁵¹ Laplanche & Pontalis (1988a, p. 251) definem a fixação como “geralmente entendida no quadro de uma concepção genética que implica uma progressão ordenada da libido (fixação numa fase). (...) ela pode constituir uma virtualidade predominante que abre ao indivíduo o caminho de uma regressão. (...) a fixação é geralmente aproximada de certos fenômenos biológicos, em que subsistem no organismo adulto vestígios da evolução ontofilogenética”.

⁵² Segundo Strachey (FREUD, 1894, p. 44), foi por volta desta época (1893-1894) que Freud “esteve intensamente dedicado a investigar o que já havia desalojado completamente a neurologia do centro de seu interesse: os problemas das neuroses”.

1888, apontam para a fundamentação biológica e anatômica no tratamento da distinção entre paralisias motoras orgânicas e histéricas. Freud realiza uma descrição dos dois tipos de paralisias motoras de acordo com a neurologia clínica da época e com os achados da anatomia do sistema nervoso representados pelos estudos de Golgi, Ramón y Cajal e Kölliker. Ele procura mostrar como o substrato orgânico e anatômico de uma paralisia orgânica não fornece a explicação adequada dos sintomas das paralisias histéricas. Freud defende que as paralisias histéricas necessitam de outra explicação, dadas as incongruências constatadas entre a configuração anatômica e os sintomas observados. As paralisias histéricas não apresentam os mesmos traços das paralisias orgânicas periférico-medulares, pois não são afetadas por músculos isolados, mas por conjuntos de músculos, funcionando *en masse*, assim como as paralisias cerebrais orgânicas. As paralisias histéricas também diferem das cerebrais, haja vista que não obedecem à regra que toma o segmento distal como mais afetado que o proximal, e ainda apresentam sintomas fracionados em relação àquelas. Sintomatologicamente o caráter histérico não pode ser justificável tendo como base as concepções exclusivamente anatômicas das paralisias orgânicas. As paralisias histéricas, diferentemente das orgânicas, apresentam delimitações precisas e intensidades excessivas, além de serem acompanhadas de sintomas psicológicos diversos, características que não se apresentam nas paralisias motoras orgânicas:

Eu afirmo, pelo contrário, que as lesões das paralisias histéricas devem ser por completo independentes da anatomia do sistema nervoso, posto que a histeria se comporta em sua paralisia e outras manifestações como se a anatomia não existisse, ou como se não tivesse conhecimento algum desta (FREUD, 1893 [1888-93], p. 206).

Essa concepção já havia sido desenvolvida no texto *Histeria*, de 1888, que se apresenta como um grande inventário das nítidas diferenças entre as sintomatologias histéricas perante as meramente orgânicas:

Assim, a histeria comprova a relação simétrica que, por outra parte, também desempenha um papel no estado fisiológico – assim como, em verdade, as neuroses não criam nada novo, apenas desenvolvem e exageram algumas relações fisiológicas. Outro caráter demasiado importante das afecções histéricas é que de modo algum oferecem um reflexo da constelação anatômica do sistema nervoso (FREUD, 1888, p. 53).

Essas diferenças evidenciam dois temas que procuramos rastrear: primeiramente, a rejeição da abordagem orgânica deve ser entendida dentro da significação que o termo adquire no contexto discursivo, sendo identificado com as concepções que priorizavam

a investigação de lesões materiais subjacentes às paralisias. Esse tipo de rejeição pode ser encontrado na passagem freudiana:

Todas as paralisias histéricas se singularizam por ser de grande intensidade e, não obstante, por poder circunscrever-se a uma determinada parte do corpo, enquanto que as paralisias orgânicas, no geral, se estendem a um âmbito maior quando sua intensidade aumenta. (...) ademais, os sintomas histéricos mudam de uma maneira que, de antemão, refuta toda a conjectura de lesão material (FREUD, 1888, p. 52).

O contraste, portanto, se dá entre as paralisias explicadas anatomicamente e as paralisias explicadas psicológica e funcionalmente. Diante disso, o segundo tema se esclarece espontaneamente: a recusa da abordagem ‘orgânica’ não afasta Freud de qualquer tentativa explanatória naturalista, como se houvesse uma oposição entre uma etiologia organicista e uma psicológica. As diferenças e especificidades dos termos não pressupõem nem implicam oposição alguma. A quarta parte de *Algumas considerações com vistas a um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas* surge como uma tentativa de entendimento do fenômeno sob a ótica de determinação psicológica e funcional, mas não menos biológica. Freud procura provar que algumas paralisias não são resultado de lesões orgânicas. Por consequência, a lesão passa a ser entendida como uma desordem cujas causas remetem menos à anatomia que à funcionalidade psicológica de uma atividade fisiologicamente regulada. Freud faz questão de ressaltar que mostrará como *poderia* ser entendida a lesão, e não como ela é de fato. Inicia-se, portanto, uma linha de raciocínio conjectural que permite entender um mecanismo psicológico sob uma hipótese teórica, tornando possível estabelecer a relação entre um sintoma e suas possíveis determinações. O autor procura elaborar uma concepção funcional que “não contradiga as propriedades da paralisia histérica no que ela difere da paralisia orgânica cerebral” (FREUD, 1893 [1888-93], p. 207).

A explicação freudiana do sistema nervoso acaba por relegar ao segundo plano a constituição material propriamente dita, enfatizando a função e as finalidades do aparelho. Esse tipo de tratamento é ainda hoje defendido por muitos autores, como o filósofo Daniel Dennett (2006, p. 18): “o que os relógios ou abridores de lata têm em comum é um propósito ou uma função, independente de sua constituição física ou projeto” (DENNETT, 2006, p. 18). As explicações funcionais freudianas dependem muito pouco do conhecimento da constituição material do aparelho, tendo em vista que procuram compreender como certos tipos de processos dão lugar a outros conjuntos de processos. A diferença entre a explicação organicista e a psicológica reside na

consideração da funcionalidade das operações fisiológicas que acompanham as operações psicológicas em detrimento do enfoque puramente anatômico:

Porém, me dirão, nenhuma outra coisa é a alteração funcional; não é mais do que outro aspecto da alteração orgânica. Suponhamos que o tecido nervoso se encontre em um estado de anemia passageira: sua excitabilidade se verá diminuída por essa circunstância. Não se pode evitar considerar as lesões orgânicas mediante esse expediente.

Procurarei mostrar que pode existir uma alteração funcional sem lesão orgânica concomitante, ao menos sem lesão grosseira palpável, ainda mediante a análise mais delicada. Em outros termos, darei um exemplo apropriado de uma alteração funcional primitiva; para isto peço que me permitam passar para o terreno da psicologia, inevitável quando alguém se ocupa da histeria (FREUD, 1893 [1888-93], p. 207).

Na histeria, não se trata mais de procurar uma lesão material específica, mas sim investigar os laços associativos existentes entre a representação do membro afetado e as outras representações que constituem o eu: “*a abolição da acessibilidade associativa da concepção de braço*” (Ibid., p. 208, grifos do autor). Freud desloca o foco de interesse das concepções anatômicas para as concepções fisiológico-funcionais e, desse modo, migra da investigação neurológica para a investigação psicológica. A mudança, todavia, não parece afetar as concepções herdadas pelo autor, que encarava os processos psicológicos como coroamento de processos puramente naturais.

A representação desvinculada do eu, nesse caso, continua sendo entendida como resultante de um percurso associativo que teria por finalidade última a condução de excitabilidade da estimulação à realização motora ou atividade psíquica apropriada. As paralisias históricas são fundamentadas psicologicamente, não porque não exista uma explicação de fundo biológico para ele, mas porque a explicação com base anatômica não permite compreender as desordens puramente funcionais do processo psicológico correspondente:

Não há dúvida de que se as condições materiais correspondentes à concepção de braço estão profundamente alteradas, também se haverá perdido essa concepção; porém irei mostrar que pode ser inacessível sem estar destruída e sem que esteja prejudicado seu substrato material (o tecido nervoso da região cortical pertinente) (FREUD, 1893 [1888-93], p. 208).

A insuficiência da investigação anatômica conduz Freud a aproveitar, em parte, a estratégia de M. Charcot, que, segundo ele, “foi o primeiro a nos ensinar que é preciso dirigir-se à psicologia para encontrar a explicação da neurose histérica” (Ibid., p. 209), sendo que “ao remeter a um segundo plano os pontos de vista fisiológicos, a observação clínica dos franceses ganha em autonomia” (FREUD, 1892-94, p. 169).

A crítica à abordagem anatômica já estava presente mesmo nos escritos pré-

psicanalíticos freudianos, quando a explicação organicista ainda possuía um peso maior que a psicológica:

A histeria é uma neurose no mais estrito sentido da palavra – quer dizer que não foram achadas para esta enfermidade alterações (*anatômicas*) perceptíveis do sistema nervoso, e, ademais, nem sequer cabe esperar que qualquer aperfeiçoamento das técnicas de *anatomia* venha a comprová-las. A histeria baseia-se por completo em modificações *fisiológicas* do sistema nervoso, e sua essência deve ser expressa numa fórmula que leve em consideração as relações de *excitabilidade* entre as diferentes partes de tal sistema (FREUD, 1888, p. 45, grifos nossos).

Nessa passagem o autor não somente afirma que a causa anatômica não foi encontrada, como também defende que não se trata de uma limitação tecnológica ou gnosiológica, dado que as evidências devem ser procuradas nas modificações *fisiológicas*, expressas em termos da *excitabilidade* do sistema. A histeria, encarada desde os primeiros textos como desvio das distribuições de excitabilidade do sistema, permite que se passe a pensar a intervenção clínica como o processo de alteração de funções não diretamente relacionadas a lesões físicas, adquirindo relevância enquanto intervenções que “são em parte de natureza física, em parte diretamente psíquicas” (FREUD, 1888, p. 63). Tal formulação evidencia a postura freudiana diante da relação entre o somático e o psíquico. Não cabe situá-las como ordens distintas, mas tratá-las como níveis de explicação diferenciados, sendo as dimensões qualitativas e as quantitativas estreitamente relacionadas na explicação dos fenômenos psicológicos.

A concepção dinâmica e psicossomática se mantém, a partir de então, durante toda a obra, inclusive em textos capitais, como em *Além do princípio de prazer*. Nele, o autor recorre a Fechner para demonstrar a ligação entre excitação e prazer, ou seja, entre o aspecto quantitativo e o qualitativo. Essa relação fora postulada tanto no *Projeto de uma Psicologia* (1950 [1895], p. 359), finalizado em 1895, como em *Esquema de Psicanálise*, escrito em 1938. Contrariando uma interpretação estritamente psicológica que possa ser dada a tal formulação, Freud defende que o princípio de prazer é um caso especial do princípio de estabilidade de Fechner e que, embora não possa ser inferida a proporcionalidade direta entre as magnitudes de excitação física e as magnitudes fenomenológicas de prazer, é possível conjecturar uma relação entre o prazer entendido em sua dimensão psicológica e o aspecto quantitativo de excitabilidade, ainda que seja provável que “o que é sentido como prazer ou desprazer não seja a altura absoluta dessa tensão de estímulo, mas sim algo no ritmo da sua alteração” (FREUD, 1940a [1938], p.

144)⁵³. O nome do psicofísico Fechner já fora inclusive lembrado anteriormente, em *A Interpretação dos sonhos*, exatamente para enfatizar a concepção funcional do aparelho psíquico, proposta em detrimento de considerações puramente anatômicas:

Devemos excluir uma interpretação anatômica no sentido da localização fisiológica, cerebral, ou ainda referida à estratificação histológica do córtex cerebral. Porém, quem sabe, a ideia de Fechner resulte certa e fecunda se a remetemos a um aparelho anímico composto de várias instâncias interpostas uma detrás da outra (FREUD, 1900a, p. 72)⁵⁴.

A linguagem metapsicológica, servindo como um andaime intelectual para as investigações psicanalíticas, revela a tentativa de aproximação entre a leitura funcional e algumas hipóteses psicofisiológicas. O funcionalismo freudiano lhe permite propor hipóteses psicossomáticas sem recair nas armadilhas dualistas da relação entre psicologia e fisiologia. Não por acaso o autor dedica um capítulo para tratar da *função* do sonho, pois dado “que estamos habituados a buscar uma teleologia, de bom grado acolheremos aquelas teorias que vão associadas à perspectiva de uma função do sonho” (FREUD, 1900a, p. 98). O inventor da psicanálise destacou nexos que o sistema fisiológico estabelece com as afecções psíquicas, sendo investigados por meio de suas manifestações psicológicas: “Só resta dizer que seria tão unilateral considerar unicamente o lado psicológico do processo como pretender imputar à mera inervação vasomotora os fenômenos da hipnose” (FREUD, 1888 [1888-89], p. 90). Essa concepção é novamente explicitada em seu texto *Apresentação autobiográfica*:

Assim, me vi levado a discernir as neuroses, universalmente, como perturbações da função sexual, as chamadas ‘neuroses atuais’, como a expressão tóxica direta, e as psiconeuroses como expressão psíquica de tais perturbações. Essa formulação satisfazia meus escrúpulos médicos. Esperava haver preenchido uma lacuna da medicina, a qual, ao lidar com uma função de tão grande importância biológica, deixara de levar em conta quaisquer danos além daqueles causados pela infecção ou por lesões anatômicas grosseiras. Também era propício à concepção médica o fato de que a sexualidade não fora um assunto meramente psíquico. Tinha seu lado somático, sendo também possível atribuir-lhe processos químicos especiais, e

⁵³ No *Projeto de uma Psicologia* Freud tenta formular mais claramente esta relação e em *O problema econômico do masoquismo* ele deixa claro que a correspondência fenomenológica e física entre as magnitudes de prazer e excitação não é diretamente proporcional, embora deva existir alguma relação entre elas: “Então, prazer e desprazer não podem se referir ao aumento ou diminuição de uma quantidade, que chamamos ‘tensão de estímulo’, embora evidentemente tenham muita relação com esse fator. Eles parecem não depender desse fator quantitativo, senão de um caráter dele, que podemos chamar qualitativo. Estaríamos muito mais adiantados em psicologia se soubéssemos indicar esse caráter qualitativo. Talvez seja o ritmo, o ciclo temporal das alterações, subidas e caídas da quantidade do estímulo, não o sabemos” (FREUD, 1924a, p. 166). É interessante ressaltar que este constitui um dos muitos exemplos em que as concepções desenvolvidas no *Projeto* são explicitadas em textos tardios da obra freudiana, contrariando parte da literatura de comentário que atribui ao texto de 1895 o caráter de excepcionalidade.

⁵⁴ A influência de Fechner sobre Freud é afirmada explicitamente em outras ocasiões, como na formulação dos conceitos de princípio de constância e topologia mental: “Sempre fui receptivo às ideias de G. T. Fechner e em muitos pontos importantes tenho me apoiado nesse pensador” (FREUD, 1925a [1924], p. 55).

atribuir a excitação sexual à presença de algumas substâncias específicas, embora desconhecidas (FREUD, 1925a [1924], p. 24).

O texto freudiano defende, ao mesmo tempo, a visão biológica e crítica ao anatomicismo, favorecendo a abordagem funcional. Freud indica também a possibilidade de investigações de natureza química, não encontrando qualquer problema em correlacionar o que era considerado exclusivamente fisiológico e aquilo tido como puramente psíquico. A investigação psicológica possibilita a formulação de hipóteses sobre questões que estão no domínio ora do psíquico, ora do somático. A teoria da angústia exposta na 25ª das *Conferências de Introdução à Psicanálise* exemplifica tal posição. Para o autor, ainda que as influências culturais desempenhem papel importante sobre as relações somáticas, é inegável o vínculo genético existente entre angústia e libido:

Em primeiro lugar, está em jogo uma acumulação de libido que foi impedida de sua aplicação normal; em segundo lugar, que isto nos situa por inteiro no campo dos processos somáticos. À primeira vista não se discerne o modo como se gera a angústia a partir da libido; se comprova, somente, que falta libido e em seu lugar se observa angústia (FREUD, 1917 [1916-17], p. 367).

Mesmo diante das modificações na teoria da angústia freudiana, a visão psicossomática continua sendo ressaltada em favor de uma complementaridade entre o método psicanalítico e o de intervenção orgânica:

Em teoria, seria muito possível que um médico que se intitulasse terapeuta aplicasse a seus enfermos a análise junto com todos os outros métodos, segundo a especificidade do caso e o caráter propício ou desfavorável das circunstâncias exteriores. Na realidade, é a técnica que impõe a especialização da atividade médica. Do mesmo modo, a cirurgia e a ortopedia foram obrigadas a separar-se (FREUD, 1933a [1932], p. 141).

A analogia ilustra a relação entre a clínica psicanalítica e a médica em comparação àquela existente entre a cirurgia e a ortopedia. A distinção, nesse caso, é tomada como estritamente metodológica, ressaltando a unidade psicossomática nas relações corpo/mente, responsável pela integração epistemológica dos diferentes fenômenos estudados. O autor atribui a diferenciação entre os termos à complexidade do fenômeno estudado, admitindo uma variedade de abordagens investigativas, responsável pela formação das diferentes especialidades. Para Freud (1923 [1922], p. 245), a metodologia psicanalítica de intervenção psicológica “adquiriu uma precisão e sutileza que competem com a técnica cirúrgica”, embora não a exclua. A psicanálise pode ser vista como um método que permite ao terapeuta “intelecções inesperadas acerca dos enredamentos da vida anímica e dos nexos entre o anímico e o corporal”

(Ibid., p. 245). O estudo dos fenômenos psíquicos pode ser abordado tanto sob uma ótica orgânica, fisiológica e funcional como sob uma visão psicológica, hermenêutica e histórica. Em diversas ocasiões, o autor torna explícita sua posição psicossomática:

Segundo indicam alguns analistas (Jelliffe, Groddeck, Felix Deutsch), tampouco o tratamento analítico de graves enfermidades orgânicas deixa de ser promissor, pois não é raro que um fator psíquico participe na gênese e perduração destas afecções (FREUD, 1923 [1922], p. 246).

É verdade que, neste ponto, cabe a esperança de que no futuro o conhecimento da ação dos hormônios – vocês sabem do que se trata – nos forneça os meios para combater com êxito os fatores quantitativos das enfermidades (FREUD, 1933a [1932], p. 143).

A afirmação da psicanalista Cecilia Albarella é igualmente representativa:

Em alguns desenvolvimentos da disciplina, entretanto, não tem sido suficientemente reconhecida a centralidade das interconexões entre as dimensões biológica e cultural, um dos aspectos, a meu ver, mais originais e fecundos do pensamento freudiano. A hipótese da presença de articulações entre o corpo e a psique tornou efetivamente factível a compreensão tanto da importância da esfera sexual na vida mental, as conexões significativas entre funções biológicas orais, anais, fálicas e determinados modelos relacionais, como a ideia de que o mal-estar psíquico possa expressar-se também pela via das enfermidades somáticas. Por isso tudo, como frequentemente se faz, tende-se a considerar superados os modelos de pulsão e o modelo energético, sem chegar a formular novas hipóteses que clarifiquem as articulações criadas por Freud, termina-se por tornar mais banal e superficial o discurso teórico sobre a psique, ao considerá-la de maneira a cortar a relação entre o substrato biológico da linguagem e as necessidades do corpo (ALBARELLA, In: BODEI, p. 21).

A tópica freudiana, entendida como um sistema de constructos teóricos que procuram estabelecer a relação entre um ato psíquico e sua localização psíquica teórica, poderia facilmente dar lugar a interpretações radicais de cunho anatômico, uma vez que trata de supostas localidades psíquicas. No entanto, Freud faz questão de ressaltar que suas hipóteses em nada se assemelham às tentativas de correspondência anatômica:

É um resultado irrefutável da investigação científica que a atividade mental se liga com a função do cérebro como não faz com nenhum outro órgão. Um novo passo – não se sabe quão largo – nos faz avançar na descoberta do valor desigual das partes do cérebro e sua relação especial com determinadas partes do corpo e atividades mentais. Porém, têm fracassado todos os intentos por compilar a partir de então a localização dos processos anímicos e todos os esforços por imaginar as representações armazenadas em células nervosas e nas excitações que percorrem os feixes de nervos. O mesmo destino teria uma doutrina que pretendesse individualizar o lugar anatômico do sistema Cc (a atividade consciente da mente) no córtex cerebral, por exemplo, e situar os processos inconscientes nas zonas subcorticais do cérebro. Aqui se nos abre uma lacuna; por hoje não é possível preenchê-la, nem é tarefa da psicologia. Nossa tópica psíquica *provisoriamente* nada tem a ver com a anatomia; se refere a regiões do aparelho psíquico, independente de onde estejam situadas no corpo, e não a localidades anatômicas. Nosso trabalho, portanto, está livre

desse aspecto e está permitido proceder segundo suas próprias necessidades. Isto será proveitoso sempre que tenhamos presente que nossas suposições não reclamam, a princípio, senão o valor de ilustrações (FREUD, 1915b, p. 170, grifo do autor).

Três considerações podem ser tecidas a partir das afirmações freudianas. Primeiramente, o aparelho psíquico, conforme interpretado tanto por críticos como por defensores da abordagem metapsicológica, não corresponde a uma representação anatômica do sistema nervoso, mas trata dos supostos processos entendidos como constituintes dos fenômenos psíquicos. Em segundo lugar, ainda que Freud rejeite explicitamente a vinculação de seu aparelho psíquico com qualquer consideração anatômica, ele faz questão de grifar que a tópica psíquica proposta pela psicanálise “*provisoriamente*” nada tem a ver com a anatomia. O caráter provisório das considerações pode ser entendido como um vislumbre freudiano das futuras contribuições que a investigação anatômica poderia fornecer para as formulações psicanalíticas, deixando abertas as oportunidades de diálogo e enriquecimento interdisciplinar. Por fim, ao entender o conceito de representação como resultado de um processo associativo complexo não delimitado e dinâmico, Freud procura suplantar o *explanatory gap* existente entre as teorias exclusivamente mentalistas ou exclusivamente materialistas sem, contudo, recair em um paralelismo psicofísico tal como aquele analisado em seu texto de 1891 sobre os distúrbios afásicos.

As considerações da sexualidade em Freud podem ser tidas como exemplo paradigmático da crítica à investigação puramente anatômica. O autor faz questão de relativizar as teses anatômicas por meio de análises em torno da oposição masculino/feminino, contrariando uma série de suposições comuns relacionadas ao tema. Primeiramente, ele parte das evidências anatômicas para tentar derrubar a tese de uma separação estanque entre a ordem do masculino e do feminino, em defesa de sua teoria do caráter bissexual do ser humano. A quantidade variável de características anatômicas sexuais secundárias demonstra que a sexualidade abarca um espectro muito maior do que a mera categorização binária poderia supor. Em seguida, ressalta que as considerações anatômicas possuem um alcance muito limitado para dar conta desse espectro. Para o autor, “aquilo que constitui a masculinidade ou feminilidade é um caráter desconhecido que a anatomia não pode apreender” (FREUD, 1933a [1932], p. 106). Muitas das hipóteses comportamentais e psicológicas não fizeram nada mais do que seguir ingenuamente a distinção anatômica mais evidente, atribuindo erroneamente ao masculino características como a agressividade e atividade, não atentando ao fato de

que em algumas classes de animais as fêmeas são maiores, mais ativas e mais agressivas. A identificação do masculino com o ativo e do feminino com o passivo não pode ser realizada através de simples correspondências contingentes, correndo o risco de naturalizar a influência marcante dos meios sociais. Tal questão nos remete ao papel da constitucionalidade e, por consequência, à polarização em torno do inato e adquirido na sexualidade e comportamento humano.

2.5.4 Biologia em Freud através da discussão hereditário/adquirido

A discussão em torno da importância dos fatores inatos e adquiridos na gênese das configurações psíquicas é de grande relevância na constituição da disciplina psicanalítica, sendo que alguns enunciados biológicos ou etiológicos ganham maior ou menor peso em cada momento da obra. No prólogo à terceira edição dos *Três Ensaios de teoria sexual*⁵⁵, Freud enfatiza a complexa relação existente entre a biologia e a psicanálise, demonstrando mais uma vez como sua concepção sobre o que considera biológico se altera em função do contexto explanatório:

Este escrito é tributário das experiências psicanalíticas que levaram a redigi-lo, que se evidenciam não só na seleção do material como em seu ordenamento. Nele se atende a certo itinerário de instâncias, se dá prioridade aos fatores acidentais, os fatores disposicionais são deixados em segundo plano e o desenvolvimento ontogenético é considerado antes do filogenético. Com efeito, o acidental desempenha um papel principal na análise, e este a domina quase por completo. Em contrapartida, o disposicional somente sai à luz por trás dele, como algo despertado pelo vivenciar, porém cuja apreciação excede em muito o campo de trabalho da psicanálise.

Uma proporção parecida governa a relação entre ontogênese e filogênese. A primeira pode considerar-se como uma repetição da filogênese na medida em que esta não é modificada por um vivenciar mais recente. Por detrás do processo ontogenético se faz notar a disposição filogenética. Porém, no fundo, a disposição é a sedimentação de um vivenciar anterior da espécie, ao qual o vivenciar mais novo do indivíduo vem agregar-se como soma de fatores acidentais.

Junto a sua fundamental dependência da investigação psicanalítica, tenho que destacar, como característica deste meu trabalho, sua deliberada independência a respeito da investigação biológica (FREUD, 1905a [parágrafo agregado em 1914], p. 118).

A passagem ilustra uma intrincada teia tecida entre fundamentação biológica e teorização psicanalítica na obra do autor. Freud opera uma identificação entre a

⁵⁵ Tratado de agora em diante somente como *Três Ensaios*.

investigação biológica e os fatores disposicionais, que, para ele, são deixados em segundo plano. O autor proclama independência diante da investigação biológica ao mesmo tempo em que recorre a uma abordagem biológico-filogenética para explicar o fator disposicional.

O inventor da psicanálise estava consciente de que a adesão à biologia vigente trazia consigo alguns pressupostos contrários aos seus postulados principais. A teoria sexual formulada nos *Três Ensaio*s, com sua tese da sexualidade infantil, se encontrava entre as “poucas averiguações da psicanálise que suscitaram uma desautorização tão universal ou despertaram tamanha explosão de indignação” (FREUD, 1925a [1924], p. 32). A rejeição de sua teoria decorreu em parte do choque com os preceitos morais em que se baseavam muitas das formulações biológicas. Estas acabaram seguindo princípios religiosos que atribuíam à sexualidade uma finalidade exclusivamente reprodutiva e restrita ao genital, com surgimento somente durante a puberdade e vinculando-se unicamente ao ato sexual. No entanto, o caráter perverso e polimorfo das manifestações sexuais era notório, podendo ser encontrado tanto nas atividades eróticas adultas extremamente variadas como na importância das diversas zonas erógenas infantis. Tais constatações fizeram Freud se distanciar da concepção corrente e lançar as bases para a formulação de uma teoria da sexualidade infantil e dos estádios libidinais. No entanto, afastar-se da concepção sexual biológica usual não significava rejeitar a biologia em direção a uma pura psicologia. Freud propôs novos modelos de sexualidade, sendo possível “aplicar a psicanálise a outro âmbito do saber, e inferir, a partir de seus dados, um fragmento, desconhecido até então, do acontecer biológico” (Ibid., p. 33). Para o autor, suas hipóteses concordavam mais com as evidências empíricas disponíveis, dado que a postulação da biologia vigente era extremamente restritiva e a teoria bioquímica necessitava de maiores avanços. Sua proposta de análise das perversões adultas como fenômenos sexuais era, sob o ponto de vista empírico, inquestionável mesmo para os detratores de suas ideias principais:

Recordem que por ora não possuímos nenhum critério universalmente aceito que permita determinar a natureza sexual de um processo a menos que, novamente, recorramos a seu vínculo com a função reprodutiva, que devemos rejeitar por ser demasiadamente limitado. Os critérios biológicos, como os de periodicidades de vinte e três e de vinte e oito dias, estabelecidos por Wilhelm Fliess [1906], são ainda altamente questionáveis; as propriedades químicas dos processos sexuais, cuja existência podemos supor, continuam aguardando serem descobertas. Por outro lado, as perversões sexuais dos adultos constituem algo tangível e inequívoco. Como já o prova o nome pelo qual são universalmente conhecidas, elas pertencem sem dúvida à sexualidade. Podem ser descritas como indicações de degeneração, ou o

que quer que seja, mas ninguém ainda teve a coragem de classificá-las como algo que não sejam fenômenos da vida sexual (FREUD, 1917 [1916-17], p. 292).

Uma das principais intenções dos *Três Ensaio*s foi questionar as premissas biológicas acerca da sexualidade – a postulação da sexualidade infantil, a exclusividade genital e a finalidade meramente reprodutiva dos comportamentos sexuais. Freud baseia sua crítica nas publicações de Krafft-Ebing e Havelock Ellis, as quais consistiam em inventários acerca das perversões e patologias sexuais:

A opinião popular possui representações bem precisas acerca da natureza e das propriedades da pulsão sexual. Faltaria na infância, adviria na época da puberdade e em conexão com o processo de maturação que sobrevém nesta, se exteriorizaria nas manifestações de atração incontrolável que um sexo exerce sobre o outro, e sua meta seria a união sexual ou, ao menos, as ações que apontam nessa direção. Porém, temos pleno fundamento para discernir nessas indicações um reflexo ou cópia muito infiel da realidade e, se olharmos mais de perto, a vemos carregada de erros, imprecisões e conclusões precipitadas (FREUD, 1905a, p. 123)⁵⁶.

No prefácio à quarta edição (1920) dos *Três Ensaio*s, Freud enfatiza que a rejeição da tese acerca da psicosexualidade infantil decorre de fatores afetivos e que a importância da sexualidade já houvera inclusive sido ressaltada por outros autores, como Schopenhauer e Platão. Ele atenta para a resistência na aceitação de parte da teoria contida nos *Três Ensaio*s que faz fronteira com a biologia. Em virtude dessa resistência, o autor procura restringir o domínio psicanalítico ao estudo dos fatores acidentais e psicológicos:

Tenho evitado cuidadosamente introduzir expectativas científicas provenientes da biologia sexual geral, ou da biologia de diversas espécies animais, no estudo que a técnica da psicanálise nos possibilita fazer sobre a função sexual do ser humano. Na verdade, meu propósito foi investigar tudo que é possível juntar acerca da *biologia da vida sexual humana* com os meios de investigação psicológica; era-me lícito assinalar as relações de consequência e de concordância obtidas à raiz dessa indagação; porém, o fato de que em muitos pontos importantes o método psicanalítico conduzira a perspectivas e resultados muito diversos dos produzidos unicamente pela biologia não era razão suficiente para apartar-me de meu caminho (FREUD, 1905a [parágrafo agregado em 1914], p. 118, grifos nossos).

Freud ressalta a independência de seu trabalho diante das pesquisas biológicas, numa clara tentativa de validação do método psicanalítico de investigação. No entanto, o autor se volta à biologia para legitimar sua hipótese química da excitação sexual, recorrendo a experimentos biológicos realizados com extirpação e transplante de órgãos

⁵⁶ Em *O interesse pela Psicanálise*, Freud reitera sua posição: “o conceito de sexualidade, restringido indevidamente, experimentou primeiramente uma ampliação que pôde justificar-se invocando as transgressões da sexualidade (as chamadas perversões) e o comportamento da criança” (FREUD, 1913c, p. 183).

sexuais em animais. Ademais, defende que os meios de investigação psicológica possibilitam reunir uma série de informações acerca da “*biologia da vida sexual humana*”. Ou seja, ele faz distinção entre a biologia sexual geral e a biologia da vida sexual humana, evidenciando que a relação com a biologia não é de negação radical, mas de rejeição de certo conjunto de teorias. Ainda que admitíssemos que Freud defende uma completa autonomia perante a investigação biológica, poderíamos ver, paradoxalmente, como ele termina seu texto:

Não obstante, essas indagações acerca das perturbações da vida sexual têm gerado um fruto insatisfatório; isto se deve ao fato de que não sabemos o suficiente acerca dos processos biológicos em que consiste a essência da sexualidade para poder formar, a partir de nossos conhecimentos isolados, uma teoria que baste para a compreensão tanto do normal quanto do patológico (FREUD, 1905a, p. 222).

O autor admite a insuficiência das investigações psicológicas e a necessidade de maior conhecimento dos processos biológicos que constituem a essência da sexualidade. No entanto, cabe perguntar qual a natureza desses processos biológicos requeridos por Freud, pois, como acabamos de ver, ele distingue a biologia sexual geral da biologia sexual humana.

A proposta de independência teórica procura se afastar de certa biologia, ancorada na opinião popular, que encara toda atividade sexual como produto único de disposições fisiológicas, dotada de um conjunto fixo de comportamentos e direcionada exclusivamente à finalidade reprodutiva. A introdução da teoria geral do apoio ou anáclise, realizada nos *Três Ensaio*s, procura articular a relação entre as disposições biológicas e a plasticidade ontogenética dos processos libidinais. O conceito de apoio é entendido como resultado da disposição fisiológica sobre a qual as disposições libidinais se assentarão na constituição das zonas erógenas (*erogenen Zonen*). Tal conceito está situado na fronteira explanatória entre a determinação fisiológica e a psicológica:

O primeiro órgão que aparece como zona erógena e propõe à alma uma exigência libidinosa é, a partir do nascimento, a boca. No começo, toda atividade anímica se acomoda de modo a procurar satisfação à necessidade dessa zona. Ela serve primariamente a autoconservação pela via do alimento, porém não é lícito confundir fisiologia com psicologia. Muito precocemente, no sugar que o bebê persevera obstinadamente se evidencia uma necessidade de satisfação que – se bem que tenha como ponto de partida a recepção do alimento e é incitada por esta – esforça-se por obter prazer independente da nutrição, e que por isso pode ser chamada de sexual (FREUD, 1940a [1938], p. 151).

A função sexual estava presente desde o começo; primeiro se apoiava nas funções de importância vital, e logo se tornava independente delas (FREUD, 1925a [1924], p. 33).

A princípio, está claro que a satisfação da zona erógena se associou com a satisfação da necessidade de alimentar-se. A atividade sexual se apoia (*anlehn*) primeiro em uma das funções que servem à conservação da vida, e somente mais tarde se torna independente dela (FREUD, 1905a [parágrafo agregado em 1915], p. 165).

O conceito de apoio toma os vínculos pulsionais como originariamente ancorados em instintos vitais para depois adquirir progressiva independência perante as funções orgânicas originárias mediante a formação de cadeias de representações com investimento libidinal. As primeiras satisfações se constituem a partir do atendimento das necessidades vinculadas à conservação da vida. O seio materno se apresenta como o objeto anaclítico paradigmático, uma vez que o apoio originário se baseia na satisfação da fome, atendendo as exigências de autoconservação do lactente, inicialmente pensada como exigência de uma pulsão de nutrição (FREUD, 1905a, p. 165). A relação anaclítica fornecerá a base para o surgimento da capacidade de amar da criança e para as relações objetais posteriores, de modo que todo encontro com um objeto pode ser considerado mais adequadamente como um tipo de reencontro apoiado na relação originária de nutrição: “Durante o período de latência, a criança aprende a amar as pessoas que remediaram seu desamparo e satisfazem suas necessidades. Ela o faz seguindo inteiramente o modelo de seus vínculos de lactente com a provedora” (FREUD, 1905a, p. 203).

Freud contraria as teorias biológicas e moralistas da época – que acabaram lhe outorgando a alcunha de pansexualista por suas considerações sobre a sexualidade infantil e sobre a etiologia das neuroses –, mas não deixa de requerer uma fundamentação biológica para os fenômenos que investiga. Ele insistiu em esclarecer a distinção entre a concepção de sexual e de genital, demonstrando que a primeira não se limita à segunda. Dado que a satisfação libidinal não é mediada exclusivamente pelas necessidades orgânicas, sendo o objeto de satisfação sexual arbitrário por definição, a psicanálise se pauta exatamente na recusa da redução teórica às considerações exclusivamente reprodutivas, embora ainda se baseie em premissas de fundo biológico. No entanto, a ligação das pulsões sexuais com seus objetos torna-se tão arbitrária que autores como Laplanche & Pontalis (1988a, p. 434) definem a sexualidade humana como sendo necessariamente perversa, pois se baseia “não numa atividade específica, mas no lucro de prazer ligado a funções ou atividades que dependem de outras pulsões”.

O caráter arbitrário da escolha objetal exige a investigação das variáveis psicológicas responsáveis pela preferência sexual, ao mesmo tempo em que torna mais difícil justificar o sucesso do empreendimento biológico que visa garantir a reprodução por meio da escolha objetal específica da espécie. Em função do predomínio do arbitrário no escopo da sexualidade, Freud procura resguardar certo espaço de atuação para o poder da natureza:

A meta sexual da pulsão infantil consiste em produzir a satisfação mediante a estimulação apropriada da zona erógena que, de um modo ou de outro, foi escolhida. Para que se crie uma necessidade de repeti-la, essa satisfação tem que ter sido vivenciada antes; e é lícito pensar que a natureza terá tomado medidas seguras para que essa vivência não fique entregue ao acaso. Em elucidações de caráter biológico é muito difícil deixar de recorrer a conceitos teleológicos, embora se saiba muito bem que nenhum caso singular está livre de erros. Já tomamos conhecimento da organização prévia que cumpre este fim referente à zona dos lábios: a ligação simultânea desse setor do corpo com a nutrição. Todavia haveremos de encontrar outros dispositivos similares como fontes da sexualidade (FREUD, 1905a, p. 167).

Freud alarga tanto o escopo da sexualidade que começa a dificultar a explicação da condução sexual normal que visa a reprodução. Os dois primeiros ensaios são tão contrários à tendência reprodutiva defendida pela biologia que o terceiro precisa, de certo modo, reservar espaço para ela. Mas, ao contrário do que se poderia supor, não se trata de resgatar a biologia vigente, mas de ampliar o domínio do que é considerado biológico e sexual a fim de incluir os comportamentos pervertidos. Ao caráter perverso e polimorfo é dada uma fundamentação que ultrapassa a ordem da cultura, visto que os “tais afrouxamentos do nexos com o objeto sexual ocorreram desde sempre, em todas as épocas conhecidas e entre todos os povos, os mais primitivos e os mais civilizados, e, em algumas ocasiões, foram tolerados e difusamente reconhecidos” (FREUD, 1917 [1916-17], p. 280).

De qualquer modo, Freud parece não ter solucionado completamente nos *Três Ensaio*s (pelo menos em suas primeiras edições) uma questão existente desde seus estudos iniciais sobre a etiologia das neuroses, qual seja, a relação entre as determinações universais e as contingentes implícita na discussão de fatores constitucionais e ambientais. A proposta de análise ontogenética dos fatores ambientais e contingentes impedia a plena constituição de uma teoria abrangente que explicasse aspectos relacionados ao desenvolvimento psicosssexual e ao modo de funcionamento psíquico como um todo. Freud se depara com exigências epistêmicas de generalização de suas observações psicológicas a fim de constituir uma teoria da mente

suficientemente ampla que garantisse uma explicação universal dos mecanismos psíquicos. A exigência crescente de formalização requerida pelo desenvolvimento da teoria, por meio da progressiva generalização das formulações singulares, coloca Freud em uma situação delicada: ele admite a universalidade de fenômenos expressos por conceitos tais como o complexo de Édipo, o dualismo pulsional e a sexualidade infantil; esses fenômenos possuem uma fundamentação filogenética que lhes garante a universalidade pretendida pelo autor. Em contrapartida, Freud frequentemente recusa a biologia como fonte primária de evidência sobre a qual os conceitos poderiam ser remodelados ou recusados, fato que exige outra fundamentação que garanta a generalização das formulações. A contingência atribuída aos fenômenos clínicos restringiria as explicações a contextos culturais específicos, diminuindo o potencial explanatório da teoria. A formulação da teoria da sedução e seu posterior abandono representa exemplarmente essa tensão e perpassa toda a discussão relativa à patogênese das neuroses:

Ao cair por terra a suposta frequência da sedução na infância, aconteceu o mesmo também à exagerada insistência nos influxos acidentais que afetavam a sexualidade. Embora sem desconhecer os fatores constitucionais e hereditários, eu havia pretendido atribuir àqueles primeiros o papel principal na causalidade da enfermidade. (...) Ao perder terreno os influxos acidentais do vivenciar, os fatores da constituição e da herança reafirmaram sua primazia. Porém, com uma diferença em relação à concepção dominante: em minha doutrina, a 'constituição sexual' substituiu a disposição neuropática geral (FREUD, 1906 [1905], p. 267).

Freud oscila entre explicações prioritariamente constitucionais e concepções históricas derivadas do contexto de investigação progressiva dos fenômenos histéricos, oriundas da prática de investigação psicológica. Nos primeiros textos dedicados ao estudo da histeria, nota-se a herança das concepções charcotianas que consideravam a hereditariedade como a causa única da histeria⁵⁷, sendo esta uma degeneração que fazia parte da *famille névropathique*⁵⁸:

A etiologia do *status hystericus* há de buscar-se por inteiro na herança: os histéricos estão sempre dispostos por herança a umas perturbações da atividade nervosa, e entre seus parentes se encontram epiléticos, enfermos psíquicos, tabéticos, etc. Também se observa uma transferência hereditária direta da histeria, que, por exemplo, está na base da aparição de histeria em meninos (por herança materna). Todos os outros fatores ocupam um segundo plano frente à hereditariedade, e desempenham um papel de causas

⁵⁷ Freud (1893a, p. 22).

⁵⁸ Hipótese charcotiana acerca do conjunto de transtornos do sistema nervoso que podem substituir-se reciprocamente através dos vínculos hereditários, entre eles a sífilis e a histeria. Freud questionará essa posição de Charcot em seu *Prólogo e notas de tradução de Leçons Du mardi de La Salpêtrière* (FREUD, 1892-94, p. 177).

ocasionais cujo significado é geralmente superestimado na prática (FREUD, 1888, p. 55).

Nesse texto, seguindo o caminho trilhado por Charcot, Freud procura identificar as causas meramente acidentais, dada a confiança no caráter de anomalia constitucional da histeria (FREUD, 1888, p. 57), cuja disposição para apresentação de sintomas é favorecida pela ocorrência de fatores secundários. Ademais, durante essa fase, o tratamento se restringe aos procedimentos hipnóticos de sugestão e medidas de amenização dos fatores secundários, justamente em função da crença na hereditariedade e constitucionalidade da doença histérica. No entanto, Freud já considera que o “tratamento psíquico direto dos sintomas histéricos chegará a ser mais utilizado quando nos círculos médicos se compreenda melhor a sugestão” (FREUD, 1888, p. 62), renunciando o que viria a ser depois o seu principal instrumento de trabalho, a cura pela fala⁵⁹, substituindo a metodologia da hipnose⁶⁰.

Em 1892, o autor ainda tem dúvidas sobre as causas dos distúrbios neuróticos, mesmo diante das afecções que seriam posteriormente tratadas como adquiridas, como a neurastenia, pertencente ao quadro nosográfico das neuroses atuais:

Não tenho certeza de que esta forma de neurastenia possa ser totalmente adquirida, e por isso, e também por não conhecer os outros familiares de meu paciente, deixo em aberto o problema de saber se cabe supor a existência de uma predisposição hereditária à neurose em sua família (FREUD, 1892-93, p. 152).

Freud ainda adere, nesse momento, à concepção de Charcot, defendendo a existência de um estado específico de disposição constitucional para a histeria, momento no qual as representações penosas contrastantes têm acesso à inervação somática e produzem os sintomas. Mas é também por volta dessa época que ele inicia suas divergências diante das ideias de seu mestre:

É provável que alguns leitores, assim como eu, farão objeções à doutrina etiológica de Charcot, que não separa a predisposição para as neuroses da que inclina às doenças nervosas orgânicas, que não leva em conta o papel

⁵⁹ “O efeito do método catártico de Breuer consiste em voltar a guiar a excitação, com consciência da meta, do corporal ao psíquico, para forçar logo a reequilibrar a contradição mediante um trabalho do pensamento e a descarregar a excitação por meio da fala” (FREUD, 1894, p. 51).

⁶⁰ Apesar de abandonar a técnica da hipnose, em virtude de sua eficácia limitada e abrangência restrita (FREUD, 1893-95), Freud não ignora sua importância na gênese da nova disciplina: “Temos que agradecer sempre à velha técnica hipnótica que nos exibira certos processos psíquicos da análise em seu isolamento e esquematização. Somente em virtude disto pudemos ter a ousadia de criar situações complexas na cura analítica, e mantê-las transparentes” (FREUD, 1914b, p. 150). O autor se considera um discípulo e legítimo herdeiro do neurologista Hippolyte Bernheim, defensor do método hipnótico, ressaltando as relações existentes entre os mecanismos presentes na hipnose, sugestão e transferência, que atuam como manifestações da propriedade universal, comum a todas as pessoas normais, de dirigir “investimentos libidinais de objeto sobre pessoas” (FREUD, 1917 [1916-17], p. 405).

(nada desdenhável) desempenhado pelas afecções nervosas adquiridas e que considera como predisposição neuropática hereditária o artritismo em algum parente. A superestimação do fator hereditário também explica o fato de que Charcot não menciona, ao abordar a enfermidade de Basedow, o órgão em cujas alterações devemos procurar, segundo fortes indícios nos aconselham, a genuína causa da afecção. Refiro-me à glândula tireóide e, em conexão com essa discussão sobre o fato de a disposição hereditária e o trauma psíquico desempenharem papel importante no desenvolvimento da doença, posso mencionar o excelente artigo de Moebius (1891) sobre a enfermidade de Basedow (FREUD, 1892-94, p. 174).

A preocupação freudiana na identificação das causas específicas da neurose já era evidente desde seus estudos com Charcot na Salpêtrière. Neles, o futuro psicanalista progressivamente procurava questionar o mestre, entre outros autores⁶¹ que recorriam prioritariamente aos fatores hereditários para explicar a etiologia da histeria, sendo os demais considerados como meramente acidentais (*agents provocateurs*). A resposta freudiana se deu através da investigação das causas ambientais específicas que poderiam exercer efeito sobre a gênese dos sintomas. Essa busca norteou a prática clínica e as preocupações desde os primeiros escritos psicanalíticos, podendo ser considerada a base na qual o edifício teórico freudiano pôde se assentar.

No *manuscrito A*, escrito a Fliess no final de 1892, Freud formula algumas questões:

(2) Como difere a conduta do são frente aos traumas sexuais posteriores, da conduta do predisposto pela masturbação? (...) (4) Existirá uma neurastenia inata, com fraqueza sexual inata, ou será ela sempre adquirida na juventude? (Por meio das babás, da masturbação praticada por outro) (...) (5) Será a hereditariedade algo mais que um multiplicador? (...) (6) O que é que participa da etiologia da depressão periódica? (FREUD, 1950 [1892-99], p. 215).

As hipóteses formuladas para resolver essas questões seguem a tendência etiológica ambientalista:

(1) Não existe nenhuma neurastenia ou neurose análoga sem distúrbio da função sexual. (2) Este tem um efeito causal imediato, ou então atua como uma disposição para outros fatores, mas sempre de tal modo que, sem ele, os demais fatores não podem causar neurastenia. (...) (6) A neurose de angústia é, em parte, uma consequência da inibição da função sexual. (7) O excesso simples e a sobrecarga de trabalho não são fatores etiológicos. (8) A histeria, nas neuroses neurastênicas, indica a sufocação dos afetos concomitantes (Ibid., p. 216).

⁶¹ Os outros autores citados por Freud (1896a, p. 143) são Guinon, Gilles de la Tourette e Janet.

A ênfase outorgada aos fatores ambientais prossegue, no *manuscrito B*, de 8 de fevereiro de 1893, baseando-se no questionamento do caráter hereditário da histeria a fim de demonstrar a origem necessariamente sexual de toda neurastenia:

Com Breuer, tenho sustentado para a histeria um ponto de vista semelhante. A histeria traumática era conhecida; nós dizemos então: toda histeria que não seja hereditária é uma histeria traumática. E o mesmo agora para a neurastenia: toda neurastenia deve ser sexual. Por enquanto deixemos de lado se uma predisposição hereditária e, secundariamente, se uns influxos tóxicos podem produzir neurastenia genuína; tampouco se a neurastenia aparentemente hereditária pode se remontar a um abuso sexual prematuro. Se existe uma neurastenia hereditária, isso nos coloca certas questões: cabe indagar se o *status nervosus* dos hereditários não deveria ser diferenciado da neurastenia, que relações têm com os sintomas correspondentes da infância, e assim por diante (Ibid., p. 217).

O criador da psicanálise continua sua tarefa de identificação dos fatores ambientais questionando inclusive o *status nervosus* da neurastenia quando lhe é atribuída uma etiologia hereditária. Ele critica a explicação hereditária a fim de comprovar sua hipótese da patogênese predominantemente sexual dos quadros neurastênicos em geral e do caráter sexual traumático na gênese dos fenômenos histéricos. No entanto, a fim de não rejeitar totalmente os fatores causais hereditários, opta pela formulação de uma espécie de ‘solução de compromisso’:

Na etiologia de uma afecção nervosa cabe distinguir: 1) a condição necessária, sem a qual o estado não apareceria, e 2) os fatores ocasionadores. Pode-se representar do seguinte modo o nexos entre aquela e estes: se a condição necessária tem ingerência suficiente, a afecção se instala como consequência necessária; se não tem ingerência suficiente, o resultado de seu influxo é primeiro uma predisposição a esta afecção, que deixa de permanecer latente assim que venha a somar-se uma medida suficiente de fatores de segunda ordem; pois bem, a etiologia de segunda ordem pode faltar, a de primeira ordem é indispensável. Aplicado a nosso caso, este esquema etiológico significa: um desgaste sexual pode provocar neurastenia por si só; toda vez que não alcance, haverá predisposto o sistema nervoso a tal ponto que uma afecção corporal, um afeto depressivo ou um trabalho excessivo (influxos tóxicos) não se tolerarão sem neurastenia (Ibid., p. 218).

Nesse momento, Freud ainda se limita a analisar apenas os fatores acidentais⁶², dado que os determinantes das neuroses atuais⁶³ estão relacionados diretamente a alguma desordem química – com efeito tóxico – ocasionada por desvios na vida sexual

⁶² Freud generaliza sua hipótese, em alguns momentos, inclusive para o grupo das psiconeuroses: “assim, um homem sexualmente neurastênico torna sua mulher não tanto neurastênica, mas histérica” (FREUD, 1950 [1892-99], p. 220).

⁶³ A diferenciação entre os grupos das neuroses atuais (neurastenia, neurose de angústia e hipocondria) e das psiconeuroses (histeria e obsessões) era fundamentalmente etiológica, remetendo o primeiro grupo à desordem química resultante de impedimentos da satisfação sexual e o segundo à etiologia psíquica decorrente dos diferentes destinos libidinais estabelecidos na infância. Para Strachey (FREUD, 1893-95, p. 18), “até o fim da vida Freud seguiu sustentando a etiologia química das neuroses ‘atuais’ e acreditando que acabaria encontrando o fundamento físico de todos os fenômenos mentais”.

contemporânea à gênese dos sintomas. O modelo explicativo de sobredeterminação, no entanto, se expandirá para o conjunto das neuroses como um todo, incluindo posteriormente os fatores ambientais e hereditários, assim como os fatores sexuais infantis. De qualquer modo, nesse momento, as propostas etiológicas, apesar de concentradas em aspectos ambientais, sempre faziam referência ao componente hereditário, como nesta discussão acerca das neuroses de angústia:

A questão é, novamente, saber até onde esse estado: 1) aparece hereditariamente sem a mediação de fatores nocivos sexuais; 2) se desencadeia em hereditários por um fator nocivo qualquer; 3) se soma à neurastenia habitual como um acréscimo de intensidade. Porém, é inquestionavelmente adquirido, e o é por homens e mulheres no matrimônio, no segundo período de influxos nocivos sexuais por obra do *coitus interruptus* (FREUD, 1950 [1892-99], p. 221).

O fator etiológico principal nas neuroses de angústia continuava sendo o *coitus interruptus*, embora o autor não tenha deixado de apresentar algumas ressalvas:

eu não sei, então, se aqui existem efetivamente formas hereditárias sem causas sexuais, nem tampouco, por outra parte, se aqui é responsável somente o *coitus interruptus*, se em todos os casos se pode prescindir de uma predisposição hereditária (Ibid., p. 221).

Na carta 18, endereçada a Fliess, Freud procura tratar das diferentes misturas de fatores etiológicos hereditários e adquiridos para explicar a neurose. A degeneração seria uma forma inata de conduta anormal dos afetos sexuais, a senilidade pensada como uma degeneração que se desenvolve em função da idade, a conflagração definida como uma degeneração aguda resultante das degenerações somáticas adquiridas e, por fim, o conflito é entendido como noção primordial que recairá sempre sobre o elemento adquirido e sexual do distúrbio neurótico. Em outra carta, endereçada em 1894, Freud analisa um caso em que a debilidade do psíquico para dominar a excitação somática, condição da neurose de angústia, não pode ser encontrada em nenhum fator ambiental relevante, remetendo a explicação às causas constitucionais: “a etiologia que pode ser encontrada nesse caso, embora qualitativamente importante, seria tolerada como inofensiva por uma pessoa sã” (Ibid., p. 237).

Em *A hereditariedade e a etiologia das neuroses*, o autor visa estabelecer um domínio propriamente psicológico de investigação, através de um procedimento indutivo: ele utiliza a indução por eliminação para atestar os fatores hereditários, quando não se identifica mais nenhum fator ambiental comum. O autor também utiliza a indução por concordância para atestar a causalidade histórica e adquirida, quando se

identificam fatores ambientais similares nos diversos casos estudados. Além do procedimento indutivo, derivado do conjunto de fatos observados, Freud também reconhece que seu procedimento é de “ordem dupla: argumentos de fato e argumentos da especulação” (FREUD, 1896a, p. 143), enfatizando a complementaridade entre o método observacional e especulativo na gênese das propostas teóricas. O autor chega inclusive a propor um exame estatístico imparcial a fim de identificar os fatores etiológicos das neuroses⁶⁴, ressaltando os fatores responsáveis pela mudança na hipótese hereditária representada por Charcot: primeiramente, o entendimento da neurose como um fenômeno sobredeterminado (FREUD, 1905 [1901], p. 29; 1893-95, p. 270; 1896c, p. 214); em segundo lugar, a insuficiência de pesquisas relacionadas às causas específicas e determinantes das neuroses. Sua proposta de investigação psicológica visa contrastar com a explicação hereditária, que se baseia exclusivamente na ausência de dados e numa expectativa teórica sem suficiente base empírica:

Tem havido pouquíssimas investigações sobre essas causas específicas e determinantes das neuropatias, pois a atenção dos médicos permaneceu subjugada pela grandiosa perspectiva da condição etiológica hereditária (FREUD, 1896a, p. 145).

Freud contraria a concepção charcotiana fornecendo casos, como a neurastenia de Beard⁶⁵, em que a predisposição hereditária aparentemente não desempenha papel relevante na etiologia de distúrbios nervosos. A investigação etiológica ambientalista ainda possuiria a vantagem da possibilidade de intervenção terapêutica, dado que as causas ambientais são mais facilmente tratáveis que as hereditárias:

Embora seu poder patogênico seja, em geral, apenas acessório em relação ao da herança, há um grande interesse prático ligado ao conhecimento dessa etiologia, que dará acesso ao nosso trabalho terapêutico, enquanto a predisposição hereditária, previamente fixada para o paciente desde seu nascimento, opõe um obstáculo inabordável a nossos esforços (FREUD, 1896a, p. 145).

As intenções de Freud são claras: oferecer alternativas à *petitio principii* contida nas explicações hereditárias, investigar os fatores ambientais que contribuem não só para a eclosão, mas também para a ‘escolha da neurose’ e, conseqüentemente, propiciar novos meios de investigação e intervenção terapêutica. O autor já propõe nessa fase a

⁶⁴ A proposta de um exame estatístico deriva do fato de que era usual a correlação das afecções nervosas com algum histórico familiar a fim de validar a hipótese hereditária. Freud questiona se essa correlação é estatisticamente relevante e se a predisposição nervosa hereditária não comporta diferentes graus e transições.

⁶⁵ Apesar de discordar de Beard em relação à importância outorgada por este aos fatores auxiliares – como o excesso de trabalho, que considera como mero *agent provocateur* –, Freud concorda com a minimização do fator hereditário na explicação da neurastenia.

abordagem multifatorial para explicar as neuroses, denominada equação etiológica, a qual postula, nesse momento, a hereditariedade como pré-requisito do distúrbio nervoso, desempenhando o papel de condição necessária, mas não suficiente, da neurose. O fator hereditário desempenha relevância causal, mas soma-se a outros fatores na ocorrência do distúrbio nervoso. Em seguida, Freud discorre sobre as causas concorrentes ou auxiliares, não hereditárias, que desempenham papel de condições não necessárias nem suficientes, mas que exercem influência causal no favorecimento da neurose. Por fim, as causas específicas desempenham papel de condições necessárias que, em conjunto com a pré-condição e com os diferentes níveis de intensidade de cada condição causal, acabam funcionando como condições suficientes, determinando não somente o surgimento da neurose – sendo este proporcional ao grau da pré-condição hereditária – como a escolha do tipo de neurose. No artigo publicado em 1895 – *A propósito das críticas à neurose de angústia* –, Freud introduz ainda outro elemento na série, as chamadas causas precipitantes ou desencadeantes, cuja condição não é necessária, tampouco suficiente, mas que precede a aparição do efeito, exercendo papel desencadeador dos sintomas⁶⁶.

Em 1896 Freud ainda procurava identificar as causas específicas da neurose e questionar o papel preponderante que a explicação hereditária desempenhava. Entre os argumentos apresentados, ele defendia que os casos de hereditariedade dissimilar, nos quais doenças nervosas diversas ocorrem em membros de uma mesma família, não explicavam satisfatoriamente o problema da escolha da neurose, sendo preciso investigar a etiologia específica de cada afecção nervosa, de origem não hereditária. Porém, o principal argumento para rejeição da hereditariedade se baseava na identificação dos fatores etiológicos comuns investigados em cada tipo de neurose. Freud buscou investigar os nexos entre os fatores sexuais nocivos específicos ou causas específicas e cada uma das neuroses atuais.

A procura pelos fatores sexuais nocivos identificou a relação entre a neurastenia e o onanismo excessivo, sendo que este resultaria na incapacidade para tolerar o aumento da tensão sexual, bem como na debilitação do grupo sexual psíquico e na diminuição da produção sexual somática. A neurose de angústia foi relacionada ao coito

⁶⁶ Algumas explicações correntes da época, como o excesso de trabalho, são rejeitadas por Freud enquanto causas para emergências dos sintomas neuróticos, uma vez que desempenham somente o papel desencadeante da neurose, ou seja, emergem como propiciadores do sintoma, e não propriamente como condições necessárias ou suficientes. Poderiam ser usualmente substituídas por outras condições desencadeantes quaisquer. Seriam, portanto, expressas no contexto clínico através dos conteúdos manifestos, sendo necessária ao terapeuta a investigação dos conteúdos latentes responsáveis pelo quadro neurótico.

interrompido, resultando em excitação sexual transformada – dado que não fora convertida em sua contrapartida psíquica. A neurose de angústia foi definida como tensão sexual não tramitada psiquicamente, sendo esta condição atingida por meio da abstinência sexual ou de relações incompletas e desvio do interesse psíquico da esfera da sexualidade.

As hipóteses etiológicas das neuroses atuais foram formuladas por meio de um modelo explanatório tipicamente fisiológico e próximo-causal, relacionando as desordens psicológicas às causas toxicológicas que são expressão da satisfação sexual inadequada, dando origem à angústia neurótica. Essa concepção norteou a proposição dos fatores etiológicos das psiconeuroses como análogos às neuroses atuais, embora vistos como de origem psíquica em vez de preponderantemente somática:

Parecia lógico concluir então que as neuroses eram em geral a expressão de perturbações na vida sexual: as chamadas neuroses *atuais* são consequência de danos *presentes* (por interferência química), e as *psiconeuroses* de danos produzidos em um longínquo *passado* (por processamento psíquico) causados a uma função tão importante no terreno biológico que até então fora gravemente negligenciada pela ciência (FREUD, 1923 [1922], p. 239, grifos do autor).

A histeria foi entendida como resultado da defesa contra uma ideia incompatível e conseqüente conversão somática da excitação. A fobia foi compreendida como a separação entre a ideia patogênica e a respectiva medida quantitativa da excitação, vinculando a excitação às ideias compatíveis que adquirem caráter fóbico. As psicoses alucinatórias foram entendidas como rejeição da representação intolerável e da medida quantitativa (afeto), resultando em defesas alucinatórias. A paranoia, por sua vez, foi explicada em função da aceitação do conteúdo representacional incompatível, mas conseqüente projeção no mundo externo como um modo de defesa.

As neuroses atuais serviram como ponto de partida em que o elemento ambiental, de ordem tóxica, desempenhava papel relevante no surgimento dos sintomas. No entanto, as neuroses atuais, embora tratadas como distúrbios tóxicos com uma causa específica ambiental delimitada – *vita sexualis* anormal –, também são explicadas por meio do componente hereditário, apesar de poderem “muito bem prescindir da cooperação de uma disposição hereditária” (FREUD, 1896a, p. 150). Embora defendesse a existência de uma causa ambiental para a neurose de angústia, Freud faz questão de introduzir uma ressalva: “existem muitas mulheres afligidas por neurose de angústia congênita, ou seja, que trazem por herança” (FREUD, 1895, p. 128). Ainda que se constitua como exceção à regra, o autor não negligencia o fator hereditário mesmo

nos casos em que predominam as etiologias tipicamente ambientais. A angústia congênita constitui um dos exemplos fornecidos, podendo ser comprovada se “a mulher que reagiu a um único susto com uma neurose de angústia tiver antes desfrutado de uma *vita sexualis* normal” (Ibid., p. 129).

As investigações freudianas conduziram-no ao entendimento dos eventos ambientais como causas específicas das neuroses. Todavia, conforme acabamos de ver, as possibilidades das explicações com base hereditária não foram excluídas, em função da consideração multifatorial – responsável pela introdução da equação etiológica no processo de investigação. Freud ainda aponta que a metodologia investigativa, baseada em anamneses, torna a explicação etiológica ainda mais difícil, dado que muitos dos relatos não correspondem à realidade efetiva, obscurecendo muitas vezes a distinção entre a fantasia e a realidade⁶⁷. O procedimento investigativo psicanalítico, apesar de fornecer muitas evidências dos mecanismos de defesa em operação nas falas dos pacientes, também possui inconvenientes decorrentes dessas mesmas resistências. O resultado da crescente suspeita em torno da fidedignidade dos relatos dos pacientes desembocaria no abandono da teoria da sedução. Tal rejeição resulta, num primeiro momento, no enfraquecimento das hipóteses etiológicas empírico-ambientais e no fortalecimento das explicações hereditárias contra as quais Freud se opusera anteriormente.

A explicação etiológica da neurose histérica, antes do abandono da teoria da sedução, se baseava na postulação de fatores traumáticos relativos à cena de sedução sexual infantil, oferecendo, inclusive, as bases para diferenciações entre patologias – de modo que a histeria se diferenciava da neurose obsessiva em virtude da passividade ou atividade exercida na cena sexual infantil de caráter traumático⁶⁸. Freud postula como condição necessária à disposição neurótica a ocorrência de um modo particular de trauma em um momento específico da vida: “é preciso que esses *traumas sexuais correspondam à tenra infância (frühen Lindheit) (o período da vida anterior à puberdade), e seu conteúdo tenha que consistir em uma efetiva irritação dos genitais (processos semelhantes ao coito)”* (FREUD, 1896b, p. 164, grifos do autor). Nessa fase, a preponderância de fatores constitucionais é completamente minimizada, restringindo o escopo explanatório aos seus aspectos vivenciais e contingentes ocorridos durante a

⁶⁷ Tal procedimento, por exemplo, corria o risco de tomar como verdadeiros os inúmeros casos de partenogênese ou de sífilis em virgens, dada a quantidade de relatos fantasiosos e demais mecanismos de defesa que surgem na clínica terapêutica.

⁶⁸ Freud (1896b).

infância e a puberdade. A própria sexualidade infantil é entendida sob uma conotação passiva, de modo que as experiências de sedução infantil relacionadas às patologias neuróticas exercem influência traumática justamente em função do caráter meramente latente das experiências infantis⁶⁹. Na vigência da teoria da sedução a importância do fator ambiental atinge seu ápice, reduzindo o papel explanatório dos fatores constitucionais e, conseqüentemente, das determinações biológicas. Esse momento, contudo, foi efêmero. Com a desconfiança em relação a sua *neurotica* (teoria da sedução), evidenciada em carta a Fliess⁷⁰, Freud tem que encontrar um novo caminho que lhe permita explicar a etiologia e a escolha da neurose. A cena sexual traumática não precisa mais ser entendida como condição necessária dos sintomas nas psiconeuroses, pois a exigência dessa condição acarretaria, entre outros motivos⁷¹, na aceitação de um número consideravelmente grande de casos de sedução infantil, inclusive do próprio Freud – conforme ele constatou em sua autoanálise. Em um primeiro momento⁷², Freud não somente abandona a hipótese da cena real de sedução como pré-condição da neurose, mas também questiona o papel das experiências infantis como causas específicas da neurose. Essas mudanças o fazem relativizar o peso etiológico outorgado ao fator ambiental e reconsiderar o grau de importância da hipótese hereditária:

E, de imediato, quero confiar-lhe o grande segredo que pouco a pouco me foi transparecendo nas últimas semanas. Já não creio mais em minha *neurotica*. (...) Parece de novo discutível que são somente as vivências posteriores que estimulam as fantasias, que se remontam à infância; com isso o fator de uma predisposição hereditária recobra uma jurisdição que eu havia proposto reprimir (*verdrängen*) no interesse de um total esclarecimento da neurose (FREUD, 1950 [1892-99], p. 302).

A alternativa formulada pelo autor, obtida, entre outros meios, através de sua própria autoanálise, indicou como o fenômeno edípico em vias de formulação podia ser entendido como a chave para a compreensão das tendências que seriam consideradas universais:

⁶⁹ Embora Freud outorgue a escolha da neurose obsessiva em função do caráter ativo exercido na cena sexual traumática, ele atribui a atividade a alguma contingência externa, resguardando o caráter sexual das experiências infantis à condição meramente reativa (FREUD, 1896b, p. 166).

⁷⁰ Freud (1950 [1892-99], p. 301) – carta enviada em 21 de setembro de 1897. O anúncio público do abandono da teoria da sedução só se deu nos *Três Ensaios*: “Resulta evidente que não se requeira a sedução para despertar a vida sexual da criança, e que este despertar pode produzir-se também de forma espontânea a partir de causas internas” (FREUD, 1905a, p. 173).

⁷¹ Entre os outros motivos, Freud enumera os desapontamentos de sua própria autoanálise, a desistência de alguns pacientes cujo êxito terapêutico estava se dando com segurança, a ausência de melhoras significativas diante das interpretações fornecidas, a introdução de novas possibilidades interpretativas e a constatação de que no âmbito inconsciente a realidade não se distingue da fantasia (FREUD, 1950 [1892-99], p. 301).

⁷² *Ibid.*, p. 301.

Somente um pensamento de validade universal me tem ocorrido. Também em mim encontrei a paixão pela mãe e o ciúme em relação ao pai, e agora considero como um evento universal do início da infância, ainda que não tão precoce como nas crianças que se tornaram histéricas. (...) Sendo assim, podemos compreender o poder cativante de *Oedipus Rex*, que desafia todas as objeções que o intelecto eleva contra a premissa do oráculo, e compreende porque o posterior drama do destino devia fracassar miseravelmente (FREUD, 1950 [1892-99], p. 307).

Notemos como o caminho freudiano é sinuoso. A rejeição das hipóteses exclusivamente hereditárias, representadas por Charcot, exigiu inicialmente uma explicação da histeria baseada em fatores ambientais relevantes, não somente nos *agents provocateurs*. Contudo, a alternativa proposta, sob a hipótese de uma vivência real de sedução, tornou-se insustentável diante da quantidade de evidências contrárias que se acumularam. A rejeição da teoria da sedução em sua forma inicial restringiu a metodologia de pesquisa baseada na investigação de episódios sexuais reais e impôs complicações à formulação de uma teoria de cunho estritamente ambientalista. As explicações ambientais começaram a se mostrar infundadas, evidenciando características que poderiam ser atribuídas à constitucionalidade. O dilema que se apresenta a Freud admite uma saída: a despeito de explicações puramente acidentais ou puramente hereditárias, ele postula uma cooperação entre predisposições hereditárias e causas eliciadoras ambientais:

Não é fácil apreciar em sua proporção recíproca a eficácia dos fatores constitucionais e acidentais. Na teoria tende-se sempre a superestimar os primeiros; a prática terapêutica destaca importância aos últimos. Em nenhum caso se deveria esquecer que existe entre ambos uma relação de cooperação e não de exclusão. O fator constitucional tem que aguardar que certas vivências o coloquem em vigor; o acidental tem que apoiar-se na constituição para se tornar eficaz. Na maioria dos casos é possível imaginar uma série complementar, na qual as intensidades decrescentes de um fator são compensadas pelas crescentes do outro; porém, não há fundamento algum para negar a existência de casos extremos nos limites da série (FREUD, 1905a [parágrafo agregado em 1915], p. 211).

O abandono de sua *neurotica* e a investigação dos fatores ambientais potencialmente traumáticos faz com que Freud proponha algumas alternativas para explicar a escolha da neurose. Ele retira o peso que o fator ambiental exercia sobre o trauma e gradativamente desloca a ênfase do fato em si – a cena de sedução propriamente dita – para o papel que a fantasia (*Phantasie*) adquire na trama psíquica. A partir de então, o fator ambiental traumático não atua mais como condição necessária da neurose, abrindo espaço para considerações de ordem constitucional, mediadas pelo papel que a fantasia representava na gênese dos sintomas. O desvio de foco do

componente ambiental para o psicológico evidencia um momento importante na obra freudiana.

A superação da investigação exclusivamente comportamental faz com que Freud valorize ainda mais a importância dos aspectos inobserváveis responsáveis pelos sintomas neuróticos. A atenção se centra na relevância dos estágios de organização libidinal pré-genitais sobre a etiologia das neuroses e sobre o papel que esses estágios desempenham no psiquismo. Não se trata mais de descobrir os eventos ambientais traumáticos responsáveis por determinado sintoma, mas de investigar a constituição pré-genital e sua relação com as fantasias que revelam a etiologia das diferentes formações patológicas. Durante algum tempo, o autor atribui a escolha da neurose ao fator temporal: relacionado ou com o momento da defesa psicológica contra a revivescência da experiência traumática ou com o momento da cena infantil que adquire caráter traumático. Logo, a noção de trauma é relacionada não tanto com a magnitude do evento comportamental de sedução, mas sim com a recordação de uma cena que adquire um caráter sexual e traumático *a posteriori*. No entanto, uma explicação mais abrangente emerge em 1915, após as conceituações adicionadas aos *Três Ensaio*s, trabalho que trata das organizações pré-genitais da libido. Segundo Strachey (FREUD, 1913a), a novidade introduzida por Freud em 1915 foi a postulação da regularidade dos estágios libidinais pré-genitais, com a prevalência de cada respectivo componente pulsional. A proposta freudiana abre espaço para a generalização, buscada anteriormente via hereditariedade, sem precisar recorrer a fatores hereditários ocultos. Os sucessivos estágios libidinais, apesar de sua constitucionalidade, são explicados através da recorrência a aspectos ontogenéticos – como o conceito de apoio – em sua relação com os filogenéticos.

A partir dos textos *Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico* (1911) e do estudo sobre o caso Schreber – presente em *Apontamentos psicanalíticos sobre um caso de paranóia* (1911 [1910]) –, o autor passa a utilizar o conceito de fixação de sucessivos estágios libidinais e também o de regressão, teorizando sobre o modo de operação responsável pela escolha da neurose e vinculando cada tipo de neurose a uma confluência da regressão – função da intensidade de uma experiência potencialmente traumática adulta – e da fixação – função da intensidade das experiências libidinais infantis. A etiologia da neurose passa a ser encarada como resultado de séries complementares e sua respectiva escolha é entendida como consequência da fixação em determinado estágio libidinal de desenvolvimento, em

conjunção com o caráter regressivo causado pela magnitude do evento atual potencialmente traumático. Esses dois elementos desempenham papel complementar entre si, tendo em vista sua força relativa na série etiológica.

Em 1913, no texto *A predisposição à neurose obsessiva*, Freud ainda está formulando e procurando investigar os sucessivos estágios pré-genitais libidinais que permitem explicar a escolha de cada distúrbio específico. O conceito de fixação é entendido em termos de disposição, sendo tratado por Freud em função de uma “inibição de desenvolvimento” (FREUD, 1913a, p. 338) em determinado estágio libidinal. O autor ressalta que não cabe à psicanálise investigar os fatores responsáveis por esses distúrbios de desenvolvimento e que tal tarefa deve ser delegada “para a pesquisa biológica” (Ibid., p. 338). Ele remonta esse problema biológico ao trabalho de Fliess, “que tem revelado a significação de certos intervalos de tempo para a biologia” (Ibid., p. 338). Ainda, no mesmo texto, o autor procura apoio na biologia para justificar o estágio anal-sádico de organização libidinal como um correspondente a uma tendência passiva estabelecida biologicamente. Mas apesar de postular que a escolha da neurose depende fundamentalmente do caráter disposicional responsável pela fixação em cada respectivo estágio libidinal, Freud cita um caso em que a experiência fora determinante para uma mudança no ponto de fixação em direção a um ponto anterior: “temos aqui uma exceção – é verdade que, todavia, uma exceção discutível – a nossa proposição que declara que a escolha da neurose é independente da experiência” (FREUD, 1913a, p. 339).

Ao trabalhar com os sintomas da histeria e da neurose obsessiva, Freud distingue dois tipos, os quais ele denomina sintomas típicos e sintomas históricos, sendo que o conteúdo dos primeiros, em função de suas características gerais e presentes em um grande número de casos, não pode ser estritamente relacionado ao histórico psicológico dos sujeitos. Os sintomas históricos, por sua vez, adquirem sentido na trama investigativa, dado que revelam as conexões com maior nitidez em função de suas idiosincrasias. Ou seja, para Freud, o particular muitas vezes é mais revelador dos mecanismos psíquicos gerais do que o recorrente. Os sonhos típicos e sintomas típicos são menos reveladores das conexões etiológicas e vínculos associativos entre complexos de representações e transcendem o escopo explanatório das investigações ontogenéticas:

Podemos certamente esclarecer satisfatoriamente o sentido dos sintomas neuróticos individuais por sua referência à vivência, porém nossa capacidade nos deixa na incerteza a respeito dos sintomas típicos, muito mais frequentes. (...) Se os sintomas individuais dependem de modo tão inegável do vivenciar

do enfermo, para os sintomas típicos resta a possibilidade de que se remontem a um vivenciar típico em si mesmo, comum a todos os homens (FREUD, 1917 [1916-17], p. 248).

Podemos perceber como a distinção hereditário/adquirido recebe pesos relativos e diferenciados ao longo das propostas de Freud. Primeiramente, a distinção freudiana visa contrariar as postulações estanques da medicina, que atribuía excessivo peso às determinações constitucionais. Em seguida, a defesa dos fatores traumáticos ambientais já não se sustenta, o que culmina na formulação de estágios pré-genitais de organização libidinal, complexificando as oposições anteriores. À medida que a teoria avança, a distinção começa a se tornar tênue, uma vez que as categorizações freudianas não permitem mais pensar em determinações isoladas de um ou outro fator. A teoria da sedução, por exemplo, embora completamente abandonada em sua significação inicial, é retomada dentro desse contexto de permanente tensão entre vivências ambientais e fatores constitucionais. Ela passa a ser entendida como fantasia de sedução, adquirindo um estatuto originário, de cunho filogenético, conforme nos indicam Laplanche & Pontalis (1988a, p. 229): “Os fantasmas (fantasias) típicos encontrados pela psicanálise levam Freud a postular a existência de esquemas inconscientes que transcendem a vivência individual e que seriam hereditariamente transmitidos: as profantasias”. Porém, apesar de possuir uma fundamentação filogenética, as fantasias originárias freudianas não perdem seu apoio no terreno da realidade:

Na época em que o principal interesse se dirigia ao descobrimento de traumas sexuais infantis, quase todas as minhas pacientes mulheres relatavam que haviam sido seduzidas pelo pai. Ao fim tive que chegar à inteligência de que esses informes eram falsos, e assim compreendi que os sintomas históricos derivam de fantasias, não de episódios reais. Só mais tarde pude discernir nessa fantasia de sedução pelo pai a expressão do complexo de Édipo típico na mulher. E agora reencontramos a fantasia de sedução na pré-história pré-édipica da menina, porém a sedutora é em geral a mãe. Contudo, aqui a fantasia toca o terreno da realidade, pois foi efetivamente a mãe quem, à raiz de suas atividades do cuidado corporal, provocou sensações prazerosas nos genitais, e talvez até as despertou inicialmente (FREUD, 1933a [1932], p. 111).

A fala freudiana evidencia como o problema não se resume à simples polarização entre o hereditário e o ambiental. A relação de complementaridade entre os termos inviabiliza uma leitura unilateral. A vivência de sedução é uma vivência real, embora não possa ser mais pensada em sua significação original de sedução, tal como apresentada nos *Estudos sobre a histeria*. A vivência real passa a ser vista em sua relação com as fantasias, que adquirem cada vez mais uma fundamentação filogenética

no discurso freudiano. Na passagem anterior, em que Freud procura evidenciar os sentimentos ambivalentes da menina em relação à mãe, as explicações que se seguem são ilustrativas. Primeiramente, ele ressalta o fato de que as crianças acabam entrando no desmame muito precocemente, ilustrando um fator comportamental que contribui para o rancor da criança diante da mãe. Em seguida, defende que esse rancor, apesar de justificado, apareceria mesmo diante de uma amamentação mais prolongada, ressaltando a avidez insaciável da criança e uma acusação ‘infundada’ de desmame precoce. A arbitrariedade da causa banal remeteria, em última instância, ao complexo de castração, entendido em termos disposicionais, fazendo o autor retomar a ideia das séries complementares:

A respeito de muitas atitudes pulsionais patológicas – ou mesmo raras –, por exemplo, todas as perversões sexuais, cabe perguntar o quanto de sua intensidade deve atribuir-se às fixações da primeira infância e quanto ao influxo de vivências ou desenvolvimentos posteriores. Quase sempre se trata aqui de séries complementares como a que supusemos na elucidação da etiologia das neuroses. Ambos os fatores participam com proporções alternadas na causação; uma diminuição em um dos lados é compensada por um aumento no outro. O infantil é, em todos os casos, o que marca a direção, nem sempre é decisivo, embora o seja muito frequentemente (FREUD, 1933a [1932], p. 116).

As explicações ambientais entram em cena como explicações próximo-causais, como evidências dos fatores observáveis relacionados de algum modo com os sintomas neuróticos. Todavia, diante da multiplicidade de possíveis elementos ambientais, Freud nos remete às explicações último-causais, de caráter constitucional e filogenético. A explicação último-causal representa as condições de possibilidade dos sintomas neuróticos e conduz o autor a uma retomada do fator ambiental em sua dimensão filogenética. As explicações filogenéticas acabam reconduzindo a dinâmica psíquica à história biológico-funcional: “todas as compulsões internas que adquiriram vigência no desenvolvimento do homem foram, na origem, isto é, na história da humanidade, somente compulsões externas” (FREUD, 1915c, p. 284). Nesse caso, mesmo diante do crescente peso da constitucionalidade, o autor não abandona o domínio da experiência, apenas desloca a explicação do nível ontogenético para o filogenético, ainda que este seja formulado no âmbito puramente especulativo. Freud aponta para a “probabilidade de em períodos pré-históricos do desenvolvimento humano as restrições internas terem surgido de obstáculos externos” (FREUD, 1917 [1916-17], p. 319). Mais uma vez se torna visível a hierarquia explanatória. Primeiramente, uma tentativa de explicação próximo-causal, através do rastreamento das condições ambientais. Em seguida, a

explicação último-causal desempenha papel complementar, a fim de satisfazer as exigências de generalização perante a insuficiência dos dados ambientais. Nesse sentido, para Laplanche & Pontalis, a teoria da sedução resiste às evidências empíricas contrárias através de um alicerce biológico filogenético que sustenta seu caráter de realidade evidenciado por meio das fantasias correspondentes:

Se esta segunda possibilidade [a da hereditariedade] – sobre a qual Freud confessa tê-la sempre recalado – recupera terreno, é porque, na verdade, a busca do evento originário redundou num impasse; mas também é porque Freud, nesse momento de confusão, não consegue desprender-se do que existe de positivo na teoria da sedução, para além do realismo do evento datável. Se o evento se esquivava, então o outro termo da alternativa – a constituição – é reabilitado. Pois se o real, numa de suas modalidades, falta e revela não passar de ficção, cumpre buscar alhures um real que sirva de alicerce para essa ficção (LAPLANCHE & PONTALIS, 1988b, p. 37).

As séries complementares freudianas também permitem vislumbrar a crescente complexidade da teoria e a rejeição de dicotomias preestabelecidas. A equação etiológica, por exemplo, nos textos da última década do século XIX (FREUD, 1895, 1896a), tratava do componente disposicional em sua dimensão predominantemente hereditária. No entanto, essa distinção se tornara cada vez menos rígida:

Nesta atividade sexual dos primeiros anos infantis, também a constituição congênita pôde enfim retomar seus direitos. Disposição e vivência se enlaçaram aqui em uma unidade etiológica inseparável; com efeito, a disposição elevava à condição de traumas desencadeadores e fixadores impressões que de outro modo haveriam sido inteiramente triviais e ineficazes, enquanto que as vivências despertavam na disposição certos fatores que, sem elas, poderiam ter permanecido muito tempo adormecidos e talvez nem se desenvolvessem (FREUD, 1914c, p. 17).

A introdução do conceito de séries complementares constitui a síntese das formulações anteriores e a solução freudiana para a transposição de qualquer oposição entre as determinações herdadas e ambientais. Na *22ª Conferência de Introdução à Psicanálise* (1917 [1916-17]), ao expor pela primeira vez seu conceito de séries complementares, Freud passa a considerar a pré-disposição (*Disposition*) não mais somente como fator hereditário e constitucional, mas como resultado das causas hereditárias (*Anlage*) e das adquiridas na tenra infância⁷³. A teorização em torno dos estágios de organização libidinal pré-genitais permite explicar não somente a escolha da neurose com base nos diferentes estágios, mas também a complementaridade existente

⁷³ Tal terminologia freudiana tende a seguir essa linha interpretativa, embora em alguns momentos (FREUD, 1939 [1934-38], p. 94; 1940a [1938], p. 183) o autor ainda trate as predisposições (*Dispositionen*) sob um viés explicitamente constitucional e hereditário.

A partir dessas considerações, a conclusão não poderia deixar de ser outra:

Aproveito a oportunidade para dissuadi-los de tomarem partido em uma disputa desnecessária. No cultivo da ciência há um expediente muito utilizado: se escolhe uma parte da verdade, se situa no lugar do todo e, por causa dela, se coloca em dúvida todo o restante, que não é menos verdadeiro. (...) São as neuroses doenças exógenas ou endógenas? São elas o resultado inevitável de certa constituição ou o produto de determinadas experiências de vida prejudiciais (traumáticas)? (...) Esse dilema não me parece, em seu conjunto, mais sensato do que outro que eu poderia apresentar-lhes: um bebê surge por ter sido gerado por seu pai, ou por ter sido concebido por sua mãe? As duas condições são igualmente indispensáveis, responderão os senhores. Na causação das neuroses a situação é, se não idêntica, pelo menos parecida (FREUD, 1917 [1916-17], p. 315).

Freud recusa tomar partido nessa disputa porque sua posição é multifatorial. Mas a intenção aqui é clara: reforçar a defesa de que a etiologia das neuroses deve ser rastreada no processo de constituição das relações libidinais. Nesse sentido, o vivenciar traumático, embora potencialmente relevante, perde importância no processo investigativo, dado que o autor pode “conceder um peso maior aos fatores predisponentes”, mas não sem alertar que tal escolha depende “de até que ponto querem estender as fronteiras da neurose” (FREUD, 1917 [1916-17], p. 316). A escolha da neurose, e mesmo a determinação para a escolha entre um quadro histérico e a demência precoce, é fundamentada por meio da atribuição constitucional, conforme o conceito é entendido nesse novo contexto: “a razão não pode estar senão em uma diversidade da disposição (constitucional)” (Ibid., p. 383).

A recusa freudiana da escolha unilateral entre o herdado e o adquirido pode ser rastreada desde seus primeiros escritos. Um exemplo pode ser encontrado no tratamento da inversão da escolha de objeto sexual (homossexualidade) realizado nos *Três Ensaio*s. Primeiramente, ele analisa os argumentos a favor de uma posição adquirida do fenômeno da inversão. De acordo com essa posição, a inversão pode ser explicada mediante a recondução aos fatores ambientais responsáveis pela escolha de objeto, representados usualmente por uma influência sexual prematura específica. Segundo essa concepção, é possível verificar condições favorecedoras da inversão sexual em diversos contextos propícios, como em ambientes com predomínio de convivência de pessoas do mesmo sexo – guerras, presídios, ambientes celibatários, etc. Por fim, os diversos casos de interrupção da inversão sexual por meio da técnica da hipnose evidenciam seu caráter aprendido. Mesmo diante dessa série de argumentos favoráveis, Freud rejeita as concepções exclusivamente ambientalistas:

Não obstante, a certeza que assim parece ter se adquirido cessa por uma observação contrária: muitas pessoas estão submetidas a essas mesmas influências sexuais (mesmo na tenra juventude: sedução, onanismo mútuo), sem por isso converterem-se em invertidas ou permanecer como tais. Assim, nos vemos levados a esta conjectura: a alternativa inato-adquirido é incompleta, ou não abarca todas as situações que a inversão abarca. (...) A hipótese de que a inversão é inata não explica sua natureza, como não a explica a hipótese de que é adquirida. No primeiro caso, é preciso apontar o que é nela inato; do contrário recairíamos em uma explicação mais tosca, a saber, que uma pessoa traz consigo, inato, o enlace da pulsão sexual com um objeto sexual determinado. No outro caso, cabe perguntar se as múltiplas influências acidentais dão conta de explicar a aquisição sem a necessária solicitação (*Entgegenkommen*) de algo que existiria no indivíduo. Segundo nossos apontamentos anteriores, não é lícito negar esse último fator (FREUD, 1905a, p. 128).

A concepção inatista não pode explicar, entre outros fatores, os vínculos de uma pulsão sexual com seu objeto, dado que o objeto da pulsão é extremamente contingente, não admitindo uma determinação genética baseada em vínculos objetivos preestabelecidos. A pulsão sexual, em sua gênese – diferentemente da fome, por exemplo –, é completamente autônoma em relação a seu objeto e alvo, não se vinculando a eles exclusivamente em função de sua finalidade biológica. Os vínculos objetivos devem ser explicados através do recurso histórico-psicológico, conduzindo a explicação aos seus constituintes ambientais e vivências infantis. Em contrapartida, a abordagem estritamente ambientalista não esclarece como pessoas sujeitas às mesmas influências sexuais e ambientais desempenham comportamentos sexuais distintos, necessitando de algum tipo de investigação acerca de tendências e impulsos inatos. Freud acentua que a confusão entre fatores psicológicos e biológicos não contribui para a solução do problema. Os casos de hermafroditismo (anatômico) e de inversão homossexual (psicológica) devem ser tratados de forma independente, sendo contingente a relação entre os dois, uma vez que envolvem uma série de condições hereditárias e ambientais. Ele questiona a tese de que a bissexualidade psíquica esteja fundamentada no hermafroditismo biológico: “a inversão e o hermafroditismo somático são, em linhas gerais, independentes entre si” (FREUD, 1905a, p. 129). Apesar dessa constatação, o autor não deixa de afirmar: “na inversão, intervém de algum modo uma disposição bissexual, embora não saibamos em que consiste essa disposição além da formação anatômica” (Ibid., p. 131). A recusa da biologia aqui, novamente, é uma recusa de um tipo específico de biologia que vincula aspectos anatômicos às determinações psicológicas, embora admita espaço para introdução de fundamentações acerca da bissexualidade em seu aspecto anatômico.

Freud aponta para as insuficiências na adoção de alternativas excludentes. O fenômeno, segundo ele, possui uma causalidade múltipla, evidenciando uma concepção epistêmica que se manterá durante toda sua obra. Parafraseando Sherwood (1969, p. 173), podemos dizer que para Freud as determinações são complexas, uma vez que são constituídas por um conjunto de fatores, e múltiplas, entendendo que podem ser constituídas de vários possíveis conjuntos distintos de condições suficientes. Ademais, os fenômenos tidos como causais ainda variam em sua magnitude quantitativa e relevância no quadro das séries complementares.

O inventor da psicanálise parece sempre transitar na tênue fronteira das explicações psicológicas e fundamentações biológicas. Em nosso exemplo, ele se refere à fundamentação anatômica da bissexualidade – com base em estudos anatômicos, como os de Krafft-Ebing e Chevalier – para comprovar a sua universalidade. Ao mesmo tempo, em virtude dessa universalidade, Freud atribui a inversão homossexual psicológica a outros fatores não anatômicos. Sua tentativa de se desvincular da anatomia e se acercar de hipóteses psicológicas não o impede de considerá-la. Ao contrário, ele procura explicitar como esse modelo é insuficiente, concluindo: “substituir o problema psicológico pelo anatômico é tanto ocioso como injustificado” (FREUD, 1905a, p. 130). Similarmente, a análise do sadismo, embora prioritariamente psicológica, não deixa de considerar seu “valor biológico que talvez resida na necessidade de vencer a resistência do objeto sexual de outra maneira que mediante o ato de cortejar” (Ibid., p. 143). Mas o autor recusa certa concepção biologizante moralista que atribui à degeneração nervosa todo e qualquer tipo de desvio, como no caso da inversão homossexual. Ele também conduz para o âmbito psicológico a diferenciação que antes era atribuída à biologia, pois os fatores fisiológicos não permitem traçar uma fronteira nítida entre o âmbito do normal e do patológico. Freud procura demonstrar que os argumentos pretensamente biológicos não são baseados em premissas fisiológicas, mas arbitrárias:

No campo da vida sexual, justamente, se tropeça com dificuldades peculiares, e realmente insolúveis no momento, quando se pretende traçar uma fronteira nítida entre o que é mera variação dentro da amplitude fisiológica e os sintomas patológicos (Ibid., p. 146).

A patologia deve ser considerada em sua dimensão psicológica mais que no seu aspecto anatômico. Como visto anteriormente, a biologia na qual Freud se apoia não identifica, desde *Sobre a Afasia* (1891), uma leitura biológico-funcional do psiquismo com uma investigação puramente anatômica.

Podemos concluir que a série complementar freudiana fornece o paradigma ideal para a formulação de conceitos e mecanismos de funcionamento do psiquismo que permitem tanto uma abordagem teórica, biológica e generalizante quanto uma abordagem do acidental, psicológico e particular. Nesse sentido, o autor antecipa estudos multidisciplinares que procuram lidar com a complexidade do quadro etiológico⁷⁴:

Em casos distintos de neuroses as proporções podem variar nisto; em um momento, o decisivo será a força inata da inclinação perversa, em outro, seu acréscimo colateral por retração da libido em relação à meta e ao objeto sexual normais. Seria errôneo supor uma oposição onde existe de fato um nexo de cooperação. A neurose obterá sempre seus máximos êxitos quando a constituição e o vivenciar cooperarem no mesmo sentido. Uma constituição pronunciada poderá talvez prescindir do apoio de impressões provenientes da vida, e talvez uma comoção vital provocará a neurose ainda em uma constituição comum. Ademais, esses pontos de vista valem igualmente em outros campos que tratam da relevância etiológica do inato e do acidentalmente vivenciado (FREUD, 1905a, p. 155).

Além de fornecer o modelo de explicação que concilia o biológico e herdado com o acidental e vivenciado, Freud também avança no entendimento da relação entre a prática clínica e a teoria metapsicológica, dado que esses dois domínios acabam representando, respectivamente, a investigação histórico-psicológica de fatores etiológicos e a formulação generalizante acerca dos mecanismos e estruturas psicológicas que sustentam a investigação etiológica.

As considerações constitucionais, por sua vez, encontram uma fundamentação cada vez mais ambientalista-filogenética, levando em conta os fatores constitucionais sem perder de vista a perspectiva histórica, de modo a ultrapassar o domínio da história individual na explicação dos fenômenos psicológicos e incluir as explicações funcionais com fundamentações filogenéticas. Freud constitui uma disciplina que considera ao mesmo tempo os fatores ambientais e os biológicos. Seu trabalho se dá por meio da tentativa de explicação da gênese funcional dos sucessivos estágios de organização libidinal e suas supostas significações na história da humanidade. Nesse sentido, o autor se contrapõe às abordagens contemporâneas exclusivamente geneticistas ou excessivamente ambientalistas:

Notem que aqui [em relação à capacidade para contrair uma neurose] o fator constitucional recupera direitos que, ademais, nunca quisemos combater. Somente nos colocamos em guarda quando alguém pretende, para sustentar

⁷⁴ Winograd et al. (2007) apontam uma série de estudos contemporâneos que relacionam fatores genéticos, ambientais infantis e ambientais da vida adulta com a ocorrência de distúrbios neuróticos.

esse direito, descuidar de todo o restante e introduzir o fator constitucional ali onde, segundo os resultados conjugados da observação e da análise, não é pertinente ou deve ser computado em último lugar (FREUD, 1917 [1916-17], p. 372).

A limitação em relação à abordagem hereditária possui uma justificativa clara:

Onde há espaço para uma intervenção terapêutica? Temos, em primeiro lugar, a disposição hereditária; não falamos muito sobre ela, pois é energicamente destacada por outros, e nós não temos nada novo que dizer a respeito. Porém não creiam que a menosprezamos; justamente na qualidade de terapeutas sentimos seu poder com suficiente clareza (Ibid., p. 392).

Podemos concluir, portanto, que Freud não recusa em momento algum a biologia como fundamentação última dos fenômenos psíquicos, embora ela exerça um papel bem menos preponderante durante o processo de investigação psicológica. Ou, em outras palavras, é possível afirmar que a biologia exercia um papel mais relevante na fundamentação e alicerce teórico do que na coleta de dados que sustentam as hipóteses psicológicas:

Em verdade [as neuroses] são afecções graves, constitucionalmente fixadas, que raras vezes se limitam a uns poucos ataques e quase sempre duram largos períodos ou toda a vida. A experiência analítica de que é possível exercer vasta influência apoderando-se das ocasiões históricas da enfermidade e dos fatores acidentais concorrentes nos induziu a descuidar do fator constitucional na práxis terapêutica; é certo que, de qualquer maneira, não teríamos como fazê-lo, mas na teoria deveríamos considerá-lo sempre (FREUD, 1933a [1932], p. 142).

Embora as interpretações sobre as diferentes biologias freudianas sejam passíveis de controvérsias, procuramos mostrar que as posturas aparentemente ambíguas de Freud não devem ser tomadas como indício de contradição da teoria. Ao contrário, suas posições demonstram como o autor não partilhava de leituras simplistas em torno das determinações biológicas e culturais. Tal postura também fora encontrada em muitos autores, como Charles Darwin, que certamente se encontrava entre os que mais exerceram impacto nas concepções freudianas acerca da relação entre biologia e ambiente.

2.6 As influências de Darwin sobre Freud

A aparente ambiguidade freudiana diante de enunciados biológicos parece não ter sido a mesma quando o autor tratou das considerações evolucionárias na abordagem de explicações último-causais para os fenômenos psíquicos. Ao contrário das recusas de explicações anatômicas ou fisiológicas, Freud se manteve fiel a uma fundamentação genealógica ao longo de sua obra, com um predomínio cada vez maior das hipóteses histórico-filogenéticas de orientação darwinista. O papel que a teoria evolucionária de Charles Darwin exercera sobre o criador da psicanálise contribuiu decisivamente para a constituição da disciplina como um todo, tendo inclusive determinado sua decisão de cursar medicina: “a doutrina de Darwin, recente naquele tempo, me atraiu poderosamente porque prometia um extraordinário avanço na compreensão do universo” (FREUD, 1925a [1924], p. 08). A influência de Darwin pode ser observada não somente nas citações explícitas em que Freud recorre ao autor, mas também nas formulações psicanalíticas marcadamente evolucionárias. Rapaport & Gill (1959) ressaltam que a metapsicologia freudiana incluiu, além dos pontos de vista tópico, dinâmico e econômico, os pontos marcadamente evolucionários, tomados como genéticos e adaptativos⁷⁵.

Além da contribuição teórica evolucionária, talvez a maior contribuição de Darwin à teoria freudiana tenha sido epistemológica, encontrada na metodologia investigativa e na forma como as explicações dos fenômenos naturais eram fornecidas. A influência sobre Freud se deu tanto diretamente, através da leitura dos trabalhos de Darwin, como indiretamente, por meio do contato do autor com eminentes darwinistas – como seu professor e orientador, o biólogo Carl Claus, que pouco antes de dar aulas de evolucionismo ao jovem Sigmund fora recebido por Darwin em sua própria casa. Não por acaso, Freud se inscrevera na matéria eletiva de Claus sobre ‘Biologia e Darwinismo’ e também afirmara, numa clara referência à viagem do Beagle de Darwin, que seu maior desejo seria ter “um laboratório e tempo livre (...) ou um navio no oceano com todos os instrumentos que o pesquisador precisa” (FREUD *apud* GAY, 1988, p. 26). Em 1875, ainda no quarto semestre do curso de medicina, Freud trocara a disciplina

⁷⁵ O ponto de vista genético procura reconduzir os fenômenos psicológicos a sua gênese ontogenética e filogenética. O ponto de vista adaptativo busca compreender o caráter adaptativo responsável pela emergência e fixação de conjuntos de fenômenos considerados recorrentes na espécie humana.

de zoologia para estudantes de medicina e se matriculara na de zoologia ofertada por Claus, troca que lhe permitiu um deslocamento do enfoque médico para o biológico.

O biólogo, morfologista e naturalista alemão Ernest Haeckel, tradutor de Darwin e grande responsável pela difusão do darwinismo no cenário germânico, também foi influência fundamental à formação evolucionista freudiana. Sigmund lera uma conferência proferida por Haeckel no colegial e simpatizara com ideias tais como a teoria da recapitulação, ou lei biogenética fundamental, que afirmava ser a história de desenvolvimento individual uma repetição dos mesmos caminhos trilhados pela história das espécies⁷⁶. A estreita correlação existente entre a ontogenia e a filogenia defendida por Haeckel ganhou notoriedade a partir de sua adesão e difusão fervorosa do darwinismo⁷⁷. A lei biogenética darwinista⁷⁸ proclamada por Haeckel e adotada por Freud possuía a vantagem da argumentação supostamente empírica para a validação das hipóteses psicológicas freudianas. Cabe ressaltar que tal lei se baseava em um procedimento muito utilizado por Freud: o uso de analogias, nesse caso a analogia entre o desenvolvimento filogenético e o ontogenético como meio de explicação dos fenômenos estudados. Outra característica, a abordagem histórica, tão cara a Freud, fora proclamada por Haeckel como a principal contribuição de Darwin à ciência biológica. Por fim, cabe ressaltar que tanto Freud como Haeckel tinham grande apreço pelas contribuições de Copérnico e Darwin, tomando-os como empreendedores de golpes mortais em visões de mundo preestabelecidas.

As mais de vinte referências freudianas⁷⁹ a Darwin constituem prova inegável da presença do pensador da evolução em sua obra, tanto que Freud considerava *A descendência do Homem* como um dos dez livros mais significativos da história. Para o psicanalista, o defensor da seleção natural era “o grande Darwin” (FREUD, 1901b

⁷⁶ Sendo assim, as guelras observadas nos fetos humanos poderiam ser consideradas como recapitulações de um período de desenvolvimento filogenético linear, reproduzindo, na escala ontogenética, o desenvolvimento das guelras dos peixes.

⁷⁷ A história de constituição e superação da lei biogenética fundamental por parte das ciências biológicas é examinada por Gould (1977), inclusive citando os autores que adotaram tal postulado em suas teorias, como Freud e Jung. Gould ressalta que a analogia entre desenvolvimento da história e do indivíduo já pode ser encontrada desde Aristóteles e se apresenta em várias teorias biológicas, geológicas e culturalistas da modernidade. Apesar de criticar a lei biogenética tal como proposta por Haeckel, ele defende que a teoria do embriologista von Baer, formulada na mesma época, se aproxima mais das concepções contemporâneas ao postular a repetição de traços do desenvolvimento embrionário em espécies com ancestrais comuns.

⁷⁸ Sobre a ‘paternidade’ da teoria da recapitulação, Winograd (2007, p. 79) indica: “Roudinesco & Plon (1997) ressaltam o fato de que embora Haeckel seja o inventor das noções de ecologia, filogênese e ontogênese, na verdade, ele não é o autor da lei da recapitulação que lhe é geralmente atribuída. Na realidade, os prolegômenos desta lei são apresentados pelo próprio Darwin no capítulo XIII de *A Origem das Espécies*, cabendo a Haeckel o mérito de tê-la elaborado de modo mais aprofundado”.

⁷⁹ Ao todo, são treze citações explícitas de Freud a Darwin, segundo Petrucci (2004), e mais de vinte citações, segundo Ritvo (1992). A contagem de Petrucci corresponde às referências diretas das *Obras Completas* e a de Ritvo inclui algumas correspondências e referências indiretas.

[parágrafo agregado em 1912], p. 147), sempre considerado por ele como um modelo a ser seguido.

Um dos principais fatores responsáveis pelo fascínio diante da teoria darwinista é explicitado por Freud:

A segunda [afronta ao amor próprio da humanidade] foi dada quando a investigação biológica reduziu a nada o suposto privilégio que se havia conferido ao homem na criação, demonstrando que provinha do reino animal e possuía uma inextirpável natureza animal. Essa subversão se consumou em nossos dias sob a influência de Darwin, Wallace e seus predecessores, embora não sem a mais feroz oposição dos contemporâneos (FREUD, 1917 [1916-1917], p. 260).

A segunda ferida narcísica imposta à humanidade por Darwin contribuiu para a posição freudiana diante das influências biológicas nos processos psíquicos. O golpe biológico, precedido pelo cosmológico copernicano e antecessor do psicológico freudiano, ajudou a retirar o homem de sua “megalomania” (Ibid., p. 260). Tal golpe, ao demolir a “barreira separatória que a arrogância havia erigido entre o homem e o animal” (FREUD, 1925b [1924], p. 234), auxiliou na tentativa freudiana de constituição da psicanálise como uma ciência natural. As distinções pretensamente insuperáveis requeridas para delimitação do domínio propriamente humano foram fortemente abaladas com a teoria da evolução darwinista, motivo pelo qual esta gerou forte oposição por parte de correntes vitalistas e religiosas. As hipóteses fundamentais de Darwin também permitiram a superação de hipóteses metafísicas através da explicação da evolução por meio de fatores puramente naturais. O fato de se constituir como uma teoria com base hipotética e não experimental não diminuía, de acordo com Darwin, seu caráter científico: “Ninguém nega hoje em dia as pesquisas e resultados desse elemento desconhecido de atração, não obstante Leibniz ter acusado Newton de introduzir fatores e milagres ocultos na filosofia” (DARWIN *apud* HUXLEY, 1955, p. 83).

O grande êxito proporcionado pelas hipóteses darwinistas na explicação dos fenômenos naturais serviu como motivação para as conjecturas de Freud, uma vez que ele também tratava com fenômenos históricos não passíveis de replicação experimental. Ademais, o pensamento freudiano, imerso no cenário científico naturalista de sua época, também foi influenciado indiretamente pela revolução darwinista. Freud se deparou com livros de muitos adeptos do evolucionismo de Darwin, como Gegenbauer, F. Müller, Leuckart e Wilhelm Wundt. Nesse sentido, podemos encontrar nos antecessores de Freud a mesma admiração que este tinha pelo naturalista britânico. Du-Bois-Reymond, por exemplo, trata Darwin como o autor do “golpe sem comparação com

qualquer outro visto na história da ciência, há muito preparado e ainda assim tão súbito” (DU-BOIS-REYMOND *apud* RITVO, 1992, p. 51).

É digno de nota lembrar que Darwin também desenvolveu importantes trabalhos psicológicos, tratando de temas muito caros a Freud, como os processos mentais inconscientes, conflitos psicológicos, psicopatologia, psicologia da vida cotidiana, sonhos, moralidade e crença religiosa. Ele chegou inclusive a defender a intersecção dos domínios biológicos e psicológicos, tamanha foi a importância outorgada aos estudos evolucionários na compreensão dos comportamentos humanos: “no futuro distante, vejo campos abertos para pesquisas muito mais importantes. A psicologia se baseará em um novo fundamento, o da necessária aquisição gradativa de cada faculdade e capacidades mentais” (DARWIN *apud* RITVO, 1992, p. 35).

Embora Darwin se preocupasse prioritariamente com o aspecto filogenético-histórico de aquisição das diferentes capacidades humanas, é inegável a proximidade de ideias em alguns temas psicológicos. Ele inclusive defendeu a herança de caracteres adquiridos que muitas vezes é atribuída à suposta influência de Lamarck sobre Freud⁸⁰:

Nós podemos deixar de suspeitar que os medos vagos, mas muito reais da infância, os quais são muito independentes da experiência, são os efeitos herdados de perigos reais e superstições abjetas durante antigos tempos selvagens? Isto é muito condizente com o que conhecemos da transmissão de caracteres anteriores, que eles devem aparecer (nos descendentes) em um período inicial da vida, e mais tarde desaparecer (DARWIN, 1877, p. 288).

Autores como Sulloway, Ritvo e Horgan realizaram estudos identificando os paralelos entre a psicanálise freudiana e as teorias psicológicas darwinistas:

Na realidade, os psicólogos evolucionistas têm mais em comum com os freudianos do que em geral se dispõem a admitir. Ambos acham que o sexo é a chave para a psique humana. Ambos consideram homens e mulheres fundamentalmente diferentes e, em certos aspectos, incompatíveis. Ambos compartilham uma visão essencialmente trágica da natureza humana: a vida é

⁸⁰ A alegada influência de Lamarck sobre Freud tem sido erroneamente atribuída à lei do uso e desuso, ou herança de caracteres adquiridos. Conforme salienta Ritvo (1992, p. 48), essa noção se encontra presente também nos escritos de Darwin, sendo uma crença popular muito antes das conceituações lamarckistas e pouco contestada até o final do século XIX. Segundo Barbosa & Santos (2005), foi Weissman, um dos discípulos de Darwin, quem realizou objeções severas à herança de caracteres adquiridos. A diferença entre Darwin e Lamarck reside na ênfase dada à lei do uso e desuso na explicação da evolução. Lamarck enfatizou tal fator muito mais que Darwin. A principal diferença entre as duas teorias não é esta. O que Darwin negava na teoria lamarckista era a adaptação a partir da lenta disposição dos animais, ou o que ele chamava de força ortogenética interior – a lei do desenvolvimento progressivo que conduzia à perfeição animal no percurso da escala vital, revelando uma teoria da evolução transformacional. Darwin introduziu o princípio da seleção natural na luta da existência, construindo uma teoria variacional. Freud associava a Darwin, mais do que a Lamarck, a lei do uso e desuso, e, conforme aponta Delouya (1992), foi Spencer quem influenciou a concepção freudiana de que a herança de caracteres adquiridos também poderia ser atribuída aos conteúdos mnêmicos. A associação com Lamarck pode ser remetida ao entendimento da evolução ou adaptação pela vontade ou volição e não fora identificada na obra freudiana antes de 1916. A influência de Darwin, ao contrário, esteve presente em toda a obra.

uma luta e a felicidade é fugaz, isso quando é atingida. Ambos têm uma clara noção dos limites de nossa racionalidade e do poder de nossos instintos. (...) O inconsciente, na psicologia evolucionista, assoma tão amplo quanto na psicanálise. Como o Isso freudiano, os genes egoístas dos darwinistas nos motivam de maneiras que, para nós, em geral, passam despercebidas (HORGAN, 2002, p. 250).

A lista de autores que defendem os paralelos temáticos entre Freud e a biologia evolucionária tem se tornado cada vez maior. Malcolm Owen Slavin & Daniel Kriegman (1992), por exemplo, demonstram como as teorias freudianas estavam imersas em um paradigma evolucionista que procurava enquadrar os processos psíquicos em seu processo de modelagem histórico-evolutivo mediante pressões seletivas sociais. Os autores procuram ilustrar um modo de aplicação do pensamento evolucionário contemporâneo à psicanálise, bem como levantar questões dentro desse panorama a fim de contribuir para uma superação de alguns embates existentes entre correntes clássicas da teoria pulsional (Klein, psicologia do ego, entre outras) e correntes relacionais (Winnicott e Kohut).

Darwin também efetuou estudos e conjecturas acerca das respostas infantis e dos padrões filogeneticamente herdados de reações emocionais. O texto *A Biographical Sketch of an Infant* (1877) procura traçar as explicações para uma grande gama de fenômenos observados na infância, tais como desenvolvimento motor, emotivo, moral e intelectual. Este e outros estudos da psicologia infantil chegaram a Freud através do intermédio de vários autores, como o biólogo George John Romanes, que publicou muitos dos manuscritos inéditos de Darwin após sua morte. Romanes também formulou estudos próprios, como o *Evolution in Man* (1888), lido por Freud por volta de 1895, que tratava das relações evolucionárias entre linguagem e pensamento. Darwin ainda defendera⁸¹, entre outras ideias, a emergência de experiências de caráter sexual na primeira infância, tese que exercera papel primordial na teoria psicanalítica, sendo inclusive relacionada à explicação filogenética freudiana de algumas fobias:

Assim, a maioria entre nós experimenta um sentimento de repugnância se nos deparamos com uma cobra. A fobia às cobras, poderíamos dizer, é comum a todos os homens. Charles Darwin [1890] descreveu, de modo muito impressionante, sua angústia irrefreável de uma cobra que avançou sobre ele, embora soubesse que estava protegido dela por um grosso vidro (FREUD, 1917 [1916-17], p. 363).

⁸¹ Darwin (1877, p. 288).

Mesmo nos primeiros textos propriamente psicanalíticos, como *Estudos sobre a histeria*, Freud já recorria ao livro *A Expressão das Emoções*, de Darwin, a fim de fundamentar teoricamente suas observações. No texto em questão, o psicanalista se apoia no evolucionista para explicar os maneirismos encontrados nos comportamentos histéricos, tomando de empréstimo os princípios de derivação da excitação e de hábito associado útil. Seguindo as hipóteses darwinistas, Freud pôde explicar os sintomas conversivos através de seu vínculo biológico, de modo que estes foram reconduzidos às significações psicológicas por meio das inervações e funcionalidades somáticas. As significações psicológicas são entendidas, nesse contexto, como originariamente derivadas das significações biológico-funcionais que lhes deram origem:

Todas essas sensações e inervações pertencem à ‘expressão das emoções’, que, como nos ensinou Darwin, consiste em operações que em sua origem possuíam um significado e serviam a um fim. Por mais que hoje se encontrem, na maioria dos casos, debilitadas a ponto tal que sua expressão linguística nos pareça uma figuração, é muito provável que tudo isto tenha sido um dia tomado em seu sentido literal, e a histeria acerta quando restabelece para suas inervações mais intensas o sentido originário da palavra. E até pode ser incorreto dizer que se criam essas sensações através da simbolização; é possível que ela não tome o uso da língua como arquétipo, mas que ambas extraiam seu material de uma fonte comum (FREUD, 1893-95, p. 193).

A passagem evidencia como Freud não hesita em tratar simultaneamente de significações biológicas e psicológicas. Ele questiona se a genealogia da expressão linguística não pode ser remetida diretamente a sua funcionalidade biológica, em vez de ser entendida unicamente como um modo de figuração linguística. O princípio de extravasamento da excitação é utilizado pelo autor tanto para explicar os sintomas histéricos como para explicar o abanar de caudas de um cão. Tal princípio, defendido por Darwin em *A Expressão das Emoções*, é amplamente utilizado por Freud ao tratar da manifestação corpórea de um sentimento que ultrapassa certo limiar quantitativo: “um transbordamento da força nervosa não orientada para alguma motivação manifestamente tomará primeiro os caminhos mais habituais; e se estes não forem suficientes, a seguir transbordará para os menos habituais” (DARWIN, 1973 [1872], p. 09).

Freud utiliza um exemplo de Darwin, retirado da observação de animais, para explicar os modos involuntários pelos quais se dão os caminhos preferenciais de inervação e descarga nervosa. Mas o autor aproveita tal explicação darwinista etológica para fornecer outra, humana, que lhe seria análoga:

Recordamos vivamente um dos princípios formulados por Darwin para explicar o movimento expressivo: o da 'derivação da excitação' mediante o qual, por exemplo, os cães abanam as caudas. Todos nós substituímos desse modo, por uma inervação motora de outra índole, o grito que daríamos em função de estímulos dolorosos. Alguém que se propõe manter cabeça e boca quietas frente ao dentista e abster-se de intervir com as mãos, começará pelo menos a bater com os pés (FREUD, 1893-95, p. 110).

Apesar de Darwin reconhecer a derivação da excitação como uma lei geral formulada por Herbert Spencer, Freud a trata como uma explicação darwinista no tratamento dos fenômenos motores involuntários de Frau Emmy von N.⁸². O autor posteriormente desenvolverá o princípio de constância com base nessas considerações quantitativas, em que o aparelho psíquico tende a eliminar as quantidades excessivas a fim de manter o nível de excitação constante, sendo tal tendência geral do aparelho derivada do princípio darwinista de transbordamento da excitação excessiva.

Outro princípio darwinista, o do hábito associado útil, é comparado por Ritvo (1992) com a concepção hierárquica de Hughlings Jackson – que, como já vimos, serviu como base para a concepção freudiana de regressão e para o tratamento do funcionamento psíquico através de estágios de tramitação libidinal:

Algumas ações comumente associadas através do hábito com certos estados da mente podem ser parcialmente reprimidas através da vontade, e nesses casos os músculos que estão menos sob o controle separado da vontade são os que têm mais probabilidade de atuar, causando movimentos que reconhecemos como expressivos (DARWIN *apud* RITVO, 1992, p. 234).

Vários outros pontos comuns poderiam ser levantados aqui. A noção de conflito, por exemplo, desempenha papel central na teoria dos dois autores. Em Darwin, o princípio de luta pela existência formulado pelo economista Malthus serve como um importante *insight* para a elaboração de sua teoria da seleção natural. Em Freud, a noção de conflito entre demandas pulsionais, tanto no primeiro como no segundo dualismo pulsional, é central ao desenvolvimento de todo edifício teórico. Alguns outros aspectos serão ressaltados posteriormente no tratamento das explicações em biologia e em psicanálise.

Apesar da utilização explícita das ideias psicológicas darwinistas, é no campo das hipóteses filogenéticas que Freud se apoia mais firmemente em Darwin. Sulloway considerava a filogenia freudiana de cunho darwinista como “a resposta final às muitas dificuldades que ameaçavam as mais básicas pretensões psicanalíticas” (SULLOWAY,

⁸² O caso de histeria de Frau Emmy von N. foi descrito em *Estudos sobre a Histeria* (FREUD, 1893-95). A paciente histérica apresentava tiques convulsivos, agitação motora e delírios.

1960, p. 389). As hipóteses filogenéticas permitiram explicar o caráter de fantasia dos eventos etiológicos traumáticos, a universalidade dos estágios sexuais e os respectivos complexos neuróticos. Philip Rieff (1979) sintetiza as ambições freudianas como aquelas de alguém que procura reconhecer no pulsional as raízes para o estabelecimento de uma ciência básica, uma vez que Freud não se restringe à análise de contingências vinculadas a este ou aquele sistema social, mas procura explicar o próprio desenvolvimento civilizatório como uma formação psicológica. Nesse sentido, a explicação filogenética forneceria a base de sustentação perfeita para o projeto freudiano, permitindo caracterizar historicamente as estruturas psicanalíticas fundamentais, tais como os estádios libidinais, suas relações com as diferentes formas de manifestação patológica, os tipos e modos de funcionamento das pulsões, bem como as variadas manifestações culturais.

Podemos dizer que a maioria dos problemas enfrentados por Freud teve, de algum modo, um tratamento histórico-filogenético. Ele procurou tratar os fenômenos não apenas ontogeneticamente, mas também sob a lente explicativa último-causal. Conforme veremos, tal procedimento foi utilizado durante o desenvolvimento das ciências biológicas e predominantemente empregado por Darwin na formulação de sua teoria. Além das questões que giravam em torno da relação hereditário/adquirido na caracterização etiológica das neuroses, Freud procurou tratar uma ampla gama de fenômenos sob o viés último-causal filogenético, evidenciando a importância da contribuição darwinista.

2.6.1 A filogenia de Freud

Seguiremos, a partir deste momento, algumas indicações propostas por Sulloway, as quais se mostraram profícuas na detecção das explicações último-causais freudianas. Segundo esse autor, o peso das explicações filogenéticas na obra de Freud adquiriu relevância cada vez maior, demonstrando a crescente importância da biologia no arsenal teórico psicanalítico. O inventor da psicanálise teria fornecido explicações filogenéticas aos três principais problemas psicanalíticos, a saber, a natureza da repressão, a centralidade da sexualidade e a escolha da neurose.

O problema da natureza da repressão foi dividido por Sulloway em quatro fases na obra freudiana, conforme explicitaremos a seguir.

1ª fase

Referente aos anos de 1893-97, correspondente à vigência da teoria da sedução, seria marcada pela concepção de defesa do eu em relação às ideias traumáticas incompatíveis. O evento responsável pelo caráter traumático é entendido realisticamente e remonta a uma cena de cunho sexual ocorrida durante a infância.

2ª fase

Compreende os anos 1896/97-1913 e se inicia com a superação da teoria da sedução, teria sido responsável pela substituição da ideia de repressão vinculada a um trauma ambiental por uma explicação mais orgânica. Nessa fase, a repressão é tida como uma inversão do afeto associado com certas formas de experiências sexuais infantis. São incluídas as aquisições de vergonha, ideais estéticos e moralidade, cuja fundamentação já adquire um caráter filogenético. As contribuições filogenéticas são preponderantes⁸³, recebendo um apoio apenas contingente dos vínculos estabelecidos via educação:

Na criança civilizada tem-se a impressão de que o estabelecimento dessas barreiras (o asco, o sentimento de vergonha, os ideais estéticos e morais) é obra da educação, e sem dúvida ela contribui muito. Porém, na realidade esse desenvolvimento é de condicionamento orgânico, fixado hereditariamente, e pode ocasionalmente ocorrer sem qualquer ajuda da educação. Esta última se atém por inteiro no âmbito do que lhe compete quando se limita a seguir o que foi fixado organicamente e imprimi-lo de modo um pouco mais ordenado e profundo (FREUD, 1905a, p. 161).

Seguindo o modelo filogenético de explicação, o foco no sentimento de nojo pelas fezes é encarado como consequência filogenética da postura ereta:

Nós assumimos que não há repressão que não tenha um núcleo orgânico; esta repressão orgânica consiste na substituição de sensações desprazerosas pelas prazerosas. Provavelmente o desprendimento do homem do solo é uma das condições básicas para a formação das neuroses; o sentido olfativo é direcionado, como consequência desse desprendimento, em direção à repressão, uma vez que ele tem se tornado inútil. A repressão de tendências coprofílicas se inicia do mesmo modo. Nessa repressão orgânica, fatores psíquicos ainda não desempenham nenhum papel; é a repressão de sensações prazerosas (e sua transformação) em desprazerosas que caracterizamos como uma porção da civilização. A teoria inteira das neuroses é incompleta

⁸³ Apesar de entendermos que uma oposição radical entre as ordens do hereditário e do adquirido deva ser questionada na obra freudiana, uma vez que o autor transita muitas vezes indistintamente entre ambas as explicações.

enquanto não lançamos luz no núcleo orgânico da repressão (FREUD *apud* SULLOWAY, 1960, p. 369).

3ª fase

A distinção entre uma repressão infantil e orgânica e as repressões psicológicas da vida adulta corresponde à distinção entre repressões primárias e secundárias desenvolvidas em uma terceira fase, que abarca os anos 1912/13-1923. Esse período coincide com as hipóteses sobre as origens filogenéticas da civilização e moralidade: toda barreira de repressão é vista como o resultado histórico de uma obstrução externa, sendo a oposição internalizada na história filogenética. Freud foi influenciado pela hipótese da horda primeva de Darwin e teria enfatizado a ideia de herança de caracteres adquiridos, segundo a qual os eventos filogenéticos foram organicamente impressos nos indivíduos: “a barreira contra o incesto está provavelmente entre as aquisições históricas da humanidade e, como outros tabus, tem, sem dúvida alguma, se estabelecido em muitas pessoas por herança orgânica” (FREUD *apud* SULLOWAY, 1960, p. 373).

Podemos constatar como a lógica de *Totem e Tabu* é estendida à teoria da repressão, incluindo a repressão de impulsos incestuosos entre as predisposições orgânicas dos seres humanos. Percebemos também nessa fase a postulação da lei biogenética da repetição da filogênese pela ontogênese, herdada de Ernest Haeckel.

4ª fase

Iniciada a partir do ano de 1923, corresponderia à preponderância das explicações filogenéticas e último-causais, sendo o supereu visto como repressão filogeneticamente constituída:

Temos que atribuir a diferenciação entre eu e isso não somente aos seres humanos primitivos, mas também aos seres vivos muito mais simples ainda, posto que ela é a expressão necessária do influxo do mundo exterior. Quanto ao supereu, o derivamos, precisamente, daquelas vivências que levaram ao totemismo. A pergunta se foi o eu ou o isso que experimentaram e adquiriram essas coisas pulveriza-se em si mesma. A ponderação mais imediata nos diz que o isso não pode vivenciar ou experimentar nenhuma vicissitude externa se não for por meio do eu, que é seu representante diante do mundo exterior. As experiências do eu parecem se perder na herança, mas quando elas se repetem com bastante frequência e com força suficiente em muitos indivíduos em sucessivas gerações, elas se transformam, por assim dizer, em experiências do isso, impressões que são preservadas pela hereditariedade (FREUD, 1923a, p. 39).

O conceito de supereu é visto como linha divisória entre duas categorias formais de repressão, a primária e a secundária, sendo considerado a última das grandes

repressões primárias e, como elas, entendido como resultado de um processo orgânico fundado nas experiências da espécie. Com o supereu, contudo, a repressão secundária se torna possível, sendo esta capacidade psicológica responsável pela continuação do trabalho de repressão no adulto. Porém, o conceito de repressão primária ainda possui importância fundamental para Freud, pois através dele consegue o autor resolver o segundo problema fundamental da psicanálise: a centralidade da sexualidade.

No tratamento da centralidade da sexualidade, Sulloway também distinguiu quatro fases correspondentes à crescente preponderância das explicações filogenéticas, as quais apresentamos a seguir.

1ª fase

Na primeira fase (1893-97), durante a vigência da teoria da sedução, a sexualidade teria sido vista como uma premissa indispensável, uma vez que o evento sexual real estaria na gênese da formação da neurose.

2ª fase

Na segunda fase (1896/97-1913), Freud teria rejeitado o ambientalismo estrito contido na teoria da sedução, produzindo uma teoria orgânica da repressão, de caráter evolucionário. Nota-se o predomínio das explicações último-causais, por meio da conexão entre sexualidade, neurose e postura ereta no homem.

3ª fase

Na terceira fase (1913-30), o início difásico da sexualidade teria sido considerado o fator biológico determinante para a origem das neuroses. Diferentemente de outros animais, a vida sexual humana estaria dividida em duas etapas. Tal divisão foi explicada através das hipóteses filogenéticas, sendo o homem descendente de algum animal que tivesse alcançado maturidade sexual aos cinco anos. O período de latência (*Latenzperiode*) é entendido a partir de circunstâncias históricas ancestrais, como a ‘Era do Gelo’, que poderia ter sido responsável, segundo Ferenczi (1990 [1932]), pela interrupção das tendências biológicas sexuais e foco nas tendências biológicas de autoconservação. A neurose é tida como o destino daqueles que falham em superar esse padrão difásico estabelecido filogeneticamente. O surgimento dos impulsos sexuais em dois tempos distintos é explicado através do fator histórico-biológico – último-causal –,

determinante para a origem das neuroses, juntamente com a prolongada dependência infantil – esta, por sua vez, associada aos problemas edípicos e ao desenvolvimento de um supereu severo: “ontogeneticamente, o indivíduo repete esse destino; na presente constituição sexual e na tendência à repressão, esse destino da libido tem sido preservado” (FREUD *apud* SULLOWAY, 1960, p. 379).

4ª fase

A quarta fase, a partir de 1930, teria coincidido com a síntese entre uma psicologia e uma filogenética, mistura da explicação histórico-cultural com a explicação histórico-filogenética na compreensão da relação estreita entre sexualidade, cultura e neurose. Um bom exemplo dessa tendência darwinista de explicação na obra madura de Freud é o texto *O mal-estar na civilização*, repleto de explicações que envolvem panoramas filogenéticos como base para a explicação de fatores culturais e psicológicos.

O terceiro problema psicanalítico levantado por Sulloway trata da escolha da neurose, sendo dividido em três fases, descritas a seguir, e propondo uma mudança de foco da ontogenia para a filogenia.

1ª fase

Nesta primeira fase, que compreende os anos de 1893-97, Freud teria procurado explicar as cinco formas básicas de neurose dividindo-as em duas classes de causas próximo-causais: aquelas com etiologia recente, as neuroses atuais, e aquelas cujas causas datam da infância, as psiconeuroses.

2ª fase

Compreendida entre os anos 1897-1913, esta fase teria sido marcada pela predominância de soluções desenvolvimentistas, ontogenéticas e explicações próximo-causais, pautando-se na investigação dos pontos de regressão característicos de cada neurose, bem como nos determinantes responsáveis por cada ‘escolha’. Freud se baseou em postulados que se fixaram ao longo de toda sua obra: a neurose tem etiologia sexual e representa perversão reprimida; o paradigma evolução/regressão explica as várias formas de neurose como séries genéticas; a regressão neurótica da libido mimetiza as organizações sexuais arcaicas de nossos ancestrais remotos. Para Sulloway, Freud teria

resistido em responder completamente as questões relacionadas à escolha da neurose porque estava convicto de que existiam considerações biológicas importantes ainda não exploradas:

Não estamos em posição de sugerir as causas desses distúrbios temporais do processo de desenvolvimento libidinal. Um prospecto se abre para nós neste ponto como uma massa de problemas biológicos e talvez, também, históricos, do qual temos alcançado ainda somente admirável distância (FREUD *apud* SULLOWAY, 1960, p. 383).

A escolha específica da neurose é determinada por duas considerações: o ponto da regressão patológica e o modo correspondente de defesa secundária (repressão, projeção, entre outras). Nessa fase há também a vinculação explícita dos quatro estágios de desenvolvimento libidinal relacionados à escolha das neuroses: o estágio autoerótico correspondendo à demência precoce, o narcísico-homossexual à paranoia, o anal-sádico à neurose obsessiva e o fálico ao histérico. A solução genética da escolha da neurose completa o cenário ao oferecer uma solução próximo-causal.

3ª fase

A terceira e última fase, iniciada em 1913, teria sido marcada pela predominância das soluções filogenéticas a fim de completar o quadro etiológico e a explicação da escolha da neurose. Em 1913, Freud afirma que a escolha da neurose é determinada por disposições hereditárias que independem da experiência, mas, apesar dessas considerações constitucionalistas, o autor tinha em mente uma cooperação entre predisposições hereditárias e causas eliciadoras ambientais: “o fator constitucional tem que aguardar para que certas vivências se ponham em curso; os fatores acidentais devem ter uma base constitucional para serem postos em operação” (FREUD *apud* SULLOWAY, 1960, p. 385).

Sulloyway enfoca a preponderância que as considerações biológicas assumem na explicação da escolha da neurose. O autor segue a equação etiológica, em que constituição sexual (por meio da experiência pré-histórica), somada às experiências infantis, resulta na disposição à neurose em virtude da fixação da libido. A fixação é vista como um dos determinantes responsáveis pela regressão e pelo advento da neurose por ocasião de uma contingência que adquire caráter traumático na vida adulta. São as influências infantis e ancestrais que induzem às fixações libidinais subjacentes à escolha da neurose e que determinam os sintomas distintivos de cada tipo neurótico. Nesse sentido, a hipótese causal freudiana migra da análise próximo-causal para a histórica,

isto é, último-causal. Freud passa a considerar não somente o *como?*, mas também o *porquê?* do surgimento das neuroses. A preocupação não se reduz à detecção do mecanismo de funcionamento da neurose, mas inclui também a investigação de suas condições de instalação. O aspecto hereditário, assumido com maior ênfase a partir de 1913, procura dar conta dos possíveis fatores biológicos e históricos na escolha da neurose que ajudariam a explicar o seu conteúdo – cujas raízes remontam à pré-história da espécie – e também os mecanismos psicológicos envolvidos – repressão, fixação e regressão.

Ao longo da obra freudiana, a explicação da gênese das neuroses se deslocou das fantasias baseadas na realidade para as fantasias filogenéticas. Estas últimas, de caráter primário, transcendiam a experiência individual remetendo-nos às experiências da espécie, as quais um dia foram supostamente reais:

As cenas de observação do comércio sexual entre os pais, de ser seduzido na infância e de ameaça de castração são indubitavelmente um patrimônio herdado, herança filogenética, mas também podem ser aquisição do vivenciar individual. (...) Só que na história primordial das neuroses vemos que a criança lança mão dessa vivência filogenética toda vez que seu próprio vivenciar não basta. O indivíduo preenche as lacunas da verdade individual com uma verdade pré-histórica, coloca a experiência dos ancestrais em lugar de sua própria (FREUD, 1918 [1914], p. 89).

Freud retoma a teoria biogenética de Haeckel, conferindo à fantasia o grau de experiência traumática e proporcionando um argumento para a afirmação da universalidade destes eventos, dado que não se baseiam mais em contingências ambientais. A ânsia em oferecer uma explicação filogenética pode ser verificada em carta a Ferenczi, enviada em 1915, na qual o autor faz um paralelo entre os estágios de desenvolvimento libidinal do indivíduo e da espécie:

Preparando as próximas sessões de leitura sobre as neuroses de transferência, eu fui perturbado por fantasias que seriam dificilmente convenientes para a expressão pública. Então ouça: Há uma série de pontos de partida cronológicos nos pacientes que se seguem: histeria de ansiedade-histeria de conversão-neurose obsessiva-demência precoce-paranoia-melancolia-mania. Suas predisposições libidinais seguem em geral em direções opostas: isto é, a fixação reside com o primeiro conjunto em estágios mais posteriores do desenvolvimento, com o último nos estágios anteriores. Essa afirmação, contudo, não é infalível. Por outro lado essa série parece repetir filogeneticamente uma origem histórica. O que agora são neuroses foram uma vez fases na condição humana. Com a emergência de privações no período glacial os homens se tornaram apreensivos: eles tinham tido todas as razões para transformar libido em ansiedade. Tendo aprendido que a procriação era agora o inimigo da autopreservação e que deveria ser restringida, eles se tornaram – ainda em um tempo anterior à fala – históricos.

Após desenvolverem a fala e a inteligência na dura escola do período glacial, eles formaram hordas primitivas sob as duras proibições do pai primevo, o amor à vida restando egoísta e agressivo. Compulsão, como nas neuroses obsessivas, luta contra qualquer retorno ao estado anterior. As neuroses que se seguem pertencem à nova época e foram adquiridas pelos filhos. Inicialmente eles foram forçados a abandonar todos os objetos sexuais, ou ainda roubados de toda libido, sendo castrados: demência precoce. Então eles aprenderam a se organizar a si próprios em uma base homossexual, sendo expulsos pelo pai. A luta contra isto significa paranoia. Finalmente eles sobrepujam o pai e, por meio de uma identificação com ele, triunfam sobre ele e fazem seu luto: mania-melancolia (FREUD *apud* SULLOWAY, 1960, p. 387).

Embora a interpretação em relação ao tratamento filogenético das explicações freudianas não possa ser negada, tendemos a defender, em função dos argumentos apresentados nas seções anteriores, que Freud não se desviou do solo psicológico em direção a uma suposta criptobiologia, conforme defende Sulloway. Apesar de sua ambiguidade diante dos enunciados biológicos, Freud trabalhava com fenômenos fronteiros que exigiam tanto explicações psicológicas quanto biológicas. A natureza dos objetos da investigação freudiana, o inconsciente e o pulsional, lhe outorgaram a difícil tarefa de rejeitar as fundamentações biológicas enquanto as hipóteses psicológicas ainda pudessem fornecer indícios mais consistentes de seus modos de funcionamento. Além disso, as próprias explicações biológicas foram tratadas diferencialmente, sendo as explicações filogenéticas apropriadas, embora não suficientes, às necessidades genealógicas e etiológicas freudianas.

2.7 Conclusões preliminares

Apesar de profundamente enraizadas na formação médica e cientificista de Freud, as ciências biológicas desempenham muitas vezes um papel ambíguo ao longo de sua obra. Conforme procuramos demonstrar, Freud rejeita certas concepções biológicas, mas não toda e qualquer formulação dessa ciência. Sua tentativa é evitar uma redução metodológica e epistemológica no campo de pesquisa do psiquismo, embora, segundo ele, a psicanálise permaneça no campo de estudos das ciências da natureza. A relação de Freud com as ciências biológicas procurou ser analisada neste capítulo, podendo ser resumida nos seguintes pontos:

- a) Freud não rejeita que a biologia constitua base importante para as formulações clínicas e metapsicológicas, afirmando explicitamente que determinados conceitos psicanalíticos precisam encontrar apoio ou aguardar que as investigações biológicas lhes sejam tributárias. A explicação biológica deve ser encarada na obra freudiana como auxiliar, exercendo papel imprescindível, embora não principal, na construção das hipóteses metapsicológicas.
- b) Freud rejeita, em momentos diversos de sua obra, alguns tipos de explicação em função de serem biológicas, em uma clara tentativa de restrição da metodologia investigativa ao campo psicológico. Contudo, o próprio uso do termo biológico adquire significados diversos ao longo de sua obra. Os diferentes tipos de explicações tidas como biológicas devem ser tratados de modo distinto em função da posição relativa no interior da teoria. Sendo assim, as explicações anatômicas e as localizacionistas foram as que sofreram as maiores críticas freudianas. As explicações fisiológicas, por sua vez, forneceram subsídios para a formulação de concepções metapsicológicas, embora não possam ser confundidas com elas⁸⁴. As explicações funcionais, podendo ser fisiológicas, metapsicológicas ou filogenéticas, desempenharam importante papel no interior da teoria. Por

⁸⁴ Para Ernst Kris (1950), a confusão entre o vocabulário fisiológico e o metapsicológico deriva de suas semelhanças linguísticas mais do que da significação de seus conceitos. A alternativa a esta posição trata os conceitos como prioritariamente fisiológicos. Nossa proposta exegética admite uma terceira alternativa: os conceitos que eram fundamentados originariamente em hipóteses fisiológicas, como o de retrogressão funcional (cuja origem remonta a H. Jackson), adquirem cada vez mais uma significação psicológica sem perder o referencial naturalista pretendido por Freud.

fim, as explicações filogenéticas, embora sob a significação peculiar que lhes atribuiu Freud, perpassaram todo o pensamento freudiano, adquirindo relevância em sua obra madura: esses tipos de explicação passaram a ser tratados como hipóteses históricas que embasaram a formulação de hipóteses etiológicas filogenéticas e ontogenéticas.

- c) A metodologia psicanalítica deveria, para Freud, buscar apoio majoritariamente no material psicológico oriundo de sua prática, razão pela qual Freud rejeita algumas posições biológicas comumente aceitas, tais como as contestadas nos *Três Ensaio*s.
- d) A tensão inato/adquirido, apesar de não ser tratada em termos dicotômicos por Freud – em função de sua abordagem causal múltipla –, desempenha papel importante na organização de toda teoria, principalmente na investigação etiológica das neuroses. A introdução do conceito de equação etiológica e, posteriormente, das séries complementares, auxiliaram o autor no tratamento do assunto. Procuramos demonstrar como Freud alternou explicações hereditárias e ambientalistas em diferentes momentos de sua obra, abrindo margem para panoramas interpretativos diferenciados. No entanto, como pudemos perceber, em momento algum Freud abandonou uma abordagem multifatorial na explicação etiológica da neurose, mesmo em textos em que o predomínio de um dos fatores é mais marcante – como, por exemplo, na vigência da teoria da sedução.
- e) Freud foi grandemente influenciado pelo cenário evolucionista de sua época, razão pela qual passou a adotar cada vez mais a explicação filogenética como fundamentação de suas hipóteses metapsicológicas. Esse fator, por si só, justifica uma investigação do papel que as ciências biológicas desempenharam em sua obra.

3. EXPLICAÇÕES EM BIOLOGIA

3.1 Algumas considerações sobre o positivismo

Antes de tratar dos modelos epistemológicos defendidos pelas ciências biológicas no século XX, talvez seja necessário expor resumidamente algumas considerações positivistas que forneceram o pano de fundo para as críticas posteriores. Iniciado no final dos anos 20, o Círculo de Viena tentou se constituir como a renovação do espírito iluminista no plano científico-metodológico e também como um meio de se libertar das tendências metafísicas estabelecidas pelo pensamento filosófico. As explicações comprometidas com pontos de vista não empíricos deveriam ser consideradas cientificamente inválidas. O positivismo⁸⁵ lógico propôs critérios de validação do empreendimento científico restringindo as proposições científicas às questões factuais e sentenças livres de supostos pseudoproblemas metafísicos. Tal programa enfatizou o procedimento que analisa a validade das sentenças e proposições logicamente formuladas. Os principais critérios definidores de cientificidade foram o método de verificação factual, a testabilidade e a validação lógica.

A exigência positivista de adequação empírica e observacional emerge em parte de uma recusa do racionalismo clássico, que atribui ao intelecto a primazia sobre a construção do conhecimento e parte de concepções *a priori* para a formulação de teorias. Tal posição procura rejeitar conceitos que possam carregar qualquer comprometimento metafísico, como o de causalidade, validando através da lógica a relação entre as sentenças e as proposições observacionais. Sendo assim, tende a rejeitar as teorias que se baseiam em processos ocultos e empiricamente obscuros. Em suma, ela propõe normas para o desenvolvimento científico por meio da distinção entre ciência e

⁸⁵ O presente tópico não pretende realizar uma descrição detalhada das muitas questões defendidas pelo positivismo lógico, tampouco relacioná-lo ao positivismo original, embora haja uma clara descendência deste. Comte, por exemplo, postulava uma metodologia especial às ciências sociais por meio da aplicação de um critério de harmonia no entendimento da natureza humana. De modo geral, pensa-se no positivismo como um ataque à metafísica alemã do século XIX e ao psicologismo que impregnava o empreendimento científico; ou como uma defesa da distinção analítico/sintético, da diferenciação entre descoberta e verificação e da adesão ao formalismo por meio da reconstrução de teorias científicas em termos de cálculos e regras de correspondência.

não ciência e, para tanto, procura estabelecer procedimentos claros e definidos de verificabilidade dos enunciados explanatórios.

Em *Teoria Geral do Conhecimento*, o positivista lógico Moritz Schlick propõe a clarificação dos princípios básicos e metodológicos envolvidos no fazer científico. Ainda que o desenvolvimento científico tivesse ocorrido sem a devida reflexão epistemológica desses princípios, e admitindo que muitas vezes os cientistas alcançaram importantes conclusões sem tratamento sistemático e fundamentação epistêmica, o autor defende que uma plena apreensão da ciência só é possível mediante uma melhor compreensão da estrutura lógica envolvida no fazer científico. De acordo com Schlick, o positivismo visava superar as concepções metafísicas derivadas do romantismo pós-kantiano, do agnosticismo ingênuo representado pelo *ignoramus et ignorabimus*⁸⁶ e do dogmatismo expresso por Ernest Haeckel. Para o positivismo lógico:

- Uma teoria científica é (idealmente) uma estrutura dedutiva, uma constelação inferencial, um algoritmo, uma interpretação física que trata da conjunção de termos e propriedades formais do algoritmo para tratar objetos e processos.
- Interpretar uma teoria é submetê-la a estruturas formalmente finalizadas.
- A teoria pode ser vista como uma inferência reticular. Ela é governada por regras, por um sistema de símbolos, alguns dos quais proposicionais.
- As combinações das proposições e as relações entre elas são governadas por regras de transformação que conferem o caráter sistemático às teorias.
- Qualquer elemento interpretativo que transcenda ou não se enquadre em tal sistema deve ser identificado e eliminado ou transposto para outro conjunto de símbolos que se enquadre no modelo proposto.
- As regras anteriormente estabelecidas servem para validar ou invalidar qualquer conjunto de práticas que se pretenda científico.

⁸⁶ Trata-se da concepção pessimista sobre os limites do conhecimento científico defendida por alguns autores durante o século XIX. A expressão *ignoramus et ignorabimus* (não sabemos e não saberemos) foi proferida por Emil du Bois-Reymond em um discurso na Academia de Ciências de Berlim em 1880 e desenvolvida em seu *Über die Grenzen des Naturerkennens*. A fama decorrente da utilização da expressão, no entanto, parece injusta, dado que o autor não era propriamente um agnóstico em relação ao desenvolvimento da ciência. A intenção de Bois-Reymond não foi vilipendiar o procedimento científico, mas, ao contrário, dotá-lo de uma consciência crítica em face de sua árdua e infundável empreitada. No entanto, para o autor, nem o desenvolvimento da ciência nem da filosofia poderiam solucionar qualquer um de três dos sete enigmas do mundo, a saber: a natureza última da matéria e força; a origem do movimento; e a origem das sensações simples. A fama de agnóstico outorgada a Emil du Bois-Reymond decorrente de sua declaração contrasta flagrantemente com o próprio sentido do termo, originalmente utilizado pelo biólogo Thomas Huxley – entusiasta e propagador das teorias de Darwin – para contrariar o dogmatismo religioso.

- Os teoremas referentes a qualquer assunto são interpretados através da correlação dos termos constituintes com os nomes dos objetos ou com as descrições de processos.
- O resultado final é obtido por meio de um enunciado observacional, verdadeiro ou falso, definido de acordo com o assunto tratado e as regras prévias.
- Dado um sistema teórico qualquer, a condição para sua demarcação dentro dos limites do que possa ser considerado científico é a submissão a um sistema lógico de proposições que adquire valor de verdade – ou de probabilidade – na medida em que estabelece uma correspondência empírica com as sentenças observacionais.

O conceito de teoria é empregado pelo positivismo como meio de outorgar significação empírica ou valor explanatório a determinado conjunto de proposições. A teoria é formulada pelo uso de termos observacionais e teóricos que desempenham uma função explanatória. A significação empírica da teoria deriva da relação entre os termos na explicação e da correspondência dos termos teóricos com conjuntos de enunciados observacionais por meio de regras de correspondência delimitadas. A ordenação dedutiva do conjunto de enunciados e seu conteúdo empírico são responsáveis pelo valor explanatório da teoria:

Por exemplo, a teoria cinética dos gases contém um conjunto de proposições incluindo estas: gases contêm um enorme número de minúsculas moléculas em rápido movimento; as moléculas estão sujeitas às leis de conservação da mecânica clássica; elas colidem elasticamente umas com as outras; a temperatura absoluta do gás é uma função da energia cinética média das moléculas. Para reconstruir a teoria, o positivista começaria com um vocabulário de termos que ele separa em teóricos e observacionais. A lista teórica pode incluir molécula, massa de uma molécula, energia cinética média de moléculas, e assim por diante. Na lista observacional nós podemos encontrar pressão de um gás, temperatura de um gás, volume de um gás, e assim por diante. Escolhendo algumas das proposições como axiomas, o positivista irá mostrar como outros podem ser derivados como teoremas. Entre os axiomas puramente teóricos pode estar $p = 1/2mnv^2$, onde p é a pressão de todas as moléculas, n é o número de moléculas por unidade de volume e v^2 é o quadrado da velocidade média das moléculas. Entre as regras de correspondência podem estar $1/2mv^2 = \text{constante} \times T$, onde $1/2mv^2$ é a energia cinética média das moléculas e T é a temperatura absoluta do gás. Os teoremas observacionais incluem $PV = \text{constante} \times T$, onde P , V e T são a pressão, volume e temperatura do gás, respectivamente. Em tal reconstrução o positivista pode mostrar exatamente quais suposições a teoria está fazendo e como elas se relacionam e são testadas pelas observações (ACHINSTEIN, 1969, p. 261).

Qualquer teoria explanatória pode e deve ter a mesma estrutura formal, ou seja, arranjos e relações similares entre os enunciados e as regras de validação empírica, ou ainda o mesmo ‘cálculo’. Um modelo teórico é entendido como uma organização determinada de um conjunto de enunciados com estrutura homogênea. Opera-se, desse modo, uma distinção entre as considerações sociopsicológicas das descobertas científicas e a análise lógica dos conceitos e princípios científicos, enfatizando os conteúdos cognitivos das formulações. Caberia à explicação científica a redução de um tipo de entidade a outra, ou seja, a subsunção de fenômenos ou coisas particulares a classes, ou ainda a considerações de proposições a partir de leis gerais. As ideias não analíticas de qualquer modelo são substituídas ou organizadas por meio da estrutura formal dos enunciados. Esses critérios fornecem as condições de relação entre proposições teóricas, axiomas e regras de correspondência. Estas últimas estabelecem a relação entre os termos teóricos e os enunciados observacionais. Os termos teóricos de uma teoria somente adquirem significação empírica em função das regras de correspondência, que permitem relacioná-los com enunciados observacionais. Através desse procedimento de padronização, os modelos propostos podem ser testados e ‘calculados’ em virtude de sua adequação empírica e capacidade explanatório-preditiva⁸⁷.

Feigl (1969) define o positivismo lógico como uma proposta epistemológica formada por duas teses sobre a unidade da ciência, sendo a primeira aquela que diz respeito à unidade da linguagem das ciências factuais⁸⁸. Carnap (1956), por exemplo, defende que essa tese deva ser compreendida como a tentativa de enquadramento das diferentes ciências naturais e sociais às mesmas bases de confirmação de todos os enunciados científicos, por meio de uma caracterização fisicalista intersubjetivamente constituída. Esse critério seria satisfeito através da referência aos dados, por meio de uma linguagem que se baseia na descrição de propriedades de objetos observáveis e conceitos disposicionais que possam ser traduzidos em termos observacionais. A verdade de uma proposição deve partir do pressuposto da correspondência entre as

⁸⁷ A regra de correspondência pode ser entendida, segundo Carnap (1956), como uma sentença que contém ao menos uma ocorrência essencial de um termo teórico e de um enunciado observacional. Um termo teórico X é empiricamente significativo em determinada teoria apenas se há uma regra de correspondência com um enunciado observacional para aquele termo. No entanto, tal regra pode dar origem a formulações metafísicas que possuem algum tipo de correspondência com enunciados observacionais, o que exigiu da posição positivista uma restrição ainda maior por parte dos critérios de verificabilidade de um termo teórico e o atendimento à exigência preditiva.

⁸⁸ A segunda tese da unidade da ciência defendida pelo positivismo caminha em direção à proposição de um conjunto monista de premissas explanatórias, defendida, entre outros, por Carnap, Reichenbach e Schlick. Tal defesa, comentada mais adiante, propõe uma abordagem reducionista e, no limite, eliminativista, no tratamento do conjunto dos enunciados científicos.

palavras (nomes, predicados) da sentença e os objetos e propriedades ou relações denotados por essas palavras. A falsidade consiste no uso indevido dessas regras de correspondência. Por exemplo, dizer que um cachorro é um dálmata quando na verdade se trata de um pastor alemão pode ser resultado do uso indevido das nomenclaturas derivado de erros da aplicação das regras de correspondência empírica.

As relações de correspondência estabelecidas pela comunidade científica fornecem apoio para a verificação empírica das proposições que constituem uma teoria ou explicação. As regras de correspondência e o conhecimento estrutural do mundo formam a base do conhecimento científico. O conhecimento estrutural toma como princípio a metodologia axiomática de caráter lógico-matemático. A estrutura formal explanatória, desse modo, independe de qualquer informação acerca do mundo real, provendo apenas as regras de operação de um conjunto de enunciados. Para que essa estrutura adquira significação empírica, ela deve estar ancorada em definições coordenativas ou regras de correspondência com dados provindos da observação empírica. Para Carnap (1956), são regras interpretativas vistas como regras de designação semântica. A verificação empírica deve ser estabelecida através da recorrência aos dados perceptuais.

Carnap defende que uma separação acurada entre o significado emotivo e o significado cognitivo das expressões linguísticas ajuda a compreender a diferença entre enunciados científicos e não científicos. Ele distingue, por um lado, o conteúdo cognitivo ou pretensão de conhecimento de uma locução linguística e, por outro, os sentimentos e emoções que acompanham a locução. Essa faceta dupla do significado de uma expressão revela tanto a função cognitiva quanto a função emotiva da linguagem. Nas sentenças metafísicas e transcendentais, o significado emotivo se confunde com o cognitivo, dando a impressão de ganho cognitivo de conhecimento. Sem a clareza dessa diferença, muitos pensadores notáveis acreditaram contribuir para o desenvolvimento científico quando na verdade estavam ofuscados pela função emotiva da linguagem. Muitos entusiastas do conhecimento científico postularam forças ocultas de cunho metafísico para explicar fenômenos, tal como o filósofo e biólogo Hans Driesch, que defendeu o conceito de enteléquia para explicar as forças vitais que agem no espaço, mas que não se encontram no espaço e não podem ser conhecidas senão quando exercem seus efeitos na natureza.

Para Carnap, o erro da metafísica tradicional foi tomar o sentido intuitivo e emotivo da linguagem como indício de significação cognitiva; ou ainda, confundir a

noção cognitiva de existência com a noção emotiva, intuitiva e inefável de realidade. O conhecimento científico, por trabalhar com os conteúdos cognitivamente significativos e com o conhecimento existencial apropriado, deveria se restringir apenas aos fatores estruturais do mundo, abstendo-se do tratamento de conteúdos puramente qualitativos. Ao recusar o tratamento de conteúdos qualitativos, uma dimensão importante da experiência empírica é negligenciada, como os enunciados intencionais, que são constituídos muitas vezes de conteúdos qualitativos. Um trauma, por exemplo, trabalha com a dimensão qualitativa de um evento psicológico, sendo muitas vezes tratado cientificamente.

Metodologicamente, o positivismo vincula a explicação a algumas características que considera essenciais à validade epistemológica de uma teoria, tais como a observação, experimentação, construção lógica e comprovação – tanto a vertente verificacionista quanto a falsificacionista. As teorias são formuladas a fim de dar conta das relações regulares, não necessárias, entre eventos existentes na natureza. As observações usadas para avaliar as teorias constituem a base objetiva para o empreendimento científico e as disputas teóricas podem, em última instância, ser remetidas a elas. Esses pressupostos positivistas estabelecem uma distinção entre predicados observacionais e teóricos. Tal distinção foi erigida em resposta a problemas filosóficos específicos que ainda hoje não foram completamente resolvidos: a questão do sentido e da verificação, bem como o problema da referência real das entidades teóricas postuladas.

Para o positivismo, portanto: existem predicados observacionais que possuem referência empírica direta, descritos em termos de dados sensoriais por meio da linguagem ordinária; existem enunciados observacionais, contendo predicados observacionais, cuja verdade ou falsidade empírica é diretamente determinável quando a situação empírica está dada; a ciência também emprega predicados teóricos que não possuem referência empírica direta – a significação desses predicados deve ser dada de algum modo recorrendo aos observáveis; e, por fim, a ciência utiliza enunciados teóricos que não são diretamente confirmáveis nem falsificáveis e que devem ser confirmados ou falsificados através de sua relação lógica com os enunciados observacionais.

Muitas teorias postulam entidades ou propriedades ocultas cuja existência e função se tornam conhecidas por meio dos dados sensoriais e pela inferência de seus efeitos observáveis. A não preocupação filosófica acerca de *como* se dá o conhecimento

e a concentração das investigações em torno *do que* pode ser conhecido conduziu o teorizar científico à postulação cada vez maior dessas características e entidades ocultas para explicar os fenômenos observáveis. A teoria do éter pode ser considerada um exemplo paradigmático dos exageros derivados dessa postura e da falta de crítica filosófica do fazer científico. No entanto, para os positivistas, o êxito de diversas teorias que postulavam entidades e processos inobserváveis contribuiu para a manutenção de tal prática. Os questionamentos se concentraram no problema das regras de inferência e correspondência e não na verdade ou falsidade da teoria: de que maneira utilizamos a linguagem ordinária para descrever entidades e processos tão inacessíveis à observação direta e o que estamos descrevendo quando fazemos isso?

A alternativa positivista procurou recuar ao observável a fim de evitar as dúvidas sobre *o que* trata, que linguagem se usa e como se verifica a veracidade das asserções. No entanto, tal receio positivista resultou em excessiva cautela no tratamento da significação de diversas teorias científicas entendidas posteriormente como descobertas genuínas. Alguns autores tendem a negar que as teorias possam ser compreendidas como descobertas de mecanismos ocultos da natureza e, desse modo, acreditam contornar os paradoxos do mecanicismo do século XIX e da nova física do século XX. O ceticismo dos autores se volta à demasiada importância outorgada pelas teorias às entidades inobserváveis. Suas críticas se dirigem à incapacidade das teorias em realizar inferências bem fundadas sobre entidades potencialmente observáveis mas ainda não observadas, como gene, átomo ou processo inconsciente. O positivismo tenta fundamentar as bases logicamente racionais que permitam inferir o fenômeno não observável a partir do dado empírico, tarefa que se torna possível apenas indiretamente por meio do procedimento de elaboração de hipóteses comprovadas através do procedimento experimental preditivo. No entanto, o ceticismo positivista se deparou com limites diante da explosão de teorias de grande utilidade prática com postulação de entidades não observáveis. Uma das alternativas foi tentar capturar tanto quanto possível as entidades inobserváveis em termos observáveis através do método de redução.

Para o positivismo, uma teoria deve trabalhar essencialmente com observáveis. São eles e apenas eles que fornecem evidência para a teoria; as predições com base em observáveis devem constituir o principal interesse da aplicação das teorias. Embora possa haver entidades ocultas por detrás dos observáveis, estas não podem ser

conhecidas e não devem ser pensadas como referentes reais das teorias; logo, são prescindíveis à lógica científica.

A postulação de causas também não deve ser o objetivo da explicação científica. O positivismo segue o raciocínio de Hume (2001), que considera a regularidade observada na sequência dos eventos na natureza como o único conteúdo cognitivo testável do princípio de causalidade. Qualquer postulação de uma necessidade intrínseca ligando dois tipos de eventos pode ser considerada como uma confusão lógica ou compulsão psicológica, só justificada por meio da confirmação objetiva da ordem natural dos eventos. Ou seja, não há como estabelecer critérios empíricos para distinguir a proposição “A é sempre seguido de B” da proposição “A é sempre e necessariamente seguido de B” ou do enunciado “existe algo além de A e B que une A e B”. No primeiro caso, a justificativa empírica é realizada sem a pressuposição de uma entidade que una os eventos “A e B”. Para Hume, a segunda sentença não acrescenta nenhum dado empírico em relação à primeira, sendo que a justificativa empírica deve prevalecer sobre a metafísica. A atitude do Círculo de Viena segue claramente tal orientação. Seus adeptos defendem que os modelos propostos para lidar com os predicados teóricos são dispositivos heurísticos não essenciais, uma vez que a teoria não requer qualquer interpretação existencial dos predicados teóricos, apenas que estes participem da relação de correspondência com os enunciados observacionais. Novamente, a intenção é rejeitar qualquer interpretação realista no tratamento de entidades inobserváveis e de enunciados teóricos, priorizando a relação lógica existente entre os termos teóricos e as consequências lógicas enunciadas em termos observacionais. O significado do termo teórico pode ser extraído de sua condição de validade, sendo qualquer interpretação modelar considerada acessória no empreendimento explanatório. A definição do termo teórico seria implícita e indireta, garantida por meio das condições de validade. O problema da significação ou existência dos predicados teóricos é tido como irrelevante, pois a própria exigência de validade teórica do modelo prescinde de tal questionamento. Para o positivismo, o equívoco de muitos cientistas foi pensar que o objetivo da ciência seria explicar os fenômenos em termos de entidades ocultas descritas em linguagem inteligível, quando na verdade o objetivo é a descrição das relações entre classes de eventos.

Ainda que a construção de tais modelos criticados seja uma tarefa acessória e dispensável da explicação científica, resta saber como lidar com diferentes predicados teóricos que engendram as mesmas consequências lógicas diante de enunciados

observacionais comuns. A concepção de que poderia haver uma equivalência completa dos predicados teóricos com alguns conjuntos de predicados observacionais engendrou certos problemas. Algumas teorias satisfatórias, como a teoria quântica, não se enquadravam em uma tradução completa dos termos teóricos aos predicados observacionais, e mesmo assim geraram importantes contribuições científicas. Uma definição explícita de todas as entidades teóricas em termos de predicados observacionais poderia resultar no efeito contrário ao pretendido pela teoria, pois, ao invés de expandir a capacidade explanatória, a subsunção dos termos teóricos a tal correspondência poderia prejudicar o papel de correlação de enunciados observacionais. Predicados observacionais em si mesmos podem não garantir o papel que predicados teóricos muitas vezes desempenham. Carnap (1956) admite que os conceitos teóricos possuem uma relação mais fraca com os observáveis do que aquela requerida por definições reducionistas estritas.

Para o positivismo não há como garantir que um predicado teórico em si mesmo seja verdadeiro porque sua verdade ou falsidade não pode ser estabelecida por meio da observação direta. As teorias podem ser verificadas pela observação através da confirmação de seus enunciados factuais. A validade dos predicados teóricos pode ser determinada através de sua redução aos predicados observacionais e por meio de definições de redução e confirmação de sentenças teóricas. No entanto, um predicado teórico reduzido a predicados de observação pode ainda tratar de entidades inobserváveis não diretamente verificáveis ou falsificáveis. Os critérios de confirmação não garantem a existência das entidades inobserváveis, apenas ordenam as explicações para que possam fazer a diferença na aplicação preditiva. Ou seja, apenas estabelecem quais são as teorias significativas mediante a explicitação de critérios baseados na predição e confirmação empírica das entidades ou processos postulados. A significação de um termo teórico é sempre estabelecida por meio de sua recondução a critérios de validação baseados na inferência lógica do *explanandum*: “seu significado é exaurido por seu conteúdo empírico, isto é, pelos enunciados observacionais que são seus falsificadores potenciais” (HESSE, 1969, p. 92). A existência das entidades e processos postulados, no entanto, permanece secundária, pois não é relevante para o estabelecimento dos critérios de significação estabelecidos empiricamente. O enunciado teórico em si não possui nenhuma significação, dado que a significação faz referência e enfatiza os critérios empíricos que tratam de enunciados observáveis:

Embora ela inicie como um critério de verificabilidade ou confirmabilidade e se torne um critério de falseabilidade, dos quais ambos parecem ser relevantes à questão da verdade da teoria, ela pode nos informar apenas que uma teoria com consequências observacionais falsas é falsa. Ela não pretende nos informar se algumas partes de uma teoria foram mais confirmadas por observáveis que outras, que critério para uma boa teoria poderia haver, supondo que suas consequências observáveis fossem verdadeiras, nem como escolher entre teorias com as mesmas consequências observáveis, das quais todas são verdadeiras. Em outras palavras, com respeito às teorias, os vários critérios de significação empírica falharam em prover tanto uma consideração do significado como uma consideração da justificação. O critério, contudo, prestou atenção no caráter dedutivo das teorias, visto essencialmente como sistemas postulados em que enunciados observacionais foram derivados. E autores do dedutivismo foram forçados a admitir que o legado do positivismo lógico incluía os problemas de significação e justificação de teorias (HESSE, 1969, p. 92).

O empirismo britânico dos séculos XVII e XVIII destacou que as ideias são, em última instância, baseadas em impressões. Tal concepção está por detrás do argumento de que todos os conceitos são também, em última instância, baseados na experiência e que as proposições significativas devem, conseqüentemente, encontrar seus critérios de verdade ou falsidade através da recorrência à experiência. Assim foi proposta a solução para o problema da significação dos termos e da justificação dos enunciados. Esses critérios de recorrência à experiência funcionam como a diretriz para adoção ou rejeição de conceitos estabelecidos nas mais diversas formas de explicação. O positivismo, considerado o herdeiro dessa tradição empirista, importou, guardadas as devidas singularidades, a distinção entre ideias e impressões para a análise do empreendimento científico, transmutada na distinção entre teoria e observação, concluindo que os termos teóricos devem ser potencialmente reduzidos aos enunciados observacionais correspondentes. Ele também se preocupa com os critérios de justificação para a aceitação ou rejeição dos enunciados teóricos. Nesse sentido, se afasta da preocupação empirista de distinção entre ideias e impressões para tentar definir os critérios que tornam possível a escolha entre dois conjuntos de enunciados teóricos rivais.

A tradição positivista herdou da empirista a distinção entre observáveis e não observáveis, que serve como critério de validação empírica de enunciados teóricos (sejam ideias ou teorias científicas). A distinção entre teoria e observação constitui o fundamento da significação de enunciados, da justificação de teorias e da escolha entre teorias rivais. Um conjunto de observações pode servir para a atribuição de significação dos termos teóricos, bem como para a comparação entre diferentes propostas teóricas. Em função dessa crença demasiada na observação para validar os critérios de justificação, significação e comparação entre teorias, foi tacitamente tomado como certo

que quaisquer teorias rivais com termos teóricos divergentes seriam passíveis de confrontação sob o primado das regras de correspondência. Em outras palavras, com base nas observações quaisquer teorias rivais poderiam ser confrontadas em função de seu grau de confirmação empírica, e esse critério seria suficiente para a escolha entre duas teorias rivais. Essa crença, no entanto, desconsiderou dois fatores: as dificuldades envolvidas na distinção entre o observacional e o teórico; e os problemas da adoção de um único critério para a escolha entre teorias rivais.

A distinção entre os conceitos de teórico e observacional parece, à primeira vista, evidente. No entanto, tais conceitos têm se tornado cada vez mais imprecisos diante da complexidade de fenômenos estudados, e a distinção rígida dos termos parece não contribuir para o esclarecimento do problema. As definições dos termos têm se apoiado em controvérsias baseadas na natureza da distinção – se é uma questão de graus de distinção ou de gênero –, recaindo na mesma discussão que têm procurado solucionar. Uma crítica usualmente feita é a de que os termos observacionais não são completamente livres da influência teórica – contrariando uma leitura empirista mais ingênuas.

A ciência contemporânea trabalha com critérios observacionais impregnados de influências teóricas, longe da neutralidade observacional requerida pelo empirismo. Existem diferentes níveis de observação, sendo possível distingui-los em função de suas relações com teorias e métodos observacionais diversos, como aqueles empregados na linguagem cotidiana, nas ciências físicas, químicas, biológicas ou sociais. A observação, longe de ser independente, é tanto pressuposta pela teoria como decorrente dela, e direta ou indiretamente de outras teorias. O processo de constituição do conhecimento, seja ele filosófico ou científico, se pautaria, sobretudo, na interlocução e pressuposição de algum tipo de “lente” pela qual o mundo passa a ser visto – em códigos de leitura. Esses códigos fazem com que, como bem aponta Torres Filho (1987, p. 25), “quando vemos uma pomba voando, estamos longe de simplesmente ver”. Em filosofia, como já sabemos, Kant atentou para o equívoco do “olhar” dogmático, do tentar explicar o mundo independentemente dos nossos modos de apreensão preestabelecidos. Seguindo a crítica kantiana direcionada ao empirismo dogmático, é importante relativizar a suposta independência que os dados têm das teorias. As observações científicas, longe de se constituírem como dados brutos e ‘crus’, são carregadas de teoria. Tal concepção é defendida por muitos autores e varia em termos da importância relativa que cada um atribui à relação entre teoria e observação. À medida que a crítica aos dados puros da

observação se acentua, a importância outorgada à teoria aumenta. Alguns epistemólogos, como Paul Feyerabend, enfatizam tal importância afirmando que o significado de um termo, seja observacional ou teórico, é completamente dependente do contexto teórico e não somente da observação pretensamente neutra. Para o autor, as palavras adquirem sentido na relação com todo um sistema de significações:

As filosofias discutidas até então (isto é, versões do empirismo) assumem que sentenças observacionais são significativas *per se*, que teorias que têm sido separadas de observações não são significativas e que tais teorias obtêm sua interpretação sendo conectadas com alguma linguagem observacional possuidora de uma interpretação estável. De acordo com o ponto de vista que estou defendendo, o significado das sentenças observacionais é determinado pelas teorias com as quais eles estão conectados. Teorias são significativas independente de observações; enunciados observacionais não são significativos a menos que eles tenham sido conectados com teorias. (...) É, portanto, a *sentença observacional* que requer interpretação, e *não* a teoria (FEYERABEND, 1965, p. 180, grifos do autor).

Exageros à parte, o ponto focal do autor merece alguma consideração. A interdependência entre teoria e observação parece ser cada vez mais nítida nas disciplinas que lidam com inobserváveis e com sistemas complexos. A crítica sempre radical de Feyerabend, no entanto, parece ‘jogar fora o bebê junto com a água do banho’. Ao criticar a visão empirista ingênua de que toda teoria somente adquire significado por meio da correspondência estrita com enunciados observacionais tidos como ‘puros’, o autor propõe um giro de 180 graus, dando primazia total ao enunciado teórico. Ao radicalizar a crítica ao empirismo, ele implicitamente reforça a dicotomia entre teoria e observação, optando por manter a disputa nos mesmos termos e adotando o lado contrário. Desse modo, o autor não propõe uma alternativa para resolver o problema, apenas acirra o embate.

Acreditamos que não se trata de alegar, como faz diversas vezes Feyerabend, que a ciência não é objetiva, que é sempre relativa e não realiza progressos ou que o procedimento científico é pautado pelo vale tudo. Ao contrário, o problema reside na própria polarização sobre a qual se apoia. Uma alternativa para escapar dessa armadilha seria considerar que a relação entre observação e teoria é menos nítida do que parece e não precisa ser postulada de antemão na resolução de problemas específicos, dado que cada tipo de pergunta pode exigir uma saída explanatória diferenciada. Uma consequência dessa polêmica foi o deslocamento da questão sobre os critérios de comparação entre teorias para o centro do debate epistemológico, pois a discussão

permaneceu durante algum tempo obscurecida pela força da proposta empirista-positivista.

Thomas Kuhn (1975) defende que o que é tido como fato em dada teoria, ou seja, o significado dos termos observacionais, pode ser diferente ou até mesmo incomensurável em outra teoria. Em função das diferenças existentes entre enfoques teóricos, algumas questões podem ser consideradas problemas reais ou especulações metafísicas. A história da ciência está repleta de casos em que problemas metafísicos foram considerados científicos e enunciados científicos foram tidos como metafísicos. Os conceitos da física e da biologia foram permeados por justificativas metafísicas durante muito tempo, assim como muitos termos teóricos posteriormente confirmados foram tidos como metafísicos durante determinados períodos. Talvez seja essa a origem da desconfiança empirista e do excessivo apego aos dados brutos da experiência sensível. No entanto, a história científica indica que muitas das mais importantes hipóteses científicas ignoraram tais receios.

A defesa da supremacia do vocabulário observacional como método para comparação entre teorias não leva em conta que no desenvolvimento de diferentes enfoques teóricos a própria observação é permeada por outras teorias, destronando uma separação estanque entre teoria e observação. Essa tese também toma como uniformes todos os dados observacionais, como se todos os modelos teóricos pudessem trabalhar com dados independentes e este tratamento servisse como critério distintivo inquestionável na determinação da significação dos termos teóricos e da escolha entre teorias rivais; ou ainda, como se houvessem somente componentes observacionais neutros que fossem comuns a todas as teorias e independentes do contexto teórico e discursivo.

Para Keat & Urry (1975), o equívoco do programa positivista derivou da utilização da polaridade entre observável e inobservável como critério demarcador na tentativa de solucionar questões de ordens diversas, como, por exemplo: a distinção entre graus de certeza e fundação epistemológica de teorias, a definição desse critério como necessário e fundamental à afirmação dos méritos de teorias concorrentes e o problema ontológico acerca da existência ou não de entidades inobserváveis. Tal postura contribuiu para a rejeição de teorias profícuas que acabaram se mostrando válidas, como a genética mendeliana. O estatístico Karl Pearson, por exemplo, tomava o conhecimento biométrico como preferível à genética mendeliana. Para ele, a teoria de Mendel era inaceitável porque feria os critérios de observação definidos em seus

pressupostos filosóficos. Para o autor, a tarefa da ciência consistia na descrição do mundo e não na postulação de entidades hipotéticas, como o gene. Mesmo após uma aceitação mais ampla das hipóteses mendelianas, Pearson continuou insistindo na restrição da teoria de Mendel à análise estatística das variabilidades, descartando a validade teórica de entidades inobserváveis.

Outro ponto polêmico foi tomar o fazer científico em uma dimensão atemporal e independente do contexto histórico, filosófico e cultural, como se as teorias fossem formas de questionamentos independentes do cenário epistemológico em que se inseriam. Sob essa visão, a filosofia da ciência trabalharia com conceitos metacientíficos – tais como explicação, lei, teoria – que, em si mesmos, seriam independentes de quaisquer teorias científicas particulares e que fariam parte de uma estrutura metateórica que teria por objetivo o estabelecimento de critérios formalmente válidos na análise de qualquer contexto explanatório. No entanto, o desenvolvimento das teorias científicas contribuiu para a alteração e revisão das metateorias epistemológicas, evidenciando a relação estreita existente entre o fazer científico e a proposta metacientífica.

Seguindo esse raciocínio, sustentado, entre outros, por Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, a revisão paradigmática de dada teoria científica pode contribuir para a revisão paradigmática de uma teoria metacientífica, ainda que a intenção da teoria metacientífica seja a de análise e, em última instância, validação formal da teoria científica. A metaciência, nesse caso, em vez de propor as condições de possibilidade do fazer científico, se apropria das novas contribuições desse mesmo saber. Nesse caso, a filosofia da ciência acaba explicitando sua dependência do fazer científico. Ela, que se preocupa em ditar as regras, é obrigada a se calar diante das transgressões epistêmicas bem-sucedidas. Nesse caso, a filosofia da ciência acaba explicitando sua faceta parasitária diante da práxis. Tal constatação faz surgir alguns questionamentos: não seriam os conceitos metacientíficos dependentes das teorias filosóficas que os fundamentam mais do que das evidências empíricas que insistem em contrariá-los? Em que medida podemos utilizá-los como critério comparativo entre teorias? Existiriam conceitos comuns da metaciência que estejam em condições de validação independente da teoria de que tratam e que comparam? E, caso existam, qual sua importância na comparação dos próprios conceitos científicos entre si? Em que sentido a comparação entre termos de teorias distintas sob a luz de uma metateoria contribui para o desenvolvimento de teorias distintas? Diante dessas questões, a própria distinção geral

entre ciência e metaciência se torna obscura e, com ela, todo o programa metacientífico das concepções puramente formais.

Como o programa positivista tem por objetivo a adoção de padrões externos e racionais para a resolução de disputas entre paradigmas concorrentes por meio da obtenção de critérios objetivos, aos quais todas as teorias deveriam se enquadrar, ele certamente se deparou com sérios problemas diante da explosão de teorias revolucionárias e conflitantes no início do século XX. A identificação desse programa com a abordagem naturalista não conseguiu dar conta do desenvolvimento das diversas ciências emergentes que escapavam aos critérios estreitos impostos pela concepção recebida de ciência. As insuficiências da proposta positivista se tornaram claras principalmente após a revolução darwinista do século XIX e o desenvolvimento da própria física no início do século XX, cujas contribuições epistemológicas serviram, entre outras coisas, para o questionamento da legitimidade de critérios demarcatórios excessivamente restritivos.

O positivismo tem se preocupado com a objetividade da ciência e enfatizado a independência das observações. Kuhn (1975, 1977, 2003) prioriza a relevância em detrimento da independência. No entanto, a superação dessa polêmica pode ser alcançada por meio de uma interpretação da ciência que faça justiça a ambos os fatores. Cabe a qualquer proposta epistemológica encontrar um caminho que satisfaça de modo relativamente seguro essas duas demandas. Esses problemas parecem estar ancorados na diferenciação entre teoria e observação, distinção que se mostrou útil em diversas ocasiões, mas também gerou disputas de difícil resolução. A separação entre teoria e observação, originariamente formulada para resolver os problemas envolvendo a significação de teorias, aceitabilidade e comparabilidade, não se mostrou infalível conforme proposta inicial, mas ainda assim permaneceu relativamente incólume. Resta saber se essa distinção, que a princípio se mostrou útil como ferramenta analítica, ainda mantém sua relevância ou acaba gerando mais problemas que soluções. Um dos argumentos que sustentam tal distinção é a discussão em torno do estatuto ontológico das entidades teóricas. Do que exatamente tratam os enunciados teóricos? A distinção entre termos observacionais e teóricos poderia ser considerada como paralela à distinção entre entidades existentes e não existentes?

Se os termos teóricos podem ser definidos por recorrência à observação, então a existência de entidades teóricas não precisaria sequer ser considerada, tal como defendeu o positivismo em suas primeiras definições. Sob esse ponto de vista, os termos teóricos podem ser tratados como conveniências que visam traduzir conjuntos de enunciados observacionais, como ficções heurísticas sem qualquer correspondente existencial direto. O átomo, o gene, o inconsciente, a bactéria, a molécula, entre outros termos, estariam reduzidos à condição de ficções cuja função epistemológica seria a de organizar conjuntos definidos de dados observacionais a fim de garantir a validade de determinada teoria com eficácia explanatória. Sua consideração existencial seria, portanto, descartada de antemão. Uma alternativa para escapar desse tipo de afirmação seria supor que o significado de um termo teórico não precisa ser necessariamente esgotado por um conjunto de enunciados observacionais definidos.

O positivismo, por sua vez, propõe que qualquer significado extra que possa ser outorgado ao termo teórico deva ser extraído de sua posição no contexto explanatório e não da pressuposição da existência de uma entidade hipotética qualquer. Algumas considerações deixam de se preocupar com a existência dessas supostas entidades e propõem a existência de um contínuo entre enunciados teóricos e observacionais, de modo que a adoção da existência ou não de uma entidade subjacente pode continuar a ser descartada. O contínuo entre o teórico e o observacional não deve ser transposto para o plano existencial, uma vez que não é possível imaginar um contínuo entre o existente e o não existente do mesmo modo que imaginamos um contínuo entre o teórico e o observável. De qualquer maneira, parece que uma das preocupações da posição positivista se baseia na recusa de atribuições de existência a termos não observáveis. A sustentação de tal receio parece cobrar um preço muito alto. Se o método de verificação de enunciados teóricos deve sempre recorrer à observação e se as entidades teóricas não são passíveis de observação factual, então, sob o ângulo positivista, somente pode ser dado ao termo teórico um tratamento operacional no conjunto do contexto explanatório. Em outros termos, uma vez garantida a significação de um termo teórico por meio dos métodos indiretos de comprovação empírica, a interpretação deste deve necessariamente ser compreendida como heurística. A atribuição de existência de um termo – o átomo, por exemplo – não pode ser considerada até que seja desenvolvido um método de observação direta, sendo sua significação derivada apenas da validade heurística da teoria. A existência da entidade, nesse caso, não deve ser considerada, apenas sua utilidade exclusivamente formal.

A correlação entre termos teóricos e enunciados observacionais por meio de regras de correspondência baseadas no modelo lógico-matemático e axiomático também se deparou com questionamentos. As críticas se dirigem à tentativa de transportar o modelo lógico-matemático para a esfera empírica e para a relação entre entidades, pois as relações que as entidades estabelecem entre si nem sempre são isomórficas às relações lógicas. Em resumo, “inspirados pela matemática, os filósofos conceberam todo conhecimento como apodíctico” (CASS, 1996, p. 33), pressupondo um isomorfismo entre a ordem do real e a ordem do racional.

Os problemas em torno da existência de entidades teóricas emergem das demandas de análise pautadas na distinção teórico/observacional e das propostas epistemológicas a ela associadas, utilizando-a como ferramenta analítica. A consideração da suposta existência de entidades das quais tratam os termos teóricos pode se apoiar no uso existencial realizado por muitas teorias científicas bem-sucedidas. A quantidade de teorias científicas que proclamam a existência de entidades por detrás dos termos teóricos é tão grande e exitosa que merece ser tratada com mais atenção:

Certamente devemos olhar para esta questão muito cuidadosamente antes de concordar em repudiar esta inclinação como ilegítima – como uma sobrecarga filosófica ou metafísica, imposta sobre uma ciência que é indiferente a questões de existência, ou para a qual tais questões são irrelevantes (SHAPER, 1969, p. 131).

De qualquer modo, a defesa da existência ou não existência dos referentes de termos teóricos não pode ser utilizada como critério para a validação de uma teoria científica, por muitas razões. Primeiramente, alguns referentes de termos teóricos têm se mostrado teoricamente impossíveis de existir, embora sua utilização ainda se mostre útil. Nesse caso, sua finalidade é definitivamente instrumental. Em outros casos, a suposição da existência de entidades referentes aos termos teóricos possibilita uma investigação mais minuciosa das condições de possibilidade e consequências de tal existência. Há ainda casos em que a existência se mostra possível, mas não contribui para a compreensão do fenômeno, sendo simplesmente descartada.

Em suma, a polarização entre observável e teórico deixa de levar em conta as complexidades envolvendo termos teóricos e a potencial existência de entidades às quais tais termos se referem. Um exemplo: por um lado, ela relaciona a existência de elétrons com um dado factual e não somente teórico; por outro lado, evidencia o caráter heurístico do termo em algumas abordagens teóricas (física quântica, por exemplo). O significado dos termos teóricos pode ser remetido a várias categorias diferentes com

funções diversas nas diferentes teorias às quais se aplicam: asserções de existência, termos idealizados, funções meramente heurísticas, entre outras. Como a tradição positivista endossou a distinção entre teórico e observacional como ferramenta indispensável no tratamento analítico dos enunciados científicos, as respectivas considerações metacientíficas, por consequência, acabaram manifestando a rígida distinção herdada.

3.2 As especificidades dos modelos explanatórios em biologia

A proposta de investigação epistemológica das ciências biológicas faz-se necessária em função de duas questões principais. Primeiramente, as disciplinas biológicas, em especial a biologia evolucionária, foram historicamente submetidas às mesmas críticas que a psicanálise freudiana, em virtude de sua inadequação à chamada concepção recebida de ciência, representada pelo positivismo lógico. A teoria darwinista foi, durante muito tempo, rejeitada em função do não enquadramento nos cânones epistêmicos predominantes na época em que Freud construiu sua obra. A outra questão pôde ser verificada no capítulo precedente, que procurou evidenciar como uma compreensão exegética da obra freudiana não é viável sem a consideração das inúmeras influências que as ciências biológicas desempenharam na constituição do repertório teórico psicanalítico. Constatamos como a obra freudiana se pautou pelo intenso diálogo com as disciplinas biológicas. Ainda que essa relação não tenha sido harmoniosa e estável, podendo ser caracterizada em alguns momentos como ambivalente, é inegável que as influências neurológicas, fisiológicas e, sobretudo, evolucionárias, desempenharam papel importante na formação freudiana e na constituição do edifício teórico da psicanálise.

O simples fato de Freud ter utilizado as hipóteses darwinistas em suas explicações de fenômenos psicológicos nos autoriza a investigar em que medida as questões epistemológicas implícitas nessa área do conhecimento contribuíram, direta ou indiretamente, para a constituição da obra freudiana. O autor não somente parece ter se aproveitado dos conteúdos biológicos vigentes, mas também fora influenciado em grande parte pela metodologia e epistemologia biológicas. Estas, por sua vez, sobretudo por meio da consolidação da teoria darwinista da evolução, apontavam caminhos diversos daqueles preconizados pelas ciências físicas vigentes. A reação à concepção recebida de ciência parece ter encontrado no solo fértil do paradigma darwinista e biológico a possibilidade de uma crítica sistemática e de uma proposta epistemológica menos restritiva.

Diversos autores importantes do cenário biológico⁸⁹, entre eles o biólogo evolucionista alemão Ernst Mayr – cuja produção intelectual em torno da biologia abarca praticamente todo o século passado –, defendem que o intenso desenvolvimento

⁸⁹ Mayr (1988); Hull (1975); Ruse (1998); Sober (1984); Rosenberg (1985), entre outros.

das ciências da vida possibilitou a ultrapassagem das propostas epistemológicas fornecidas pelos paradigmas predominantes. Tal defesa, por sua vez, fornece elementos para uma discussão epistemológica fomentada durante muito tempo no tratamento da psicanálise. Sem querer impor padrões epistemológicos de disciplinas distintas, nossa intenção é demonstrar que muitas questões abordadas pelas ciências biológicas foram igualmente tratadas no debate interno da psicanálise e podem ser utilizadas na discussão aqui proposta.

Para Mayr (1988), de 1920 a 1960 os positivistas lógicos e fisicalistas que dominaram a filosofia da ciência no final do século XIX e início do século XX tinham pouco interesse e ainda menor entendimento da biologia, simplesmente porque ela não se enquadrava em sua metodologia explanatória. Seus esforços para resolver todos os problemas científicos por pura lógica e medidas refinadas foram improdutivos, ou totalmente irrelevantes, quando aplicados aos fenômenos biológicos. A visão reducionista, que tinha como meta a incorporação do vocabulário e da explicação fisicalista em todas as ciências naturais, se deparou com sérios obstáculos ao tentar abarcar as diferentes disciplinas biológicas. As tentativas de redução dos sistemas biológicos ao nível de simples processos físico-químicos, bem como a eliminação de concepções biológicas em favor de conceitos puramente físicos, acabaram por se mostrar infrutíferas em grande número de casos. O processo de redução da linguagem biológica em linguagem física apresentou falhas, pois durante a redução as propriedades especificamente biológicas dos sistemas eram obscurecidas e a compreensão dos processos impossibilitada. A complexidade dos fenômenos não permitiu que eles fossem descritos meramente em termos de suas partes constituintes e interações físicas. O todo se mostrou muito mais complexo do que a simples soma das partes.

As características idiossincráticas definidoras e distintivas dos organismos vivos em relação a seus componentes físicos e químicos teriam que ser consideradas caso se quisesse construir paradigmas epistemológicos capazes de abarcar as diferentes áreas do conhecimento. Não se tratava da proposição de um abandono das análises físico-químicas ou um retorno a uma metafísica vitalista. A consideração dos processos biológicos necessitava de uma mudança de abordagem. Os organismos, apesar de obedecerem às leis físico-químicas, possuem ao menos duas características distintivas principais quando comparados aos sistemas físicos: diferenças nos modos de organização de seus sistemas e subsistemas e, principalmente, possuem de informação codificada que se relaciona com o meio através de intrincados mecanismos de

retroalimentação. Dentro dessa leitura, a filósofa Mary Midgley questiona as interpretações que terminam por comparar o modo de funcionamento dos organismos vivos com o de sistemas mecânicos:

Os animais não são máquinas; uma das minhas maiores preocupações é combater essa noção. Na verdade, apenas as máquinas são máquinas. Nada, além das máquinas, é feito de partes e propósitos inteiramente fornecidos por seres humanos. Nada mais, portanto, pode ser entendido pela simples leitura dessas partes e propósitos a partir da sua descrição. O modelo de comparações com máquinas é suficientemente útil em certos contextos ao tratar de animais simples, especialmente para explicar o comportamento de insetos. Em qualquer outro nível mais elevado é um pesadelo. A motivação de criaturas mais desenvolvidas é enormemente mais complexa do que a tradição supõe (MIDGLEY, 1979, p. 16).

Segue-se que a comparação entre os sistemas físicos e os biológicos, bem como a incorporação de modelos que contemplem as características distintivas das disciplinas biológicas, fornece elementos para a proposição de uma filosofia da ciência menos restritiva, que dê conta dos diversos campos científicos e das especificidades de seus objetos. Os organismos, diferentemente dos objetos inanimados, possuem uma natureza dual, sendo constituídos tanto por um programa genético como por um corpo extenso – este produzido pelas instruções do programa genético e obedecendo às leis físico-químicas. Diferentemente dos objetos inanimados, submetidos preponderantemente à influência externa de modo passivo, os organismos vivos possuem informações genéticas que controlam tanto sua ontogênese como sua filogênese, através de um processo de determinação multifatorial. Este pode ser considerado um dos principais motivos pelos quais não é suficiente em biologia procurar por um único tipo de causa no estudo dos fenômenos, como acontece algumas vezes com as ciências físicas.

O caráter dual dos organismos nos remete à postulação de uma cadeia de determinação composta por, no mínimo, dois tipos distintos de explicação dos fenômenos, tratados aqui como explicações próximo-causais e explicações último-causais. Usualmente, nas disciplinas biológicas, as explicações próximo-causais tratam das determinações fisiológicas e desenvolvimentistas dos processos biológicos, sendo de natureza predominantemente (embora não somente) físico-química. A pergunta exigida por esse tipo de explicação é “*como?*”. Exemplifiquemos: pergunta-se *como* as aves ‘sabem’ da sazonalidade migratória, em função de quais características físico-químicas ou ambientais elas respondem, *como* esses mecanismos operam em sua constituição e assim por diante. As explicações último-causais, por sua vez, nos remetem às condições histórico-ambientais e geralmente respondem a questões do tipo

“*por quê?*”: *Por que* as aves realizam a sazonalidade migratória? Em função de quais motivos históricos elas realizam essa regularidade comportamental?

Nesse exemplo específico, assim como em muitos outros, os dois tipos de explicação não somente podem, mas também devem funcionar conjuntamente para uma maior compreensão do fenômeno em questão. O que se percebe nessa análise das disciplinas biológicas é que as explicações para determinado evento são sempre parciais, embora não menos fidedignas. Pode-se considerar explicação biológica tanto aquela que leva em conta uma entre as diversas determinações último-causais como aquela que investiga uma entre as muitas determinações próximo-causais. Como o organismo é afetado por uma série de níveis de organização de seus sistemas e possui uma natureza dual, dificilmente uma única explicação biológica para seu comportamento será suficientemente completa.

O código genético pode ser considerado um dos conceitos que os filósofos da ciência com base em lógica, física ou matemática tiveram mais dificuldade em adequar a seus critérios epistemológicos. Tal conceito procurou muitas vezes ser entendido exclusivamente por meio da análise de sua constituição físico-química, respondendo apenas a um conjunto limitado de questões nas quais estava envolvido. Nesse sentido, é possível encontrar duas posições distintas em relação ao código genético. A primeira abordagem considera que a biologia não difere, em princípios e métodos, das ciências físicas. Seguindo essa linha de raciocínio, por exemplo, a biologia molecular estaria orientada com o tempo a uma redução epistemológica da descrição meramente física. A outra abordagem, em contrapartida, considera a biologia como uma ciência autônoma porque difere das ciências físicas em seu objeto, em suas questões, em sua malha conceitual e metodológica. A exigência de respostas requerida nessa abordagem não se restringe à descrição do domínio físico-químico. Tais posturas, por sua vez, estariam representadas por três alternativas filosóficas:

- a) Eliminativismo fisiológico: essa proposta procura explicar todos os processos vivos e estruturas em termos de movimentos e forças, sendo que, com o desenvolvimento das teorias, as demais formas de descrição seriam reduzidas à descrição físico-química.
- b) Antirreducionismo ontológico: essa postura nega a redução dos organismos aos respectivos conjuntos de movimentos e forças, tendo por base uma diferenciação ontológica entre os organismos vivos e a matéria inanimada. O vitalismo,

embora não somente ele, é uma forma de descrição que nega a identidade ontológica dos fenômenos biológicos quando comparados aos físico-químicos.

- c) Antirreduccionismo epistemológico: essa posição rejeita a discussão ontológica em virtude de suas dificuldades de validação empírica, mas também nega a redução epistemológica. Tal negação do reduccionismo epistemológico se deve ao grande valor epistêmico conferido às explicações que não se restringem à descrição físico-química. As explicações não restritas aos elementos físico-químicos alcançam, segundo essa postura, grande valor epistemológico, como podemos ver nos exemplos fornecidos pela biologia evolucionária, ecologia, etologia, citologia, entre outras.

As diferentes interpretações reducionistas às quais as ciências biológicas foram submetidas podem ser divididas em três grandes categorias: a redução constitutiva, a redução explicativa e a redução teórica. A redução constitutiva objetiva a dissecação dos eventos e fenômenos biológicos em seus constituintes, de modo que nenhum dos eventos encontrados no mundo dos organismos escape à explicação físico-química. A redução explicativa defende que todos os fenômenos do mais alto nível hierárquico podem ser explicados em termos de ação e interação dos componentes presentes no mais baixo nível hierárquico. Por oposição, os organicistas dizem que novas capacidades emergem em níveis hierárquicos mais altos e devem ser prioritariamente explicadas em termos dos elementos desse nível diferenciado. A redução teórica afirma que as estruturas conceituais e leis formuladas em biologia são apenas constructos formulados nas ciências físicas sob casos particulares, de modo que o problema residiria apenas na tradução dos constructos de uma linguagem para outra.

O sucesso que a biologia molecular atingiu no século XX pode ser considerado como um dos principais responsáveis pelo fortalecimento das diferentes teorias reducionistas aplicadas à biologia. Contudo, podemos perceber que as tentativas reducionistas alcançaram seu limite explanatório no campo da biologia molecular, restringindo seu domínio quase que exclusivamente a esse campo específico de problemas. Enquanto isso, o reduccionismo constitutivo, representado pela fisiologia constitucionalista e sobre o qual se apoiaram muitos teóricos, perdeu espaço no início do século XX.

Diante das limitações explanatórias dos programas reducionistas, o novo carro chefe das explicações em biologia passou a ser não mais a fisiologia constitucionalista,

mas a biologia evolutiva, substituindo o antigo vitalismo sem, contudo, recair em um completo mecanicismo. Loparic (2000, p. 02), ao discorrer sobre a animalidade no pensamento moderno, considera o pensamento dualista cartesiano como responsável pela abordagem mecanicista dispensada ao corpo, sendo o fenômeno vital e a animalidade em geral reduzidos à condição de “meras máquinas”. A visão vitalista se constitui como uma postura que rejeita a posição mecanicista através da introdução de pressupostos metafísicos. A postulação dos organismos como possuidores de propriedades únicas e distintas do inanimado – porém, sem qualquer apelo metafísico – contribuiu para a superação dessas duas tendências radicais dominantes até meados do século XIX.

3.2.1 Causalidade eficiente e Teleologia

A biologia evolucionária surgiu, nesse contexto epistemológico que estamos tratando, como um divisor de águas, responsável tanto pela superação de concepções metafísicas acerca dos processos biológicos quanto pela rejeição das concepções estritamente mecanicistas, abrindo espaço para as considerações naturalistas de ordem histórica e intencional. Uma das grandes contribuições do pensamento de Darwin na explicação dos fenômenos biológicos foi a reintrodução da causa final como elemento operatório no conjunto da teoria que se pretendia científica. A explicação teleológica passa a ser vista como comportamento orientado a um fim, cujo projeto teleológico não se dá de antemão, mas consiste em uma tendência à procura da satisfação de certas orientações de comportamento em vista de determinados fins. Ou seja, qualquer comportamento orientado em última instância por um programa genético pode ser considerado dentro de uma explicação teleológica.

O argumento teleológico pode ser definido como um modelo explanatório que admite a postulação de uma determinação ao mesmo tempo causal e intencional, ou ainda como um paradigma de explicação que não exclui a causalidade – ou a conjunção constante – nem a explicação físico-química, mas também não rejeita a intencionalidade nem a causa final. A causalidade eficiente ou a descrição de condições antecedentes e leis gerais, nesse caso, não constituem condições suficientes para a explicação do fenômeno, a menos que seja incluído o elemento intencional – no caso, o programa

genético – como condição necessária a ser introduzida na explicação. Em outras palavras, o funcionamento do organismo não é pensado mais apenas em termos passivos, mas é também definido pela existência de finalidades, de processos orientados por metas, que precisam ser levados em conta na explicação de eventos biológicos.

A revolução darwinista pode ser considerada como a grande responsável pela reintrodução da causa final aristotélica no contexto biológico de determinação. Os organismos passam a ser vistos como possuidores de partes constituintes que são ao mesmo tempo meio e fim, exigindo uma compreensão que ultrapassa a postulação de leis mecânicas. A vida é entendida como um sistema de funções integradas em que o todo se constitui mais do que a mera soma das partes, não podendo ser compreendida exclusivamente através do procedimento de decomposição incessante. A explicação do comportamento exige a causa final aristotélica, banida das ciências naturais pelo racionalismo do século XVIII e pelo materialismo do século XIX. Esse tipo de procedimento explanatório foi rejeitado devido sua suposta utilização indiscriminada na compreensão dos eventos naturais. A causa final fora, durante muito tempo, utilizada como elemento explanatório que atribuía finalidades antropomórficas a processos essencialmente mecânicos, dando origem a teorias metafísicas cujo valor científico era extremamente questionável.

O conceito antropomórfico de causalidade, ainda que primitivo, remete-nos ao período pré-socrático. Ele fazia parte da cosmogonia animista, que procurava explicar os eventos naturais em função de projeções de caráter psicológico. A cosmologia foi postulada de acordo com uma causalidade muito peculiar, e a ordem moral era transposta aos fenômenos da natureza no intuito de refletir uma organização material universal moralmente consequente. Copleston (1962, p. 41) lembra-nos de Anaximandro, para quem “os elementos quentes cometiam uma injustiça no calor e os frios no inverno”. Em função do caráter metafísico e antropomórfico de algumas descrições dos processos da natureza, as explicações com causalidade final e conteúdos antropomórficos e teleológicos foram simplesmente tidas como inválidas, independentemente do contexto teórico em que eram utilizadas. A introdução sistemática de uma diferenciação entre níveis explanatórios causais só foi

satisfatoriamente realizada por Aristóteles, que distinguiu quatro tipos de causas – a formal, a material, a eficiente e a final⁹⁰.

A noção aristotélica de causa incluía a definição de causa final como o elemento responsável pela procura ordenada de uma meta preestabelecida, sem a necessidade de postulados metafísicos adicionais⁹¹. Tal definição se enquadra em grande parte dos casos em que a explicação é utilizada em biologia, motivo pelo qual Mayr (1988) considera Aristóteles como o primeiro biólogo geneticista. Aristóteles introduz a visão teleológica na própria definição de causalidade, não recorrendo a nenhum recurso metafísico – à maneira de um essencialismo metafísico platônico. Mayr considera que seu *eidos* pode ser análogo ao contemporâneo programa genético, pois se assemelha ao *telos* do organismo desenvolvido, tal como o *telos* de um projeto de uma casa.

Essa formulação de causa final desvinculada do recurso metafísico suplanta a concepção newtoniana de ação e reação quando aplicada aos organismos, uma vez que o DNA (ou *eidos*) pode ser considerado como pura ação, não modificada no indivíduo pelas contingências ambientais – sem reação sobre ele, portanto. A própria noção de indivíduo deve ser relativizada nesse caso, dado que o organismo individual só pode ser considerado na trama causal genética através de sua aptidão à sobrevivência e capacidade para transmissão de seu código genético. Aristóteles poderia ser considerado como aquele que suprimiu a dicotomia entre a interpretação mecanicista dos processos biológicos e a explicação com vocabulário intencional. Uma citação de Claude Bernard que, não por acaso, afirmava seu desinteresse pelas teorias de Darwin, ilustra exatamente a antiga dicotomia:

Nós admitimos que os fenômenos vitais são vinculados às manifestações físico-químicas, mas é verdade que o essencial não é explicado por elas. O determinismo não pode ser mais do que o determinismo físico-químico. A força vital e a vida pertencem ao mundo metafísico (BERNARD *apud* MAYR, 1988, p. 30)

A grande rejeição da teoria da evolução de Darwin durante o século XIX até meados do século XX foi resultado tanto de concepções metafísicas e religiosas

⁹⁰ As quatro causas aristotélicas podem ser resumidas em: causa material, de que matéria alguma coisa é feita, do que a coisa consiste; causa formal, o padrão, a forma ou estrutura que essa coisa assume; causa eficiente, aquilo que dá origem, o início responsável pela coisa, a fonte da mudança e do repouso; causa final, ou aquilo para o qual a coisa é feita, seu propósito, meta ou fim, aquilo pelo qual se faz algo.

⁹¹ Francis Bacon, por exemplo, delimita o domínio científico da física pela descoberta das causas materiais e eficientes, ficando a cargo da metafísica a descoberta das causas formais e finais. Para o autor, as explicações baseadas em causas finais não são científicas e não podem ser utilizadas no âmbito das ciências naturais, ficando restritas ao domínio das ações humanas.

contrárias como de concepções epistemológicas antirreducionistas, que viam no programa darwinista a redução das explicações históricas as suas bases físico-químicas. Ritvo nos dá um exemplo claro do receio dos autores diante da revolução darwinista:

Tanto seus críticos quanto seus defensores – como Haeckel – revelam que a teoria de Darwin era considerada na época como algo que fornecia uma base físico-química para a evolução. Von Baer aceitara a evolução, mas rejeitara a seleção natural de Darwin, porque temia que as variações casuais de Darwin substituíssem, em biologia, a intencionalidade pelo materialismo (RITVO, 1992, p. 42).

Ao longo da história, muitos nomes foram dados para compreender os fenômenos teleologicamente orientados, como *entelechia*, ou élan vital, mas nenhum deles foi satisfatoriamente formulado sem a recorrência a postulados metafísicos. Alguns conceitos até foram travestidos de científicos, como o de ortogênese, bem como os que seguiram tendência similar, como a aristogênese⁹². Todos esses conceitos faziam parte de um grupo de teorias autogenéticas que acreditavam em um progresso evolutivo ascendente com um fim determinado. A confusão parece derivar da transposição da intencionalidade – da ação direcionada a um fim – do indivíduo para a natureza. Autores como Herbert Spencer, em livros como *Do Progresso: sua lei e sua causa* (1939), atribuíam a todos os processos naturais e sociais uma tendência inexorável de mudanças que conduzem necessariamente ao progresso e ao desenvolvimento orgânico e intelectual. Tal pensamento estabelecia uma hierarquia de complexidade unidirecional e ascendente no curso evolucionário, culminando inevitavelmente no surgimento da cultura e das organizações sociais contemporâneas:

Vimos a transição do simples para o complexo, através de um processo de sucessivas diferenciações, nas primitivas modificações do Universo, que a razão autoriza a supor, como nas outras que uma indução legítima permite afirmar; assim, na evolução geológica da Terra e climática da Terra, e em cada um dos organismos sobre sua superfície; não menos no desenvolvimento da Humanidade, embora a consideremos como individualidades civilizadas ou como agregações de raças; ele é igualmente visto na evolução da Sociedade com respeito a sua organização política, religiosa e econômica; e, do mesmo modo que em tudo isso, é visto nos numerosos produtos concretos e abstratos da atividade humana que, por toda a parte, nos rodeiam na época atual (SPENCER, 1939, p. 56).

O raciocínio expresso por Spencer deriva do equívoco de se transpor a intencionalidade manifesta em comportamentos instintuais aos processos históricos como um todo. Darwin, a esse respeito, questiona:

⁹² A aristogênese pode ser entendida com um processo ótimo e ilimitado de orientação evolutiva que caminha no sentido de uma conscientização crescente e seres mais perfeitos.

Eles acreditam que isso revela o projeto do Criador; mas, a não ser que se especifique ordem no tempo ou no espaço, ou o que mais se entenda por projeto do Criador, parece-me que nada é acrescentado ao nosso conhecimento. (...) Me dê ordem e tempo que eu lhe darei o chamado projeto Divino (DARWIN, 1859, p. 413).

Darwin contribuiu decisivamente tanto para a superação de muitas explicações teleológicas metafísicas como para a aceitação do uso de explicações teleológicas na ciência. A teoria da seleção natural, ao tratar com variáveis estocásticas e fundamentalmente históricas, restringia a interpretação teleológica de alguns sistemas filosóficos que atribuíam uma sequência necessariamente progressiva às espécies e até mesmo ao desenvolvimento cultural. Essas concepções fundamentavam a linha ascendente pré-determinada por algum plano – divino, transcendente ou determinista –, uma espécie de *scala naturae* ou processo que conduz permanentemente ao progresso e à perfeição. Tais ideias foram encontradas tanto nas formulações filosóficas platônicas como nas lamarckistas. Independente da posição metafísica subjacente, o argumento central era o de que o processo evolutivo seria predeterminado e necessário. Segundo tal ponto de vista, a seleção natural apenas evidenciaria uma lei teleológica, através da indicação de metas futuras de desenvolvimento. A palavra evolução adquiriu preponderância sobre as teorias, ao contrário dos termos mais adequados para designar o processo filogenético: variação e seleção⁹³. O equívoco também deriva da analogia entre desenvolvimento ontogenético e filogenético, como se a filogênese também trabalhasse em função de algum programa ou plano pré-determinado com vistas a um fim. Ela parte do pressuposto de que existe algum tipo de código genético de segunda ordem ou força teleológica metafísica que orienta a natureza em direção ao desenvolvimento inexorável.

A negação desse conjunto de hipóteses não impediu que Darwin considerasse o papel preponderante desempenhado pelo comportamento teleologicamente orientado dos organismos, não descartando a explicação teleológica no nível ontogenético. Para o

⁹³ Sobre a noção de evolução em Freud, Winograd (2007, p. 73) afirma: “A noção de evolução é bastante fluida. Tanto pode significar a própria vida (com suas etapas: nascimento, desenvolvimento, decadência), quanto se confunde com a ideia de progresso ou é identificada a uma potência criadora. Seja como for, nos três casos, a evolução está estreitamente associada com uma temporalidade. Segundo a Teoria da Evolução, ela pode ser resumida da seguinte maneira: todos os seres vivos são o resultado de uma longa série de transformações que conduziram à aparição e à diversificação das espécies por filiação a partir das formas de vida elementares. Noutras palavras, a evolução é a continuidade dos seres vivos numa dessemelhança orientada. Compartilhando desta noção de evolução, Freud acreditava que, assim como era possível traçar uma história da biologia da espécie humana através dos tempos, também deveria ser possível construir um histórico das formas anímicas, vislumbrando a herança deixada pelas organizações psíquicas ancestrais. Para tanto, contudo, ele contava com a biologia evolutiva, mesmo sabendo que a constituição do psiquismo não pode ser reduzida à suposta evolução linear biológica”.

autor, a natureza apenas privilegia estratégias de adaptação e reprodução bem-sucedidas, não determinando qualquer evolução de antemão e não se importando com o grau de desenvolvimento ou ‘progresso’ das espécies ou dos sistemas e subsistemas constituintes.

Grande parte da confusão em torno dos enunciados teleológicos pode ser atribuída a sua utilização arbitrária e indiscriminada no tratamento de diferentes tipos de fenômenos. Os motivos para a aceitação ou rejeição das explicações teleológicas podem ser remetidos em parte a sua significação semântica, dado que a mesma palavra tem sido utilizada em sentidos contraditórios. Uma das grandes contribuições de Darwin foi diferenciar os processos teleológicos individuais – direcionados a um fim – das mudanças evolutivas – que conduzem a determinado fim, mas não são direcionadas.

Os processos teleológicos podem ser divididos em genuínos ou em aparentemente direcionados a um fim, designados, respectivamente, como processos teleonômicos e teleomáticos. Os processos teleonômicos, direcionados a um fim, são extremamente variados no mundo orgânico. São processos guiados por um programa, que dependem da existência de alguma meta prévia, seja uma estrutura, uma função fisiológica, uma posição geográfica, entre outras. Os processos teleomáticos, por sua vez, são aqueles que podem conduzir a determinados fins, mas que não são orientados por aquele fim. Eles são orientados passivamente e explicados em termos de causalidade eficiente ou de condições antecedentes e leis gerais. Seria equivocado dizer, por exemplo, que o objetivo de toda linha evolucionária é a extinção somente porque a imensa maioria das linhas foi extinta. Nesse caso estaríamos descrevendo um processo teleomático em termos teleonômicos, como se houvesse algum direcionamento, análogo ao genético, responsável pela condução implícita do processo como um todo e tendo como meta o resultado final obtido.

Independente das condições históricas, o processo teleonômico é designado pela existência de um programa que indica uma finalidade. No caso dos organismos, o programa em questão se apresenta como informação pré-arranjada que controla um processo, sendo os organismos mais desenvolvidos possuidores de programas abertos, com múltiplos esquemas de *inputs*, *outputs* e mecanismos de retroalimentação complexos – estados fisiológicos internos, homeostáticos, autopoieticos⁹⁴, entre outros.

⁹⁴ A autopoiese é um conceito, empregado inicialmente pelos biólogos e filósofos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela, que designa os elementos característicos de um sistema vivo e sua estrutura. Esses autores entendem os processos vitais através da autonomia e constância de uma determinada organização das relações e dos

Nesse sentido, a ação propositiva de um indivíduo, na medida em que é baseada nas propriedades de seu código genético, pode ser vista como teleonômica. Podemos citar vários exemplos de processos teleonômicos, já que, em última instância, o comportamento pode ser entendido como resultado de um conjunto de variáveis inseridas em um programa – aberto, no caso humano. A confusão explanatória deriva da indistinção entre o modo de aquisição de um programa e o comportamento adquirido durante a sua operação. O equívoco resulta do tratamento de um processo teleomático como se fosse teleonômico. Para Pittendrigh (1958), os processos dirigidos a um fim deveriam ser descritos unicamente como teleonômicos, objetivando evitar os equívocos semânticos, uma vez que a causa verdadeira do processo está situada em um programa material existente antes do início do processo teleonômico (alimentado por mecanismos executivos de retroalimentação, mediadores que operam durante o comando de um programa inicial).

Os sistemas teleológicos devem ser considerados como *processos* direcionados a uma meta e não como propriedades de qualquer sistema. A direção-a-fim não pode ser confundida com funcionalidade. Um determinado sistema pode ser funcional sem ser direcional. Por exemplo, dizer que determinado objeto (veneno, arma) tem o potencial para matar alguém difere de considerá-lo como um objeto dotado de intencionalidade. Esse equívoco é cometido por autores que atribuem intencionalidade a objetos ao confundi-los com os processos que estes possam executar: chamar um martelo de sistema teleológico, porque sua função é fixar um prego, é confundir sua função com uma suposta intencionalidade.

Assim, o erro reside em tratar determinada estrutura como teleológica somente porque esta provê os meios para a realização de um processo direcionado a um fim. Há uma distinção entre propriedades funcionais de sistemas e diretividade-de-metas (teleonomia). Esta pode ser considerada a principal distinção entre processos teleonômicos e outros processos. Sistemas adaptativos são muitas vezes chamados de teleológicos, como se fossem direcionais. O sistema nervoso, por exemplo, é adaptativo, mas não teleonômico (apenas participa de processos teleonômicos). Ou seja, não se

elementos constitutivos de um sistema. Tal organização é caracterizada como autorreferencial, ou seja, sua ordem interna é gerada a partir da interação dos seus próprios elementos, e autorreprodutiva, pois tais elementos são produzidos a partir da rede de interação circular e recursiva. É interessante notar como o conceito acabou adquirindo relevância epistemológica ao ser utilizado por outras áreas do conhecimento – como as ciências sociais, a filosofia e o direito – no tratamento de fenômenos, dado que procurava superar a metodologia puramente analítica dos elementos de um sistema em direção a uma metodologia que considera as relações funcionais que os elementos estabelecem entre si e com os demais sistemas.

aplica o conceito de teleonômico a sistemas estáticos, apenas a processos. Em suma, há uma distinção importante na atribuição de teleologia a sistemas estáticos, pois teleonomia refere-se apenas a processos que visam alguma meta e trabalham no sentido programado para alcançá-la. O conceito de adaptação, por si só, não visa um fim, mas expressa uma relação existente entre organismos, resultante da seleção natural. Esses organismos desempenham processos teleonômicos, mas não são em si processos teleonômicos; eles são o resultado de pressões adaptativas e seleção natural. Os dois conjuntos de explicação – próximo-causal e último-causal – devem ser diferenciados na discussão dos sistemas teleológicos. Desse modo, um sistema é potencialmente teleonômico porque possui uma programação dotada de certa intencionalidade, sendo a gênese da programação uma questão independente.

A utilização de explicações teleológicas em contextos diferenciados foi responsável por muita confusão epistemológica e até mesmo metafísica na explicitação dos fenômenos biológicos. A utilização da linguagem teleológica para explicar processos evolucionários, como ‘o olho surgiu *visando* vantagens adaptativas’, ainda gera certa polêmica, mesmo no debate biológico contemporâneo. Embora a maioria das interpretações finalistas e de orientação vitalista tenha sido eliminada das ciências biológicas com a consolidação do darwinismo, as dúvidas a respeito da utilidade epistemológica dos enunciados teleológicos ainda não se esgotaram. Alguns defendem o abandono destes em favor de um discurso que reflita o caráter não finalista dos fenômenos naturais. Em contrapartida, outros propõem uma abordagem discursiva que mantenha as explicações teleológicas em função do auxílio na compreensão dos fenômenos ou da própria impossibilidade de se trabalhar satisfatoriamente de outra maneira.

Notamos que o conceito de causa final, banido pelo pensamento mecanicista e materialista dos séculos XVII e XVIII, foi reintroduzido nas ciências em função do ganho no conhecimento dos processos biológicos proporcionado pelo pensamento darwinista. Darwin foi responsável por manter a teleologia em operação nos organismos – entendida como comportamento geneticamente orientado – ao mesmo tempo em que expulsou qualquer explicação metafísico-teleológica da natureza – explicação esta apoiada em algo como um plano divino, ou inteligência ordenadora, que guiaria a evolução em direção a metas predeterminadas. A emancipação da biologia proporcionou a superação do vitalismo, por um lado, e do mecanicismo, por outro. Uma consequência dessa nova postura explanatória foi a marginalização de questões como o

determinismo laplaciano e a teleologia universal, bem como a emergência de explicações intencionais no cenário científico-naturalista, abrindo espaço para a constituição de disciplinas que tratam de comportamentos teleológicos em um contexto explanatório naturalista, como é o caso da disciplina freudiana.

3.2.2 Outras idiossincrasias dos sistemas biológicos

O desenvolvimento das ciências biológicas, com suas múltiplas abordagens, evidenciou outras diferenças entre o estudo dos organismos e o estudo da matéria inanimada – utilizado como base para os paradigmas epistemológicos propostos pelas ciências físicas. Primeiramente, foi atribuída aos organismos a formação de sistemas complexos dotados de peculiaridades, tais como: a capacidade para responder à estimulação externa, acumular ou dispensar energia, crescer e, principalmente, replicar-se. O processo de replicação ainda admite inúmeras variações que interagem com o ambiente através da seleção natural. Os organismos constituem sistemas abertos que se mantêm em estado de prontidão aos *inputs* e *outputs*, com mecanismos de retroalimentação responsáveis pela manutenção da homeostase e compostos por entidades que, quando unidas, dão origem a novas formas de organização em níveis superiores. Trata-se de um emergentismo de propriedades não explicadas completamente através da análise de seus elementos constituintes. As entidades atuam como organizações complexas e não podem ser analisadas separadamente sem que algumas de suas funções definidoras gerais se desvançam. Nos organismos vivos, a emergência de novas propriedades em níveis diferenciados de organização é muito mais acentuada que nos objetos inanimados, razão pela qual a rejeição das propostas reducionistas encontra respaldo empírico.

Outra característica distintiva dos organismos é a sua capacidade de se organizar em populações. As biopopulações diferem nitidamente das classes ou conjuntos de objetos inanimados não apenas em sua propensão à variação, mas também em sua coesão interna e restrição espaço-temporal. Em outras palavras, não há nada na natureza inanimada que se assemelhe ao conceito de biopopulação nas ciências biológicas. Essa característica é tida por Bunge (1963, p. 19) como determinação estrutural ou holística, sendo alheia a uma proposta determinista *stricto sensu*. Para Bunge, a determinação

estrutural pressupõe uma ordem de interação entre o todo e a parte que não se limita à ordem causal, muito embora o todo não possa ser visto como anterior às partes, mas sim como determinado por elas⁹⁵.

Por fim, podemos enfatizar o já discutido mecanismo de armazenamento e transmissão de informação adquirida. O ácido desoxirribonucléico (DNA) dota o organismo de uma dualidade constitutiva, dado que o genótipo controla a produção do fenótipo que, por sua vez, é determinante para a transmissão do genótipo. Essa pequena diferença em comparação à natureza inanimada representa uma mudança enorme no paradigma epistemológico e explanatório. A passividade da natureza inanimada garante certa previsibilidade dos processos, dado que os fenômenos podem ser explicados unicamente em função de causas eficientes – ou de condições antecedentes e leis gerais, de acordo com o modelo nomológico-dedutivo.

Conforme vimos, a característica teleonômica dos organismos introduz a causalidade final como elemento imprescindível na explicação dos comportamentos, ao mesmo tempo em que procura explicar diversas classes de comportamentos por meio de sua gênese histórica e funcionalidade. O genótipo passa a ser explicado não somente em decorrência de sua constituição físico-química, mas também como produto que incorpora experiências ancestrais, permitindo a investigação científica acerca das condições último-causais históricas. A natureza passa a ser vista não mais como um objeto estático de estudo científico-experimental, mas como resultado de um processo histórico de transformação entendido multifatorialmente. O genótipo dota o organismo de uma “memória” que é responsável pelas diferenças qualitativas entre organismos, pois cada programa genético é uma combinação única de milhares de genes.

A metodologia de investigação histórica, anteriormente tratada como exclusividade da investigação dos fenômenos humanos, passa a fazer parte essencial do rol das ciências da natureza com o desenvolvimento das teorias biológicas e geológicas. Não por acaso Freud utilizara fartamente a explicação histórico-filogenética como subsídio epistêmico na constituição de sua disciplina. O êxito do procedimento genealógico da teoria darwinista permite que Freud vislumbre um método de formulação de hipóteses que lhe garante ao mesmo tempo uma legitimidade epistêmica e uma ferramenta especulativa de grande utilidade teórica.

⁹⁵ Embora Bunge não trate especificamente de exemplos biológicos nesse caso, sua conceituação pode perfeitamente se adequar à presente discussão epistemológica.

As diferenças observadas nos objetos de estudo das ciências físicas e biológicas fizeram com que essas disciplinas também fossem marcadas, pelo menos inicialmente, por propostas metodológicas diferenciadas. As ciências físicas se constituíram predominantemente através da metodologia experimental, favorecendo as proposições que culminaram no modelo nomológico-dedutivo. A utilização de tal modelo desempenhou papel imprescindível no processo de validação, dado que a estrutura lógica garantia ao mesmo tempo a possibilidade de previsibilidade e de aplicação técnica. Para o referido modelo, contudo, a postulação de causas subjacentes ao fenômeno a ser explicado era tida como dispensável ao desenvolvimento da disciplina, pois não garantia logicamente a verdade ou falsidade do conjunto de proposições, tampouco acrescentava qualquer ganho prático sobre as exigências de previsibilidade. Ou seja, o conhecimento é pensado como o estabelecimento de relações de regularidade que prescindem da noção de causalidade e, dessa maneira, deve evitar a postulação de elementos ocultos na explicação das relações entre os fenômenos observados.

As ciências biológicas, não obstante, se constituíram tanto através da metodologia experimental como por meio da metodologia comparativa, e também fizeram farto uso de conceitos que se referem a causas ocultas a serem futuramente investigadas. Nas ciências físicas, por exemplo, não há nada semelhante a uma hipótese último-causal em biologia, de caráter histórico, unidirecional e contingente. Sequer a evolução das galáxias poderia ser entendida nos mesmos moldes que a biológica, pois esta pode ser considerada como um processo puramente transformacional e não variacional, como a evolução das espécies. Nas ciências biológicas, tanto o método experimental, mais vinculado à explicação próximo-causal, quanto o método comparativo, vinculado à explicação último-causal, se mostraram úteis e necessários à plena compreensão de qualquer fenômeno biológico. Os dois tipos de explicação operam de modo complementar. Um exemplo pode ser obtido no tratamento do código genético: enquanto a biologia molecular e funcional lida basicamente com a decodificação do programa genético, a biologia evolutiva lida com a explicação do processo de constituição dos programas genéticos e suas mudanças. Embora se constituam como programas de pesquisa distintos, eles podem ser considerados como pertencentes a um mesmo paradigma científico.

3.2.3 Leis e Teorias em Biologia

A relação entre leis e teorias também encontra ressonância em nosso contexto de análise das ciências biológicas. Nas ciências físicas clássicas era comum atribuir universalidade às relações entre tipos de eventos e postular leis que expressassem a regularidade entre classes de fenômenos, razão pela qual Karl Popper propôs o princípio da falseabilidade como um critério definidor do estatuto de cientificidade. A biologia moderna, em contrapartida, procura trabalhar com generalizações estatísticas ou probabilísticas aplicadas a domínios restritos e temporais delimitados. O uso da palavra lei é, portanto, frequentemente dispensável e na maioria das vezes questionável.

A abordagem biológica multifatorial entende a resposta de um organismo – enquanto um sistema complexo – virtualmente como uma resposta restrita a um conjunto de fatores extrínsecos e intrínsecos idiossincráticos, não sujeito à replicação e controle experimental e dificilmente passível de previsibilidade acurada. A ecologia, por exemplo, apesar de se constituir como uma disciplina que lida com ferramentas utilizadas pelas ciências exatas, dificilmente consegue ser submetida ao controle experimental ideal. Ela tampouco consegue prever com exatidão todas as consequências ambientais decorrentes de modificações em sistemas complexos. No estudo dos organismos individuais, como cada organismo é composto de múltiplos fatores intrínsecos e extrínsecos, a previsibilidade de conjuntos de comportamentos e as possibilidades de estabelecer leis universais são reduzidas. Mesmo o desenvolvimento das ciências físicas contemporâneas acabou tendo que abrir mão do conceito de lei em sua acepção determinista mais estrita. A mecânica quântica, a mecânica estatística e muitas outras disciplinas têm trabalhado prioritariamente com ferramentas estatísticas e questionado a tese laplaceana, empiricamente inviável⁹⁶:

Devíamos (...) considerar o estado atual do universo como efeito do seu estado anterior e causa do que vai se seguir. Suponha-se (...) uma inteligência que conhecesse num momento dado todas as forças que atuam na Natureza e o estado de todos os objetos que a compõem, que fosse suficientemente ampla para submeter esses dados à análise matemática, poderia expressar numa única fórmula os movimentos dos maiores astros e dos menores átomos. Nada seria incerto para ela; e o futuro, tal como o passado, estariam presentes aos seus olhos (LAPLACE, 1814/1951, p. 04).

⁹⁶ O físico Marcelo Gleiser ironiza a intenção totalizadora das diretrizes laplaceanas por meio da crítica ao ideal estético de simetria e à fé contida das ciências físicas: “A simetria é bela, a beleza é verdade e, portanto, a simetria é verdade. Esta estética está profundamente arraigada nas ciências físicas. E precisa mudar. (...) A fé na unidade de todas as coisas é transportada para a física moderna” (GLEISER, 2010, p. 04).

O desenvolvimento das ciências físicas, com as discussões em torno do grau de determinação dos fenômenos no nível quântico, contribuiu decisivamente para o questionamento da exigência de leis universais na explicação da totalidade dos fenômenos. Alguns dos problemas e noções adotadas pelas ciências naturais, quando observadas sob o novo contexto da teoria quântica, acabam por abalar os alicerces das teorias clássicas. Segundo Heisenberg, os trabalhos probabilísticos de Born, Krames e Slater acabaram corroborando o conceito aristotélico de *dynamis*. Heisenberg acredita que:

A concepção de que os eventos não estão determinados de modo peremptório, mas a possibilidade ou a tendência para que um evento ocorra apresenta uma espécie de realidade intermediária, meio caminho entre a realidade maciça da matéria (materialismo determinista clássico) e a realidade intelectual da ideia (idealismo platônico). As leis da natureza não mais determinam os próprios fenômenos, mas a possibilidade de ocorrência, a probabilidade de que algo ocorrerá (HEISENBERG, 2000, p. 16).

Para Mayr (1988), contudo, foi o desenvolvimento das ciências biológicas no século XX que mais contribuiu para a superação das exigências nomológicas.

A antítese comumente postulada entre o modelo nomológico-dedutivo e as disciplinas que tratam de fenômenos históricos se baseava na controvérsia entre explicações nomotéticas e idiográficas. O modelo nomológico-dedutivo tem como premissa a procura pela regularidade e universalidade postulada entre conjuntos de eventos, bem como a busca pela lei que servirá de guia para as deduções e previsões. As abordagens históricas, por sua vez, procuram explicar os eventos em sua linha idiossincrática de desenvolvimento, e as generalizações surgem somente como horizonte epistemológico, por meio da formulação de esquemas especulativos inseridos em uma escala temporal. As abordagens físico-nomológicas e as biológicas se diferenciaram não somente pela especificidade de seus objetos de estudo, mas também pelos pressupostos epistêmicos adotados. Estes foram ancorados em posições filosóficas que se tornaram arraigadas e intocadas. Um exemplo é a proposta, derivada do estudo dos fenômenos físicos – ao menos durante o período que compreende seu desenvolvimento inicial até o início do século XX –, que estabelece uma relação de necessidade entre uma abordagem explicativa e uma predição precisa. Essa crença é expressa na postulação hempeliana da necessidade lógica que existiria entre os enunciados que tratam da explicação e da predição de fenômenos.

Hempel se baseia na análise da própria estrutura lógica das explicações utilizadas nas ciências físicas, derivando esse modelo para o tratamento das ciências históricas. Para ele, a diferença entre as duas formas de conhecimento – ciências históricas e físicas – seria meramente metodológica, pois as primeiras utilizariam a explicação como método privilegiado e as últimas utilizariam tanto a explicação como a predição. Não havendo diferença na estrutura lógica utilizada na explicação e na predição, não haveria motivos para se postular diferenças fundamentais entre os dois tipos de conhecimento, de modo que nas ciências históricas seria igualmente possível a postulação de predições, desde que as condições antecedentes e as leis gerais fossem suficientemente identificadas. A formulação de hipóteses envolvendo a relação lógica entre dois ou mais enunciados estaria na base de ambos os procedimentos. Hempel defende a proposição de uma unidade metodológica e epistêmica comum às ciências empíricas. O problema da maioria dos estudos em ciências históricas, para o autor, residiria no não atendimento das regras de validação epistemológica, recaindo no erro metodológico responsável pelo debate acerca de sua validade. A partir do momento em que as ciências históricas obtivessem maior precisão epistemológica, elas superariam os equívocos metodológicos e conceituais, saindo da condição de esboços explanatórios em direção à condição de explicações completas⁹⁷. A precisão seria obtida por meio da aplicação do modelo explicativo, tendo por base a referência a hipóteses gerais e conjunções constantes – ou probabilísticas – entre eventos.

No entanto, muitos autores já criticaram a relação de simetria entre explicação e predição tal como postulada por Hempel. Uma boa explicação para um evento não pode ser considerada condição necessária nem suficiente para a sua predição. A simetria entre explicação e predição é uma característica contingente nas explicações históricas. As ciências biológicas, apesar de provir do cenário das ciências naturais, ilustram exemplarmente a rejeição da hipótese hempeliana. Essas ciências, que tratam de eventos históricos e unidirecionais, não pressupuseram qualquer simetria entre explicação e predição e, no entanto, obtiveram explicações satisfatórias para os fenômenos com os quais se defrontaram. Não somente a biologia, mas outras ciências naturais que lidam com sistemas complexos – como a meteorologia, a geologia, a arqueologia – abdicaram

⁹⁷ Ainda, para Hempel (1965, p. 238), “esboços de explicações são comuns também fora do domínio histórico; muitas explicações em psicanálise, por exemplo, ilustram esta questão”. Apesar de tomar as explicações em psicanálise como esboços de explicação, Hempel considera que elas são aceitáveis, divergindo da posição popperiana. Para Hempel, as explicações psicanalíticas seriam diferentes das pseudo-explicações, dado que seriam passíveis de submissão aos testes empíricos.

e muitas vezes não admitiram trabalhar com tal pressuposto epistêmico. Para Scriven (1959), a habilidade para fazer previsões não é condição necessária de validação das teorias biológicas. A simetria explicação-predição falha claramente em casos presentes nas teorias da termodinâmica, ecologia e biologia evolucionária. Na física nuclear, por exemplo, as hipóteses que descrevem o decaimento de átomos de isótopos instáveis não conseguem prever um acontecimento individual e, quando se trata de um número maior de átomos, mesmo a previsão estatística se torna empiricamente insustentável. Na biologia evolucionária é possível explicar muitas características físicas e comportamentais dos organismos em função de sua adaptação fisiológica, embora não seja possível prever quais novas adaptações podem surgir.

Conclui-se que a relação entre explicação e predição, embora logicamente consistente, não encontra respaldo no terreno prático das ciências empíricas, pelo menos não em todas. Logo, um novo elemento deve ser incluído no contexto epistemológico-explanatório: a reconstrução histórica de fatos singulares. Nesse sentido, a biologia evolucionária talvez tenha sido a disciplina científica que mais contribuiu para a superação da proposta de simetria entre explicação e predição, por meio da metodologia de reconstrução dos eventos singulares e irreversíveis. A teoria que procura compreender o conjunto desses eventos singulares, por sua vez, contém espécies de leis gerais, embora não passíveis de aplicação em um modelo simétrico hempeliano.

A aplicação da proposta de simetria falha porque as leis gerais referem-se a *tendências gerais* ou classes de eventos que possibilitam a reconstrução de processos evolucionários, mas que não exigem a dedução exata e lógica a partir da explicitação dos enunciados contidos no *explanans*. Uma tendência, ao contrário de uma lei geral, expressa uma regularidade geral durante um determinado período de tempo. As tendências podem funcionar como resultantes de leis gerais, o que não invalida seu valor epistêmico. As leis gerais, por sua vez, expressam regularidades atemporais, não sendo aplicadas restritamente a períodos específicos. Podemos dizer, por exemplo, que a tendência das sociedades humanas se tornarem mais complexas é uma tendência geral observada empiricamente em muitas ocasiões, mas não pode ser considerada uma lei geral em função de sua limitação espaço-temporal e da existência de casos específicos que a contrariam.

Por tratar de leis que expressam tendências e processos irreversíveis, não passíveis de replicação, a teoria evolucionária também não foi formulada exclusivamente com base em experimentação e reprodução de eventos. Podemos

encontrar exemplos também em outras áreas de estudo, como a cosmologia, as geociências e a química prebiótica, em que as explicações tratam de processos irreversíveis e eventos singulares não passíveis de predição exata e replicação experimental. São disciplinas que se constituíram sob o solo observacional não experimental e somente depois passaram a utilizar a experimentação como ferramenta no teste de hipóteses específicas.

Nesse sentido, a teoria da seleção natural pode descrever e explicar fenômenos com precisão considerável, mas não é capaz de fazer predições seguras, exceto aquelas consideradas triviais. Um processo de especiação, por exemplo, não pode ser previsto antes de sua ocorrência, assim como muitos outros processos envolvidos na seleção natural das espécies, embora eles possam ser explicados e compreendidos com relativa concordância da comunidade científica. O processo de especiação também não é tido como uma propriedade que um evento possui simplesmente em virtude de suas características espaço-temporais locais, mas como um conceito que procura dar conta de uma série de fenômenos distintos reunidos sob uma denominação simplificadora. O próprio conceito de espécie também não é entendido monoliticamente, pois desempenha papéis diferenciados em função de sua utilidade em cada contexto explanatório. Tal conceito é oriundo das ciências físicas e representa exemplarmente a variação de significação em virtude de mudanças nos postulados teóricos associados.

Inicialmente, o termo espécie era amplamente vinculado com as teorias criacionistas e metafísicas, e representava um grupo de seres vivos essencialmente e temporalmente independentes. As diferentes espécies eram pensadas cada qual com sua história independente e sua essência que as definia como apartadas umas das outras. O advento das teorias evolucionistas em suas mais diversas versões alterou profundamente a significação do termo em sua vertente temporal, uma vez que as espécies passaram a ser compreendidas como diferenciações temporais de ancestrais comuns. O conceito de espécie já foi definido diferentemente em função de nichos ecológicos, limitações espaço-temporais, características reprodutivas, atributos genéticos, etc.

O desenvolvimento da biologia evolucionária – disciplina essencialmente histórica e atualmente isenta de controvérsias em relação a sua validade científica⁹⁸ – tornou possível a validação epistemológica de teorias essencialmente históricas, através

⁹⁸ Resolvemos não levar em consideração, por motivos óbvios, o crescente embate norte-americano de cunho ético-religioso em torno da validade científica da teoria de Darwin em oposição às interpretações literais da bíblia que defendem o criacionismo e a imutabilidade das espécies. Preferimos deixar esse árduo trabalho a cargo de biólogos como Richard Dawkins.

da superação do receio no tratamento de fenômenos não passíveis de replicação experimental. Além disso, existem muitas razões para a rejeição das premissas sobre as quais se baseou o modelo nomológico-dedutivo, que tinha como critério de demarcação do domínio científico a possibilidade da produção de leis gerais. Esse modelo forneceu sustentação para duas considerações epistêmicas posteriores: as disciplinas que lidam com fenômenos históricos seriam, pelo menos em princípio, epistemologicamente distintas das ciências naturais por não produzirem em seus enunciados leis universais; o objetivo último de toda ciência histórica seria a formulação de tais leis universais para obtenção de legitimidade científica. Contrariando essas exigências, muitos argumentos puderam ser desenvolvidos, entre os quais: há também muitos tipos de leis não universais, isto é, estatísticas, na natureza; não há relação necessária entre leis e determinismo; existem muitos sistemas naturais que também possuem história e podem ser comparados à história humana, constituindo eventos singulares não passíveis de replicação.

É possível compreender um pouco a constituição de leis em disciplinas históricas revisando a formulação das regularidades na natureza. As leis históricas podem ser vistas como consequência direta ou continuação de alguma lei da natureza ou podem ser encaradas de modo análogo às leis da natureza. A distinção entre leis gerais e regras se deve às contingências ocorridas na história da ciência. Isto porque em ambas o elemento relevante é o mesmo, qual seja, a ocorrência de regularidades passíveis de verificação. Partindo da premissa humeana de que na natureza não existem leis *a priori*, e do consequente cuidado em não atribuir significação metafísica à observação de regularidades na natureza, pode-se partilhar da afirmação do filósofo Ernest Nagel (1961), para quem as leis constituem meros constructos para lidar com as regularidades dos fenômenos⁹⁹. Ou seja, numa visão humeana, dado evento singular, considerado logicamente, não constitui condição necessária ou suficiente para a ocorrência de outro evento. A determinação passa a ser compreendida em função de conjunções constantes, não havendo nada que justifique logicamente a ideia de uma conexão necessária entre classes de eventos, usualmente denominada causa. Segue-se disto que a discussão sobre

⁹⁹ Cabe ressaltar que a crítica de Nagel se dirige à utilização metafísica do conceito de causalidade, entendido como uma espécie de cimento responsável pela ligação necessária que haveria entre um evento considerado como causa e outro tido como consequência. Para o autor, a introdução do conceito de causa, utilizado dessa forma, é danosa, além de completamente desnecessária, dado que uma explicação já existente ou potencial pode ser fornecida pelo modelo nomológico-dedutivo. Tal modelo prescinde da utilização de mais um termo na explicação e obedece desse modo ao princípio da Navalha de Occam, elaborado como uma reação a atribuição de formas substanciais na física do século XIV, nos prevenindo da postulação desnecessária de entidades.

o caráter nomológico adquire importância secundária perante o estudo empírico dos eventos naturais. Por conseguinte, a observação das regularidades serve de base para a formulação teórica do conceito de lei, e não o contrário.

O entendimento das leis na natureza é responsável por uma polaridade interpretativa: as leis são vistas como meros instrumentos teóricos criados para lidar com os fenômenos empíricos ou como expressões de pressupostos metafísicos embutidos no vocabulário causal e nomológico. Conforme já indicamos, a busca por leis tem como característica principal sua utilidade na verificação de regularidades empíricas, sendo esse caráter instrumental confundido com a existência de leis *a priori* na natureza. Essa confusão, por sua vez, tem sido responsável pela postulação epistemológica de leis universais aplicáveis a determinados conjuntos de fenômenos e pela postulação *a priori* de um determinismo universal aplicável a todos os fenômenos da natureza. Segue-se, como consequência dessa identificação, a postulação de que as leis na natureza são sempre deterministas e, portanto, na história também devem ser.

Para Berry (1999), autores como Popper (1957) e Isaiah Berlin (1954) tomaram a rejeição do determinismo na história como condição suficiente para a rejeição de leis históricas. No entanto, se esse raciocínio estiver correto, a descoberta de leis não deterministas na natureza anularia a possibilidade da formulação de leis naturais. Para contrariar essa tese com exemplos empíricos, o autor cita três casos de indeterminismos existentes na natureza: em sistemas com dinâmica não linear que apresentam comportamento caótico; na mecânica quântica, em que a questão da previsibilidade não é um problema epistemológico ou tecnológico, mas inerente ao próprio objeto de estudo; e em sistemas indeterministas-estatísticos, cujo grau de complexidade excede os limites computacionais de previsibilidade. O autor recorda ainda que o século XIX foi responsável pelo surgimento de uma série de teorias essencialmente históricas e estatísticas (Darwin, Marx, Boltzmann), contrariando a exigência nomológica implícita em algumas análises epistemológicas, como a de Popper.¹⁰⁰

A epistemologia da biologia apresentada aqui demonstra que o conceito de predição pode ser adotado de modos distintos, concernentes tanto ao grau relativo de conhecimento do fenômeno quanto a sua própria indeterminação. Ademais, a predição tem sido utilizada de modos diversos e não apenas baseada em leis gerais. Podemos

¹⁰⁰ Popper deriva das características da história – como, por exemplo, a ausência de objetivo, de previsibilidade, de replicabilidade, a singularidade – a impossibilidade de constituir qualquer lei histórica, embora admita a possibilidade da formulação de leis gerais sociológicas. Para Berry, a distinção entre leis gerais históricas e sociológicas é mais uma questão semântica do que conceitual.

exemplificar pelo menos quatro diferentes tipos de explicação em biologia envolvendo predição:

- a) predição na classificação: por exemplo, o encontro de novas espécies com muitas características similares às da drosófila pode garantir a predição de algumas de suas propriedades biológicas;
- b) predição de fenômenos bioquímicos no nível molecular: predições de alta acurácia podem ser feitas a respeito de processos bioquímicos únicos em organismos, tais como o metabolismo, entre outros;
- c) predição do resultado de interações ecológicas complexas: reflorestamento, plantações, remanejamentos, entre outras;
- d) predição de eventos evolucionários: nada em biologia é menos previsível que o curso futuro da evolução, embora algumas previsões triviais possam ser bem-sucedidas.

O tratamento dos eventos evolucionários demonstra o quanto uma teoria consolidada pode não fornecer muitos subsídios para a predição de eventos futuros, mas continuar desempenhando potencial explanatório diante de grande quantidade de fenômenos passados e presentes. A impossibilidade de predições acuradas, em biologia evolucionária, está intimamente relacionada com a natureza dos eventos estudados, de ordem estocástica, histórica, idiossincrática, irreversível. O indeterminismo, portanto, não está relacionado à insuficiência da teoria, mas à própria natureza dos fenômenos estudados. A existência de fenômenos de natureza randômica confere às teorias o papel de organizador do material empírico, não de instrumento infalível de previsibilidade. Podemos citar ao menos quatro características responsáveis pela indeterminação e ausência de acurácia em muitas teorias biológicas:

- a) a taxa randômica apresentada na combinação entre muitos eventos estudados, como, por exemplo, a mutação espontânea na replicação do DNA. Nesse caso, mutação, recombinação e desenvolvimento homeostático fazem contribuições indetermináveis à pressão seletiva;
- b) a singularidade de entidades em níveis diferenciados de integração biológica, impedindo muitas vezes a generalização de um fenômeno e posterior categorização teórica, como usualmente ocorre nos eventos estudados na física.

Em biologia, com frequência, acaba-se considerando cada população como única, cada evento evolucionário como único, e assim por diante, dificultando metodologicamente e epistemologicamente a tarefa de generalização teórica. Não se trata de negar a possibilidade de generalização, mas de afirmar que a singularidade dos eventos contribui para a dificuldade de previsibilidade quando comparada com outras classes de eventos;

- c) a complexidade extrema observada nos sistemas biológicos: cada sistema orgânico é tão rico em retroalimentações, modelos homeostáticos e múltiplos caminhos potenciais que uma descrição completa ou previsão acurada é dificultada enormemente;
- d) o emergentismo de propriedades e qualidades também complexifica a tarefa epistemológica de compreensão dos sistemas biológicos: quando duas ou mais entidades são combinadas em um nível mais alto de integração, nem todas as propriedades da nova entidade são decorrências necessárias e previstas a partir da análise do conjunto das propriedades dos componentes.

Cabe ressaltar que a imprevisibilidade observada nas disciplinas biológicas não implica na desistência da procura pelas determinações dos fenômenos biológicos. A discussão sobre a causalidade subjacente aos fenômenos, ou sobre as conjunções constantes entre eles, pode ser tratada separadamente, em outro âmbito, alheio ao problema da imprevisibilidade discutido aqui. A imprevisibilidade, nesse caso, relaciona-se à redução na precisão da predição, mas não exclui a explicação do domínio científico que procura estabelecer generalizações cada vez mais precisas e abrangentes. Todas as características mencionadas dos sistemas biológicos contribuem para a imprevisibilidade do evento, muito embora as teorias relativas a esses eventos procurem relacioná-los de diferentes modos. A teoria evolucionária, por exemplo, procura explicar um fenômeno por meio de uma determinação estabelecida *a posteriori*, revelando a completa assimetria, na teoria darwinista, entre explicação e predição.

Nesse contexto, um simples evento biológico, como o comportamento migratório dos pássaros, pode ser entendido como resultado de diferentes determinações tomadas separadamente e de modo não excludente. É possível abordar esse exemplo através de diferentes modelos complementares, tais como:

- a) Função de determinações ecológicas: sendo comedor de insetos, o pássaro irá morrer se não migrar para um local com maior quantidade de comida. Cabe ao pesquisador a investigação dos fatores ambientais relevantes que determinam o comportamento a ser explicado.
- b) Função de determinações filogenéticas: o pássaro é constituído historicamente para responder dessa maneira e cabe à investigação científica detectar os múltiplos fatores históricos relevantes à explicação de tal comportamento.
- c) Função de determinações intrínsecas fisiológicas: o pássaro, respondendo ao decréscimo ou acréscimo de certas propriedades fisiológicas, se comporta de determinado modo. O cientista deve, através do procedimento analítico, identificar os mecanismos intrínsecos responsáveis pela constituição do comportamento a ser explicado.
- d) Função de determinações extrínsecas: explicação em termos dos estímulos eliciadores que são responsáveis pela estimulação do organismo. Tarefa eminentemente funcional que consiste em relacionar as variáveis internas e externas no processo de determinação imediata do comportamento.

As duas primeiras explicações são categorizadas como último-causais, diacrônicas, remetendo aos determinantes históricos filogenéticos ou ontogenéticos. As duas explicações restantes são denominadas próximo-causais, acentuando as determinações fisiológicas e sendo centradas na detecção das variáveis sincrônicas. A explicação de um sistema biológico deriva, portanto, mais do tipo de questão que se está pretendendo responder que da suposta prevalência de um único fator causal, entendido como condição necessária e suficiente, responsável pelo surgimento do fenômeno. Em nosso exemplo, todas as explicações investigam determinações complementares que contribuem para o entendimento do comportamento migratório, e nenhuma delas isoladamente constituiria uma explicação completa do fenômeno em questão.

Os paradigmas epistemológicos fornecidos pelas disciplinas biológicas permitiram questionar não apenas logicamente, mas também empiricamente, alguns dos princípios postulados pela concepção recebida de ciência. As contribuições tecnológicas e epistêmicas propiciadas pelas ciências biológicas durante o século XX serviram de base para a crítica epistemológica de questões mais específicas, como o conceito de

explicação e suas diferentes aplicações nas ciências naturais e humanas. Um bom exemplo pode ser encontrado na crítica à chamada exigência epistêmica, uma concepção de explicação científica difundida pelo positivismo lógico e predominante durante grande parte do século XX. Tal exigência geralmente considera uma boa explicação aquela que fornece as razões suficientes para a ocorrência de um evento. Se plenamente atendido, esse critério impediria o surgimento de explicações bem-sucedidas em diversos contextos, como, por exemplo, aquelas fornecidas pela biologia evolucionária, economia e psicanálise. A exigência epistêmica postula que o evento a ser explicado deve ser antecedido pelos eventos que o isolam do universo de possibilidades, ou seja, deve explicar porque ele, e nada mais diferente, *tinha* que ocorrer. Essa concepção de explicação pode ser encontrada em uma tradição filosófica que inclui Aristóteles, Hempel e Popper, além de filósofos como Descartes, Leibniz e Bacon. A exigência epistêmica considera que explicar algo é tratar das causas materialmente suficientes para a ocorrência do evento por meio de argumentos logicamente dedutivos. As explicações, portanto, devem conter um elemento de regularidade essencial ao enquadramento epistêmico.

A crítica à exigência epistêmica foi reforçada em grande parte pelo sucesso obtido com o desenvolvimento das ciências biológicas. Um dos argumentos ressalta que a forma lógica da teoria de Hempel não exige qualquer tipo de determinação inerente à explicação. O modelo hempeliano, ao mesmo tempo, exclui muitas explicações tipicamente causais e aceita muitas explicações que não envolvem nenhuma relação causal explícita. Um exemplo fornecido por J. S. Mill (1881) é ilustrativo: a sequência invariável entre o dia e a noite seria aceita logicamente pelo referido modelo, embora não possamos tratar o dia como a causa da noite e vice-versa¹⁰¹.

Devemos considerar ainda que não há como apresentar razões logicamente suficientes para sustentar que uma lei geral seja verdadeira. Ou seja, uma lei geral, seguindo o raciocínio humeano, é, por definição, necessariamente indutiva e provisória, dado que ela não pode ser considerada verdadeira nem recorrendo à lógica nem recorrendo à experiência. A lógica impede que uma proposição geral seja deduzida validamente de proposições singulares, pois o argumento pode ser considerado não contraditório ainda que as proposições singulares sejam verdadeiras e a proposição geral seja falsa. A experiência tampouco consegue garantir a ‘veracidade’ de uma lei geral,

¹⁰¹ Daí a introdução, por parte de Mill, da afirmação do determinismo causal em termos de causas suficientes, expressa através do conceito de incondicionabilidade – podendo ser entendido como suficiência causal.

dado que para justificá-la indutivamente teríamos que justificar o princípio da indução a partir da experiência, recaindo em uma *petitio principii*.

Outro questionamento levantado contra o modelo nomológico-dedutivo refere-se à ideia de que o *explanandum* deva ser uma consequência lógica do *explanans*. Mackie (1974) se baseia na concepção de que uma consequência causal não é necessariamente análoga a uma consequência lógica¹⁰². Isto porque assimilar os dois tipos de consequência seria o mesmo que afirmar implicitamente a tese metafísica de que todos os eventos são necessariamente determinados. Essa tese é utilizada para defender que os argumentos que não fornecem explicações formalmente completas – ou seja, não fornecem as causas materialmente suficientes e razões lógicas para explicar o evento – podem ser considerados cientificamente válidos. A partir de então, abre-se um espaço para que se tomem como válidas as explicações que não satisfazem a exigência lógica epistêmica e também para que as explicações que satisfaçam a exigência epistêmica não sejam necessariamente tidas como válidas.

Salmon (1984) define a finalidade da explicação científica como a de redução do não familiar ao familiar. A exigência epistêmica não considera a explicação científica dessa maneira. Ela identifica que uma proposição é verdadeira se for logicamente equivalente à negação de sua negação. Ou seja, indicar a verdade de *s* equivale a indicar a falsidade de *não-s*. A pergunta *por que p?* é igualmente respondida através da resposta a *por que não-p?*. Além da exigência do relato das causas materialmente suficientes, a exigência epistêmica ainda toma como necessário o critério de demonstração a fim de que o argumento dedutivo possa ser verificado pelo encadeamento lógico das proposições relativas às premissas e às conclusões.

Ruben (1990) defende existirem hipóteses satisfatórias – por exemplo, as evolucionistas, históricas, psicanalíticas e econômicas – que não respondem nem por que algo tinha que ser como foi nem por que algo não foi de outra maneira, embora forneçam boas explicações para os eventos investigados. Para ele, a exigência epistêmica se baseia na concepção metafísica determinista, a qual pressupõe que todos

¹⁰² Por motivos de concisão teórica não trataremos aqui das diferentes concepções de causa apresentadas pelos autores tratados. Mackie, por exemplo, procura definir o conceito de causa em termos de condições necessárias, em que causa é definida em função de condicionais contrafactuais: se A não tivesse ocorrido, o efeito B não teria ocorrido. Outros autores procuram definir o conceito em função da tese da suficiência, ou seja, a causa é condição suficiente para a ocorrência do efeito, sendo que a ocorrência do efeito não garante a ocorrência da causa. Há ainda aqueles que aderem a uma concepção ainda mais estreita, baconiana, exigindo explicações em termos das causas necessárias e suficientes à ocorrência do evento em questão.

os eventos no mundo são rigidamente determinados e podem ser explicados ‘laplacianamente’.

Seguindo esse raciocínio, estabelecidas as condições iniciais, todas as consequências seriam dedutivamente previsíveis, bem como todas as condições antecedentes, desde que o conhecimento dos fenômenos se torne suficientemente amplo. É como se, possuindo apenas um único quadro do filme de toda a história do universo, fosse possível saber tanto seu início quanto seu final. Tal modelo explanatório seria, em princípio, baseado na crença do caráter estritamente nomológico dos eventos que se propõe investigar. Porém, a determinação completa de todos os eventos não é uma verdade lógica, mas uma tese metafísica logicamente e empiricamente impossível de ser comprovada.

O conceito de determinismo tem sido motivo de discussões epistemológicas e metafísicas desde seu nascimento e parece não ter alcançado uma apreciação final. Apesar das discordâncias, muitos admitem que a discussão não pode ser resolvida no terreno puramente empírico, dado que o determinismo implícito na postulação dos determinantes não é passível de provas analíticas, lógicas ou empíricas que encerrem de uma vez por todas o problema. A questão tem sido, portanto, preterida por alguns e relegada ao terreno de discussão metafísica. Nagel (1969, p. 349) afirma: “Eu não acredito que o determinismo é uma tese demonstrável”. Taylor (1967, p. 57) segue o mesmo raciocínio: “não há modos lógicos, científicos ou empíricos de provar tanto a universalidade quanto a não universalidade da causalidade”.

Um dos exemplos utilizados para descartar a exigência epistêmica como critério epistemológico de diferenciação entre boas e más explicações pode ser encontrado nas narrativas. As narrativas – explicações em história, biologia evolucionária, paleontologia, geologia, antropologia, psicanálise, entre outras –, apesar de muitas vezes indicarem as causas – ou condições antecedentes – dos eventos a serem explicados, não satisfazem a exigência epistêmica, já que enunciados singulares causais não abarcam, na maioria das vezes, leis gerais a serem incluídas no *explanans* do argumento dedutivo. Mesmo que uma explicação histórica contenha uma lei geral subjacente, ela é expressa muitas vezes sob a forma condicional com a disjunção de vários possíveis eventos consequentes. Essa disjunção acaba por impedir que uma predição possa ser realizada com exatidão em um caso singular.

A defesa da validade dos enunciados singulares considera que eles não precisam fazer referência a generalizações ou leis estatísticas para que seu valor epistêmico seja

comprovado. Isto significa que o estabelecimento de relações entre eventos não se baseia na aceitação da tese metafísica do determinismo, em que leis universais governam a totalidade dos fenômenos. Ainda que tal tese fosse verdadeira ou aceita como tal, as dificuldades práticas envolvidas nas explicações de eventos singulares tornariam improvável a realização da tarefa tendo em vista o atendimento da exigência epistêmica, pois deveriam ser consideradas todas as leis envolvidas no evento que constitui uma classe aberta de variáveis cuja extensão pode atingir grandes proporções.

As críticas à exigência epistêmica têm sido levadas em consideração principalmente pelas ciências humanas, cujos modelos e características de alguns dos objetos de estudo conduzem a distinções fundamentais nos tipos de explicação utilizados. A distinção explanatória foi tomada como argumento para a postulação de uma distinção radical entre ciências humanas e naturais, baseada no objeto de estudo de ambas. Para muitos, o objeto de estudo das ciências humanas, por não agir em função de leis gerais, não seria passível de ser estudado como os objetos da natureza. Mas se considerarmos que muitos eventos naturais também não seguem regras nomológicas estritas, a distinção se desvanece. A exigência epistêmica estaria circunscrita à explicação de sistemas completamente previsíveis não submetidos às complexas relações de determinação, o que certamente diminui seu escopo de aplicação a um número restrito de fenômenos, não podendo ser tomada como critério universal e necessário para a atribuição de validade científica. Ademais, as explicações que satisfazem integralmente a exigência epistêmica deixam muitas vezes de incluir dados causais ou condições antecedentes importantes a serem consideradas em uma melhor compreensão do fenômeno.

Cabe destacar que o critério dedutivo de cientificidade não pode ser considerado na distinção entre explicações formalmente distintas, uma vez que diferentes tipos de explicação – dedutiva, estatística, narrativa – podem coexistir em diferentes cenários. A exigência epistêmica toma a pergunta ‘Por que o evento X ocorreu?’ como equivalente a pergunta ‘Por que o evento X *tinha* que ocorrer?’, o que certamente restringe a possibilidade de utilização de dados úteis à compreensão do evento. Essa leitura deriva da excessiva importância outorgada às explicações dedutivas extraídas do modelo matemático e se baseia na suposição de que há sempre uma razão real e suficiente para qualquer fato analisado. Todavia, a forma de uma explicação não pode ser confundida com seu valor científico.

A exigência epistêmica se apoia em pressupostos tais como: fusão entre explicação científica e predição; necessidade de que as explicações devam conter leis gerais; e exigência de que o *explanans* seja verdadeiro. Tal exigência se baseia também na concepção de lei em um sentido nomológico, remetendo, em última instância, à realidade metafísica e não apenas à expressão de expectativas em relação à previsibilidade de fenômenos baseada no histórico de observações passadas. Em contraposição a essa postura, podemos considerar a função da lei na explicação como heurística, não fazendo parte do complexo real responsável pelo fenômeno a ser explicado. Isto é, a lei, vista como expectativa baseada no histórico de eventos observados, não interfere no fato a ser explicado. Se encararmos, tal como Hume, que as leis são expressões de expectativas e se baseiam em fatos passados, podemos concluir que os fatos passados não constituem explicações do fato presente, apenas nos oferecem um critério para o embasamento das expectativas.

Nesse sentido, uma explicação não deve ser desqualificada quando não contém uma lei geral, tal como pretende a exigência epistêmica. A falsidade de uma explicação não se deve à ausência de lei geral ou ao não atendimento do modelo nomológico-dedutivo, mas à desconsideração das variáveis relevantes que permitem ganhos cognitivos sobre determinado fenômeno. O modelo nomológico-dedutivo pode ser criticado em dois pontos: postula que a existência de uma lei geral permite que uma explicação possa ser bem-sucedida e defende que a ausência de lei geral inviabiliza o sucesso de uma explicação. No entanto, a irregularidade dos fenômenos não impossibilita sua explicação e a regularidade não garante sua correta compreensão.

Podemos concluir que uma explicação bem-sucedida deve fornecer alguma informação sobre a história causal ou condições antecedentes relacionadas significativamente com um evento, embora não precise necessariamente isolá-lo do universo de possibilidades. A descrição completa das condições antecedentes relevantes talvez nunca possa ser alcançada e permaneça apenas como ideal. O conceito regulador de ciência que restringe a explicação à busca do conjunto de causas suficientes e necessárias, se levado às últimas consequências, poderia ter inviabilizado o desenvolvimento de disciplinas como a mecânica quântica, a genética mendeliana, a teoria darwinista, a psicanálise, entre outras.

Diante dessas considerações, percebemos que a unificação da ciência só é possível mediante uma expansão do conceito de ciência para incluir os princípios básicos e conceitos não apenas das ciências físicas, mas também das biológicas e

humanas. A filosofia da ciência deveria propor o abandono de sua lealdade perante o rígido modelo nomológico em favor do reconhecimento de processos estocásticos, do pluralismo de condições antecedentes e efeitos, da emergência de propriedades novas em níveis hierárquicos maiores, da coesão interna de sistemas complexos e outros conceitos negligenciados pela filosofia da ciência clássica. A exigência de um padrão unificado de explicação, tal como o oferecido pelo modelo nomológico-dedutivo, quando aplicado às disciplinas biológicas, restringe o surgimento de abordagens múltiplas e diferenciadas. Grande parte do desenvolvimento científico biológico do século XX se deu justamente em função da transgressão de um padrão unificado e linear de explicação. O papel explanatório múltiplo que as diferentes teorias desempenham no entendimento dos fenômenos biológicos contribuiu para a superação desse padrão.

3.3 Críticas epistemológicas à biologia evolutiva e à psicanálise

Além da explícita vertente evolucionista constatada nas formulações psicanalíticas, evidenciando o quanto Freud fora influenciado por Darwin, é possível identificar também alguns paralelos epistemológicos que ultrapassam as influências puramente evolucionárias, estendendo-se aos aspectos metodológicos e formais de constituição das respectivas teorias. Primeiramente, podemos ressaltar um critério comum presente na teoria darwinista e freudiana que as distinguiu das demais teorias psicológicas do século XX, apontado pelo neurologista Antonio Damásio:

No final do século XIX, Charles Darwin, William James e Sigmund Freud haviam publicado diversos escritos sobre diferentes aspectos da emoção, conferindo-lhe um lugar privilegiado no discurso científico. Contudo, por todo o século XX, até bem recentemente, tanto a neurociência como a ciência cognitiva trataram a emoção com grande desdém. Darwin encetou um vasto estudo sobre a expressão das emoções em diferentes culturas e em diferentes espécies e, embora julgasse que as emoções humanas fossem vestígios de estágios anteriores da evolução, ele respeitou a importância do fenômeno. (...) Freud, por sua vez, descortinou gradativamente o potencial patológico dos transtornos emocionais e apregoou sua importância com grande veemência. (...) Existem paralelos curiosos à negligência da emoção pela ciência no século XX. Um desses paralelos é a ausência de uma perspectiva evolucionista no estudo do cérebro e da mente. Talvez seja exagero dizer que a neurociência e a ciência cognitiva procederam como se Darwin nunca tivesse existido, mas com certeza a situação era parecida com essa até a década passada (DAMÁSIO, 2000, p. 78).

É importante lembrar que as estratégias argumentativas de Freud são muito semelhantes às de Darwin, o que demonstra que as influências evolucionistas ultrapassaram o mero conteúdo teórico. Seguindo essa linha de raciocínio, algumas das críticas epistemológicas dirigidas à teoria de Darwin foram, em muitos aspectos, similares àquelas direcionadas à psicanálise. Não por acaso, epistemólogos criticaram a biologia evolucionária com base nos mesmos argumentos em que censuraram a psicanálise. Segundo Ruse (1977, p. 642), Popper sugere que “a teoria evolucionária darwinista deveria ser mais bem categorizada como programa de pesquisa metafísico do que como teoria científica”. Horgan (2002, p. 232) diz que a “teoria evolucionista pode não explicar pouca coisa, mas coisas demais”. Cabe lembrar que essas críticas também são frequentemente dirigidas à psicanálise, inclusive através do já citado Popper. Porém, a despeito de todas as semelhanças, verificamos que a superação de grande parte da desconfiança em torno da teoria darwinista parece não ter sido suficiente para diminuir as críticas epistemológicas similares direcionadas à teoria freudiana.

É recorrente encontrar na literatura de comentário a afirmação de que a teoria de Darwin, assim como a de Freud, não possuía um método de comprovação empírica similar aos encontrados nas ciências físicas e químicas. Tanto Darwin quanto Freud moldaram suas teorias por meio de métodos predominantemente observacionais e não experimentais. Embora Darwin utilizasse como evidência experimental o conhecimento da seleção artificial de fazendeiros e Freud tenha utilizado a prática clínica, tais metodologias foram duramente criticadas em virtude de suas imprecisões empíricas. As objeções se pautavam na metodologia ideal de rígido controle de variáveis, em que a previsibilidade e o cálculo numérico eram tidos como essenciais ao fazer científico, restringindo o escopo de atuação ao domínio metodológico das ciências físicas. Ambos não puderam prover evidência empírica experimental controlada e conclusiva para suas teorias, baseando-se em hipóteses em torno de processos não observáveis dos quais só tinham indícios indiretos de seus efeitos. O procedimento de coleta de dados das duas teorias foi predominantemente observacional, comparativo, através da subsunção de fatos a regras gerais, da abrangência crescente das explicações e da refutação de hipóteses concorrentes por meio de procedimentos de interpretação de dados.

A metodologia comum de Freud e Darwin, contudo, não deve ser confundida com a alegação, realizada por ambos, de que suas teorias derivavam prioritariamente do procedimento de coleta de dados e organização do material disponível, como se as teorias fossem corolários inevitáveis das observações realizadas. Embora eles defendessem a prioridade do material empírico na gênese de suas ideias, uma investigação mais cuidadosa revela que tal estratégia era muito mais um recurso retórico com objetivo bem definido, qual seja, o de defender a teoria da enorme rejeição que as novas ideias causavam na época. Darwin cita que trabalhou “sob verdadeiros princípios baconianos, e sem teoria coletei fatos em grande escala” (DARWIN, 1888, p. 68), para em seguida destacar a importância da teoria de Malthus em que “aqui, então, eu tinha enfim tomado uma teoria com a qual trabalhar” e afirmar que “ninguém pode ser um bom observador, a menos que seja um ativo teorizador” (Ibid., p. 126). Freud, conforme veremos adiante, também insistiu na validade empírica de suas formulações, ao mesmo tempo em que enfatizava o valor da estruturação teórica.

Outros recursos epistêmicos utilizados por Darwin e Freud também podem ser citados, como a importância da ideia de causalidade múltipla, o estudo e exposição de casos paradigmáticos como base para generalizações e, principalmente, o uso de explicações de caráter eminentemente histórico. A análise histórica constituía, para

ambos, ferramenta indispensável na construção de generalizações dos fatos históricos em direção à elaboração teórica mais abrangente. Podemos dizer que existem dois níveis distintos nas teorias desses autores: o primeiro, predominantemente – embora não somente – observacional e classificatório, em que as histórias individuais desempenham papel relevante na construção de um painel genealógico; e o segundo nível, em que a generalização dos dados e as discussões teóricas adquirem maior relevância na constituição da teoria.

Tanto a teoria darwinista quanto a freudiana se pautaram pela construção de hipóteses cuja validade se baseia na dependência interna dos conceitos e consistência das premissas em relação às conclusões. As relações de determinação não se restringem a modelos lineares, sendo frequente o uso de enunciados teleológicos e a recorrência a vários eventos sobredeterminados. Apenas para citar um dos muitos exemplos disponíveis, tanto as funções dos diferentes órgãos são remetidas às suas finalidades na explicação darwinista, como o mecanismo de ação da pulsão freudiana faz referência às suas metas – embora, em ambos os casos, subsista sempre uma referência às condições antecedentes, dado que os dois autores admitem esse caráter dual dos organismos e, por consequência, das explicações correspondentes.

Outra característica comum às teorias de Freud e Darwin foi o frequente uso da linguagem analógica e metafórica, não apenas como recurso retórico, mas como forma de conhecimento incorporada à teoria. Darwin utiliza a metáfora da árvore da vida no processo de entendimento da evolução das espécies, oriundas de um tronco comum e subdivididas em ramificações, auxiliando na compreensão tanto da diversidade como da interligação de diferentes espécies. Em Freud, conforme veremos, a utilização de metáforas e analogias constitui um dos pontos controversos e marcantes de sua obra, fonte de inúmeras explicações bem-sucedidas e também de conceitos obscuros.

A semelhança entre os objetos da biologia evolucionária e da psicanálise também contribui para uma aproximação entre os domínios, pois tal proximidade ultrapassa significativamente as similaridades que estes possam ter com os objetos de outras ciências naturais. Em suma, a psicanálise, pelo menos no escopo explanatório freudiano, esbarra muitas vezes nas searas do patrimônio filogenético e se interessa pelas formas de aquisição de tendências primárias do ser humano. Ainda que tais interesses não sejam exclusivos da biologia evolucionária, dado que dizem respeito também às disciplinas historiográficas em geral – antropologia, arqueologia, entre outras –, o apelo freudiano às descobertas biológicas e filogenéticas é marcante.

Também é necessário considerar que Darwin introduziu o estudo da natureza vista como sujeito autônomo, portadora de um dinamismo interno próprio – os fenômenos não podendo ser estudados sem levar em conta a escala temporal. Freud, em sua tentativa de formulação de uma ciência natural, parece ter seguido os mesmos passos. Ambos construíram teorias que dispensavam a matemática como ferramenta principal no estudo de seus processos, fazendo ampla utilização da linguagem metafórica e trabalhando com processos irreversíveis, não repetíveis e unidirecionais, em suma, com processos ao mesmo tempo determinados e históricos. Rapaport (1967b) parece resumir essa característica comum ao considerar que a psicanálise atua de modo semelhante às ciências ideográficas em função do tratamento de seu objeto de estudo, eminentemente singular, investigado através do procedimento histórico-clínico. Porém, ao mesmo tempo, defende a possibilidade de constituição de uma ciência nomotética, pois trabalha com leis e regras psicológicas características do funcionamento psíquico geral. Ou seja, a crítica dirigida às duas teorias repousava sobre o fato de que ambas lidavam com processos históricos e singulares cuja replicabilidade e postulação de leis eram impossíveis de se alcançar. Elas funcionavam com explicações *a posteriori*, retroditivas, limitando-se a conjecturar sobre as condições antecedentes somente após a ocorrência de um evento; não possuíam, portanto, eficácia preditiva, gerando desconfiança em função dessa limitação.

Em decorrência dessas idiosincrasias, Darwin possui poucas certezas em sua obra, sendo esta constituída como um longo argumento baseado em conjecturas com a prevalência da palavra ‘provável’. Na obra freudiana, também podemos encontrar diversas vezes justificativas perante o caráter parcial das explicações fornecidas¹⁰³. Tanto em Darwin como em Freud, a veracidade da teoria parece derivar da consistência da estratégia argumentativa e da plausibilidade da hipótese central, mais do que da comprovação empírica direta. O poder explicativo de ambas as teorias reside na capacidade de organização do material disponível, nos indícios indiretos de comprovação possibilitados pela teoria e na possibilidade de compreender a gênese de fenômenos até então pouco ou insuficientemente explicados.

A semelhança entre as críticas dirigidas à psicanálise e à teoria evolutiva são patentes: ambas foram acusadas de utilizar explicações racionais *ad hoc*, cuja impossibilidade de comprovação empírica teria feito as teorias se tornarem altamente

¹⁰³ Freud (1900b, p. 573; 1905 [1901], p. 27; 1914a, p. 74; 1915b, p. 178; 1915d, p. 141; 1920a, p. 10; 1926 [1925], p. 87; 1933a [1932], p. 58, p. 85).

especulativas. Os críticos de Darwin argumentam que é sempre possível inventar alguma hipótese adaptativa para explicar qualquer traço biológico existente. Suas explicações, por serem prioritariamente retroditivas, abordam qualquer característica evolutiva através de um argumento circular: a característica existe porque foi selecionada, foi selecionada porque sua existência aumenta as chances de sobrevivência e reprodução, e aumenta as chances de sobrevivência porque ainda existe. Seguindo tal argumento, todas as características analisadas constituem comprovações da tese principal e nenhuma prova empírica pode ser fornecida para falsificá-la.

Em relação à psicanálise, de modo similar, apesar da relevância das questões e da coerência das explicações, a acusação de postulação de explicações *ad hoc* e de argumentos falaciosos é ainda maior. Soma-se a isto a proliferação de modelos explicativos alternativos igualmente coerentes que contribuem para as dúvidas sobre sua legitimidade.

Os defensores da teoria darwinista argumentam que a teoria adaptativa acabou produzindo uma série de hipóteses que se mostraram extremamente úteis, consistindo em boas artimanhas na condução de novas descobertas. Williams & Nesse (1991), por exemplo, listaram vinte e seis casos de predições baseadas no modelo adaptativo de seleção natural, dos quais vinte foram explanatoriamente bem-sucedidos. A psicanálise, por sua vez, também conseguiu explicar um número grande de fenômenos até então não investigados, demonstrando grande potencial explanatório. A linguagem psicanalítica permitiu a utilização de atalhos explicativos e tratou de fenômenos não apreendidos pela *folk psychology*. Seu modelo explanatório, ao proporcionar a investigação de comportamentos irracionais e idiossincráticos através de termos intencionais, proporcionou uma ligação entre a linguagem da *folk psychology* e a investigação psicológica sistemática.

A semelhança entre as teorias também permite uma aproximação interdisciplinar. Por exemplo, ambas encaram a maioria dos diferentes indivíduos e culturas como respostas de mecanismos biologicamente determinados de uma mente cujo estado de funcionamento ainda guarda características ancestrais embora seja submetida a condições ambientais diferenciadas. Nesse sentido, o pensamento psicanalítico certamente teria muito a ganhar se parasse de negligenciar sua filiação darwinista e escutasse com mais atenção as considerações de seu inventor. Para Freud, a importância do pensamento de Darwin sobre a disciplina psicanalítica é tão grande que

ele inclui o estudo evolucionário como um dos elementos de um programa para formação de analistas:

O plano de estudos para analistas ainda está para ser criado; deve abarcar tanto temas das ciências do espírito – psicológicos, da história da cultura, sociológicos – como anatômicos, biológicos e da *história evolutiva*. Há tanto para aprender que está justificado eliminar do plano de estudos o que não possua um vínculo direto com a atividade analítica e só possa prestar contribuições indiretas, como qualquer outro estudo, para a educação do intelecto e a observação mediante os sentidos (FREUD, 1926, p. 236, grifos nossos).

Certamente Darwin e Freud podem ser inseridos entre aqueles pensadores que suscitaram as maiores críticas e objeções às teorias que criaram. As feridas narcísicas infringidas por ambas as teorias abalaram concepções de mundo preestabelecidas e encontraram enorme oposição no cenário científico e cultural de suas épocas. A resposta de ambos também foi similar: insistência na validação da teoria, acúmulo de material empírico e argumentação para a defesa das ideias principais, divulgação das ideias e explicitação dos mecanismos psicológicos responsáveis pela recusa de suas teorias. Darwin relega a negação de sua teoria ao plano psicológico, dada a quantidade de argumentos e evidências favoráveis que este havia reunido. Freud, de modo similar, atribui aos mecanismos inconscientes a resistência teórica diante de seus postulados. Sobre a teoria freudiana, no entanto, será necessário tecermos mais algumas considerações.

4. EXPLICAÇÕES EM PSICANÁLISE

4.1 Explicações históricas e explicações causais na psicanálise

Procuramos evidenciar como muitas explicações que tratam de fenômenos irreversíveis, não repetíveis e unidirecionais, utilizadas no cenário biológico, podem subsidiar o campo de discussão psicanalítico. Algumas similaridades encontradas nas diferentes disciplinas historiográficas, tais como a biologia evolutiva, a psicanálise e a própria história, nos fornecem pontos de apoio que devem ser aproveitados na superação de críticas epistemológicas específicas. As peculiaridades metodológicas e epistemológicas que essas disciplinas compartilham, pelo menos no tratamento dos modelos explanatórios, demonstraram não excluir a possibilidade de constituição teórico-científica, embora tenham dificultado a tarefa. Pretendemos evidenciar que existem problemas, procedimentos e análises comuns às diversas disciplinas que tratam de fenômenos históricos. A intenção é superar uma série de oposições instauradas por alguns comentadores, tanto em relação à psicanálise quanto às disciplinas historiográficas em geral.

Tentaremos lidar com dois conjuntos de preocupações: a) quais paralelos podem ser traçados entre as explicações historiográficas e a psicanálise? De que maneira as questões de uma auxiliam a outra?; b) como as diferentes determinações implícitas nas explicações são elaboradas pela historiografia e pela psicanálise? De que modo as disciplinas que aparentemente tratam de processos exclusivamente ideográficos podem constituir teorias empiricamente consistentes?

Antes de tratar das preocupações principais, lembremos novamente que o conceito de causa está sendo utilizado em uma acepção usual, tal como é apreendido em grande parte dos enunciados científicos. Não discutiremos se a explicação de uma relação entre dois eventos pode ou não prescindir do vocabulário causal. Embora tal problemática seja relevante, a discussão sobre a utilidade ou prejuízo epistemológico do conceito de causa não será abordada. A oposição que tentamos enfatizar, entre explicações causais e intencionais, será considerada como uma oposição entre explicações intencionais e explicações de determinação psicológica. As relações de

regularidade entre eventos psicológicos e a possibilidade de fornecer explicações válidas constituem o foco da discussão. A preocupação maior está relacionada ao antagonismo que se criou entre a utilização da linguagem causal nas disciplinas físicas e sua proibição nas disciplinas historiográficas. Tal rejeição não parece ter sido decorrente da indefinição do conceito de causa, mas da recusa na atribuição de relações de determinação entre classes de eventos históricos.

A grande maioria dos autores que critica os enunciados causais freudianos não está preocupada com o sentido específico do conceito de causa, mas com certo determinismo freudiano implícito nele. Freud também não demonstrou interesse sobre essa questão particular. Seria possível ter utilizado outro vocabulário, que não o causal, e ainda assim manter todas as suas formulações clínicas e metapsicológicas. Freud utilizou o termo causa por entender que conseguiria expressar relações de determinação ou regularidade entre eventos psicológicos de modo compreensível. O autor poderia dizer que certos tipos de eventos psicológicos foram provavelmente antecidos por determinadas classes de fenômenos, mas preferiu dizer que uns foram causados por outros. Esse ‘descuido’ explanatório freudiano não será debatido.

Consideraremos que a teoria freudiana, com todo seu repertório conceitual e metodológico, poderia ter sido construída de modo similar sem a utilização do vocabulário causal. Ainda assim, acreditamos que a literatura de comentário continuaria a criticar os mesmos aspectos da teoria. Isso porque o conceito de causa, quando confrontado com o conceito de intencionalidade, expressa oposições entre as leituras das relações de determinação psicológica. A causalidade freudiana está sendo tratada como decorrente de sua posição determinista e cientificista. Sendo assim, as críticas à causalidade freudiana derivam de alguns pressupostos: a rejeição do determinismo em si, entendido como posição filosófica questionável e dispensável; a identificação do determinismo freudiano com um determinismo laplaceano; a crítica à causalidade quando aplicada aos fenômenos psíquicos; a identificação da explicação causal psicológica com uma postura ética questionável ou de má-fé; a defesa da impossibilidade de estabelecer relações de determinação entre conteúdos semânticos, ou entre conteúdos semânticos e não semânticos – ou a crença na impossibilidade das relações de determinação entre elementos quantitativos e qualitativos do psíquico; a adoção do *explanatory gap* existente entre corpo e mente; entre outros.

À primeira vista, o trabalho de um historiador buscando documentos arquivados e a tarefa interpretativa de um terapeuta diante de fenômenos transferenciais não parece possuir muitos pontos em comum. No entanto, uma análise mais cuidadosa revela que ambos trabalham com métodos similares, reconstruindo narrativas e procurando organizar a quantidade de material discursivo disponível, seja ele histórico-documental ou narrativo-afetivo. Ambos constroem metodologias investigativas baseadas na reconstrução hipotética de eventos passados tal como foram captados e transmitidos. E, sobretudo, diferente de algumas investigações das ciências físicas, tanto o historiador quanto o psicanalista utilizam a empatia diante de seus respectivos objetos de estudo. O método empático se torna extremamente útil na reconstituição das vivências (individuais ou coletivas) que dão sustentação às teorias. O historiador e o psicanalista procuram se colocar minimamente no lugar dos objetos a fim de interpretá-los, ainda que certa distância seja mantida.

Alguns positivistas defendem que a empatia e o enunciado valorativo não constituem ferramentas para obtenção de conhecimento científico. Tais ferramentas deveriam ser substituídas por correspondentes empíricos objetivos e bem definidos, obtidos por meio de claras regras de correspondência. No entanto, autores como Scriven (1969) não só defendem a empatia como ferramenta amplamente utilizada nas humanidades como também nas ciências físicas. O autor propõe que a metodologia das ciências humanas possa ser similar à das ciências físicas, e que, ao contrário do que prega certa corrente de pensamento, são as ciências naturais que se apropriaram da metodologia 'empática'.

O caráter indireto dos fenômenos observados pelos historiadores e psicanalistas também representa outra similaridade. Os eventos históricos ou psíquicos relatados e inferidos do passado não podem ser recuperados, tampouco replicados ou acessados diretamente, mas podem adquirir significação em sua relação com o presente. Nesse sentido, tanto os dados do historiador quanto os do psicanalista não se constituem como puros fatos do passado, mas traços desses fatos impressos no presente e entendidos em sua relação diacrônica. Os dados são tratados prioritariamente como interpretações de relatos e não como observações diretas. Em outras palavras, há um duplo processo interpretativo envolvido nas hipóteses históricas. Os dados interpretados são sempre obtidos através do relato ou documentação de outrem que, por sua vez, também os

submete ao processo interpretativo, revelando certa opacidade do evento em questão. Freud demonstra estar consciente dessa semelhança:

Se nós não quisermos nos equivocar em nossa apreciação da realidade objetiva, nós devemos, sobretudo, ter em mente que as 'recordações da infância' dos seres humanos são consolidadas apenas em um período posterior, usualmente na idade da puberdade, e que então são submetidas a um processo complicado de refundição que é inteiramente análogo ao processo pelo qual uma nação constrói lendas sobre sua própria história remota. Cabe discernir com nitidez que o ser humano em crescimento busca, nessas formações de fantasia sobre sua primeira infância, apagar a memória de sua atividade autoerótica, elevando seus traços mnêmicos ao estágio de amor de objeto; ou seja, como um genuíno historiador, procura contemplar o passado à luz do presente (FREUD, 1909b, p. 162).

Embora Freud estivesse discutindo a influência da vida sexual infantil sobre os processos mnêmicos da vida adulta, esse exemplo demonstra que o autor estava epistemologicamente atento para os diferentes níveis do processo de 'coleta de dados'. Podemos identificar ao menos quatro níveis diferenciados de análise na metodologia histórica e psicanalítica: a vivência original do participante no momento de ocorrência do evento; as elaborações conscientes e inconscientes do participante sobre o material original; a interpretação que ocorre durante a narrativa ao historiador ou psicanalista; e a elaboração do historiador ou psicanalista. No caso das ciências físicas, parte desses níveis é descartada, enquanto outras perduram durante o processo de interpretação dos dados. A limitação de algumas propostas consiste em tomar os dados observáveis como materiais brutos e suficientes para a validação teórica sem levar em conta os processos interpretativos.

A distinção comumente atribuída às disciplinas historiográficas quando comparadas com as ciências físicas também pode ser atribuída à distorção intencional do material apresentado, que se constitui um quinto nível de análise a ser considerado. A investigação de fenômenos históricos não lida somente com fontes confiáveis, mas também com informações deliberadamente modificadas, de modo que o processo de coleta de dados deve levar em conta também a omissão intencional de eventos que poderiam revelar outras relações entre os fenômenos em questão. No entanto, tal peculiaridade, por si só, apenas dificulta a tarefa investigativa do pesquisador, não o impedindo de tomá-la como mais um nível de análise a ser considerado na equação interpretativa. Os casos devem ser avaliados tendo em vista suas particularidades. Para Scriven, a teoria *Verstehen* constitui um exemplo de produção de constructos explanatórios em que o modelo é o caso particular em si. Tal situação ocorre com

especial frequência nas ciências humanas, mas também em muitos casos das ciências naturais:

A teoria *Verstehen* estava certa em supor que havia algo especial ocorrendo nas ciências comportamentais – mas apenas que aqui o modelo do próprio comportamento pode ser empregado. Eles estavam errados em supor que isto lhes outorgava alguma compreensão mais profunda do que aquela obtida pelo especialista completamente imbuído com os trabalhos do modelo mecânico de operação dos dedos humanos, por exemplo. *Verstehen* tem suas próprias armadilhas emergindo da transferência errônea de idiosincrasias do observador ao sujeito da observação, armadilhas que têm conduzido aos equívocos do egocentrismo cultural na antropologia e erros correspondentes nas tentativas dos psicólogos clínicos em compreender as motivações dos defensores da hereditariedade ou de pacientes de grupos minoritários. Mas os positivistas estavam muito errados em supor que a abordagem *Verstehen* não poderia prover conhecimento e que ela era essencialmente diferente dos procedimentos dos cientistas físicos no entendimento dos fenômenos que lhes interessam (SCRIVEN, 1969, p. 208).

Apesar das alegadas divergências entre as ciências físicas e as historiográficas, cuidados devem ser tomados a fim de evitar caricaturas dos respectivos domínios. Algumas antíteses foram frequentemente postuladas entre pares de termos supostamente inconciliáveis: historicismo e realismo, idealismo e realismo, modelo da cobertura por leis e explicações idiográficas, subjetividade e objetividade, envolvimento e distanciamento, explicação e compreensão, inferência e interpretação, relativismo e unidade psíquica e, por fim, teorização e observação. Muitas dessas pretensas relações antagônicas são baseadas na postulação antitética entre teoria e coleta de dados que, por sua vez, se baseia na distinção entre teorização e observação. Conforme veremos, tal antítese tem se tornado cada vez mais difícil de ser sustentada.

A polêmica instaurada entre explicações históricas e explicações causais exemplifica como a postulação de antíteses dificultou a compreensão da relação entre classes de fenômenos. Esse debate pode ser aproveitado pela análise epistemológica na psicanálise, em que essa argumentação se encontra muito presente. Schafer (1980), por exemplo, afirma que a psicanálise está envolvida com eventos históricos e não causais, estabelecendo uma oposição intransponível entre os dois modelos explanatórios.

Carr (1961, p. 113) encara a história como “o estudo das causas” e opera uma distinção entre causas imediatas (ou ocasionadoras) e causas remotas (ou subjacentes). Para o autor, as verdadeiras causas em operação na explicação dos fenômenos históricos são as remotas. Tal ideia é similar à de Freud no tratamento das psiconeuroses, quando ele distingue as causas precipitantes das causas específicas no texto de 1895, *A propósito das críticas à neurose de angústia*. Mandelbaum (1938) também defende o

uso da abordagem causal no tratamento dos fenômenos históricos. Ranke (1973, p. 40) trata a disciplina histórica como a “penetração do nexos causal”. Ernest Nagel (1961) é mais enfático, defendendo a adoção do modelo da cobertura por leis para a história, ainda que sem a utilização do vocabulário causal.

Para Wallace (1985), a explicação dos eventos em termos causais é similar nas disciplinas históricas e na psicanálise. Tal semelhança se deve ao tratamento psicológico dos fenômenos históricos e ao uso da empatia como metodologia privilegiada de acesso às relações entre os eventos investigados. O autor segue a tendência interpretativa de Bloch (1953, p. 194), quando este afirma: “fatos históricos são, em sua essência, fatos psicológicos. Normalmente, portanto, eles encontram seus antecedentes em outros fatos psicológicos”. Collingwood (1946), por sua vez, defende que a ideia subjacente ao comportamento desempenha papel de causa, o que permite a compreensão do fenômeno histórico, sendo a explicação psicológica uma das principais ferramentas da metodologia historiográfica. Nesse mesmo sentido, o filósofo Walsh reconhece a proximidade entre os procedimentos das referidas disciplinas:

E pode ser sustentado com clara plausibilidade que o historiador, ao estudar os comportamentos impulsivos e procurar descobrir os pensamentos por detrás deles, tem uma tarefa que se compara àquela do psicanalista, cujo sucesso em revelar planos elaborados cuidadosamente por detrás das ações aparentemente irracionais é certamente relevante ao assunto que estamos considerando (WALSH, 1969, p. 66).

As determinações buscadas na análise historiográfica e na psicanalítica não se baseiam somente na procura pelas causas eficientes. Ambas fazem uso da causalidade final por meio da formulação de enunciados teleológicos. A teleologia, típica dos modelos que lidam com sistemas intencionais, é frequente em muitas explicações psicológicas, distinguindo estas daquelas contidas nas ciências físicas:

A série de ações em questão forma um todo do qual é verdade dizer não apenas que os últimos membros são determinados pelos primeiros, mas também que a determinação é recíproca, os primeiros membros sendo afetados pelo fato de que os últimos foram previstos (MEYERHOFF, 1959, p. 21).

Autores como Oakeshott (1933) entendem a explicação histórica como a metodologia de redescritção de eventos, substituindo o componente de determinação pelo meramente descritivo. A historiografia é compreendida nesse contexto como a narrativa sequencial de uma série de eventos, reintroduzindo a dicotomia entre coleta de dados e formulação de teoria questionada anteriormente. Outros teóricos (BEARD,

1959; MARROU, 1966), apesar de não negarem a influência das teorias no entendimento dos fatos históricos, minimizam ou negam o papel da causalidade nas explicações. Em contraposição a essa corrente, autores como Fisher (1970) e Stover (1967) questionam a pretensão de se criar teorias históricas ou explicações sem a utilização das relações de determinação.

Para Scriven (1966), a rejeição da *linguagem* causal não impede a teoria de utilizar implicitamente um *modelo causal* na explicação do fenômeno: a própria escolha dos eventos relatados em uma sequência histórica já pressupõe a seleção de fatores causalmente relevantes que podem ser traduzidos pelo estabelecimento de conjunções constantes ou simples encadeamentos de fenômenos. Ele argumenta que mesmo os autores que evitam o vocabulário causal acabam sub-repticiamente se valendo de um modelo causal para explicar tal encadeamento. A busca pelas regularidades dos eventos em detrimento da linguagem causal constituiria apenas um estratagema filosófico derivado da crítica humeana do conceito de causa. Essa estratégia, contudo, pode ser substituída pela interpretação causal dos eventos históricos ou pela busca das relações de determinação entre tipos de eventos.

Embora possa haver grande resistência ao uso da terminologia causal em função de suas implicações metafísicas, a sua rejeição em parte das ciências humanas não deriva exclusivamente dessa preocupação. Ainda que não fosse utilizado o conceito de causa, muitos continuariam recusando qualquer linguagem que expressasse relações de determinação, como a de conjunção constante proposta pelo positivismo. A corrente que recusa a linguagem causal nas disciplinas humanas se pauta na suposta diferença entre compreensão e explicação, ou seja, na dicotomia entre compreender as razões e explicar as causas de um comportamento. Essa discussão encontra maior resistência em função da alegada¹⁰⁴ incompatibilidade entre explicações causais e explicações em termos de razões. Demos (1969) diferencia os dois tipos de explicação atribuindo uma relação de necessidade nas explicações causais e tendências ou inclinações nas explicações racionais. Para o autor, o motivo de uma ação não pode ser identificado com sua condição suficiente, ou ainda, identificar o motivo não implica em afirmar que a ação tinha que ocorrer. O autor alega que o motivo ajuda a compreender porque uma ação ocorreu, embora outra ação também pudesse ocorrer. As razões inclinariam o agente à ação, as causas necessitariam.

¹⁰⁴ Demos (1969); Hart & Honoré (1959); Gardiner (1952); Schafer (1980); Ricoeur (1977).

Demos parece rejeitar o vocabulário causal porque implicitamente identifica a explicação causal com uma espécie de afirmação nomológica ou com um determinismo laplaciano, nos conduzindo às questões levantadas no capítulo anterior. Para o autor, a incompatibilidade entre explicação racional e explicação causal decorreria da relação de necessidade exigida na explicação causal em contraposição à contingência observada nos comportamentos descritos em termos de razões. Para os opositores da abordagem histórico-causal, explicar causalmente um evento histórico seria, portanto, discorrer sobre as condições suficientes de todos os eventos pertencentes àquela categoria. Ainda, sob esse ponto de vista, uma explicação causal implicaria na eliminação da responsabilidade do agente, dado que seus atos seriam consequência necessária dos eventos que o antecederam. A causalidade, restrita ao modelo determinista, carregaria consigo a inevitabilidade de ação e ausência de livre arbítrio nos fenômenos históricos, sendo, portanto, rejeitada como princípio explicativo nas ciências humanas:

Se eu estender essa categoria sem limite, então qualquer coisa é necessária e inevitável. (...) Culpar e elogiar, considerar possíveis cursos de ação alternativos, condenar ou congratular figuras históricas por agir como eles agiram, se torna uma atividade absurda (BERLIN, 1954, p. 26).

A identificação entre a abordagem causal e a determinista também conduz à aceitação da simetria entre explicação e predição. Partindo do pressuposto de que é possível explicar as causas de uma classe de acontecimento histórico e identificar suas relações de determinação, seria também possível prever aquilo que ainda não ocorreu com base nos eventos presentes. Como esse modelo supostamente excluiria qualquer possibilidade de cursos alternativos aos fenômenos, a explicação causal seria, conseqüentemente, inaceitável no tratamento dos processos psicológicos e históricos.

Segundo Scriven (1969), o critério de simetria entre explicação e predição pode ser considerado, em comparação com as hipóteses de cunho indutivo-estatístico, tanto falso como trivial: “falso se *verdade* é considerado de modo preciso, trivial se *verdade* significa acreditar estar certo o bastante para ser relevante” (Ibid., p. 206, grifos do autor). Ou seja, se aplicarmos um princípio dedutivo para validar um enunciado baseado em considerações estatísticas, o enunciado disjuntivo pode ser considerado falso; se aplicarmos um princípio indutivo ele pode ser considerado trivial¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Os problemas da justificação lógica para enunciados probabilísticos geraram alguma divergência entre os positivistas lógicos. Herbert Feigl procura adotar a solução pragmática para a utilização de explicações probabilísticas, distinguindo entre validação e justificação de um enunciado. Sendo assim, ainda que o enunciado não seja validado no sentido pretendido pelo rigor dedutivo, ele pode ser justificado no contexto probabilístico em um

A simetria entre explicação e predição foi uma medida utilizada para evitar a inserção de explicações *ad hoc*. Uma vez que a explicação só é dada após a observação do *explanandum*, nada impediria que ela se baseasse na utilização da falácia *post hoc ergo propter hoc* – a ilusão de que a mera sucessão constitua indício de sequência causal. A postulação da lei geral que auxilia no estabelecimento da regularidade entre as condições antecedentes e consequentes foi a saída utilizada pelo modelo dedutivo para evitar tal ilusão. A lei geral garante que a partir de determinado evento antecedente seja possível deduzir o consequente e evitar a explicação *ad hoc*. Um exemplo médico-clínico auxilia na detecção dos problemas da regra nomológica: a causa de uma doença X pode ser explicada através da postulação da existência de um agente patógeno Y. Diante da presença de uma bactéria ou vírus (Y), detectados em um exame de sangue, poderíamos prever o desenvolvimento de condições consequentes observáveis (quadro sintomático). No entanto, tal critério de validação seria insuficiente em alguns contextos clínicos, uma vez que a presença do agente patógeno constitui condição necessária, mas não suficiente, para a manifestação sintomática.

No exemplo em questão, assim como na discussão histórica, as condições antecedentes são inferidas *a posteriori*, mas nem por isso devem ser necessariamente tidas como explicações inválidas. Uma amostra epidemiológica estatística poderia constituir um bom argumento na explicação de um caso particular, embora não satisfaça completamente o critério dedutivo. Um nível explanatório complementar poderia contribuir para a validade da explicação particular através da investigação de outras variáveis responsáveis pelo surgimento dos sintomas (chamadas por Freud de causas auxiliares e causas precipitantes). As explicações envolvendo múltiplas variáveis causais e condições antecedentes que podem variar em natureza e grau de intensidade acabam exigindo níveis diferenciados de investigação, cada qual priorizando fatores específicos que podem ser considerados como “causas” ou condições antecedentes.

Scriven (1969) rebate as alegações que atribuem as deficiências explanatórias supracitadas à mera limitação gnoseológica. Segundo essas alegações, o modelo estatístico constituiria um estágio de comprometimento epistemológico que caminharia no sentido de maior precisão e validação nomológica. A lei geral, portanto, estaria

universo com uma frequência empiricamente determinada. O autor prefere flexibilizar os princípios dedutivos em função da utilidade prática das inferências indutivas probabilísticas: “A credibilidade das hipóteses empíricas (predições) pode ser validada à luz de princípios de lógica indutiva. Mas esses mesmos princípios (enquanto, é claro, não abertos à validação) podem ser justificados: sua adoção pode ser justificada pragmaticamente como meios que são necessários (mas certamente nunca suficientes) para o sucesso da pesquisa científica, isto é, para a descoberta de regularidades confiáveis” (FEIGL, 1969, p. 11).

implícita no modelo estatístico. Tal argumento, contudo, deriva de uma concepção determinista e nomológica para a explicação de todos os fenômenos da natureza. A concepção causal, em contrapartida, não pressupõe a filiação determinista, apenas defende que uma explicação deve conter informações relevantes para a compreensão do evento a ser explicado. Mesmo que o determinismo fosse adotado, a exigência de previsibilidade ainda engendraria problemas. Essa exigência diz que alguma lei geral deve estar presente na explicação para evitar a introdução de argumentos *ad hoc*, mas na ausência de tal lei geral a rejeição da explicação *a posteriori* não encontra razão de ser.

O historiador e filósofo Edgar Zilsel relaciona os tipos de explicação histórica como dependentes tanto de enunciados causais como da metodologia empática e enunciados intencionais, superando barreiras historicamente instituídas:

Por outro lado, o método da compreensão (“*insight*”) que tem sido frequentemente recomendado para as ciências sociais não é suficiente na investigação das leis históricas. “Compreensão” significa empatia psicológica; psicologicamente, um processo histórico é “compreendido” se ele é evidente ou plausível. A principal objeção a este critério de validação de uma afirmação histórica é que, virtualmente, processos históricos opostos são sempre igualmente plausíveis. (...) Quando uma cidade é bombardeada é plausível que resulte intimidação e derrotismo na população. Mas é plausível também que a determinação à resistência aumente. Poderia não ser plausível, por outro lado, que o bombardeio mudasse a pronúncia de consoantes na cidade bombardeada. Qual processo realmente ocorre pode não ser decidido por empatia psicológica, mas apenas por observação estatística. Na análise final o método de compreensão é equivalente à tentativa de deduzir leis histórico-sociológicas de leis da psicologia introspectiva. Contudo, antes que regularidades sejam estabelecidas é prematuro tentar deduzi-las. Na construção das novas ciências empíricas o estágio pré-dedutivo não pode ser pulado (ZILSEL, 2003 [1941], p. 207).

O autor parece ter razão quando afirma que não podemos prever um evento histórico diante das alternativas oferecidas (intimidação e derrotismo ou resistência). Contudo, o historiador, diante das consequências, pode ter bons motivos adicionais para atribuir a reação de intimidação ou resistência a um bombardeio que ocorreu anteriormente. A explicação do evento, nesse caso, não deixa de ser empiricamente significativa, ainda que o uso da empatia tenha contribuído primordialmente para a veracidade da análise. O historiador, dessa forma, deve certamente investigar se existiram outras causas potenciais ou concorrentes que ajudem a explicar o fenômeno em questão, mas diante das circunstâncias ele pode ter bons argumentos para indicar um fator causal preponderante mesmo que este não constitua um exímio exemplar de lei geral ou estatística. Muitas vezes é quase impossível não considerar o conjunto de enunciados do historiador como exemplo de explicação válida, dada a notoriedade das

condições antecedentes e circunstâncias causais identificadas. O conhecimento baseado na empatia não deve ser visto como melhor que o inferencial, mas ainda assim pode ser tido como um tipo válido de conhecimento, mesmo que distinto. Um cientista social ou historiador bem treinado pode chamar de conhecimento muitos dos enunciados formulados, ainda que não sigam regras estatísticas.

O conhecimento nomológico, por sua vez, é mais bem caracterizado como adequado no tratamento de certas considerações gerais da física, mas é tremendamente restritivo como único critério para as explicações científicas em geral e históricas em particular. No exemplo do bombardeio, podemos considerar: o fato de que um bombardeio (B) pode ocasionar derrotismo (D) ou resistência (R), embora não possa causar mudanças na pronúncia de consoantes (P), pode ser considerado um exemplo típico de uma regra geral, um tipo específico de relação não universal. Uma explicação pode ser dependente de fatores temporais e não preditivos, mas nem por isso deixa de ser considerada como um modelo explanatório válido na consolidação de uma teoria. Uma explicação desse tipo não se baseia em nenhum conhecimento geral nem estatístico acerca de bombardeios, mas em um raciocínio empático baseado na transferência de vivências psicológicas.

A rejeição da empatia não se baseia em considerações puramente lógicas, pois a explicação de que um bombardeio pode causar ou intimidação ou resistência também tem amparo lógico. Para os critérios nomológicos, um evento não pode ser entendido a menos que seja a única consequência de uma condição antecedente e lei geral hipotética. Essa exigência não deriva da equivalência empírica, pois se (P) é logicamente possível, então a conjunção (D) ou (R) é falsificável e, por consequência, passível de verificação empírica.

Sendo assim, a explicação histórico-causal, conforme já discutido, não necessita adotar leis universais, apenas identificar os eventos relevantes que podem auxiliar na compreensão do fenômeno estudado. A explicação histórico-causal não postula a inevitabilidade do evento e a consequente eliminação da responsabilidade do agente histórico. Ela opera, na maioria dos casos, retrospectivamente, a partir da consideração das condições em que o fenômeno ocorreu, levando em conta os eventos após seu surgimento. Como vimos, a rejeição das disciplinas que se pautam em explicações retroditivas se deve, em parte, à exigência implícita de simetria entre predição e explicação. Ademais, o problema da inevitabilidade subjacente às explicações

deterministas é de cunho metafísico, cuja resposta não deve ser procurada no âmbito metodológico das ciências empíricas:

Enquanto retrodição é frequentemente possível, absoluta predição é impossível ao menos por duas razões: (1) nós não somos nunca conscientes de todas as condições antecedentes relevantes – nem na pessoa ou em seu ambiente; e (2) a capacidade humana para criar sínteses (dos componentes de sua estrutura psicológica e função), determinada por si mesma, pode permitir novas e surpreendentes respostas (WALLACE, 1985, p. 129).

A capacidade de criação de sínteses pode ser ilustrada em um exemplo imaginário. Suponha-se que se descubra uma fórmula, um logaritmo qualquer que permita prever todos os movimentos da bolsa de valores, sendo estes determinados exatamente em função daquela equação. Dado que a bolsa é um sistema em que o ganho de capital se dá por meio de transações baseadas na compra e venda, se todos os corretores tiverem acesso à equação, ela deixa de ser válida, haja vista ser impossível todos os investidores obterem lucros sem a entrada contínua de novos acionistas dispostos a pagar preços sempre maiores e nunca vendê-los a preços menores que aqueles iniciais. Em resumo, quando se trata das ações humanas, a capacidade para fazer previsões acaba afetando os movimentos futuros. Esse fato inviabiliza a criação de teorias estritamente deterministas, mas não impede a investigação de relações de determinação gerais baseadas, por exemplo, em amostras estatísticas ou generalizações clínicas.

Embora a noção de determinismo seja constantemente vinculada àquela de causalidade, é necessário distinguir os diferentes níveis de determinação presentes em cada explicação. Nesse sentido, a distinção entre razão e causa parece se tornar metodológica, não necessariamente vinculada ao problema do determinismo. O argumento de Davidson, discutido mais adiante, ajudará a esclarecer melhor essa questão. A análise causal dos fenômenos não nega nem é negada pela adoção do determinismo. Este, embora frequentemente vinculado à linguagem causal, deve ser analisado separadamente. Nesse contexto, a contingência histórica pode ser entendida como manifestação da indeterminação fenomênica ou como a colisão de cadeias causais independentes. Sendo assim, a detecção de regras de comportamento ou regularidades históricas não pressupõe o determinismo, ainda que faça uso da linguagem causal.

A criação de hipóteses históricas e psicanalíticas emerge da utilização das relações de determinação em um contexto não linear. O conceito freudiano de complexo de Édipo, por exemplo, é formulado a partir de uma série de fatores convergentes,

empíricos e teóricos. Entre esses fatores, podemos identificar a autoanálise freudiana¹⁰⁶, o papel da sexualidade infantil, a possibilidade de anseios incestuosos ressaltada por Fliess, os relatos de Breuer e as histórias incestuosas contadas por pacientes. Diante da quantidade crescente de indícios, diretos e indiretos, dos impulsos incestuosos infantis, Freud universaliza seu conceito baseado no princípio de unidade psíquica¹⁰⁷, de causalidade psíquica e nas leituras dos evolucionistas. A adoção da causalidade psíquica deriva não somente de concepções preestabelecidas baseadas nos pressupostos teóricos, como também da investigação empírica dos fatores psicológicos determinantes para a eclosão dos sintomas. Os indícios empíricos coletados por Freud emergem das conversas com Breuer em relação ao caso Anna O., das experiências com Charcot e com a hipnose, das primeiras investigações terapêuticas e do processo de autoanálise.

É importante ressaltar que a crença de Freud na determinação psíquica pode ser rastreada desde a influência direta da chamada escola de Helmholtz, de Herbart, até os autores clássicos lidos por ele, como Schopenhauer, Hume, Voltaire, Kant e Hobbes¹⁰⁸. Esses filósofos concebem as ações humanas como seguidas dos atos de vontade que as precedem, em uma cadeia de determinação¹⁰⁹:

A liberdade e a necessidade são compatíveis: tal como as águas não tinham apenas a liberdade, mas também a necessidade de descer pelo canal, assim também as ações que os homens voluntariamente praticam, dado que derivam de sua vontade, derivam da liberdade; ao mesmo tempo que, dado que os atos da vontade de todo homem, assim como todo desejo e inclinação, derivam de alguma causa, e essa de uma outra causa, numa cadeia contínua (cujo primeiro elo está na mão de Deus, a primeira de todas as causas), elas derivam também da necessidade. De modo tal que, para quem pudesse ver a conexão dessas causas, a necessidade de todas as ações voluntárias dos homens pareceria manifesta (HOBBS, 1651, p. 73).

¹⁰⁶ Embora cite sua autoanálise como preponderante ao desenvolvimento da psicanálise (FREUD, 1914c, p. 19), o inventor da psicanálise também relativiza o poder terapêutico dessa prática: “uma autoanálise genuína é impossível, pois do contrário não existiria a enfermidade (a neurose)” (FREUD, 1950 [1892-99], p. 313).

¹⁰⁷ O conceito de unidade psíquica era defendido pelos antropólogos clássicos, entendendo que um único processo evolucionário teria conduzido a espécie humana em direção a um patrimônio cultural determinado. Tal concepção “distinguiu os evolucionistas clássicos da antiga tradição poligenista da antropologia, que argumentavam que as ‘raças humanas’ tiveram origens diferentes, estando assim permanentemente estabelecida uma desigualdade natural e uma hierarquia entre elas” (CASTRO, 1988, p. 28).

¹⁰⁸ Ryle defende as concepções de Hobbes na proposição de uma teoria da mente que ultrapasse os equívocos ontológicos pressupostos pelo cartesianismo: “a natureza humana difere da natureza de um relógio unicamente em grau de complexidade” (RYLE, 1949, p. 18). Apesar de Freud não defender a adoção de um completo mecanicismo em sua teoria, a abordagem ontológica parece seguir a mesma tendência interpretativa.

¹⁰⁹ Apesar de se basear em muitos desses autores, Freud insistiu na adoção da perspectiva metodológica científica de teste de hipóteses por meio do procedimento clínico terapêutico, de modo que as concepções psicanalíticas estavam preparadas “para renunciar a qualquer pretensão de prioridade nos muitos casos em que a laboriosa investigação psicanalítica não pode mais do que confirmar as verdades obtidas intuitivamente pelos filósofos” (FREUD, 1914c, p. 15).

Schopenhauer, filósofo muito citado por Freud, é autor de uma passagem interessante sobre o mesmo tema:

Espinosa diz que uma pedra lançada por alguém no espaço, se fosse dotada de consciência, poderia imaginar que com isso ela não faz mais do que obedecer a sua vontade. Eu acrescento que a pedra teria razão. O impulso é para ela o que para mim é o motivo (SCHOPENHAUER, s/d, p. 166).

John Stuart Mill, outro autor que influenciara Freud, também defendeu a ideia de determinação psíquica, atentando inclusive para a diferenciação entre níveis de determinação e determinação múltipla. A noção de determinação múltipla certamente contribuiu para a formulação dos modelos de sobredeterminação freudianos, contidos na equação etiológica e nas séries complementares. Mill postula que “a humanidade não possui um caráter universal, mas existem leis universais de formação do caráter” (MILL, 1969, p. 14). O evolucionista cultural Edward Burnett Tylor, também lido por Freud (1913-14), foi outro autor que enfatizou as determinações no âmbito psicológico:

Como um todo, o mundo está mal preparado para aceitar o estudo da vida humana como um ramo da ciência natural e para, num sentido amplo, seguir a exigência do poeta de ‘considerar a moral como as coisas naturais’. Para muitas mentes educadas, parece haver algo insolente e repulsivo na ideia de que a história da humanidade seja uma parte essencial da história da natureza; de que nossos pensamentos, desejos e ações funcionem de acordo com leis tão definidas quanto aquelas que governam o movimento das ondas, a combinação de ácidos e alcalinos e o crescimento de plantas e animais (TYLOR, 1871, p. 32).

A crença demasiada desses autores nas leis universais que regem os comportamentos pode nos remeter à ideia de leis de cobertura e de predição. Mas Freud, apesar de manter sua filiação científico-naturalista e convicção no determinismo, negava o poder preditivo de sua teoria. Sua restrição, entretanto, não era de ordem filosófica, mas epistemológica e metodológica. Nesse sentido, ele compartilha da crítica à exigência epistemológica de simetria entre explicação e predição ressaltada anteriormente:

Aqui advertimos um estado de coisas com que nos defrontamos também em muitos outros exemplos de esclarecimento psicanalítico de um processo anímico. Durante todo o tempo em que perseguimos o desenvolvimento desde seu resultado final até seu passado, nos deparamos com uma cadeia sem lacunas, e consideramos nossa inteligência satisfatória, até mesmo exaustiva. Porém, se empreendermos o caminho inverso, se partirmos das premissas descobertas pela análise e procurarmos segui-las até o resultado, se dissipa por completo a impressão de um encadeamento necessário, que não poderia determinar-se de outro modo. Reparamos, a seguir, que poderia haver resultado também algo diverso, e que a este outro resultado poderíamos compreender e esclarecer igualmente bem. A síntese não é, portanto, tão satisfatória como a análise; em outras palavras: não

estariamos em condições de prever, conhecendo as premissas, a natureza do resultado.

É muito fácil reconduzir as suas causas esse conhecimento conturbador. Por mais que os fatores etiológicos decisivos para certo resultado nos sejam completamente notórios, os conhecemos somente segundo sua especificidade qualitativa e não segundo sua força relativa. Alguns deles, demasiado fracos, são sufocados por outros que entram em conta para o resultado final. Porém, nunca sabemos de antemão quais fatores determinantes se revelarão como mais fracos ou mais fortes. Somente ao final dizemos que se impuseram os mais fortes. De tal modo, a causação, seguindo a análise, pode reconhecer com certeza em todos os casos, porém sua previsão no sentido da síntese é impossível (FREUD, 1920b, p. 160).

A convicção freudiana na causalidade psíquica e em um tipo específico de determinismo – que identificava todo evento psíquico como resultado de um conjunto de processos antecedentes, muitos deles também psíquicos –, o permitiu pesquisar com profundidade o que a disciplina psiquiátrica tomava apenas como dado classificatório. A crença nas relações de determinação psíquica conduziu o autor à investigação dos nexos existentes entre os sintomas e seus fatores etiológicos. Em suma, assim como o desenvolvimento das ciências biológicas progrediu do estágio classificatório das espécies à explicação dos seus mecanismos evolutivos, encontrando seu cume paradigmático na obra de Darwin, o desenvolvimento da psiquiatria necessitava, para Freud, sair do estágio puramente nosológico para a fase etiológica, com a ajuda da psicanálise:

A psiquiatria é na atualidade essencialmente uma ciência descritiva e classificatória cuja orientação segue sendo mais somática que psicológica, e que se acha sem possibilidades de explicar os fenômenos observados. Entretanto, a psicanálise não se coloca em oposição a ela, como o comportamento quase unânime dos psiquiatras poderia levar-nos a acreditar. Pelo contrário, em sua qualidade de *psicologia das profundezas* – psicologia daqueles processos da vida anímica que são retirados da consciência – ela é convocada a fornecer a base indispensável à psiquiatria e a remediar suas atuais limitações. O futuro criará, possivelmente, uma psiquiatria científica, à qual a psicanálise haverá servido de introdução (FREUD, 1923 [1922], p. 247, grifos do autor)¹¹⁰.

Através da procura pelos antecedentes que ajudariam a explicar a etiologia das patologias, o criador da psicanálise pôde estabelecer o nexo entre classes de representantes pulsionais e suas ligações com os respectivos sintomas de natureza

¹¹⁰ Ver também em Freud (1916-17 [1915-17], p. 18). É importante lembrar que Freud não era contrário ao procedimento classificatório operado pela medicina da época, apenas o considerava insuficiente para a compreensão da complexidade de fenômenos com os quais se defrontara. O autor elogiara o gênio de Charcot, principalmente pela sua capacidade nosográfica acurada: “Não preciso recordar aos médicos a riqueza de formas que a neuropatologia ganhou graças a ele, nem o grau de acuidade e segurança de diagnóstico que as suas observações possibilitaram. Mas ao aluno que o seguisse durante uma hora pelas salas da Salpêtrière, esse museu de fatos clínicos que a ele devia a maior parte dos seus nomes e particularidades, Charcot lembrava Cuvier, cuja estátua diante do Jardim das Plantas mostra o grande classificador e estudioso do mundo animal rodeado por uma grande quantidade de figuras zoológicas” (FREUD, 1893a, p. 14).

somática. A busca pelas relações de determinação psicológica foi responsável pela superação de concepções que viam as manifestações sintomáticas como caóticas e não significativas, derivadas unicamente de lesões cerebrais ou problemas hereditários. Assim como os evolucionistas, paleontólogos e arqueólogos, a psicanálise freudiana procurava encontrar resquícios ocultos do passado a fim de preencher as lacunas históricas que permitiriam compreender o encadeamento de eventos responsável pelo fenômeno a ser explicado. Não por acaso, Freud possuía um profundo interesse pela investigação arqueológica:

Em vista do caráter incompleto de meus resultados analíticos, não me resta outra opção do que seguir o exemplo daqueles exploradores que, após profundas escavações, tem a sorte de encontrar os apreciáveis, embora mutilados, restos da antiguidade. Tenho completado o incompleto de acordo com os melhores modelos que me eram familiares por outras análises, porém, tal como faria um arqueólogo consciencioso, em nenhum caso me omiti a assinalar onde minha construção se justapõe ao autêntico (FREUD, 1905 [1901], p. 11)¹¹¹.

O paleontólogo Stephen Jay Gould (1977) aponta que um modo duplo de explicação histórica fora possibilitado pelo desenvolvimento das ciências geológicas. Segundo o autor, ao conceber a idade terrestre como significativamente superior àquela postulada pela concepção religiosa, a arqueologia pôde formular explicações históricas em dois diferentes níveis: entendendo os processos históricos como ritmos cíclicos ao mesmo tempo em que a linha de desenvolvimento vetorial possibilitava processos idiossincráticos. Esse modo de pensar os processos históricos permitia uma investigação de novos fenômenos a partir da observação das condições históricas cíclicas, sendo possível identificar prováveis padrões dentro de uma linha singular de desenvolvimento. Talvez a predileção freudiana pela arqueologia tenha influenciado o modo de conceber a relação temporal tanto em sua vertente vetorial como cíclica, representadas respectivamente pelos textos clínicos e metapsicológicos. Para Freud, esses níveis de explicação permitiam investigar as condições antecedentes, por meio da análise psicológica, evidenciando tanto as idiossincrasias como as regularidades que regem classes de fenômenos. Assim como a paleontologia, a arqueologia e o evolucionismo, disciplinas que tratam de processos históricos, Freud seguia a metodologia de investigação histórica e construção de hipóteses gerais.

¹¹¹ Freud também explicita seu crescente interesse pela coleção de antiguidades e pela ciência arqueológica em uma carta escrita para Stefan Zweig em 1931: “tenho lido atualmente mais arqueologia do que psicologia” (FREUD *apud* SPENCE, 1990, p. 334).

Os diferentes modelos explicativos utilizados pelo criador da psicanálise decorrem da postura de multideterminação outorgada à gênese dos fenômenos, sendo possível distinguir ao menos três níveis de análise interdependentes e diferenciados: o biogenético, o pulsional e o representacional (ou psicológico). O mesmo fenômeno pode ser explicado em qualquer um desses três níveis sem que isso implique – conforme defende parte da literatura crítica – contradições insuperáveis.

A determinação biogenética pode ser classificada como um modo de compreensão que utiliza a explicação último-causal, exercendo o papel de organizadora do crescente material empírico surgido na clínica. O modelo biogenético busca indícios da regularidade entre alguns conjuntos de eventos psicológicos, sendo norteado pelas hipóteses evolucionistas vigentes (herança de caracteres adquiridos, atavismo, lei da recapitulação, entre outras).

A determinação pulsional é vista como a parte ‘econômica’ da teoria freudiana, inicialmente identificada com hipóteses neurofisiológicas de tramitação de energia. Tendo o princípio de constância como regulador do aparelho psíquico, toda explicação pulsional leva em conta a dimensão quantitativa que faz parte de todo e qualquer evento psicológico. O aparelho psíquico é pensado em função da organização econômica – eliminação ou redução a um nível mínimo – dos impulsos exteriores e, principalmente, das estimulações geradas pelo corpo, impossíveis de serem descarregadas sem ações específicas adequadas. Alguns conceitos, como os de trauma ou ansiedade, são fundamentados dentro da ótica de determinação quantitativa.

A determinação representacional freudiana, por sua vez, serve como a base do modelo explanatório psicanalítico, dado que o autor centraliza seus argumentos nas relações estabelecidas entre as representações, tornando a fala o instrumento privilegiado de investigação. Presente desde os primeiros estudos da histeria, a determinação psicológica freudiana parte de uma diferenciação etiológica entre as patologias *determinadas* por conjuntos de ideias e as patologias decorrentes de fatores puramente orgânicos. Tal distinção constitui o ponto de partida para toda a investigação e terapêutica freudiana, uma vez que, diferentemente da causalidade biogenética, ela é passível de intervenção direta por meio dos métodos de hipnose, associação livre e reelaboração de conteúdos representativos. A análise das relações de determinação entre ideias e sintomas permite ao autor formular uma metodologia de investigação etiológico-histórica a fim de rastrear as causas precipitantes, auxiliares e específicas da neurose. Os sintomas são tidos como psicologicamente motivados, superando as

hipóteses puramente somáticas, e entendidos como efeitos de tendências repressivas contra ideias incompatíveis (FREUD, 1895). As falhas aparentemente casuais no encadeamento racional de ideias, como os sonhos e parapraxias, são vistas como produtos de processos inconscientes inobserváveis: “não sou de modo algum o primeiro a supor um sentido e um propósito por trás das pequenas perturbações funcionais da vida cotidiana das pessoas sadias” (FREUD, 1901b, p. 160).

Somente através da compreensão das relações existentes entre os conteúdos representativos é que a análise pulsional pode ser realizada. A investigação psicológica da cadeia de representações torna-se o ponto de partida que dá sustentação à elaboração teórica posterior. A intencionalidade é expressa por meio dos representantes pulsionais representacionais (*Vorstellungsrepräsentanz*), que determinam, por meio de seu montante afetivo e de sua relação com outros representantes, os caminhos preferenciais de escoamento psíquico. Nos casos em que o montante afetivo de um conteúdo representacional atinge um nível elevado de desprazer, os mecanismos defensivos são ativados, como o deslocamento:

Pois bem, minha premissa é que tal deslocamento não é deixado ao livre arbítrio, mas obedece umas vias (*Bahn*) calculáveis e ajustadas às leis. Em outras palavras, suspeito que o nome ou os nomes substitutos mantêm um nexos averiguável com o nome buscado, e espero que, se conseguir rastrear esse nexos, haverei de lançar luz também sobre o processo de esquecimento de nomes (FREUD, 1901b, p. 09).

As leis que regem as associações entre representações podem ser buscadas em dois níveis: o quantitativo, que permite explicar os sintomas em função de sua relação com complexos associativos desagradáveis, isto é, quantitativamente intoleráveis; e o representacional, as chamadas associações externas entre representações¹¹², como no caso das palavras *Reten-Ratten-Spielratte*, presentes no texto sobre o ‘homem dos ratos’ (FREUD, 1909b, p. 167). O nível de investigação representacional permite compreender os caminhos associativos preferenciais que regem as representações e, conseqüentemente, estimar as magnitudes quantitativas envolvidas nos complexos associativos. Porém, Freud questiona a aparente “externalidade” existente entre as representações associadas, estabelecendo um nexos mais sólido que a simples semelhança fonética ou contigüidade temporal:

Outro problema, de mais profundo alcance, é saber se tal associação extrínseca pode ser, com efeito, condição suficiente para que o elemento

¹¹² Ibid., p. 13.

reprimido perturbe a reprodução do nome que se busca, ou seja, se não deveria haver uma ligação mais íntima entre os dois temas. Em uma abordagem superficial, alguém tenderia a rechaçar essa ideia e a considerar suficiente a contiguidade no tempo, a despeito de conteúdos inteiramente díspares. Porém, em uma investigação aprofundada, descobre-se com frequência cada vez maior que os dois elementos enlaçados por uma associação externa (o elemento recalcado e o novo) possuem também alguma ligação de conteúdo (FREUD, 1901b, p. 14).

A ligação de conteúdo é reveladora não somente dos caminhos preferenciais de ligação entre representações, mas também da força relativa dos conteúdos representativos, da dinâmica estabelecida entre complexos de ideias não toleráveis e das suas respectivas formações de compromisso. As formações de compromisso indicam a satisfação substitutiva de motivações inconscientes impedidas de sua livre expressão.

Podemos visualizar dois grandes níveis na teorização freudiana, sendo o primeiro constituído pelas construções teóricas de caráter geral e universal. Tais elaborações direcionam e são influenciadas pelas hipóteses norteadoras das observações clínicas. O segundo nível se distingue do primeiro na medida em que se aproxima do procedimento de compreensão dos fenômenos defendido pela hermenêutica. As hipóteses específicas tratam de casos particulares, situações únicas e interpretações idiossincráticas que visam ordenar o material em um panorama discursivo satisfatório. O primeiro nível de teorização é entendido como sistematização dos dados obtidos através do procedimento clínico. Porém, a formulação desse nível geral só é possível por meio da compreensão e acompanhamento dos casos em sua individualidade. Freud procura estabelecer, através da repetição de análises individuais e estudos teóricos, as condições que permitem teorizar sobre as determinações generalizantes – ainda que potencialmente provisórias, como toda teoria baseada no acúmulo progressivo de evidências: “Você sabe que eu me preocupo com um fato isolado e que espero que jorre dele, por si mesmo, o universal” (FREUD & ANDREAS-SALOMÉ, 1966, p. 43). O procedimento interpretativo da clínica, embora focalizado sobre histórias particulares, também utiliza os recursos da explicação causal como ferramenta primordial. Ainda que por meio da técnica interpretativa, a busca por causas em Freud continua sempre a guiar a análise.

Muitos autores preferem adotar generalizações que garantam a cientificidade do objeto de investigação sem, contudo, submeter esse estudo à restrição nomológico-

dedutiva¹¹³. Para eles, as disciplinas que tratam de eventos históricos não necessitam se enquadrar no requisito de acurácia preditiva para conquistar respeitabilidade explanatória. As generalizações históricas constituem, sobretudo, o meio e o guia através do qual a explicação se encaminhará e não somente a ferramenta para compreensão de um evento concreto sob estudo. As análises de casos clínicos realizadas por Freud exemplificam o procedimento historicista negligenciado nas teorias puramente nomológicas, pois se concentram nas contingências históricas da mesma forma que ocorre em uma descrição historiográfica, mas ainda assim não perdem de vista os aspectos teóricos generalizantes que guiam a análise:

O relato de caso também exemplifica a técnica de procura por temas, padrões e paralelos, extraindo daí inferências causais – o aspecto indutivo do trabalho do historiador. (...) Há então uma relação circular entre o conceito de determinismo histórico e a apreensão de temas: sem o primeiro pode-se frequentemente ignorar a forma e conteúdo comuns a eventos que seriam, de outro modo, discretos e idiossincráticos; sem a última, pode-se não estar alerta à necessidade de um conceito de determinismo histórico (WALLACE, 1985, p. 36).

Embora a metodologia historicista seja necessária à formulação de teorias que possibilitem uma maior compreensão dos fenômenos, é sempre importante ressaltar as limitações da postulação prematura de hipóteses sem a quantidade suficiente de dados empíricos de sustentação. Para Wallace (1985, p. 38), “a intuição penetrante de Freud e a convicção na unidade psíquica da humanidade” favoreceram a formulação precoce de hipóteses clínicas e metapsicológicas sem suficiente comprovação empírica. Jones também partilha da mesma opinião sobre o método freudiano:

Sua grande força, embora as vezes também sua fraqueza, era o extraordinário respeito que ele tinha pelo fato singular (...) quando ele pegava um simples mas significativo fato ele poderia sentir, e saber, que era um exemplo de algo geral ou universal, e a ideia de coleta estatística sobre a questão era muito alheia a ele (JONES, 1953, p. 96).

A metodologia freudiana se baseava mais no procedimento comparativo e analógico que no estatístico. Suas crenças no determinismo universal dos fenômenos mentais e na unidade psíquica, aliadas às hipóteses oriundas de sua formação teórica e da metodologia historicista – sempre à procura da etiologia dos sintomas –, proveram a Freud as bases de constituição de sua teoria. As reconstituições etiológicas variavam quanto à metodologia de coleta de dados, os quais poderiam ser obtidos diretamente do paciente durante a análise (caso do Homem dos Ratos), por meio do relato de outrem

¹¹³ Mandelbaum (1961), Scriven (1966) e Gardiner (1952).

(caso do Pequeno Hans) e acompanhamento do caso ou, ainda, através de materiais independentes cuja influência sugestiva do terapeuta sobre o material seria completamente descartada (caso Schreber).

No caso Schreber, por exemplo, Freud utiliza o procedimento comparativo através de vários exemplos: a postulação dos deslocamentos entre as representações do sol, de Deus e do pai; a utilização da ideia de unidade psíquica ao generalizar um caso como representativo da dinâmica da paranoia e sua relação com a homossexualidade, bem como no tratamento da universalidade de alguns símbolos recorrentes no relato histórico; e o raciocínio analógico, ao tomar a atitude ambivalente de Schreber para com Deus e com o Dr. Flechsig como indício do conflito edipiano. Freud ainda apresenta o que Erikson toma como uma “falácia *originológica*” (ERIKSON, 1975, p. 160, grifo do autor), ou seja, a procura das origens de complexos sistemas de representação e significado em eventos infantis, bem como a ênfase dada ao mundo interior, fantasioso e psicológico, em oposição ao exterior, real e físico.

Para Wallace, Freud utilizou muitas vezes as leis de cobertura como suporte para suas inferências em casos clínicos. No caso Dora, por exemplo, Freud teria inferido a enurese noturna da masturbação, bem como a conexão do simbolismo onírico com fogo. Ele também teria inferido cenas infantis a partir das dispneias e palpitações que ocorrem na histeria. No entanto, o autor ressalta: “Se a psicanálise e a história nos ensinam que indivíduos e sociedades frequentemente se comportam regularmente e previsivelmente, elas também demonstram que eles podem nos surpreender” (WALLACE, 1985, p. 52). Não obstante, mesmo fenômenos tidos por Freud como universais, como o complexo edipiano, encontram modos diferenciados de manifestação, sendo entendidos mais adequadamente no contexto concreto das manifestações individuais e nas relações dinâmicas das vias representativas. A relação entre dedução e indução é recíproca na construção analítica. Sem a teoria os dados fenomenológicos se tornam um amontoado desordenado de fatos históricos, mas sem o entendimento fenomenológico a teoria se torna reducionista e incapaz de apreender as peculiaridades de cada caso clínico. A postulação de regularidades, embora não obedeça à exigência dedutiva preditiva, garante o entendimento dos eventos como pertencentes a uma categoria específica de fenômenos:

Embora o psicanalista deva apreender a história, a disposição, as preocupações e os padrões de formações de compromisso novos para cada paciente, se ele não puder seguramente assumir alguma unidade nos processos psíquicos de todas as pessoas, então ele teria que conceber teorias

e terapias totalmente novas para cada paciente. (...) Sem generalizações primitivas, explícitas ou implícitas, em forma nomológica (*lawlike*), não haveria possibilidade para reconstrução da história nem da psicanálise (WALLACE, 1985, p. 54).

As hipóteses e modelos teóricos construídos são, portanto, baseados em constelações de generalizações, admitindo que, sob certas condições antecedentes, determinados eventos tendem a ocorrer – com maior ou menor probabilidade. Schafer (1980) reflete essa relação recíproca entre generalizações teóricas e idiosincrasias experienciais ao defender que o analista questiona a história passada do paciente a fim de compreender sua configuração psíquica atual ao mesmo tempo em que analisa seu momento presente, com toda sua base teórica, para direcionar o questionamento do passado. Sendo assim, o procedimento circular torna a relação entre teoria e empiria mais complexa do que uma interpretação binária tenderia a postular.

Monzani (1989, p. 41), por exemplo, indica que existem duas ordens de explicação fornecidas por Freud em relação à teoria da sedução, as probabilísticas/fatuais e as teóricas. Embora em sentido ligeiramente diferente, Laplanche também defende a existência de dois níveis de teorização na disciplina freudiana:

O primeiro nível (...) é o das teorias descobertas no ser humano pela psicanálise. São ideologias, mitos, formalizações que, como tais, não poderiam ser nem refutadas nem provadas pela psicanálise. São elas que os críticos da psicanálise atacam mais frequentemente, e não sem razão visto que a maior parte dos psicanalistas fazem-nas suas teorias. (...) A este nível I oporei um nível II, o da teoria propriamente psicanalítica, que se denomina também metapsicologia. Como toda e qualquer teoria, ela não poderia senão ser construída para tentar dar conta de uma experiência. (...) A teoria psicanalítica, tal como descrita no nível II, pode reivindicar ser refutável e falsificável. O fato de que ela não use modelos físico-matemáticos não impede que ela tenha que submeter-se à prova do raciocínio e da confrontação com a experiência (LAPLANCHE, 1995, p. 83).

Laplanche realiza a ousada tarefa de questionar a leitura hermenêutica sem se inserir na oposição mais comumente ressaltada – a dos epistemólogos que insistem em tratá-la como uma disciplina que deve atender todos os cânones da concepção recebida de ciência. Ele parece relativizar a tarefa interpretativa, objeto privilegiado do discurso hermeneuta, sem, contudo, reduzi-la à mera condição de coleta de dados – objetivada por autores como Grünbaum (1984, 2004).

Nessa linha de raciocínio, Hartmann defende uma complementaridade entre a prática clínica hermenêutica e a tarefa teórico-causal metapsicológica:

A fenomenologia é uma abordagem preliminar necessária para qualquer teoria psicológica que procura explicar os fenômenos geneticamente (...). Ela é tanto a pré-condição para a formação de teorias como necessita de tais teorias; de outro modo, ela se tornaria essencialmente incompleta (HARTMANN *apud* WALLACE, 1985, p. 26).

Fulgencio, por seu turno, resume o duplo procedimento freudiano de conceituação teórica generalizante e prática clínica particular recorrendo ao procedimento científico em geral:

no campo da experiência clínica, todo paciente e seu tratamento constituem uma situação única e irreproduzível. (...) Quando Freud procura o universal nessas singularidades ou particularidades, ele busca as formulações conceituais que vão na direção de uma teoria geral: todos os casos particulares de neuroses são subsumidos pela compreensão do que é 'A Neurose'. Isso não ocorre de forma diferente em outras ciências naturais, em que cada fenômeno empírico é sempre singular e irreduzível a outro, ou ainda, no caso específico em que os astrônomos procuram entender como surge uma estrela, uma galáxia, um buraco negro, o próprio universo, todos acontecimentos irrepetíveis e únicos, mas que, mesmo assim, são objetos de generalizações. Se a psicanálise se mantivesse no campo empírico, irreduzível, das singularidades, nenhuma ciência seria possível, como já dizia Aristóteles, não há ciência sobre o acidente (FULGENCIO, 2008, p. 171).

A dicotomia entre explicação e interpretação parte do pressuposto de que os eventos podem ser explicados de dois modos excludentes, sendo que o primeiro utiliza o modelo explicativo-causal, importado da mecânica clássica, baseado na correlação entre dois ou mais eventos. O raciocínio se baseia na premissa de que somente causas físicas podem engendrar efeitos físicos, sendo os fatos humanos entendidos como não naturais, incapazes de fazer parte de relações de determinação responsáveis por algum efeito físico. O gênero de eventos que compreende as condutas relativas aos fatores psicológicos ou sociais não poderia, dentro dessa interpretação, ser explicado sob o mesmo domínio epistemológico. Metodologia explanatória semelhante seria possível apenas relacionando eventos de mesma ordem, como a explicação de um evento psicológico em função de outro evento psicológico, entendendo esse modelo explicativo como interpretativo e não causal. A rejeição do vocabulário causal seria fruto da inscrição do indivíduo na ordem cultural e, sobretudo, linguística. A explicação envolvendo correlação entre eventos psicológicos não é descartada pela hermenêutica, uma vez que esta é a estrutura principal das interpretações freudianas. O que fornece os subsídios para a alegação da ambiguidade freudiana é a utilização tanto de hipotéticas causas físicas quanto psicológicas na explicação de fenômenos físicos e psicológicos, bem como o uso de explicações causais e interpretações psicológicas indistintamente. O caráter inconciliável da teoria derivaria, para alguns, do uso indiscriminado de uma

linguagem psicológica e causal simultaneamente. Como a abordagem causal freudiana tem sido motivo de grande controvérsia na literatura de comentário, nos deteremos um pouco mais nesse tema.

4.2 Explicações causais e intencionais

Ao longo do século XX, muitas das críticas dirigidas à psicanálise parecem ter sido superadas, seja por méritos próprios – através do importante debate epistemológico acerca de seus fundamentos e técnicas¹¹⁴ –, seja pelo desenvolvimento de outras discussões mais amplas no campo da filosofia das ciências¹¹⁵, ou ainda aquelas formuladas por outras disciplinas em desenvolvimento, como as ciências biológicas¹¹⁶. Apesar da superação de alguns critérios demasiado estreitos na definição dos padrões de cientificidade, a psicanálise continua sendo alvo de interpretações antagônicas acerca deste tema. As divergências sobre o assunto não se restringem a um ponto específico da metodologia psicanalítica, mas abarcam diversos aspectos – tanto metodológicos quanto epistemológicos: abordam problemas éticos, tecnológicos, conceituais e interpretativos, muitas vezes sobrepostos e relacionados. Podemos dizer, concordando com Roustang (1984, p. 928), que “quando a palavra epistemologia é aplicada à psicanálise, somos confrontados com questões de método, de objeto e de validação”.

Freud definira a psicanálise tanto como uma terapêutica quanto também como uma teoria geral do psiquismo e um método investigativo (FREUD, 1923 [1922], p. 231), de modo que as questões epistemológicas levantadas sempre encontram pontos de intersecção em cada um desses domínios. É comum uma crítica dirigida à metodologia terapêutica ser confundida com uma censura endereçada à teoria geral do psiquismo, da mesma maneira que muitos tentam desvincular a clínica psicanalítica da metapsicologia freudiana. Ainda que tentemos restringir o debate no qual a psicanálise se insere a algum fator específico, muitas questões fronteiriças ainda emergem.

Conforme vimos, parte da controvérsia em torno do estatuto de cientificidade requerido por Freud derivou da inadequação das explicações psicanalíticas aos modelos consolidados. Por exemplo, a exigência de deductibilidade do *explanandum* a partir da explicitação das premissas contidas no *explanans* acarretava, na prática, a exclusão de toda e qualquer explicação envolvendo fatos históricos. O caráter irreplicável e

¹¹⁴ Mezan, (1982); Monzani (1989, 1991); Laplanche & Pontalis (1973); Green (1975); entre outros.

¹¹⁵ Tal debate envolve autores como Hempel, Nagel, Popper, Kuhn, Grünbaum e Bachelard. Nessa discussão, concordamos com pronunciamentos como os de Holt (1989), quando afirma que, de modo geral, a filosofia da ciência já superou certos anacronismos no uso das categorias classificatórias, ou seja, ela possui atualmente uma leitura menos rígida em relação aos critérios de distinção das diferentes disciplinas científicas.

¹¹⁶ Mayr (1988); Hull (1975); Ruse (1998); Sober (1984); Rosenberg (1985); entre outros. Esses autores, embora não tenham tratado especificamente da teoria freudiana, se inseriram no debate em filosofia das ciências e contribuíram indiretamente para a superação de algumas concepções que fundamentavam muitas das críticas dirigidas à psicanálise e outras disciplinas, como a biologia evolucionária.

unidirecional dos eventos históricos inviabilizou os procedimentos experimentais bem como a construção de leis universais. Algumas exigências epistêmicas examinadas até aqui foram superadas em parte pelo desenvolvimento extraordinário das ciências biológicas, que não se adequaram aos modelos propostos.

As críticas clássicas dirigidas à cientificidade psicanalítica podem ser expressas pela posição de diversos autores. Para Popper (1957), a psicanálise não preenche o critério mínimo de adesão ao projeto científico, qual seja, o da falseabilidade. A teoria freudiana não possibilitaria a validação de algum postulado por meio do método utilizado e, portanto, se assemelharia muito mais às disciplinas não científicas. A psicanálise, por não poder ser falsificada, não poderia também ser validada. Essa linha de interpretação da teoria psicanalítica é extensa. Wittgenstein (1966), por exemplo, cita a psicanálise como apenas uma mitologia e insiste que ela não possui bases empíricas suficientemente fortes para se sustentar como ciência.

Outra corrente, contrária a esta, aposta no desenvolvimento da psicanálise enquanto ciência e defende que tais equívocos interpretativos derivaram da tomada de problemas metodológicos e conceituais como indício de ilegitimidade científica, ou seja, consideraram problemas metodológicos específicos como provas suficientes para a invalidação de toda a disciplina. Muitos autores, como Nigel Mackay (1989), Cosin, Freeman & Freeman (1982) e Strenger (1991), procuram identificar quais os aspectos da teoria que poderiam sobreviver às referidas críticas.

Outra importante corrente interpretativa, a hermenêutica, propõe à psicanálise, mais do que a tentativa de responder às críticas ou corresponder aos critérios de cientificidade, o abandono do epíteto de ciência. A lista de defensores é grande, entre eles Roy Schafer (1976), G. S. Klein (1976) e M. Gill (1983). De acordo com esses autores, exatamente por não tratar dos eventos mentais segundo o modelo das ciências naturais, a psicanálise deveria se postar em seu verdadeiro lugar e circunscrever-se ao tratamento das estruturas narrativas, analisando sua coerência linguística e significado.

O físico e filósofo Adolf Grünbaum (1979, 1984) realiza uma crítica tanto da leitura popperiana quanto da posição hermenêutica. Ricoeur e Habermas encabeçam as críticas de Grünbaum, pois teriam incorrido em equívocos lógicos. O autor atribui à hermenêutica uma concepção dicotômica e ainda estratificada da distinção existente entre as ciências humanas e naturais. A crítica da corrente hermenêutica ao modelo psicanalítico proposto por Freud, segundo Grünbaum, seria fruto da confusão em tomar como excludentes a epistemologia causal e a dotação de sentido. Monzani, por sua vez,

resume exemplarmente essa tensão, ao mesmo tempo em que se posiciona diante do tema, indicando um caminho interpretativo mais complexo:

Haveria então dois Freuds: aquele que realiza a análise compreensiva de forma magistral (os *Studien*, as cinco grandes psicanálises e, sobretudo, a *Traumdeutung*, a ‘obra central’) e aquele que traduz canhestamente esses resultados à luz da linguagem positivista, mecanicista e energética, não percebendo a contradição que isso implica. Freud, de fato, nunca viu a menor contradição entre essas duas operações, o que, tratando-se de quem se trata, é um sinônimo para que tenhamos mais que prudência nesse domínio e não descartemos com tanta facilidade assim supostas contradições (MONZANI, 1991, p. 120).

Os dois modos antagônicos de encarar a obra freudiana foram responsáveis pela instalação de uma polêmica que, a nosso ver, encontra alguma ressonância no texto de Freud, embora não precise necessariamente ser encarada como insuperável. De um lado se encontra a interpretação que defende uma teoria da significação e recusa toda e qualquer consideração causal dos fenômenos psicológicos. Do lado oposto vemos a postulação de uma teoria que pretende encontrar as bases etiológicas dos sintomas psicológicos através da recorrência a fenômenos passíveis de constatação empírica, ainda que descritos em linguagem mentalista. Freud parece transitar entre as duas abordagens sem se deter ou se preocupar muito com as críticas de ambos os lados. A instauração de uma grande ruptura parece alheia ao seu projeto de constituição de uma disciplina científica que trate dos fenômenos subjetivos. Para o autor, os assuntos envolvendo a subjetividade não impedem a construção de uma disciplina de cunho científico-naturalista que trate os fenômenos por meio da abordagem etiológico-causal baseada em hipotéticos constructos teóricos. As discussões anteriores sobre o naturalismo freudiano e sobre os diferentes níveis explanatórios nas ciências biológicas, talvez ajudem a esclarecer sua posição. Mas antes, analisemos o cenário interpretativo da obra freudiana a fim de identificar os pontos principais de convergência e discordância.

Ricoeur acredita que a utilização indiscriminada de enunciados híbridos – oriundos das ciências humanas e naturais – constitui uma das principais dificuldades epistemológicas do projeto freudiano. O filósofo defende que Freud teria se apropriado de discursos antagônicos no tratamento de seu objeto de estudo. Ele considera tal característica como “a dificuldade central da epistemologia psicanalítica”, que “ora enuncia conflitos de força justificando uma energética, ora relações de sentido justificando uma hermenêutica” (RICOEUR, 1977, p. 67). Ricoeur crê que “os escritos de Freud se apresentam como um discurso misto, até mesmo ambíguo” (Ibid., p. 67). A

questão a ser respondida, para Ricoeur, é se essa ambiguidade pode ser esclarecida no interior da teoria ou se engendra contradições insuperáveis. Talvez seja esta a acusação mais incisiva feita pela corrente hermenêutica em geral: a suposta incompatibilidade entre uma energética e uma hermenêutica no texto freudiano. Embora Ricoeur trate o discurso misto de Freud como a razão de ser da psicanálise e o considere como uma dimensão necessária da obra freudiana – enfatizando que a energética passa por uma hermenêutica e a hermenêutica descobre uma energética –, podemos perceber que a dimensão energética é tratada como invasora, estranha, incomodando o filósofo. O autor chega a considerar a tópica freudiana como uma antifenomenologia, uma espécie de exclusão do tratamento do sentido pelo sentido:

Todo o problema da epistemologia freudiana parece concentrar-se em uma única questão: como é possível que a explicação econômica passe por uma interpretação que versa sobre significações e, em sentido oposto, que a interpretação seja um momento da explicação econômica? É mais fácil lançar-se numa alternativa: ou uma explicação de estilo energético, ou uma compreensão de estilo fenomenológico. Ora, deve-se admitir que o freudismo só existe pela recusa dessa alternativa (Ibid., 1977, p. 68).

Para Ricoeur, o divórcio entre explicação e interpretação pode ser remetido ao *Projeto de uma Psicologia* (1950 [1895]), texto em que a concepção fisicalista do aparelho psíquico fora adotada e jamais abandonada completamente, apesar de seu progressivo desvanecimento em direção a uma teoria hermenêutica. A criação da noção de pulsão de morte é vista como exemplo desse paulatino abandono, dado que a hipótese quantitativa seria acessória em comparação à ênfase mitológica.

Ricoeur defende que o cientificismo representado pelo *Projeto* deve ser combatido através do desenvolvimento da teoria e da incorporação de conceitos que prescindam da referência energética ou organicista. Ele afirma que no *Projeto* Freud ainda estava preocupado em manter algumas teorias fisiológicas que surgiram no século XIX, embora sem qualquer comprovação para sua extrapolação ao domínio psicológico. A hipótese da constância e toda a terminologia fisicalista que remonta a Herbart e Helmholtz seriam frutos da transposição inadequada que resulta no plano explicativo “superado” (Ibid., p. 71) do *Projeto*. É nesse cenário que o autor procura situar a oposição instaurada entre explicações causais e explicações intencionais. Foucault também segue tendência interpretativa similar no estabelecimento da antítese entre explicações causais e significações psicológicas:

A importância histórica de Freud vem, sem dúvida, da impureza mesma de seus conceitos: foi no interior do sistema freudiano que se produziu essa

reviravolta da psicologia; foi no decorrer da reflexão freudiana que a análise causal transformou-se em gênese das significações, que a evolução cede seu lugar à história, e que o apelo à natureza é substituído pela exigência de analisar o meio cultural (FOUCAULT, 1999, p. 129).

Foucault insere Freud em um movimento de apropriação de saberes através do qual a psicologia tomou forma, sendo esta basicamente um saber de sequestro que incorpora e abarca tudo com a construção de conceitos psicologizantes. Seguindo essa linha de pensamento, Marcuse trata Freud como aquele que realiza “uma ‘extrapolação’ que deriva das noções teóricas e proposições que estão contidas numa forma reificada, na qual os processos históricos aparecem como naturais (biológicos)” (MARCUSE, 1963, p. 42). Para esses autores, Freud trata das formas de conflito psíquico e do desenvolvimento psicológico (complexo de Édipo, fases de desenvolvimento libidinal) como condição necessária¹¹⁷ do processo civilizatório, mas também os analisa em função de suas condições biológicas, utilizando metáforas econômicas, bélicas e fisicalistas para construir seu modelo de aparelho psíquico. Os autores consideram que Freud, em grande medida, compartilha do ideal asséptico criticado por Nietzsche¹¹⁸, através da tentativa de alcance de uma ciência pura, na qual os princípios gerais acabassem por fornecer um pano de fundo explicativo para todo e qualquer fenômeno; daí sua amplitude ao tratar de temas tão diversos, como a arte, a guerra, os fenômenos patológicos, parapraxias e sonhos.

Textos como *O Porvir de uma Ilusão* (1927) e a 35ª das *Novas Conferências de Introdução à Psicanálise* (1933a [1932]) apontam para o cientificismo tido muitas vezes como resquício da filiação iluminista freudiana¹¹⁹. Sob o olhar foucaultiano, essa operação revela vários mecanismos: a tentativa de objetivação da existência humana, sendo os saberes *psi* indicadores do processo de invenção de categorias nosográficas e classificatórias, do qual nada escapa; a apropriação de um saber positivo alheio à análise psicológica, fenomenológica e ética; a psicologização de todos os saberes responsável pela apropriação de uma forma cultural travestida de ciência; um programa normativo em que tudo se encontra subsumido ao enredamento psicologizante; e a psicologia como

¹¹⁷ Segundo Rouanet (1989, p. 94), “ao mesmo tempo em que mostra que a infelicidade é produto da cultura, Freud postula a infelicidade como condição inerente à vida social”.

¹¹⁸ “(...) a ciência está longe de se assentar firmemente sobre si mesma, ela antes requer, em todo sentimento, um ideal de valor (...) ambos, ciência e ideal ascético acham-se no mesmo terreno, na mesma superestimação da verdade” (NIETZSCHE, 1998, p. 140).

¹¹⁹ Não é sem motivos que Freud recebe carta de Pfister: “Sua religião substituta é em essência o pensamento iluminista do século XVIII numa nova roupagem, orgulhosa e moderna” (FREUD *apud* ROUANET, 1997, p. 13).

ferramenta de interligação entre o saber e o poder mediante práticas discursivas delimitadas.

Embora critique substancialmente a obra freudiana em seu contexto mais geral, Foucault (1994, p. 570) tenta circunscrevê-la também no âmbito da hermenêutica, inserindo o inventor da psicanálise numa linha de pensadores (junto com Nietzsche e Marx) que ultrapassaram a dicotomia entre essência e aparência ao introduzir a ordem genealógica e interpretativa como método de construção de novos modelos explicativos de mundo¹²⁰.

Ricoeur relativiza em parte a crítica foucaultiana, afirmando que o quadro cientificista e fisicalista da obra freudiana serviu apenas como linguagem de referência auxiliar no prosseguimento de um projeto eminentemente hermenêutico. Para ele, a estratégia freudiana pode ser rastreada desde o modelo quantitativo do aparelho psíquico formulado no *Projeto* até o modelo de referências biológicas desenvolvido em *Além do princípio de prazer* – que serve como base para a superação do modelo quantitativo em direção à hermenêutica e às interpretações mitológicas:

Freud não tentará manter tantas coisas em um sistema tão estreito. É por isso que podemos dizer que nada é mais superado que o plano explicativo do *Projeto*, e que nada é mais inesgotável que seu programa de descrição: na medida em que avançamos no *Projeto* temos a impressão de que o quadro quantitativo e o suporte neurônico recuam até se converterem numa simples linguagem de referência (...). A mesma aventura se reproduzirá em *Além do princípio de Prazer*, onde a biologia desempenhará o duplo papel de linguagem de referência e de alibi para o achado da pulsão de morte (RICOEUR, 1977, p. 71).

O autor entende que o procedimento freudiano serve de base para que o criador da psicanálise prossiga suas propostas interpretativas e utilize cada vez mais metaforicamente os conceitos naturalistas que emprega. Ricoeur propõe então a delimitação do campo de problemas freudianos à questão interpretativa do pensamento simbólico, que ele trata especificamente como o campo de problemas por excelência da filosofia. Tal campo está ligado a uma investigação nova da representação, não mais

¹²⁰ Também é bom ressaltar que Freud estava ciente da proximidade entre alguns aspectos da filosofia nietzschiana e conceitos psicanalíticos: “Nietzsche, outro filósofo cujas conjecturas e intuições amiúde concordam, da forma mais surpreendente [que Schopenhauer], com os laboriosos achados da psicanálise, por muito tempo foi evitado por mim, justamente por isso mesmo; eu estava menos preocupado com a prioridade do que em manter minha mente desimpedida” (FREUD, 1925a [1924], p. 56). A tarefa interpretativa à qual Foucault se refere como (re)instaurada por Nietzsche, Marx e Freud já se (re)inicia em Kant, na revolução operada na *Crítica da Razão Pura* que, aos moldes da copernicana, estabeleceu as fronteiras do pensar especulativo através da destituição dos antigos dogmatismos, no qual Nietzsche representa o questionamento maior dos conceitos metafísicos e (re)instaura, segundo Foucault (2005), a tradição interpretativa por excelência.

epistemológica, no sentido kantiano – cujo panorama de discussão remetia à órbita da filosofia platônica da verdade e da ciência. Ricoeur pretende inaugurar uma “nova possibilidade que não é mais o erro no sentido epistemológico” (RICOEUR, 1977, p. 31). Podemos concluir que a preocupação do filósofo francês é puramente hermenêutica, dado que ele parte da negação do tratamento epistemológico da disciplina freudiana em direção a outro tipo de abordagem na relação entre representações. O autor, como muitos outros, lida com Freud apesar de Freud, rejeitando as relações de determinação defendidas pelo criador da psicanálise.

A hermenêutica é entendida como disciplina das regras da exegese, interpretação particular de um texto, uma ciência basicamente escriturística. Ela parte da crítica à atribuição de univocidade a toda e qualquer predicação, dado que tal procedimento estaria limitado ao atomismo lógico representado por uma teoria lógica e ontológica da univocidade, sendo superado pela brecha aberta a partir da constatação das múltiplas significações do ser. O instrumento hermenêutico seria para Ricoeur análogo ao psicanalítico e similar à prática interpretativa nietzschiana – que tomou de empréstimo da filologia o conceito de *Deutung*, transformando toda a filosofia em uma tarefa interpretativa por excelência:

A interpretação está ligada a uma problemática nova da representação, da *Vorstellung*. Não se trata mais da questão kantiana de saber como uma representação subjetiva pode ter uma validade objetiva. Essa questão, central na filosofia crítica, recua em proveito de uma questão mais radical. (...) O problema da interpretação refere-se a uma nova possibilidade que não é mais nem o erro no sentido epistemológico, nem a mentira no sentido moral, mas a ilusão, cujo estatuto discutiremos mais adiante (Ibid., p. 31).

Freud estaria então inserido na tríade – Freud, Nietzsche e Marx – que forma a chamada escola da suspeita, em oposição à tradição que entende a interpretação como restauração de um sentido oculto a ser revelado. A suspeita parte da dúvida cartesiana em direção ao interior da fortaleza da consciência, colocando-a em cheque através da exegese do sentido, de forma a tornar o processo de compreensão eminentemente hermenêutico. O trabalho interpretativo, baseado no duplo sentido inerente ao simbólico, rompe com as requisições filosóficas de significações unívocas e instaura a natureza do trabalho interpretativo como eminentemente desmistificadora. Trata-se de abarcar toda a produção reflexionante sob o manto hermenêutico de modo que o princípio da reflexão legitime o uso da reflexão pela interpretação. Como toda reflexão pressupõe interpretação, qualquer projeto, por mais reducionista que se proponha ser, não escapa ao aspecto interpretativo, sobretudo simbólico, manifestando o traço

equivoco e de duplo sentido da linguagem: “é o recurso da reflexão ao símbolo que justifica o recurso do símbolo à reflexão” (Ibid., p. 45). A faceta prioritariamente hermenêutica do procedimento psicanalítico é ressaltada por outros autores: Hyppolite (1971, p. 380) afirma que há em Freud uma “explicação compreensiva”, embora defenda que os diferentes modelos freudianos engendrem ambiguidades. Bernardi (1994), por sua vez, questiona se é possível distinguir, em Freud, a semiótica da etiologia.

Para os defensores da hermenêutica, ela estaria em uma posição diferenciada em relação à lógica formal, não no sentido hierárquico, mas em termos da posição de apropriação das significações, de modo a não se retrair frente às acusações de equivocidade, incoerência e contingência. A hermenêutica, ao contrário, afirma essas características como próprias da linguagem em sua sabedoria implícita, na tarefa de elucidar o duplo sentido da realidade mundana ou psíquica e resgatar a dimensão ética da filosofia, não se limitando unicamente a uma epistemologia que tenha por base a univocidade construída pelo simbolismo lógico. Segundo essa tradição, o simbolismo lógico acabaria por esvaziar a plenitude de todo uso simbólico – dotado de opacidade e densidade –, ultrapassando seu domínio de atuação: “a semântica da filosofia não passa, por completo, por uma lógica simbólica (...) porque o ser não é um gênero. No entanto ele se diz. Mas ele se diz de múltiplas maneiras” (RICOEUR, 1977, p. 53). Nunca é demais lembrar a recorrência a Freud para validar as interpretações em torno do simbolismo onírico: “corroborações de outros campos, da linguística, folclore, mitologia, ritual” (FREUD, 1933a [1932], p. 22). O autor também ressalta a semelhança entre os sonhos e as lendas, contos e mitos, buscando a raiz comum dessas formações culturais para auxiliar na elucidação do mecanismo de formação onírica. O ecletismo intelectual freudiano, como não podia deixar de ser, admitiu interpretações bem particulares.

Hermann (1934), um dos primeiros analistas a trabalhar o conceito de sentido sistematicamente, trata o entendimento psicanalítico como identificação de um sentido que se integra no contínuo psíquico da pessoa através da metáfora de um órgão do sentido. Ou melhor, o sentido é adquirido através de sua integração em um contínuo psíquico, de modo que comportamentos antes tidos como obscuros passam a compor um cenário significativo. O significado de determinado evento passa a ser definido por seu propósito. Causa e sentido não são vistos como mutuamente excludentes. No entanto, ele observa que a determinação estrita existe apenas na linguagem

metapsicológica, na qual o sentido se torna irrelevante, pois as conexões de sentido significativas são traduzidas para a linguagem causal da física, engendrando certa disparidade entre as ordens explanatórias. Para Hermann, diferentemente de Jaspers e Hartmann, o entendimento de uma conexão psicológica não se dá de modo imediato ou autoevidente, tal como um órgão do sentido captaria.

A compreensão de fenômenos psicológicos sob a ótica causal é tida como filosoficamente insustentável por muitos autores (TOULMIN, 1954; MACINTYRE, 1958; PETERS, 1954). Wittgenstein (1966) afirma que Freud se equivocou ao não diferenciar os conceitos de causa e razão, ao atribuir uma causa à totalidade dos fenômenos psíquicos e ao formular leis gerais aplicadas ao domínio do mental. Para o autor, a submissão freudiana do vocabulário psicológico à determinação causal implicaria abrir mão da dimensão ética do ser humano. Ademais, a crítica wittgensteiniana toma a difusão da teoria freudiana como indício da propensão humana em procurar o sentido oculto de fenômenos estranhos à ordenação racional. A psicanálise estaria imersa na superstição cientificista moderna, que acredita ser possível explicar a totalidade das coisas e eventos. Haveria detrás dos fenômenos psicológicos analisados por Freud um *pathos* do estranho, sendo este *pathos* o responsável pelo requerimento da interpretação. A procura generalizada pela explicação de todo e qualquer fenômeno inscrito na ótica do estranho conferiria à teoria freudiana sua aparente cientificidade. Ao explicar fenômenos casuais como o sonho, os atos falhos e os sintomas, Freud saciaria um anseio explanatório, conferindo misticamente uma aparência de cientificidade a sua teoria. O equívoco freudiano seria fruto da tentativa de explicar coisas demais, introduzindo o causal no casual, tal como explicitado na passagem em que trata da originalidade das funções intelectuais:

Uma indagação psicológica cuidadosa restringirá esta afirmação [de originalidade da atividade do pensamento]. Tal indagação descobre fontes ocultas, há muito tempo esquecidas, de onde emanou a incitação das ideias aparentemente originais, e assim a criação presumida resulta ser uma reanimação do esquecido, que se aplicou a outro material. Não há nada que lamentar nisso, uma vez que não tínhamos direito algum de esperar que o 'original' fosse algo não derivável, carente de todo determinismo (FREUD, 1923b, p. 281).

O filósofo Jean Paul Sartre também critica Freud, alegando que, ao inserir o determinismo no quadro de uma psicologia do inconsciente, ele teria tomado o fato consciente como mero efeito de um acontecimento supostamente exterior – a significação. Sendo simples efeito da significação externa a si mesma, a consciência

estaria submetida à relação de causalidade e passividade diante do significado implicado na conduta: “será que podemos admitir que um fato de consciência possa ser como uma coisa em relação a sua significação?” (SARTRE, 2009, p. 52). Sob essa ótica, a consciência adquire um caráter secundário e passivo, constituindo-se como um aglomerado de significações que não possuem consciência da própria significação. Nesse caso, a consciência poderia ser considerada como uma pedra ou um vestígio de fumaça, dado que esses objetos e eventos podem significar algo alheio a sua própria existência: “ora, não é indiferente que esta realidade humana seja eu, porque, precisamente para a realidade humana, existir é sempre assumir seu ser, isto é, ser responsável por ele em vez de recebê-lo de fora como faz uma pedra” (Ibid., p. 22).

Para Sartre, Freud relega à consciência a condição de passividade e ao sujeito o estatuto de objeto completamente determinado. Tal suposição é tida pelo francês como contraditória, pois a consciência, “na medida em que se faz, nunca é senão o que aparece a si mesma” (Ibid., p. 22). O filósofo reitera a necessidade de se admitir uma ligação imanente entre a consciência e a simbolização da qual participa, sendo a conexão entre símbolo, simbolizado e simbolização entendida como intraestrutural e pertencente à própria consciência. Somente admitindo a imanência na explicação das condutas simbólicas é que se poderia superar o caráter de determinação da teoria psicanalítica freudiana, cujo princípio explicativo é incompatível com uma teoria fenomenológica que explique a conduta em sua integralidade:

não há dúvida alguma que a simbolização seja constitutiva da consciência simbólica para quem crê no valor absoluto do *cogito* cartesiano. (...) Mas se acrescentarmos que a consciência é simbolizante sob a pressão causal de um fato transcendente que é o desejo recalcado, recaímos na teoria precedentemente assinalada que faz da relação do significado ao significante uma relação causal. A contradição profunda da psicanálise é apresentar ao mesmo tempo uma ligação de causalidade e uma ligação de compreensão entre os fenômenos que ela estuda. Esses dois tipos de ligação são incompatíveis. (...) De nossa parte não rejeitamos os resultados da psicanálise quando são obtidos pela compreensão. Limitamo-nos a negar qualquer valor e inteligibilidade a sua teoria subjacente da causalidade psíquica. Por outro lado, afirmamos que, na medida em que o psicanalista se serve da compreensão para interpretar a consciência, mais valeria reconhecer francamente que tudo o que se passa na consciência só pode receber sua explicação da própria consciência (Ibid., p. 53).

Embora Freud não tenha dialogado diretamente com Sartre, ele certamente concordaria com parte da interpretação sartreana, ainda que discordasse da alegação de que tais premissas constituem qualquer contradição. Para o inventor da psicanálise, os sintomas neuróticos fornecem evidência inegável da fragilidade da autonomia da

consciência, ao contrário do que defende Sartre: “sabemos que ele [o ego] tem mostrado uma boa cota de passividade que depois pretende ocultar e embelezar (...) ele não é tão ativo como havia acreditado ser” (FREUD, 1917 [1916-17], p. 346). Não é por acaso que Freud empresta o conceito de isso (*Es*) de Georg Groddeck, autor que insiste que “nosso eu se comporta na vida de modo inteiramente passivo e – segundo sua expressão – somos ‘vivididos’ por poderes ignotos, ingovernáveis” (FREUD, 1923a, p. 25). Ele não vê qualquer problema em tratar o ego e suas partes constituintes como objetos:

Queremos tomar o eu, nosso eu mais próprio, tema de investigação. Será possível fazê-lo? O eu é por certo o sujeito genuíno: como poderia se tornar objeto? Bem, não há dúvida de que isto é possível. O eu pode tomar-se a si mesmo como objeto, tratar-se como outros objetos, observar-se, criticar-se e Deus sabe quantas outras coisas poderá empreender consigo mesmo. Para isto, uma parte do eu se contrapõe ao restante. O eu é então dividido, se divide no curso de muitas de suas funções, ao menos provisoriamente. Depois os fragmentos podem juntar-se novamente (FREUD, 1933a [1932], p. 54).

Freud estava envolto no cenário de constatação empírica da extrema passividade dos fenômenos da consciência, com suas falhas lógicas, lapsos, delírios, alucinações e cisões. Nesse sentido, a consciência enganosa do compulsivo que crê não ter lavado sua mão suficientemente, ou a consciência delirante do paranoico que julga estar sendo perseguido, ou ainda o deslocamento de um objeto fóbico a outro, devem ser considerados constitutivos da consciência simbólica ou resultado da determinação causal de um fato que suplanta a consciência? Haveria na consciência algo além do que aparece a si mesma nos casos de deslocamento de conteúdos representacionais e de montantes afetivos? Para Freud, certamente sim. O processo de recalque, as resistências e os autoenganos não são tidos como indícios de má-fé da consciência ou do sujeito, mas sintomas de processos mentais realizados a sua revelia. Qualquer quadro patológico torna explícito que a autonomia do sujeito requerida pelas filosofias da consciência é limitada, e que os modelos psicológicos de determinação inconsciente fornecem explicações razoáveis para a compreensão desses fenômenos. O que Freud realiza é uma extensão de um modelo de determinação das patologias para tentar compreender os modos gerais de funcionamento do psiquismo.

O filósofo Habermas, embora critique o autoequivoco cientificista inaugurado por Freud, reconhece a distinção entre a interpretação psicanalítica e a hermenêutica:

A interpretação psicanalítica, pelo contrário, não se volta para complexos de sentido, peculiares à dimensão daquilo que se intenciona conscientemente; seu trabalho crítico não elimina deficiências acidentais. As omissões e as

alterações que ela suprime possuem um peso valorativo, pois os conjuntos simbólicos que a psicanálise procura compreender estão adulterados por influências internas. As mutilações possuem, como tais, um sentido. Um texto adulterado dessa espécie só poderá ser satisfatoriamente apreendido em seu sentido depois que for possível esclarecer o sentido da corrupção enquanto tal: é isto que caracteriza a tarefa particular de uma hermenêutica que não se pode limitar aos modos de proceder da filologia, mas unifica a análise da linguagem com a pesquisa psicológica de complexos causais (HABERMAS, 1982, p. 236).

O autor prossegue em sua distinção entre a tarefa hermenêutica e a interpretativa causal freudiana:

A técnica da interpretação de sonhos vai, nesse sentido, mais além do que a arte da hermenêutica, uma vez que ela deve não apenas atingir o sentido de um possível texto deformado, mas o próprio sentido da deformação textual, a conversão de um pensamento onírico latente em um sonho manifesto; portanto, ela é obrigada a reconstruir aquilo que Freud denominou ‘trabalho do sonho’. A interpretação do sonho leva a uma reflexão que transita pelo mesmo caminho que o texto onírico, ao surgir, teve que percorrer: frente ao trabalho do sonho ela se comporta de forma complementar (Ibid., p. 239).

Para Rubinstein (1976), a diferença entre a imputação de causas e a atribuição de sentido nos remete a uma das diferenças entre um uso linguístico e um uso não linguístico na psicanálise. Enquanto a relação causal independe do conhecimento de um segundo sujeito para se constituir, a compreensão linguística pressupõe necessariamente a interlocução, o laço dialógico. Nenhum sentido se constitui enquanto tal sem um receptor, alguém para o qual o evento adquire sentido. Em outras palavras, uma significação não tem sentido se não for entendida como tal. A própria definição do termo implica essa interpretação linguística. No caso da atribuição de sentido inconsciente, outorga-se sentido ao próprio sujeito que age ou a uma pessoa que ocupa o papel de intérprete; caso contrário, a estrutura explanatória funcionaria de modo exclusivamente causal. Nesse caso, sem a referência dialógica, a utilização do conceito de sentido em sua acepção linguística perde a conotação pretendida pela hermenêutica e expressa somente a relação de determinação – que prescindir dessa mesma relação dialógica. Sendo assim, muitos enunciados de autores psicanalistas adquirem prioritariamente uma conotação não linguística, isto é, causal¹²¹.

A distinção entre uma linguagem causal, observacional, e uma linguagem intencional – com enunciados tratando o termo *sentido* linguisticamente – remete-nos à distinção entre diferentes usos do conceito de sujeito. O conceito foi utilizado por Freud para denotar tanto aquele que desempenha funções conscientes e intencionais como

¹²¹ Rapaport (1967a), por exemplo, trata implicitamente desse tema ao discutir a relação entre causas e motivos.

aquele afetado por relações causais inconscientes, conduzindo as explicações, conforme ressaltado por Sartre, a uma despersonalização dos agentes e a seu tratamento como mero objeto. Ocorreria em nossas explicações cotidianas uma reificação de determinados atributos pessoais – desejos, pensamentos, sentimentos. Os sujeitos, agentes realizadores desses processos, seriam relegados à condição passiva. Tal reificação de atributos pessoais nos conduz à redução e fragmentação do sujeito através da descrição de estados isolados, como, por exemplo, no enunciado “seu sentimento a conduziu a tal e tal”. Essas explicações simplificadoras – derivadas da psicologia popular, que reduzem o indivíduo à condição despersonalizada, encontrada em muitos autores (inclusive em Dilthey, Jaspers e Klein, críticos dos conceitos reificadores freudianos) – acabaram se tornando recursos úteis na explicação de muitos fenômenos psicológicos.

A discussão sobre a condição passiva na qual o sujeito é colocado em algumas explicações nos conduz ao questionamento dos limites desse domínio explicativo reificador. Russell (1946), em sua caracterização fenomenológica, aponta que o conceito de pensamento inconsciente engendra dificuldades insuperáveis, dado que não é desempenhado por nenhum sujeito, não podendo ser definido propriamente como uma atividade. Inclusive o processo do pensar consciente, enquanto não se evidencia, é encarado pelo autor como uma convenção linguística, pois não é, também, desempenhado por nenhum sujeito. A compreensão cartesiana do pensamento como uma atividade comparável às atividades exercidas por um sujeito não se aplicaria ao domínio inconsciente, pois não seria desempenhada de modo ativo e voluntário. O sujeito, nesse caso, é consciente apenas de que existem pensamentos nele. Sendo assim, uma suposta autonomia se perde na forma de descrição dos processos e o sujeito acaba adquirindo o caráter passivo.

Podemos entender o pensamento como uma atividade percebida enquanto tal, mesmo que não se tenha consciência exata de seu conteúdo. Sendo assim, essa atividade pode ser considerada como desempenhada por um sujeito. Nesse contexto, o termo sujeito deve ser tomado não apenas sintaticamente, entendido como o agente dos eventos – nesse caso, eventos mentais –, mas também experencialmente. O sentido experencial abarca não somente as deliberações conscientes realizadas pelo indivíduo, mas também a própria experiência do processo de pensamento. O enunciado despersonalizado “o pensamento tal ocorreu em tal pessoa” pode ser substituído pelo enunciado experencial “tal pessoa sentiu que estava pensando tal pensamento”.

Os significados da palavra sujeito são tomados de dois modos distintos: aquele que literalmente desempenha e manipula o pensamento, tal como um sujeito entendido em um contexto sintático e cartesiano; e aquele que sente quando um evento ocorre, fazendo parte desse evento – uma atividade inobservável associada com experiências de tipos particulares. Esses sentidos, no entanto, não revelam a natureza precisa da relação existente entre a pessoa e o pensamento, sendo tarefa da clínica psicanalítica o abandono do termo sujeito no modo sintático em favor de um tratamento experiencial dos enunciados. O equívoco interpretativo deriva da adoção de uma linguagem ordinária (ele anda, ele pensa, pegou tal objeto) no tratamento de hipóteses clínicas (ele reprimiu seu desejo, deslocou seu afeto), através de uma clara extensão da linguagem ordinária.

As sentenças clínicas que tratam de moções inconscientes não refletem o sentido do termo sujeito em sua forma experiencial, pois seria contraditório falar em experiências inconscientes sentidas pela pessoa. O equívoco deriva da utilização de uma sentença formulada de acordo com uma forma ordinária e a conseqüente despersonalização do sujeito do qual se trata. As sentenças ordinárias devem então se restringir à descrição das atividades observáveis e inobserváveis com respectivo conteúdo experiencial – as causas externas de eventos mentais e as condições disposicionais e intencionais. As sentenças que tratam de hipóteses sobre mecanismos inconscientes, caso não sejam associadas diretamente aos conteúdos experienciais, devem manter seu caráter causal, hipotético e passível de confirmação empírica.

Embora em princípio pareça questionável a introdução de termos que fazem referência a entidades ou processos inobserváveis – pois, em última instância não são associadas com a experiência imediata do sujeito de modo sensível a ele –, é importante ressaltar duas questões: em primeiro lugar, grande parte do processo de pensamento é entendida como uma atividade inobservável desempenhada por um órgão complexo. Tal órgão executa um conjunto de funções que, apesar de frequentemente vinculadas às experiências diretas do sujeito, são usualmente ocultas, e só podemos ter notícia indireta de seus resultados. Freud conjectura que essa experiência parcial revela, através do caráter lacunar da consciência, indícios do modo de funcionamento da atividade inobservável não experienciada diretamente pelo sujeito. Em segundo lugar, encarando de um ponto de vista crítico, as hipóteses formuladas em torno desses processos inobserváveis não garantem a especificidade de sua natureza, mas pressupõem a existência de tais processos e suas possíveis relações com as evidências

comportamentais diretas, fornecendo um ponto de partida para pesquisas empíricas e formulação de teorias.

Para o filósofo Searle (1992), o maior obstáculo em se obter uma explicação psicológica satisfatória se deve a um conjunto de categorias cartesianas obsoletas e pressuposições errôneas que herdamos de nossa tradição filosófica e religiosa. Ele critica a proposta que toma como natural a distinção dos termos *mental* e *físico*. O autor questiona esse vocabulário, pressuposto não somente pelos diversos dualismos como também pelo materialismo eliminativista, muito comum nas ciências cognitivas. O filósofo defende que os fenômenos psíquicos podem ser pensados como estados físicos, mas também encarados como estados qualitativos e subjetivos. Searle entende o mental como um fenômeno natural e biológico decorrente de processos nervosos, mas que, diferentemente de outros fenômenos físicos, possui um estatuto ou modo de existência em primeira pessoa. Uma montanha, cujo modo de existência é puramente objetivo, remete-nos a uma ‘ontologia de terceira pessoa’, porque seu modo de existência não precisa ser experienciado por nenhum sujeito; uma dor de dente, em contrapartida, tem um modo subjetivo de existência, uma ‘ontologia de primeira pessoa’, e só existe enquanto experienciada por um sujeito.

Uma teoria que trate simultaneamente de enunciados causais e relações de sentido deve se posicionar de algum modo diante da conexão existente entre o sujeito entendido no sentido experiencial e os eventos e processos dos quais ele se diz sujeito. A consideração dos eventos mentais inconscientes conduz muitas vezes, dentro do contexto clínico, a enunciados proferidos na linguagem ordinária estendida, que aproxima a explicação do ponto de vista das ciências naturais. Novamente constata-se o retorno dos enunciados despersonalizados que tratam de desejos, sentimentos e pensamentos mais do que de pessoas desejando, pensando e sentindo. Ao utilizar a linguagem ordinária estendida, o enunciado deixa de considerar o caráter experiencial em sua integralidade, tratando de processos mais que de pessoas. Embora ambos os modos de explicação sejam passíveis de formulação, eles são tidos como tipos diversos de entendimento de um mesmo fenômeno, partindo de premissas diferentes e tendo objetivos epistêmicos distintos. Um processo nervoso, analogamente, possui uma relação com um sujeito do mesmo modo que a cor vermelha possui uma relação com uma onda eletromagnética cujo comprimento de onda seja 7×10^{-5} cm. Ou seja, apesar de se reportarem ao mesmo evento, são asserções diferentes que possuem funções explanatórias distintas, sendo a primeira entendida experiencialmente e a segunda

entendida objetivamente. Os modelos de explicação não são excludentes, desde que utilizados em seus respectivos contextos explanatórios. Logo, os atributos outorgados ao objeto (se vermelho ou comprimento de onda, se experiencial ou neurofisiológico) refletem diretamente seus métodos de observação. A vermelhidão, nesse caso, é um fato do mundo cotidiano e trata de determinada relação experiencial e dialógica, enquanto o comprimento de onda é um fato da ciência natural, dependendo de correspondentes empíricos mais restritos. Do mesmo modo, uma pessoa pode ser encarada como um fato biológico das ciências naturais – um organismo, sob diversos contextos explanatórios – ou como um sujeito experiencial.

O sujeito experiencial pode ser definido como uma combinação particular de atributos mentais e corporais usualmente indissolúveis que interagem entre si, enquanto que o organismo pode ser encarado como uma entidade possuidora de outros atributos corporais – anatômicos e fisiológicos, alguns dos quais mentais – com características próprias. Nesse caso específico, uma teoria do psiquismo não precisaria abandonar pressupostos epistêmicos mais gerais, como a relação de determinação ou conjunção constante entre eventos. As diferenças entre as descrições são passíveis de ser entendidas dentro de um dualismo de predicados em que as características atribuídas ao mental não podem ser redutíveis aos seus predicados físico-químicos sem perda de potencial explanatório.

O dualismo de predicados parte do pressuposto de que o vocabulário psicológico possui relevância conceitual e não é completamente redutível aos predicados de origem física. Uma descrição puramente fisicalista não daria conta de todos os aspectos propriamente subjetivos da experiência psicológica. Contudo, Tomas Nagel, em seu artigo *What Is It Like To Be a Bat* (1997), argumenta que a irredutibilidade da descrição mental à física não impede algum grau de intersecção ou a caracterização de aspectos do mesmo fenômeno sob as duas óticas explanatórias. Carnap (1956) concorda com tal posição e rejeita qualquer oposição radical entre a visão fenomenológica e a realista. Para os autores, a diferença entre as abordagens se resume à preferência na escolha de linguagens interpretativas, sendo as divergências ontológicas irrelevantes.

Rubinstein, seguindo esse pensamento e contrariando a visão dicotômica hermenêutica, ressalta que a diferença crucial no homem visto pela ciência natural e o visto pelas humanidades não repousa na diferenciação entre causa e sentido, mas no modo segundo o qual ele é tratado: como um organismo ou como um sujeito. Mas se

quisermos justificar hipóteses acerca de eventos e processos inobserváveis devemos não somente considerar o sujeito, mas também o organismo que faz parte desse sujeito:

A psicanálise como ciência deve então combinar os modos de olhar o homem, da história e literatura, com aqueles da neurofisiologia e de outras ciências biológicas. Este é o desafio e o fascínio da disciplina (RUBINSTEIN, 1976, p. 262).

Para Hartmann (1964), o significado que Freud atribuía ao termo interpretação acomodava um entendimento causal nas relações entre os diferentes conteúdos mentais, sendo o estabelecimento de relações causais o principal objetivo de uma psicologia que pretenda explicar os fenômenos psicológicos inconscientes. Jaspers (1985 [1923]), por sua vez, trata a psicanálise freudiana como o entendimento das conexões entre estados mentais através do “como se”: os estados interagem entre si como se fossem conscientes, ou seja, experienciados.

O filósofo Stephen Toulmin analisa as explicações freudianas para evidenciar como grande parte da confusão epistemológica em torno da psicanálise deriva do não entendimento das relações lógicas contidas em suas explicações. Ele considera que algumas colocações feitas por Freud contribuíram para tal confusão, como sua descoberta do inconsciente, tratada de modo similar a uma descoberta das Américas ou da circulação sanguínea. O autor resume as inquietações frequentemente levantadas:

Que tipo de coisa é a mente inconsciente? Pode um analista realmente descobrir as causas da doença mental? Se é isso que ele afirma fazer, não são as explicações oferecidas frequentemente especulativas? (TOULMIN, 1954, p. 133).

Para o filósofo, tais perguntas estão relacionadas com o tratamento da psicanálise como uma ciência natural, derivando questões das ciências naturais para outro cenário. Toulmin considera que as explicações requeridas pela psicanálise seriam de tipos diferentes daquelas exigidas por uma ciência natural e que existiriam três tipos principais de explicação relacionadas ao comportamento humano:

– *E1* Um motivo alegado por alguém para sua própria ação, como: “Fui para casa *porque* estava com sono e já era hora de dormir”. A explicação *E1* é definida como notícia psicológica, sendo autoevidente, não necessitando de comprovação e não sendo passível de erro;

- E2 Um motivo descrito por alguém para uma ação alheia: “Ele foi dormir *porque* estava com sono e já estava na hora de dormir”. E2 é chamada de informação psicológica; por se tratar de uma hipótese, necessita de evidência confirmatória, através da comprovação do agente ao qual se delega o estado, sendo passível de erro;
- E3 Uma explicação causal para uma ação (seja própria ou alheia): “Dormi(u) *porque* tomei(ou) uma injeção de morfina há alguns minutos”. E3 enuncia um fato material, não sendo nem autoevidente nem inferencial, necessitando de comprovação baseada em provas factuais verificáveis por observadores autônomos.

E1 e E2 compartilham semelhanças quanto ao tipo de situação em que são utilizadas e aos seus propósitos. O uso da notícia psicológica é do mesmo tipo que o uso da informação psicológica, embora o sujeito de referência varie em cada uma delas – respectivamente 1ª e 3ª pessoas. Para Toulmin, essas explicações ainda costumam satisfazer as exigências explanatórias, oferecendo frequentemente razões suficientes para a compreensão do evento a ser explicado.

A explicação psicanalítica típica (E4), no entanto, não se enquadraria em nenhum desses exemplos, em função de seu caráter híbrido: “as diferenças lógicas entre uma explicação psicanalítica (E4) e uma estritamente causal (E3) pode ser similar à, embora menos marcante, diferença entre E1 (ou E2) e E3” (Ibid., p. 136). Para o autor, essas distinções entre os enunciados psicanalíticos e as explicações cotidianas foram alvo de muitos equívocos interpretativos. As explicações fornecidas pelo psicanalista compartilham características comuns com os três tipos de explicação anteriores: o paciente deve reconhecer como um motivo para suas próprias ações, ou seja, como E1; a explicação é também uma descrição de seu estado psicológico, logo, é do tipo E2; por fim, o psicanalista estabelece uma correlação entre ações presentes e eventos da infância, isto é, relaciona eventos históricos com estados psicológicos, utilizando explicações do tipo E3.

A explicação psicanalítica, contudo, não trata necessariamente de fatos históricos concretos, mas de eventos psicológicos tidos como fatos históricos. Nesse ponto, o procedimento psicanalítico se distingue dos outros tipos de investigação, pois sua evidência principal é o relato de um evento psicologicamente relevante e não um fato em si. Sendo assim, a explicação psicanalítica diferiria de uma explicação típica do

tipo E3, pois independe de provas factuais neutras verificáveis por observadores independentes. A evidência mais relevante é a do paciente, tal como em uma explicação do tipo E1, mesmo que se trate de um enunciado não motivacional, mas factual. O evento histórico, que usualmente é tratado causalmente na explicação, adquire sentido intencional, dado que sua verificabilidade factual não é tão relevante para a constatação da relação causal. Nesse contexto, a diferença entre uma explicação E4 e E3 é certamente menos marcante que a diferença entre E1 (ou E2) e E3, uma vez que admite a possibilidade de uma relação causal factual, embora esta não seja condição necessária para a explicação.

A característica híbrida das explicações freudianas torna a técnica psicanalítica mais permeável às considerações subjetivas, diferentemente das técnicas estritamente causais – sugestão hipnótica, cirurgias ou tratamentos químicos. Sua permeabilidade deriva da metodologia investigativa do modelo explanatório: “O cerne da descoberta de Freud é a introdução de uma técnica na qual o psicoterapeuta começa estudando os *motivos para o*, mais do que as *causas do* comportamento neurótico” (Ibid., p. 138, grifos do autor). A prática psicanalítica pode ser entendida, portanto, como uma extensão da técnica de atribuição de razões para as ações, utilizada pelo senso comum e também como um método terapêutico.

As questões levantadas por Toulmin evidenciam como a discussão em torno dos modelos explanatórios freudianos transita entre fatores metodológicos e especificamente epistemológicos. Ao negar o caráter causal contido na explicação terapêutica, o autor se apoia em uma questão específica da prática clínica: as condições de verificabilidade do discurso possibilitadas pela relação analista/paciente. O estatuto causal contido na teoria freudiana não é colocado em cheque, e sim sua validade epistemológica na prática clínica, de modo que uma interpretação oferecida no contexto clínico é entendida como um motivo para a apresentação do sintoma neurótico mais do que uma causa em sentido estrito. Essa crítica metodológica, contudo, poderia ser eliminada através de estudos longitudinais controlados em que os eventos potencialmente etiológicos são investigados, superando os referidos impasses.

Desconsideremos provisoriamente os problemas de validação teórica que emergem da prática clínica e nos centremos na discussão sobre a formulação de enunciados causais e intencionais a fim de esclarecer melhor os impasses teóricos. O filósofo Richard Peters (1954) defende que as explicações causais utilizadas em psicanálise, por conter sempre um elemento psicológico, funcionam mais como motivos

e não propriamente como causas, pois embora algumas explicações remetam a eventos factuais da vida do paciente, elas só adquirem relevância no surgimento de determinados comportamentos ao serem tratadas como motivos. A realidade concreta não constitui condição necessária para a explicação, dado que o conceito de realidade psíquica é operacionalmente mais importante à teoria que a constatação factual de eventos históricos – como demonstrou o abandono da teoria da sedução por Freud. No entanto, apesar de procurar marcar a distinção entre os termos, Peters considera que foi estabelecido um abismo entre os dois tipos de explicação e que a distinção entre uma explicação causal e um motivo é menos marcante que aquela proposta pela hermenêutica. Ele usa como exemplo a hipótese etiológica que trata da relação entre a parcimônia adulta e determinadas tendências de comportamento adquiridas em períodos específicos da infância. Tal hipótese – a relação entre padrões de personalidade e fixações pulsionais de períodos iniciais do desenvolvimento – é certamente do tipo genético-causal, similar às explicações baseadas em leis gerais. No entanto, sua aplicação a casos específicos é realizada através de explicações tipicamente intencionais. O autor sugere que os dois tipos de explicação – causal e intencional – diferem apenas em seu nível de generalidade e não quanto à natureza do objeto estudado. Assim como a causa eficiente da quebra de um vaso em particular não contradiz a lei geral que trata da resistência dos materiais, uma explicação histórica, intencional, utilizada em um caso clínico, não contradiz a explicação causal geral que fornece sustentação à teoria. A teoria sustenta a explicação intencional, mas com um nível de generalidade maior, sendo formulada como causal. Logo, um motivo expressa as relações entre conteúdos representacionais específicos responsáveis pelo evento e a causa pode ser vista como a generalização dessa explicação em um contexto teórico mais abrangente:

O açúcar continua solúvel, mas sua solubilidade tanto quanto uma série de outras propriedades disposicionais se tornaram dedutíveis da teoria química. Similarmente, a psicanálise espera que, embora Shylock ainda permaneça parcimonioso, este ‘motivo’, tanto quanto uma série de outros, possa ser dedutível de uma teoria acerca da dependência funcional dos motivos adultos em relação aos traços de nossas tendências a reagir de certas maneiras típicas a situações frustrantes típicas na infância, como o desmame (PETERS, 1954, p. 153).

Para o autor, mudanças nos motivos podem ser funcionalmente dependentes de mudanças neurofisiológicas ou ambientais, de modo que as explicações envolvendo motivos não se opõem às explicações envolvendo causas do comportamento. Os

motivos podem ser vistos como tentativas de correlacionar variáveis psicológicas, através do procedimento empático, com variáveis ambientais, sejam elas físicas, históricas ou psicológicas. Freud se concentra bastante na formulação de hipóteses baseadas nas variáveis relacionadas ao treinamento social infantil. Para ele, os tipos de motivos, categorizados funcionalmente, podem ser deduzidos a partir de suas explicações causais ‘genotípicas’ gerais:

Físicos não param na explicação em termos de fragilidade, peso (*heaviness*), e solubilidade. Serão os psicólogos censurados se eles tentarem avançar além das explicações apenas em termos de motivos? (Ibid., p. 154).

Seguindo raciocínio semelhante, embora mais radical, o filósofo Donald Davidson desvanece ainda mais a distinção rígida estabelecida entre o argumento causal e o intencional. Primeiramente, ele explicita seu reconhecimento da alegada contradição freudiana na explicação dos fenômenos psíquicos:

Parece então que há duas tendências irreconciliáveis na obra de Freud. De um lado, ele pretende estender o alcance dos fenômenos sujeitos à explicação racional; por outro lado, ele procura tratar esses fenômenos como são tratadas as forças e estados nas ciências naturais. No entanto, nas ciências naturais atitudes proposicionais e razões estão descartadas, e a causalidade cega é a regra (DAVIDSON, 1982, p. 292).

A fim de responder à literatura crítica, Davidson faz uma análise dos elementos contidos nas explicações psicológicas. Tais explicações, tanto de fenômenos conscientes como inconscientes, contêm basicamente dois conjuntos de pressupostos principais: a referência a um objetivo (ou valor, crença, atitude do agente) e a crença de que a ação em questão conduzirá a esse objetivo (ou valor, crença, atitude). Além disso, toda explicação consistente costuma evidenciar duas relações entre os pressupostos: uma relação lógica estabelecida entre os conteúdos dos valores (ou crenças, objetivos, atitudes) e a ação a ser explicada; uma relação de determinação entre os conteúdos e a ação – de modo que o valor representa ao mesmo tempo a causa e a razão para desempenhar determinada ação. Pode-se dessa forma verificar, no âmago do evento psicológico, seu elemento racional e lógico, como também sua significação intencional, ainda que inconsciente. Percebe-se também o elemento causal contido em muitas explicações de comportamentos e a relativa facilidade com que as psicologias realizam essa operação lógica e inferencial. Segue-se daí que, para Davidson:

Também vemos que Freud pode ser defendido em um ponto importante: não há nenhum conflito inerente entre explicações racionais e explicações causais. Uma vez que crenças e desejos são causas das ações para as quais

elas são razões, explicações racionais incluem um elemento causal essencial (DAVIDSON, 1982, p. 294).

O autor identifica a relação causal ou de determinação no âmago das explicações psicológicas, sendo condição da explicação não somente de condutas cuja significação esteja oculta, mas de toda e qualquer explicação que pressuponha o elemento de racionalidade do comportamento. A causalidade fornece as condições para a explicação de qualquer comportamento que pareça razoável do ponto de vista psicológico.

Nesse sentido, o estudo de Lyon (1967), embora não trate especificamente da epistemologia psicanalítica, também esclarece a questão. O autor defende que o conceito de causalidade permite, sem qualquer contradição, a formulação de explicações que estabeleçam vínculos causais entre eventos de naturezas diferentes, tais como entre eventos físicos e mentais. Tal conceito não é mais entendido em termos de vínculos ontológicos, podendo relacionar eventos de naturezas diferentes sem necessidade lógica. Um evento mental poderia, deste modo, agir como causa de um evento físico e vice-versa.

A posição de Davidson, por sua vez, é similar à de Nigel Mackay, o qual defende que muitos “antimetapsicologistas” têm transposto a psicanálise de seu lugar de origem para o de uma “teoria da significação” ou ciência hermenêutica, colocando-a em uma área de conhecimento apartada das ciências naturais. Mackay discute as interpretações da psicanálise inseridas em um contexto de filosofia das ciências. Entre outras denominações, toma a psicanálise fundamentalmente como uma teoria da motivação, baseada filosoficamente em um realismo dentro de uma abordagem ontológica materialista (MACKAY, 1989, p. 224). O problema das interpretações da psicanálise, para o autor, reside na divisão usual entre um tipo de explanação apropriado aos fenômenos naturais e outro apropriado às atividades humanas. Contrário a esse pensamento, ele defende que Freud rejeita qualquer tipo de fundamentação metafísica e, portanto, não encontra diferenças de gênero entre explicações concernentes aos fenômenos humanos e físicos, não hesitando em transitar entre um e outro tipo de explicação. Ao aceitar a fundamentação fisiológica dos fenômenos psíquicos, Freud não encontra problemas em formulá-los tanto em termos metapsicológicos como psicológicos.

A suposta antinomia causal/intencional não atenta para o aspecto central da teoria freudiana, qual seja, a unidade ontológica outorgada aos processos fisiológicos, neurológicos e mentais. Tal unidade se expressa de modos diversos, mas essa diversidade não anula a determinação subjacente a todo e qualquer tipo de fenômeno,

seja ele físico, químico ou mental. Essa é praticamente a razão de ser da psicanálise, que se preocupa com os determinantes inobserváveis do comportamento, desde os fatores somáticos até os puramente psicológicos.

Freud inicia sua disciplina considerando o modo pelo qual um motivo, seja consciente ou inconsciente, é derivado de um processo que se caracteriza como inicialmente não intencional. A princípio, existem apenas requerimentos somáticos, fundamentados por meio da postulação da história evolucionária responsável pela instalação de mecanismos de sobrevivência. São processos direcionados a algumas classes de objetos em virtude de contingências históricas e que, por alguma razão evolucionária, visam satisfazer demandas orgânicas. Tais processos são entendidos como originariamente independentes de quaisquer propósitos ou intenções conscientes por parte dos agentes executores. Apenas após a obtenção dos objetos primários e a consequente geração de prazer é que as ações associadas aos vínculos estabelecidos começam a se tornar intencionalmente direcionadas. Somente após um complexo processo de aprendizagem o indivíduo desenvolve sentidos ou intencionalidades direcionados a classes de objetos específicos. A ‘intencionalidade primária’, se é que tal termo pode ser formulado, depende de fixações hereditárias. Retomando as considerações de Ernst Mayr (2005), o ser humano é visto como dotado de programas intencionais abertos, daí sua extrema complexidade. Nesse contexto, Freud trata dos significados ou dos motivos defendidos pela hermenêutica como o resultado de complexos mecanismos de aprendizagem derivados de processos postulados e inicialmente não conscientes, tampouco propositivos. Freud não encontra, portanto, nenhuma razão substancial para realizar uma distinção radical entre um vocabulário causal e um vocabulário intencional.

Dentro dessa tendência interpretativa, uma teoria da motivação é definida como aquela que procura dar conta dos fenômenos que constituem as motivações humanas, ainda que esses fenômenos não sejam conscientes. As teorias da motivação muitas vezes fazem referência aos fatores não observáveis que determinam comportamentos, como os neurofisiológicos ou os ambientais remotos. A teoria freudiana procura identificar os fatores que energizam, precipitam e direcionam comportamentos. Tais características não resultam nem decorrem da adesão às hipóteses metafísicas ou não passíveis de comprovação empírica, embora dificultem a constatação dos processos não observáveis postulados, tornando a teoria mais especulativa e, portanto, mais sujeita a revisões. Se os constructos freudianos tratam de hipotéticos processos mentais, eles

devem, em última instância, de algum modo se relacionar com evidências empíricas, ainda que os métodos de correspondência não sejam rigidamente definidos. A abstração conceitual e a confirmação indireta foram ferramentas utilizadas por Freud para tentar superar a enorme distância entre dois tipos de investigação: a comportamental e a metapsicológica.

A teoria freudiana considera que as pessoas têm acesso parcial a seus estados mentais e que podem não estar conscientes das verdadeiras causas ou motivos de suas ações. Sua teoria busca prover ligações ou conjecturar continuidades entre as condições manifestas e as causas postuladas. O conceito de inconsciente é entendido como parte fundamental da estrutura mental que exerce influência sobre o comportamento. Tal conceito organiza e condensa alguns dados derivados prioritariamente, embora não somente, da análise e sintomatologia clínica, estabelecendo relações entre categorias de comportamentos. Ou seja, determinado conjunto de comportamentos é explicado mediante o uso de hipóteses causais sobre processos inobserváveis. Os níveis da teoria relacionam os motivos aparentemente singulares às outras cadeias de motivos, às estruturas mentais, às causas ambientais, filogenéticas e aos comportamentos. A psicanálise parte da consideração de múltiplos fatores, não tratando o ser humano como intrinsecamente ou naturalmente motivado, fato que levaria em conta apenas o aspecto cognitivo, ou ambiental, ou social responsáveis pelo comportamento¹²². Freud formula hipóteses que tratam: dos fatores energéticos e pulsionais que preparam o indivíduo para a ação; dos sinais internos e externos que precipitam a ação; dos meios através dos quais as ações são conduzidas em direção a determinadas finalidades.

Para os críticos da metapsicologia, conceitos como os de força e estrutura, bem como a visão causal da motivação, não dariam conta da significação do comportamento humano. Tal leitura defende que conferir um propósito ao comportamento, investigar sua significação, é uma tarefa completamente diferente de lhe atribuir uma causa. Contudo, conforme vimos, a intencionalidade pode ser pensada em termos causais, embora nem toda explicação causal possa ser tida como intencional. A atribuição de motivos ao comportamento funciona de modo similar à postulação de quaisquer outros processos inferidos para explicar um evento. Motivos ainda costumam ser especificados independentemente de sua categorização – se mentalista ou fisiológica, ou ambiental. É comum a utilização de vocabulários intencionais para explicar comportamentos

¹²² Por outro lado, a causalidade múltipla da psicanálise é tão ampla que acaba por obscurecer o próprio conceito de determinismo defendido por Freud, dado o conjunto de variáveis e suas funções dentro do repertório explicativo.

biológicos em geral, como o de um organismo unicelular, assim como é comum presumir o motivo ou a causa da escolha racional de um presidente em um processo decisório. A validade de tal explicação não depende da categoria atribuída ao processo, mas da relevância dos fatores responsáveis pelo surgimento do comportamento a ser explicado. Se os motivos são direta ou indiretamente relacionados aos dados comportamentais que pretendem explicar, podem ser tratados causalmente, ainda que constituam complexas cadeias de significações conscientes. Freud, diante da grande quantidade de quadros patológicos investigados, tinha evidências empíricas suficientes para concluir que nem sempre os motivos conscientes constituíam a verdadeira causa de determinados padrões comportamentais. Muitas vezes eles funcionam exatamente para ofuscar as verdadeiras causas ou motivos, desempenhando papel favorável ao sintoma.

Cabe ressaltar que não existe qualquer restrição epistemológica que impeça a investigação de fatores inobserváveis responsáveis pela eclosão de determinado evento. Os motivos conscientes e inconscientes podem funcionar ou não como as causas postuladas do comportamento a ser explicado. É tarefa do procedimento investigativo encontrar os indícios relevantes que auxiliem a formulação de hipóteses cada vez mais passíveis de validação. Não há dúvidas que eventos ambientais são considerados relevantes na explicação de grande parte de nosso repertório comportamental. No entanto, em organismos complexos, tal relação pode ser mediada por intrincadas redes de fatores inobserváveis – que conferem maior amplitude comportamental às respostas fornecidas. Fatores internos podem ser conjecturados como causas intermediárias entre um estímulo ambiental e a apresentação de determinado conjunto de respostas. A proposta psicanalítica freudiana procura investigar exatamente os mecanismos psicológicos que desempenham a mediação causal entre o ambiente e o comportamento, levantando uma série de hipóteses sobre os processos inobserváveis – psicológicos e metapsicológicos – que compõem a estrutura motivacional. Não pretendemos aqui referendar o conjunto das especulações freudianas – uma vez que procedimentos e estudos específicos são formulados para tal tarefa –, mas esclarecer que muitas das objeções contidas na literatura de comentário, tal como a oposição entre explicações causais e explicações intencionais, não são suficientes para a rejeição das hipóteses metapsicológicas.

Ao tratar das explicações causais em Freud, o filósofo Adolf Grünbaum (2004) acusa a chamada reconstrução hermenêutica de se precipitar ao se definir como protótipo para o estudo da natureza humana. O termo ‘hermenêutica’ – que remonta a uma tradição do século XVII, instrumento para a exegese bíblica¹²³ – teria sido amplamente utilizado por aqueles que quiseram reabilitar a antiga dicotomia entre ciências humanas e naturais do século XIX e também como um meio de distinguir as interpretações exclusivamente psicológicas das explicações não mentalistas. A corrente hermenêutica teria tratado o procedimento interpretativo como exclusivo das ciências humanas. Todavia, não teria considerado que a interpretação constitui ferramenta indispensável e essencial de todo e qualquer empreendimento científico:

Nós obviamente interpretamos o comportamento manifesto, não menos do que pensamentos e sentimentos, mas também fenômenos físicos tais como filmes de raios-x, cliques em contadores Geiger, traços em câmaras de nuvens (Wilson) e estratificações geológicas. Na vida cotidiana é uma hipótese ou interpretação dizer que uma pedra de sal que experimentei no almoço é cloreto de sódio, tanto quanto é uma hipótese interpretativa inferir psicologicamente que certo movimento ocular é um flerte, um gesto sexual (GRÜNBAUM, 2004, p. 140).

Freud parece realizar movimento semelhante ao aproximar uma disciplina interpretativa de um projeto explanatório que se pretendia científico. Tal aproximação é vista com maus olhos tanto por correntes hermenêuticas como por leituras epistemológicas ortodoxas. Dois fatores contribuem para a desconfiança: o primeiro reside em uma concepção específica do fazer científico, alicerçada sobre um fundo filosófico em que os conceitos devem possuir correspondentes empíricos muito bem definidos. Freud explicitou algumas vezes as deficiências de sua disciplina, exemplificando os motivos para tal afirmação. Ele não outorgava um direito especial à psicanálise e sim o estatuto de ciência vindoura, em fase de consolidação, baseando-se em conceitos e hipóteses passíveis de revisão, os quais utilizava para operar com determinadas classes de fenômenos. A psicanálise era defendida como uma ciência empírica que, assim como “a química e a física, suporta que seus conceitos máximos não sejam claros, que suas premissas sejam provisórias” (FREUD, 1923 [1922], p. 249). O segundo fator apoia-se em uma suposta rejeição do método interpretativo baseada em alguns princípios que merecem ser questionados. Tudo se passa como se as disciplinas

¹²³ Grünbaum relaciona a hermenêutica à metodologia de exegese bíblica do século XVII em função de seu objetivo específico. Cabe ressaltar que tal termo também pode ser rastreado em suas origens gregas. O termo *hermeneuein* pode ser entendido como explicar, traduzir ou interpretar. A palavra *hermeneia* é traduzida como interpretação. Platão chamou os poetas de intérpretes (*hermenes*) dos deuses.

científicas não utilizassem conceitos abstratos, estabelecidos por convenção, em relação recíproca com determinadas classes de eventos. Como se o fazer interpretativo fosse exclusividade de disciplinas humanas, filosóficas ou literárias. Ou ainda, como se o estabelecimento de uma metodologia interpretativa fosse confundido com a criação de sistemas teóricos exclusivamente arbitrários sem amparo empírico correspondente.

Para Freud, a tradição científica não era incompatível com o método interpretativo e com o desenvolvimento da psicanálise simplesmente porque ela preenchia os requisitos de uma ciência, ainda que em fase incipiente¹²⁴. Ademais, sabemos que a fronteira demarcatória entre as “ciências puras” e as ciências humanas foi se tornando cada vez mais tênue, e isto não se deve somente à aproximação de uma das partes, mas de dois movimentos que se complementam. Como exemplo, podemos citar uma palestra de Heisenberg em que o autor trata do desenvolvimento da física e dos problemas filosóficos decorrentes desse processo: “A física clássica intuitiva se perde ao se deparar com os conceitos não intuitivos da física atômica (...) as observações não podem ser objetivadas de uma maneira tão simples” (HEISENBERG, 2000, p. 19).

É interessante observar como o método psicanalítico se aproxima do modelo científico proposto por Heisenberg para a física do século XX: “a ciência do século XIX pretendia fotografar a natureza, a ciência do século XX limita-se a descrevê-la” (Ibid., p. 32). Ilya Prigogine (2004), ganhadora do Prêmio Nobel de Química de 1977, endossa a posição interpretativa no tratamento dos objetos naturais. Para ela, os desafios epistemológicos das ciências naturais e sociais são semelhantes no século XX. Conceitos como o de estrutura dissipativa exigem a formulação de modelos explanatórios generalizadores que respondam às flutuações inesperadas nos comportamentos de um sistema. Ao contrário dos modelos nomológicos utilizados para explicar as estruturas em equilíbrio que foram objeto de investigação privilegiado até o século XIX, os novos modelos teóricos objetivam a inteligibilidade sobre os fenômenos que escapam da resposta nomológica.

Para Grünbaum, o termo hermenêutica, tomado isoladamente, não constitui senão um sinônimo para a palavra interpretação, sendo essa prática metodológica

¹²⁴ Sobre esse ponto, o livro de Fulgencio (2001) evidencia claramente como o programa freudiano para a investigação dos fenômenos psicológicos entendidos como fenômenos naturais se coadunava com as concepções epistemológicas vigentes em outras ciências naturais. Embora Fulgencio não considere Freud um realista, tal como Mackay e Simanke, o autor discorre sobre as similaridades epistemológicas entre a proposta científicista freudiana e as demais ciências.

comum a todos empreendimentos científicos. Porém, tal noção tem sido usada predominantemente sob uma conotação ideológica e ambígua a fim de estabelecer uma distinção radical entre domínios explanatórios. Sob essa leitura, formaram-se dois grupos: aqueles que aplicam o termo para estabelecer uma oposição insuperável entre as ciências naturais e humanas (Ricoeur, Habermas, Jaspers) e aqueles que o utilizam para enfatizar sua unidade (Rorty, Feyerabend, Kuhn).

As citadas posições filosóficas derivam em parte da utilização ambígua do conceito de *sentido*. Este termo tem sido utilizado indiferenciadamente nos mais variados contextos epistêmicos, gerando divergências conceituais responsáveis, entre outras coisas, pela interpretação hermenêutica em torno da obra freudiana. Em função da similaridade entre a interpretação semântica e a interpretação intencional, ambas acabaram sendo utilizadas indistintamente. Paul Ricoeur (1977) e James Phillips (1991), por exemplo, encaram como a maior contribuição de Freud a descoberta hermenêutica do sentido oculto onde antes não havia qualquer sentido. Para Grünbaum, porém, o maior feito de Freud foi revelar a determinação psicológica de comportamentos que anteriormente não eram considerados como psicologicamente motivados, isto é, como intencionais. O criador da psicanálise se propôs investigar as determinações dos comportamentos manifestos, em que os motivos inconscientes funcionam claramente como espécies de causas. O *sentido* do sintoma corresponderia as suas causas motivacionais latentes, sendo empregado prioritariamente – mas não somente – sob a égide da relação de determinação. Podemos perceber novamente aqui o atrito entre significados:

Então o psicanalista britânico Anthony Storr funde a profundidade do sentido ou significado etiológico de um sintoma com a atividade de fazer sentido de um texto, declarando absurdamente: “Freud foi um homem genial cuja especialidade residia na semântica”. E Ricoeur, erroneamente, credita à teoria da repressão de Freud o provimento, *malgré lui*, de uma autêntica semântica do desejo (GRÜNBAUM, 2004, p. 141).

Os dois usos do termo *sentido* podem ser resumidos em: uma concepção exclusivamente semântica, adquirindo uma função linguística, mais apropriada ao contexto de comunicação, no qual símbolos linguísticos são usados para designar intencionalmente seus referentes; e uma concepção prioritariamente causal, sendo expressa como a manifestação de uma causa ou evento antecedente hipotético, em que o efeito adquire um sentido nessa relação causal, sendo o resultado de uma motivação inconsciente.

Talvez um exemplo possa esclarecer melhor a questão. Tomemos as manchas na pele de uma criança, as quais podem *significar* que ela esteja com sarampo. O sintoma expresso pelas manchas na pele da criança é função de um vírus que *representa* a causa da doença. As manchas *querem dizer algo*, expressam uma relação de determinação causal, um sentido, mas não podem ser tidas como expressão de uma intenção semântica. A referência linguística pode ser encontrada, por exemplo, nos toques da campainha de um ônibus, *significando* que o ônibus está cheio ou necessita parar. Nesse exemplo, o sinal, diferente do sintoma viral, pretende comunicar, fazer referência a certo estado de coisas, exercendo sua função eminentemente dialógica, comunicativa. Tomando esses casos como base, podemos nos perguntar se a função do sintoma neurótico em Freud faz menção a um referente ou pode ser vista como efeito de determinada configuração psíquica. Ou podemos nos perguntar ainda se seu *sentido* revela uma causa subjacente ou uma intenção semântica, de modo que possamos estabelecer uma diferenciação entre um uso semântico e um uso etiológico do termo. A conotação adquirida por sua utilização em contextos diferenciados parece engendrar complicações de ordem epistemológica, uma vez que ele carrega consigo duas significações distintas. Resta saber se a concepção freudiana desliza ilicitamente de uma significação a outra ou se utiliza prioritariamente uma das duas.

Considerando o *sentido* de um ato psíquico como o resultado da atribuição de um conjunto de estados psicológicos ou intencionais inconscientes, o fenômeno em questão passa a ser entendido como o substituto para esses estados ou, em outras palavras, como a evidência de uma sequência causal entre conteúdos psicológicos. A hipótese freudiana defende que esses estados inconscientes poderiam estar presentes na consciência se eles não tivessem encontrado obstáculos durante o processo de acesso psíquico a ela. Logo, a teoria da repressão freudiana não trataria somente de uma relação semântica, mas também, e prioritariamente, da relação causal entre conteúdos conscientes e inconscientes. Grünbaum oferece como exemplo a análise do termo *bedeuten*, contido na frase “*Ich weiss nicht was soll es bedeuten, dass ich so traurig Bin*” (Eu não sei o que isso significa, porque estou tão triste), em que a palavra *bedeuten*, geralmente utilizada pela hermenêutica em favor do uso semântico, desempenha um papel prioritariamente causal. Nesse caso, o *sentido* da tristeza refere-se a um suposto evento, sendo este entendido como a causa que conduziu àquele estado. Esse exemplo serve para ilustrar a frequente utilização freudiana de enunciados causais através de um vocabulário que permite uma interpretação semântica.

Mezan, seguindo um raciocínio similar e apoiado no argumento de Assoun, caracteriza a utilização da *Bedeutung* freudiana como algo fundamentalmente diferente do procedimento interpretativo nietzschiano apresentado em *A origem da tragédia*:

De fato, a *Deutung* (interpretação) visa encontrar a *Bedeutung* (significação) de um acontecimento mental, mas essa operação (como bem mostra Assoun em seu livro) não é de tipo hermenêutico. Não se trata de atribuir o sentido de um sonho ou de um ato falho a “algo” que neles se exprime, “algo” equivalente a um princípio que deve ser captado através de suas manifestações – como em *A origem da tragédia*, na qual o teatro grego é visto como derivado da luta e da integração dos princípios apolíneo e dionisíaco –, mas de encontrar a causa que dá origem àquela produção específica. Interpretar um sonho é encontrar o seu sentido – o desejo inconsciente e as fantasias em que ele se incorpora – mas este desejo é igualmente uma das causas daquele sonho, sendo a outra a “potência psíquica” que se opõe à realização dele (responsável, portanto, pela censura) (MEZAN, 2007, p. 336).

Uma citação de Freud corrobora tal tese, pois explicita o que ele considera o ‘sentido’ do ato obsessivo:

O nexa entre a cena que seguiu à infeliz noite de núpcias e o terno motivo da enferma, conjugados, proporciona o que temos chamado de ‘sentido’ da ação obsessiva. Porém, esse sentido, em suas duas direções – tanto o de onde como o para aonde, lhe era desconhecido enquanto executava aquela ação. Portanto, haviam atuado nela processos anímicos cujo efeito foi, justamente, a ação obsessiva; havia percebido esse efeito dentro de um estado anímico normal, porém nenhuma de suas pré-condições anímicas chegou ao conhecimento de sua consciência. Havia se comportado exatamente como aquele hipnotizado que recebeu a ordem de Bernheim para abrir o guarda-chuva na sala do hospital cinco minutos depois de despertar; uma vez desperto, ele a cumpriu, mas não soube indicar motivo algum para sua ação. Um conjunto de circunstâncias desta índole é o que temos em vista quando falamos da existência de *processos anímicos inconscientes* (FREUD, 1917 [1916-17], p. 254, grifos do autor).

A posição freudiana não poderia ser mais clara. O sentido do ato obsessivo é considerado como o elo entre a cena etiológica e a conseqüente instalação do sintoma. O autor enfatiza que algo psíquico dentro do sujeito exerceu um “efeito” – o ato obsessivo, assim como a orientação hipnótica, constitui a causa psíquica do comportamento de abrir um guarda-chuva. Tais exemplos são motivo suficiente para Freud defender a presença de fenômenos inconscientes exercendo um papel de determinação sobre os fenômenos conscientes.

A dúvida, porém, ainda persiste. Como deixar de incluir a disciplina freudiana, que tem o texto *A interpretação dos sonhos* como sua obra mais representativa, entre as disciplinas hermenêutico-interpretativas? Acreditamos que, embora a distinção freudiana entre a psicanálise e as *Geisteswissenschaften* seja exagerada em alguns

momentos¹²⁵, é bem provável admitir que seu conceito de interpretação não recupera totalmente o sentido pretendido pela hermenêutica. O sistema freudiano, ao mesmo tempo em que visa encontrar alguma significação dos acontecimentos mentais, também opera explanatoriamente por meio da identificação dos determinantes da produção mental, embora não exclua a significação no sentido hermenêutico. A procura pelo sentido do acontecimento mental equivale, no contexto explanatório, a uma procura pelas determinações mentais, o que não exclui a utilização metodológica do procedimento interpretativo, através da busca das significações ocultas do fenômeno em questão. Mezan certamente explicita essa distinção com maior clareza:

Ao elucidar o sentido, a interpretação revela também as causas, tanto materiais (o desejo inconsciente) quanto formais (as operações do processo primário que incidiram sobre o material original). O mesmo vale para as “tendências” cujo choque produz o ato falho, a piada ou o sintoma neurótico: tendências, desejos e pulsões são causas eficientes, forças que determinam aquilo que aparece na consciência (MEZAN, 2007, p. 334).

A procura incessante das causas dos sintomas demonstra como Freud seguiu um pressuposto determinista nunca abandonado e diversas vezes defendido¹²⁶. Nada mais comum, portanto, que as muitas citações deterministas freudianas e a crença na causalidade universal, incluído aí o domínio psicológico, sobre o qual o procedimento interpretativo deve se apoiar:

¹²⁵ Estamos nos referindo a certa concepção particular do que Freud entendia por *Geisteswissenschaft*, certamente muito diferente da compreensão que se tem hoje em dia do que venha a ser uma ciência humana. Uma das passagens na obra freudiana em que o termo *Geisteswissenschaft* é lembrado – a *Apresentação Autobiográfica* (1925a [1924]) – evidencia sua leitura da distinção entre as *Geisteswissenschaften* e as *Naturwissenschaften*. No texto, Freud trata das *Geisteswissenschaften* da mesma maneira em que havia tratado de temas tais como a filosofia e a religião. A marca distintiva dessas formas de pensamento seria a construção de sistemas fechados, dominados por firmes convicções, resistentes às mudanças e insensíveis aos fatores novos e inesperados. Por consequência, a oposição diante do modelo de construção teórico-científico é clara, pois neste, para Freud, predominam a elaboração cuidadosa de hipóteses, a observação como método privilegiado de pesquisa, o caráter provisório e inacabado das construções, entre outras características. Para Freud, o trabalho científico se baseia no lento, porém seguro, processo de construção e comprovação de teorias, tendo por base o material empírico correspondente, em oposição à construção sistemática e totalizadora dos sistemas fechados representada pelas *Geisteswissenschaften*: “Conceitos básicos claros e definições de nítidos contornos só são possíveis nas ciências do espírito na medida em que estas pretendem apreender um campo de fatos através de uma formação intelectual de sistema. Nas ciências naturais, onde reside a psicologia, semelhante claridade dos conceitos é supérflua e mesmo impossível. Nem a zoologia nem a botânica começaram com definições corretas e suficientes do animal e da planta, e a biologia ainda hoje não sabe preencher o conceito de vivo com um conteúdo correto” (FREUD, 1925a [1924], p. 54). A resistência freudiana diante do método compreensivo possui mais um agravante: a forte utilização de juízos de valor na construção dos modelos interpretativos teria desviado esse sistema de pensamento da neutralidade científica.

¹²⁶ Como, por exemplo, nos textos: *A Interpretação dos Sonhos* (FREUD, 1900b, p. 509); *Conferências de Introdução à Psicanálise* (FREUD, 1916-17 [1915-17], p. 25); e *Dois artigos de enciclopédia: Psicanálise e Teoria da Libido* (FREUD, 1923 [1922], p. 236), nos quais Freud atribui o sucesso do método de associação livre ao papel do “rígido determinismo dentro do anímico”. Em *A Indagação forense e a Psicanálise* (FREUD, 1906), ele expõe as experiências junguianas de associação para reafirmar o determinismo mental. O último capítulo de *Psicopatologia da Vida Cotidiana* (FREUD, 1901b), denominado *Determinismo, crença no acaso e superstição: pontos de vista*, demonstra claramente a tendência explanatória determinista que Freud sempre defendeu. Os casos clínicos, geralmente tratados como alheios à linguagem de determinação da metapsicologia, também não escapam à abordagem determinista: “Nesta história clínica me interessava acentuar o determinismo (*determinierung*) dos sintomas e a estrutura íntima da neurose” (FREUD, 1905 [1901], p. 12).

Notarão vocês que o psicanalista se distingue por uma crença particularmente rigorosa no determinismo da vida psíquica. Para ele não há exteriorizações psíquicas insignificantes, caprichosas nem contingentes; espera achar uma motivação suficiente onde não se costuma outorgar tal exigência (FREUD, 1910 [1909], p. 33).

O procedimento metodológico freudiano também se pautou pela observação sistemática, manipulação de variáveis – no caso, clínicas – e elaboração de conjecturas sobre condições antecedentes inobserváveis:

Freud tem razão quando, no quadro da oposição entre ciências do espírito e ciências da natureza, situa sua disciplina entre estas últimas. Com efeito, não é em relação ao objeto “espírito”, mas em relação à metafísica desse objeto – visto como produto determinado de causas em princípios cognoscíveis – e em relação ao método – procura sistemática dessas causas, e disposição para retificar incessantemente a teoria à luz dos “fatores novos e inesperados” – que se dá a partilha (MEZAN, 2007, p. 336).

A metodologia interpretativa funciona prioritariamente como um modo de investigação histórico, mas esse método não é alheio ao entendimento causal dos fenômenos. Pelo contrário, para Freud a interpretação consiste na decifração de potenciais elementos representacionais que exercem causalmente efeitos patológicos: “nossa técnica é já bastante eficaz para poder resolver sua tarefa, para conduzir à consciência o material psíquico patogênico e assim eliminar o padecimento provocado pela formação de sintomas substitutos” (FREUD, 1910 [1909], p. 34).

O papel causal da representação intolerável e potencialmente patogênica na conceituação freudiana o conduz à asserção de que a consciência do material reprimido funciona como condição suficiente na remoção dos sintomas, argumento denominado por Grünbaum como tese da condição necessária¹²⁷:

A solução dos conflitos e a superação das resistências só se logram se lhes são dadas as representações-expectativas que coincidem com sua realidade interior. As conjecturas errôneas do médico são eliminadas no decorrer da

¹²⁷ Essa tese possui dois argumentos principais, criticados por Grünbaum. Primeiramente Freud teria afirmado que apenas o método analítico forneceria os *insights* corretos em relação ao material inconsciente patogênico. Em seguida, defendeu que o *insight* correto seria uma condição necessária para a superação terapêutica da neurose. Para Grünbaum, essa tese, formulada para legitimar tanto a metodologia clínica quanto as hipóteses teóricas, se mostrou empiricamente falsa diante do sucesso de outras formas de terapia e do insucesso relativo da terapêutica psicanalítica. Para Strenger (1991), o raciocínio de Grünbaum, embora epistemologicamente válido, deriva de simplificações realizadas na interpretação da prática clínica e da teoria psicanalítica. Ele afirma que a própria estrutura da teoria psicanalítica acabou sendo redefinida, não podendo mais ser entendida simplesmente como um conjunto de hipóteses de caráter etiológico. Strenger acredita que a teoria psicanalítica se tornou muito mais ampla que uma teoria etiológica causal, pois se tornou uma teoria sobre a natureza humana em seu aspecto mais geral. Esse desenvolvimento da psicanálise contribuiu para a ampliação de seu escopo de aplicação sendo, para o autor, impossível o isolamento de hipóteses etiológicas específicas sem causar a distorção de sua natureza epistêmica. O desenvolvimento da psicanálise teria gerado certa opacidade epistêmica, não aceita por Grünbaum em função de sua necessidade de encaixar a teoria em um modelo popperiano. Grünbaum conclui que esse pressuposto conduz a psicanálise a um modelo insatisfatório de ciência.

análise; é preciso retirá-las e substituí-las por algo mais correto. (...) Não consideramos terminada a análise caso não se tenha esclarecido as obscuridades do caso, preenchido as lacunas da recordação e descoberto as oportunidades em que se produziram as repressões (FREUD, 1917 [1916-17], p. 412).

Embora o próprio Freud relativize a relação estreita entre a tomada de consciência do material reprimido e a remoção dos sintomas em alguns de seus últimos textos¹²⁸, a causalidade na abordagem dos fenômenos psíquicos nunca foi abandonada. O autor prossegue em sua tarefa de investigação das condições em que foram produzidas as repressões. Para tanto, o modelo interpretativo não deixa de ser amplamente utilizado, sobretudo nos casos clínicos, em que o preenchimento das lacunas mnêmicas e a investigação das associações entre representações vinculadas aos sintomas constituem métodos privilegiados de investigação etiológica.

A confusão hermenêutica deriva, então, do fato de se tomar a singularidade e idiosincrasia do fenômeno, bem como o caráter equívoco outorgado ao simbólico, como indício da pretensa incompatibilidade entre uma disciplina interpretativa e uma abordagem científico-causal. Para a interpretação hermenêutica, as razões que explicam determinado comportamento do paciente encontradas na clínica não são similares às explicações causais, uma vez que não podem ser subsumidas a leis gerais. A leitura hermenêutica se baseia em uma concepção específica da causalidade, tomada como condição necessária e suficiente em relação ao comportamento a ser explicado. Ao se apoiar em uma leitura nomológica do conceito de causa e ao negar a existência das relações de determinação dos fenômenos psíquicos, a leitura hermenêutica acaba também por negar a possibilidade da abordagem explanatória, se limitando ao estabelecimento de uma metodologia exclusivamente interpretativa e fenomenológica, o que resulta num afastamento da proposta freudiana.

Dado que, de acordo com a interpretação hermenêutica, eventos físicos não podem ser causa de eventos psicológicos e eventos psicológicos não podem causar eventos físicos, a própria psicanálise perderia seu sentido, haja vista que nasceu da investigação de patologias que tratavam essencialmente da relação entre o físico e o mental. Aceitar parte dos argumentos hermenêuticos implicaria abandonar o pressuposto fundador da psicanálise, evidenciado desde a postulação etiológica das

¹²⁸ Em *Análise Terminável e Interminável* (FREUD, 1937), o inventor da psicanálise oferece argumentos que relativizam a eficácia da análise, a garantia de remoção permanente dos sintomas, bem como sua tese da condição necessária. Em *Novas Conferências*, o autor é explícito: “Talvez os senhores saibam que eu nunca fui um entusiasta da terapia; não há perigo de abusar desta conferência excedendo-me em elogios” (FREUD 1933 [1932], p. 140).

neuroses atuais no início da obra freudiana. Uma vez adotado o pressuposto freudiano de determinação recíproca, como não estendê-lo aos demais domínios da vida psíquica, como os chistes, as artes e a cultura de um modo geral? Partindo da superação da premissa dualista que erigia uma barreira intransponível entre a explicação de um fenômeno físico de ordem natural e a explicação de um evento psicológico e cultural, como não formular hipóteses para tratar das relações entre as duas ordens de eventos? A não superação do dualismo no tratamento do mental e do orgânico pode ter sido o principal fundamento da corrente que atribui uma ambiguidade explanatória em Freud. Talvez esse debate tenha perdurado em virtude de o inventor da psicanálise não tê-lo encarado como relevante e, conseqüentemente, não o ter tratado com o devido destaque. O descaso freudiano deriva da crença de que a referida dicotomia se baseia em uma premissa falsa: a irreduzibilidade do mental (pelo menos do inconsciente) ao domínio da natureza.

A hipótese causal psicanalítica consiste em demonstrar que um determinado fator do tipo X contribuiu para a ocorrência de um evento do tipo Y, ou ainda, que X representou um diferencial para o surgimento de Y. Tal alegação não pressupõe a existência de rígidos vínculos causais, sendo inteiramente neutra em relação ao campo de conhecimento e contrária à defesa hermenêutica de que tais hipóteses pertencem somente ao campo das ciências naturais. A compreensão freudiana recusa a cisão ontológica baseada na incompatibilidade causal entre o físico e o mental. Para Freud, motivos podem funcionar claramente como espécies de causas, ainda que sejam entendidos como razões e não necessariamente identificados com fenômenos neurológicos específicos.

Apesar da interpretação hermenêutica não ter realizado um retrato fiel das intenções freudianas, não seria incorreto dizer que Freud concedera demasiado peso às afinidades de sentido, que nem sempre possuem vínculos causais explícitos, contribuindo para a emergência das referidas interpretações. A utilização indiscriminada do termo *sentido* acabou produzindo debates que seriam evitados por meio da utilização de conceitos menos ambíguos. Como Freud não faz distinção entre o uso de enunciados puramente causais e prioritariamente semânticos, surge um questionamento: as inferências etiológicas freudianas são, em sua totalidade, consistentes de um ponto de vista explanatório? Não seriam as explicações freudianas muitas vezes baseadas em simples parentescos temáticos, denominados *conexões de sentido* por Jaspers? O estabelecimento de conexões causais pautadas exclusivamente em afinidades temáticas

não teria sido responsável pela miríade interpretativa que se seguiu em torno da obra freudiana e pelo entendimento hermenêutico da psicanálise como uma semântica do desejo?

Nossa tarefa, então, se torna dupla: questionamento da interpretação hermenêutica diante do projeto etiológico freudiano, tomado como fundamentalmente semântico e filosófico; e questionamento do procedimento freudiano, responsável pela pluralidade interpretativa, uma vez que toma afinidades temáticas como evidência científica para as conjecturas de supostos processos mentais.

Mesmo considerando que o procedimento freudiano não tenha tomado suficiente cuidado na distinção e no uso de afinidades temáticas como base para a postulação de relações causais, a utilização dessa metodologia não deve ser totalmente descartada, tampouco restringida à psicanálise freudiana. Tal procedimento pode ser encontrado em muitas hipóteses bem-sucedidas, embora não seja condição nem garanta o sucesso inferencial. O contexto inferencial, nesse caso, deve levar em conta a relevância do evento antecedente considerado como causa: se X é causalmente relevante para Y em uma referente classe C, X deve particionar C em duas subclasses nas quais as incidências de Y são diferentes probabilisticamente em cada uma delas. Em outras palavras, a incidência do evento Y é maior nos casos em que foi precedida pelo evento X, desde que satisfeitas determinadas condições gerais. A ocorrência de X não garante Y, assim como a verificação de Y não é suficiente para a inferência de X. No entanto, a ocorrência de X torna mais provável a ocorrência de Y e uma vez constatada a ocorrência de Y é possível iniciar uma investigação detalhada através da hipótese em torno da possível ocorrência de X. Sober (1984, 1988), referindo-se a esse tipo de procedimento, cita um exemplo biológico: a similaridade de características físicas em biologia representa fortes indícios para a inferência da relação de ancestralidade, embora não constitua condição suficiente para a comprovação de tal afirmação.

O que dizer diante de tantas interpretações discordantes em torno do estatuto explanatório freudiano? Seriam as explicações freudianas meramente metafóricas, analógicas, baseadas em simples parentescos semânticos? E, ainda que tais recursos tenham sido utilizados, caberia tratar sua disciplina como uma prática hermenêutica ou mitológica? Nada melhor do que recorrer ao próprio Freud para tentar resolver essas questões. Analisando seus enunciados, concluímos anteriormente que as abordagens

causais sempre desempenharam papel relevante na constituição da teoria. Também vimos que a posição freudiana variou durante toda a obra entre o modelo etiológico causal com fundamentação hereditária e o enfoque causal psicológico-ontogenético. Procuramos mostrar que essa oscilação revela ao mesmo tempo uma tensão essencial à obra freudiana e uma opção epistemológica multifatorial causal, exemplificada pela formulação da equação etiológica e, posteriormente, das séries complementares. Além disso, evidenciamos que a leitura histórica e psicológica não impediu a tentativa de formulação de uma teoria naturalista dos fenômenos psicológicos.

Ao analisar os modelos defendidos pela biologia evolucionária, percebemos que não há qualquer contradição insuperável entre uma abordagem naturalista, a utilização de modelos explanatórios causais e a introdução do elemento intencional ou histórico. Tal compatibilidade é possível em virtude do caráter dual de todo o organismo, entendido tanto em virtude de sua orientação teleológica como em função de causas físico-químicas. Também ressaltamos que a explicação em termos de razões não impede o uso do vocabulário causal, ao contrário, o pressupõe. A orientação teleológica foi considerada como resultado de dois fatores: o fator filogenético, oriundo do processo de seleção natural, dotando o organismo de certas propensões inatas de respostas que, nos animais superiores, consistem em programas abertos, os quais permitem maior interação com o meio e grande amplitude comportamental; e o fator ontogenético, responsável pela introdução das mais variadas contingências ambientais, que interagem com os fatores filogenéticos através de complexos mecanismos de retroalimentação, resultando na constituição neuropática dos pacientes analisados por Freud.

Tendo em vistas essas considerações, é possível compreender alguns conceitos freudianos de acordo com, no mínimo, duas possibilidades explanatórias. Tomemos como exemplo o conceito de complexo de Édipo: na primeira leitura o conflito edípico resulta de uma demanda de amor diante do cuidador/progenitor do sexo oposto e o conseqüente surgimento de sentimentos de rivalidade e hostilidade direcionados ao outro progenitor. No entanto, esses sentimentos são entendidos em um contexto de ambivalência afetiva responsável pela potencialização do conflito psíquico, que costuma desencadear o abandono da posição edípica através de um processo de renúncia libidinal e identificação parental. Nesse caso, o desenvolvimento infantil seria interpretado como uma orientação vista em uma perspectiva teleonômica¹²⁹ e próximo-causal. No

¹²⁹ Tal como definimos o conceito no capítulo anterior.

panorama último-causal, dentro da leitura evolucionária, a referida função comportamental poderia ser encarada como fruto da seleção que garantiu maior probabilidade de sobrevivência e reprodução àqueles que demandavam atenção e cuidado. Freud procura traduzir o cenário filogenético em termos de fixações de padrões psicológicos herdados que seriam responsáveis pela reprodução de situações vivenciadas ancestralmente. Ele exprime tal cenário pela hipótese da horda primeva, em que uma vivência parricida teria dado origem a certos mecanismos de sociabilidade que visavam garantir a manutenção dos laços libidinais entre os irmãos. Ainda que tal hipótese esteja longe de ser empiricamente sustentável, ela não invalida a ideia central freudiana que defende a preponderância de certas tendências comportamentais estabelecidas filogeneticamente. Nesse sentido, autores como Garvey (2003) procuram identificar o darwinismo implícito nas teorias freudianas, tomando as explicações psicanalíticas como o entendimento dos efeitos por meio dos quais os motivos latentes foram favorecidos pela seleção natural, baseados em estratégias motivacionais alternativas em ambientes ancestrais.

Assim, uma das contribuições da epistemologia biológica foi a rejeição da suposta oposição existente entre explicações de processos históricos e explicações baseadas em leis universais de fenômenos passíveis de repetição. As explicações de processos unidirecionais singulares não podem ser tidas como inválidas no contexto científico-naturalista pretendido por Freud, dado que ele admite a adoção de níveis explicativos diferenciados. A recusa da referida dicotomia também se baseou nos argumentos desenvolvidos por Grünbaum, Davidson e Peters, possibilitando a distinção entre os termos como função do nível explanatório específico com o qual se trabalha, ou seja, a distinção explanatória não implica exclusividade explanatória. Sendo assim, a explicação causal não é incompatível com a explicação intencional e a explicação idiossincrática não é incompatível com a generalizante.

4.3 O positivismo e a dicotomia teórico/observacional

Embora seja possível alegar que a ‘filosofia da mente freudiana’ poderia a princípio se adequar a algumas propostas positivistas, também é correto afirmar que existem muitas incongruências entre elas. Por exemplo, o positivista Schlick (1966) propõe o abandono dos enunciados de ordem qualitativa do fazer científico. Para ele, muitos equívocos derivam dessa tendência. Tanto na formulação de teorias físicas como na formulação de teorias psicológicas é comum verificar a confusão entre o aspecto estrutural da teoria e o elemento qualitativo da experiência sensível. Nosso hábito em confundir o abstrato e puramente estrutural conceito físico com as imagens e qualidades sensoriais das experiências cotidianas seria reeditado na formulação de teorias que tratam das relações entre mente e cérebro. Segundo o autor, deveríamos realizar as regras de correspondência empírica mediante o procedimento experimental controlado que garanta que o elemento intersubjetivo envolvido na definição do conceito esteja suficientemente claro.

Putnam (1975) questiona tal rigidez metodológica, alegando que o verificacionismo positivista é equivocado e incompatível com o materialismo que tanto fascinou alguns autores. Uma das críticas dirigidas ao verificacionismo se baseia em um critério intuitivo. A referida exigência metodológica de verificação, tida como necessária para a validação de um enunciado, não é atendida em inúmeros casos tidos como válidos e significativos. A verificabilidade de um enunciado pode ser definida pelo conjunto de oradores X em um período Y, isto é, definida pelas regras estabelecidas em comum acordo por uma comunidade (científica ou não) durante um determinado período. Existem milhares de sentenças significativas que são utilizadas em contextos padronizados e não geram qualquer complicação de cunho linguístico-interpretativo, mas ainda assim não atendem aos critérios positivistas de verificabilidade. O atendimento a esses critérios incorreria em pelo menos dois riscos: perda de potencial informacional ou perda da capacidade de síntese dos enunciados, de modo que a descrição adequada de, por exemplo, um simples evento psicológico, seria ou exaustiva ou insuficiente.

Existe, portanto, uma clara diferenciação entre uma utilização pré-analítica e um uso formal do termo, com perda de potencial explanatório caso o critério restrito de correspondência seja seguido. Para Putnam (1975), a exigência positivista acaba deliberadamente distorcendo o significado pleno do conceito de *significado*, por meio

de uma redefinição persuasiva, não explicando sua real função epistêmica. Tal redefinição foi realizada através da divisão entre tipos de significado: o significado cognitivo e o significado emotivo. Caberia à tarefa explanatória o tratamento do significado cognitivo por meio da metodologia positiva. Na prática, ser cognitivamente significativo foi identificado a ter um valor de verdade de acordo com critérios logicamente estabelecidos e regras de correspondência entre enunciados teóricos e observacionais. Assim, o positivismo exclui grande parte dos enunciados significativos restringindo o conceito de significado, de forma que o critério de valor de verdade acaba por ser identificado com o de verificabilidade. Mas tal afirmação é logicamente insustentável, uma vez que é logicamente possível uma sentença não ser verificável e ser potencialmente verdadeira.

O positivismo tornou mais empirista o critério que se baseava na confirmação ou não confirmação de uma sentença: uma sentença tem valor de verdade se, e apenas se, ela é uma fórmula bem acabada de uma linguagem empírica. As bases da linguagem foram tidas como constituídas por termos observacionais ou associadas diretamente a termos observacionais mediante teorias confirmáveis. Ou seja, os critérios de verificabilidade se baseiam nos predicados observacionais compartilhados publicamente. Tomemos como exemplo um enunciado psicológico qualquer, como “João está com dor”. A verificabilidade de tal enunciado se baseia na observação de aspectos comportamentais de João. Saber que João está com dor significaria verificar que seu repertório comportamental apresenta determinado conjunto de características observáveis. O significado da dor de João, de acordo com a proposta positivista, é expresso pelas regras de correspondência entre o termo teórico (dor) e os enunciados observacionais (apelo, grito, choro, tremor, etc.). No entanto, podemos imaginar inúmeras situações em que as condições estabelecidas não permitem uma correspondência segura entre o significado e o conjunto de enunciados observacionais. Sendo assim, saber o que significa ter dor talvez possa não estar necessariamente conectado com comportamentos usualmente apresentados em situações dolorosas.

Nesse sentido, para Putnam (1975), o equívoco positivista na resposta à pergunta “O que é possuir o conceito de dor?” se baseia na imprecisão filosófica ao responder a pergunta “Como nós sabemos o que os outros estão sentindo?”. Ou seja, a solução para o problema da verificabilidade não se baseia na polaridade teórico/observacional e na metodologia positivista de verificabilidade, mas em questões filosóficas precedentes. A questão reside em saber o quanto podemos engendrar explicações complexas de cunho

psicológico sem utilizar termos psicológicos. Podemos realizar explicações envolvendo eventos subjetivos recorrendo unicamente a condições observáveis sem perda de significado? Embora a maioria das conjecturas sobre as condições subjetivas alheias seja feita mediante inferências baseadas em situações observáveis, tais condições podem ser expressas exclusivamente por meio de um conjunto restrito de enunciados observacionais? A atribuição de inveja, ciúmes, dor, crença e demais estados subjetivos pode ser traduzida para o enunciado factual sem alteração da significação?

Não parece que a resposta às perguntas anteriores não possa ser afirmativa. Afinal de contas, grande parte de nosso repertório explanatório cotidiano deriva de inferências baseadas em evidências comportamentais. Porém, ainda que seja possível, será realmente necessária tal exigência de correspondência para garantir legitimidade epistemológica? Em outros termos, a exigência de significação depende exclusivamente de critérios estritos de correspondência? Tal raciocínio não é análogo àquele que conduz ao eliminativismo, de modo que mesmo os enunciados comportamentais devem ser reconduzidos aos elementos puramente físicos que os constituem? Essa alternativa responde a alguma necessidade epistemológica ou é resultado de arbitrariedades normativas? A utilização do vocabulário psicológico é resultado da falta de alternativas explanatórias diretamente observacionais ou do êxito de algumas estratégias de explicação psicológica?

Embora seja comum encontrar falhas em hipóteses psicológicas particulares, o sucesso explanatório de alguns modelos baseados em conjecturas psicológicas e atribuição de outros estados mentais parece oferecer um bom argumento para não rejeitar tal uso. Ainda que uma explicação particular como “João matou porque estava com ciúmes” possa ser falsa, o esquema de conjectura psicológica como um todo pode ser extremamente bem-sucedido em grande parte de nossas inferências cotidianas e em algumas situações mais sistematizadas. Tal modelo tem seu amparo empírico, mesmo que não obedeça as rígidas regras de correspondência comportamental. O critério empático é utilizado com grande sucesso em alguns casos, embora sua infalibilidade não esteja garantida. Mas a falibilidade deriva da estratégia explanatória ou do objeto de estudo? Uma explicação comportamental ou mesmo física de um evento humano pode ser considerada de antemão mais válida que uma explicação psicológica?

A defesa da explicação empática ou psicológica se baseia em um argumento duplo: tanto o relativo êxito desse esquema explanatório como a constatação da falibilidade das alternativas fornecidas. O critério empático toma como base uma

justificação empírica intuitiva sobre a validade da hipótese que trata da existência de estados subjetivos alheios. Ou seja, tal critério recusa o argumento solipsista e se baseia na analogia que atribui ao outro um conhecimento similar ao que tenho de meus estados. As alternativas explanatórias cotidianas se apoiam em métodos de verificação empírica diversos daqueles requeridos pela concepção recebida de ciência. Embora não tenhamos acesso às condições inobserváveis subjetivas, ainda assim podemos formular boas alternativas explanatórias com base na existência destas:

Assim como nós sabemos que “cadeira a sobre é o piso” é uma sentença não gramatical mesmo sem conhecer as regras de transformação gramatical, nós às vezes sabemos quais teorias são mais plausíveis que outras, mesmo sem possuir uma adequada formalização dos métodos de investigação empírica (PUTNAM, 1975, p. 447).

No caso de duas alternativas com mesmo potencial preditivo, mas conteúdo divergente, alguns critérios não estabelecidos formalmente acabam favorecendo a escolha de uma das alternativas, enquanto pesquisas ulteriores não fornecem material mais confiável. A recorrência ao empírico sempre pode se constituir como um recurso epistêmico, mas podemos encarar como uma limitação quando tal exigência de significação cognitiva toma um enunciado isolado como devendo ter um correspondente observacional específico que encerre todo o significado do termo teórico. Um termo teórico como ‘dor’ não pode ser encerrado em um único correspondente observacional delimitado, talvez nem mesmo em um conjunto razoavelmente homogêneo e definido de correspondentes observacionais. O longo treinamento social, emotivo e cognitivo requerido para a instauração da significação de um termo teórico possibilita um consenso em seu uso e uma garantia de validade intersubjetiva. A intersubjetividade é garantida através do compartilhamento de experiências e da capacidade empática da comunidade de oradores e observadores. Embora sejamos hábeis na atribuição de termos psicológicos por meio do método empático, não existe ainda uma regra formal que garanta a validade absoluta de tal metodologia, assim como não existe garantia da validade de muitos enunciados com base em observacionais.

O positivismo encara os termos teóricos psicológicos como variáveis de segunda ordem relacionadas a um conjunto de consequências testáveis envolvendo comportamentos observáveis. Os termos são definidos implicitamente em função da relação que estabelecem entre os enunciados observacionais e as regras gerais. O problema é que nenhum corpo delimitado de conexões existentes entre comportamentos e determinada significação psicológica – de dor, por exemplo – pode ser completamente

estabelecido. Existe sempre uma “sobra” na significação. Ou seja, nossa base para aceitar o esquema conceitual dos enunciados psicológicos é empírica em um sentido mais lato, embora não difira em sua natureza das formulações empírico-científicas. A significação é passível de ser compreendida empiricamente, embora não seja moldada pelo conjunto restrito de regras de correspondência.

A concepção de que os termos teóricos só adquirem sentido se acatarem a exigência de correspondência direta com enunciados observáveis e leis gerais deixa de considerar os diversos usos dos termos teóricos e suas diferentes significações. A restrição do amplo espectro de significação de um termo teórico privilegia uma maior precisão, mas deixa de considerar o êxito explanatório obtido por meio da significação entendida em um contexto menos restrito, mais usual. O positivismo, dessa forma, procura alterar o próprio significado do termo *significado* para enquadrá-lo em sua reconstrução lógica. No entanto, os benefícios decorrentes de tal exigência são insuficientes quando comparados com o espectro de explicações pertinentes dos fenômenos em geral e dos termos psicológicos em particular. A identificação de conjunções constantes observadas entre categorias comportamentais não exclui a utilização de conjecturas de cunho psicológico nem a utilização de termos psicológicos na explicação de comportamentos específicos. Tal procedimento ‘psicologizante’ tem se mostrado útil e resolvido muitos problemas. Ademais, tais procedimentos não são excludentes; a investigação comportamental em torno de conjunções constantes não exclui uma pesquisa de cunho psicológico que procure detectar as causas subjacentes ao comportamento em questão, assim como a investigação de um fator ambiental envolvido no comportamento migratório dos pássaros não exclui a investigação fisiológica ou intencional-teleológica que vise explicar o mesmo conjunto de comportamentos.

As críticas aqui direcionadas à concepção restritiva de ciência defendida pelo positivismo e pelo modelo nomológico-dedutivo não podem ser identificadas com a uma proposta de ‘vale tudo’, tal como aquela do filósofo Paul Feyerabend. Nesse sentido, a tarefa prioritariamente negativa e crítica, direcionada à posição normativa do desenvolvimento científico não pode ser identificada com a recusa da construção de corpos de conhecimento sistemáticos e passíveis de aprimoramentos. Não se trata, como fez Feyerabend, de defender a indistinção metodológica entre diferentes domínios da

produção humana – científico, religioso, artístico, entre outros –, mas de indicar as lacunas de alguns argumentos e critérios de validação.

Apesar das críticas apresentadas até aqui, podemos argumentar que muitas reformulações positivistas tentaram resolver as contradições geradas pela polarização teórico/observacional. Entendemos que tratar do positivismo lógico como um conjunto monolítico de teses em torno do empreendimento científico é, no mínimo, simplista, como também enganoso. Nesse sentido, concordamos com a afirmação de Feigl:

A maior parte dessas doutrinas [positivistas] tem sido transformada e fortemente modificada sob o impacto das críticas. Praticamente cada um dos princípios iniciais tem sido atacado, tanto de fora das escolas de Viena e Berlim como dos desenvolvimentos posteriores resultantes de revisões feitas pelos membros dessas escolas. A distinção das proposições analíticas às sintéticas, as várias formulações do critério de significado empírico, a interpretação de teorias, a própria possibilidade de uma lógica indutiva, as duas teses do fisicalismo, e muitos outros pontos fundamentais têm se tornado assunto de animada controvérsia. Olhando para trás para o impacto e os efeitos do positivismo lógico, eu penso ser satisfatório dizer que ele teve ao menos produzido um estímulo poderoso para muito do que ocorreu na reflexão filosófica durante os últimos quarenta anos (FEIGL, 1969, p. 22).

O autor ainda atenta para alguns problemas derivados dos critérios inicialmente rígidos do positivismo lógico. Por exemplo, quando se trata das ciências sociais e humanas, os critérios intersubjetivos na adoção da linguagem observacional parecem se tornar fundamentais. O autor trata dessa questão ao discorrer sobre as primeiras tentativas positivistas de tratamento do observável nas ciências do comportamento:

De acordo com os estágios iniciais do positivismo lógico, a linguagem mentalista (como ela é usada em conexão com a introspecção) era construída como sendo estritamente traduzível em linguagem acerca de comportamentos. Mas análises posteriores mostraram ser esta visão grosseiramente simplificada. (...) A visão posterior, agora adotada por muitos empiristas lógicos, é a de que o comportamento periférico deve ser tomado como indicador probabilístico de certos estados centrais – o último a ser descrito (na medida em que o requerido conhecimento se encontra disponível) na linguagem da neurofisiologia ou na linguagem (mentalista) da introspecção (a linguagem mentalista pode por extensão metafórica também ser formulada para abarcar os enunciados da psicologia profunda acerca de estados inconscientes ou processos, por exemplo, as teorias psicanalíticas) (Ibid., p. 20).

Embora parte do desenvolvimento científico tenha ignorado as restrições epistemológicas aqui ressaltadas e alcançado êxito na solução de parte de seus problemas, não podemos deixar de considerar que o positivismo lógico contribuiu para a problematização de questões consideradas fundamentais ao empreendimento científico. Em relação à teoria freudiana e à discussão da polaridade teórico/observacional, parte das críticas dirigidas aos modelos explanatórios freudianos

se baseia no excesso de ‘sobra’ contido nas significações dos termos teóricos psicanalíticos ou em sua incapacidade preditiva, ou ainda no caráter impreciso das leis gerais e ausência de regras de correspondência mais precisas. Certamente muitas dessas críticas podem e devem ser consideradas, embora parte delas não precise se apoiar em propostas tão restritivas como a exigência nomológica e preditiva ou uma rígida distinção teórico/observacional. Podemos concluir que tais restrições culminaram em impasses epistêmicos. Hempel, por exemplo, define a sistematização científica pelo estabelecimento de seu poder preditivo e explanatório baseado essencialmente nos dados fornecidos pela experiência direta de entidades ou processos observáveis. No entanto, essa restrição é considerada pelo próprio autor como extremamente problemática:

É digno de nota que os maiores avanços na sistematização científica não foram acompanhados de leis referindo-se explicitamente a observáveis, isto é, a coisas e eventos que são verificáveis pela observação direta, mas mais através de leis que falam de várias entidades teóricas ou hipotéticas, isto é, objetos presumidos, eventos e atributos que não podem ser percebidos ou diretamente observados por nós (HEMPEL, 1958, p. 41).

É possível perceber que o positivismo acabou engendrando dificuldades ao restringir excessivamente os critérios de cientificidade e ao reduzir as condições de verdade das proposições científicas às condições de verificabilidade empírica das entidades ou processos observáveis. Tais exigências estão alicerçadas em uma concepção de *unidade da ciência*, entendendo que todas as áreas da ciência devam compartilhar os mesmos critérios de verificabilidade. A própria exigência observacional fez emergir o problema dos limites estreitos da percepção imediata diante da complexidade dos fenômenos inobserváveis postulados nas diferentes teorias que transcendem a experiência perceptiva.

A partir dessas considerações, uma das preocupações dos epistemólogos se centrou nas condições de verificação das sentenças teóricas. Uma saída para esse impasse reside na aceitação da conceituação teórica, com a condição de que não haja nenhum comprometimento ontológico acerca da existência real dessas entidades ou processos postulados e de que eles desempenhem algum papel relevante na explicação. Alguns conceitos não diretamente observáveis foram entendidos por Carnap (1956) e Hempel (1965) como postulados formais definidos em termos de primitivos. Os autores defenderam que tais conceitos, embora não observáveis, adquirem validade em virtude de sua significação empírica e adequação à estrutura lógica. Tal pensamento poderia se

desdobrar em algumas alternativas: a adoção de uma visão realista que considera as entidades postuladas como potencialmente existentes ou a defesa de uma perspectiva instrumentalista que desconsidera a existência das entidades teóricas, tratando-as apenas como instrumentos úteis que permitem manejar os dados da experiência em termos de eficácia preditiva e manipulação técnica.

Ao contrário dos convencionalistas, que consideram os postulados teóricos como definições simuladas não empiricamente confirmáveis, positivistas lógicos como Carnap, Feigl e Schlick tomam os conceitos como formulações de regularidades observadas na natureza e não como meras convenções. Os autores defendem que os postulados devem ser testados sucessivamente por meio de confirmação experimental. Desse modo, um postulado teórico como o da ótica geométrica pode ser seguramente utilizado para a verificação de outro postulado teórico (por meio da utilização de microscópios ou telescópios, por exemplo). As diversas evidências indiretas permitem à teoria alcançar maior credibilidade em relação aos postulados teóricos. Ou seja, dada uma teoria com uma conjunção de postulados, qualquer inferência de consequência empírica que se mostrar refutada implicará na falsidade de um ou mais dos membros da conjunção. Na medida em que os postulados podem ser testados de modo independente ou em outros conjuntos de conjunções, a análise de conjuntos diversos de conjunções pode evidenciar qual dos postulados é falso. Tais alternativas, no entanto, acabaram sendo responsáveis pela atenuação de grande parte das premissas positivistas iniciais.

4.4 Freud e a correspondência teórico/observacional

As análises anteriores referentes à dicotomia entre os conceitos de causa e significação trouxeram consigo outra discussão latente: a relação entre os enunciados teóricos e observacionais contidos na obra freudiana. Conforme vimos, o autor parece ter ignorado qualquer pretensa impossibilidade no tratamento de enunciados intencionais sob o vocabulário causal. Muitos críticos defenderam que a abordagem causal deve lidar com correspondentes empíricos bem definidos a fim de garantir a validade das inferências. No entanto, Freud não se preocupou em restringir suas hipóteses às exigências de correspondência empírica rígida entre termos observacionais e teóricos. O procedimento interpretativo permitiu ao inventor da psicanálise realizar uma ampla série de conjecturas baseadas no método empático e através delas formular relações entre supostos estados intencionais inconscientes e classes de comportamentos – patológicos ou cotidianos. As formulações freudianas feriram duas regras usualmente aceitas e ressaltadas em exigências epistemológicas: a de correspondência empírica rígida e a de determinação fixa entre classes de fenômenos. Em outras palavras, a teoria freudiana foi criticada por não estabelecer nítidas correspondências entre os termos teóricos e os tipos de comportamentos estudados e por não ser capaz de deduzir as consequências lógicas a partir de classes de condições antecedentes e leis gerais.

No texto *Dois artigos de enciclopédia: Psicanálise e Teoria da Libido*, mais especificamente no tópico referente à psicanálise como arte de interpretação, Freud define o procedimento interpretativo como tarefa de decifração de um sentido oculto. Em seguida, ao discorrer sobre a interpretação dos atos falhos, ele fornece a exata noção de como o significado de uma representação está vinculado ao âmbito de determinação no jogo de forças mentais. Sobre a importância dos atos falhos, ele afirma:

Demonstrou-se que tudo isso, que se subtraía da explicação fisiológica cada vez que se havia tentado, estava rigidamente determinado e se individualizou como exteriorização de propósitos sufocados da pessoa, ou como resultado da interferência de dois propósitos, um dos quais era consciente de maneira duradoura ou temporária. O valor dessa contribuição para a psicologia foi múltiplo. Ampliou de forma insuspeita o campo do determinismo anímico, reduziu o abismo que se havia suposto entre o acontecer anímico e o patológico; em muitos casos, se obteve uma visão privilegiada do jogo de forças anímicas que não podiam menos que se conjecturar sob os fenômenos (FREUD, 1923 [1922], p. 236).

Vemos, nessa passagem, a convivência entre a abordagem intencional e a causal, tal como defendida por Davidson (1982) e Peters (1954). Freud também faz menção ao

determinismo anímico de forma geral, apontando para a coexistência entre a abordagem determinista e a tarefa interpretativa. Para o autor, a explicação psicológica deve encontrar a *causa que se expressa através das relações de significado*. E as relação de significado, “que se subtraía da explicação fisiológica”, fornece a visão privilegiada do jogo de forças anímicas, desempenhando o papel epistemológico de mediação que possibilita a visualização do determinismo anímico.

O nível explicativo interpretativo corresponde ao nível da clínica (singular), evidenciando o determinismo no âmbito explicativo geral (teórico) e fornecendo as bases para a constituição de uma metapsicologia. Novamente se torna visível como a forma de explicação freudiana se assemelha a de Darwin, conduzindo o elemento histórico, único e particular, sob a lente das relações de determinação que regem as classes de fenômenos gerais. O determinismo freudiano se expressa no nível explicativo geral, que funciona como organizador do material empírico disponível através das relações de significado.

Os dois níveis explicativos, o interpretativo e o causal, podem, em última instância, nos remeter à distinção profundamente arraigada no pensamento epistemológico. Trata-se da conhecida oposição entre a abordagem kantiana em comparação à lockiana estabelecida por alguns autores. Ranke (1973), por exemplo, prepondera a coleta de dados sobre as construções históricas e psicológicas. Tal primazia da coleta de dados deve-se, em grande parte, à crença na emancipação da historiografia diante da escravidão imposta pelos grandes esquemas filosóficos, como o hegeliano. No extremo oposto podemos encontrar Beard (1959) e Collingwood (1946) na historiografia, bem como Schafer (1976, 1980) e Spence (1982) na psicanálise. Esses autores tratam suas disciplinas basicamente como construções heurísticas relativamente independentes de fatos empíricos diretamente observáveis.

Afinal, a psicanálise e a história seriam baseadas em descobertas de relações causais e teorias generalizantes ou em construções teóricas com base no procedimento puramente interpretativo? Tentar responder a esta questão de modo unilateral, bem como posicionar-se diante dela a fim de defender ou rejeitar a suposta cientificidade das teorias, não parece ser o melhor caminho para uma compreensão da relação entre dados e teorização. Os próprios cientistas naturais têm procurado rejeitar a rigidez da distinção

entre coleta de dados e teorização. Melden, entre outros¹³⁰, parece atentar para essa questão:

Progresso no conhecimento empírico não ocorre quando mentes que estão livres de todos os pressupostos são expostas aos estímulos dos fatos de modo que elas possam ser conduzidas por algum instinto à verdade. Fatos não anunciam sua própria importância e, mesmo quando eles o fazem, eles não vêm rotulados com seus graus variados de importância (MELDEN, 1969, p. 193).

Podemos observar na obra freudiana a complicada tarefa, nem sempre realizada de modo satisfatório, de diferenciação entre os dados psicológicos contidos nos relatos de casos e as interpretações e formulações teóricas que supostamente subsidiam o procedimento de coleta de dados. No caso Schreber, por exemplo, Freud tenta diferenciar a descrição dos fatos contidos no caso clínico – no capítulo intitulado *História Clínica* – da tarefa interpretativa dos fatos – no capítulo intitulado *Tentativas de Interpretação*. No entanto, tal divisão deve ser considerada como meramente esquemática e apenas parcialmente exitosa, como demonstra a seguinte passagem do capítulo reservado à história clínica:

O psicanalista traz, à luz de seu conhecimento das psicose, a conjectura de que mesmo estruturas de pensamento tão extraordinárias, tão afastadas do pensar ordinário dos homens, têm se originado das mais universais e compreensíveis noções da vida anímica; e gostaria, por isso, de conhecer os motivos e caminhos de tal transformação. Com esse propósito, desejará aprofundar-se mais na história de seu desenvolvimento, assim como nos pormenores do delírio (FREUD, 1911 [1910], p. 18).

Todo o material selecionado que Freud apresenta nesse texto é organizado a fim de demonstrar as relações entre os eventos com maior acuidade. Ele distingue as observações em categorias, em função de sua relação com temas determinados, como as modificações na relação com Deus, a postura moral diante da voluptuosidade e a insistência sobre o tema das fantasias de emasculação e de transformação em mulher. Mesmo enfatizando a diferença entre os fundamentos empíricos e as interpretações teóricas, a exposição freudiana é incapaz de realizar uma distinção radical entre esses dois componentes constituintes da explicação:

¹³⁰ Para Wallace, a distinção proposta por White (1963) entre história narrativa ou descritiva e história explanatória ou interpretativa é demasiado arbitrária: “Pode haver distinção válida entre histórias que explicam mais e aquelas que explicam menos, mas uma história sem interpretação ou explicação não seria uma história” (WALLACE, 1985, p. 11). Wallace também cita Meyerhoff: “Fato, teoria e interpretação formam uma rede complexa na narrativa histórica. Os simples fatos da história não são tão simples assim; ou, na medida em que são simples e eliciam concordância universal entre historiadores (...) eles parecem triviais e apenas reforçam a demanda por uma interpretação (...). Os fatos da história invariavelmente aparecem no contexto da interpretação. Não há narrativa sem interpretação e não há interpretação sem teoria” (MEYERHOFF *apud* WALLACE, 1985, p. 11).

Essa surpreendente sexualização da beatitude celestial nos impressiona como se o conceito de Schreber sobre a beatitude (*Seligkeit*) houvesse nascido por uma condensação dos principais significados das palavras alemãs: ‘defunto’ e ‘sensualmente feliz’. Mas nesse exemplo encontraremos também ocasião de submeter ao exame a relação de nosso paciente com o erotismo em geral, e com os problemas do gozo sexual, pois nós, os psicanalistas, professamos até o presente momento a opinião de que as raízes de toda enfermidade nervosa e psíquica se encontram de preferência na vida sexual; *alguns de nós baseados simplesmente na experiência, e outros, além disso, em virtude de considerações teóricas* (FREUD, 1911 [1910], p. 29, grifos nossos).

Freud percorre dois caminhos para poder explicar o caso Schreber: “a partir das declarações delirantes do próprio enfermo e a partir das causas pelas quais contraiu sua moléstia” (FREUD, 1911 [1910], p. 34). Diante das declarações do paciente delirante, ele procura rastrear os fatos determinantes da estrutura paranoica. Como possui pouco material empírico disponível, é digno de nota que os chamados “fundamentos empíricos” sejam procurados em meio às anotações do paciente, numa espécie de tradução da intencionalidade subjacente ao conteúdo narrativo delirante. Basta que se aplique a chave psicanalítica de tradução da narrativa delirante para que possamos, segundo Freud:

tomar o exemplo como sendo a coisa real, ou a citação ou observação como a fonte original, e encontramos de posse do que estamos procurando, a saber, uma tradução da maneira paranoica de expressão para a normal (FREUD, 1911 [1910], p. 34).

Vemos que Freud não encontra nenhuma antítese entre a narrativa delirante do paciente e o dado empírico factual, de modo que trata o conteúdo delirante como fundamento empírico, ao contrário do procedimento psiquiátrico usual:

O interesse do psiquiatra prático por tais formações delirantes esgota-se, geralmente, logo que se tenha estabelecido o caráter dos produtos do delírio e apreciado sua influência sobre a direção que o paciente imprime em sua vida; o assombro do psiquiatra não é o início de seu entendimento (FREUD, 1911 [1910], p. 18).

Outros exemplos poderiam ser citados, o comportamento transferencial é um deles, muitas vezes tratado como confuso, irritante ou mesmo perturbador – como no caso de Breuer com a paciente Anna O. (FREUD, 1893-95). A transferência na terapia, mesmo considerado um fato passível de constatação empírica, sendo inclusive observado por inúmeros psiquiatras antes de Freud, adquiriu a relevância empírica que lhe é comumente atribuída somente com as formulações teóricas psicanalíticas. Essa interação entre construção teórica e coleta de dados foi explicitada pelo historiador Aron:

Não é que a teoria pode ser provada independentemente dos dados históricos, mas que esses dados nunca impõem uma teoria, ou, de qualquer modo, impõem apenas na condição de serem decifrados de certo modo (ARON, 1969, p. 275).

O capítulo que trata dos sonhos nas *Novas Conferências* também realiza uma distinção esquemática entre teoria e prática. Porém, rapidamente, a exposição da parte prática é recheada de conceitos. Não seria conceitual a tarefa freudiana de propor uma escuta do relato dos sonhos que não se atenha ao conteúdo manifesto dos sonhos? Um tipo de escuta flutuante na qual, como o próprio autor afirma, é um procedimento prático em que “se escondem premissas não explicitadas” (FREUD, 1933a [1932], p. 11) que serão tratadas posteriormente nas considerações teóricas. A técnica de associação livre está longe de ser uma descoberta puramente empírica na análise dos sonhos. Ela se baseia nas premissas teóricas da relação de determinação entre representações, nos conceitos de resistência e repressão, bem como nas práticas anteriores de hipnose e indução. Tal técnica ainda pode ser rastreada desde sua fundamentação filosófica que nos remonta à obra de Stuart Mill e suas leis associacionistas, conforme demonstra Gabbi Jr. (2003).

Diante do rompimento da nítida demarcação entre construção teórica e coleta de dados, algumas considerações adicionais sobre as formulações teóricas psicanalíticas podem ser realizadas. Primeiramente, quais são os critérios de validação de uma interpretação que não resulta exclusivamente do acúmulo de material empírico? Partindo do pressuposto de que a teoria não cria os fatos, mas também não é um fruto passivo deles, a melhor alternativa seria tomá-la como uma construção que permite a apreensão dos dados de modo mais significativo. A credibilidade de uma teoria advém, portanto, não da descoberta de uma realidade factual, mas do poder explanatório que ela adquire diante da convergência de múltiplas linhas de evidência.

Os conceitos freudianos de transferência e complexo de Édipo, por exemplo, adquirem relevância por meio da quantidade de dados obtidos na clínica que permitem ser organizados. A organização desses dados, no entanto, não se dá por meio da criação de regras de correspondência estritas. Um evento observável, como um comportamento delirante, pode desempenhar diferentes funções na estrutura explanatória e depende de sua relação com os outros conjuntos de observações. Nesse sentido, o método empático fornece melhores evidências na clínica do que a simples descrição sistemática de conjuntos de comportamentos. Não que tal descrição não seja desejável ou possível,

mas conceitos como os de transferência ou complexo de Édipo permitem condensar uma ampla variedade de descrições comportamentais e desempenham papel teórico tão importante que sua rejeição também merece ser questionada.

Não podemos deixar de considerar os dados que podem ser chamados como ‘evidências de segunda ordem’. Esses dados são aqueles tidos como evidência empírica, a qual pauta na manifestação de outros tipos de dados. As hipóteses da existência do complexo de castração a partir do exibicionismo e da transferência como relação entre vínculos adquiridos na infância são exemplos de evidências de segunda ordem. A definição freudiana de evidência empírica carrega consigo muito desse sentido, de modo que o autor se recusa a classificar como premissa aquilo que ele considera como descoberta:

Eu me oporia com toda a energia a quem procurasse colocar a doutrina da repressão e da resistência entre as premissas e não entre os resultados da psicanálise. Existem premissas, de natureza psicológica e biológica universal, e seria conveniente considerá-las em outra ocasião; mas a doutrina da repressão é uma conquista do trabalho psicanalítico, uma inferência teórica legitimamente extraída de inúmeras observações (FREUD, 1914c, p. 16).

Freud toma como evidência empírica os comportamentos que considera manifestações do fenômeno da resistência e repressão, haja vista seu contato constante com tal fenômeno no tratamento da histeria e demais psiconeuroses. Ele cita a resistência dos pacientes à evolução do tratamento, aqueles que se aferram aos sintomas e rejeitam as considerações do analista, e novamente utiliza uma analogia para justificar tal verificação: a da pessoa que vai voluntariamente ao dentista para se tratar, mas mesmo assim oferece resistência quando se depara com um boticão. O fenômeno da resistência se expressaria de várias formas. O método psicanalítico de associação livre, com todas as orientações de suspensão da instância crítica, visa ultrapassar essas resistências, sendo imprescindível ao sucesso da análise.

Tentamos evidenciar como as experiências são precedidas por horizontes de expectativas que acabam moldando o processo de construção de conhecimento em conjunto com o repertório de experiências. Dessa maneira, o ideal de objetividade e neutralidade do conhecimento científico também tem suas bases fortemente questionadas, sendo o sujeito gnosiológico, com seu horizonte de expectativas, parte fundamental do processo de construção de hipóteses e constituição de uma teoria. A observação científica pode ser vista como um processo no qual o sujeito desempenha um papel ativo. Por mais que o contato com o objeto de estudo seja controlado e as

variáveis sejam submetidas a rígidos controles, o horizonte de expectativas acaba moldando o próprio processo de constituição do repertório teórico e metodológico subjacente à constituição das hipóteses norteadoras. As observações podem servir como testes para a validação ou rejeição do conjunto de hipóteses, sendo a experiência parte fundamental desse processo. Como as teorias não são mais entendidas em termos de generalizações da recepção passiva de experiências, o valor do processo de formulação de conjecturas e hipóteses é essencial tanto epistemologicamente como metodologicamente na constituição das experiências e ampliação ou modificação do horizonte de expectativas.

No contexto psicanalítico, em que o poder da palavra desempenha papel decisivo para o sucesso da análise e para o êxito na comprovação de algumas hipóteses, as fronteiras entre coleta de dados e teoria se tornam ainda mais tênues. A verificabilidade do método clínico, assim como em outras disciplinas – física quântica, por exemplo –, é dificultada pela constatação de que o processo de coleta de dados não é passivo, influenciando diretamente no resultado final. Freud recusa a introdução de um terceiro observador no contexto clínico, pois alega que tal mudança alteraria radicalmente as condições propícias ao êxito terapêutico e, conseqüentemente, à constituição da teoria com base nesses dados. Como o laço afetivo é essencial ao êxito terapêutico, a construção de conhecimento, a observação psicanalítica, deve ficar restrita à relação dual e ser apenas um conhecimento de segunda ordem, limitado às impressões da ‘intimidade terapêutica’.

A construção teórica também deve ser diferenciada da descrição particular de um determinado fenômeno. Podemos observar na psicanálise, assim como nas demais disciplinas que tratam de eventos históricos, a relação entre a descrição idiográfica e a consideração teórica geral do respectivo fenômeno particular. Freud transitava entre as formulações teóricas de caráter nomotético e as análises individuais de sonhos específicos e dos conteúdos anímicos mais variados. Observamos dois níveis de teorização, o que lida com o particular e o que trata do geral. Enquanto o particular trabalha com as evidências factuais mais diretamente, sendo considerado mais descritivo e empírico, o nível de teorização geral trata das relações entre classes de eventos, sendo usualmente encarado como propriamente teórico. Porém, apesar da insistência freudiana na distinção entre observação e teorização, o autor estava consciente da arbitrariedade da tarefa:

O começo correto da atividade científica consiste mais em descrever fenômenos que logo são agrupados, ordenados e inseridos em conexões. Mesmo para a descrição é inevitável aplicar ao material certas ideias abstratas que foram recolhidas de alguma outra parte, não somente das novas experiências (FREUD, 1915a, p. 113).

Para Gonzáles Rey (2009), o evento psicológico particular não é relevante por ser único, mas porque as possibilidades que emergem da articulação com o modelo teórico resultam na produção de significados sobre um problema específico. São as dificuldades de separação entre o domínio da teorização, interpretação e coleta de evidências que impossibilitam a leitura antitética. Não por acaso, Freud propõe o procedimento analítico de atenção flutuante a fim de não se contaminar pelas concepções prévias diante de um caso particular:

Não faremos nossa nem a compreensível preocupação do pai nem suas primeiras tentativas de explicação, mas examinaremos, para começar, o material comunicado. É que nossa tarefa não consiste em ‘compreender’ um caso clínico à primeira vista; só o conseguiremos após haver recebido muitas impressões dele. Provisoriamente, deixaremos nosso juízo em suspenso (*in Schwebe*), e prestaremos atenção semelhante (*gleich*) a tudo que há para observar (FREUD, 1909a, p. 21).

Através da análise dos estudos de caso freudianos é possível detectar como a teoria molda e direciona o material que vai sendo apresentado e como o mesmo conjunto de dados acaba sendo responsável pelos desvios e reformulações teóricas propostas. Podemos concluir que a escolha não deve ser feita entre Locke em detrimento de Kant ou vice-versa, mas entre qual dos dois é preponderante em cada momento.

O tênue equilíbrio entre interpretação e observação é ameaçado quando o excessivo apego à teoria restringe demasiadamente as observações, negligenciando grande quantidade de fatores relevantes que permitem uma maior compreensão do fenômeno. Como exemplo, podemos citar o quanto a insistência de Sulloway (1960) na caracterização biológica de Freud obscurece a relevância do lado empírico e psicológico do trabalho freudiano. Também podemos questionar, por exemplo, o quanto as teorias freudianas psicológicas e biogenéticas sobre o monoteísmo fizeram-no ignorar o contexto histórico e cultural do judaísmo. O próprio Freud questiona algumas teorias que, apesar de profícuas, se prendem demasiadamente a seus pressupostos, inviabilizando a constatação de outras variáveis significativas, como a teoria econômica de Marx (FREUD, 1933a [1932], p. 165).

A preocupação freudiana em se manter isento de pressuposições teóricas durante

o procedimento de coleta de dados não impediu que algumas de suas conclusões adquirissem tons mais especulativos que outras. É o caso dos trabalhos culturalistas freudianos, que não são baseados, como muitos trabalhos antropológicos¹³¹, no contato direto com as culturas analisadas, reduzindo-as algumas vezes a manifestações de cunho patológico. O equilíbrio entre os dados fenomenológicos e a construção teórica torna-se necessário a fim de evitar, por um lado, que a teoria recaia em um reducionismo despropositado e, por outro, que o trabalho fenomenológico se torne desordenado e caótico.

4.4.1 Uma formulação freudiana – teoria e observação

A relação entre critérios de verificação, dados empíricos e construção teórica pode ser visualizada em diversos exemplos na obra freudiana. Mesmo no tratamento que Freud outorgava aos fenômenos psicológicos mais corriqueiros, como os atos falhos, passíveis de apreensão empática, é possível verificar uma intrincada rede de revisão literária, elaboração conceitual, coleta de dados e argumentação crítica. Nossa escolha dos atos falhos como exemplo foi quase aleatória, dado que a mesma análise poderia ser estendida do mesmo modo aos fenômenos oníricos, distúrbios neuróticos, desenvolvimento infantil, sexualidade, entre outros temas caros a Freud. O exemplo servirá de modelo para ilustrar como as hipóteses freudianas são articuladas em conjuntos de argumentos interdependentes, ainda que não tenham aderido aos critérios de correspondência empírica estrita, exigência nomológica, replicação experimental, predição, inferência ou dedução lógica.

Na justificação da importância dos atos falhos, Freud utiliza muitos argumentos antes de iniciar as inúmeras interpretações de casos particulares que constituem o material bruto de seu procedimento de ‘coleta de dados’ – não passíveis de comprovação experimental. O autor discorre sobre a amplitude comportamental e a

¹³¹ A antropologia freudiana dialogou na maioria das vezes com a antropologia clássica de cunho evolucionário, um evolucionismo cultural representado por nomes tais como Lewis Henry Morgan, Edward Burnett Tylor e James George Frazer, autores citados em *Totem e Tabu* que defendiam a continuidade entre as ordens da natureza e da cultura. Castro (1988, p. 06), ao discorrer sobre uma das obras de Morgan, afirma: “Morgan acreditava que o funcionamento das mentes humana e animal era similar, diferenciando-se apenas em grau, e que não se podia explicar os comportamentos animais mais complexos como, por exemplo, a construção de represas pelos castores, com base na noção de instinto”.

consequente dificuldade em definir critérios estritos de correspondência empírica para alguns tipos de eventos psicológicos: por exemplo, não seria a expressão do interesse amoroso baseada em inúmeros pequenos detalhes muitas vezes imperceptíveis? A investigação de um crime também não apresentaria a mesma característica de detecção de detalhes insignificantes? De modo similar, alguns indícios comportamentais aparentemente irrelevantes mostram facetas negligenciadas pela prática médica na explicação dos atos falhos. Freud defende que a investigação dos atos falhos não pode ser considerada epistemologicamente menos valiosa do que a investigação de eventos psicopatológicos tendo como argumento sua suposta imperceptibilidade. Ele procura desvincular a aparente trivialidade do fenômeno de sua importância epistêmica na investigação de mecanismos psíquicos.

Freud também parte da premissa de determinação fenomênica entre fenômenos mentais. Para ele, atos falhos não são casuais, mas causados. Contrariar as relações de determinação significaria jogar fora toda a *Weltanschauung* científica. Para o autor, até mesmo as teorias religiosas não supõem que os eventos aconteçam sem antecedentes causais, *ex nihilo*, ainda que estas recorram à providência divina para explicá-los. Entre considerar, como Wittgenstein (1966), que os processos oníricos ou atos falhos devem ser vistos como fortuitos, ou admitir que eles constituem casos particulares do determinismo universal, Freud adere explicitamente à segunda alternativa, confiando na “inflexibilidade e monotonia das leis do pensamento” (FREUD, 1933a [1932], p. 31). O determinismo freudiano é enfatizado ao longo de sua obra, muito embora esta posição epistemológica possa ser relativizada. Em 1900, ano da publicação de *A interpretação dos Sonhos* (FREUD, 1900a, p. 101), propostas que rejeitam a determinação dos conteúdos oníricos são tidas como dominantes no cenário das ciências exatas. Para o inventor da psicanálise, as ‘ciências duras’ recusavam as relações de determinação psíquica expressas nos sonhos, bem como sua relevância no desvendamento de conteúdos psíquicos. Apesar de ressaltar o caráter “totalmente arbitrário” de sua premissa e a mudança da exposição genética à “exposição dogmática” (FREUD, 1933a [1932], p. 09), o autor indica que o resultado das experiências em torno da significação dos sonhos revela materiais novos e frutíferos anteriormente ignorados pela investigação científica.

A determinação entre fenômenos mentais é baseada em uma série de pressupostos teóricos e constatações empíricas. O amparo filosófico remonta às influências da filosofia empirista e associacionista, com sua crença no encadeamento e

associação de representações. Hume poderia facilmente representar o projeto freudiano através da seguinte frase:

É evidente que há um princípio de conexão entre os diferentes pensamentos ou ideias do espírito humano e que, ao se apresentarem à memória ou à imaginação, se introduzem mutuamente com certo método e regularidade. (...) Até mesmo em nossos mais desordenados e errantes devaneios, como também em nossos sonhos, notaremos, se refletirmos, que a imaginação não vagou inteiramente a esmo, porém havia sempre uma conexão entre as diferentes ideias que se sucediam (HUME, 2001 [1748], p. 09).

Freud também recorre às investigações empíricas em torno da associação livre para evidenciar uma hipótese preliminar sobre o mecanismo de associação de representações. A associação livre, objeto de investigação experimental durante o final do século XIX, é caracterizada como um processo de especial atenção bem diverso do processo reflexivo, até mesmo contrária a ele. Ela é entendida como facilitação do processo associativo, permitindo inferir as relações de determinação entre conjuntos de representações. Freud, apesar do cunho hipotético de suas asserções particulares, se ampara teoricamente em um grande número de evidências experimentais, bibliografia relacionada ao tema e enquadramento conceitual. No caso das associações livres, não somente as evidências clínicas fornecem material para suas especulações. Diversos estudos empíricos são citados para sustentar a tese em torno da associação e determinação entre representações, enquanto outras são mantidas a título de hipóteses provisórias na medida em que se mostram frutíferas. Os experimentos com associações de palavras de Wundt, Bleuer e Jung demonstram a validade de alguns pressupostos. Por sua vez, os experimentos com hipnose de Bernheim oferecem subsídio para a conceituação sobre a influência de intenções contrárias dos conteúdos representacionais.

A quantidade de estudos e exemplos freudianos que fundamentam a tese associacionista parece fornecer grande subsídio para algumas de suas propostas teóricas, como a hipótese da influência dos motivos inconscientes sobre os lapsos e a hipótese das representações substitutivas: “tanto o nome substituto espontâneo como os nomes que recordei mantinham um vínculo com o nome esquecido e foram por ele determinados” (FREUD, 1916-17 [1915-17], p. 100). O autor postula que uma representação determina o surgimento de uma representação substituta em função de caminhos preferenciais de facilitação entre representações e complexos associativos ligados a experiências de prazer, em uma clara tentativa de formulação teórica sobre os dados obtidos pelos experimentos com associação de representações.

Freud também argumenta contra as hipóteses concorrentes. Ele critica as teorias fisiológicas vigentes, que explicam os atos falhos recorrendo exclusivamente à indisposição, cansaço, excitação, excesso de ocupação ou grau de atenção. Tais teorias possuem o mérito de evidenciar como é pouco provável a tese que atribui o ato falho ao mero acaso. A explicação fisiológica, no entanto, constitui apenas uma parte da explicação dos atos falhos, desvendando somente alguns dos eventos antecedentes. As condições fisiológicas conseguem explicar satisfatoriamente algumas parapraxias, mas não todas. A recorrência ao grau de atenção, por exemplo, não garante a explicação de todo ato falho, haja vista que muitas ações automatizadas são executadas sem exigir concentração alguma. Alguns exemplos de ‘ações automáticas’ demonstram que não há uma relação de necessidade entre grau de atenção e execução correta de tarefas. E, contrariamente, muitas ações cujo grau de atenção é grande apresentam atos falhos. O autor também faz questão de ressaltar que muitas parapraxias ocorrem sob condições ambientais normais, evidenciando que as condições fisiológicas citadas não são necessárias à explicação do ato falho. Ademais, tais teorias, segundo a terminologia de Mayr (1988, 2005), desvendam apenas as condições próximo-causais fisiológicas, não excluindo outros tipos de explicação, como aqueles que investigam os sistemas intencionais.

Freud não considera que a teoria psicofisiológica seja falsa, mas propõe um nível diferenciado de análise. A teoria psicofisiológica explica o *porquê* do erro, mas não o conteúdo do erro: “o fenômeno permanece como contingente, do ponto de vista psicológico, por mais que se tenha dado uma explicação fisiológica” (FREUD, 1916-17 [1915-17], p. 29). A explicação psicológica dada até então remetia ao acaso, ou seja, não se constituía como uma explicação convincente para Freud. A quantidade de evidências empíricas contrárias à tese do acaso foi suficiente para que ele investigasse as relações psicológicas de determinação nos atos falhos. Freud parte de uma hipótese de que a parapraxia possui um sentido e, por conseguinte, procura indícios para comprovar tal hipótese e rejeitar as teses contrárias. Os fatores fisiológicos e psicofisiológicos, nesse caso, explicam apenas algumas condições favorecedoras dos atos falhos, mas deixam de considerar sua importante significação na trama psíquica.

O autor objeta também a “teoria da valência”, que atribui a escolha da palavra a uma suposta inervação contida no pronunciamento das palavras. Novamente, muitos exemplos são fornecidos para evidenciar que a semelhança ou suposta valência das sílabas não ocorre em grande parte dos casos.

Freud, além do mais, obtém argumentos de exemplos literários, como na história extraída da revista *Fliegende Blätter*, a qual narra a situação de um professor que perde seu guarda-chuva e pega o chapéu errado em virtude de outras preocupações. Essa explicação não se baseia em princípios nomológicos, mas é constatável em diversas situações, sendo considerada uma explicação legítima de um caso particular, de forma a evidenciar um mecanismo passível de generalização para uma ampla série de casos. Os exemplos se multiplicam, conferindo cada vez mais peso à teoria defendida. Casos literários, históricos, cotidianos e passíveis de validação são apresentados em série. Os eventos particulares, embora sejam insuficientes para garantir a validade dedutiva do argumento freudiano, conferem-lhe densidade diante das alternativas explanatórias concorrentes: causalidade fisiológica, casualidade psíquica, intencionalidade consciente, entre outras. Além de tentar reforçar a tese de que todo ato falho é produto da mútua interferência entre duas intenções, Freud também procura questionar o amplo reino de fenômenos psicológicos que antes não eram considerados como tais, mas como simples resultados de processos fisiológicos, isto é, não intencionais. Freud amplia o reino da intencionalidade sem negar a proposta de investigação fisiológica:

Destaquemos outra vez que não afirmamos – e não necessitamos fazê-lo para nossos fins – que todos atos falhos possuem sentido, por mais que julgue verossímil. Nos basta demonstrar que esse sentido aparece com relativa frequência em suas diversas formas. (...) Casos de lapsos de língua e de lapsos de escrita, e outros, podem ocorrer mediante uma causa puramente fisiológica. (...) É verdade que os erros que ocorrem na vida só em certa proporção podem ser julgados segundo nosso ponto de vista (FREUD, 1916-17 [1915-17], p. 29).

O que Freud quer dizer com tais afirmações? Que existem inúmeros casos em que a teoria fisiológica é insuficiente e casos em que a teoria psicológica não se aplica. Os indícios e provas circunstanciais determinarão a validade da hipótese em questão. Como as asserções possuem sempre um grau de veracidade ou falsidade, cabe ao investigador reunir os indícios necessários à validação das hipóteses levantadas. Uma vez possuidor de evidências suficientes para a crença na validade de determinada hipótese, resta incluí-la em uma teoria suficientemente ampla que consiga agrupar classes de eventos semelhantes e estabelecer as diferentes relações existentes entre elas.

Freud está constantemente inclinado a buscar uma intenção latente e um sentido no ato falho, embora admita que não haja um modo de provar que seja sempre assim. Ele parte de inúmeras evidências empíricas, literárias e ficcionais para demonstrar o potencial explanatório da hipótese e a pertinência da proposta. Assim como Darwin,

Freud formula hipóteses não passíveis de comprovação, mas com grande potencial explanatório e abertura de possibilidades investigativas. Ele também procura oferecer os motivos pelos quais as teorias alternativas não são válidas. A teoria fisiológica, nesse caso, é insuficiente para explicar a especificidade das representações em questão, embora possa identificar situações ambientais favorecedoras de lapsos em alguns casos. Tal teoria explica o *porquê* em alguns casos, mas não explica o *como* em nenhum dos casos, evidenciando sua insuficiência explanatória.

O inventor da psicanálise entende que cada ato falho representa uma solução de compromisso entre duas intencionalidades distintas, revelando tendências motivacionais divergentes que encontram uma via de expressão distorcida. Tal teoria foi defendida por meio de alguns exemplos autoevidentes. Para Freud, os casos autoevidentes e as provas circunstanciais fornecem motivos plausíveis para a aceitação de sua hipótese na ausência de outras com maior poder explanatório. Os casos de esquecimento de intenções são claros e corroborados pela opinião popular: não é raro alguém que se esquece de uma intenção ser recriminado em função de uma suposta intencionalidade subjacente. Freud questiona por que uma opinião geral tão aceita e difundida não deve servir de base para investigações sistemáticas e posterior transformação em teoria. Ele fornece inúmeros exemplos literários e da vida cotidiana que sequer requerem replicação experimental para serem considerados válidos.

A constatação da existência de atos falhos, cuja explicação parte da hipótese de uma oposição mútua entre intenções divergentes, também recebe apoio da teoria mnêmica de Freud: “a memória tem aversão por recordar tudo que está em conexão com sentimentos de desprazer e cuja reprodução renovaria o desprazer” (FREUD, 1916-17 [1915-17], p. 66). O princípio de prazer postula um modo de funcionamento do aparelho psíquico que se enquadra perfeitamente na teoria e nas interpretações dos atos falhos. A tendência de a consciência rechaçar lembranças desprazerosas é ressaltada por Freud citando um exemplo darwiniano:

As impressões desagradáveis podem ser facilmente esquecidas; é um fato indubitável. Diversos psicólogos o observaram, e o grande Darwin se impressionava tanto com isso que criou a ‘regra de ouro’ de anotar com particular cuidado observações que parecessem desfavoráveis a sua teoria, pois havia se convencido de que precisamente elas não queriam permanecer em sua memória (Ibid., p. 68).

Freud também recorre aos casos de parapraxias acumuladas e combinadas, em que o elemento intencional se destaca em uma série de eventos subsequentes. Tais

reincidências são tomadas como refutações à tese da casualidade, dada a improbabilidade de recorrência de eventos casuais com elementos comuns. Embora não haja possibilidade de replicação experimental, Freud insiste no poder explanatório de sua proposta alternativa. Entre considerar que categorias de eventos semelhantes se acumulam casualmente e tentar encontrar um elemento intencional comum a esses eventos, a segunda alternativa parece mais razoável. Não se trata de uma hipótese isolada, mas inserida em um conjunto de argumentos que entendem a significação dos atos psíquicos como algo que ultrapassa o mero conteúdo manifesto. Tal suposição já fora comprovada experimentalmente através da prática hipnoterápica e das diversas evidências no tratamento da histeria. A separação entre conteúdo latente e manifesto fornece a base para a investigação de fenômenos psíquicos de difícil acesso, como demonstrou diversas vezes a prática da hipnose. Freud também aprendeu com os fenômenos patológicos e com os sonhos que os conteúdos psíquicos relevantes se ocultam por meio dos mais diversos estratagemas. Os casos de atos falhos acumulados e combinados servem como corolário da teoria intencional, sendo suportados por um conjunto de argumentos de grande valor epistêmico.

Vimos que Freud analisa os atos falhos em que o próprio emissor concorda com a interpretação de que duas intenções se expressam na mesma ação. Nesses casos, parece não haver quaisquer objeções, dado que os eventos analisados são passíveis de concordância. Tais evidências constituem a porta de entrada para a análise do segundo grupo de casos, em que o agente da parapraxia não possui inicialmente clareza da intenção latente, mas concorda com a proposta explanatória e interpretação oferecidas. O autor também amplia o raio de atuação de sua teoria a um terceiro conjunto de fenômenos, quais sejam, aqueles em que o emissor do ato falho rejeita a interpretação proposta. Freud defende sua posição por meio de uma analogia: compara o procedimento psicanalítico com o jurídico, em que a confissão do crime constitui condição suficiente para uma condenação, embora a negação do crime não seja condição suficiente para a absolvição.

A argumentação em torno desse terceiro conjunto de fenômenos se baseia em dois pontos: primeiramente, a desvinculação de qualquer proposição nomológica em torno dos atos falhos. O ato falho, assim como muitos outros fenômenos investigados pelas demais ciências, deve ser explicado tendo em vista o caráter probabilístico de suas possíveis causas. Tal argumentação não exclui a existência de causas fisiológicas, indo além ao garantir a investigação em torno dos dois conjuntos de hipóteses, as

psicológicas e as fisiológicas. Em segundo lugar, o autor procura ilustrar com exemplos a veracidade das hipóteses específicas e, ao mesmo tempo, a validação da teoria geral. As hipóteses específicas, transitando em torno de casos particulares, são validadas por evidências circunstanciais. A teoria geral, já desenvolvida para explicar outros conjuntos de fenômenos, serve como suporte para endossar a validade das provas circunstanciais. Mesmo diante de todas as evidências favoráveis, Freud não hesita em ressaltar os perigos da ‘armadilha combinatória’:

Trabalhar com base em pequenos indícios, tal como constantemente fazemos neste âmbito, carrega seus próprios perigos. Existe uma enfermidade mental, a paranoia combinatória, na qual o aproveitamento desses pequenos indícios se pratica sem restrição alguma, e desde já não sustentarei que as conclusões construídas sobre essas bases sejam invariavelmente corretas. Somente podemos nos precaver desses perigos pela ampla base de nossas observações, pela repetição de impressões semelhantes tomadas dos mais diversos âmbitos da vida anímica (FREUD, 1916-17 [1915-17], p. 59).

Somente a investigação repetitiva garante ao investigador a detecção de padrões de funcionamento e a verificação das hipóteses formuladas. A preocupação teórica caminha paralelamente com a metodológica. Para muitos, a clínica e a metapsicologia freudiana deveriam se separar; para Freud, a teoria e a prática psicanalítica constituem conjuntos de enunciados interdependentes da ciência psicanalítica. As hipóteses clínicas, por sua vez, muitas vezes só são reveladas posteriormente, quando atos falhos adquirem importância a partir de eventos subsequentes.

Para Freud, não há significações unívocas, de modo que as causas para os eventos que surgem no contexto clínico devem ser investigadas em sua singularidade. Isso não significa que não façam parte de uma categoria de fenômenos, apenas que esta categoria não está dada *a priori* e vinculada necessariamente a tipos específicos de representações. Como o autor realiza uma análise funcional, a significação do fenômeno se desvela em virtude da relação estabelecida entre os eventos, de modo que não há como definir o sentido de uma formação psíquica sem a compreensão de sua função intencional na cadeia de representações. Tais convergências teóricas e interpretativas adquirem consistência na medida em que as investigações dos atos falhos revelam a ligação entre diferentes intencionalidades. Novamente aqui, a intencionalidade não exclui a explicação causal, ao contrário, a pressupõe:

Tomemos, por exemplo, um primeiro nome como Teodoro. Para alguns de vocês ele não significará nada de especial; para outros, será o nome do pai, do irmão ou de um amigo, ou seu próprio nome. A experiência analítica lhes mostrará depois que a primeira dessas pessoas não corre nenhum risco de se

esquecer que algum estranho usa esse nome, enquanto outras terão constantemente a tendência de negar a estranhos um nome que lhes parece reservado a ligações íntimas. Agora adotem a hipótese de que essa inibição associativa pode coincidir com a atuação do princípio de desprazer e, ademais, com um mecanismo indireto, e estarão em condições de formar uma ideia adequada das complexidades existentes na *causação* do esquecimento temporário de nomes (FREUD, 1916-17 [1915-17], p. 67, grifo nosso).

Freud ao mesmo tempo enfatiza a relação entre causação, intencionalidade e a complexidade das relações causais, demonstrando que a psicanálise deve operar, assim como as demais ciências, no campo das relações de determinação existente entre eventos. O autor parte de pressupostos gerais, baseados em evidências empíricas e referenciais teóricos, e os concilia com as práticas interpretativas de casos idiográficos. Ele concilia formulação teórica com dados observacionais, bem como análises particulares com regras gerais.

4.5 Reduccionismo e eliminativismo em Freud

Alguns autores defendem que as diferentes disciplinas científicas seriam passíveis de um processo de tradução teórica em função de seu nível de especificidade: a psicologia seria redutível à biologia e à neurofisiologia, a biologia à química e, finalmente, a química redutível à física. O objetivo de tal proposta, ainda que distante, seria possibilitar a redução de todo e qualquer fenômeno ao conjunto explanatório da disciplina com maior escopo de atuação, no caso, a física. As diferentes áreas da ciência seriam tidas como casos particulares, derivações do conjunto de postulados e teorias físicas.

Essa tese reducionista se baseia em uma série de pressupostos, como a transferência da distinção entre fatos e avaliação de um contexto a outro e a crença na neutralidade do fenômeno observacional. Pode ser vista também como o resultado da concepção de tradução de enunciados teóricos em enunciados observacionais, levado às últimas consequências.

O argumento das regras de correspondência, somado a uma concepção materialista, tem gerado a defesa de que um termo teórico psicológico pode ser identificado com um estado ou processo cerebral e que os enunciados psicológicos podem ser substituídos por neurofisiológicos. Tal ponto de vista tem sido encarado de dois modos distintos: ou como apenas uma possibilidade teórica a ser comprovada ou como exigência metodológica, culminando, respectivamente, nas propostas reducionistas e eliminativistas. A admissão de correspondência entre os eventos físicos e os eventos mentais tem conduzido, conseqüentemente, à possibilidade de redução teórica. No entanto, algumas dificuldades se evidenciam durante o processo de tradução dos termos. Ernst Mayr (2005), por exemplo, defende que um enunciado observacional faz sentido apenas em contextos particulares delimitados e não pode ser transposto indistintamente para outras situações tal como pretende operar o eliminativismo. Um mesmo enunciado factual pode ser tomado em diferentes contextos e assumir diversas funções na cadeia explanatória. O filósofo Feigl aponta outro problema relacionado:

O tradicional problema mente/cérebro tem se tornado uma das maiores dificuldades do empirismo científico. Como muitos filósofos têm notado, esse desconcertante problema emerge quando nós falamos sobre o lugar das “qualidades não localizadas” da experiência imediata em um mundo concebido através dos conceitos e postulados altamente abstratos das teorias físicas. Esta foi a discussão de Schlick de que o “físico” seja concebido não como uma classe ou aspecto da realidade mas como um tipo de sistema

conceitual radicalmente diferente do sistema conceitual por meio do qual nós descrevemos o conteúdo fenomenal de nossa experiência direta (FEIGL, 1969, p. 21).

Para Putnam (1975), mesmo após a superação da aplicação verificacionista simplista no estágio inicial do positivismo lógico, a dicotomia entre teoria e observação ainda pesou muito no tratamento de questões envolvendo o mental, contribuindo para as leituras eliminativistas que viam na observação neurológica e comportamental suas maiores ferramentas de validação. A insistência nos critérios rígidos de validação teórica possui uma filiação materialista representada pela teoria da identidade de Feigl, que considera todos os eventos como físicos e passíveis de descrição física.

A impossibilidade de restrição da significação de termos teóricos defendida por Putnam parece constituir um forte argumento contra a exigência eliminativista. O reducionismo se baseia na premissa usualmente aceita e ainda não falsificada de que o ser humano é constituído de sistemas biofísicos complexos com certa organização funcional. Mas ele não rejeita necessariamente a utilização de termos psicológicos como dor, raiva e ciúme, ou ainda termos mais complexos como culpa e moralidade. Contudo, para o eliminativismo, dado que o ser humano deve ser entendido como um sistema físico, esses termos psicológicos deveriam ser traduzidos em enunciados fisicalistas.

A defesa freudiana da existência de processos ao mesmo tempo mentais e inconscientes – passíveis ou não passíveis de consciência – abre algum espaço para interpretações reducionistas ou eliminativistas, reconduzindo o aspecto mental dos processos subjetivos à mera descrição dos elementos constituintes não passíveis de apreensão mental, mas cujos efeitos se fazem sentir em representações mentais. Na interpretação eliminativista, a tradução dos fenômenos psíquicos em elementos e processos materiais implica a recondução dos fenômenos mentais aos constituintes não mentais. Esse modelo explanatório, se radicalizado, rejeitaria toda e qualquer adjetivação mentalista, tomando-a como resquício de uma categorização anacrônica e ultrapassada.

O casal Paul e Patricia Churchland defende exemplarmente a alternativa eliminativista, considerando que a psicanálise teria suplantado a *folk psychology* em direção a uma teoria pretensamente neurocientífica, podendo ser considerada tão importante para os novos paradigmas da mente quanto a teoria do flogismo foi para o entendimento dos fenômenos térmicos: “pois a neurociência cognitiva já tem ido muito além do que os filósofos céticos consideravam possível, e um progresso futuro ainda é

muito provável” (CHURCHLAND, 1994, p. 23). Segundo os autores, diante das novas descobertas neurocientíficas, os conceitos psicanalíticos poderiam ser completamente substituídos por conceitos físico-químicos. O eliminativismo visa não somente reduzir a cadeia de determinação psíquica a sua base material, mas também excluir a necessidade da descrição psicológica, de modo que toda explicação em termos psicológicos possa ser adequadamente traduzida para o cenário objetivo da descrição puramente material e, em última instância, observacional.

Algumas afirmações freudianas poderiam ser interpretadas como eliminativistas¹³², como a declaração de que “todas as ideias provisórias em psicologia irão se assentar um dia no terreno dos substratos orgânicos”¹³³, ou ainda a hipótese que supõe “que a vida anímica é a função de um aparelho ao qual atribuímos ser extenso no espaço e estar composto por várias peças” (FREUD, 1940a [1938], p. 143). Freud também admite uma possível substituição da terapia psicanalítica pela medicamentosa, antecipando, de certo modo, a discussão contemporânea sobre o peso das abordagens terapêuticas psicológicas e químicas no tratamento das enfermidades mentais:

A terapia nos ocupa aqui unicamente na medida em que trabalha com meios psicológicos; no presente momento, não temos outros. Talvez o futuro nos ensine a influir de forma direta, por meio de substâncias químicas específicas, sobre os volumes de energia e suas distribuições dentro do aparelho anímico. Pode ser que se abram para a terapia outras possibilidades não imaginadas; por agora não possuímos nada melhor que a técnica psicanalítica, razão pela qual não se deveria depreciá-la, apesar de suas limitações (Ibid., p. 182).

Até mesmo a suposição do controverso fenômeno da telepatia é analisada por Freud sob a lente da tradução fisicalista:

Não esqueçam que aqui só tratei desses problemas até onde é possível aproximar-se deles a partir da psicanálise. Quando, há mais de dez anos, ingressaram pela primeira vez em meu círculo visual, também eu senti a angústia frente ao perigo que corria nossa *Weltanschauung* científica, que, no caso de corroborar partes do ocultismo, deveria dar lugar ao espiritismo ou à mística. Hoje penso de outro modo; opino que não atesta grande confiança na ciência quem crê que ela seja incapaz de acolher e processar o que resulte verdadeiro, eventualmente, da tese do ocultismo. E pelo que diz respeito em particular à transferência do pensamento, parece favorecer de maneira direta a extensão da mentalidade científica – os oponentes dizem mecanicista – ao espiritual, tão difícil de apreender. Em efeito, o processo telepático deve consistir no modo que um ato anímico de uma pessoa incite em outra pessoa esse mesmo ato anímico. O que se situa entre ambos os atos anímicos facilmente pode ser um processo físico no qual o psíquico se transpõe em um

¹³² Como, por exemplo, em Freud (1905a, p. 198; 1914a, p. 75; 1920a, p. 58; 1940a [1938], p. 156).

¹³³ O autor continua: “a teoria da libido descansa minimamente em bases psicológicas, e no essencial tem apoio biológico” (FREUD, 1914a, p. 76).

extremo, e que no outro extremo se volte a transpor nesse mesmo psíquico. Em tal caso, seria inequívoca a analogia com outras transposições, como as da fala e escuta telefônicas. E, considerem vocês a perspectiva de ter à mão esse equivalente físico do ato psíquico! Gostaria de assinalar que mediante a intercalação do inconsciente entre o físico e o até então chamado psíquico, a psicanálise nos preparou para a hipótese de processos do tipo da telepatia. Basta habituar-se à ideia da telepatia que alguém pode alcançar muita coisa com ela, embora, provisoriamente, é verdade que somente na imaginação (FREUD, 1933a [1932], p. 50).

A consideração do psíquico como traduzível em termos físicos, em passagens como esta, foi algumas vezes tratada como sinônimo do eliminativismo freudiano, uma vez que, dado determinado conjunto de causas naturais, seria possível, em princípio, explicar todo o conjunto de funções e propriedades humanas por meio da recondução a seus componentes físicos ou químicos constituintes, prescindindo da descrição e explicação psicológicas. No entanto, o reducionismo ontológico freudiano, que considera o psíquico como resultado das operações do aparelho psíquico constituído de um substrato orgânico, não pode ser confundido com um eliminativismo epistemológico, o qual relegaria a compreensão dos processos psicológicos à mera descrição de seus constituintes fisiológicos:

Há um grande número de exteriorizações mímicas e linguísticas, assim como de formações de pensamento – tanto em pessoas normais como enfermas –, que nunca haviam sido objeto da psicologia porque nelas não se via senão uns resultados de perturbações orgânicas ou deficiências anormais na função do aparelho anímico. (...) Tais fenômenos foram relegados à patologia – quando não ignorados por completo, como no caso dos atos falhos –, e foi dedicado todo o empenho em dar-lhes umas explicações fisiológicas, que em nenhum caso têm se mostrado satisfatórias. A psicanálise, ao contrário, conseguiu demonstrar que se pode chegar a entender todas essas coisas mediante suposições de natureza puramente psicológica, e que cabe inseri-las na trama do acontecer psíquico que nos é conhecida. Dessa maneira, a psicanálise por uma parte colocou limites à abordagem fisiológica, e por outra conquistou para a psicologia um grande fragmento da patologia (FREUD, 1913c, p. 170).

Ao contrário do que se poderia supor, a crítica freudiana da abordagem fisiológica no tratamento dos atos falhos revela não sua tentativa de negação do fundamento orgânico dos processos mentais, mas a crença na rígida determinação dos processos psicológicos:

Os atos falhos são fenômenos psíquicos de pleno direito e em todos os casos possuem um sentido e uma tendência. Servem a determinados propósitos que, em função da situação psicológica predominante em cada caso, não podem se expressar de outro modo (Ibid., p. 171).

O monismo ontológico freudiano não implica nem deriva de um monismo epistemológico. O inventor da psicanálise credita à investigação psicológica certa

vantagem metodológica na busca dos vínculos existentes entre representações, defendendo a adoção de níveis explicativos diferenciados. Como as hipóteses fisiológicas se mostraram insuficientes – embora não falsas –, coube à metodologia psicanalítica, através da investigação psicológica, a tarefa de encontrar as causas psicológicas latentes responsáveis por determinada configuração psíquica manifesta. A metodologia fisiológica e anatomicista se mostrou limitada ao negligenciar as significações dos diferentes eventos psíquicos e, conseqüentemente, não garantiu a explicação adequada dos fenômenos patológicos, cotidianos e oníricos:

A medicina acadêmica parece se interessar pelos caminhos anatômicos através dos quais se produzem os estados de angústia. Nos dizem que a *medulla oblongata* é estimulada e o enfermo passa a saber que padece de uma neurose do nervo vago. A *medulla oblongata* é um objeto muito sério e muito lindo. Recordo bem todo o tempo e esforço que consagrei a seu estudo. Porém hoje não poderia indicar algo mais indiferente para a compreensão psicológica da angústia que o conhecimento das vias nervosas que conduzem as excitações (FREUD, 1917 [1916-17], p. 358).

O autor critica as concepções eliminativistas sem rejeitar as bases orgânicas dos processos psicológicos. Ele enfatiza a complementaridade entre a ordem psicológica e a orgânica, assim como a importância da relação entre as duas abordagens:

Admito que enquanto não existirem as escolas que desejamos para a formação de analistas, as pessoas que possuírem formação médica prévia serão o melhor material para criar futuros analistas. Só que é lícito pedir-lhes que não troquem sua formação futura por sua formação prévia, superem a unilateralidade favorecida pelo ensinamento que recebem na escola de medicina e, sem ceder à tentação de coquetear com a endocrinologia e o sistema nervoso autônomo, tratem de tomar os fatos psicológicos mediante representações auxiliares psicológicas. De igual modo, compartilho a expectativa de que todos os problemas atinentes aos nexos entre fenômenos psíquicos e suas bases orgânicas, anatômicas e químicas só poderão ser abordados por pessoas que tenham estudado ambos os ramos, vale dizer, por analistas médicos. Entretanto, não se deveria esquecer que isto não é tudo na psicanálise, e que, por outro lado, nunca poderemos prescindir da colaboração de pessoas que possuam formação prévia nas ciências do espírito. Por razões práticas – também em nossas publicações – temos adotado o hábito de separar a análise médica das aplicações da análise. Isto não é correto. Na realidade, a linha fronteira corre entre a psicanálise científica e suas aplicações nos âmbitos médicos e não médicos (FREUD, 1926, p. 241).

O autor não nega a interpretação organicista dos fenômenos psicológicos, sendo entendidos como “processos somáticos, reconhecidos como o psíquico genuíno” (FREUD, 1940a [1938], p. 155), ao mesmo tempo em que rejeita a proposta eliminativista, dado que os fenômenos psicológicos, mesmo que nos remetam aos constituintes orgânicos, necessitam de representações auxiliares que lhes possam

garantir uma descrição mais apropriada, evitando, desse modo, o flerte com o mero estudo das glândulas. Apesar de admitir a base somática do psiquismo, chegando a vislumbrar a possibilidade de intervenções puramente fisiológicas no tratamento dos distúrbios psíquicos, Freud não adere ao eliminativismo em virtude das vantagens epistêmicas oferecidas pela abordagem psicanalítica. A postura freudiana se compromete com uma fundamentação biológica e também psicológica dos fenômenos estudados, de forma que a psicanálise, conforme nos indica Assoun (1983, p. 53), “se encontra inteiramente, por essência, e tende a estar, por vocação, do lado da esfera da natureza”.

Algumas afirmações, como esta contida em *Além do princípio de prazer*, ilustram exemplarmente a posição do autor, na medida em que apontam ao mesmo tempo para a possibilidade da leitura reducionista, mas também para as limitações de projetos eliminativistas:

Ao julgar nossa especulação sobre as pulsões de vida e morte, nos inquietará um pouco que apareçam nelas processos tão estranhos e inimagináveis (...). Isto só se deve ao fato de que precisamos trabalhar com termos científicos, isto é, com a linguagem figurada (de imagens) própria da psicologia (mais corretamente: da psicologia das profundezas). De outro modo, não poderíamos sequer descrever os fenômenos correspondentes; mais ainda: nem sequer haveríamos percebido. É provável que os defeitos de nossa descrição desaparecessem se em lugar dos termos psicológicos pudéssemos usar já os fisiológicos ou químicos. Porém, na verdade, estes também pertencem a uma linguagem figurada, embora nos sejam mais familiares desde muito tempo e sejam, talvez, mais simples.

Por outro lado, advertimos bem que a incerteza de nossa especulação se vê aumentada em alto grau pela necessidade de pedir empréstimo à ciência biológica. A biologia é verdadeiramente um reino de possibilidades ilimitadas; temos que esperar dela os esclarecimentos mais surpreendentes e não podemos vislumbrar as respostas que ela nos dará em decênios às interrogações que lhe formulamos. Talvez elas derrubem todo nosso edifício artificial de hipóteses (FREUD, 1920a, p. 58).

As ressalvas freudianas evidenciam sua visão naturalista e ao mesmo tempo interdisciplinar no tratamento do psiquismo, dado que os fenômenos psicológicos ainda necessitariam de uma linguagem figurada familiar para serem compreendidos. Passagens como esta indicam tanto a postura antieliminativista epistemológica de Freud como sua filiação naturalista e tendência reducionista.

Mais uma vez a obra freudiana evidencia uma faceta contemporânea ao rejeitar a consideração unilateral dos eventos psicológicos ao mesmo tempo em que atenta para a necessidade de mais estudos específicos que tratem da questão. Freud endossa sua posição em outros momentos:

Como procedimento psicoterapêutico, a análise não está se opondo a outros métodos [tratamentos físicos, orgânicos, de estados neuróticos] da disciplina médica; não os desvaloriza, não os exclui. Em teoria, seria possível que um médico que se titulasse terapeuta aplicasse a análise com seus enfermos utilizando todos os outros métodos de tratamento, segundo as peculiaridades do caso e as circunstâncias externas favoráveis ou desfavoráveis (FREUD 1933 [1932], p. 141).

Nesse sentido, parece corroborar a defesa de Churchland no tratamento das questões envolvendo o psiquismo: “Neurocientistas seriam tolos se ignorassem os dados psicológicos, assim como os psicólogos seriam tolos se estivessem a ponto de ignorar todos os dados neurobiológicos” (CHURCHLAND, 1994, p. 24).

Davidson propõe uma ontologia fisicalista na obra freudiana que não se pauta pela materialidade ou imaterialidade dos eventos, mas por um critério temporal em que a particularidade de cada evento é examinada através do conjunto de suas propriedades distintivas. Freud considera que a realidade psíquica pode ser entendida como um modo particular de operação da realidade física, motivo pelo qual se deve considerá-la como um dado empírico tão relevante quanto qualquer outro dado comportamental. Posição similar é defendida por Wallace que, apesar de questionar a excessiva ênfase que Freud outorga aos dados subjetivos de seus pacientes, defende que tal postura não invalida a teoria, uma vez que as interações do mundo da fantasia com a realidade exterior também fazem parte da história real do indivíduo. A ‘realidade psíquica’ não pode ser encarada como menos factual ou menos histórica que a ‘realidade material’:

A característica mais estranha dos processos inconscientes (reprimidos), à qual nenhum pesquisador pode se acostumar sem vencer a si mesmo com grande esforço, resulta inteiramente do fato de que neles o exame de realidade não serve pra nada; a realidade do pensar é equiparada com a realidade efetiva exterior e o desejo com sua realização – com o fato – tal como acontece automaticamente sob o domínio do antigo princípio de prazer. Por isso também é tão difícil distinguir umas fantasias inconscientes de recordações que se tornaram inconscientes. Mas nunca nos devemos permitir ser levados erradamente a incorporar nas estruturas psíquicas reprimidas os padrões da realidade objetiva e, por exemplo, menosprezar a importância das fantasias na formação dos sintomas, sob o pretexto de elas não serem realidade, ou então derivar de alguma outra parte um sentimento neurótico de culpa porque na realidade efetiva não se pode demonstrar que se cometeu um delito (FREUD, 1911, p. 230).

O substrato biológico e processos neurológicos subjacentes fantasiando e interpretando não são menos materiais e energéticos do que aqueles comportamentos publicamente observáveis (...). A apreensão freudiana (na não distinção explícita entre processos da fantasia e reais) derivou, ao menos em parte, da identificação secular infundada entre o psíquico e o imaterial (‘espiritual’). A contribuição de Freud foi a sugestão de que uma face da realidade material é suficientemente diferente para que possamos nomeá-la psíquica; ele não estava propondo uma ordem de realidade ontologicamente diferente (WALLACE, 1985, p. 36).

A realidade psíquica é entendida como um conjunto de processos que podem ser compreendidos mais claramente quando alguns pressupostos filosóficos são abandonados, como um possível dualismo ontológico da relação entre o físico e o mental. Não há dualismo substancial em Freud, quando muito poderíamos falar em dualismo de propriedades. O problema da causalidade entre o físico e o mental somente se torna insuperável quando pressupõe a concepção cartesiana que atribui uma natureza diferenciada entre uma substância mental e uma substância física. A partir da superação dessa premissa metafísica, o problema adquire outras feições, sendo passível de ser analisado em sua dimensão epistemológica. O resultado de tal leitura consiste em conciliar uma postura não metafísica da relação entre corpo e mente com a crítica ao eliminativismo; ou seja, adotar uma postura ontológica monista sem aderir à posição epistemológica monista. Freud não se limita à investigação da realidade psíquica pura e simplesmente, mas da realidade psíquica inconsciente, motivo pelo qual o caráter inferencial da teoria adquire maior preponderância.

A tentativa de eliminação de termos psicológicos por descrições físicas deve ser avaliada com mais cuidado. A contrapartida neurofisiológica do conceito de ‘dor’, por exemplo, pode ser diferente de organismo para organismo, ainda mais se a comparação for realizada com outras espécies de organismos. Um conceito psicológico simples pode comportar uma série muito variada de condições físicas, impossibilitando sua identificação com conjuntos delimitados de variáveis fisiológicas. De modo similar, a tradução exata de um termo psicológico também é dificultada no processo de tradução para conjuntos restritos de condições comportamentais observáveis. O termo teórico pode não estar associado diretamente a uma condição material específica, mas a uma função psicológica desempenhada por conjuntos distintos de condições materiais¹³⁴. Cabe perguntar se um modelo funcional do aparelho mental seria suficiente para esgotar a significação mentalista utilizada nas explicações psicológicas cotidianas e científicas; e, ainda que seja suficiente, deve-se considerar se tal modelo seria preferível. De qualquer modo, tal questão não pode ser resolvida somente no âmbito da análise teórica, embora tal tarefa possa oferecer a base para as investigações empíricas.

¹³⁴ Caso o projeto eliminativista seja levado adiante, resta definir quais preferências teóricas guiariam as explicações, se a teoria do estado cerebral (correspondência física) ou a teoria do estado funcional (correspondência funcional de processos físicos). Embora elas não sejam excludentes, certas preferências teóricas são fundamentais para a definição das linhas de investigação. Uma teoria materialista moderna poderia tratar os enunciados psicológicos em termos de processos funcionais ou poderia tratá-los em termos de ativação de localizações cerebrais específicas.

As descrições fisicalistas tendem a excluir grande parte da significação empática que atribuímos anteriormente aos termos psicológicos, sem falar nas armadilhas contidas nas investigações localizacionistas, ressaltadas por Freud. Em 1891, época considerada prioritariamente neurológica dos escritos freudianos, o autor já indicava as possíveis complicações teóricas da adesão ao projeto eliminativista. Nesse momento, mesmo sem argumentar explicitamente a favor da existência de processos psíquicos inconscientes¹³⁵, Freud alertava para as desvantagens de uma tradução apressada entre processos fisiológicos e mentais tal como aquela esboçada pelo localizacionismo vigente:

A relação entre a cadeia de sucessos fisiológicos que se dão no sistema nervoso e os processos mentais provavelmente não seja de causa e efeito. Aqueles não cessam quando estes começam; tendem a continuar, porém, a partir de certo momento, um fenômeno mental corresponde a cada parte da cadeia ou a várias partes. O processo psíquico é, portanto, paralelo ao fisiológico, “um dependente concomitante”. Advirto claramente que os autores a cujas opiniões me oponho aqui não podem ser culpados de haver incorrido em erros irrefletidos em seu enfoque científico. O que obviamente têm querido dizer é somente que a modificação fisiológica da fibra nervosa mediante os estímulos sensoriais produz outra modificação nas células nervosas centrais, que então se convertem no correlato fisiológico do “conceito” ou “ideia”. Como sabem muito mais das ideias do que das modificações fisiológicas que seguem ainda mal definidas e pouco conhecidas, empregam a frase elíptica: uma ideia está localizada na célula nervosa. Entretanto, esta substituição conduz imediatamente à confusão de dois processos que não necessitam ter nada em comum um com o outro. Em psicologia, a ideia simples é para nós algo elementar, que podemos diferenciar claramente de sua conexão com outras ideias. Esta é a razão de que nos sintamos tentados a presumir que seu correlato fisiológico, a modificação das células nervosas que se origina pela estimulação das fibras nervosas, seja também algo simples e localizável. Tal inferência, certamente, carece de todo fundamento; as qualidades dessa modificação têm que ser estabelecidas em si mesmas e independentemente de seus concomitantes psicológicos (FREUD, 1891, p. 70).

Freud critica, mesmo nos textos ditos neurológicos, as propostas eliminativistas mais ingênuas. Para ele, a compreensão do grau de organização e funcionamento dos processos psicológicos deve ser realizada com cuidado a fim de evitar simplificações explanatórias. A passagem acima revela, ainda, algumas tendências teóricas da obra freudiana, já vislumbradas desde 1891. Por um lado, o autor não rejeita *a priori* a possibilidade da correlação entre o físico e o mental e, por outro, insiste na rejeição da hipótese localizacionista. Tal hipótese estabelece uma relação estreita e isomórfica entre as lesões detectadas em localizações cerebrais específicas e os distúrbios afásicos

¹³⁵ “Nossa consciência não contém nada que, desde o ponto de vista psicológico, possa justificar o termo ‘imagem latente da recordação’” (FREUD, 1891, p. 71).

correspondentes, em uma clara tendência explanatória fisicalista. Freud procura mostrar que essa concepção é insuficiente para evidenciar as determinações existentes entre as diversas funções do ‘aparelho de linguagem’. Ela não consegue explicar, por exemplo, os sintomas positivos dos distúrbios afásicos. No entanto, Freud não recusa a base física dos processos psicológicos, apenas critica o atalho explanatório que identifica uma função psicológica complexa com uma localização anatômica restrita. O autor não rejeita a posição filosófica materialista, embora recuse a alternativa proposta pelo localizacionismo. Freud critica certa concepção psicossomática que considera o processo fisiológico como isomórfico ao psicológico, mas não desconsidera a estreita relação entre essas duas ordens:

Voltemos agora ao problema da afasia. Recordaremos que, sob a influência dos ensinamentos de Meynert, desenvolveu-se a teoria de que o aparelho de linguagem é formado por centros corticais distintos; se supõe que suas células contêm as imagens das palavras (conceitos das palavras ou impressões das palavras); se diz que esses centros estão separados por um território cortical carente de função e ligados reciprocamente pelos feixes associativos. Podemos nos perguntar se essa suposição é correta, ou ainda permissível. Eu penso que não. (...) Se temos reconhecido que ‘vontade’ e ‘inteligência’, entre outros, são termos técnicos psicológicos que se referem a certos estados fisiológicos complicados, podemos estar absolutamente seguros de que a simples impressão sensorial seja algo mais que outro termo técnico? (FREUD, 1891, p. 69).

Freud defende a dificuldade do projeto reducionista de tradução e questiona o ganho epistemológico do programa eliminativista. No entanto, certa tradição de comentário identifica as argumentações fisiológicas e biológicas na obra freudiana com a submissão ao eliminativismo e com a sobreposição da técnica em detrimento das questões de ordem ética e social¹³⁶, de forma a ignorar que o autor enxergava a psicanálise de modo abrangente, fazendo uma distinção entre o domínio teórico e prático da disciplina:

A psicanálise é uma parte da psicologia, não da psicologia médica no sentido antigo, nem da psicologia dos processos patológicos, mas simplesmente da psicologia, por certo não é o todo da psicologia, mas sua base (*Unterbau*) ou talvez sua fundação (*Fundament*). E não nos devemos desorientar perante a possibilidade de aplicá-la a fins médicos; também a eletricidade e os raios-X encontraram aplicação na medicina, mas a ciência de ambos é a física (FREUD, 1926, p. 236).

¹³⁶ Por exemplo, algumas argumentações contrárias a qualquer tipo de associação ou filiação entre os conceitos de instinto e pulsão se apoiam em interpretações muito questionáveis, como: a identificação do conceito de instinto com o de escolha rígida, imutável e pré-determinada de objetos libidinais; a oposição entre instinto e livre-arbítrio; e a oposição entre estudos baseados no conceito de instinto e projetos emancipatórios. Tais argumentações evidenciam ao menos duas carências: o flagrante desconhecimento em torno do desenvolvimento do conceito biológico de instinto e a indiferenciação entre investigações epistemológicas, exegéticas e propostas éticas.

O que se tem percebido atualmente é um número cada vez maior de trabalhos que tratam a psicanálise sob o olhar biológico, alguns sob uma leitura reducionista¹³⁷, outros sob uma visão interdisciplinar. Um exemplo pode ser fornecido através da polêmica criada em torno de um projeto de redefinição dos conceitos da psicanálise pelas neurociências, tratada, sob muitos aspectos, por Kandel (1998, 2005) e por Gamwell & Solms (2008). O desenvolvimento extraordinário que as ciências biológicas apresentaram durante o século XX certamente contribuiu para a acentuação da discussão a respeito dos limites e intersecções entre os diversos âmbitos de investigação do psiquismo. Nesse sentido, Berry, ao discorrer sobre um suposto reducionismo biológico em operação nas ciências psicológicas, considera:

A questão ‘são os humanos apenas outro tipo de animal?’ tem uma longa história que não tentarei revisar aqui. Em vez disso, darei apenas a resposta, que é sim e não. O sucesso reprodutivo é a chave da evolução tanto nos seres humanos quanto em qualquer outro animal. Qualquer alegação de uma separação intransponível entre humanos e o resto do mundo vivo é ou um criacionismo explícito ou ao menos algum tipo de cripto-criacionismo. Como pode a evolução ter sido hábil para transcender a si mesma totalmente e produzir uma criatura que subitamente se mantém fora da evolução biológica? Contudo, para os humanos, ‘bem-sucedido’ tem um significado especial. Diferente de muitos outros organismos, nós não estamos lutando por um número máximo de proles sob todas as circunstâncias; humanos são unicamente adaptados para lutar pelo número ótimo de proles sob certas circunstâncias. Essa estratégia é baseada em um comportamento muito flexível, complexo e cooperativo, adequado para manter interações sociais complexas e para explorar recursos em uma ampla gama de situações ecológicas. (...) A abordagem sociobiológica de isolar traços particulares do comportamento humano e interpretá-los isoladamente como se eles se relacionassem diretamente ao sucesso reprodutivo tende a falhar, uma vez que não leva em consideração os fatores particulares da estratégia evolucionária humana. (...) Cultura não é o oposto da evolução. Pelo contrário, nossas culturas têm sido e podem continuar a ser catalisadoras da evolução humana, o experimento da autocriação e autotransformação em uma escala global (BERRY, 1999, p. 137).

A rejeição das considerações biológicas em parte da psicanálise pós-freudiana parece resultar de uma preocupação específica: a fundamentação biológica desembocar em um reducionismo teórico e, em última instância, em um eliminativismo no qual a própria psicanálise não teria mais razão de existência. Não obstante, é importante enfatizar que essa questão não pode ser tomada como insolúvel, tampouco o reducionismo deve ser considerado consequência inevitável do diálogo entre disciplinas. Ademais, se por razões tecnológicas e epistêmicas os projetos reducionistas e

¹³⁷ Sulloway (1960) cita vários autores que seguiram esta orientação; Alexander (1976, p. 30) afirma que a psicanálise é uma “ciência biológica”; e David Olds trata da biologia em Freud e propõe “reescrever a metapsicologia embasada numa fundamentação científica” (OLDS *apud* KANDEL, 2003, p. 140).

eliminativistas se mostrarem profícuos e inevitáveis, não cabe à ciência a interposição sobre essa questão. Freud inclusive já havia vislumbrado a possibilidade de restrição da utilidade de sua disciplina por meio do avanço do conhecimento biológico (FREUD, 1940a [1938], p. 182), evidenciando que sua preocupação não estava direcionada propriamente à manutenção de uma prática, mas às propostas de investigação psicológica. Nesse sentido, ele certamente concordaria com posições como as do psicanalista González:

As técnicas mais precisas de exploração do funcionamento do cérebro terão um impacto significativo em nossos conhecimentos quando analisadas no contexto de uma teoria da mente, ausente por este momento. Esta deveria integrar tanto os conhecimentos estritamente neurobiológicos como o conhecimento de que dispomos – por certo escasso – sobre as inter-relações entre a cultura e a biologia. Até o presente momento, ambos os caminhos, o humanista e o biológico, não têm feito nada além de manter o paralelismo que se formalizou desde o cartesianismo (GONZÁLEZ, 2009, p. 24).

4.6 As metáforas e analogias freudianas

A escrita de Freud é repleta de reviravoltas argumentativas, referências teóricas, biológicas, fisiológicas, literárias, experimentais, hipotéticas, estudos de caso e modelos explanatórios. Uma estratégia recorrente é a utilização de metáforas e analogias. Tal recurso é tão frequente que muitas vezes se torna difícil a diferenciação entre um uso meramente retórico ou uma função epistêmica mais relevante, como o auxílio na formulação de hipóteses ou construção de modelos. Algumas citações freudianas são claramente analógicas, outras metafóricas, e ainda existem aquelas que adquirem tons literais. Muitas interpretações e conjecturas são baseadas em parentescos temáticos, obscurecendo a diferenciação das intenções do autor em cada caso e, conseqüentemente, dificultando uma leitura mais fiel de sua obra.

Para Rieff, a tendência de Freud em adotar explicações com base em analogias foi responsável pela formulação de teorias de caráter reducionista, evidenciado principalmente nos textos culturalistas. Segundo o autor, a preocupação freudiana de adesão ao projeto científico naturalista o fez desconsiderar muitas das idiosincrasias das explicações históricas na busca por leis de caráter universal: “A analogia era suficiente para extrair a inferência. A documentação histórica concreta era supérflua. As analogias psicanalíticas compreendiam todas as disciplinas tradicionais das ciências sociais” (RIEFF, 1953, p. 108).

No contexto das explicações de cunho biológico, foco deste trabalho, a aproximação temática com temas psicológicos é patente, e as divergências interpretativas se acentuam. Por exemplo, a consideração da perversão sexual no adulto como resquício de uma predisposição infantil perversa e polimorfa não constituiu mero exercício retórico para Freud, mas derivou da constatação da identidade entre as formas de comportamento perverso observadas durante a infância e a idade adulta. Seguindo a orientação jacksoniana, em que o desenvolvimento psíquico foi pensado a partir de estratificações, Freud procurou no desenvolvimento infantil as formações apresentadas em configurações psíquicas posteriores. Ele pensava em uma “tendência geral dos processos biológicos à variação” (FREUD, 1917 [1916-17], p. 309), sujeita à inibição e regressão, em consonância com as teorias da patologia geral. O modelo explanatório continuou sendo etiológico, derivado das investigações que procuraram rastrear na sintomatologia histórica resquícios mnêmicos de eventos traumáticos infantis – que posteriormente se revelaram fantasiosos. Freud se envolveu cada vez mais na

investigação histórica das condições de desenvolvimento libidinal infantil, sendo conduzido prioritariamente pelos relatos clínicos, mas utilizando também um exemplo biológico e uma metáfora histórica como complemento explanatório.

A justificativa biológica faz referência ao processo de desenvolvimento fetal e à história evolutiva dos peixes, em que é possível verificar os pontos de estagnação dos referidos processos já no organismo desenvolvido. Freud novamente utiliza a metodologia de reconstrução temporal ancorada em uma teoria do desenvolvimento, retomando uma prática presente desde seus estudos com Brücke sobre células nervosas de peixes. Ele compara o desenvolvimento libidinal àquele do sistema nervoso, que pode apresentar pontos de interrupção ou até mesmo regressão às fases anteriores. Para explicar os conceitos de regressão e fixação, o autor se vale da legitimidade das investigações biológicas e não abre mão do uso da analogia como estratégia argumentativa:

Quando eu era um jovem estudante e realizei meu primeiro trabalho científico sob a direção de von Brücke, me ocupei das raízes nervosas posteriores da medula espinal de um pequeno peixe de estrutura muito primitiva. Constatei que as fibras nervosas dessas raízes tinham sua origem em grandes células situadas no corno posterior da substância cinzenta, o que já não acontece com outros vertebrados. Mas também descobri em seguida que tais células nervosas estavam presentes fora da substância cinzenta, em todo trajeto que vai até o chamado gânglio espinal da raiz posterior; e desse fato deduzi que as células dessas massas ganglionares haviam migrado da medula espinal até as raízes dos nervos. Isto é o que ensina também a história evolutiva. Nesse pequeno peixe, porém, todo o percurso de sua migração se manifestava pelas células que ficaram para trás. Se os senhores se aprofundarem mais no assunto, não terão dificuldade em detectar os pontos fracos dessas comparações. Portanto, iremos a uma formulação direta: julgamos possível, a respeito de cada tendência sexual separada, que algumas partes delas tenham ficado para trás, em estádios anteriores de seu desenvolvimento, por mais que outras partes possam ter atingido o objeto final (FREUD, 1917 [1916-17], p. 310).

Além de ressaltar as semelhanças de seu modelo de desenvolvimento libidinal com outros processos de desenvolvimento biológico, o autor ainda fornece uma analogia mais afeita ao vocabulário intencional:

Procuramos analogias com esses processos em outras áreas de conhecimento. Quando um povo inteiro abandona seu local de morada para procurar um novo, como tantas vezes aconteceu nos períodos anteriores da história humana, podemos ter certeza de que nem todos os seus membros chegarão à nova localidade. Afora outras perdas, deve acontecer, geralmente, que pequenos grupos ou bandos de migrantes se detenham no caminho e se fixem nesses locais de parada, enquanto o grosso da massa prossegue adiante. (...) Considerem isto: se um povo em migração deixou atrás de si poderosos destacamentos nos locais de parada de seu deslocamento, os que seguem avançando tenderão a se retirar para esses locais de parada se são derrotados ou se defrontam com um inimigo muito poderoso. Mas também estarão em

maior perigo de serem derrotados, quanto maior for o número deles que ficou para trás na migração (FREUD, 1917 [1916-17], p. 309).

Qual a função dessas diferentes estratégias na obra freudiana? Primeiramente, alguns exemplos servem como modelo a ser aplicado as suas novas observações. Freud tenta encaixar os dados psicológicos em modelos já existentes a fim de verificar a adequação das explicações. Em segundo lugar, o valor argumentativo não pode ser subestimado. Ainda que não sejam suficientes para constituir argumentos empiricamente válidos e subsidiar de modo peremptório as observações psicológicas, as analogias constituem importantes estratégias argumentativas, servindo para tornar mais compreensíveis os conceitos propostos.

Os mecanismos psicológicos de fixação e regressão, no entanto, se pautam primeiramente na observação de fenômenos patológicos. Eles também se apoiam na investigação do processo de desenvolvimento libidinal. A fundamentação encontra respaldo no modelo biológico e a estratégia discursiva também se vale de uma analogia com o movimento migratório, aproximando o leitor do vocabulário intencional e permitindo maior compreensão do conceito proposto. Freud, não obstante, reivindica independência da contribuição biológica, argumentando que esta somente corrobora os dados estritamente psicológicos oriundos da prática clínica. Novamente a questão em torno da precedência da teoria ou dos dados empíricos se faz presente. O posicionamento em torno desse embate parece difícil de ser comprovado com base apenas nos indícios textuais. A frequente prática freudiana de fundamentar biologicamente os achados clínicos dificulta a tarefa de decidir quem surgiu primeiro, ‘o ovo ou a galinha’, a ‘teoria biológica ou a observação clínica’.

Embora o ‘mecanismo’ proposto para explicar a regressão e fixação seja similar tanto no desenvolvimento dos peixes como no movimento migratório, é possível perceber que a analogia histórica desempenha um papel mais argumentativo, podendo ser tratada como metafórica. O exemplo biológico, por sua vez, serve como modelo teórico de fundo, dado que trata de um processo de desenvolvimento que pode ser pensado como paradigma para a compreensão de outros processos. Freud acredita que o desenvolvimento libidinal pode passar pelas mesmas vicissitudes que o desenvolvimento orgânico, ou seja, por processos de inibição do desenvolvimento. Tal concepção, transposta à psicopatologia por meio das noções de fixação e regressão, permite rastrear os padrões de expressão libidinal ao longo da vida e identificar as possíveis influências das vivências infantis sobre a gênese da neurose. Como o autor

considera que na regressão o fator orgânico prepondera sobre o mental¹³⁸, tal modelo biológico é mais do que meramente metafórico.

A sexualidade pervertida passa a ser entendida como resultante de uma sexualidade infantil cindida em impulsos separados, em conexão com o restante da vida sexual, não mais como sinal de uma degeneração moral. A excitabilidade infantil – oral, anal, genital, etc. –, por sua vez, não é somente teorizada, mas observada e conjecturada a partir dos casos frequentes de expressão sexual perversa nos adultos, demonstrando a prevalência de vínculos objetivos previamente constituídos. Freud procura rastrear uma característica existente e facilmente constatável – as perversões sexuais – as suas condições de instalação. Nesse caso, o recurso analógico constitui uma estratégia epistemológica válida, perfeitamente passível de constatação empírica por meio de procedimentos longitudinais de investigação¹³⁹. O autor solicita aos críticos que procedam uma investigação crítica da vida sexual da criança, da masturbação, da excitação genital, da escolha de objeto e do ciúme: “tudo isso são fenômenos comprovados por observações imparciais, feitas independentemente da psicanálise e antes que esta surgisse” (FREUD, 1917 [1916-17], p. 297). Ele associa sua hipótese etiológica com outra analogia a fim de diminuir a resistência em torno do caráter sexual das experiências infantis e sua relação com as características perversas e reações neuróticas dos adultos:

Suponham que não temos nenhum meio de observar, desde as suas sementes, o desenvolvimento de duas plantas dicotiledôneas, a macieira e o feijoeiro, mas que nos seria possível rastrear retrospectivamente o desenvolvimento de ambos, desde a planta inteiramente desenvolvida até o primeiro embrião de dois cotilédones. Estes apresentam um aspecto indiferenciado; são muito semelhantes em ambos os casos. Devo supor, então, que sejam realmente semelhantes, e que a diferença específica entre a macieira e o feijoeiro somente seja introduzida nas plantas mais tarde? Ou é biologicamente mais correto acreditar que essa diferença já está presente no embrião da planta, embora eu não possa observar qualquer distinção nos cotilédones? (Ibid., p. 296).

¹³⁸ “Por outra parte, não podemos dizer que a regressão da libido seja um processo puramente psíquico, nem podemos dizer onde deveríamos localizá-la no aparelho mental. E, embora seja verdade que ela exerce a mais poderosa influência sobre a vida mental, o fator que mais se destaca nela é o fator orgânico” (FREUD, 1917 [1916-17], p. 312).

¹³⁹ Não é o caso do procedimento freudiano, que reúne as observações de modo menos sistemático. A lacuna metodológica freudiana parece derivar em parte da proficuidade de seu escopo explanatório, responsável pelo desinteresse do autor em constituir modos mais sistemáticos de investigação. Ademais, Freud está consciente dessas críticas e procura justificá-las: “Em certa época, acusaram a análise de não poder ser levada a sério como terapia porque ela não se atrevia a demonstrar uma amostra estatística de seus resultados. Desde então, o Instituto Psicanalítico fundado pelo Dr. Max Eitingon, em Berlim, tem publicado um documento com os resultados de seus primeiros dez anos. Os êxitos terapêuticos não constituem motivo de orgulho nem de vergonha. Entretanto, tais estatísticas não esclarecem nada; o material com que elas lidam é tão heterogêneo que somente números muito elevados demonstrariam algo. É melhor examinar as próprias experiências do indivíduo (FREUD, 1933 [1932], p. 141).

Embora epistemologicamente menos consistente, dado que compara fenômenos tão díspares, como a dotação genética do reino vegetal e a gênese infantil das características perversas e neuróticas dos adultos, tal argumento revela ao mesmo tempo a fundamentação biológica e a defesa de formações estratificadas da esfera mental. Freud argumenta que a vida sexual ou função libidinal não surge como algo pronto, mas se constitui a partir de processos que se sucedem e se sobrepõem. Para esclarecer sua ideia, utiliza a metáfora meramente ilustrativa da transformação da lagarta em borboleta, a qual “passa por uma série de fases sucessivas que não apresentam o mesmo aspecto” (FREUD, 1917 [1916-17], p. 299). As vicissitudes da vida sexual, por fim, tendem a culminar na primazia sexual dos genitais e na finalidade reprodutiva, embora tal caminho não seja tido como algo dado de antemão e dependa dos diferentes destinos das pulsões parciais evidenciadas no processo de desenvolvimento. Tais pulsões parciais são inicialmente pensadas como representantes de duas grandes categorias de pulsões, em analogia com a distinção popular comum existente entre amor e fome: as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais, as primeiras trabalhando em função do indivíduo e as últimas a serviço da espécie. Contudo, essa analogia não parece ser apenas retórica. Freud defende que sua ciência se baseia na interpretação da *empíria*, adotando o referido dualismo pulsional em função de sua utilidade na análise das neuroses de transferência. Ele defende também que tal hipótese carrega considerações biológicas a seu favor, argumentando que o indivíduo leva realmente uma existência dúplice e que os conceitos provisórios psicológicos devem se assentar no terreno dos substratos orgânicos.

Nesse aspecto, Freud se apoia na escola de pesquisa biológica de Ehrlich para defender que a função sexual difere de outros processos corporais. Ou seja, a analogia com processos biológicos pode até ser secundária, mas não parece ser somente retórica. Dado que o conceito de pulsão caracteriza-se como “o elemento mais importante e mais obscuro da investigação psicológica” (FREUD, 1920a, p. 34), fazendo fronteira com o somático, nada melhor do que analisá-lo sob o ângulo fisiológico e biológico a fim de extrair desse terreno o máximo possível de informações. Quando Freud trata a pulsão sob o ponto de vista fisiológico, não está sendo somente retórico: ele a trata como estímulo psíquico, que provém do próprio organismo, não sendo momentânea e requerendo ações distintas das ações reflexas para que seja eliminada. Outro postulado que caracteriza a pulsão também é de natureza biológica: “o sistema nervoso é um aparelho que se depara com a função de livrar-se dos estímulos que chegam a ele, de

rebaixá-los ao menor nível possível” (FREUD, 1915a, p. 115). Todas essas hipóteses parecem subsidiar tanto as observações clínicas quanto ser afetadas por elas na medida em que não se coadunam com o conjunto das premissas anteriormente verificadas.

Ao tratar de seu segundo dualismo pulsional, o autor emprega outra “analogia”: “a analogia de nossas duas pulsões básicas estende-se da esfera das coisas vivas até o par de forças opostas – atração e repulsão – que governa o mundo inorgânico” (FREUD, 1940 [1938], p. 147). Embora tida como meramente analógica, tal afirmação revela o papel primordial dos pressupostos filosóficos que amparavam as diretrizes teóricas de Freud. Podemos perceber como o autor, já no fim de sua carreira, continua fundamentando a teoria sob a tradição representada por Brücke, Carl Ludwig, Emil Du Bois-Reymond e Hermann von Helmholtz, que compreende os fenômenos humanos em termos de forças naturais:

Brücke e eu [Du Bois-Reymond] nos comprometeremos a impor esta verdade, a saber, que somente as forças físicas e químicas, com exclusão de qualquer outra, agem no organismo. Nos casos que não podem ser explicados, no momento, por essas forças, deve-se empenhar em descobrir o modo específico ou a fonte de sua ação, utilizando o método físico-matemático, ou então postular a existência de outras forças equivalentes, em dignidade, às forças físico-químicas inerentes à matéria, redutíveis à força de atração e repulsão (DU BOIS-REYMOND *apud* SHAKOW & RAPAPORT, 1964, p. 34).

Algumas metáforas freudianas, em contrapartida, desempenham um papel menos basilar, sendo claramente ilustrativas. Por exemplo, ao relacionar a duração da terapia com a magnitude das resistências levantadas na análise o autor utiliza uma metáfora bélica – procedimento frequente, aliás –, comparando o longo período que um exército inimigo, em tempos de guerra, demora pra atravessar a mesma distância rapidamente percorrida em tempos de paz. A analogia, nesse caso, é claramente retórica, não desempenhando papel paradigmático ou modelar. Em relação às referências biológicas, também podemos encontrar algumas argumentações que desempenham mero papel ilustrativo:

Formamos assim a imagem de um investimento libidinal originário do eu, cedido posteriormente a objetos; porém, que fundamentalmente persiste e está relacionado com os investimentos objetais assim como o corpo de uma ameba está relacionado com os pseudópodes que produz (FREUD, 1914a, p. 73).

A primeira postulação biológica anteriormente ressaltada considera a pulsão como um estímulo agindo em um sistema regido por um princípio de tramitação e eliminação de estímulos. O exemplo da ameba, em contrapartida, apenas ilustra um

princípio de investimento libidinal de modo metafórico. O mesmo ocorre quando o autor usa uma analogia para ilustrar o processo de censura de representações intoleráveis. Ele ilustra o complexo processo de censura psíquica como um guarda que se posta entre a antessala e o salão principal de uma festa a fim de selecionar aqueles que podem adentrar o evento – no caso, a consciência.

Algumas metáforas e analogias freudianas são tomadas pelo autor como hipóteses de trabalho preliminares, do mesmo modo que as hipóteses do “manequim de Ampère, que nadava na corrente elétrica, não devem ser desprezadas na medida em que são úteis para tornar inteligíveis nossas observações” (FREUD, 1917 [1916-17], p. 271). O processo psicológico de censura, comparado a um guardião do salão de festas, é tratado como real, ainda que sua representação seja analógica:

Quero assegurar-lhes que essas suposições grosseiras sobre dois espaços, do guardião entre ambos e da consciência como um observador situado no final da segunda sala, devem significar, ainda assim, uma aproximação muito grande com o real estado das coisas (Ibid., p. 271).

Nesse caso, o exemplo utilizado certamente não foi primordial na elaboração do conceito, sendo apenas o corolário ilustrativo do projeto de descrição e postulação de processos psíquicos a princípio não observáveis.

Como o trabalho interpretativo na análise segue caminhos sinuosos e as objeções são realizadas com graus diferentes de intensidade, Freud conclui que as censuras também devem apresentar diferentes magnitudes na dinâmica psíquica. Tal estratégia explanatória auxilia na compreensão do processo associativo e das diversas operações mentais. Como todo esquema conceitual, ele não é entendido como uma cópia fiel do real, mas como uma tentativa de representação deste. Termos como resistência e quantidade já foram tratados como auxiliares em *A interpretação dos sonhos*, inseridos em um modelo espacial do psiquismo, de utilidade potencialmente provisória para a descrição da realidade psíquica. Freud faz questão de explicitar o caráter de tais representações:

Espero que não tomem a expressão [censura] de modo demasiado antropomórfico e não representem o censor do sonho como um severo homúnculo ou um espírito que moraria em uma célula do cérebro e desempenharia ali seu ofício. Tampouco num sentido de localização, de modo que pensem em um ‘centro cerebral’ do qual procederia uma influência censora dessa ordem, que chegaria ao fim com a deterioração ou lesão desse centro. Por agora, não é nada mais que um termo útil para descrever uma relação dinâmica. Esta advertência não nos impede de perguntarmos por quais intenções é exercida essa influência censora e contra que intenções ela é exercida (FREUD, 1916-17 [1915-17], p. 129).

O inventor da psicanálise ainda cita um exemplo de censura onírica em que o conteúdo sexual do sonho é simplesmente extinto, transformando-se em um murmúrio para o sonhador. A fim de endossar sua proposta, ele utiliza outra analogia, comparando o mecanismo de censura do sonho com a censura da imprensa, que omite os trechos mais marcantes e importantes no intuito de evitar que se divulgue a notícia por inteiro. Em alguns casos, embora o texto não seja corrompido, ele é antecipadamente preparado com a intenção de distorcer o conteúdo. Mas os mecanismos de censura, nesse caso, possuem formas e causas distintas¹⁴⁰. Seria o caso tomar a teoria dos sonhos freudiana como mera construção de parentescos temáticos baseados em processos de natureza diversa?

Na teoria dos sonhos, Freud emprega muitas metáforas e analogias como ferramenta retórica e epistêmica. Mas, primeiramente, ele parte de considerações mais gerais sobre o sono, considerando-o como um mecanismo biológico recuperador que precisa ser de algum modo garantido para o bem do organismo. Uma das características do sono seria a proteção contra a estimulação exterior a fim de propiciar a eficácia do efeito restaurador. Nesse sentido, constata-se no sono uma retirada do interesse da vida exterior, de forma que o autor o trata como um retorno ao pré-mundo e à existência intrauterina, onde retomamos as condições de calor, escuridão e ausência de estimulação. Seguindo tal análise, o sonho poderia ser visto como um inimigo do sono, dado que ainda manteria a atividade da vida mental, que insiste em repousar. A solução dessa aparente contradição é encontrada por meio da explicação da função do sonho. A mente conservaria parte de sua atividade como uma reação aos estímulos que perturbam o sono, formando os sonhos. O sono não pode isolar o indivíduo completamente do mundo exterior, sob pena de colocar em risco sua sobrevivência; e também não consegue garantir a proteção contra a estimulação interior. Portanto, o sonho é explicado pela função biológica de proteção contra a estimulação que poderia perturbar o sono. Assim, a tarefa do sonho seria a de processamento de estímulos que, de outro modo, impediriam que o sono exercesse sua função. Os sonhos não são perturbadores do sono, mas, ao contrário, procuram tramitar a estimulação mental a fim de garantir a continuidade do sono. Freud utiliza a metáfora que entende o sonho como o “guardião do sono”, uma ilustração que explicita sua função biológica. Novamente encontramos

¹⁴⁰ Freud chega a apontar para a diferença entre formas de funcionamento da censura nos sonhos e na imprensa, que é o deslocamento da tônica sobre o conteúdo, mas não se detém muito nessa distinção.

uma analogia utilizada como recurso estilístico: “O sonho não pode evitar nos perturbar um pouco, assim como um guarda noturno muitas vezes não pode evitar fazer um pequeno ruído quando persegue os perturbadores do sossego que procuram acordar-nos com seu barulho” (FREUD, 1916-17 [1915-17], p. 118).

Algumas considerações de Freud também têm a função de questionar a tese sobre o caráter meramente somático dos sonhos. Vemos outro exemplo de argumentação pautada em analogias: assim como as psicopatologias eram encaradas pela psiquiatria como exclusivamente orgânicas, inviabilizando a explicação em torno da relação entre diferentes conteúdos sintomáticos, a teoria médica dos sonhos deixava de explicar como os diferentes conteúdos oníricos são organizados. O autor apresenta a teoria alternativa que defende o sonho como um legítimo processo psíquico, possuindo um sentido e podendo ser submetido à interpretação. Mas não se trata somente de encontrar algum significado para o fenômeno onírico. A hipótese de que os sonhos são eventos mentais visa enquadrá-los em seu esquema conceitual geral sobre o psiquismo. Artificio diversas vezes utilizado, Freud parte de algumas hipóteses explanatórias de base e procura avaliar como elas se harmonizam com as demais hipóteses já consolidadas, aonde elas podem conduzir e que tipo de fenômenos conseguem abarcar: “Desejamos algo que se aspira em geral na ciência: uma compreensão dos fenômenos, o estabelecimento de uma correlação entre eles e, como fim último, aumentar, se possível, nosso poder sobre esses fenômenos” (Ibid., p. 91).

Se o sonho comunica algo, mas se mostra muitas vezes ininteligível, não se deve abandoná-lo, mas explorá-lo a fim de descobrir o que está sendo comunicado, assim como se investiga uma mensagem considerada incompreensível. A metodologia psicanalítica estende o procedimento de investigação psicológica para terrenos usualmente desprezados pelas disciplinas científicas. Freud atribui a fragilidade das hipóteses até então formuladas ao caráter inapreensível do objeto de estudo e ao laborioso processo de investigação científica, sempre às voltas com a tentativa de compreensão progressiva de um conjunto cada vez maior de fenômenos. Sua intenção principal é justificar duas premissas complementares que tratam do universo onírico: em primeiro lugar, os sonhos devem ser tidos como fenômenos psíquicos genuínos; o autor também se baseia na “premissa de que há no homem coisas anímicas que ele sabe sem saber que sabe” (Ibid., p. 92). Tais premissas subsidiam o processo investigativo. Freud acredita possuir indícios suficientes para tornar essas duas asserções válidas. Primeiro porque a interpretação dos sonhos tem se revelado frutífera na detecção das

intencionalidades oníricas. Ademais, elas se coadunam com outras premissas da teoria, como aquela que defende a existência de processos mentais inconscientes, comprovada por meio das técnicas hipnóticas. Outra hipótese relacionada postula que as representações inconscientes atendem ao princípio de prazer, buscando caminhos preferenciais de satisfação que independem do princípio de realidade.

Assim como o indivíduo, sob a aparente amnésia pós-hipnótica, tem condições de lembrar o que se passara durante o estado hipnótico, o sonhador também pode recuperar elementos oníricos através de um procedimento investigativo. A técnica da hipnose, embora não constitua prova para as hipóteses oníricas, fornece evidências suficientes sobre o caráter inconsciente de alguns processos mentais e, secundariamente, bons indícios para a sustentação de que processos oníricos latentes também possam ser revelados. Ademais, Freud ainda ressalta a semelhança entre o estado hipnótico – uma espécie de sono artificial – e o estado do sonho, aproximando as explicações de ambos os fenômenos, em que a retirada de interesse do mundo exterior é igualmente patente. As categorias de processos oníricos são avaliadas em suas diferenças e semelhanças a fim de extrair denominadores comuns. O sonho induzido por estímulos externos, o devaneio e a hipnose são analisados por Freud e fornecem elementos para a investigação dos processos inconscientes.

A comparação entre sonho, parapraxia e neurose, por sua vez, não pode ser tida como meramente metafórica, mas como um processo de categorização. O sonho não ajuda a ilustrar a parapraxia ou vice-versa, mas ambos apresentam modos de funcionamento que podem ser analisados sob uma mesma categoria teórica. Ambos também são explicados como formações de compromisso entre duas ordens intencionais diversas, uma perturbada e outra perturbadora. No sonho, a intenção perturbada é a necessidade de dormir, na parapraxia é a intenção consciente. Em ambos, a intenção perturbadora é representada pelo estímulo psíquico, ou seja, nos dois casos as intenções são em parte realizadas e em parte abandonadas.

Freud também se baseia em semelhanças existentes entre os sonhos e os devaneios – ou sonhos diurnos – para justificar algumas características oníricas, inclusive estabelecendo suas raízes motivacionais. Os dois conjuntos de fenômenos similares também revelam mecanismos subjacentes do funcionamento psíquico. Os devaneios da vigília, geralmente marcados pelos anseios narcísicos de ambição e por desejos eróticos, são tidos como protótipo explanatório para a interpretação onírica. O

fator que se destaca é a satisfação de desejo, marcante em ambos¹⁴¹. Além disso, o uso popular e figurado do termo ‘sonho’ há muito tempo já carrega consigo essa propriedade. Freud ressalta alguns usos idiomáticos e utiliza parentescos temáticos para enfatizar sua tese:

Os porcos sonham com bolotas de carvalho e os gansos sonham com milho; ou perguntam: Com que sonham as galinhas? – Com milho. (...) É verdade que se conhece o que se chama de ‘sonhos maus’, mas um sonho é, pura e simplesmente, apenas a doce realização de um desejo. E não existe nenhum provérbio que nos afirme que os porcos e os gansos sonham com sua matança (FREUD, 1916-17 [1915-17], p. 119).

Pela análise dos sonhos infantis fica ainda mais claro o mecanismo que visa eliminar um estímulo exterior, corporal ou mental por meio do processo de realização alucinatória de desejos e, desse modo, resguardar o sono. Os sonhos deformados também procuraram ser investigados e conduziram às mesmas conclusões, demonstrando similaridades com outros processos psíquicos da vida desperta: atos falhos, esquecimentos, folclore, mitologia, artes. Freud formula a hipótese de que todos os sonhos possuem semelhanças formais e materiais com os sonhos infantis, ou seja, que operam com os mesmos impulsos e mecanismos. Ele analisa experimentos e outros sonhos que são claras realizações de desejos sob a forma de reações a estímulos somáticos internos e necessidades corporais imperiosas – fome, sede, necessidade sexual. O autor conclui que o sonho pode ser uma realização de uma necessidade somática ou psíquica, no caso, um desejo. A eliminação de um estímulo psíquico, nesse caso, coincide, para Freud, com a realização de um desejo.

O entrelaçamento entre teses psicológicas e metapsicológicas nas considerações sobre os sonhos é evidente. O desejo é visto como um estímulo psíquico que se esforça por ser tramitado, eliminado, satisfeito, do mesmo modo que uma necessidade somática se esforçaria: “o estudo dos sonhos de crianças nos ensinou a origem, a natureza essencial e a função dos sonhos. *Os sonhos são eliminadores de estímulos (psíquicos) perturbadores do sono pela via da satisfação alucinatória*” (Ibid., p. 125, grifos do autor). Pelo fato de Freud entender o desejo como a tendência que se esforça na direção da eliminação de estimulação, ele postula a teoria que toma todo sonho como realização de desejo. Baseado nessa postulação teórica, o autor procura analisar quais as relações

¹⁴¹ Embora o devaneio, em virtude de se formar durante a vigília, não apresente traços alucinatórios e deformações tão marcantes.

de sentido nos sonhos que satisfazem tais tendências metapsicológicas, psicológicas e, em última instância, biológicas.

Freud ainda se vale de uma metáfora para explicar a relação entre a parte econômica e a parte dinâmica de sua teoria da formação dos sonhos: em todo empreendimento é preciso haver algum capitalista para arcar com as despesas e um empresário para colocar a ideia em prática. A energia psíquica inconsciente seria entendida como o capitalista e o resíduo diurno como o empresário, dando forma para o emprego dessa energia. Cabe ressaltar que o capitalista e o empresário frequentemente misturam seus papéis ou podem ser representados pelo mesmo agente, como pode acontecer com os desejos inconscientes e os resíduos diurnos.

Resumindo alguns dos argumentos freudianos, procuremos explicitar não a validade, mas a pertinência de algumas proposições e conclusões:

- 1) Foi suficientemente comprovado que existem pensamentos inconscientes atuantes e exercendo efeitos sobre conteúdos mentais conscientes;
- 2) Existem muitos indícios de que o sonho possui ligações associativas com pensamentos a princípio inconscientes, assim como acontece com as parapraxias, sonhos diurnos e psicopatologias;
- 3) Freud apresenta alguns estudos comprovando que os sonhos respondem a estímulos somáticos e psíquicos (isto é, desejos). A preponderância dos desejos também é encontrada nos sonhos infantis e devaneios. Logo, é plausível admitir que os sonhos possuem intencionalidade;
- 4) Através da análise de uma série de casos, é possível conjecturar supostos mecanismos de formação dos sonhos: censura, resistência, deslocamentos e condensações;
- 5) O autor procura mostrar que quanto maior a magnitude da censura contra o desejo latente que move o sonho, maiores serão as resistências e, por consequência, os caminhos associativos que afastam o conteúdo latente do conteúdo manifesto do sonho.

Tendo por base essas premissas, e reunindo uma série de estudos de caso e exemplos retirados das mais diversas fontes, Freud conclui também que o sonhador pode reagir negando a interpretação dos sonhos assim como acontece com os casos indesejáveis de parapraxia. Embora não haja como provar, em cada interpretação

particular, se ela é falsa ou se o sonhador está sob intensa censura, as hipóteses gerais e comprovação das hipóteses particulares apontam para a pertinência da teoria como um todo. Sendo assim, Freud poderia admitir que a refutação popperiana lançada contra suas hipóteses seja plausível. Em relação a sua teoria dos sonhos, muitos argumentos poderiam ser formulados para falsificar casos particulares. Não haveria indícios objetivos suficientes que garantissem dedutivamente a validade das interpretações particulares, uma vez que os símbolos e sentidos das diferentes representações se deslocam, condensam, se fundem e se transformam em seus contrários. Tais características dos laços associativos abrem espaço para arbitrariedades interpretativas e superinterpretações, fazendo com que a coleta de dados não garanta suficiência lógica às conclusões advindas da interpretação. Tais arbitrariedades ainda permitem questionar a validade das próprias premissas teóricas, aumentando o caráter questionável da teoria. Apesar de admitir a viabilidade dessas argumentações, Freud questiona as conclusões. A potencial falsidade das conclusões diante do método interpretativo não descarta o amplo repertório teórico constituído por meio desse método em conjunção com hipóteses experimentalmente comprovadas:

Tampouco as coisas são distintas em outras áreas científicas. Não há como evitar que uma pessoa maneje melhor uma técnica que outra. Em outros termos, aquilo que dá a impressão de casualidade – na interpretação de sonhos, por exemplo – é desfeito pelo fato da interconexão entre pensamentos oníricos, ou a conexão entre o sonho e a vida de quem sonha, ou a situação psíquica global em que ocorre o sonho, selecionar uma só entre as soluções possíveis apresentadas, dispensando as demais, como inservíveis. A conclusão de que as imperfeições da interpretação de sonhos implicam que nossas hipóteses são incorretas é invalidada quando se observa que a ambiguidade ou a indefinição dos sonhos é uma característica que necessariamente deveria se prever (FREUD, 1916-17 [1915-17], p. 210).

Assim como a análise da escrita pictográfica, que se caracteriza por ambiguidade e indefinição, a interpretação onírica também lida com diferentes sistemas de significação, não invalidando por isso suas hipóteses centrais e validade epistêmica. Freud também cita a significação antitética das palavras primitivas como exemplo de consenso interpretativo, a despeito da pluralidade representativa. Ele lembra que os idiomas mais antigos admitem variedades de formas não toleradas na escrita atual, mas passíveis de interpretações consensuais.

Ainda que os modelos baseados em analogias sejam epistemologicamente válidos, alguns cuidados devem ser tomados para que uma possível vantagem explanatória não se transforme em prejuízo. Basear, como faz Freud, a construção dos

modelos teóricos em analogias com outros modelos pode limitar as chances de investigação das características diferenciadoras do objeto de estudo em questão. O tema secundário (modelo original) pode acabar perdendo suas características distintivas em virtude de se enquadrar no modelo tomado de empréstimo. O uso de modelos teóricos pautados em analogias deve procurar fornecer um ganho explicativo sem perder a especificidade do objeto em questão. Porém, ao assumir o tema primário como isomórfico ao domínio secundário corre-se o risco da perda explanatória, uma vez que o desenvolvimento do modelo teórico pode ficar restrito às limitações da construção analógica. Como encaixar um modelo teórico dentro de uma metáfora sem perda de potencial explicativo e sem aprisionamento teórico? O filósofo Bergson (1988) já havia criticado a utilização de modelos fisicalistas na compreensão de processos psicológicos – constatada, por exemplo, na lei psicofísica da estabilidade formulada por de Fechner. Ele rejeitara a utilização de um modelo espacial e quantitativo transposto para um domínio essencialmente temporal e qualitativo. Assim, a interação entre o modelo inicial e o secundário corre o risco de forçar os princípios e conclusões teóricas às conclusões restritas às metáforas iniciais.

Cabe ressaltar que tal limitação é apenas uma possibilidade, não constituindo uma necessidade decorrente de todo e qualquer uso do recurso analógico auxiliar na construção de modelos teóricos. Essa contingência, contudo, conforme podemos perceber nas interpretações da obra freudiana, podem muitas vezes originar equívocos interpretativos ou dificuldades de superação do tema secundário em função de um atrelamento excessivo a este e a conseqüente paralisia no conhecimento do objeto de estudo; pode também gerar interpretações epistemológicas diametralmente opostas, como é o caso aqui, o que conseqüentemente contribui tanto para uma divisão da disciplina em paradigmas interpretativos inconciliáveis como para um atraso em seu desenvolvimento enquanto corpo de pesquisa uniforme.

4.7 O inconsciente real e o papel das conjecturas e inferências

Conforme visto, a atribuição de intencionalidade, através da admissão do caráter dual dos objetos de estudo, constitui um dos diferenciais das disciplinas históricas quando comparadas às físicas. Tal característica não implicou na rejeição do vocabulário de determinação nem na impossibilidade de elaboração teórica consistente, conforme demonstrou a biologia evolucionária. Seguindo esse raciocínio, a atribuição de motivos inconscientes pode ser vista como uma explicação válida do comportamento assim como ocorre com explicações em disciplinas que lidam com constructos teóricos. O conhecimento de motivos inconscientes ocorre de modo similar, indiretamente, por meio de conjecturas em torno de constructos e classes de comportamentos. Tal conhecimento é passível de correção, também justificada indiretamente, através de evidências empíricas – com maior ou menor ‘peso’, dependendo da quantidade e consistências das estratégias explanatórias. Embora o conhecimento dos constructos teóricos tenda a ser menos seguro do que aquele referente aos observáveis, tal relação é menos simples do que parece, e a complexidade dos fenômenos estudados pode tornar menos nítida a distinção entre termos teóricos e observáveis. As consequências da postulação de um constructo teórico são testadas e articuladas no conjunto da teoria, sendo responsáveis pela ocorrência de evidências de segunda ordem que se caracterizam pela articulação da observação com a teoria.

A linguagem motivacional caracteriza-se tanto por um conhecimento subjetivo supostamente direto como pela evidência comportamental indireta. Mas tal relação merece ser questionada. Nosso conhecimento dos motivos que regem as ações pode ser subjetivo, objetivo, direto, indireto, baseado ou não em evidências observáveis. O processo de conhecimento dos motivos difere da relação imediata apresentada na tomada da ação. Em suma, existe um processo de produção de comportamentos não consciente. A propriedade de ter o conhecimento de um estado X, em que X é a informação de um indivíduo sobre seu estado motivacional, é psicológica e deve ser analisada como tal. Ter conhecimento de fenômenos internos que servem como evidência para atribuição de motivos de um comportamento implica em estar hábil para detectar tais fenômenos e responder de modo complexo a sua presença. Contrariando a opinião popular, os processos motivacionais individuais são essencialmente não conscientes, sendo o conhecimento deles um processo reflexivo e secundário. A importância da clínica terapêutica parece residir nesse fator de contato com a estrutura

motivacional muitas vezes inconsciente, dado que o conhecimento dos motivos tende a afetar essa estrutura. Ou seja, conhecer conscientemente os motivos não está necessariamente relacionado à propriedade de possuí-los. Para Freud, a consciência é somente o coroamento de um longo e complexo processo de associações entre representações. Somente quando um investimento específico é dado a um desejo particular é que ele se torna consciente. Este é um estágio posterior ao da simples motivação que guiaria o comportamento, podendo estar ou não presente na sua geração.

Freud entende um motivo como um estado particular composto de fatores fisiológicos, tais como requerimentos somáticos, estrutura mnêmica e distribuição de energia nervosa. O motivo pode ser descrito psicologicamente, mas é resultado de instâncias materiais e melhor definido em termos de processos. A estrutura motivacional é resultado de funções mentais de nível superior. Desejos são detectados, emparelhados perante a realidade e testados em suas propriedades de geração de ansiedade. Tudo isso é feito por um ego dotado de um complexo sistema de retroalimentação. O mecanismo egóico executa uma síntese de informação qualitativa e quantitativa antes de executar a ação.

Conhecemos processos inferidos como, por exemplo, afirmar que um corpo está carregado eletricamente por meio da evidência de atração ou repulsão de certos tipos de materiais. Os processos conscientes e inconscientes desempenham papéis similares na explicação de comportamentos. A acrasia, denominação da ação que contraria o melhor juízo do agente sobre o que fazer em determinada situação mesmo sem qualquer coerção exterior, demonstra como as motivações conscientes nem sempre conseguem esclarecer todas as classes de comportamento¹⁴². A postulação de processos inconscientes funciona como uma hipótese útil, um constructo teórico que procura relacionar as condições antecedentes e os comportamentos observados. Embora não exista evidência direta em muitos casos, é amplamente aceita a hipótese geral de que nossos comportamentos são antecidos por disposições intencionais conscientes.

¹⁴² As tentativas para solucionar esta incompatibilidade de princípios explicativos podem ser rastreadas em um espectro teórico que tem seus extremos expostos pelo Princípio de Platão e pelo Princípio de Medeia. O primeiro, uma doutrina da pura racionalidade, considera que não existem atos intencionais irracionais e que todo ato esconde atrás de si os elementos que o tornam completamente racional e compreensível. Ou seja, para explicar um comportamento que seria supostamente contraditório às determinações racionais do sujeito, o Princípio de Platão recorre à ignorância do sujeito, uma vez que não aceita o paradoxo envolvido no ato acrático. O Princípio de Medeia, por sua vez, explica os atos irracionais como engendrados por forças alheias que superam a vontade racional do agente – daí seu tratamento como resultado de uma fraqueza da vontade. Nesse último sentido, o agente não pode ser completamente responsabilizado por seus atos, uma vez que foi dominado por uma força de magnitude superior.

Temos evidências subjetivas suficientemente fortes para incluir estados disposicionais na explicação de determinada ação. Uma grande quantidade de evidências torna plausível a atribuição de motivos, desde fisiológicos até psicológicos. A teoria freudiana trabalha com a concepção de que existem estados do organismo – em última instância fisiológicos, mas que podem ser descritos em termos psicológicos – que marcam a diferença entre possuir uma motivação ou não.

Quando Freud formula seus conceitos metapsicológicos, ele está procurando realizar um procedimento semelhante àquele das ciências consolidadas. Ao tratar das motivações psíquicas inconscientes, o autor procura manejar os conceitos do mesmo modo que outros conceitos são usados nas demais ciências, ou seja, tornar possível a compreensão das condições em que determinadas classes de eventos costumam ocorrer. Para Freud, a verificação dos motivos inconscientes é similar à de outros processos inobserváveis: indireta e baseada em evidências empíricas. Ainda que as regras de correspondência entre os termos não sejam monolíticas, as evidências indiretas do manejo do repertório clínico demonstram a plausibilidade de algumas hipóteses. Não há como negar que o conceito de inconsciente, amplamente difundido por Freud, possua correspondência empírica, ainda que muitas definições de suas propriedades definidoras sejam ainda hoje imprecisas. Estes problemas conceituais em torno de um conceito não invalidam, contudo, sua imensa capacidade de organização do material empírico disponível.

A discussão anterior, que criticou a exigência dos critérios rígidos de correspondência empírica, merece ser retomada. Um exemplo: tomemos um indivíduo que se encontra em um determinado estado motivacional, o qual inclui um modo particular de funcionamento de seu sistema nervoso com certo grau de complexidade. Ele entra em contato com a informação interna de seu estado, em termos de percepções, sensações e propriocepções. Nenhum desses processos isolados pode fornecer evidência suficiente do estado motivacional, porém a síntese dessas informações, somadas ao acesso mnêmico de eventos ambientais e à integração das informações disponíveis, aumentam a precisão da detecção motivacional. Contudo, mesmo assim tais dados podem não ser suficientes para explicar um ato acrático, de modo que a teoria deve admitir algum outro tipo de determinação motivacional não apreensível pelo sujeito cognoscente. Tal fato não desqualifica a relação existente entre estados intencionais conscientes e apresentação de comportamentos, mas a destitui de uma pretensa infalibilidade.

A confiança nas autopercepções deriva de sua eficácia prática oriunda de um longo processo de treinamento social. Somos ensinados a todo o momento a interpretar os sinais motivacionais internos e externos eficientemente, aumentando a probabilidade de inferências bem-sucedidas. Quando uma criança é ensinada a detectar circunstâncias comportamentais em que demonstra estados subjetivos como raiva, fome ou inveja ela está aplicando regras de correspondência empírica em múltiplos contextos diferenciados. Um longo treinamento social de aplicação de regras de correspondência empírica é realizado para relacionar estados subjetivos e circunstâncias comportamentais por meio de constructos teóricos. O aprendizado se dá através da associação dos estados experienciais internos – subjetivos, sensoriais, na maioria das vezes inobserváveis – e comportamentais externos – perceptivos, observáveis.

Sendo assim, a tarefa freudiana, entre outras, consistiu em transpor a terminologia da intencionalidade consciente para a de estados mentais não conscientes. Nesse contexto, a atribuição de um motivo, de cunho subjetivo e experiencial, realizada em primeira pessoa, não difere, em termos lógicos, da atribuição de um motivo realizada em terceira pessoa sob o mesmo vocabulário intencional. Em ambos os casos, uma explicação logicamente corrigível está sendo oferecida, e os argumentos utilizados para explicar uma ação podem ser os mesmos. A diferença se resume ao acesso diferenciado do conteúdo experiencial, mas tal acesso não garante a validade da argumentação nem a correspondência empírica exata dos conteúdos motivacionais. Em suma, o acesso privilegiado das próprias experiências não implica em inferências bem-sucedidas. A forma diferenciada de acesso ao conteúdo motivacional pode servir como evidência adicional, mas também pode servir para obscurecer o processo de seleção de evidências. Desse modo, uma pessoa pode se enganar quanto aos motivos de seu comportamento da mesma forma lógica que pode se enganar em relação aos motivos alheios. O conhecimento dos motivos é baseado em evidências, diretas e indiretas, assim como o conhecimento de processos envolvendo constructos teóricos em outras disciplinas. Mas o que serve como evidência para a atribuição de motivos?

Qualquer evento, estado ou processo utilizado para supor a existência de outros eventos, estados ou processos pode ser tomado como evidência para a atribuição de motivos, desde que leve em conta a complexidade da cadeia de determinações. Nesse caso, pode não se tratar simplesmente de detecções comportamentais, mas de contextualizações comportamentais com postulações de processos, eventos ou estados correspondentes. Trata-se da conjectura sobre a relação entre entidades teóricas

postuladas e a ocorrência de determinado fenômeno. A capacidade da teoria de fornecer boas explicações para um conjunto de fenômenos permite que o escopo da explicação se amplie, embora seja pouco provável a postulação de relações nomológicas. Os processos, eventos e estados que ocorrem no indivíduo são supostos por meio de evidências contextuais e servem como base para a atribuição de motivos.

Os constructos teóricos são descritivos no sentido de que eles são tentativas de caracterização de antecedentes causalmente relevantes dos fenômenos observados. Assim, uma bactéria é indicada como um constructo teórico que caracteriza uma entidade responsável por vários sintomas manifestos – degeneração de vinhos, do leite, putrefação, entre outros. A teoria postula a existência dos constructos e tenta caracterizá-los cada vez mais precisamente em termos de suas propriedades distintivas, consequências e condições de possibilidade. Essa caracterização pode e costuma variar em decorrência do desenvolvimento da teoria. O conceito pode ser tido como descritivo e existencial, baseado ou não em modelos existentes. Ele pode ser definido com base em outros processos mais familiares na esperança de que efeitos semelhantes advenham de causas semelhantes ou simplesmente como meio de garantir algum grau inicial de intelecção ao fenômeno. Ele também não precisa necessariamente ser descritivo ou existencial, podendo ser meramente operacional.

Procuramos evidenciar que Freud pode não ter oferecido as caracterizações reais dos processos mentais, mas outorgou-lhes propriedades existenciais por meio da explicitação de suas características distintivas. O autor postulou mecanismos reais, cujo modo de atuação pode ser empiricamente constatado e que, por isso, são inferidos a partir da construção de modelos hipotéticos que articulam os fenômenos com as entidades teóricas. Dito de outra forma, Freud acreditava que podia observar empiricamente o resultado de mecanismos não observáveis e, a partir daí, através de conjecturas, derivar um repertório teórico que conseguisse articular as observações clínicas – tidas como testes das hipóteses, embora com um grau de controle de variáveis questionável. Seu modelo se baseia em supostas caracterizações, ou aproximações, de processos reais similares, para o autor, àquelas realizadas na física. Para Freud, os conceitos eram indeterminados e evidências adicionais deveriam ser fornecidas a fim de melhorar a caracterização. Podemos dizer que Freud se encontra conscientemente em um estágio inicial na tentativa de realizar aproximações de processos reais.

Simanke (2009b) procura analisar o realismo empírico de Freud tentando evidenciar como não foram apresentadas provas empíricas suficientes aos conceitos

freudianos que tratam de inobserváveis. Porém, ressalta que não se deve excluir a referência empírica em que Freud baseia suas formulações tendo em vista suas supostas consequências fenomenológicas. O método hipotético conjectural freudiano corre o risco de basear a construção teórica em conceitos transitórios e pouco adequados, facilmente removíveis e substituídos por outros tão ou mais efêmeros, engendrando a dificuldade empírica de validação. Tal dificuldade merece ao menos dois breves esclarecimentos: primeiramente, ela nunca foi ignorada por Freud, razão pela qual ele afirmou com frequência o caráter provisório de seus constructos, o qual, por sua vez, foi interpretado por muitos comentadores como um indício e até explicitação do comprometimento antirrealista freudiano. Em segundo lugar, essa é uma questão presente na maioria das teorias que tratam com enunciados mentalistas, não se restringindo à teoria freudiana.

Atualmente os modelos hipotéticos construídos para dar conta das relações psíquicas são tão especulativos quanto o modelo desenvolvido por Freud, o que não implica necessariamente a adesão a alguma forma de antirrealismo. Muitos modelos se baseiam em hipóteses meramente funcionalistas a fim de reproduzir processos psicológicos, enquanto outros partem para a investigação de processos em suas caracterizações fisiológicas (explicam o *como* e não o *porquê*). Nesse sentido, é preciso não associar realismo científico e emprego de modelos ou ‘constructos teóricos’ – isto é, superar sua aparente ‘contradição’. Tais constructos seriam empregados justamente para representar processos que, inicialmente, não admitem uma abordagem descritiva direta, precisando ser construídos (ou modelados) retrospectivamente a partir de seus efeitos.

O positivismo tem tratado os constructos teóricos na ciência fundamentalmente em função das relações entre observáveis. Ou, em outras palavras, os termos teóricos têm sido tomados como termos exclusivamente disposicionais: considerar que um corpo é eletricamente carregado, nessa leitura, significa entender que ele tem uma disposição para exibir certas características em certas condições. O positivismo trata proposições teóricas como modos de fazer referência indireta a observáveis e não se compromete com nenhuma asserção de existência dessas. No cenário de discussão aqui proposto, os termos motivacionais deveriam ser tomados como instrumentais em sua relação com os comportamentos observados. Não parece ser essa a posição freudiana. O autor não iguala uma análise disposicional dos conceitos mentais com uma puramente comportamental e reducionista.

No modo disposicional de tratar um constructo teórico, tanto causa como efeito pertenceriam à realidade do observável. Não haveria o estabelecimento de leis entre propriedades teóricas e consequências observáveis, mas entre conjuntos de observáveis, sendo as propriedades teóricas prioritariamente instrumentais. Um exemplo pode ser extraído de algumas formas de behaviorismo que, na formulação de constructos teóricos, fornecem análises puramente disposicionais. Ou seja, uma qualidade psicológica é tida como nada mais que a atribuição da possibilidade de certo modo de comportamento sob certas condições. Assim, ter um desejo poderia ser entendido como a relação de probabilidade para responder de certas maneiras em determinadas condições. Percebemos também como o contexto no qual um termo teórico é empregado carrega seu significado. Ou seja, o significado de um termo teórico representa a totalidade das hipóteses que ele gera. No exemplo em questão, o conceito freudiano de desejo significa o conjunto de termos teóricos e observáveis a ele associados – tanto em sua versão fenomenológica como em sua versão teórica, direta e indiretamente evidenciada. Do mesmo modo, podemos usar o conceito de magnetismo popularmente com uma criança ou cientificamente ao tratar dos espectros de ondas magnéticas. Ou seja, o significado do termo não se reduz a uma única descrição comportamental, dado que Freud postula processos inobserváveis que são tidos como causas dos comportamentos observáveis.

Ademais, conceitos como os de átomo ou carga elétrica têm variado em sua significação ao longo do tempo. As hipóteses relacionando tais termos ganham ou perdem importância em função do cenário argumentativo e da relação com os demais constructos teóricos e regras de correspondência. O ‘átomo’ é entendido hoje em dia como dividido em estruturas subatômicas, ao contrário de sua significação inicial. Suas primeiras definições foram usadas em contextos menos específicos. Anteriormente, o átomo significava partícula indivisível, e atualmente pode ser entendido como partícula composta de prótons, nêutrons e elétrons. Tais mudanças são ocasionadas pelo desenvolvimento dos postulados teóricos e das regras de correspondência compostas por hipóteses comportamentais associadas aos constructos teóricos.

Talvez a utilização de um termo amplamente aceito pela linguagem corrente acabe obscurecendo o valor epistemológico de um conceito – desejo, por exemplo –, mas isso não o destitui do caráter de constructo teórico pertencente a um corpo de conhecimento que se pretende sistemático. Cabe ressaltar que o processo ‘de contaminação’ inverso também ocorre; a atribuição de processos inconscientes foi

amplamente popularizada pela divulgação da teoria psicanalítica. Em ambos os casos, a mudança na significação dos termos é resultado de um acúmulo das evidências comportamentais e de maior ou menor precisão nas regras de correspondência entre evidências e postulados teóricos. Ou seja, a mudança da significação dos conceitos está relacionada à mudança das hipóteses relacionadas a eles e, conseqüentemente, às regras de correspondência e postulados teóricos.

O significado de um termo teórico é resultado da totalidade das hipóteses que ele gera. Apesar de nenhuma hipótese prover a condição necessária nem suficiente para a aplicação de um termo teórico, o conjunto das hipóteses aumenta o poder explanatório do conceito. Nesse caso, a falsidade de uma hipótese em um contexto específico não impede a pertinência explanatória da teoria como um todo, tampouco da própria hipótese em outros contextos. Essa constatação pode ser observada na maioria das teorias que trabalham com explicações estatísticas, em que uma mesma hipótese serve a certo número representativo de eventos, embora não possa ser aplicada a todo o conjunto dos casos de uma mesma categoria. Em nosso exemplo específico, a dificuldade deriva da complexidade do evento comportamental e dos muitos termos teóricos implicados na definição das hipóteses sobre o constructo teórico 'desejo'. Ou seja, a cadeia de hipóteses utilizadas para explicitar um conceito engendra novas hipóteses relacionadas a outros constructos teóricos, aumentando as chances de imprecisão epistemológica da teoria.

O desmembramento de um conceito como o de desejo implica a aceitação de alguns outros constructos teóricos, muitos deles também fazendo referência a inobserváveis. Algumas hipóteses estão associadas a construções puramente especulativas acerca de processos conjecturados em um suposto aparelho psíquico; outras hipóteses são relacionadas ao contexto comportamental observado na prática clínica – transferência, resistência, negação, ansiedade; outras ainda relacionadas ao uso comum do termo. As regras de correspondência utilizadas por Freud procuram especificar os conceitos através de hipóteses que vinculam termos teóricos a comportamentos específicos. Ainda há casos em que algumas hipóteses vinculam termos teóricos entre si, constituindo-se em postulados da teoria. O exemplo do magnetismo pode ilustrar melhor essa situação: uma regra de correspondência comportamental diz que se um corpo está magnetizado então atrairá fagulhas de ferro. O postulado da teoria, por sua vez, pode vincular termos teóricos entre si, como, por exemplo, se um corpo está magnetizado cada uma de suas moléculas estará polarizada,

ou então o movimento através de um solenóide irá gerar uma corrente elétrica. Cada hipótese oferece um critério parcial para a aplicação do termo teórico. Um comportamento, ou conjunção de comportamentos, pode ser indicativo de um termo teórico; e uma proposição contendo um termo teórico pode ser transposta – sem perda de conteúdo empírico – para um conjunto de afirmações contendo apenas termos observacionais. Contudo, o conjunto de proposições observacionais pode ser infinitamente grande.

Por fim, o significado de um conceito pode mudar. Assim, hipóteses assessórias ao conceito podem se tornar centrais e outras podem diminuir sua significação.

Podemos levantar algumas diferenças entre a abordagem disposicional e aquela proposta por Freud. Em primeiro lugar, existe um grande número de regras de correspondência na abordagem freudiana, o que dificulta sobremaneira a tarefa de tradução ou, dependendo dos critérios adotados, a torna inviável. Na análise disposicional, o conceito teórico é reduzido a um número razoavelmente limitado de proposições em torno das regras de correspondência comportamental. As regras de correspondência são formuladas em termos de propriedades observáveis e não em constructos teóricos que também necessitem dessas regras. Quanto mais as hipóteses que especificam um constructo teórico fazem referência a outras hipóteses teóricas, menos disposicionais elas se tornam. Em última análise, todo constructo teórico tende a ser, direta ou indiretamente, disposicional, dado que se remete a uma série de proposições sobre regras de correspondência comportamentais observáveis. No entanto, alguns constructos, tais como o conceito de desejo freudiano, fazem referência a um conjunto excessivamente amplo de regras de correspondência e postulados teóricos. Tal característica se expande para muitos dos conceitos, tornando a teoria mais refratária a critérios rígidos de verificabilidade, principalmente se as diretrizes metodológicas forem aquelas da clínica. Esse fator pode ser responsável também pelas críticas de determinadas diretrizes epistemológicas, como aquelas do positivismo.

Ao formular uma teoria que vai além dos dados puramente disposicionais, Freud engendra dificuldades de verificabilidade, ao mesmo tempo em que fornece importantes *insights* sobre as relações mente/cérebro/ambiente e propõe uma teoria motivacional que consegue lidar com uma quantidade de fenômenos não tratados sistematicamente por outras psicologias de sua época. Indo além do mero estabelecimento de relações entre

propriedades comportamentais observáveis, em direção às conjecturas dos mecanismos não observáveis existentes entre a apresentação dos estímulos e as emissões de resposta, Freud conseguiu propor explicações causais para fenômenos da vida cotidiana e psicopatológicos, além de propor uma teoria da mente consistente.

As hipóteses freudianas dizem mais do que uma correlação disposicional se propõe a estabelecer. Elas não apenas afirmam que determinado indivíduo X sob condições Y irá desempenhar o comportamento C, mas, para além disso, que existe uma relação sistemática entre um estado X e as condições Y, de modo que o comportamento C pode ser explicado através de uma série de conjecturas sobre as condições intermediárias em que C pode ou não ser favorecido. Tais condições intermediárias não são tidas como meros instrumentos postulados para relacionar duas classes de condições observáveis, mas também como processos reais que interferem na relação de determinação entre essas duas classes. Os constructos teóricos de Freud são considerados representações de fenômenos reais e existentes, ainda que sua natureza seja a princípio não compreendida inteiramente:

Podemos lançar um desafio universal para que nos deem uma explicação científica mais correta desse conjunto de circunstâncias; assim que alguém conseguir, renunciaremos de bom grado à suposição da existência de processos anímicos inconscientes. Porém, enquanto isso não acontecer, nos aferraremos a esta hipótese e com apenas um resignado sacudir de ombros trataremos como inconcebível a objeção de que o inconsciente não é nada de real em um sentido científico, senão um expediente, *une façon de parler!*. Algo não real que produz efeitos tão realmente palpáveis como uma ação obsessiva! (FREUD, 1917 [1916-17], p. 254).

Os motivos tratados por Freud são tidos como reais, como processos existentes que antecedem e determinam comportamentos. Ainda que algumas hipóteses freudianas possam se mostrar falsas, elas foram baseadas em uma concepção realista dos processos inconscientes, encarados como causalmente relevantes na ocorrência do comportamento. A admissão freudiana do caráter provisório de seus conceitos deriva de uma concepção não dogmática de ciência entendida como aproximação do real. Tal postura não implica nem é implicada por um ficcionalismo ou convencionalismo, mas resulta da constatação empírica dos progressos e avanços científicos. Que alguns conceitos de Freud possam vir a ser modificados não implica que sua teoria deva ser considerada como uma ficção: “Esta distinção é como aquela entre dizer que a teoria atômica de Dalton era baseada em uma concepção inadequada de átomo e dizer que o conceito de átomo é uma mera ficção teórica” (MACKAY, 1989, p. 10). A epistemologia freudiana é realista, e sua abordagem é materialista, ainda que sua

epistemologia seja não reducionista. Freud é guiado por um entendimento de que os processos dos quais trata qualquer ciência, incluindo as mentais, podem ser conhecidos apenas indiretamente. Para o autor, as hipóteses que tratam dos fatores inobserváveis responsáveis por determinado comportamento são similares às hipóteses acerca de inobserváveis em outras teorias. O problema da confirmação ou reformulação das conjecturas desenvolvidas emerge necessariamente em qualquer teoria que trate com relações envolvendo fenômenos não observáveis:

Na nossa ciência, assim como nas outras, o problema é o mesmo: por trás dos atributos (qualidades) do objeto em exame que se apresentam diretamente à nossa percepção, temos que descobrir algo mais, que é mais independente da capacidade receptiva de nossos órgãos dos sentidos e que se encontra mais próximo do que se pode supor como constituindo o estado de coisas real (FREUD, 1940, p. 196).

Freud aqui explicita não somente uma suposta realidade subjacente aos fenômenos empiricamente verificados como, implicitamente, afirma um realismo das entidades supostas e, ao mesmo tempo, critica a rigidez de um dos princípios do positivismo tratados anteriormente.

Cabe repetir que a posição freudiana não implica necessariamente a adesão ao instrumentalismo, tampouco ao ficcionalismo ou convencionalismo. É perfeitamente possível que Freud tenha aderido à posição realista e ainda sustentado a constituição de esquemas conceituais auxiliares que se baseiem inicialmente em analogias ou aproximações teóricas. O conceito de pulsão, por exemplo, tido por alguns como meramente heurístico, faz referência a algum mecanismo não observável que faz parte da cadeia de determinação de determinados eventos – sintomas, atos falhos, tendências comportamentais. Ou seja, faz referência a algo real em operação no organismo que desempenha um papel causal relevante para explicar determinado comportamento. Ele difere, em sua natureza epistêmica, de um termo meramente instrumental, como o conceito de reforço¹⁴³ utilizado na psicologia comportamental.

Freud aproxima as intuições fenomenológicas aos esquemas conceituais e tenta ajustar as duas classes de dados (fenomenológicos e teóricos) em sua metapsicologia. O termo resistência, por exemplo, pode ser entendido em sua vertente fenomenológica como um processo psicológico ao qual uma parte do indivíduo a princípio se opõe, ou seja, oferece resistência. O mesmo termo pode ser entendido sob uma concepção mais

¹⁴³ Tal conceito não trata de nenhuma entidade real, mas unicamente das relações empíricas estabelecidas entre um estímulo e a apresentação de determinados tipos de comportamentos.

teórica, como diferença de magnitude entre quantidades de estimulação dos diferentes complexos associativos. Parte da literatura psicanalítica acredita prescindir da abordagem teórica e se concentrar na fenomenológica, esquecendo, no entanto, que a teoria freudiana, conforme já apontou Ricoeur (1977, p. 68), se constitui exatamente pela recusa desse tipo de cisão. Quando Freud fala em magnitude da resistência, portanto, ele está se referindo tanto à dimensão fenomenológica quanto à dimensão teórica. Não se trata de uma junção arbitrária entre as duas ordens, mas de interdependências explanatórias. Não seria possível falar sobre sentimento inconsciente se não houvesse a dimensão teórica, dado que é uma contradição em termos e um conceito fenomenologicamente inconsistente. Em outras palavras, a dimensão teórica em Freud sustenta e articula a condução da fenomenológica e vice-versa.

O reconhecimento de um estado motivacional inconsciente, nesse contexto, é resultado de um processo de construção teórica apoiado em evidências, mas também em hipóteses que tratam de processos inobserváveis tidos como existentes. A justificativa de um obsessivo para uma ação obsessiva, por exemplo, é tida como falsa em grande parte dos casos. Nas justificativas motivacionais pretensamente racionais dos atos obsessivos, Freud reconhece a manifestação de processos inferenciais falsos por parte do agente. Logo, o reconhecimento de um estado motivacional pode ser sujeito a erro, independente do modo de acesso que temos a ele. Uma das contribuições freudianas foi explicitar de que modo determinados processos inconscientes, conjecturados, podem afetar a percepção de outros motivos. Isto porque anteriormente o treinamento social de detecção de estados motivacionais não levava em conta os estados e processos motivacionais inconscientes evidentes nas formações patológicas, parapraxias e sonhos. Tendo em vista essas considerações, uma análise em terceira pessoa não só é possível, como desejável.

No que diz respeito à dinâmica motivacional, sua alteração é mediada pelo processo de repressão de conjuntos de representações intoleráveis e a consequente atuação inconsciente dessas representações por meio de formações substitutivas. Muitos comportamentos eram justificados pelos pacientes através da recorrência a cadeias de motivos equivocados, sendo os verdadeiros motivos reprimidos e substituídos por representações mais aceitáveis do ponto de vista da economia psíquica. No fenômeno da negação, por exemplo, a rejeição enfática de um motivo constitui indício, na clínica, para a investigação em torno da possibilidade de atuação inconsciente do mesmo motivo. Este é um dos muitos casos em que possuir um estado motivacional para uma

ação não implica em estar consciente desse estado. A explicação se torna ainda mais complexa quando consideramos que estados motivacionais concorrentes podem estar atuando conjuntamente, ou seja, que motivos para determinada ação podem ser sobredeterminados.

Cada ponto de vista formulado por Freud – tópico, dinâmico e econômico – exerce um papel no conjunto das explicações de um fenômeno. O autor também considera outros fatores, como os ambientais, os genéticos e os adaptativos, para explicar um fenômeno psicológico. Embora um evento possa ter muitos fatores que se somam para garantir sua ocorrência, a explanação de um deles pode ser suficiente para a compreensão adequada da dinâmica que se está investigando. Freud (1918, p. 35) responde à motivação sobre o sonho do homem dos lobos através de um fator: “o desejo por satisfação sexual”. Na verdade, dentro da visão de sobredeterminação dos sonhos, tal fator explicava apenas uma das causas da totalidade da formação onírica. Posteriormente, ele procura explicar a formação onírica através de outro fator: a organização pulsional masoquista. Cada um dos casos é direcionado a um problema específico.

Mackay (1989) procura sistematizar as hipóteses freudianas sobre o inconsciente a fim de defender o caráter inferencial de algumas formulações. A noção de inconsciente e sua relação com conjuntos de evidências observáveis são exemplificadas através das seguintes proposições:

- C1. Um paciente tem um desejo inconsciente por um estado de coisas X;
- C2. Se C1, então ele irá se comportar de modo que usualmente conduz a X;
- C3. Se C1, e se ele acredita (conscientemente ou não) que o comportamento Y irá conduzir a X, então ele irá executar Y;
- C4. Se C2 ou C3, e se o paciente é impedido de obter X, então ele tende a demonstrar emoções negativas (raiva, desapontamento, etc.);
- C5. Se C1, então ele irá demonstrar um interesse em assuntos relacionados a X;
- C6. Se C1, então sua fala sobre X, e questões relativas a X, irá se tornar mais frequente;
- C7. Se C1, então ele deseja outro estado de coisas, Z, as quais são incompatíveis com X;
- C8. Se C7, então, como o paciente aproxima o alcance de X, ele irá manifestar ambivalência, ansiedade e outras emoções negativas;

C9. Se C7, então ele pode tentar obter X ou estados de coisas relativos a X, ostensivamente por aparente acidente;

C10. Se C7, então ele irá pensar e falar muito sobre questões relacionadas a X sem perceber essa relação com X;

C11. Se C7, então, quando perguntado, ele irá negar um desejo por X;

C12. Se C7, então ele expressará um forte desejo por estados de coisas que claramente evitam X.

As proposições a partir de C7 enfatizam os desejos inconscientes que podem ser postulados por oposição aos desejos conscientes. A característica principal desse conflito é a ambivalência e as diferenças observadas entre o conteúdo manifesto e o latente dos desejos, manifestado em diversas psicopatologias e eventos da vida cotidiana. A teoria freudiana ainda admite outras séries de proposições:

C13. Se C7, então, quando na psicoterapia um desejo por X é sugerido pelo terapeuta, o paciente irá resistir à sugestão através da negação, mudança de assunto, racionalização, entre outros mecanismos de defesa psíquica;

C14. Se C7, então qualquer abordagem em direção a uma interpretação que evidencie o desejo do paciente por X irá gerar ansiedade;

C15. Se C7, então um desejo alternativo – um substituto para o desejo por X – será mantido na consciência. Esse desejo alternativo – por um estado de coisas Y – pode ser tal que Y é simbolicamente associado a X através de associações reprimidas;

C16. Se C7, e se X envolve uma pessoa E, então o paciente irá transferir o afeto direcionado a E tanto para seu terapeuta como para pessoas similares ou associadas com E;

C17. Se C7, então o paciente irá sonhar com X de forma distorcida, de modo que os equivalentes simbólicos de X aparecem como pontos salientes do sonho.

Todos esses pressupostos fazem parte de um conjunto de hipóteses psicanalíticas em torno dos desejos inconscientes e suas manifestações observáveis. O modelo mental também é suposto em uma teoria do desejo psicanalítica:

C18. Se C7, então, registrado no sistema de memória, existem traços correspondentes tanto da percepção de X quanto das experiências de satisfação associadas à obtenção de X;

C19. Se C7, então esses traços têm sido energizados a partir de fontes pulsionais, fazendo surgir uma pressão à descarga pelos caminhos preferenciais que previamente conduziram às ações de obtenção de X;

C20. Se C7, então os deslocamentos de pequenas quantidades dessa energia têm dado o sinal de liberação de desprazer associada com a obtenção de X;

C21. Se C7, então os traços têm sido prevenidos da descarga pela detenção, ou remoção, do investimento libidinal por parte do eu;

C22. Se C7, então outros traços associados aos traços de X na rede de memória se tornarão energizados;

C23. Se C7, e se esses traços secundários não estão muito fortemente associados com X, as percepções conscientes associadas com eles se tornarão sobreinvestidas e aparecerão como desejos substitutos.

Essa lista, certamente não suficiente para esgotar o conceito de desejo, também contém termos que são constructos teóricos e precisam ser explicitados. Os constructos de crença ou prazer também necessitariam de outro conjunto de hipóteses que os especificassem.

O exemplo do caso freudiano sobre o homem dos lobos (FREUD, 1918 [1914]) pode ser enquadrado no esquema anterior. Uma das conclusões freudianas relaciona o comportamento de fobia com um desejo homossexual inconsciente. Logo, identifica a proposição C1 ao desejo inconsciente pelo pai, e a realização desse desejo conduzindo à castração e à conseqüente reação através do medo transferido a um objeto substituto que aparece à consciência. Tal desejo deriva das intensas experiências com o pai vividas como originariamente sedutoras. O vínculo intenso se manifesta nos fortes sentimentos negativos diante da não atenção paterna e no excessivo interesse em todas as questões relacionadas ao recebimento de atenção do pai. No complexo associativo ainda estavam presentes muitas questões envolvendo a passividade e a sexualidade anal. As cadeias de representações substitutivas conduziram do medo à figura paterna e ameaça de castração ao medo desmedido por lobos. Além disso, a transferência negativa observada no contexto clínico e as fortes resistências à interpretação e à simbologia onírica forneciam indícios da geração de ansiedade sobre assuntos relacionados à castração.

Tais conclusões, conforme dito anteriormente, não são dedutivas nem necessárias. Freud procura explicitar suas hipóteses e outorgar sentido por meio de argumentos que buscam expressar as diversas relações de determinação. Mas uma coisa é explicar um conceito, outra é explicitar as suas manifestações indiretas e muitas vezes contingentes. Não há uma ligação necessária entre as consequências de um fenômeno e o fenômeno em si. A teoria psicanalítica é pobre quando se trata de proposições e definições analíticas.

Dessa forma, o conjunto de enunciados acima contém apenas hipóteses não analíticas. Nenhuma pode ser considerada verdadeira por definição, mas todas expressam tendências passíveis de verificação empírica. Em outras palavras, não há como garantir que um comportamento específico prove que determinada pessoa teve um desejo. Não há uma conexão analítica entre um tipo de desejo e um comportamento qualquer, nem entre determinado comportamento e qualquer desejo. A conexão entre o conceito de desejo não é tão rígida quanto a conexão entre, por exemplo, um comportamento específico e marcar um gol.

Embora nenhum comportamento seja condição necessária nem suficiente para a atribuição de desejos, alguns comportamentos são mais centrais que outros para a realização de inferências. Um comportamento em direção a X, por exemplo, fornece mais evidências que um comportamento de interesse por questões relativas a X, desde que analisadas as outras possíveis contingências envolvidas.

Sendo assim, podemos dizer que, apesar de não se enquadrar em muitos dos critérios epistemológicos anteriormente analisados, a disciplina freudiana parece, ao longo da análise de uma série de casos particulares e elaboração de hipóteses explanatórias, fornecer importantes indícios acerca das relações entre eventos psicológicos. As explicações psicanalíticas possuem muitas características que a tornam ao mesmo tempo questionáveis e frutíferas. Talvez nossas conclusões possam sintetizar um pouco melhor alguns desses atributos principais que procuramos ressaltar.

5. CONCLUSÕES

A extensa obra freudiana, constituída ao longo de mais de quatro décadas de prática clínica e trabalho teórico, pode ser vista como profundamente dinâmica, pois muitos dos conceitos fundamentais foram reformulados para se ajustar às constantes inquietações surgidas no contexto clínico e na interlocução com as disciplinas fronteiriças. Nesse sentido, procuramos mapear um conjunto delimitado de interpretações das posições epistemológicas freudianas, mais especificamente aquelas relacionadas aos modelos explanatórios, muitas vezes encarados como antagônicos em virtude do vocabulário híbrido constituído por enunciados intencionais e causais. Buscamos evidenciar que a posição freudiana, embora considerada contraditória por alguns, estava muito mais comprometida com o entendimento dos fenômenos em seus múltiplos níveis que com alguns pressupostos epistemológicos atribuídos a ela. Tais pressupostos foram posteriormente colocados em xeque pelas ciências biológicas. O enorme desenvolvimento que estas apresentaram durante o século XX, somado a sua inegável capacidade de resolução de problemas, contribuiu para o questionamento de muitos critérios definidores de padrões de cientificidade.

No presente trabalho procuramos indicar, em meio a outras questões, que as considerações epistemológicas fornecidas pelas ciências biológicas – e, mais especificamente, pela teoria darwinista da evolução – contribuíram em muitos aspectos para a formação teórica, metodológica e epistemológica freudiana. A revolução operada por Darwin na compreensão dos fenômenos naturais, entendidos em sua dimensão histórica, idiossincrática, irreversível e dual, ofereceu um excelente modelo para a constituição e desenvolvimento da psicanálise freudiana. Freud se aproveitou não somente do riquíssimo conteúdo teórico presente na obra do naturalista inglês, mas também das importantes bases epistêmicas. Nesse sentido, a análise das idiossincrasias contidas na teoria da evolução ajudaram a iluminar um pouco o ‘pantanososo’ terreno das construções freudianas.

Apesar de trabalhar com um objeto que também demandava um modelo histórico e dual de explicação, Freud recebeu uma série de críticas advinda dos mais variados pressupostos filosóficos. Alguns desses pressupostos, contudo, já haviam sido

superados pela biologia evolucionária. Ademais, o inventor da psicanálise também foi criticado com base em considerações de caráter ético, pautadas em questões em torno dos conceitos de livre-arbítrio e de determinismo. As argumentações da corrente crítica se basearam em algumas premissas principais:

- a) negação dos enunciados causais freudianos, justificada através da crítica à utilização do vocabulário causal em todo o empreendimento explanatório e da rejeição dos enunciados causais no conhecimento psicológico em particular;
- b) recusa da defesa naturalista de Freud, pautada também em questões de base filosófica: a distinção ontológica dos objetos de estudo das ciências naturais e humanas; e a não adequação à proposta de constituição de uma teoria científica segundo determinados parâmetros que seriam supostamente universais – a previsibilidade, a correspondência empírica estrita, a linearidade causal, a replicação instrumental, entre outros;
- c) a rejeição da metodologia clínica freudiana como base para a construção da teoria, amparada, entre outras coisas, na suposta falta de controle e manipulação de variáveis e na ausência de critérios definidos e estritos de correspondência empírica;
- d) a incompatibilidade da ‘linguagem mista’ freudiana. Tal incompatibilidade entre um vocabulário intencional e um vocabulário causal foi justificada por princípios éticos, epistemológicos e metodológicos;
- e) a crítica ao determinismo embutido nas explicações freudianas. A rejeição da posição determinista implicava, para muitos, o abandono da possibilidade de validação científica da teoria como um todo;
- f) a oposição entre a utilização de analogias ou metáforas e a constituição de disciplinas científicas;
- g) o conflito entre a linguagem metafórica e a postura epistemológica realista.

A somatória dessas considerações, baseadas em critérios metodológicos, epistêmicos ou ontológicos, culminou na aversão à posição cientificista freudiana e na recusa de qualquer possibilidade de constituição de uma ciência psicanalítica naturalista.

Buscamos explicitar o quanto essas premissas são passíveis de crítica e como algumas considerações freudianas podem manter seu valor epistêmico a partir da

superação de tais pressupostos. Tentamos mostrar que as críticas dirigidas à explicação em psicanálise se baseiam em dicotomias questionáveis consideradas, naquele contexto, insuperáveis, tais como: corpo e mente; explicação e interpretação; nomológico e ideográfico; teórico e observacional; causalidade e intencionalidade; natural e humano; metafórico e real; instrumental e existencial. Conforme vimos, essas oposições foram colocadas em xeque com o desenvolvimento e sucesso das ciências biológicas. A teoria darwinista, assim como a freudiana, trata de fenômenos que não se enquadram em muitas das categorias preestabelecidas, bem como utiliza modelos explicativos de causalidade múltipla, com análises em níveis diferenciados e explicação histórica.

Procuramos também mapear, através da análise exegética da obra freudiana, algumas das diferentes estratégias explanatórias utilizadas pelo inventor da psicanálise. Concluimos que Freud foi, em grande parte, responsável pela miríade interpretativa em torno de seu trabalho. Ou seja, a postura freudiana deu margem para muitas objeções e interpretações, permitindo sua aceitabilidade, ainda que de maneira questionável. Algumas características contidas na obra do inventor da psicanálise foram responsáveis, ao mesmo tempo, tanto pela fecundidade quanto pela fragilidade de suas formulações: a utilização indiscriminada de enunciados factuais, metafóricos e analógicos; a não explicitação das diferentes funções epistêmicas que alguns desses enunciados desempenhavam – função ilustrativa, argumentativa, explanatória, retórica; o emprego de diferentes níveis de análise causal sem maiores distinções; e o tratamento de um conjunto extremamente heterogêneo de fenômenos, como as formações oníricas, patológicas, culturais, artísticas, entre outras.

Vimos também que durante muito tempo o pensamento psicanalítico hegemônico pós-freudiano procurou ignorar ou atacar as afirmações naturalistas de Freud e suas reivindicações de pertencimento ao campo das ciências naturais. Concluimos que o questionamento da dicotomia erigida entre as ciências humanas e as naturais, bem como a emergência de novos panoramas interdisciplinares, exigiu a superação de muitas barreiras até então consolidadas a fim de contribuir e aproveitar as contribuições dos debates contemporâneos. Nesse contexto, deixar de dialogar com as ciências da mente, as ciências biológicas e demais ramos de estudo do comportamento humano não parecia ser a proposta freudiana, muito pelo contrário.

Tal rejeição por parte da literatura de comentário pode ter derivado de duas tendências. A primeira encara qualquer questionamento ou contribuição externa como ameaça ao estatuto epistêmico da psicanálise. Nesse caso, procuramos deixar claro que

o receio decorre em parte da impossibilidade de adesão aos projetos epistemológicos mais restritivos, como alguns propostos pelo positivismo lógico. Nossa intenção foi justamente evidenciar que tal restrição não implica necessariamente o abandono da constituição de um corpo naturalista de pesquisa psicológica. O não enquadramento em pré-requisitos epistêmicos definidos não impediu, por exemplo, a biologia evolucionária de criar seus próprios meios de desenvolvimento e validação. A recusa em se moldar por critérios restritos não implica a negação do naturalismo e também não precisa implicar a rejeição de toda e qualquer proposta de validação epistemológica geral.

Concluimos, portanto, que o naturalismo de Freud se mostrou legítimo em seus propósitos, não aceitando a distinção indicada por certa corrente interpretativa que tomou como excludentes as disciplinas interpretativas e as explicativas em função de uma suposta fratura ontológica de seus objetos de estudo.

No entanto, Mezan (2007) atenta para questões que devem ser consideradas diante de uma análise da escrita freudiana. Embora o autor concorde que a postura de Freud superou em muitos aspectos as antigas fraturas, ele diverge sobre a posição que a psicanálise ocupa no atual cenário epistemológico. Mezan endossa a opção freudiana em inserir a psicanálise entre as ciências da natureza, porém não sem antes fazer algumas ressalvas. Ele defende que a argumentação de Freud deve ser analisada tendo em vista o contexto da época em que fora proferida, as características gerais da disciplina e sua distinção diante do que se considerava ser o domínio das *Geisteswissenschaften*. Por conseguinte, o autor questiona se essa distinção ainda seria considerada válida por Freud nos dias atuais.

Vimos que a querela do método envolvendo a separação entre as ciências da natureza e as ciências do espírito fora responsável pela inclusão freudiana da psicanálise no campo das *Naturwissenschaften*, pois às ciências do espírito restaria apenas a metodologia hermenêutica e interpretativa de cunho eminentemente subjetivo. Mezan ressalta que essa distinção certamente não é mais válida no cenário contemporâneo e que a diferenciação entre os dois tipos de saber não pode mais se basear nos mesmos critérios de outrora e muito menos na distinção clássica entre explicação e compreensão. Para o autor, atualmente as ciências humanas deixaram de trabalhar somente com metodologias puramente interpretativas que se apoiam exclusivamente no modelo proposto pela hermenêutica. Muitas delas fazem ampla utilização de instrumentos de quantificação, medição, previsão e controle dos objetos de estudo. Todas, porém, ainda preservam como objeto principal os comportamentos e as criações humanas.

Consequentemente, a concepção de psicanálise para Freud, embora não se enquadrasse nos moldes do que era considerado *Geisteswissenschaft* em sua época, seria perfeitamente possível de ser hoje rotulada como uma ciência humana. A distinção entre os domínios de estudos das ciências humanas e naturais deixou de se apoiar em fundamentações ontológicas e metodológicas dicotômicas. Atualmente, as semelhanças metodológicas são muito mais evidentes que as diferenças, embora a frequência de métodos experimentais ainda seja menor nas ciências humanas.

Independente do critério distintivo adotado por Mezan para a diferenciação entre disciplinas naturais e humanas, sua posição, a nosso ver, somente reforça a necessidade da superação de antigos esquemas e conceitos classificatórios, em função de toda a bagagem anacrônica contida neles, responsável muitas vezes pela reintrodução de debates superados sobre questões de ordens distintas.

A rejeição do naturalismo freudiano também pode ser vista como decorrência de certa interpretação parcial de sua obra, tomando, por exemplo, os momentos de negação da biologia pelo autor como provas dessa postura. Procuramos evidenciar três aspectos contrários a esse tipo de interpretação: primeiramente, a enorme influência que Freud e a psicanálise tiveram de diversos ramos das disciplinas biológicas e da teoria da evolução em particular contribuiu para uma fundamentação biológica dos fenômenos psíquicos. Em segundo lugar, a negação de referências biológicas por Freud tinha intenções bem específicas e direcionadas, não devendo ser generalizada para o conjunto de sua obra. E, por fim, o constante desenvolvimento tanto dos conceitos psicanalíticos quanto dos conceitos biológicos foi responsável por muitas mudanças nas formulações freudianas – por exemplo, ao tratar alguns eventos como históricos em alguns momentos e como biológicos em outros. A análise da equação etiológica e das séries complementares é, nesse sentido, paradigmática.

Contrário às duas referidas tendências, o presente trabalho procurou contribuir para uma exegese da escrita de Freud, auxiliando indiretamente a inserção da psicanálise no debate contemporâneo que procura compreender as raízes motivacionais humanas, embora sabendo que uma leitura naturalista da psicanálise freudiana ainda causa mal-estar e aprofunda a ferida narcísica de parte da tradição de comentário. Tentamos esclarecer como as posições freudianas podem ser confrontadas com as diferentes correntes epistêmicas que realizaram sua leitura. Nesse sentido, concordamos com algumas premissas levantadas por Fulgencio:

Sem esquecer a especificidade da psicanálise, este livro coloca-a num diálogo com a história e a epistemologia das ciências, diálogo que, se recusado, condena a prática analítica (tanto clínica como teórica) a transformar-se numa seita ou ideologia grupal (FULGENCIO, 2008, p. 30).

Convém ainda salientar que, ao referir-me a uma discussão sobre a epistemologia da psicanálise, não estou apenas me referindo à análise da lógica interna da teoria psicanalítica – como se, para analisar epistemologicamente uma disciplina, fosse necessário considerar uma epistemologia regional, circunscrita apenas ao quadro teórico dessa disciplina e só avaliável por critérios internos a ela –, mas sim considerando que a psicanálise deve ser tomada como passível de ser questionada por uma epistemologia geral, enquanto uma ciência que se ocupa tanto da análise da lógica interna de um sistema teórico quanto das regras de correspondência e de adequabilidade entre suas teorias e os objetos dos quais trata (Ibid., p. 432).

A circunscrição de uma análise da psicanálise ao ponto de vista de uma epistemologia regional pode ser útil para o domínio e compreensão dos elementos internos da teoria em sua relação recíproca. No entanto, tal tarefa, apesar de propiciar uma melhor compreensão da escrita freudiana e de seu desenvolvimento enquanto teoria, não nos permite visualizar a disciplina em sua matriz epistemológica mais ampla. Uma análise do ponto de vista de uma epistemologia geral aplicada a qualquer disciplina que se pretenda científica não deve ser evitada a todo custo. Uma de nossas intenções foi demonstrar também que a discussão da psicanálise no âmbito de uma epistemologia geral não deve ser confundida com a aceitação de posições epistêmicas reducionistas ou eliminativistas. Procuramos defender que apesar de Freud demonstrar simpatia por algumas formulações reducionistas, ele foi explícito em sua crítica ao eliminativismo. As especificidades e ganhos epistêmicos decorrentes da utilização do vocabulário psicológico e metapsicológico foram responsáveis pela proposta freudiana de elaboração de uma ‘psicologia das profundezas’. A posição psicossomática de Freud, aliada à superação das muitas oposições anteriormente referidas, possibilitou ao autor a formulação de uma teoria que guardasse sua especificidade ao mesmo tempo em que pudesse ser avaliada por critérios menos regionais.

Sendo assim, procuramos, ao mesmo tempo, realizar uma leitura fiel do texto de Freud e inseri-lo em um debate que acreditamos ser contemporâneo. O autor parece fornecer subsídios consistentes em seus textos para a suplantação de inúmeras críticas que permearam o debate epistemológico durante o século XX. Nossa intenção não foi validar as muitas asserções e hipóteses freudianas, todas passíveis de erro, mas defender sua posição epistemológica perante alguns conjuntos de críticas que consideramos insuficientes para fundamentar a rejeição da teoria como um todo. Ainda que Freud

tenha adotado critérios metodológicos questionáveis como base para suas formulações teóricas, isso não invalida a teoria, que necessita da adoção de critérios metodológicos mais rigorosos e confiáveis. Estudos longitudinais e epidemiológicos têm sido formulados com base nas postulações psicanalíticas a fim de detectar componentes etiológicos relevantes que permitem explicar possíveis características psicológicas. O acompanhamento sistemático e compartilhado de casos tem sido realizado em estudos controlados de investigação e intervenção terapêuticas. Estudos independentes têm sido desenvolvidos em outras áreas do conhecimento a fim de testar, retificar ou utilizar a teoria psicanalítica, motivo pelo qual procuramos focar na crítica às posições epistêmicas mais gerais.

Queremos endossar que nossa intenção não foi defender uma suposta veracidade científica dos enunciados freudianos, apenas demonstrar que muitos argumentos utilizados pelo autor possuem consistência epistêmica, ainda que muitas hipóteses possam vir a se mostrar falsas. Uma vez que os modelos explanatórios freudianos foram similares aos darwinistas, sua teoria também pode ser considerada potencialmente explanatória. Os critérios para a validação da teoria freudiana, assim como aqueles utilizados pela teoria darwinista, podem ser estabelecidos mediante expedientes auxiliares. A metodologia desenvolvida por Freud permitiu que ele obtivesse bons indícios para a formulação de hipóteses e manipulação de variáveis, ainda que sua capacidade especulativa tenha superado em grande medida as limitações impostas pela prática clínica. Mesmo assim, a astúcia teórica de Freud, somada a sua capacidade de organização do material empírico oriundo de diferentes fontes – entre elas a teoria da evolução, as contribuições biológicas, filosóficas, neurológicas, fisiológicas e psicopatológicas da época –, lhe forneceu a oportunidade de formulação de conjecturas profícuas que ainda hoje podem ser aproveitadas como modelo para a sistematização da profusão de dados empíricos disponíveis.

A teoria freudiana também não foi tratada aqui como um bloco teórico monolítico e indissolúvel, mas como um conjunto de hipóteses e conjecturas – algumas vezes independentes e outras interdependentes – acerca de diversos níveis de explicação do comportamento humano – psicopatológico, etiológico, filogenético, cultural, fisiológico, neurológico, psicossomático, entre outros. Ou seja, existem várias hipóteses freudianas que podem e devem ser submetidas a testes independentes. Ademais, o autor propôs níveis diferenciados de aplicação da teoria, como a prática clínica, a crítica da cultura, a formulação etiológica, entre outros.

Propusemo-nos a ler Freud e analisar algumas das críticas que acompanharam a interpretação de seus textos para evidenciar dois pontos principais. Em primeiro lugar, procuramos realizar uma leitura fiel da obra freudiana, ponto de partida que consideramos fundamental para o início de qualquer discussão epistêmica. As inúmeras citações tiveram o objetivo específico de recorrer a ele para falar sobre sua posição. Nesse sentido, buscamos desmistificar algumas leituras que acreditam serem descartáveis as fundamentações biológicas em Freud, bem como aquelas que consideram o autor como um autêntico biólogo, contrariando os enunciados contidos em sua obra. Tentamos também contextualizar algumas das formulações metafóricas freudianas a fim de demonstrar como elas não possuem uma única função epistêmica, conforme determinados autores insistem em generalizar. Apontamos para a especificidade de algumas formulações e para alguns dos diferentes níveis de análise do inventor da psicanálise.

Em segundo lugar, foi efetuada uma análise crítica dos diversos critérios e argumentos utilizados para validar as disciplinas historiográficas, entre elas a psicanálise e a biologia evolucionária. Alguns dos argumentos positivistas e modelos epistemológicos, como o nomológico-dedutivo, foram explicitados no sentido de confrontá-los com as propostas epistemológicas da biologia e da psicanálise. Foram criticadas as exigências nomológicas, o papel das inferências, as restrições explanatórias, os critérios de correspondência empírica, as exigências de previsibilidade, replicação experimental, reversibilidade e redução teórica. Em seguida, defendemos o uso das explicações teleológicas, os níveis múltiplos e diferenciados de explicação, o realismo teórico não associado à comprovação observacional direta e a relação estreita entre teoria e observação. Tais análises serviram para subsidiar, pelo menos em teoria, uma defesa dos procedimentos epistêmicos freudianos.

Freud costuma ser analisado em diversas chaves de leitura. Por vezes, é considerado como o autor de um conhecimento limitado à história da psicologia, dado que anacrônico em suas bases e formulações teóricas. Também já foi tido como desvinculado do modelo cientificista de construção e desenvolvimento sistemático do conhecimento, sendo a prática terapêutica – com critérios metodológicos próprios de

validação¹⁴⁴ – sua maior contribuição. Alguns encaram que a metapsicologia freudiana deve ser ignorada em função de seu cunho metafísico ou metafórico e de seu deslocamento epistêmico. Outros veem a proposta metapsicológica como modelar e, embora passível de formulações inadequadas, ainda prolífica e útil para a organização do abundante material empírico disponibilizado, por exemplo, pelo enorme desenvolvimento da biologia em suas várias ramificações.

A questão que propusemos é: ainda que não respaldadas completamente, em função de uma série de dificuldades epistemológicas e metodológicas com as quais Freud se defrontou, as formulações do autor não cumprem uma importante função explanatória e caminham no sentido da sistematização e generalização próprias de um tipo específico de conhecimento científico? Nesse sentido, elas não podem fornecer subsídios para pesquisas psicológicas mais sistemáticas?

A insistência freudiana em torno do caráter provisório de suas formulações talvez nos ajude a responder essas perguntas. A nova disciplina formulada por Freud pretendia se constituir como ponto de partida para investigações psicológicas, não como estação final. O autor compara, no prefácio de suas *Novas Conferências*, o conhecimento da psicologia com o da astronomia. O leitor de um artigo sobre astronomia não costuma questionar a teoria física em função das lacunas na explicação do universo, enquanto o leitor de teorias psicológicas exige “satisfações de outra índole” (FREUD, 1933a [1932], p. 06) e conhecimentos acabados sobre todas as questões complexas envolvendo o psiquismo. Freud critica constantemente a severidade no tratamento das imperfeições do conhecimento psicológico, tidas como sinônimo de invalidez epistêmica:

Seria um erro crer que uma ciência consista integralmente de teses comprovadas com rigor e seria injusto exigir isso. Uma exigência dessa somente poderia ser feita por uma pessoa inclinada a uma paixão por autoridade, alguém que necessite substituir seu catecismo religioso por outro, ainda que científico. A ciência tem apenas algumas poucas proposições apodícticas em seu catecismo; o resto são asserções promovidas por ela a certo grau de probabilidade. Constitui justamente um sinal de modo científico de pensamento contentar-se com essas aproximações da certeza e poder continuar o trabalho construtivo apesar da ausência de confirmações finais (FREUD, 1917 [1916-17], p. 45).

¹⁴⁴ Nesse ponto, a questão que emerge é: quais seriam os critérios de validação para a constituição de uma prática terapêutica que consiga uniformizar de algum modo os modelos propostos e restringir a miríade teórica pós-freudiana?

O que procuramos evidenciar não foi a veracidade de qualquer conceito freudiano, mas seu amparo epistêmico. Nesse sentido, a psicanálise proposta por Freud deve ser encarada como provisória, mas não em função da ilegitimidade de suas bases epistêmicas ou filosóficas. Ressaltaremos um conjunto de posições defendidas ao longo do trabalho:

1. Criticar os critérios rígidos de uma epistemologia geral não significa adotar uma posição tal como a de Feyerabend, tampouco se limitar indefinidamente a uma epistemologia regional.
2. A adoção de abordagens interdisciplinares e múltiplas de cadeias de determinação não culmina na adesão a nenhum projeto reducionista ou eliminativista.
3. A investigação das tendências biológicas contidas nas determinações humanas não implica a recusa das metodologias e domínios específicos da investigação psicológica. Os domínios não são antagônicos nem excludentes.
4. A linguagem teleológica constitui um recurso poderoso para a explicação de eventos biológicos e psicológicos.
5. A adoção do naturalismo não impede nem prejudica a pesquisa de fenômenos humanos.
6. O uso de recursos analógicos e metafóricos não está relacionado à rejeição de uma posição epistemológica realista.
7. A explicação da intencionalidade e significação dos eventos psíquicos não exclui o uso da linguagem causal.
8. Os critérios para atribuição de cientificidade não devem se pautar necessariamente pelo uso de leis, correspondência empírica restrita, previsibilidade, reversibilidade ou replicação instrumental, ainda que tais características sejam favorecedoras para a constituição de teorias consistentes.
9. Análises epistemológicas podem ser realizadas de modo independente das análises éticas, embora ambos os campos possam eventualmente se conectar.

Diante dessas considerações epistemológicas mais gerais, explicitamos outro conjunto de posições no tratamento específico da obra freudiana:

1. Freud adotou diferentes níveis explanatórios em sua obra, entre eles o biológico, o fisiológico, o filogenético, o simbólico e o cultural.
2. Os diversos níveis explanatórios propostos por Freud foram tratados pelo autor como complementares.
3. A relação de Freud com as ciências biológicas sempre foi estreita. A negação das explicações biológicas foi direcionada a algumas hipóteses específicas em contextos delimitados.
4. Freud se aproveitou de contribuições teóricas e formais da incipiente teoria da evolução darwinista.
5. O inventor da psicanálise nunca abandonou sua convicção na constituição de uma disciplina científica. Embora seus métodos de investigação fossem insuficientes para comprovar todas as conjecturas formuladas, o autor conseguiu constituir um corpo teórico consistente que fornecia explicações para grande parte dos fenômenos psíquicos até então ignorados pela pesquisa tradicional.
6. O amplo escopo de atuação explanatória da obra freudiana foi responsável pela riqueza e alcance das hipóteses geradas e pela profusão de vertentes interpretativas. Tal característica, no entanto, dificultou uma análise crítica e sistemática das hipóteses geradas, bem como o estabelecimento de critérios uniformes de validação e aplicação da teoria.

Para finalizar, apontaremos algumas inquietações que merecem destaque. Embora muitos questionamentos da literatura de comentário possam ser criticados em seus pressupostos filosóficos, a profusão de análises distintas em torno da obra freudiana deve ser encarada como reveladora de algo mais do que meros equívocos interpretativos. Como pode um texto ser objeto de tendências interpretativas tão diversas? Estaria Freud sendo intencionalmente ambíguo e evasivo no intuito de escapar das tentativas de refutação de suas teses? Seria a escrita freudiana tão ambivalente e contraditória a ponto de permitir leituras tão antagônicas? Seriam as formulações freudianas passíveis de uma leitura criteriosa e convergente?

Tentamos mostrar que, pelo menos no que diz respeito às formulações biológicas freudianas, muitas interpretações são claramente tendenciosas. Elas se pautam em 'Freud apesar de Freud'. A 'antibiologia' freudiana só encontra respaldo se analisarmos sua obra de forma segmentada e parcial. Nesse caso, as considerações

biológicas do autor foram negligenciadas ou desqualificadas. Muitas leituras da obra freudiana partiram, portanto, de concepções prévias que nortearam quais aspectos deveriam ou não ser atribuídos à escrita do inventor da psicanálise. Se, por um lado, é inegável que textos capitais como *Três Ensaios* se destacam pela superação de certo tipo de biologismo, por outro lado também é evidente que as fundamentações biológicas são abundantes em muitos outros trabalhos não menos importantes, como *Além do princípio de Prazer*¹⁴⁵.

A ‘torre de Babel’ em torno da obra de Freud não deve ser remetida somente às disputas filosóficas e tendências interpretativas que precedem sua leitura. Procuramos indicar que o autor, embora não possa ser responsabilizado completamente pela emergência de tal cenário, também não deve sair isento de críticas. Tentamos deixar claro que ele não foi tão cuidadoso ou enfático na explicitação de aspectos centrais que ainda hoje geram constantes embates teóricos. Por exemplo, o uso frequente de parentescos temáticos como ferramenta explanatória poderia ser acompanhado de um processo de clarificação da função epistêmica de cada formulação.

Um terceiro fator também merece destaque na tentativa de responder as perguntas supracitadas. A obra freudiana, assim como a maioria das demais disciplinas psicológicas, ainda se depara com problemas nos processos de validação e sistematização científicas. Apesar da imensa quantidade de material produzido sobre o assunto, é grande também a dispersão conceitual e heterogeneidade das práticas metodológicas e teóricas. Nesse sentido, talvez tenhamos contribuído no presente trabalho para tornar o problema ainda mais complexo, dado que buscamos identificar as inconsistências na atribuição de invalidez dos procedimentos epistêmicos utilizados por Freud. Sendo assim, nossa tarefa foi predominantemente negativa, procurando detectar as insuficiências dos argumentos utilizados para desqualificar o edifício teórico de Freud. Seguindo tal raciocínio, se o autor ainda pode ser desqualificado, novas estratégias devem ser elaboradas. Alguns argumentos se mostraram insuficientes e outros se revelaram anacrônicos. Certamente, muitas das elaborações freudianas não eram tão inconsistentes ou arbitrárias, conforme algumas pesquisas empíricas puderam

¹⁴⁵ Apesar do conceito de pulsão de morte desenvolvido por Freud nessa obra ser visto por muitos como fruto de uma tendência filosófica metafísica, as tentativas de fundamentação biológica do autor apontam para outro tipo de interpretação. A tese desenvolvida por Maniakas (2008) rastreou as semelhanças entre as formulações freudianas desenvolvidas no referido texto e aquelas formuladas por Élie Metchnikoff em uma obra de 1903, denominada *Études sur la Nature Humaine*. A autora ainda ressalta que “a ideia de que os processos orgânicos se equilibram entre dois processos opostos, um construtivo e um destrutivo, era lugar-comum entre as especulações biológicas do século XIX” (MANIAKAS, 2008, p. 143).

demonstrar; em contrapartida, algumas formulações tampouco podem ser tidas como inquestionáveis. De qualquer modo, ao que tudo indica, o inventor da psicanálise conhecia muito bem a força de seus achados, mas também se mostrava igualmente cômico do longo caminho que a nova disciplina teria que percorrer; uma de suas afirmações finais no tratamento do caso Schreber parece seguir tal orientação:

Cabe ao futuro decidir se minha teoria contém mais delírio do que eu gostaria de admitir, ou se há mais verdade no delírio de Schreber do que outras pessoas estão, por enquanto, preparadas para acreditar (FREUD, 1911 [1910], p. 72).

Em virtude da imensa contribuição ao entendimento dos processos psíquicos por parte da literatura psicanalítica contemporânea e da quantidade não depreciável de críticas epistemológicas dirigidas à psicanálise, parece que a aposta freudiana quanto ao futuro de suas formulações permanece ainda atual.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS DE FREUD

FREUD, S. *Gesammelte Werke*. Londres: Imago, 1940. 18 v.

_____. *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-analysis, 1975. 24 v.

_____. *A correspondência completa de Sigmund Freud a Wilhelm Fliess (1887-1904)*. Rio de Janeiro: Imago Editores, 1986.

_____. *Obras Completas de Sigmund Freud*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. 24 v.

_____. [1888] Histeria. In: _____. *Obras completas: Sigmund Freud*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 41-66. v. 1.

_____. (1888 [1888-89]) Prólogo a la traducción de H. Bernheim, 'De la suggestion'. In: _____. *Obras completas: Sigmund Freud*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 77-94. v. 1.

_____. [1890] Tratamiento psíquico (tratamiento del alma). In: _____. *Obras completas: Sigmund Freud*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 111-32. v. 1.

_____. [1891] *La Afasia*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1973.

_____. [1892-93] Un caso de curación por hipnosis. In: _____. *Obras completas: Sigmund Freud*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 147-62. v. 1.

_____. (1893 [1888-93]) Algunas consideraciones con miras a un estudio comparativo de las parálisis motrices orgánicas e histéricas. In: _____. *Obras completas: Sigmund Freud*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 191-210. v. 1.

_____. (1950 [1892-99]) Fragmentos de la correspondencia con Fliess. In: _____. *Obras completas: Sigmund Freud*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 211-322. v. 1.

_____. [1893-95] Estudios sobre la histeria. In: _____. *Obras completas: Sigmund Freud*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. v. 2.

_____. [1893a] Charcot. In: _____. *Obras completas: Sigmund Freud*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 07-24. v. 3.

_____. [1893b] Sobre el mecanismo psíquico de fenómenos histéricos. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 25-40. v. 3.

_____. [1892-94] Prólogo y notas de la traducción de J.-M. Charcot, *Leçons du mardi de la Salpêtrière*. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 163-78. v. 1.

_____. [1894] Las neuropsicosis de defensa. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 41-68. v. 3.

_____. [1895] A propósito de las críticas a la 'neurosis de angustia'. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 117-38. v. 3.

_____. (1950 [1895]) Proyecto de psicología. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 323-446. v. 1.

_____. [1896a] La herencia y la etiología de las neurosis. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 139-56. v. 3.

_____. [1896b] Nuevas puntualizaciones sobre las neuropsicosis de defensa. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 157-84. v. 3.

_____. [1896c] La etiología de la histeria. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 185-218. v. 3.

_____. [1897] Sumario de los trabajos científicos del docente adscrito Dr. Sigmund Freud, 1877-1897. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 219-50. v. 3.

_____. [1900a] La interpretación de los sueños (primera parte). In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. v. 4.

_____. [1900b] La interpretación de los sueños (segunda parte). In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 345-612. v. 5.

_____. [1901a] Sobre el sueño. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 613-70. v. 5.

_____. [1901b] Psicopatología de la vida cotidiana. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. v. 6.

_____. [1905a] Tres ensayos de teoría sexual. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 109-224. v. 6.

_____. [1905b] El chiste y su relación con lo inconciente. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. v. 8.

_____. (1905 [1901]) Fragmento de análisis de un caso de Histeria. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 01-108. v. 7.

_____. (1906 [1905]) Mis tesis sobre el papel de la sexualidad en la etiología de las neurosis. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. v. 7.

_____. [1906] La indagatoria forense y el psicoanálisis. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 81-96. v. 9.

_____. [1908] La moral sexual «cultural» y la nerviosidad moderna. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 159-82. v. 9.

_____. [1909a] Análisis de la fobia de un niño de cinco años. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 01-118. v. 10.

_____. [1909b] A propósito de un caso de neurosis obsesiva. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 119-252. v. 10.

_____. (1910 [1909]) Cinco conferencias sobre psicoanálisis. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 01-52. v. 11.

_____. [1910] Un recuerdo infantil de Leonardo da Vinci. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 53-128. v. 11.

_____. (1911 [1910]) Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia (Dementia paranoides) descrito autobiográficamente. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 01-76. v. 12.

_____. [1911] Formulaciones sobre los dos principios del acaecer psíquico. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 217-32. v. 12.

_____. [1912] Sobre la más generalizada degradación de la vida amorosa. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 169-84. v. 11.

_____. [1913a] La predisposición a la neurosis obsesiva. Contribución al problema de la elección de neurosis. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 329-46. v. 12.

_____. [1913b] Tótem y tabú. Algunas concordancias en la vida anímica de los salvajes y de los neuróticos. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 01-164. v. 13.

_____. [1913c] El interés por el psicoanálisis. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 165-92. v. 13.

_____. [1914a] Introducción del narcisismo. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 65-98. v. 14.

_____. [1914b] Recordar, repetir y reelaborar (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, II). In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 145-58. v. 14.

_____. [1914c] Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 01-64. v. 14.

_____. [1915a] Pulsiones y destinos de pulsión. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 105-34. v. 14.

_____. [1915b] Lo inconciente. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 153-214. v. 14.

_____. [1915c] De guerra y muerte. Temas de actualidad. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 273-304. v. 14.

_____. [1915d] La represión. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 135-52. v. 14.

_____. (1916-17 [1915-17]) Conferencias de introducción al psicoanálisis. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. v. 15.

_____. (1917 [1916-17]) Conferencias de introducción al psicoanálisis (Parte III). In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. v. 16.

_____. (1918 [1914]) De la historia de una neurosis infantil. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 01-112. v. 17.

_____. [1920a] Más allá del principio de placer. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 01-62. v. 18.

_____. [1920b] Sobre la psicogénesis de un caso de homosexualidad femenina. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 137-64. v. 18.

_____. (1923 [1922]) Dos artículos de enciclopedia: 'Psicoanálisis' y 'Teoría de la libido'. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 227-54. v. 18.

_____. [1923a] El yo y el ello. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 01-66. v. 19.

_____. [1923b] Josef Popper-Lynkeus y la teoría del sueño. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 277-83. v. 19.

_____. [1924a] El problema económico del masoquismo. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 161-76. v. 19.

_____. [1924b] El sepultamiento del complejo de Edipo. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 177-87. v. 19.

_____. (1925a [1924]) Presentación autobiográfica. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 01-69. v. 20.

_____. (1925b [1924]) Las resistencias contra el psicoanálisis. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 223-37. v. 20.

_____. [1926] ¿Pueden los legos ejercer El análisis? Diálogos con um juez imparcial. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 165-244. v. 20.

_____. (1926 [1925]) Inhibición, síntoma y angustia. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 71-164. v. 20.

_____. (1930 [1929]) El malestar en la cultura. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 57-140. v. 21.

_____. (1933a [1932]) Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 01-168. v. 22.

_____. (1933b [1932]) ¿Por qué la guerra? (Einstein y Freud). In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 179-98. v. 22.

_____. [1937] Análisis terminable e interminable. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 211-54. v. 22.

_____. (1939 [1934-38]) Moisés y la religión monoteísta. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 01-132. v. 23.

_____. (1940a [1938]) Esquema del psicoanálisis. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 133-210. v. 23.

_____. (1940b [1938]) Algunas lecciones elementales sobre psicoanálisis. In: _____. *Obras completas*: Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1988. p. 279-88. v. 23.

_____. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

FREUD, S.; ANDREAS-SALOMÉ, L. [1912-1936] *Correspondance avec Sigmund Freud*. Paris: Gallimard, 1966.

DEMAIS AUTORES

ACHINSTEIN, P. Approaches to the philosophy of science. In: ACHINSTEIN, P.; BARKER, S. F. (Eds.). *The legacy of logical positivism: Studies in the Philosophy of Science*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1969. p. 259-92.

ALEXANDER, F. *Fundamentos da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

AMACHER, P. Freud's neurological education and its influence on psychoanalytic theory. *Psychological Issues*, v. IV, n. 4, 1965. (Monograph n. 16).

ANDERSON, O. *Studies in the Prehistory of Psychoanalysis*. Norstedts: Svenska Borkförlaget, 1962.

ARON, R. Evidence and inference in history. In: NASH, R. (Ed.). *Ideas in history*. New York: E. P. Dutton, 1969. v. 2.

ASSOUN, P. L. *Introdução à Epistemologia Freudiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

BADCOCK, C. *PsychoDarwinism: The new synthesis of Darwin and Freud*. London: HarperCollins, 1994.

BARBOSA, M. N.; SANTOS, M. A. Considerações sobre a dimensão biológica do conceito de pulsão em Freud. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 2, n. 18, p. 162-70, 2005.

BEARD, C. [1934] Written history as an act of faith. In: MEYERHOFF, H. *The philosophy of history in our time*. New York: Anchor Books, 1959.

BERGSON, H. *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência*. Tradução de João da Silva Gama. Lisboa: Edições 70, 1988.

BERLIN, I. *Historical Inevitability*. Oxford: Oxford University Press, 1954.

BERNARDI, R. Sobre el determinismo psíquico. In: BLEICHMAR, S. (Org.). *Temporalidad, determinación, azar: Lo reversible y lo irreversible*. Buenos Aires: Paidós, 1994. p. 15-45.

BERNFELD, S. Freud's Earliest Theories and the School of Helmholtz. *Psychoanal. Quart.*, v. 13, p. 341-62, 1944.

BERRY, S. On the Problem of Laws in Nature and History: A Comparison. *History and Theory*, v. 38, n. 04, p. 122-37, 1999.

BINSWANGER, L. [1936] *Analyse existentielle et psychanalyse freudienne: Discours, parcours et Freud*. Paris: Gallimard, 1970.

BLOCH, M. *The historian's craft*. New York: Vintage Books, 1953.

BODEI, R. *El doctor Freud y los nervios del alma*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

BULLER, D. J. DeFreuding Evolutionary Psychology: Adaptation and Human Motivation. In: HARDCASTLE, V. G. (Ed.). *Where Biology Meets Psychology*. Cambridge: MIT Press, 1999. p. 99-114.

BUNGE, M. *Causality*. New York: The World Publishing Company, 1963.

_____. *Epistemologia*: curso de atualização. Tradução de Claudio Navarra. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

_____. *La ciencia, su método y su filosofía*. Buenos Aires: Debolsillo, 2009.

CARNAP, R. The Methodological Charater of Theoretical Concepts. In: FEIGL, H.; SCRIVEN, M. *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1956. v. 1.

CARR, E. *What is history?* New York: Vintage, 1961.

CASANAVE, C. M. *O desafio de Prometeu*: sobre cultura e moralidade na teoria freudiana. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CASS, M. J. R. *A explicação em Economia*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CASTRO, C. *Evolucionismo Cultural*: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CHURCH, J. Morality and the internalized other. In: NEU, J. (Ed.). *The Cambridge Companion to Freud*. New York: Cambridge University Press, 1991. p. 209-23.

CHURCHLAND, P. S. Can Neurobiology Teach us Anything about Consciousness? *Proceeding and Addresses of the American Philosophical Association*, v. 67, p. 23-40, 1994.

COLLINGWOOD, R. *The ideas of history*. Oxford: Oxford University Press, 1946.

COPELSTON, F. *A history of philosophy*. New York: Harcourt Brace, 1962. v. 1.

COSIN, B.; FREEMAN, C.; FREEMAN, N. Critical empiricism criticized: the case of Freud. In: *Philosophical essays on Freud*. New York: Cambridge University Press, 1982.

DAMÁSIO, A. *O mistério da consciência*: do corpo e das emoções ao conhecimento de si. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DARWIN, C. *On the Origin of Species by means of natural selection*. Londres: John Murray, 1859.

_____. [1872] *The expression of the emotions in man and animals*. New York: D. Appleton, 1973.

_____. A Biographical Sketch of an Infant. *Mind*, July, p. 285-94, 1877.

DARWIN, F. (Ed.). *Life and Letters of Charles Darwin*. London: John Murray, 1888.

DAVIDSON, D. Paradoxes of Irrationality. In: WOLHEIM, R. (Org.). *Philosophical Essays on Freud*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 289-305.

DELOUYA, D. O biológico em Freud: Corpo estranho ou heresia? *Percurso: Revista de Psicanálise*, n. 4, p. 39-45, 1992.

DEMOS, R. The language of history. In: NASH, R. *Ideas in history*. New York: E. P. Dutton, 1969. v. 2.

DENNETT, D. *Consciousness Explained*. Boston: Little, Brown and Company, 1991.

_____. *Brainstorms: ensaios filosóficos sobre a mente e a psicologia*. Tradução de Luiz Henrique de A. Dutra. São Paulo: Unesp, 2006.

DILTHEY, W. *Introduction to the human sciences*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

DUNLEY, G. Metapsicologia: a ultrapassagem de um discurso científico na direção de uma ética trágica. *Psychê*, ano IV, n. 9, p. 93-113, 2002.

EDELSON, M. *Hypothesis and Evidence in Psychoanalysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

ERIKSON, E. *Life history and the historical moment*. New York: Norton, 1975.

FEIGL, H. The origin and spirit of logical positivism. In: ACHINSTEIN, P.; BARKER, S. F. (Eds.). *The legacy of logical positivism: Studies in the Philosophy of Science*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1969. p. 03-24.

FERENCZI, S. [1932] *Diário Clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FEYERABEND, P. Problems of Empiricism. In: COLODNY, R. (Ed.). *Beyond the Edge of Certainty: Essays in Contemporary Science and Philosophy*. Pittsburgh: Pittsburgh Center for Philosophy of Science, 1965. p. 145-260.

FISHER, D. *Historians' fallacies: toward a logic of historical thought*. New York: Harper, 1970.

FLAX, J. Psychoanalysis and the philosophy of science: Critique or resistance? *Journal of Philosophy*, n. 78, p. 561-69, 1981.

- FOUCAULT, M. *Dits et écrits: I-1954-1988*. Paris: Éditions Gallimard, 1994.
- _____. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Tradução de Vera Lucia Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- _____. *Nietzsche, Freud e Marx*. Tradução de Jorge Lima Barreto e Maria Cristina Cupertino. São Paulo: Landy Editora, 2005.
- FULGENCIO, L. O Projeto como uma metáfora biológica dos processos psíquicos. *Psicologia USP*, 15(3), p. 117-35, 2004.
- _____. *O método especulativo de Freud*. São Paulo: Educ, 2008.
- GABBI JR., O. F. *Notas a Projeto de uma Psicologia: as origens utilitaristas da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003.
- GAMWELL, L.; SOLMS, M. *Da neurologia à psicanálise: desenhos neurológicos e diagramas da mente por Sigmund Freud*. In: PASTORE, J. A. D. (Org.). Tradução de J. A. D. Pastore e Márcia Dancini. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- GARCIA-ROZA, L. A. *Introdução à metapsicologia freudiana 3: Artigos de metapsicologia (1914-1917)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- GARDINER, P. *The nature of historical explanation*. London: Oxford University Press, 1952.
- GARVEY, B. Darwinian functions and Freudian motivations. *Biology and Philosophy*, n. 18, p. 427-44, 2003.
- GAY, P. *Freud: A life for our time*. New York: Norton, 1988.
- GILL, M. Metapsychology is not psychology. *Psychological Issues*, v. 09, n. 04, p. 71-106, 1976. (Monograph n. 36).
- _____. The point of view of psychoanalysis. *Psychoanalytical Contemporary Thought*, n. 6, p. 523-52, 1983.
- GILL, M.; HOLZMAN, P. S. (Eds.). Psychology versus metapsychology: Psychoanalytic essays in memory of George Klein. *Psychological Issues*, 1976. (Monograph n. 36).
- GLEISER, M. À procura do fim da trilha: a utopia da teoria unificada do conhecimento. *Folha de São Paulo*, 24 out. 2010. Caderno Ilustríssima.
- GLYMOUR, C. Freud's androids. In: NEU, J. (Ed.). *The Cambridge Companion to Freud*. New York: Cambridge University Press, p. 44-85, 1991.
- GONZÁLEZ, M. Á. *Datos blandos para ciencias duras: el camino de la psicología a las neurociencias*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

- GOULD, S. J. *Ontogeny and Phylogeny*. Cambridge: Harvard University Press, 1977.
- GREEN, A. *La concepción psicoanalítica del afecto*. Buenos Aires: S. XXI, 1975.
- GRÜNBAUM, A. Is Freudian Psychoanalytic theory pseudo-scientific by Karl Popper's criterion of demarcation? *American Philosophical Quarterly*, v. 16, n. 2, p. 131-41, 1979.
- _____. *The foundations of Psychoanalysis: A philosophical critique*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- _____. The hermeneutic versus scientific conceptions. In: MILLS, J. (Ed.). *Psychoanalysis at the limit: Epistemology, Mind, and the question of science*. New York: State University of New York, 2004. p. 139-60.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- HAMMER, E. F. Aspectos expressivos dos desenhos projetivos. In: _____. (Ed.). *Aplicações clínicas dos desenhos projetivos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991. p. 42-60.
- HANLY, C. *O problema da verdade na psicanálise aplicada*. Tradução de Raul Fiker. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- HART, H. L. A.; HONORÉ, A. *Causation and the law*. Oxford: Oxford University Press, 1959.
- HARTMANN, H. F. *Essays on ego psychology: Selected problems in psychoanalytic theory*. New York: International Universities Press, 1964.
- HEISENBERG, W. A descoberta de Planck e os problemas filosóficos da física atômica. In: BORN, M.; AUGER, P.; SCHORODINGER, E.; HEISENBERG, W. *Problemas da física moderna*. Tradução de Gita Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- HEMPEL, C. G. The theoretician's dilemma: A study in the logic of theory construction. In: FEIGL, H.; SCRIVEN, M.; MAXWELL, G. (Eds.). *Minnesota Studies in the philosophy of science*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1958. p. 37-98. v. II.
- _____. *Aspects of scientific explanation*. New York: Macmillan Publishing Co., 1965.
- HERBART, J. F. [1816] *A textbook in Psychology*. New York: Appleton, 1901.
- HERMANN, I. *Die Psychoanalyse als Methode*. Vienna: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1934.
- HESSE, M. B. Positivism and the logic of scientific theories. In: ACHINSTEIN, P.; BARKER, S. F. (Eds.). *The legacy of logical positivism*. Studies in the Philosophy of Science. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1969. p. 85-114.

HYPPOLITE, J. *Figures de la pensée philosophique*. Paris: PUF, 1971.

HOBART, R. E. Free will as involving determination and inconceivable without it. In: BEROFISKY, B. (Ed.). *Free will and determinism*. New York and London: Harper & Row publishers, 1966. p. 63-95.

HOBBS, T. [1651] *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOLT, R. A review of some of Freud's biological assumptions and their influence on his theories. In: GREENFIELD, N. S.; LEWIS, W. C. (Orgs.). *Psychoanalysis and current biological thought*. Madison: University Wisconsin Press, 1965. p. 93-124.

_____. *Freud Reappraised: A Fresh Look at Psychoanalytic Theory*. New York: The Guilford Press, 1989.

HORGAN, J. *A mente desconhecida: por que a ciência não consegue replicar, medicar e explicar o cérebro humano*. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOSPERS, J. What means this freedom. In: BEROFISKY, B. (Ed.). *Free will and determinism*. New York and London: Harper & Row publishers, 1966. p. 26-45.

HULL, D. L. *Filosofia da Ciência Biológica*. Tradução de Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

HUME, D. [1748] *Investigação Acerca do Entendimento Humano*. Tradução de Anoar Aiex. Edição Acrópolis, 2001.

HUXLEY, J. *O pensamento vivo de Darwin*. Tradução de Paulo Sawaya. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1955.

JAPIASSU, H. *Psicanálise: Ciência ou Contra-ciência?* Rio de Janeiro: Imago, 1989.

JASPERS, K. [1923] *Psicopatologia geral: psicologia compreensiva, explicativa e fenomenologia*. Rio de Janeiro: Atheneu, 1985.

JONES, E. *The life and work of Sigmund Freud*. New York: Basic Books, 1953. v. I.

KANDEL, E. R. A new intellectual framework for psychiatry. *American Journal of Psychiatry*, v. 155, n. 4, p. 457-69, 1998.

_____. A biologia e o futuro da psicanálise: um novo referencial intelectual para a psiquiatria revisitado. *R. Psiquiatria RS*, v. 1, n. 25, p. 139-165, 2003.

_____. *Psychiatry, psychoanalysis, and the new biology of mind*. London: American Psychiatric Publishing, Inc., 2005.

KEAT, R. *The Politics of Social Science: Freud, Habermas and the critique of positivism*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

KEAT, R.; URRY, J. *Social Theory as science*. London: Routledge & Kegan Paul, 1975.

KLEIN, G. S. *Psychoanalytic theory: an exploration of essentials*. New York: Int. Univ. Press, 1976.

KLIMOVSKY, G. *Epistemología y Psicoanálisis*. Buenos Aires: Ediciones Biebel, 2009. v. I.

KRIS, E. The significance of Freud's earliest discoveries. *Int. Journal Psychoanal*, n. 31, p. 108-16, 1950.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz V. Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1977.

_____. *O Caminho desde a Estrutura*. São Paulo: Unesp, 2003.

LACAN, J. *Seminário 7: A ética na Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

LAPLACE, P. C. [1814] *Philosophical essay on probabilities*. Tradução de F. W. Truscott e F. L. Emory. New York: Dover Publications, 1951.

LAPLANCHE, J. *Vida y muerte em psicoanálisis*. Tradução de M. Horne. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

_____. A psicanálise como Anti-hermenêutica. Tradução de Luís Martinho F. Maia. *Psicanalítica*, ano 03, v. 03, p. 71-85, 1995.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *The language of Psychoanalysis*. New York: Norton, 1973.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da Psicanálise*. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1988a.

_____. *Fantasia Originária, Fantasias das Origens, Origens da Fantasia*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988b.

LAUDAN, L. *Progress and its problems: Towards a theory of science growth*. Berkeley: University of California Press, 1997.

LAURENTI, C. *Determinismo, indeterminismo e Behaviorismo Radical*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1976.

- LOPARIC, Z. O 'animal humano'. *Natureza Humana*, v. 2, n. 2, p. 351-97, 2000.
- LYON, A. Causality. *The British Journal for the Philosophy of Science*, v. 18, n. 01, p. 01-20, 1967.
- MACH, E. [1883] *La mécanique. Exposé historique et critique de son développement*. Paris: Jacques Gabay, 1987.
- MACINTYRE, A. *The Unconscious*. London: Routledge, 1958.
- MACKAY, D. M. Choice in a mechanistic universe: A reply to some critics. *British Journal of the Philosophy of science*, n. 22, p. 275-85, 1971.
- MACKAY, N. Motivation and Explanation: An Essay on Freud's philosophy of science. *Psychological Issues*, 1989. (Monograph n. 56).
- MACKIE, J. *The cement of the universe*. Oxford: Oxford University Press, 1974.
- MANDELBAUM, M. *The problem of historical knowledge*. New York: Liveright, 1938.
- _____. Historical explanation: The problem of 'Covering Laws'. *History and Theory*, v. I, p. 229-42, 1961.
- MANIAKAS, G. F. *Elementos para a formulação de uma psicossomática psicanalítica*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- MARCUSE, H. *Eros et Civilization*. Paris: Les Editions Minuit, 1963.
- MARROU, H. *Meaning in history*. Baltimore: Helicon Press, 1966.
- MARTY, P. *A psicossomática do adulto*. Tradução de Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- MASSON, M. *Atentado à Verdade: A Supressão da Teoria da Sedução por Freud*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- MAYR, E. *Toward a new Philosophy of Biology: Observations of an Evolutionist*. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard University Press, 1988.
- _____. *Biologia, ciência única: reflexões sobre a autonomia de uma disciplina científica*. Tradução de Marcelo Leite. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MCDERMOTT, J. I'm free because I know that I Don't Know What I'm Going to Do? *The British Journal for the Philosophy of Science*, v. 23, n. 4, p. 343-46, 1972.
- MELDEN, A. I. Historical objectivity. In: NASH, R. (Ed.). *Ideas in history*. New York: E. P. Button, 1969. v. 2.

MEYERHOFF, H. *The philosophy of history in our time*. New York: Anchor Books, 1959.

MEZAN, R. *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

_____. Que tipo de ciência é, afinal, a Psicanálise? *Natureza Humana*, v. 9, n. 2, p. 319-59, 2007.

MIDGLEY, M. *Beast and man: the roots of human nature*. Londres: Routledge, 1979.

MILL, J. S. [1881] *A system of logic ractiocinative and inductive*. London: Longmans, Green and Company Ltda., 1950.

_____. Ethology-the science of the formation of character. In: NASH, R. *Ideas in history*. New York: E. P. Dutton, 1969. v. 2.

MOLIÈRE. *Le Malade Imaginaire*. Paris: Éditions du Seuil, 1946.

MONZANI, L. R. *Freud: O movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

_____. Discurso filosófico e discurso psicanalítico: balanço e perspectivas. In: PRADO, B. (Org.). *Filosofia da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 108-38.

MORA, J. F. *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Antonio José Massano e Manuel Palmeirim. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

MOUAMMAR, C. C. E. *Pulsão e Instinto: um diálogo entre a Psicanálise e a Biologia do Comportamento*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

NAGEL, E. *The Structure of Science*. New York: Harcourt, 1961.

_____. Determinism in history. In: NASH, R. (Ed.). *Ideas in history*. New York: E. P. Dutton, 1969. v. 2.

NAGEL, T. What Is It Like To Be A Bat? In: BLOCK, N.; FLANAGAN, O.; GÜZELDERE, G. (Eds.). *The Nature of Consciousness*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1997.

_____. *Freud's Permanent Revolution*. In: GOMES, L. *The Freud Wars – An introduction to philosophy of psychoanalysis*. London: Routledge, 2005. p. 138-53.

NESSE, R. M.; LLOYD, A. T. The Evolution of Psychodynamic Mechanisms. In: BARKOW, J. H.; COSMIDES, L.; TOOBY, J. (Eds.). *The Adapted Mind*. Oxford: Oxford University Press, 1992. p. 601-26.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral. Uma polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- OAKESHOTT, M. *Experience and its modes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1933.
- PETERFREUND, E. Information, systems, and psychoanalysis: An evolutionary approach to psychoanalytic theory. *Psychological Issues*, v. 7, 1971. (Monograph n. 25/26).
- PETERS, R. Cure, cause and motive. In: MACDONALD, M. (Ed.). *Philosophy and Analysis*. Oxford: Basil Blackwell, 1954. p. 148-56.
- PETRUCCI, J. L. Isaac Newton e Charles Darwin. In: KUNZLER, F. et al. (Orgs.). *Freud e seus Filósofos*. Porto Alegre: SBPPA, 2004.
- PHILLIPS, J. Hermeneutics in Psychoanalysis: Review and Reconsideration. *Psychoanalysis & Contemporary Thought*, n. 14, p. 371-424, 1991.
- PITTENDRIG, C. S. Adaptation, natural selection and behavior. In: ROE, A.; SIMPSON, G. (Eds.). *Behavior and Evolution*. New Haven: Yale University Press, 1958. p. 390-416.
- POPPER, K. R. *The Poverty of Historicism*. Boston and London: The Beacon Press, 1957.
- PRIBRAM, K. The Neuropsychology of Sigmund Freud. In: *Experimental Foundations of Clinical Psychology*. New York: Basic Books, 1962. p. 442-68.
- PRIBRAM, K.; GILL, M. *Freud's Project Reassessed*. London: Hutchinson, 1976.
- PRIGOGINE, I. *Tan solo una ilusión? Una exploración del caos al orden*. Barcelona: Tusquets, 2004.
- PUTNAM, H. Logical Positivism and the Philosophy of Mind. In: _____. (Ed.). *Philosophical Papers: Mind, Language and Reality*, v. 2, p. 441-51, 1975.
- RANKE, L. *The theory and practice of history*. New York: Bobbs-Merrill, 1973.
- RAPAPORT, D. On the Psychoanalytic Theory of Motivation. In: GILL, M. (Ed.). *The collected papers of David Rapaport*. New York: Basic Books, 1967a. p. 853-915.
- _____. The Conceptual Model of Psychoanalysis. In: GILL, M. (Ed.). *Collected Papers of David Rapaport*. New York: Basic Books, 1967b.
- RAPAPORT, D.; GILL, M. The points of view and assumptions of metapsychology. *International Journal Psychoanalytic*, n. 40, p. 153-162, 1959.
- REY, G. *Prólogo controversial*. In: GONZÁLEZ, M. Á. Á. *Datos blandos para ciencias duras: el camino de la psicología a las neurociencias*. Buenos Aires: Paidós, 2009. P. 11-20.
- RICOEUR, P. *Freud and Philosophy*. New Harven: Yale University Press, 1970.

_____. *Da interpretação*: Ensaio sobre Freud. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977.

RIEFF, P. History, psychoanalysis, and the social sciences. *Ethics*, v. 63, p. 107-20, 1953.

_____. *Freud: the mind of the moralist*. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

RITVO, L. B. *A influência de Darwin sobre Freud*: um conto de duas ciências. Tradução de Júlio César Guimarães. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

ROBERT, M. *A Revolução Psicanalítica*. Tradução de Atílio Cancian, J. Guinsburg e Ricardo Neves. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

RORTY, R. Freud e a reflexão moral. In: _____. *Ensaio sobre Heidegger e outros*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999. p. 193-219.

ROSENBERG, A. *The Structure of Biological Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

ROUANET, S. P. *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. Mal estar na modernidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 1, n. 31, p. 9-30, 1997.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Lucy Magalhães e Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ROUSTANG, F. On the epistemology of psychoanalysis. *MLN*, v. 99, n. 4, 1984.

RUBEN, D. H. *Explaining Explanation*. London: Routledge, 1990.

RUBINSTEIN, B. B. On the possibility of a strictly clinical Psychoanalytic theory: an essay in the philosophy of psychoanalysis. *Psychological Issues*, v. 04, n. 04, p. 229-65, 1976. (Monograph 36).

RUSE, M. Karl Popper's philosophy of biology. *Philosophy of science*, v. 44, n. 4, p. 638-61, 1977.

RUSE, M.; HULL, D. L. (Orgs.). *The Philosophy of Biology*. New York: Oxford University Press, 1998.

RUSSELL, B. *History of western philosophy*. London: Allen and Unwin, 1946.

RYLE, G. *The Concept of Mind*. New York: Barnes & Noble, 1949.

SALMON, W. C. Teoria psicanalítica e provas. In: WOLLHEIM, R. (Org.). *Freud: Uma coletânea de ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976. p. 61-73. tomo II.

_____. *Scientific Explanation and the Causal Structure of the World*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

SARTRE, J. P. *Esboço para uma teoria das emoções*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009.

SCHAFER, R. *A new language for Psychoanalysis*. New Haven: Yale University Press, 1976.

_____. Narration in the psychoanalytic dialogue. *Critical Inquiry*, n. 7, p. 29-53, 1980.

SCHLICK, M. When is a man responsible? In: *Free will and determinism*. New York and London: Harper & Row publishers, 1966. p. 54-63.

SCHOPENHAUER, A. *O Mundo como vontade e representação*. Tradução de M. F. Sá Correia. Porto: Rés-Editora, s/d. v. I.

_____. *A crítica da filosofia Kantiana*. Tradução de Maria Lucia Cacciola. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção Os Pensadores).

_____. *Sobre o fundamento da moral*. Tradução de Maria Lúcia Mello Oliveira Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCRIVEN, M. Explanation and prediction in evolutionary theory. *Science*, v. 130, p. 477-82, 1959.

_____. Causes, connections and conditions in history. In: DRAY, W. (Org.). *Philosophical Analysis and History*. New York: Harper & Row, 1966. p. 238-64.

_____. Logical positivism and the behavioral sciences. In: ACHINSTEIN, P.; BARKER, S. F. (Eds.). *The legacy of logical positivism. Studies in the Philosophy of Science*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1969. p. 195-209.

SEARLE, J. *The Rediscovery of Mind*. London: Bradford/MIT, 1992.

SHAKOW, D.; RAPAPORT, D. Nineteenth and Early Twentieth Century Background. In: The Influence of Freud on American Psychology. *Psychological Issues*, New York: International Universities, v. 14, n. 1, 1964. (Monograph 13).

SHAPER, D. Notes toward a post-positivistic interpretation of science. In: ACHINSTEIN, P.; BARKER, S. F. (Eds.). *The legacy of logical positivism. Studies in the Philosophy of Science*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1969. p. 115-62.

SHERWOOD, M. *The logic of explanation in Psychoanalysis*. New York: Academic Press, 1969.

SIMANKE, R. T. *Mente, cérebro e consciência nos primórdios da metapsicologia freudiana: uma análise do Projeto de uma Psicologia (1895)*. São Carlos: EDUFSCar, 2007.

_____. A psicanálise freudiana e a dualidade entre ciências naturais e humanas. *Scientiae Studia (USP)*, v. 7, p. 221-36, 2009a.

_____. Realismo e anti-realismo na interpretação da metapsicologia freudiana. *Revista Natureza Humana*, v. 11, p. 97-152, 2009b.

SLAVIN, M. O.; KRIEGMAN, D. Psychoanalysis as a Darwinian Depth Psychology: Evolutionary Biology and the classical-relational dialectic in Psychoanalytic Theory. In: BARRON, J.; EAGLE, M. N.; WOLITZKY, D. *Interface of Psychoanalysis and Psychology*. Washington DC: American Psychological Association, 1992. p. 37-76. cap. 2.

SMITH, D. L. *Freud and Searle on the ontology of the unconscious*. In: MILLS, J. (Ed.). *Psychoanalysis at the limit: Epistemology, Mind, and the question of science*. New York: State University of New York, 2004. p. 73-89. cap. 04.

SOBER, E. Common Cause Explanation. *Philosophy of Science*, n. 51, p. 212-41, 1984.

_____. The Principle of the Common Cause. In: FETZER, J. *Probability and Causality*. Dordrecht and Boston: D. Reidel Publishing Co., 1988. p. 211-28.

SPENCE, D. *Narrative Truth and historical truth: meaning and interpretation in psychoanalysis*. New York: Norton, 1982.

_____. Theories of the Mind: Science or Literature? *Poetics Today*, v. 11, n. 2, p. 329-47, 1990.

SPENCER, H. *Do Progresso: sua lei e sua causa*. Tradução de Eduardo Salgueiro. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939.

STOVER, R. *The nature of historical thinking*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1967.

STRENGER, C. Between Hermeneutics and Science: An essay on the epistemology of Psychoanalysis. *Psychological Issues*, 1991. (Monograph n. 59).

SULLOWAY, F. *Freud: Biologist of the mind*. New York: Basic Books, 1960.

TAYLOR, R. Causation. In: *The Encyclopedia of philosophy*. New York: Macmillan, 1967. v. 2.

TYLOR, E. B. A ciência da cultura (1871). In: CASTRO, C. *Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 31-45.

TORRES FILHO, R. A virtus dormitiva de Kant. In: _____. *Ensaio de Filosofia Ilustrada*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 25-52.

TOULMIN, S. The logical status of psychoanalysis. In: MACDONALD, M. (Ed.). *Philosophy and Analysis*. Oxford: Basil Blackwell, 1954. p. 132-39. cap. VI.

WALLACE, E. R. *Historiography and causation in phychoanalysis: an essay on phychoanalytic and historical epistemology*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1985.

WALSH, W. Positivist and idealist approaches to history. In: NASH, R. H. (Ed.). *Ideas of History: The Critical Philosophy of History*. New York: E. P. Dutton, 1969. v. 2.

WILLIAMS, G. C.; NESSE, R. The Dawn of Darwinian Medicine. *Quarterly Review of Biology*, n. 66, p. 1-22, 1991.

WINOGRAD, M. Freud e a filogenia anímica. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, v. 19, n. 1, p. 69-82, 2007.

WINOGRAD, M. et al. O que se traz para a vida e o que a vida nos traz: Uma análise da equação etiológica proposta por Freud à luz das neurociências. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), p. 414-24, 2007.

WINOGRAD, M.; CAMPOS, F. S. Psicologia e Biologia: algumas intersecções. *Psicologia USP*, 20(1), p. 11-30, 2009.

WITTGENSTEIN, L. *Lectures & Conversations on Aesthetic, Psychology and Religious Belief*. Oxford: Basil Blackwell, 1966.

ZILSEL, E. Physics and the problem of historico-sociological laws. In: _____. [1941] *The Social Origins of Modern Science*. Massachusetts: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 200-08.